

**Pedro José Santos Carneiro Cruz
Elina Alice Alves de Lima Pereira
Eymard Mourão Vasconcelos
José Francisco de Melo Neto
(organizadores)**

**ENCANTOS DE
SABERES E CONSTRUÇÃO
DE PROCESSOS
EMANCIPATÓRIOS**

SENAPOP

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA
EM EXTENSÃO POPULAR

III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular

Anais

**Editora da UFPB
João Pessoa
2016**



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

Vice-Reitor EDUARDO RAMALHO RABENHORST



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA

**Supervisão de
Editoração** ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR

**Supervisão de
Produção** JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. PEDRO JOSÉ SANTOS CARNEIRO CRUZ

Prof. Dr. EYMARD MOURÃO VASCONCELOS

Prof. Dr. JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO

ADRIANA MARIA MACÊDO DE ALMEIDA TÓFOLI

Ma. DANIELA GOMES DE BRITO CARNEIRO

Me. ERNANDE VALENTIN DO PRADO

O Professor Pedro José Santos Carneiro Cruz é o líder do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), vinculado ao CNPq e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB.

Prof. José Neto é Professor Titular do Centro de Educação e coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Extensão e Ensino em Economia Solidária e Educação (NUPLAR).

Os Professores Pedro José Santos Carneiro Cruz e Eymard Mourão Vasconcelos são membros participantes do Grupo de Pesquisa Educação Popular em Saúde, vinculado ao CNPq e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, do qual são líderes: o Professor Eymard e a Professora Gildecil Alves Lira.

Eymard e Pedro são, ainda, membros do GT de Educação Popular em Saúde da ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Também são, ambos, vinculados ao Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS: Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS, no qual o Prof. Pedro é coordenador e Prof. Eymard, Pesquisador Sênior. O VEPOP-SUS é apoiado pelo Ministério da Saúde para a UFPB, por meio do TC 383/2013.

O Prof. Pedro Cruz é, juntamente com a Profª Ana Claudia Peixoto de Vasconcelos, coordenador do Programa de Extensão PINAB – Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica.

Todos são docentes do quadro da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O conteúdo dos artigos, resumos e demais textos, bem como suas revisões de português, de formatação e de ABNT são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, não da organização dos Anais e do Seminário.

EDITORA DA UFPB

Cidade Universitária, Campus I –s/,

João Pessoa – PB

CEP 58.051-970

editora.ufpb.br

editora@ufpb.br

Fone: (83) 3216.7147

ISBN 978-85-237-1252-5



9 788523 712525

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

S471 Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (3 : 2016 : João Pessoa-PB.).

Anais do III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular, de 16 a 19 de novembro de 2016 / Organizadores: Pedro José Santos Carneiro Cruz...[et al.].-- João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

627p.

ISBN: 978-85-237-1245-7

1. Educação popular. 2. Extensão popular - práticas. 3. Extensão universitária. 4. Educação em saúde. I. Cruz, Pedro José Santos Carneiro.

Realização:

- Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR)
- Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)
- Programa Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Atenção Básica (PINAB)
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Apoio:

- Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Extensão e Ensino em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR)
- Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES)
- Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS - Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS – UFPB/CCM/DPS e MS/SGTES/FNS – TC 383/2013
- Ministério da Saúde: Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) e Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP)
- Ministério da Educação: Programa de Apoio a Extensão Universitária (PROEXT)
- Centro de Ciências Médicas (CCM)
- Centro de Ciências da Saúde (CCS)
- Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) da UFPB

Coordenadores:

Bruno Oliveira de Botelho - EXTELAR

Islany Costa Alencar – ANEPOP

Pedro José Santos Carneiro Cruz – EXTELAR e PINAB

Severino Pedro Felipe – EXTELAR

Apoio de Pesquisadores do VEPOP-SUS:

Adriana Maria Macêdo de Almeida Tófoli

Bruno Oliveira de Botelho

Daniela Gomes de Brito Carneiro

Darlle Soares Sarmento

Ernande Valentin do Prado

Eymard Mourão Vasconcelos

Luana Jesus de Almeida Costa

Comissão de Avaliação de Trabalhos:

Adriana Maria Macêdo de Almeida Tófoli

Daniela Gomes de Brito Carneiro

Ernande Valentin do Prado

Comissão organizadora:

Adriana Maria Macêdo de Almeida Tófoli

Ana Paula Espíndola

Bruno Oliveira de Botelho

Daniela Gomes de Brito Carneiro

Darlle Soares Sarmiento

Elina Alice Alves de Lima Pereira

Ernande Valentin do Prado

Eymard Mourão Vasconcelos

Fernando Abath Cananéa

Graça Baptista

Iris de Souza Abílio

Islany Costa Alencar

Janaina Cristine Pereira Nunes

Jéssica de Lima Spinellis de Carvalho

João Batista Oliveira

José Francisco de Melo Neto

Larissa Cavalcante

Luana Jesus de Almeida Costa

Maria Alice Vieira Pacheco

Pedro José Santos Carneiro Cruz

Rafael Rodrigo

Renan Soares de Araújo

Tânia Palhano

Debatedores convidados nas apresentações de trabalhos

Ailza Freitas

Ana Claudia Peixoto de Vasconcelos

Daniela Gomes de Brito Carneiro

Fernando Abath Cananéa

José Milson

Jocineide Cajueiro

Judy Rosas

Kátia Suely Queiroz Silva Ribeiro

Luciclea Teixeira Lins

Socorro Borges

Vanille Pessoa

Volmir Brutscher

Visite os sítios eletrônicos:

EXTELAR

<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/>

ANEPOP

<http://www.extensaopopular.blogspot.com/>

SENAPOP

<http://www.senapop.blogspot.com>

VEPOP-SUS

<http://www.vepopsus.blogspot.com>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
ENCONTROS DE SABERES E CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS: APRESENTANDO O III SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR	13
O GRUPO DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR – EXTELAR	16
A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR – ANEPOP	22
O PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO VEPOP-SUS: VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE NO SUS	29
O PROGRAMA DE EXTENSÃO PINAB – PRÁTICAS INTEGRAIS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E NUTRIÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA	33
CATEGORIA 1 METODOLOGIAS E DESAFIOS DA PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR	36
A INFLUÊNCIA DA ENFERMAGEM NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	37
“AQUI NÃO EXISTE ISSO”: CAMINHOS E DESAFIOS METODOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DO RELATÓRIO DE ASSASSINATO DE LGBT NO ESTADO DA PARAÍBA NO ANO DE 2014	49
CONVIVÊNCIA, BELEZA E RESISTÊNCIA: UMA REVISÃO DA CONCEPÇÃO DA PESQUISA AÇÃO PARTICIPANTE A LUZ DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA DO COTIDIANO.	65
O ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR NA PÓS-GRADUAÇÃO DE SERGIPE: BALANÇO DE DISSERTAÇÕES E TESES NAS ÁREAS DE SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO (1980-2010)	83
UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO COM AS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE JUIZ DE FORA (MG)	100
O OLHAR DOS AGRICULTORES CARIRIZEIROS SOBRE A AÇÃO DA EXTENSÃO RURAL LOCAL	117
A PERCEPÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA MEMÓRIA NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO PELA PESSOA IDOSA	133
CATEGORIA 2 METODOLOGIAS E INOVAÇÕES NAS PRÁTICAS DE EXTENSÃO POPULAR	149
PRÁTICA DA EXTENSÃO POPULAR INTEGRADA NAS ATIVIDADES DE PESQUISA E APRENDIZADO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.....	150
ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR: UMA PROPOSTA CONTRA-HEGEMÔNICA À EDUCAÇÃO JURÍDICA TRADICIONAL	167
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL CAPS AD III DAVID CAPISTRANO DA COSTA FILHO.....	186
NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA APLICADAS A PESQUISAS E TRABALHOS ESCOLARES ..	205
A METODOLOGIA PROBLEMATIZADORA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO EM SAÚDE DA UFPB: UM ESTUDO PILOTO	216

DEPRESSÃO, DROGADIÇÃO E COMPORTAMENTO DE RISCO ENTRE PROFISSIONAIS DO SEXO	232
O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E SUA INTERLOCUÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL: CONSIDERAÇÕES À LUZ DA PRÁTICA POPULAR.....	254
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA HORTA NA UNIDADE DE SAÚDE COM BASE NOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	266
UMA EXPERIÊNCIA COM O PROJETO DE EXTENSÃO DO IF SUDESTE MG – CAMPUS JUIZ DE FORA EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO LIXO CERTO (ALICER): ELABORAÇÃO DOS CONTROLES FINANCEIROS	283
PRÁTICAS INTEGRAIS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E NUTRIÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA (PINAB): CONSTRUINDO PROCESSOS DE INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	294
EXTENSÃO NASCIDA DE PESQUISA AS DEMANDAS DE SAÚDE DO TRABALHADOR INFORMAL DA FEIRA-LIVRE EM PARIPIRANGA, BAHIA.....	310
CATEGORIA 3 VIVÊNCIAS EM EXTENSÃO POPULAR	325
A CONSTRUÇÃO DE UMA “PEQUENA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA” EM DIFERENTES ESCOLAS E LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO, RS.....	326
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO CONSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO INTEGRANTE: UMA EXPERIÊNCIA NO PROJETO INTEGRADO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	331
GRUPO DE CAMINHADA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO E EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	338
ADOLESCER NA ZONA RURAL: EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE.....	347
CIÊNCIAS DA NATUREZA POR MEIO DE UMA ABORDAGEM CTSA: RELATO DE UM CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	354
EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL: ENTRE TEORIAS, PRÁTICAS E DESCOBERTAS.....	360
EXTENSÃO POPULAR NO RECÔNCAVO DA BAHIA: TECELENDO E O QUARTO DE DESPEJO - CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO DE EDUCADORES.....	368
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DO PROGRAMA NOVOS TALENTOS: TECLANDO SABERES, CONECTANDO GERAÇÕES	376
EXTENSÃO POPULAR NA EDUCAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS NAS PRISÕES: REFLEXÕES À LUZ DE UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA EMANCIPATÓRIA.....	383
PROJETO DE EXTENSÃO: “ENVELHECER COM ARTE”	390
QUEM É E O QUE FAZ O/A AGENTE COMUNITÁRIO/A DE SAÚDE? RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ACS DO MUNICÍPIO DE MARI-PB.....	398
GÊNERO E EDUCAÇÃO: O USO DAS VISUALIDADES COMO PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR.	404
VIVÊNCIA EM UMA EXTENSÃO POPULAR: O JORNAL VOZ DO NICÉIA COMO INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO SOCIAL	418
A FEIRA LIVRE: ALÉM DO CONSUMO	426
VIVÊNCIA EM EXTENSÃO INCENTIVANDO E APOIANDO A CONTRACEPÇÃO SEGURA NA ADOLESCÊNCIA ATRAVÉS DOS MÉTODOS DE LONGA DURAÇÃO	430

RELATO DE VIVÊNCIAS EM DIFERENTES ABORDAGENS DO ENSINO DA OBSTETRÍCIA	434
REFLEXÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO CONTEXTO DA RELIGIOSIDADE NUMA COMUNIDADE PERIFÉRICA	441
PROJETO PARTEJAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DAS VIVÊNCIAS NO INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS E DA LUTA PELA HUMANIZAÇÃO DO PARTO	445
‘OS TRÊS DO ENEC’: RELATO DO ESTÁGIO NACIONAL DE EXTENSÃO EM COMUNIDADES EM COSTINHA, LUCENA, PB.....	451
O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	457
O PAPEL DO ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO DA PALAVRA: SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO COQUE, RECIFE-PE.....	466
MAPEAMENTO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE ESTUDOS E OBSERVAÇÕES EM ECONOMIA CRIATIVA - NEOCRIATIVA	472
INCENTIVANDO O PROTAGONISMO DOS USUÁRIOS DO CAPS DE CUITÉ-PB ATRAVÉS DE ATIVIDADES NA VI SEMANA DA LUTA ANTIMANICOMIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	479
A AGROECOLOGIA E A PESQUISA PARTICIPANTE: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO	485
A COMUNIDADE INTERDISCIPLINAR DE AÇÃO, PESQUISA E APRENDIZADO – CIAPA: UM RELATO DO PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA ASSEGURAR A QUALIDADE DO HABITAT SOCIALMENTE PRODUZIDO NO CONJUNTO HABITACIONAL DOM HELDER CÂMARA, RECIFE-PE.....	493
A EDUCAÇÃO POPULAR COMO IMPULSIONADORA DO EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO: UMA EXPERIÊNCIA EM EXTENSÃO POPULAR.....	500
A EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: RELATANDO UMA EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS CURRICULARES	505
A EXTENSÃO POPULAR E O ESTÍMULO AO PROTAGONISMO ESTUDANTIL: REFLEXÕES À LUZ DE UMA VIVÊNCIA.....	508
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FORMA DE QUALIFICAÇÃO PARA ATUAÇÃO JUNTO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	511
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO ESTÍMULO ÀS PRÁTICAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS EM ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM ITABUNA-BA	517
A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DO PREZEIS AOS DEMAIS ESPAÇOS DE PLANEJAMENTO DA CIDADE DO RECIFE: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	523
A MATERIALIZAÇÃO DE UM SUPERMERCADO COMO RECURSO METODOLÓGICO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO BITTENCOURT (MANAUS-AM)	530
ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UMA PRÁTICA EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	537
CAMINHOS DA EXTENSÃO: SABERES QUE SE ENCONTRAM	544
CONEXÃO SAÚDE: DIÁLOGOS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ESCOLA.....	549

CONSTRUÇÃO DE ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO VALE JIQUIRIÇÁ-BA	556
CONTRADITORIEDADES E SUAS SUPERAÇÕES	564
DE ÁGUA VERMELHA PARA BANFF: MINHA EXPERIÊNCIA COM A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DAS PRÁTICAS POPULARES DE SAÚDE.	567
EDUCAÇÃO EM SAÚDE INTEGRAL FRENTE ÀS PROFISSIONAIS DO SEXO DOS BARES DE MACEIÓ: RELATO DE VIVÊNCIA.	572
EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE COMO UM CAMINHO DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS EQUIPES DE SAÚDE, GRADUANDOS E COMUNIDADE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO “PINAB”	576
EXTENSÃO POPULAR E ALEITAMENTO MATERNO – RELATO DE EXPERIÊNCIA	582
FISIOTERAPIA NA COMUNIDADE: OS IMPACTOS DA EXTENSÃO POPULAR NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DE ESTUDANTES DE FISIOTERAPIA	589
FÓRUM DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ESTRATÉGIA PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR E PROMOÇÃO DA SAÚDE EM COMUNIDADES DE JOÃO PESSOA- PB	593
GRUPO CAMINHADA NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA VILA SAÚDE: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA	599
COMPARTILHANDO SABERES NA CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS NA EDUCAÇÃO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NA MARÉ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E EDUCACIONAIS.....	602
BUSCANDO SAÚDE: O LÚDICO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZADO DAS DOENÇAS ENTEROPARASITÁRIAS E BACTERIANAS	606
ACOMPANHAMENTO DO ESTADO NUTRICIONAL DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CUITÉ-PB: ATENTOS AO ABUSO DA LACTOSE.....	615
PROGRAMAÇÃO DO EVENTO.....	621

APRESENTAÇÃO

ENCONTROS DE SABERES E CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS: APRESENTANDO O III SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR

Bruno Oliveira de Botelho, Islany Costa Alencar, Severino Pedro Felipe, Pedro José Santos
Carneiro Cruz

A Extensão universitária têm desenvolvido pelo Brasil experiências que se contrapõem ao modelo hegemônico, apontando novas formas de relacionamento entre estudantes, professores e comunidade. Essas práticas de alternatividade vêm estimulando o envolvimento e comprometimento social nas ações de pesquisa e ensino que, hoje, se inserem nas agendas das universidades de forma a resistir num contexto nada favorável para o que outrora foram ensejos de transformação.

No curso que se dá a atual conjuntura política brasileira, nos sentimos bastante provocados pelos aprendizados em comunidades e demais práticas populares por meio da Educação Popular, em especial na formação estudantil. Investir nessas ações tanto do ponto de vista teórico, como metodológico, evidenciando e valorizando os diferentes saberes, tem corroborado para fortalecer movimentos no campo da Extensão que se traduz como um trabalho social de resistência política, organizativa e emancipadora para os setores oprimidos.

Assim, sob a luz dos modos de sentir, pensar e agir das classes populares, se faz necessário colocar o saber da academia a serviço do povo e oportunizar trocas que logram êxito ao criar espaços dinâmicos e participativos, para que possamos extinguir os fossos culturais responsáveis por inúmeras crises que não só a econômica.

Impulsionados por estas questões, o III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular – SENAPOPOP, se deu de 16 a 19 de novembro de 2016, no campus I da UFPB, João Pessoa. Em parcerias realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular – EXTELAR, Articulação Nacional de Extensão Popular – ANEPOP, Programa Práticas Integrals da Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica – PINAB, com apoio do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa,

Extensão e Ensino em Economia Solidária e Educação Popular – NUPLAR, Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES, Programa de pesquisa e Extensão Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS – VEPOP-SUS e Universidade Federal da Paraíba – UFPB, o seminário tem como objetivo aprofundar diálogos teóricos em Extensão Popular, a partir das iniciativas, experiências e pesquisas desenvolvidas nos diversos espaços de sua realização.

O III SENAPOPOP é um evento criado para discutir a contribuição que a Extensão universitária, inserida em uma ação pautada na realidade comunitária, tem para a pesquisa acadêmica no sentido de gerar inquietações que se transformam em objetos de pesquisa. Essa pesquisa é feita com compromisso social útil. Social na medida que está em coletivo e útil na medida que se preocupa com as necessidades humanas e são resolutivas a elas.

Na terceira edição do Seminário, sendo a primeira em 2009, e a segunda em 2013, continuamos promovendo todo o evento em tendas e espaços públicos abertos procurando configurar um encontro científico construído numa abordagem dialógica, popular, libertária e emancipadora. Recebemos a comunidade acadêmica de nível superior e nacional, engajados nas atividades de Extensão e pesquisa, mais especificamente aqueles que trabalham ou que desejam trabalhar com uma Extensão comunitária e popular. A taxa de inscrição é de baixo custo para ser o mais acessível possível, sendo assim, o III SENAPOPOP esteve preparado para receber também aqueles que produzem um conhecimento cotidiano, indiciário e comum aos homens e mulheres que se encontram distanciados da academia, apostando ser justamente na riqueza desse encontro que construímos processos transformadores.

O III SENAPOPOP teve como eixo central os “Encontros de Saberes e Construção de Processos Emancipatórios” e essa perspectiva de se pensar e fazer o trabalho extensionista vem, dia a dia, se consolidando como um importante campo de pesquisa, aproximando a universidade de sua função social e apreciando o saber popular, num contínuo processo de alimentação do fazer universitário.

Com essas bases, os Anais reúnem os esforços de todos e todas que se sentiram provocados a destacar suas metodologias e experiências em desenvolvimento na Extensão Popular, conhecendo os diversos desafios que

encontramos ao realizar pesquisas pautadas na Extensão, mas também descobrindo suas diversas modalidades de sistematização.

As metodologias de todo evento, incluindo as sessões de trabalhos, foram pensadas de forma a criar espaços dialógicos que permitam conhecermos uns aos outros com qualidade e garantir espaço para o protagonismo dos participantes, deixando como elemento central a fala das pessoas e a escuta de suas percepções, sentimentos, formulações, reflexões e inquietações com relação ao tema gerador, ao mesmo tempo, podendo escutar com calma nossas referências em mesas redondas.

Por fim, o III SENAPOPOP apresentou referenciais não apenas para repensar a Extensão, mas refletindo sobre o papel das academias diante dos alarmantes problemas sociais, concebendo o conhecimento enquanto mobilizador. Para tal, faz-se necessário ampliar o movimento de pesquisadores e estudantes que atuam nesse campo e continuar a realizar importantes passos nessa direção.

Convidamos todos e todas a se aprofundar nesses desafios, para identificar questões fundantes que vêm sendo descobertas. *Como fazer pesquisa através da extensão? Que metodologias de pesquisa se adequam melhor à Extensão universitária voltada para a construção de uma sociedade emancipada? Como manter o rigor científico em pesquisas engajadas?*

Com essas pesquisas e práticas técnicas de reorganização da vida social desenvolvidas na Extensão, essas ações deixam de ser experiências pontuais e passageiras para gerarem soluções estruturadas e bem formuladas para os problemas sociais. Sendo assim, a pesquisa integrada à Extensão ganha paixão conforme se integra ao enfrentamento das vulnerabilidades das pessoas. Deixaremos então que essa paixão, motor de muitas lutas, viaje nas palavras dos atores e atrizes, que aqui relatam suas diferentes vivências e formas de fazer, ao encontro de todos que quiserem fazer parte deste aprendizado.

O GRUPO DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR – EXTELAR

Pedro José Santos Carneiro Cruz, José Francisco de Melo Neto

O Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR)¹ é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba e cadastrado no CNPq. Criado em janeiro de 1999, nasceu da confluência de vários aspectos teóricos e práticos presentes nos trabalhos de extensão, voltados aos setores populares da sociedade, desenvolvidos pela Universidade Federal da Paraíba e outras entidades no Estado. É decorrente de um movimento de idéias e experiências, permeado de questões geradas nesses trabalhos e que nos cobram seu aprofundamento. Através da aglutinação de pessoas que vivenciam essas questões e que expressam seu ‘espanto’ diante das mesmas, esse grupo de pesquisa vem sendo útil na busca de seus desvelamentos.

Este grupo visa:

- O estímulo ao desenvolvimento de projetos que fomentem a interação entre iniciativas de extensão popular;
- A análise crítica de experiências e formulações teóricas no campo da extensão, possibilitando a interdisciplinaridade e o enriquecimento da formação acadêmica dos participantes do grupo;
- A produção teórico-acadêmica voltada à extensão popular resultantes de pesquisas e estudos desenvolvidos pelo grupo;
- A perspectiva de que o produto da realização de projetos de extensão é fundamento ontológico do ensino e da pesquisa na universidade;
- A discussão e o fomento da extensão na UFPB, no sentido de seu inter-relacionamento com o ensino e a pesquisa;
- A manutenção do debate sobre o papel social da universidade;

¹ Conheça nosso sítio eletrônico em: www.prac.ufpb.br/copac/extelar

- O incentivo à autonomia de projetos voltados à ações educativas promotoras da cidadania crítica e ativa.

Neste grupo, a pesquisa é compreendida como a investigação a respeito daquilo que está se apresentando de forma interrogativa, convidando qualquer um para desenvolver a reflexão crítica sobre a questão surgente. É um trabalho do pensamento e, necessariamente, da linguagem, no sentido de descortinar aquilo que estava encoberto. É, ainda, uma visão de totalidade dessas realidades enquanto que se encaminha para sínteses. Estas, contudo, continuam abertas a novas interrogações, na perspectiva de mudanças, desenvolvendo um sistemático enfrentamento à barbarização social e política de um povo.

No ano de 2016, o EXTELAR vem concentrando suas atividades em quatro frentes distintas, sendo elas: promoção do I Encontro Paraibano de Experiências em Extensão Popular (com apoio do NUPLAR e do PINAB – Programa Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica/DPS/DN/UFPB), realização do III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular – SENAPOPOP (com apoio do NUPLAR e do PINAB – Programa Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica/DPS/DN/UFPB), desenvolvimento de entrevistas com intelectuais e referencias paraibanas da Educação Popular visando à sistematização de uma coletânea intitulada “Uma Antologia da Educação Popular Paraibana” e, ainda, seminários teóricos acerca de temáticas e questões oriundas de pesquisas empreendidas no interior do EXTELAR e defendidas em teses de doutoramento ou dissertações de mestrado no PPGE/CE/UFPB.

O I Encontro Paraibano de Experiências em Educação Popular é coordenado pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), com o apoio do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) e do Programa de Extensão PINAB – Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica, e foi promovido com a participação ativa das seguintes entidades na Comissão Organizadora: Coordenação de Educação Popular - COEP/PRAC/UFPB, Rede de Educação Cidadã - RECID, Conselho Estadual de Saúde da Paraíba, Projeto PEPASF - Educação Popular e Atenção à Saúde da Família, Projeto PalhaSUS,

Programa Mais Saúde na Comunidade, Movimento Popular de Saúde - MOPS e ANEPS Paraíba, Residência Multiprofissional em Saúde Mental/NESC/CCS/UFPB. Aconteceu na Paraíba, entre os dias 18 e 19 de agosto de 2016, objetivando aprofundar diálogos e articulações entre sujeitos que construíram e constroem a história da Educação Popular, enquanto teoria e prática orientadora de trabalhos sociais em qualquer área do conhecimento, no estado da Paraíba e aqueles que a representam nos dias de hoje, contemplando as mais diversas experiências, seja no campo científico, seja no campo social e popular. Este encontro nos permitiu analisar a conjuntura atual para compreender as potencialidades e os desafios que estão postos para a continuidade destes trabalhos, bem como analisar a organicidade das parcerias e tecer redes para fortalecer os movimentos em Educação Popular em nosso Estado.

No que tange a esse III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular – SENAPOPOP, sua realização se dá por constataremos que a Extensão Popular, a cada dia, vem se consolidando como importante campo de pesquisa, aproximando a universidade de sua função social, reconhecendo e valorizando o saber popular, num contínuo processo de alimentação do fazer universitário. Nesse contexto, é objetivo deste Seminário aprofundar diálogos teóricos em Extensão Popular, a partir das pesquisas, estudos e experiências de construção compartilhada de conhecimentos desenvolvidos nos diversos espaços de sua realização.

Sua promoção é coordenada pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) e pela Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), com o apoio do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) e do Programa de Extensão PINAB – Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica, da Universidade Federal da Paraíba, no Campus I da Universidade Federal da Paraíba, entre 16 e 19 de novembro de 2016.

Enquanto objetivo geral do III SENAPOPOP, está aprofundar diálogos teóricos em Extensão Popular, a partir das iniciativas, experiências e pesquisas desenvolvidas nos diversos espaços de sua realização. Dentre os objetivos específicos, ressaltamos:

- Promover o debate teórico sobre a Pesquisa em Extensão Popular;
- Contribuir para o aprofundamento do debate teórico no cotidiano das práticas de Extensão Popular e sua interface com os movimentos sociais populares;
- Destacar as metodologias e práticas em desenvolvimento nas experiências de Extensão Popular;
- Conhecer as diversas modalidades de sistematização das experiências em Extensão Popular.

O projeto de construção de uma Antologia da Educação Popular Paraibana traduz o compromisso do EXTELAR em propiciar com o registro, a sistematização e a socialização da memória e história de educadores/as e pesquisadores/as em Educação Popular no estado da Paraíba, o qual constitui – efetivamente – uma referencia de nível nacional nesse campo. Para tanto, os pesquisadores do EXTELAR tem dedicado esforços na realização de entrevistas com sujeitos de história e relevância, na perspectiva de constituir um texto e um vídeo que consigam registrar e refletir sobre o pensamento desses sujeitos, ao mesmo tempo resgatando suas trajetórias, experiências, reflexões e ideias, bem como a delimitação da contribuição de cada um desses sujeitos ao conceito de Educação Popular, enquanto teoria da Educação e do conhecimento.

Dentre os sujeitos a serem entrevistados, destacam-se: Alder Júlio Ferreira Calado, Ivandro da Costa Sales, José Barbosa da Silva, José Francisco de Melo Neto (Zé Neto), Maria do Amparo Caetano de Figueirêdo (Cida), Raimundo Nonato de Queiroz, Severino Silva, Orlandil Moreira, Vera Lima, Zezinha Moura, Fernando Abath, Socorro Xavier, Timothy Ireland, Eymard Vasconcelos, Erenildo João Carlos, Pedro Cruz, Francisco Xavier Costa, Luiz Gonzaga e Emmanuel Falcão.

A partir do segundo semestre de 2016, o EXTELAR vem promovendo seminários temáticos visando a apresentação de estudos e pesquisas desenvolvidos por seus protagonistas, tanto na perspectiva da socialização das ideias e considerações emergentes dos mesmos, como para incentivar a discussão e a problematização dos conhecimentos construídos a partir das experiências em Extensão Popular e em Educação Popular. Cada Seminário ocorre com uma Palestra de até 40 minutos do pesquisador, seguida de uma Roda de Conversa com o público participante, com até 2 horas e 20 minutos para debate e diálogos.

Semanalmente, tanto durante as reuniões ordinárias do EXTELAR, como em diferentes espaços e horários, os professores pesquisadores promovem encontros de orientação científica com os estudantes orientandos, em diferentes níveis, tanto nível de graduação (monografia/TCC), como mestrado e também doutoramento.

Nesses momentos, se dá apresentação do andamento dos estudos e pesquisas, bem como se debatem pilares e eixos metodológicos para a condução dos processos investigativos. Ademais, são apresentados resultados parciais, os quais são discutidos, problematizados e refletidos coletivamente.

Outro momento importante é o exercício da apresentação das defesas de monografia, dissertação e teses no âmbito do grupo, onde há uma pré-exposição, por parte do orientando, de sua apresentação, na perspectiva de se fazer um treinamento prévio, bem como se promover um debate entre os membros do grupo, inclusive com a emergência de sugestões, críticas, propostas e ideias para a qualificação das apresentações. Outrossim, tal exercício incrementa a preparação, disposição e estímulo dos orientados para a execução das apresentações no momento devido, no âmbito do PPGE ou NUPLAR.

Todas essas discussões coletiva têm por compromisso abastecer os orientandos com contrapontos, ideias, críticas e proposições para a qualificação permanente de seus esforços científicos, bem como apoiando continuamente com estímulo e monitoramento os trabalhos em nível de conclusão de graduação e de pós-graduação.

Finalmente, em nossa visão, o III SENAPOPOP contribui na reunião e diálogos de pesquisadores e filósofos animados com o debate teórico e metodológico em Extensão Popular e em perspectivas de Pesquisa nessa direção. Assim, os que fazem o EXTELAR, o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, entendem ser necessária a contínua retomada do mesmo em torno das metodologias qualitativas de pesquisa, em especial a Pesquisa-Ação, agora, em nível nacional. Portanto, a reflexão sobre a Pesquisa-Ação é algo no interior da disciplina da pesquisa qualitativa mas, também, exige, diferentemente de outras formulações epistemológicas, a necessária prática de suas técnicas e a submissão das mesmas

ao crivo e ao rigor das exigências acadêmicas e, além do mais, o necessário debate sobre o papel social do conhecimento, da pesquisa qualitativa e da Pesquisa-Ação.

A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR – ANEPOP

Islany Costa Alencar, Bruno Oliveira de Botelho, Renan Soares de Araújo

A ANEPOP se caracteriza por ser um movimento de amplitude nacional que reúne atores sociais envolvidos em ações de Extensão Universitária orientadas pela perspectiva teórica metodológica e pelos princípios ético políticos da Educação Popular, que tem como objetivo concretizar espaços de troca de experiências, discussão e estudos sobre as possibilidades e desafios desta perspectiva de Extensão no contexto universitário brasileiro, buscando construir de forma coletiva, estratégias de luta para o fortalecimento institucional desta proposta. Articulam-se a este coletivo estudantes, professores, técnicos, trabalhadores de serviços públicos e movimentos populares ligados a estas ações de Extensão.

O Movimento foi criado no ano de 2005 e constitui-se como um ambiente estratégico de encontro e diálogo, o qual viabiliza a divulgação das ações empregadas pelos atores e coletivos que a compõe, como também possibilita o socializar de referências teóricas e metodológicas que orientam as experiências de Extensão Popular em suas variadas realidades de aplicação – mostrando a diversidade de interfaces que esta comporta.

A ANEPOP configurou-se, inicialmente, como estratégia criada por atores do então Movimento Nacional de Extensão Popular, visando oportunizar um primeiro elo de encontro e aproximação entre os extensionistas do Brasil. Por meio de uma lista de discussão, esperava-se que essa articulação favorecesse os extensionistas nacionais a não perderem o contato nem a animação que tiveram em seus encontros mediante aos eventos e congressos que aconteciam em toda parte do Brasil.

A constituição da ANEPOP representou um amadurecimento e importante avanço para o movimento da Extensão Popular, uma vez que

propunha o envolvimento de todos os indivíduos vinculados à extensão, e não só os extensionistas graduandos. Ademais, promoveu o reconhecimento desses atores quanto ao “popular” estar presente em suas práticas enquanto uma forma ética e, infelizmente, diferenciada de fazer a Extensão na situação em que se encontram as Universidades.

Em seguida, foi compreendido a necessidade de uma articulação mais orgânica, ativa e, principalmente, propositiva, que não fosse apenas trocas de olhares e mensagens eletrônicas, mas representasse um avanço na construção de mudanças no cenário da Extensão Universitária nacional.

Ao longo de sua jornada, a Articulação vem contando com o apoio, parceria e construção compartilhada de coletivos nacionais de Educação Popular, tais como: a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS), a Rede de Educação Popular e Saúde (REDEPOP) e o Grupo de Trabalho de Educação Popular da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO).

Ademais, somam-se a ANEPOP diversos outros coletivos que auxiliam no aprimoramento das perspectivas de luta e avanços para o campo da Extensão Popular em distintas localidades e instituições, constituindo uma rede de troca de experiências e partilha de estratégias para a caminhada da Extensão Popular em muitas universidades brasileiras. Neste sentido, têm participado da ANEPOP coletivos de Rio Grande - Rio Grande do Sul; Porto Alegre - Rio Grande do Sul; Florianópolis - Santa Catarina; Campinas - São Paulo; São Carlos-São Paulo; Rio de Janeiro - Rio de Janeiro; Dourados - Mato Grosso do Sul; Campo Grande - Mato Grosso do Sul; Cuiabá - Mato Grosso; Brasília - Distrito Federal; Belém - Pará; São Luís - Maranhão; Fortaleza - Ceará; Teresina - Piauí; Natal - Rio Grande do Norte; João Pessoa - Paraíba; Recife - Pernambuco; Aracaju - Sergipe; Salvador-Bahia; Juiz de Fora- Minas Gerais, etc.

A carta de Brasília, escrita e publicada em 14 de dezembro de 2005, meados de sua gênese, ilustra bem os objetivos com os quais a articulação caminhou desde então. São estes: reforçar e revitalizar os espaços virtuais de articulação do movimento extensionista já existente; mapear, fortalecer e dar visibilidade às práticas de Extensão com um caráter Popular; Criar novos

espaços de encontro, para discussões teórico-metodológicas e experiências; incluir como estratégia o vínculo dos projetos de Extensão com os movimentos sociais; aproximar tais projetos do movimento estudantil e suas entidades representativas; reivindicar uma participação ativa na organização de congressos brasileiros que discutam a Extensão e a Educação Popular; utilizar as vivências e experiências pedagógicas orientadas pela Educação Popular como base para a construção de uma formação mais comprometida com uma transformação social; e por fim, compreender a extensão guiada pela Educação Popular como instrumento capaz de reorientar a formação.

Para trabalhar com estas propostas, a articulação tem desenvolvido ações em várias frentes ao longo dos últimos anos, em diversos estados, rediscutindo não só a Extensão, mas também o ensino e a pesquisa, nos diversos tipos de saberes.

No ano de 2007, a ANEPOP iniciou uma parceria com o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) e co-organizou o II e o III Seminário Nordestino de Pesquisa em Extensão Popular e o I, II e III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (SENAPOP), todos realizados no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, envolvendo extensionistas, educadores e movimentos em Educação Popular dos mais variados recantos do país. Além destas, a Articulação também participou da organização dos Congressos Nordestinos de Extensão e de duas edições dos Encontros Nacionais do FORPROEX. Em parceria com a ANEPS, a ANEPOP realizou na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, em Julho de 2010, seu I Seminário Nacional.

Cumprе ressaltar que, no decorrer de sua caminhada, a ANEPOP contribuiu ativamente na construção da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (BRASIL, 2012), a partir de um diálogo propositivo com o Ministério da Saúde, através do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde.

Ademais, desde o 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), a Articulação vem protagonizando a construção da Tenda Paulo Freire, o que representa uma conquista significativa para a participação estudantil e dos movimentos populares na organização de eventos no âmbito da Extensão.

Como um marco de sua atuação, no ano de 2013, a ANEPOP lançou o primeiro livro de sua história, o qual reuniu relatos, depoimentos e reflexões teóricas de seus membros em todo país, intitulado: Educação Popular na Universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), lançado pela Editora Hucitec e pela Editora Universitária da UFPB (CRUZ et al., 2013). Através desse produto, a articulação promoveu um curso ministrado em Universidade Federal, com os autores convidados para incitar debates que ressignificassem a relação entre Extensão e o Ensino em salas de aula. Além disso, o segundo livro já foi elaborado e está em seu processo final de editoração.

Desde o ano de 2015, a articulação investiu em uma parceria com o programa VEPOP-SUS, criado em 2005. Este Programa constitui ação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde SUS (PNEP-SUS), com apoio do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES), com o apoio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP). O VEPOP-SUS visa fortalecer experiências de Extensão Popular na linha da Educação Popular em Saúde, de maneira integrada com os espaços do Sistema Único de Saúde (SUS) e comprometida com a formação de trabalhadores para atuação com postura ético-política humanística, interdisciplinar e participativa.

Em conjunto com o VEPOP-SUS, a ANEPOP tem trabalhado nos últimos 2 anos em frentes de ação, como: Mapeamento de experiências de Extensão em Educação Popular em todas as regiões do país, o qual encontra-se atualmente em fechamento e análise de dados. Este mapeamento representa a criação de uma rede com os diversos movimentos de Extensão Popular no Brasil, com a qual a ANEPOP estará construindo ações a partir de 2017, apoiando à promoção de encontros e eventos na área de formação e extensão em saúde com ênfase na Educação Popular e mobilizando há formação de sujeitos e demais coletivos nacionais de educação popular e saúde que valorizem a extensão.

Agora, em 2016, a ANEPOP tem pensado estratégias de ação em eventos regionais e nacionais, onde se elaboraram propostas e constroem coletivamente ações de formação, mobilização e reivindicação. Dessa forma,

vem se configurando a partir de estratégias como a promoção de eventos locais, regionais e nacionais para discussão do tema; a criação de grupos de pesquisa e extensão nas universidades; a organização de livros sobre a temática; a construção de ambientes virtuais de comunicação e trocas de experiências; a realização de estágios de vivência em comunidades, dentre outras.

Passando por uma grande renovação durante a organização da 4ª Mostra Nacional de Experiências e Reflexões em Extensão Popular, a ANEPOP se fez presente no 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - CBEU e lá unimos forças e aquecemos uma série de debates que seriam importantíssimos para dar vida a nossa próxima ação. No 7º CBEU incorporamos a militância em um evento de grandes proporções, panfletando vários materiais com problematizações pouco vistas em meio à programação: como fortalecer a pesquisa através da Extensão? Para quem e para que serve a produção de conhecimento das universidades?

Retomando a parceria iniciada em 2007 com o EXTELAR e firmando novas perspectivas com o Program Práticas Integrals e Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica – PINAB, culminamos essa provocação no III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular – SENAPOPOP, tomou forma em João Pessoa – Paraíba, no campus I da UFPB. Recebemos participantes e convidamos educadores populares de vários cantos do país, construindo um espaço bastante favorável para promover a troca de experiência em que acreditamos.

A experiência da ANEPOP evidencia alguns elementos capazes de trazer contribuições efetivas para a construção de uma Universidade socialmente comprometida, na medida em que apresenta possibilidades inovadoras para a participação e protagonismo estudantil em um cenário abrangente; bem como desvela um potencial pedagógico e educativo para seus participantes. Conforme Cruz (2010), a singularidade desta experiência está expressa exatamente por sua possibilidade em inserir os estudantes em espaços protagônicos de âmbito e escala nacional, o que acarreta no aprendizado sobre o conviver com pessoas distintas numa proporção bem diferente e maior do que a vivenciada no contexto das experiências de Extensão locais.

O encontro com outras experiências e possibilidades de atuação no campo da Extensão, alimenta o entusiasmo dos extensionistas, pois estes enxergam que não estão sozinhos em suas práticas. Portanto, fomenta-se um espaço de troca de desafios e ações exitosas, o que favorece o fortalecimento coletivo, ao identificar no outro a sua realidade.

Podemos perceber que potencializar espaços de troca de experiências em Extensão Popular vem sendo fortalecedor no sentido de permitir que através do outro possamos refletir e redesenhar a nossa prática. É importante reconhecer que o êxito da Articulação não veio apenas de práticas de Extensão Popular, mas de pessoas, vindas destas práticas, dispostas a construir juntas e comprometidas em fazer algo.

Apesar dos desafios que se encontram no movimento nacional, podemos afirmar que a ANEPOP tem propiciado cenários favoráveis para o exercício do compromisso social da universidade, pelo diálogo setorial com a sociedade em seus diversos setores, especialmente os populares. Acreditamos que espaços como o III SENAPOPOP se configuram em cenários como esses. Reconfirmamos essa crença cada vez que nos encontramos e vamos percebendo nos olhares uns dos outros o quanto significativo é estar ali, como podemos estar em tantos lugares do Brasil simplesmente por nos unirmos.

Referências

CRUZ, P.J.S.C. **Extensão popular**: a pedagogia da participação estudantil em seu movimento nacional. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

O PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO VEPOP-SUS: VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE NO SUS

Pedro José Santos Carneiro Cruz, Eymard Mourão Vasconcelos, Ernande Valentin do Prado, Daniela Gomes de Brito Carneiro, Adriana Maria Macedo de Almeida Tófoli, Bruno Oliveira de Botelho, Darlle Soares Sarmento, Luana Jesus de Almeida Costa

Por meio de Termo de Cooperação celebrado em 2013, vem sendo coordenado, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Projeto de Pesquisa e Extensão “VEPOP-SUS: Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS”, apoiado pelo Ministério da Saúde, no contexto da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS), com apoio financeiro do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde (TC 383/2013), por meio do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DGES) da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) e com apoio técnico da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP).

O VEPOP-SUS visa fortalecer experiências de Extensão Popular na linha da Educação Popular em Saúde, de maneira integrada com os espaços do Sistema Único de Saúde (SUS) e comprometida com a formação de trabalhadores para atuação com postura ético-política humanística, interdisciplinar e participativa.

Em sua frente nacional vem atuando a partir de uma equipe operacional de pesquisadores e consultores ancorada na UFPB, com ações de articulação e integração entre as diversas iniciativas e experiências de extensão em Educação Popular e Saúde no país.

Toda gestão se dá através de eventos, oficinas, encontros, difusão de informações, compartilhamento de publicações e materiais didáticos no campo da Educação Popular e do SUS. Pela promoção regular do Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC) há uma oportunidade de vivências e experiências de estudantes de graduação de todo o país em práticas de Extensão orientadas pela Educação Popular nos espaços do SUS.

Em nível estadual a proposta é realizada no âmbito da Paraíba tanto pelo apoio à continuidade perene de trabalhos de extensão nas comunidades que são cenário dos ENEC, como quanto pela articulação e apoio às iniciativas de extensão articuladas a partir do grupo de pesquisa em Educação Popular em Saúde e pelo MOPS/ANEPS Paraíba.

O VEPOP-SUS foi criado em 2005, como estratégia de valorização das vivências em comunidades e práticas populares, por meio da Educação Popular, na formação estudantil em saúde. Em 2007, foi desativado, sendo rearticulado apenas em 2012 graças à iniciativa do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC/PRAC/UFPB) e da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), com apoio do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS/MS).

Suas frentes de ação são: 1. Mapeamento de experiências de Extensão em Educação Popular em Saúde no SUS em todas as regiões do país; 2. Impressão e distribuição em todo o país de publicações de Extensão em Educação Popular e Saúde, inclusive um Caderno de Extensão Popular em Saúde; 3. Difusão de ideias, diálogos e experiências sobre Extensão Popular no SUS através da Comunicação, Informação e Mídias Digitais no sítio eletrônico; 4. Apoio à mobilização e formação de sujeitos da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) e demais coletivos nacionais de educação popular e saúde que valorizem a extensão; 5. Apoio à promoção de encontros e eventos na área de formação e extensão em saúde com ênfase na Educação Popular; 6. Retomada da realização semestral do Estágio Nacional de Vivências de Extensão Popular em Comunidades – ENEC, visando a sensibilização e mobilização de novos sujeitos para o movimento da Extensão Popular no país.

São objetivos do VEPOP-SUS:

- Apoiar o desenvolvimento de projetos de extensão universitária orientados pela educação popular em saúde no âmbito da UFPB;
- Acompanhar e apoiar pedagogicamente diferentes iniciativas de extensão popular em saúde em nível nacional;

- Promover ações de formação acerca da Educação Popular em Saúde, abordada tanto do ponto de vista teórico, como metodológico, cultural e organizativo-político;
- Evidenciar conhecimentos para a reflexão crítica acerca das ações e práticas de Extensão em Educação Popular e Saúde promovida nos serviços públicos de saúde, comunidades e nos movimentos populares;
- Mapear as experiências, metodologias e práticas de Extensão em Educação Popular e Saúde, na perspectiva da produção do conhecimento e do aprimoramento da comunicação entre os atores das diversas práticas e ações deste campo;
- Sistematizar experiências para apoiar a mobilização e formação na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) e demais coletivos de Educação Popular e Saúde;
- Apoiar a promoção de encontros e eventos científicos na área de formação e extensão com ênfase na Educação Popular em Saúde;
- Incentivar e aprimorar o registro, a pesquisa e a sistematização de experiências exitosas em extensão popular e saúde nas diferentes iniciativas em nível nacional.

Por meio do VEPOP-SUS espera-se estimular em todo o país a Educação Popular como expressão da construção de caminhos e novas práticas de saúde na formação dos profissionais, protagonizando o campo popular e os serviços públicos de saúde.

Nesse contexto, o VEPOP-SUS, por meio do Convênio 383/2013 UFPB/MS/FNS, vem logrando êxito, em nossa avaliação, no sentido de colocar novamente uma linha de ação nacional para a Extensão Popular na cena acadêmica, social e política da formação em saúde no Brasil, corroborando para fortalecer experiências, práticas, movimentos e reflexões no campo da Extensão Popular, traduzida como trabalho social agregados de uma perspectiva emancipatória para as ações de Extensão em Educação Popular em Saúde.

Apesar do fato dessa primeira etapa do VEPOP-SUS, no contexto da PNEPS-SUS, não ter contemplado o financiamento direto de experiências em Extensão Popular, acreditamos ter constituído uma importante instância para o desenvolvimento fecundo do programa como estratégia da PNEP-SUS nos próximos anos: a configuração e consolidação de uma equipe executiva que trabalhou se estabelecendo, cada vez mais, como uma instancia executiva e articuladora de ações de apoio à Extensão Popular no SUS em todo o país.

O PROGRAMA DE EXTENSÃO PINAB – PRÁTICAS INTEGRAIS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E NUTRIÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA

Elina Alice Alves de Lima Pereira Pereira, Renan Soares de Araújo , Pedro José Santos Carneiro Cruz, Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos , Eulina Pereira Ferreira Ferreira

Dentre as iniciativas e experiências que apoiam e/ou promovem o III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (III SENAPOPOP), está presente o Programa de Extensão PINAB - “Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica”, vinculado aos Departamentos de Promoção da Saúde e de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O PINAB é orientado pela perspectiva ético-política da Educação Popular (EP) e atua desde 2007 com as comunidades Boa Esperança, Pedra Branca e Jardim Itabaiana, na cidade de João PessoaPB. Seu objeto consiste em ações formativas e práticas sociais com foco no agir emancipatório diante dos determinantes sociais de saúde e do enfrentamento à fome e pobreza no território, de maneira articulada ao serviço de saúde e outros equipamentos sociais.

O PINAB objetiva contribuir com a construção compartilhada de iniciativas educativas, de espaços sociais comunitários e de práticas de cuidado integral pautadas pela EP e pela Participação Social, articulados aos princípios da Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Além disso, promover uma comunicação dialógica dos estudantes universitários com o mundo popular e seus protagonistas, propiciando aprendizados acerca dos limites e potencialidades do agir crítico em saúde, pelo mergulho estudantil nos desafios e caminhos da ação participativa em saúde comunitária.

As ações são desenvolvidas com comunidade, trabalhadores da Unidade de Saúde da Família (USF) Vila Saúde, sujeitos de outros equipamentos sociais, bem como residentes de Medicina de Família e Comunidade da UFPB. Organizase a partir de grupos operativos geridos com a comunidade e a USF: Brincando com a mente (de promoção e cuidado integral coletivo à Saúde Mental); HiperDia (com

discussões visando a convivência com hipertensão e diabetes com qualidade de vida); Caminhada (visando o apoio social para a realização permanente de atividade física); Terapia Comunitária (espaço permanente de fortalecimento solidário das redes de apoio social no território); e Horta na USF (espaço para plantio, cultivo e socialização de ervas medicinais e fitoterápicos). Há ainda atividades de apoio ao Movimento Popular de Saúde da Paraíba; mapeamento de serviços em SAN no território; Fórum Intersectorial de SAN na comunidade; apoio a encontros desenvolvidos na linha da EP e da Participação Social.

Percebe-se contribuição na formação de profissionais com postura crítica e emancipatória, compromissados com a participação nas demandas populares, a garantia da saúde como direito e o enfrentamento de situações de exclusão social. Isso tem se dado de maneira contínua, mediante a inserção estudantil em processos de construção de práticas sociais em um abordagem que valoriza os vínculos afetivos, solidários e dialógicos.

O Programa tem favorecido o surgimento de práticas comunitárias, bem como a colaboração com o fortalecimento de iniciativas já existentes, o que vem corroborando com a dinamização dos espaços sociais de promoção da saúde e da SAN naquele território, de maneira crítica e interdisciplinar. Ademais, tem se priorizado a construção de conhecimentos nessa experiência, o que vem se dando através da organização de livros, publicação de artigos e orientação de educandos em graduação e pós-graduação, incluindo a promoção de uma disciplina optativa no curso de Medicina da UFPB.

Em termos positivos, os caminhos trilhados nas frentes apontam para o estímulo à participação social, à problematização da realidade local e à constituição de abordagens inovadoras para a promoção da saúde e da SAN no território, respeitando à cultura local e o protagonismo de seus sujeitos. Assim, constrói-se uma abordagem de agir crítico em saúde e em nutrição pautada pelo encontro profundo com o outro, pela valorização dos saberes da vida dos sujeitos das práticas populares e do mundo comunitário.

O PINAB, por meio de suas ações, tem apoiado iniciativas emancipatórias com vistas ao empoderamento comunitário, na perspectiva de aprimorar estratégias e caminhos participativos do cuidado, participação e educação em

saúde, sobretudo quanto à construção de saberes e práticas para uma vida com qualidade e dignidade. Para tanto, destacamos a importância do diálogo como elemento fundante nesse processo, bem como da Educação Popular, enfatizando-se o reconhecimento da alteridade, dos sentidos dos outros e o enfrentamento crítico, criativo e participativo dos determinantes sociais em saúde.

O PINAB justifica sua participação ativa nesse processo por considerar que os empreendimentos extensionistas precisam extrapolar suas dimensões e ênfases locais, articulando-se com outros espalhados por todo o país, fortalecendo redes de comunicação, trocas de experiências e diálogo metodológico crítico, na perspectiva de se permitir permanentemente o avanço da Extensão Popular como caminho reorientador do pensar e fazer universitário. Conforme almejada por muitos de nós que atuamos cotidianamente em trabalhos sociais inspirados e orientados pela perspectiva pedagógica freireana, a transformação da formação universitária e a efetivação de seu compromisso social para com os mais excluídos somente será possível se cada experiência, iniciativa, trabalho, projeto ou programa desafie sair de seu lugar comum, para comunicar os aprendizados, limites e descobertas acumuladas em seu fazer, como também, conhecendo tantos outros, fortalecer estratégias coletivas e ampliadas de contrahegemonia no seio acadêmico.

A mudança exige um agir político, estratégico e coletivo. Apostar na criação de espaços públicos de reflexão teórica, metodológica e política, como o SENAPOPOP é, ao nosso ver, um caminho fundamental e necessário nos tempos de hoje.

CATEGORIA 1

METODOLOGIAS E DESAFIOS

DA PESQUISA EM EXTENSÃO

POPULAR

A INFLUÊNCIA DA ENFERMAGEM NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maurício Caxias de Souza¹; Hudson Silva de Oliveira²; Patrícia Serpa de Souza Batista³

¹ Projeto de Educação Popular e Atenção à Saúde da Família – Universidade Federal da Paraíba (PEPASF/UFPB); ² Projeto de Enfermagem na Comunidade – UFPB; ³ Professora Coordenadora do Projeto de Enfermagem na Comunidade – UFPB

RESUMO

Objetivou-se com este estudo analisar as publicações científicas com enfoque em Educação Popular em Saúde disponíveis em periódicos *on line* indexados na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), no período de 2007/2012. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura vigente, descritiva de abordagem quantitativa. Utilizou-se o banco de dados LILACS, Biblioteca virtual da SCIELO e os descritores: educação em saúde, promoção da saúde, e enfermagem em saúde comunitária. Para os critérios da seleção dos artigos: estarem relacionados com a educação em saúde; autoria de profissionais da saúde; e ter sido publicado entre os anos de 2007 a 2012. 09 artigos foram selecionados. **Resultados:** Evidenciamos um maior quantitativo de estudos publicados no ano de 2010/2012, produzidos por enfermeiros e acadêmicos multidisciplinares, no idioma português. **Conclusão:** A enfermagem deve persistir em busca de transformação social a partir da Educação Popular em Saúde, incentivando e criando laços favoráveis para seu acontecimento. Deve-se valorizar mais a pluralidade de saberes e incentivar a educação como processo de autoformação social, através da criação de Políticas Públicas voltadas a essa temática.

PALAVRAS-CHAVES: Educação em saúde; promoção da saúde; enfermagem em saúde comunitária.

INTRODUÇÃO

Conforme Streck (2007), o Brasil é um país que há um longo tempo vem sofrendo com sua forma de lidar com a saúde. Isso constata-se desde a colonização e persiste através de uma sociedade em que ainda existe uma certa exploração e desigualdade para com os pobres, mulheres, crianças e idosos, principalmente quando se trata de sujeitos pertencentes a uma classe menos favorecida. Porém, atualmente a Educação Popular em Saúde apresenta-se como portadora de uma inter-relação entre a participação social e o teórico/ metodológico, a fim de transformar as tradicionais práticas de Educação em Saúde, contribuindo assim para uma superação das realidades encontradas e resultando em uma melhor qualidade de vida a todos.

De acordo com o Ministério da Saúde, em seu Caderno de Educação Popular em Saúde (2007) afirma-se a educação em saúde como prática na qual existe a participação ativa da comunidade, que proporciona formação, educação sanitária e aperfeiçoa as atitudes indispensáveis para a vida.

Conforme Oliveira *et al* (2007), é sabido que melhorias na qualidade de vida de comunidades podem se organizar através de ações que objetivam a manutenção da saúde, a prestação de assistência de enfermagem, vivenciando experiência de um trabalho interdisciplinar em uma equipe de saúde coletiva.

Para American Nurse Association (2007) apud Rubens (2008), a Enfermagem é a proteção, promoção e otimização da saúde e capacidades, prevenção das doenças e danos, alívio do sofrimento através do diagnóstico e tratamento da resposta humana, além de defender o cuidar dos indivíduos, famílias, comunidades e populações em geral.

A promoção de Educação Popular em Saúde (EPS) é uma forma estratégica positiva para contribuir com a construção do Sistema Único da Saúde (SUS). Deste modo, compreende-se a Educação Popular (EP), como uma concepção de educação, desenvolvida por meio de processos contínuos e permanentes de formação, que possui a intencionalidade de transformar a realidade a partir do protagonismo dos sujeitos através de diferentes formas de comunicação, principalmente o diálogo.

Para tanto, é neste sentido que a enfermagem contribui para a EP em Saúde, através de atividades que envolvam a promoção e prevenção da saúde, a fim de reduzir o processo de adoecimento de comunidades.

Discutir EPS não apenas como campo de saber e fazer em saúde em constituição no Brasil, mas como política integrante do SUS, requer reflexões a respeito de questões que emergem no processo de institucionalização de uma política, ao evidenciar distintos atores, concepções, táticas e estratégias que, a despeito da diversidade, convergem no sentido de enfrentar os determinantes das condições de saúde, ou seja, transformar as condições de vida (DAVID, 2010).

A EP emergiu a partir de movimentos populares, intelectuais, profissionais da saúde e militantes comprometidos com transformações nas condições de vida e saúde da população. Sua base teve início com Paulo Freire em 1964 através do Programa Nacional de Alfabetização no qual pregava práticas de libertação e emancipação, além de problematizar questões de saúde, tendo como animadores: estudantes, professores universitários (participantes de projetos de extensões universitárias) e lideranças populares (BONETTI, 2011).

A EP acontecia na informalidade. Nos encontros, os saberes e fazeres da cultura popular eram afirmados através das cartilhas e manuais incentivando assim uma luta e participação consciente por uma melhoria nas condições de vida e saúde, através da troca de saberes, resultando também em uma transformação nas relações de subordinação e opressão, em favor da autonomia.

Deste modo, Bonetti (2011) compreende a EPS como um movimento que expressa-se nas práticas de cuidado, na produção de conhecimentos compartilhados e na constituição de sujeitos que tornam-se atores/protagonistas políticos no campo da saúde, colocando assim a EPS como estratégia indispensável aos projetos de transformação da sociedade. E de certa forma, a Enfermagem encontra-se participante, em especial, através de projetos de extensão universitária.

Perante do exposto o objetivo do estudo foi analisar as publicações com direcionamento em EPS disponíveis em periódicos indexados na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), no período de 2007 a 2012.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura vigente, pela abordagem frente às definições de conceitos, revisão de teorias e evidências e análise de problemas metodológicos. Estudo sistemático, explícito e passível de reprodução, servindo para nortear o desenvolvimento de futuras investigações científicas. Onde, foi utilizada uma estratégia de busca precisa, contemplando rigoroso critério de inclusão e exclusão da qualidade do material científico selecionado.

O presente estudo objetiva ainda a investigação de publicações com enfoque EPS levantadas a partir da BVS.

A busca da literatura científica foi realizada no período de agosto de 2012 a setembro de 2012, em consulta direta a BVS, do acervo LILACS, da biblioteca Scielo, utilizando-se como descritores: Educação em Saúde. Promoção da Saúde. Enfermagem em Saúde Comunitária.

A seleção do material empírico ocorreu a partir dos seguintes critérios de inclusão: 1º estudos que abordassem a temática “Educação em Saúde”, “Promoção da Saúde”, e “Enfermagem em Saúde Comunitária”, 2º no período dos anos de 2007/2012; 3º Disponíveis nos idiomas português e espanhol e 4º disponibilidade de consulta do artigo na íntegra ou resumo.

A procura resultou em 289 artigos, porém 09 artigos foram selecionados, disponibilizados em sua totalidade por atender e contemplar os objetivos deste estudo. Os dados obtidos foram organizados e apresentados na modalidade quadro, utilizando-se frequências absolutas. Selecionamos apenas as literaturas pertinentes ao presente estudo respeitando-se a autoria dos mesmos.

RESULTADOS

Notou-se que dos 09 artigos selecionados alguns foram encontrados em periódicos de Enfermagem, porém outros em periódicos de outras áreas mais distintas. Mas todos contemplando a EPS. Para análise das informações foi realizada a organização do conteúdo encontrado quanto ao periódico, ano, país, título, autoria, tipo de estudo, objetivos, resultados e conclusão entre os artigos publicados, como expõe o quadro abaixo.

Observe que os artigos científicos selecionados para amostra relativa refere-se aos anos de 2007 a 2012.

Periódico/Ano	Título	Conclusão
Texto Contexto Enfermagem 2007/Brasil	O Modelo explicativo popular e profissional das mensagens de cartazes utilizados nas campanhas de saúde.	Concluiu-se pela necessidade de participação do receptor final na elaboração do conteúdo e da arte dos cartazes utilizados nas campanhas de saúde, assumindo, assim, esse receptor dimensões do processo comunicacional, que serão determinadas pelos fatores culturais, econômicos e sociais, dentre outros
Educação e Pesquisa 2008 / Brasil	José Martí e a Educação Popular: um retorno às fontes.	Este estudo com certeza não faz justiça à amplitude e à densidade do pensamento de José Martí. É antes de tudo um exercício de apropriação mais sistemática de uma das fontes de nosso passado
Cad. Cedes 2009 / Brasil	Educação Popular, saúde, equidade e justiça social.	A área da Saúde terá que pensar em formar profissionais

		com saberes mais focados, mais firmativos para a saúde popular (inclusive enfermeiros).
Rev. Bras. Enfermagem 2010 / Brasil	Mudanças na formação e no trabalho de enfermagem: uma perspectiva da educação popular e de saúde.	Conclui-se da importância de contribuir para os debates sobre a formação e o trabalho de Enfermagem, na perspectiva de uma prática profissional comprometida com um projeto social mais amplo de mudança.
Cad. Saúde Pública 2011 / Brasil	Compreendendo a Educação Popular em Saúde: um estudo na literatura Brasileira.	Concluiu-se que a Educação Popular em Saúde como movimento e prática social que se organiza na construção de um projeto político para a saúde na perspectiva das classes populares; e como tema de reivindicação, enquanto política específica a ser integrada no SUS por parte dos coletivos que se organizam em torno da educação

		popular em saúde.
Revista APS 2011 / Brasil	Educação Popular em Saúde como Política do Sistema único de Saúde.	Concluiu-se que a educação Popular encontra-se organicamente vinculada ao movimento de forças políticas e culturais empenhadas na melhoria da qualidade de vida das pessoas.
Ciênc. Saúde Coletiva 2011 / Brasil	Educação em Saúde: Percepção dos enfermeiros da Atenção básica em Uberaba (MG).	Enfermeiros com novo olhar sobre a educação em saúde, pautado em relações dialógicas e na valorização do saber popular.
Rev. Bras. De Educação Médica. 2012 / Brasil	Experiência Educativa com Grupos de Atenção à Criança em Mariana-MG.	Concluiu-se que a aproximação entre profissionais de saúde e população, historicamente pautada pela dicotomia entre o saber técnico e o saber popular, é beneficiada por ações que permitem a criação de espaços de diálogo, como os que foram desenvolvidos no grupo com o suporte da metodologia da educação popular.

Rev. Bras. Enfermagem. 2012 / Brasil	A enfermagem brasileira e a democratização da Saúde: notas sobre a Política Nacional de Educação Popular em Saúde.	Não há o momento certo ou adequado de se fazer Educação Popular voltada para a saúde. Precisa-se de um caminhar coletivo em processo de enfrentamento resultando em transformações das práticas de saúde.

Nota-se no geral que a região Sudeste (Minas Gerais e Rio de Janeiro) foi à região que deu mais visibilidade na publicação de artigos sobre a temática com 66,6%, seguidos da região Nordeste (Ceará e Paraíba) com 22,2%. A região Centro-Oeste (Brasília) e a região Sul (Rio Grande do Sul) emergiam uma publicação equivalente a 11,1% do total das amostras levantadas.

O periódico que mais prevaleceu foi a Revista Brasileira de Enfermagem 22,2%, seguido das demais que totalizaram 11,11% dos periódicos: Revista APS, Revista Brasileira de Educação Médica, Ciência e Saúde Coletiva, Texto e Contexto, Educação e Pesquisa, Caderno Cedes.

Foram encontrados 24 autores e co-autores, dos quais 35% são doutores, 34% são acadêmicos; 21% são mestres, 4% possui o pós-doutorado, e 3% possui especialização.

Em se tratando da Enfermagem, 32% das autoras e coautoras são enfermeiras (63% são doutoras, 24% são mestres, e 12,6% são especialistas). Analisando os artigos foi observado que algumas enfermeiras possuíam mais de uma titulação apresentada.

DISCUSSÃO

A educação em saúde classifica-se como uma das intervenções potencialmente decisivas na promoção da saúde, pois se faz a partir da análise,

problematização e proposição da própria equipe e comunidade, que se constituem como sujeitos do processo (CERVERA, 2011).

Apesar de escasso, no Brasil ainda temos profissionais da Enfermagem comprometidos com Educação em Saúde, mas muitas vezes, as experiências de EPS são desenvolvidas apenas por iniciativa desses profissionais através de projetos de extensão universitária (por professores de instituições de ensino superior e acadêmicos), sem que houvesse uma política específica de indução por parte dos gestores municipais, chegando mesmo a ocorrer resistências por parte destes. Existem ainda os espaços livres, democráticos onde ocorrem trocas e práticas de saberes nos eventos acadêmicos da enfermagem (Tendas de Educação Popular em Saúde).

A educação popular em saúde problematizava as questões de saúde, tendo como animadores os participantes dos projetos de extensão universitária (estudantes e professores universitários) e lideranças populares. (...) Hoje a educação popular em saúde na enfermagem ganha visibilidade em eventos acadêmicos. Apresentam-se em mesas redondas, conferências, teses, experiências, argumentos e justificativas, além de produzirem acontecimentos como as Tendas de Educação Popular em Saúde. (BONETTI, 2011. p. 398, 404)

A tentativa de incorporar a educação popular à atenção à saúde tem enfrentado tanto o poder político como o econômico dominante, hegemônicos na lógica de funcionamento dos serviços de saúde, como a injusta distribuição de recursos por parte do Estado, que na maioria das vezes não privilegia os setores sociais. (GOMES, 2011).

Analisando os artigos verificou-se que se as três esferas do governo juntamente aos trabalhadores no serviço de saúde valorizassem mais a Educação Popular teria-se um avanço nas ações de Educação Popular em Saúde. Outro ponto a se pensar é que a Educação Popular realiza-se por acadêmicos e Professores Universitários durante o período de graduação, ou seja, na base da informalidade. Precisa-se que a Educação Popular seja mais valorizada, espera-se que hajam mais políticas públicas voltadas a essa temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o decorrer da análise dos artigos, notou-se que apesar de escasso, existem pesquisas em EP desenvolvidas por enfermeiros, porém não se pode acomodar-se com a situação. Os enfermeiros precisam produzir muito mais artigos científicos e valorizar mais a EPS, que na maioria das vezes é realizada por professores universitários e acadêmicos, ou seja, fica limitada ao universo acadêmico e muros da universidade.

Deve-se valorizar mais a pluralidade de saberes e incentivar a educação como processo de autoformação da sociedade através da criação de políticas públicas voltadas para esse tema.

Outro ponto seria o de uma maior participação social e participação governamental, afinal, a promoção da saúde depende da participação coletiva e de estratégias que envolvam micropolíticas locais, sem perder de vista a necessidade de se manter em rede. É isso que a enfermagem quer e pretende: trazer varias melhorias na qualidade de vida através da EPS dialógica e humana, havendo assim troca de saberes e conhecimentos, além de transformação social, contribuindo assim para a prática da autonomia do sujeito e do diálogo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Educação popular, saúde, equidade e justiça social. Cad. CEDES; pp. 401-416, set.-dez. 2009.

BONETTI, Osvaldo Peralta; PEDROSA, José Ivo dos Santos; SIQUEIRA, Theresa Cristina de Albuquerque. Educação popular em saúde como política do sistema único de saúde. Rev. APS; pág. 397- 407, out.-dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Humanização do atendimento. Formação profissional em saúde. Gestão do trabalho. Caderno Humaniza SUS – (Série B. Textos Básicos de Saúde) 242 p. vol.01, 2010 – (Série B. Textos Básicos de Saúde) Saúde Pública.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Caderno de educação popular e

saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (Série B. Textos Básicos de Saúde) Educação Popular em Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à saúde. 2. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

CERVERA, Diana Patrícia Patino; Parreira, Bibiane Dias Miranda; Goulart, Bethania Ferreira. Educação em saúde: percepção dos enfermeiros da atenção básica em Uberaba (MG)/ Health education: perception of primary health care nurses in Uberaba, Minas Gerais State. Rev. Bras. Enfermagem, Brasília, pág. 179-185. jan-fev, 2012.

DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal; ACIOLI, Sonia. Mudanças na formação e no trabalho de enfermagem: uma perspectiva da educação popular e de saúde. Rev Bras Enferm; pág 127-131, jan.-fev. 2010. [acessado em 17/08/2016].

DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal; BONETTI, Osvaldo Peralta; SILVA, Maria Rocineide Ferreira da. A Enfermagem brasileira e a democratização da saúde: notas sobre a Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Rev Bras Enferm; pp. 179-185, jan.-fev. 2012.

FIGUEREDO, Nêbia Maria Almeida; TONINI, Teresa. SUS e PSF para Enfermagem - Práticas para o cuidado em Saúde Coletiva - São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2007.

GOMES, Luciano Bezerra; MERHY, Emerson Elias. Compreendendo a educação popular em saúde: um estudo na literatura brasileira. Cad Saude Publica; pág 7-18, jan. 2011.

LOPES, Fellype Rodrigues Freitas; FIGUEIREDO, Adriana Maria de; COSTA, Ana Luiza Leite; NASCIMENTO, Gustavo Ferreira do; SILVA, Lucas Leandro Araújo; NASCIMENTO, Renato Gomes de Souza. Experiência educativa com grupos de atenção à criança em Mariana-MG. Rev. bras. educ. méd; pág 178-182, jan.-mar. 2012.

OLIVEIRA, V.L.B. et al. Modelo explicativo popular e profissional das mensagens de cartazes utilizados nas campanhas de saúde. Texto Contexto Enferm., vol.16, n.2, p.727-739. 2007.

STRECK D.R. José Martí e a educação popular: um retorno às fontes. Educ. Pesquisa. São Paulo, vol.34, n.1, p.11-25. abr. 2008.

“AQUI NÃO EXISTE ISSO”: CAMINHOS E DESAFIOS METODOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DO RELATÓRIO DE ASSASSINATO DE LGBT NO ESTADO DA PARAÍBA NO ANO DE 2014

Renato Hiroshi Xavier Nagahama¹; Jaíne Araújo Pereira²; Eloísa Slongo³

¹ Graduando em direito no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; extensionista do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru – NEP, E-mail: renatoyhiroshi@gmail.com; ² Graduanda em direito no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; extensionista do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru – NEP, E-mail: jainearaujoparaibana@gmail.com; ³ Graduanda em direito no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; ex-integrante do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru – NEP, E-mail: eloisaslongo@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo descrever os desafios que perpassaram esta pesquisa, desde o despreparo do Poder Público até a dificuldade em caracterizar os crimes enquanto LGBTfóbicos, enfrentados pelo Núcleo de Extensão Popular (NEP) Flor de Mandacaru na construção do Relatório de Assassinato de LGBT no Estado da Paraíba no ano de 2014 sob a coordenação do Movimento Espírito Lilás (MEL) e tem como temática “Metodologias e Desafios da Pesquisa em Extensão Popular”. A prática de sistematizar dados acerca de assassinatos e outras violências contra a população LGBT vem sendo realizada pelos Movimentos LGBT há décadas, como forma de reivindicar políticas públicas em prol de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, bem como denunciar e dar publicidade às opressões sofridas por esta população. O NEP Flor de Mandacaru é uma extensão popular que se organiza enquanto uma Assessoria Jurídica Universitária Popular e tem a educação popular e o assessoramento de movimentos sociais populares como princípios basilares. Em 2014, o Núcleo, em seu eixo Gênero, Feminismo e Sexualidade, atuou no desenvolvimento Relatório de Assassinato de LGBT no Estado da Paraíba a partir de casos veiculados na mídia e/ou notificados pelo Movimento LGBT.

Palavras-chave: Relatório de assassinatos LGBT; sexualidade; extensão popular.

INTRODUÇÃO

O verbo assessorar

O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, projeto de extensão ligado ao Centro de Ciências Jurídica da Universidade Federal da Paraíba, se organiza de uma maneira bastante particular quando comparado às extensões universitárias no curso de Direito. O NEP – Flor de Mandacaru realiza, há quase 10 anos, atividades em Assessoria Jurídica Universitária Popular junto aos movimentos sociais populares da Paraíba.

Criado em 2007 na Universidade Federal da Paraíba, o NEP surgiu com a necessidade de trazer para o curso de direito uma nova perspectiva em detrimento à cristalização e ao conservadorismo da educação jurídica. Historicamente, as faculdades de direito se apresentam enquanto um ambiente restrito e ocupado apenas por uma pequena parcela socialmente privilegiada da sociedade que foram responsáveis, por séculos, pela reprodução e perpetuação dos ideais emanados de um setor hegemônico da sociedade.

O conceito tradicional de educação aplicado nas escolas e nas universidades brasileiras se prende à verticalização do conhecimento, na qual a pessoa professora ocupa uma posição simbólica de detentora dos saberes, enquanto a pessoa estudante é enxergada como um recipiente vazio onde será depositado todo o conhecimento acumulado pela formação dos professores. Seguindo esta linha de pensamento no campo da pedagogia, conceituou Paulo Freire acerca da educação bancária em Pedagogia do Oprimido:

Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é "encher" os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Dai que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la (FREIRE, 1975).

Na educação jurídica, a lógica educacional não é diferente, o dogmatismo jurídico junto à ideologia excludente e individualista que circunda a classe burguesa deu origem a uma prática de educação que talha e combate qualquer pensamento e vivência oriunda da classe trabalhadora e, conseqüentemente, tenha a possibilidade de ferir o bloco do conhecimento jurídico burguês. Portanto, o objetivo de uma perspectiva crítica do ensino do direito é o de desconstruir a cultura jurídica opressora (ALMEIDA, 2008, p. 01) e trazer, para as faculdades de direito, a presença e a voz de sujeitos que, historicamente, ocupam espaços de vulnerabilidade social e foram privados da construção do conhecimento do sistema educacional.

Aderindo a esta discussão, o NEP Flor de Mandacaru, enquanto uma Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP), é norteado pelos princípios da educação popular, da horizontalidade do conhecimento e do protagonismo estudantil nas tomadas de decisões referente às atividades do núcleo. A educação popular, trabalhada por Paulo Freire, quando trazida à educação jurídica, se apresenta como um importante instrumento que fomenta uma perspectiva contra-hegemônica e conscientizadora ao passo em que denuncia o direito enquanto uma forma do Estado burguês exercer o seu domínio econômico, social e cultural sobre a sociedade. Sobre a atuação particular das AJUP, Ana Lia Almeida (2015, p. 79) adiciona:

Conjugar o verbo assessorar passa, então, a significar “estar ao lado de”, “em comunhão com”; apoiar os interesses dos oprimidos, do povo, das classes populares, dos grupos sociais vulneráveis – aqui compreendidos como classe trabalhadora e demais sujeitos subalternizados na sociedade de classes.

Idealizado por sujeitos progressistas da pós-graduação e da graduação em direito na Universidade Federal da Paraíba, a atuação do Núcleo, à época, consistia no assessoramento da comunidade quilombola de Paratibe a fim de “fortalecer os processos organizativos ali existentes e acompanhar a regularização daquela área” (ALMEIDA, 2015, p.20). Diversos outros parceiros mantiveram aproximações com o Núcleo desde então, como por exemplo: o Sindicato das Domésticas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Terra Livre, dentre outros.

Materialismo, gênero, feminismo e sexualidade

O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, no eixo Gênero, Feminismo e Sexualidade, atua fundado nas reflexões acerca da temática de "gênero", buscando compreender as relações de opressão que se desenrolam entre homens e mulheres para além da perspectiva heterossexual majoritária da sociedade.

Atentando-se para o prisma principiológico da extensão popular, o NEP compreende o trabalho como categoria central de formação da sociedade. O Núcleo busca preservar a abordagem marxista a qual enxerga a sociedade como o resultado de um processo de dominação que envolve relações de forças antagônicas oriundas da burguesia e do proletariado.

As discussões que circundam gênero, feminismo e sexualidade, ou seja, o debate em torno das opressões sofridas pelas mulheres e sujeitos LGBT se encontra atrelado à exploração das pessoas trabalhadoras. Nesse sentido, uma opressão social se conecta essencialmente em outras, ou seja, o racismo oprime em conjunto com o machismo e com a LGBTfobia², e todos esses processos têm uma sociedade dividida em classes como plano de fundo.

A sociedade heteronormativa impõe comportamentos heterossexuais, não só nas relações sexuais e afetivas, mas dentro de todo o modelo estruturante de sociedade, definindo papéis e posições sociais de acordo com o sexo. Portanto, a classe dominante, durante os processos de exploração econômica da classe trabalhadora, se utiliza da opressão exercida sobre os sujeitos que não pertencem ao gênero masculino, tal qual àqueles que não exercem a sexualidade conforme a heteronormatividade, para intensificar ainda mais a sua dominação sobre os seus corpos ao passo em que são marginalizados e violentados pelo Estado. Na análise de Diego Braga (2015):

² O termo *LGBTfobia* é um termo que vem contestar o uso do termo *homofobia* para caracterizar todas as violências e as opressões vivenciadas pelos sujeitos LGBT em razão da vivência da sexualidade fora dos padrões heteronormativos. Tratam-se de lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia; posturas opressoras que se encontram em muitos aspectos, mas que guardam também suas especificidades a depender do sujeito contra a qual se manifestam.

Ao instaurar o machismo, o racismo e a LGBTfobia como parte da ideologia dominante, a burguesia faz com que os trabalhadores não só aceitem como “naturais” esses ideologemas opressivos, mas também que ajam cotidianamente de maneira opressiva, ajudando assim a sustentar a própria ordem que pesa sobre os seus ombros, sem que percebam o quanto estão colaborando com sua própria infelicidade.

Um novo eixo

O eixo Gênero, Feminismo e Sexualidade do NEP Flor de Mandacaru surge como desmembramento de uma atividade do Núcleo junto ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de João Pessoa que, à época, estava atrelado ao seu outro eixo de estudos do mundo do Trabalho. Nesta seara, em 2013, foi desenvolvida a atividade “Caravanas das Domésticas” registrada por ex-integrantes do Núcleo na seguinte passagem (ALMEIDA, A. K., 2015, p.15):

As “Caravanas das Domésticas” foram desenvolvidas em três (03) escolas municipais e estaduais do município de João Pessoa, em que se conseguiu realizar diálogos horizontais com aproximadamente cem (100) trabalhadoras e/ou estudantes. Desta forma, conseguiu-se problematizar questões relativas ao trabalho doméstico com as participantes, retirando possíveis dúvidas jurídicas a respeito da Emenda Constitucional 72/2013 e divulgar o trabalho realizado pelo Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, protagonista na luta pelos direitos da categoria e no empoderamento da mesma. Simultaneamente, percebe-se que as integrantes do NEP passaram a compreender a importância da auto-organização da categoria, da luta sindical, da luta pela concretização dos direitos e, principalmente, da centralidade da categoria trabalho para compreensão dos fenômenos ocorridos em sociedades divididas em classes.

Portanto, em 2013, o Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru ampliou a sua área de atuação dando origem ao eixo de Gênero, Feminismo e Sexualidade por entender que as questões acerca das opressões sofridas pelas mulheres e pela população LGBT também deveriam ser discutidas dentro do curso de direito. Desde então, o Núcleo vem se articulando com movimentos sociais LGBT do estado da Paraíba no combate à discriminação e ao preconceito.

Enquanto uma AJUP, o NEP realiza as suas atividades de extensão popular de acordo com as demandas trazidas por grupos populares e, em 2014, o Núcleo da Universidade Federal da Paraíba foi procurado pelo Movimento Espírito Lilás – MEL para que fosse articulada uma parceria com o objetivo de construir um relatório de assassinato contra LGBT no estado. Então, por meio da articulação entre os militantes daquela organização e estudantes do Núcleo, os movimentos LGBT da Paraíba puderam reivindicar frente ao Poder Público, de maneira esquematizada, políticas públicas e mais atenção à população em questão

DESENVOLVIMENTO

A produção de relatórios de assassinato de LGBT

Historicamente, no Brasil, a violência contra a população LGBT escancara as consequências da heteronormatividade compulsória, bem como a cristalização dos papéis de gênero socialmente criados. Ações que vão desde intimidação, assédio moral e linchamento até castigos corporais e homicídios são experimentadas por gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis no país.

A estratégia de buscar dados e produzir relatórios que sistematizem violências contra esta população é uma prática que existe há algumas décadas no Brasil e vem sendo realizada por movimentos sociais e organizações similares. O Grupo Gay da Bahia (GGB), criado em 1980, é uma organização não governamental (ONG) voltada para a defesa e reivindicação dos direitos dos homossexuais no Brasil tal como para a conscientização quanto à cidadania e à saúde desta população.

Reconhecido como um dos principais grupos brasileiros em defesa dos direitos da população LGBT do Brasil, o Grupo Gay da Bahia (GGB) foi pioneiro em documentar as informações acerca de homicídios contra homossexuais e transexuais no âmbito nacional, tais dados também foram esquematizados a partir dos veículos midiáticos e depoimentos de vítimas e membros do movimento.

De acordo com as pesquisas³ do GGB, no ano de 2012, 338 (trezentas e trinta e oito) pessoas foram assassinadas por motivos de LGBTfobia no Brasil; no ano seguinte, foram 312 (trezentas e doze). Portanto, de acordo com os dados, no ano de 2013, a cada 28 horas, uma pessoa LGBT morreu vítima de homofobia no país.

Na década de 90, na Paraíba, o Movimento do Espírito Lilás (MEL), iniciou sua busca por notícias e denúncias acerca da violência e, especificamente, assassinatos contra LGBT, a fim de também sistematizar tais informações com o objetivo de implementar políticas públicas e realizar a exposição da LGBTfobia presente no estado. Os números das sistematizações são alarmantes: contabilizaram-se, na Paraíba, entre 2011 e 2012, 39 assassinatos.

Portanto, contar o número de mortes motivadas por opressões de gênero e sexualidade é uma prática realizada pelos movimentos e organizações sociais que tem como objetivo instrumentalizar a violência sofrida pela população LGBT para a busca de políticas públicas e conscientização da sociedade que permitam esta parcela da população viver sem dominação dos seus corpos e sexualidade.

Metodologia do Relatório

O Relatório de Assassinatos Contra LGBT na Paraíba nos anos de 2013 e 2014 foi elaborado pelo movimento LGBT (sob a coordenação do Movimento Espírito Lilás - MEL) com o apoio do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru da Universidade Federal da Paraíba, a Delegacia de Repressão a

³ Dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) em 2013 no Relatório de Assassinatos de Homossexuais. “De acordo com a lista, 312 LGBTs foram assassinados no ano passado, o que significa uma morte a cada 28 horas. Os números representam um decréscimo de 7,7% na comparação com o ano anterior quando houve 338 mortes, mas um aumento de 14,7% na comparação com o primeiro ano do governo Dilma quando 266 homossexuais foram vítimas fatais”. Disponível em: <http://blogs.odia.g.com.br/lgbt/2014/02/12/brasil-tem-uma-morte-de-lgbt-a-cada-28-horas-aponta-estudo/>. Acesso em: 29/07/2016

Crimes Homofóbicos da Paraíba e a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba.

A metodologia desenvolvida no projeto apresenta-se nas seguintes etapas: primeiramente, elaborou-se uma ficha com o intuito de catalogar, individualmente, os dados levantados sobre cada homicídio. Cada ficha continha campos para o preenchimento de dados como: nome civil, nome social, orientação sexual, identidade de gênero, idade, escolaridade, raça/etnia, profissão/ocupação, local do crime, data do crime e a história do evento.

Em seguida, buscou-se tomar conhecimento dos casos de assassinatos contra LGBT por meio da mídia e relatos pessoais. A principal fonte de informação foram os sítios da internet, em portais regionais, o que ajudou no acesso a casos que ocorreram no interior da Paraíba; ademais, as redes sociais funcionaram como um instrumento importante de obtenção de dados pela sua alta facilidade no compartilhamento de conteúdo. Da mesma forma, o Núcleo, durante as investigações dos casos, esteve em contato direto com os movimentos sociais LGBT da Paraíba em busca de qualquer outra informação complementar acerca dos casos já coletados, bem como denúncias de novos casos ocorridos no estado.

Posteriormente, com o levantamento parcial dos dados já realizado, o NEP Flor de Mandacaru junto aos movimentos sociais contatou a Delegacia de Repressão a Crimes Homofóbicos da Paraíba com a finalidade de consultar o seu acervo de documentos dos casos de assassinato contra LGBT no estado para cruzar informações que, por muitas vezes, se demonstravam imprecisas ou subnotificadas pela mídia. Com o acesso a informações complementares, o Núcleo realizou a atualização das fichas cadastrais com o intuito de trazer o maior número de dados pessoais e relatos dos crimes e, por consequência, dar maior verossimilhança ao estudo dos casos.

Por fim, o Núcleo verificou a apuração dos homicídios pelo Judiciário através da consulta processual no sítio virtual do Tribunal de Justiça da Paraíba com a finalidade de averiguar se os inquéritos policiais haviam sido concluídos com o oferecimento da denúncia ao Ministério Público. Sentindo a necessidade de evidenciar a ausência de proteção e eficiência pública na apuração de casos envolvendo grupos marginalizados, o NEP Flor de Mandacaru acrescentou mais um campo de informação ao Relatório de Assassinato de LGBT no estado da

Paraíba, que corresponde ao número do processo judicial de alguns casos para que a população pudesse acompanhar, mais facilmente, o andamento processual dos homicídios motivados por LGBTfobia. Sob a coordenação do Movimento Espírito Lilás, o Núcleo concluiu o levantamento dos dados e a construção do Relatório e, em Janeiro de 2015, o documento foi lançado e publicizado na mídia como forma de denúncia e reivindicação.

Desafios em face da construção do relatório

Seguindo o raciocínio quanto a produção de relatórios, a finalidade da sistematização dos dados de homicídios se dá na reivindicação de políticas públicas que garantam a essa população direitos e proteção em detrimento da violência decorrente da LGBTfobia bem como na atenção social gerada pela publicização dos casos. Portanto, os relatórios destes assassinatos significam um poderoso instrumento de transformação social e inclusão deste setor na sociedade.

Entretanto, o levantamento desses dados e a elaboração de um relatório de tamanha importância são encharcados de inúmeras dificuldades. Um dos primeiros desafios encontrados na pesquisa foi a subnotificação dos homicídios no estado da Paraíba. Em um país de dimensões continentais, no qual o poder público não consegue incidir em sua totalidade, vários assassinatos não foram noticiados nos portais de notícia ou compartilhados nas redes sociais.

Destarte, diversas informações sobre casos notificados apenas por movimentos sociais que trabalham com a temática apresentavam contradições e/ou não possuíam embasamento consistente quanto à veracidade. Esta dificuldade em encontrar informações acerca das vítimas e da descrição do crime implicou na presença de diversas lacunas no Relatório construído pelo Núcleo.

Não apenas a subnotificação como também o despreparo dos agentes públicos se apresentou como uma dificuldade ao andamento da elaboração do Relatório. No município de João Pessoa, a população LGBT conta com a Delegacia de Repressão a Crimes Homofóbicos que é referência no país em seu trabalho de dar suporte humanizado no atendimento a gays, bissexuais, travestis e transexuais; porém, tratando-se de homicídios, os casos são encaminhados à Delegacia de

Crimes contra a Pessoa. Deste modo, na maioria das vezes, as especificidades presentes em violência contra LGBT são despercebidos pelos agentes públicos.

A desinformação sobre temas relacionados a gênero e sexualidade que circunda a sociedade brasileira, seja por tabus reproduzidos nos discursos – principalmente os midiáticos e religiosos e pela heteronormatividade compulsória, se reflete, diretamente, em políticas que atacam os avanços nesta pauta. Como por exemplo, o Projeto de Lei nº 20/2016 e nº 8.242/16 que proíbem o fomento de discussões a respeito de sexualidade e gênero nas escolas. Consequentemente, o Pode Público também não se vê livre da ausência deste debate, o que leva ao despreparo dos agentes públicos ao lidar com eventos que envolvem sujeitos gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais e em oferecer respostas à apuração destes crimes.

Durante a terceira etapa da metodologia de produção do Relatório descrita na seção metodologia, o contato com o Poder Público deixou ainda mais evidente o seu despreparo e o preconceito em relação aos sujeitos LGBT. Ao serem questionados sobre os assassinatos, os agentes públicos retrucavam com discursos como “aqui não existe isso” ou “os assassinatos foram motivados por passionalidade ou tráfico de drogas”. Portanto, a tentativa de descaracterizar os crimes motivados por LGBTfobia era constante, a fim de suavizar ou negar esta opressão.

A dificuldade em caracterizar estes crimes enquanto crimes LGBTfóbicos

A reivindicação das mortes pelos Movimentos LGBT se situa em meio a uma trincheira de disputas políticas e ideológicas. No direito brasileiro, o crime de homicídio dá unidade classificatória ao ato de matar alguém; entretanto, são inobservadas as nuances que circundam as mortes de pessoas LGBT. Mas, como identificar um assassinato por motivações LGBTfóbicas? De acordo com Roberto Efrem (2013, p.13):

A brutalização dos sujeitos se correlaciona à brutalização dos corpos. Na classificação de um determinado crime como homofóbico, **a intensidade com que a violência é empregada e as marcas produzidas nos corpos das vítimas preenchem alguns dos critérios classificatórios utilizados pelo Movimento**

LGBT. O grau de violência, portanto, dimensiona a qualificação do crime e autoriza, em muitas ocasiões, a reivindicação das mortes pelo Movimento (grifos nossos).

Sobre o corpo de Manoel, assassinado em 2013, foram encontradas 106 facadas, sendo 35 no ânus e o restante pelo corpo; a vítima foi localizada morta na própria cama de bruços, ajoelhada, sem short e sem camisa. Sara, travesti, 16 anos, foi morta com disparo de arma de fogo na cabeça e o seu corpo espancado foi encontrado com o cabelo raspado e posto em uma sacola plástica, junto com o enchimento usado em seu peito.

Conforme Roberto Efrem (2013, p.16), “se a homofobia não explica o inexplicável diâmetro das facadas ou das pedradas, ela minimamente oferece pistas das vinculações dessas violências com a sexualidade”. Portanto, o elemento de crueldade diferenciador dos crimes de ódio em relação aos crimes comuns ou mesmo dos crimes passionais é entendido como a chave do *modus operandi* dos assassinatos contra LGBT.

Em Janeiro de 2015, o Relatório de Assassinatos de LGBT no Estado da Paraíba com a sistematização dos casos ocorridos nos anos de 2013 e 2014 foi divulgado à população. No presente artigo, analisam-se os dados referentes aos casos ocorridos em 2014 quanto a sua idealização, início da sua execução, a metodologia utilizada e os desafios encontrados durante a atividade. A partir dos dados descritos no Relatório (Anexo 1), abaixo, analisam-se os dados referentes aos casos ocorridos em 2014 a partir da sua subcategorização de acordo com o mês do assassinato (tabela 1), idade (tabela 2) e etnia da vítima (tabela 3) e, por fim, de acordo com a causa mortis (tabela 4).

Tabela 1 - Número de mortes de sujeitos LGBT organizado por mês no ano de 2014

Mês	Gays	Travestis	Lésbicas	Total
Janeiro	1	2	-	3
Fevereiro	-	-	-	-
Março	-	3	-	3
Abril	1	1	-	2
Maio	-	-	-	-

Junho	1	1	1	3
Julho	-	1	-	1
Agosto	-	-	-	-
Setembro	-	1	-	1
Outubro	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-
Dezembro	1	2	1	4
Sem informação	1	1	-	2
Total	5	12	2	19

Fonte: os autores (2016)

Tabela 2 - Número de sujeitos LGBT mortos organizado por idade no ano de 2014

Idade	Gays	Travestis	Lésbicas	Total
14 - 17	-	2	1	3
18 - 29	-	8	-	8
30 - 39	5	1	-	6
40 - 49	3	-	-	-
Sem informação	-	1	1	2
Total				19

Fonte: os autores (2016)

Tabela 3 - Número de sujeitos LGBT mortos organizado por etnia no ano de 2014

Etnia	Gays	Travestis	Lésbicas	Total
Preta	1	1	1	3
Parda	1	5	-	6
Branca	1	-	-	1
Sem informação	2	6	1	9
Total	5	12	2	19

Fonte: os autores (2016)

Tabela 4 - Número de sujeitos LGBT e causa mortis no ano de 2014

Causa Mortis	Gays	Travestis	Lésbicas	Total
Tiro	1	5	1	7
Facada	3	3	1	7
Espancamento	-	1	-	1
Estrangulamento	-	1	-	1
Pedrada	1	-	-	1
Incêndio	-	1	-	1
Sem informação	-	1	-	1
Total	5	12	2	19

Fonte: os autores (2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru é um coletivo extensionista do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba que atua sob os princípios da Assessoria Jurídica Universitária Popular e da educação popular, segundo os ensinamentos de Paulo Freire, com a finalidade de fomentar uma concepção crítica e comprometida com as lutas sociais no curso de direito. O Núcleo se dispõe a assessorar movimentos sociais populares do estado da Paraíba através do acolhimento de demandas específicas que vão para além das atividades tradicionais dos juristas como o acompanhamento judicial de determinado conflito.

O NEP Flor de Mandacaru surgiu em 2007 a partir de sujeitos progressistas da pós-graduação e da graduação em direito na UFPB e, à época, a atuação do Núcleo consistia no assessoramento da comunidade quilombola de Paratibe. De lá pra cá, diversos outros parceiros mantiveram aproximações com o Núcleo e, em 2013, um novo eixo de atuação surgiu para assessorar movimentos sociais que trabalham com a pauta de gênero, feminismo e sexualidade.

O NEP se apresenta como parceiro das mulheres e de sujeitos LGBT nas lutas contra todos os tipos de opressão, acreditando na interseccionalidade de identidades e dominação sociais, esta extensão popular direciona as suas

atividades ao apoio às lutas dos trabalhadores e dos grupos sociais historicamente subalternizados. Em 2014, o Núcleo se articulou com o Movimento Espírito Lilás (MEL) para a construção de um relatório com a finalidade de catalogar as mortes de sujeitos LGBT conectadas à violência LGBTfóbica.

A metodologia adotada para a produção do Relatório pode ser assim sintetizada: primeiramente, elaborou-se uma ficha com a intenção de catalogar, individualmente, os dados levantados sobre cada homicídio. Em seguida, pesquisaram-se casos de assassinato contra LGBT em sítios eletrônicos e por meio de relatos. A partir disso, o Núcleo consultou o acervo da Delegacia de Repressão a Crimes Homofóbicos de João Pessoa em busca de complementar as fichas cadastrais já existentes e, por fim, o Núcleo verificou a apuração dos assassinatos pelo Judiciário por meio do Portal do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Inúmeras dificuldades surgiram durante o desenvolvimento do Relatório. *A priori*, a subnotificação dos casos ao Poder Público e/ou a sua falta de veiculação através dos meios de comunicação não permitiu ao Núcleo ter conhecimento de todos os casos de assassinato contra LGBT na Paraíba no ano de 2014, bem como a totalidade das informações acerca das vítimas. Outro impasse foi o despreparo dos agentes públicos acerca das peculiaridades da violência motivada por LGBTfobia, o que é reflexo de uma sociedade fechada à discussão e cristalizada no modelo tradicional de família heteronormativa e dos papéis de gênero.

Levando-se em consideração esses aspectos, um grande desafio ao movimento LGBT é expor o preconceito quanto a estes sujeitos como fator determinante para o cometimento de um crime. As reivindicações das mortes, quando contestadas pelo Poder Público e pela sociedade, são no sentido de negar ou atenuar a opressão sofrida pela população LGBT. Porém, o Movimento LGBT denuncia a brutalidade que atravessa o retrato destes assassinatos como o fator-chave que preenche as lacunas dos crimes motivados por LGBTfobia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L. V. **Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular**. 2015. 340. Tese (Doutorado em Direito – Universidade Federal da Paraíba). João Pessoa, 2015.

ALMEIDA, A. K. R. de et al. **A atuação do Núcleo de Extensão Popular (NEP) - Flor de Mandacaru nas “Caravanas das Domésticas”**. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO, 14., 2013, João Pessoa. Anais do XIV Encontro de Extensão. João Pessoa. Ufpb, 2013. p. 15. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/8CCJDCJPROBEX2013708.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

BRAGA, Diego. **Combater as opressões é combater o capitalismo**. 2015. Disponível em: <<http://pstugauchoblogspot.com.br/2015/05/combater-as-opressoes-e-combater-o.html>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

EFREM FILHO, Roberto. **Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT**. Cad. Pagu [online]. 2016, n.46, pp.311-340. ISSN 0104-8333. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600460311>> Acesso em: 29/07/2016

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MOVIMENTO ESPÍRITO LILÁS (Paraíba). **Relatório de Assassinatos de LGBT no Estado Da Paraíba**. João Pessoa, 2014. 20 p.

ANEXOS

Anexo 1 – tabela “ASSASSINATOS CONTRA LGBT – 2014” do Relatório de Assassinato de LGBT no Estado da Paraíba

ASSASSINATOS CONTRA LGBT - 2014

	Nome	Nome Social	Orientação sexual/ identidade de gênero	Idade	Escolaridade	Raça/etnia	Profissão/ Ocupação	Local do crime	Data do crime
1	Diego Machado dos Santos Oliveira	—	Homossexual / Travesti	26	Ensino Fundamental Completo	Parda	—	João Pessoa - Mandacarú	01/01/14
2	Cristiano Peixoto de Oliveira	Ninete	Homossexual / Travesti	36	Ensino Fundamental Completo	—	—	João Pessoa - Centro	05/01/14
3	Francisco Ivanildo Santos	—	Homossexual / Gay	40	Ensino Médio Incompleto	Negro	—	João Pessoa - Gramame	27/01/14
4	Augusto Matheus Pinheiro Cardoso	Andressa Pinheiro ou Ritinha	Homossexual / Travesti	20	Ensino Fundamental Incompleto	—	Cabelereira	João Pessoa - Varadouro	01/03/14
5	—	—	Travesti	29	—	—	—	João Pessoa - Colinas do Sul	29/03/14
6	Bruno da Silva Azevedo	Bruninha	Homossexual / Travesti	29	—	Negro	—	Catolé do Rocha	31/03/14
7	Jefferson Ricardo Domingos da Silva	Caliandra	Homossexual / Travesti	22	—	—	Zelador	João Pessoa - Comunidade São Rafael	18/04/14
8	Marcos José de Mendonça Furtado	—	Homossexual	41	—	—	—	João Pessoa - Cruz das Armas	27/04/14
9	Priscila Lais Alves de Souza	Pedrinho	Transexual	24	—	—	—	João Pessoa - Varadouro	01/06/14
10	Andreza Da Silva Mendes	Dezolto	Lésbica / Travesti	14	—	—	—	João Pessoa - Jardim Veneza	17/06/14
11	Cícero Miguel de Freitas	—	Homossexual	42	—	Pardo	Agricultor	Monteiro - Paraíba	21/06/14
12	Felipe Bezerra da Silva	Sthefanye	Homossexual / Travesti	17	—	Parda	—	Caaporã - Zona Rural	09/07/14
13	Wanderson da Silva Costa	Sara Cristina	Homossexual / Travesti	16	—	Parda	—	João Pessoa	17/09/14
14	Joalison da Silva Miranda	Joquinha	Travesti	23	—	Parda	Garçonete	Pocinhos	12/12/14
15	Gildásio Rodrigues dos Santos	Piau	Homossexual / Travesti	22	—	Parda	—	Belém	14/12/14
16	Marcos Fábio Costa Pinto	—	Homossexual	41	—	Branca	Ator e Diretor	João Pessoa - B. Tambiá	16/12/14
17	—	—	Homossexual / Lésbica	—	—	—	—	Santa Rita (Várzea Nova)	25/12/14
18	David Alice Graciliano	—	Homossexual	34	—	—	—	—	—
19	—	—	Homossexual / Gay	—	—	—	—	Itapororoca	—

Fonte: Relatório de Assassinato de LGBT no Estado da Paraíba de 2014

CONVIVÊNCIA, BELEZA E RESISTÊNCIA: UMA REVISÃO DA CONCEPÇÃO DA PESQUISA AÇÃO PARTICIPANTE A LUZ DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA DO COTIDIANO.

José Carlos Franco de Lima

RESUMO

A Pesquisa Ação Participante é uma metodologia que pode ser usada em várias áreas do conhecimento. Partiremos de experiências concretas de interação entre psicologia social, ecologia e antropologia a partir dos trabalhos articulados no *Projeto de Pesquisa Recantos de Beleza e Resistência* que busca apoiar as iniciativas de cinco organizações sociais e constatar se as mesmas são propulsoras de prevenção da violência em regiões que se caracterizam pela presença do tráfico de drogas e pela oferta precária de políticas públicas. Acompanhamos cinco organizações sociais no Brasil e Venezuela: o Núcleo de Ecologia Urbana da Universidade Bolivariana da Venezuela; o ecoturismo pemon da comunidade São Camilo em Santa Helena de Uiarén na Gran Sabana venezuelana; a Associação Cultural dos Maranhenses de Boa Vista (Roraima, Brasil); a Ciranda da Cultura de Londrina (Paraná, Brasil) e o Galpão Cultural de Assis (São Paulo, Brasil). Durante quatro meses estivemos imersos nos mundos e nas ações dessas organizações. Uma das características da metodologia do projeto que estamos desenvolvendo é a integração entre pesquisa e extensão. O que apresentamos a seguir é um amadurecimento da concepção de pesquisa ação participante a partir dos trabalhos que estamos desenvolvendo em Caracas Venezuela), Santa Helena de Uiarén (Venezuela), Boa Vista (Brasil), Londrina (Brasil) e Assis (Brasil). Apresentaremos nossa concepção metodológica na forma de princípios epistemológicos: o corpo é a base de nossas experiências relacionais; as relações sociais ocupam um lugar central nos processos de pesquisa ação participante; somos afetados pelos sujeitos pesquisados e pela situação social, política e econômicas nas quais transcorrem nossas pesquisas; estar presente é a condição básica para esses encontros; buscar a transformação social pela autogestão e participação comunitária, potencializando a consciência crítica e a criatividade artística. .

Introdução

As reflexões deste artigo se baseiam em nossas experiências no *Projeto de Pesquisa Recantos de Beleza e Resistência*, coordenado pela Prof. Dra. Alejandra Astrid do Departamento de Psicologia Social da Universidade Estadual de Londrina (PR). Acompanhamos cinco organizações sociais no Brasil e Venezuela: o Núcleo de Ecologia Urbana da Universidade Bolivariana da Venezuela; o ecoturismo pemon na Comunidade São Camilo em Santa Helena de Uiarén na Gran Sabana venezuelana; a Associação Cultural dos Maranhenses de Boa Vista (Roraima, Brasil); a Ciranda da Cultura de Londrina (Paraná, Brasil) e o Galpão Cultural de Assis (São Paulo, Brasil). Partiremos de experiências concretas de interação entre psicologia social, ecologia e antropologia a partir dos trabalhos articulados no Projeto de Pesquisa Recantos de Beleza e Resistência.

O Projeto de *Pesquisa Recantos de Beleza e Resistência* visa apoiar as iniciativas dessas organizações sociais e constatar se as mesmas são propulsoras de prevenção da violência em zonas periféricas. Uma das características da metodologia do projeto é a integração entre pesquisa e extensão. A metodologia utilizada se situa dentro do campo da pesquisa ação participante. Foram quatro meses de imersão nessas organizações.

Usualmente nos países de língua espanhola a pesquisa participante é conhecida como *Investigacion Acción Participativa* (IAP). Seu precursor mais conhecido nesses países é Orlando Fals Borda, sociólogo colombiano. A IAP tem sido utilizada em áreas muito variadas das ciências. No Brasil nos remetemos a duas correntes distintas amadurecidas nas décadas de 70 e 80: a Pesquisa Ação com referências a Michel Thiollent e a Pesquisa Participante referendada a Carlos Rodrigues Brandão. Optamos pela junção nominal usual na Venezuela e Colômbia. Porém mantivemos o gerúndio usado na nomenclatura portuguesa, em vez do participípio no que se refere ao verbo participar. *Pesquisa Ação Participante* vai ser a nomenclatura que usaremos para nos referir a essa metodologia.

Apresentaremos nossa concepção metodológica na forma de princípios epistemológicos. O corpo é a base de nossas experiências relacionais. As relações sociais ocupam um lugar central nos processos de pesquisa ação participante.

Somos afetados pelos sujeitos pesquisados e pela situação social, política e econômicas nas quais transcorrem nossas pesquisas. Estar presente é a condição básica para esses encontros. Buscamos a transformação social pela autogestão e participação comunitária, potencializando a consciência crítica e a criatividade artística.

1 O corpo é a base de nossa experiência relacional

Nossos corpos são organismos vivos que interagem de forma continua com o meio ambiente. Quando falamos em meio ambiente incluímos o mundo imaginário, dimensões desconhecidas e formas de energias imperceptíveis. Estados sólidos, líquidos, gasosos, eletromagnéticos, vibracionais, fotocionais, entre outros, compõem os ambientes do universo no qual vivemos.

Somos uma sequência de fatos vivos. Nos constituímos como microambientes em rede que compõe um organismo. Uma das ações que essa organização espacial permite é a circulação de nutrientes e substâncias. Além de ser um microcosmo para seres microscópicos como bactérias. Bem como se mover no campo gravitacional. (KELEMAN, p.16)

O corpo humano se configura nas interações socioambientais. As heranças genéticas e as interações socionaturais geram padrões somaticamente configurados. Os padrões somáticos revelam nosso modo de ser no mundo, fazem parte da inteligência corporal. A configuração corporal é a forma pela qual percebemos o mundo e a nós mesmos. Os limites entre o ambiente interno e externo são tênues e porosos. Mas é possível percebê-los, quando se trata de corpo físico.

O movimento de dentro pra fora e de fora pra dentro é uma constante da vida humana. A tal ponto que sua identidade se constitui e se transforma nesse processo de comunicação permanente. Interpretamos o que vivemos segundo nossas representações simbólicas ou esquemas de percepção. Somos seres interativos, uma vez que nos comunicamos com o meio circundante. Este trecho da canção *Serra do Luar* de Walter Franco expressa poeticamente com muita profundidade essa condição de interatividade continua do ser humano:

Viver é afinar um instrumento,

De dentro pra fora, de fora pra dentro.

A toda hora, a todo instante.

De dentro pra fora, de fora pra dentro.

Perceber o próprio corpo é de grande importância no decorrer das relações e processos sociais nos quais estamos envolvidos. O que sentimos se expressa em termos corporais. A consciência refinada do próprio corpo é uma habilidade necessária para fazer pesquisas comunitárias calcadas nas relações cotidianas. Perceber o corpo em-relação-com é estar presente.

Quanto a percepção dos valores morais, crenças e ideias depende de elaborações no nível mental. Emoções e imaginação são componentes de nosso existir corporalmente. Nosso corpo revela nossa atitude diante da vida. Expressa nossas atitudes diante das relações sociais nas quais estamos inseridos durante nossos trabalhos de pesquisa. A declaração verbal é outra forma de revelar nossas posturas existenciais.

O trabalho corporal tem sido usado muitas atividades nos coletivos que acompanhamos no ano de 2016: caminhadas nas trilhas indígenas com os Pemons em Santa Helena de Uiarén (Venezuela); brincadeiras de Boi Bumbá nos grupos de cultura popular maranhense em Boa Vista (Brasil); capoeira e batalhas de RAP no Galpão Cultural em Assis (Brasil); recreação, dança do ventre, fisioterapia para idosos, aulas de zumba na Ciranda em Londrina (Brasil).

2 Centralidade das relações. Somos afetados pelo sujeitos pesquisados.

Há situações que nos afetam profundamente que nos mostram situações complexas em nós e nos outros com os quais fazemos trabalhos sociais. É importante identificar os sentimentos que nos atravessam frente a miséria e a violência. Frente ao outros que estão ao nosso lado.

Nossa equipe estava fazendo o registro do Arraial dos Marenhenses 2016, uma mulher nos procura. Ela está com a filha de 14 anos, bem vestidas. Nos conta que separou-se a dois anos do marido que se tornou usuário de pasta base de cocaína. Está desempregada. Roubaram sua botija de gás e está cozinhando na lenha. Está sem alimentos para dar aos três filhos à dois dias. Pede ajuda desesperada. Passa a noite conosco. Conta suas histórias. Damos carona para

elas ao final das apresentações do Boi. Os três filhos são simpáticos e muito espertos. A porta arrombada sem fechadura. Falta dinheiro para comprar comida. A ausência de perspectivas é desesperante para ela e para nós. No outro dia providenciamos uma cesta básica e a botija de gás. Conseguimos também uma bicicleta para ela se locomover. Na mesma semana o ex-marido a procura. Mesmo estando sob medida protetiva, pois já foi espancada por ele várias vezes, ela *fica* com ele. A possibilidade dos caminhos da tragédia serem trilhados de novo se apresenta.

As vezes nos deparamos diante de “emaranhados”, situações diante das quais nos sentimos impotentes. É o líder e guia indígena, crítico e consciente de seu papel, que vê seus dois filhos serem presos em flagrante num ponto de venda de drogas de Santa Helena de Uiarén (Venezuela); que assiste os smartphones se multiplicarem nas aldeias e com eles o acesso a sites pornô e a músicas eletrônicas; que se depara com o aumento da prostituição das jovens indígenas nas áreas de turismo da Gran Sabana; que vê seu país entrar num desabastecimento agudo, onde a fome campeia solta. Nos pede ajuda para reverter esse quadro social, nos calamos impotentes tocados pela tristeza. Só nos resta oferecer-lhe as lágrimas e cumprimentos de apoio. Reconhecemos nossos limites.

Por isso nós necessitamos de espaços onde possamos nos expressar, conversar e trabalhar de forma lúdica e corporal nossos medos, angústias e raivas frente a situações de violência que nos afetam. Necessitamos estar atentos a nossos impulsos de violência para evitar projetá-los sobre os demais, nem reproduzi-los nos momentos que estamos trabalhando com a comunidade. Há também as tensões e conflitos entre membros da equipe de pesquisa e entre participantes das atividades.

As vezes as situações cotidianas de pesquisa expõe pressupostos e conceitos que fomos construindo durante nossa vida, durante nossa carreira profissional, durante nossas atuação em projetos sociais. Trazemos uma visão de mundo, trazemos uma série de experiências e posturas. Quando nos encontramos em espaços compartilhados com o outro tendemos a realizar uma operação de enquadramento. O oposto também é válido. Os comunitários do lugar tendem a emitir juízos sobre nós a partir de conceitos já construídos. Por exemplo, quando

umaicineira de dança chega num carro de luxo, a primeira vista a situamos no mundo dos setores de renda alta da sociedade e projetamos expectativas comportamentais sobre ela. Bem como, quando recebemos um adolescente que está em regime de liberdade assistida e que carrega sobre si o peso de homicídios e latrocínios, nos pomos vigilantes em relação a ele. Como lidar com esses quadros de interpretação que compõe a nossa identidade pessoal e social?

Vamos citar um exercício de percepção para estimular o estar presente. Fechamos os olhos e quando os abrimos movimentamos nosso olhar sobre o campo visual a nossa frente, acompanhando o contorno das imagens. Sem se preocupar se estamos vendo com clareza ou o que estamos vendo. Apenas deixamos o olhar correr livre e continuo. Se trata de deixar as pessoas e situações se manifestarem, um exercício simples de redução dos conceitos prévios que trazemos, inclusive dos quadros teóricos com os quais analisamos e nos pomos nas pesquisas sociais. Essa postura se aproxima da poiesis da fenomenologia e da não-ação do taoísmo. É um momento de observação e disponibilidade. A medida que vamos nos relacionando mediado pelas ações culturais que acompanhamos ou desenvolvemos vamos construindo laços e formando imagens uns dos outros. A medida que vamos nos deparando com desafios macrossociais presentes no cotidiano dos grupos, vamos delineando quadros teóricos. Se permanecemos atentos ao movimento da vida no cotidiano estaremos sempre reelaborando esses quadros de referência.

Segundo Alejandra Cedeño (2012, 16) a troca construtiva deve ser nosso guia nas pesquisas junto a grupos contra-hegemônicos e na construção de redes horizontais no cotidiano, seja no âmbito das políticas públicas, sejam no âmbito do terceiro setor. Coaduna com Peter Spink (2008) que recomenda o fortalecimento de iniciativas potencializadoras que existam no lugar. Podemos ajudar sem atrapalhar quando conversamos com as pessoas de forma compreensível, traduzindo os vocábulos técnicos das diferentes profissões e políticas públicas, para que tendo acesso a eles, possam ter mais clareza para tomar as decisões. Podemos também usar de nossa posição de intelectuais reconhecidos para mediar conversações entre grupos populares e órgãos governamentais ou empresariais.

O processo de pesquisa ação participante é relacional, implica em inserção e familiarização, aqui entendida como esse conhecimento mútuo decorrente da

confiança que vai se criando a medida que convivemos. Envolve compromissos e emotividade. Buscamos a superação da distância tradicional entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado.

A inserção implica em relações pessoais e em objetivos comuns com grupos e organizações locais. A inserção implica num engajamento integral (intelectual, emocional e físico), porém se resguarda a cientificidade na elaboração e análise dos dados, bem como, na construção do referencial teórico. Implica também num envolvimento com aqueles que estão sendo investigados, exige um comprometimento entre o pesquisador e os pesquisados (BRANDÃO, 1985, p. 8).

Podemos apresentar alguns eixos orientadores do pesquisador nesse processo: Compartilhar apaixonadamente com pessoas reais momentos redutores de distância do outro no interior do seu cotidiano; essa relação apaixonada e apaixonadamente é um estado afetivo que envolve “fé” nas pessoas, confiança, empatia; uma paixão permeada de frustrações, decepções, raivas, decepções e desânimos.

Os estudantes de psicologia social realizam as terças feiras na Ciranda uma atividade de recreação. Havia se tornado praxe a permanência de algumas crianças até o fechamento da casa após as aulas de zumba. Oriundas de famílias com alto grau de violência doméstica e acostumados com a lógica de poder do narcotráfico, elas apropriavam do espaço para brincar, jogar ou teclar no celular. O que em si é muito interessante. Por outro lado, incomodavam o grupo de zumba. Entravam em confronto e resolviam seus impasses na “porrada”. A linguagem era carregada de agressão verbal. Demonstrem muito afeto para com estudantes e lideranças, porém os desafiam a todo instante, tentando medir “força”.

3 Estar presente é a condição básica para esses encontros.

A pesquisa ação participante é um encontro. O que supõe estarmos disponíveis para perceber o outro para além das palavras. É olhar, é tocar, é observar, é interagir, é expor-se, é estar no aqui e agora. E os pressupostos: princípios, teorias, conceitos, valores, técnicas de observação e intervenção? Trazemos para o *aqui e agora da ação* que estamos envolvidos e permitimos que sejam colocadas em *cheque*, permitimos *abrir mão* de planejamentos se

necessário. Nos permitamos propor novos procedimentos. A situação concreta nos guiará. Podemos denominar isso de intenções flexíveis

O direito ao bem estar e a beleza, a construção de vínculos afetivos e de espaços de diálogo compõe o horizonte utópico do campo relacional no qual nos movemos. Em todo caso é importante conhecer as organizações com as quais estamos trabalhando, inclusive identificando as relações internas de poder.

A pesquisa participativa acadêmica tem enfrentado dificuldades para combinar linguagem e tempo acadêmicos com os tempos das comunidades. Foi o que observamos nas exposições dos projetos de *Investigacion Accion Participativa* do Núcleo de Ecologia Urbana da Universidade Bolivariana da Venezuela realizado nos dias 16,17 e 18 de março de 2016 em Caracas. O mesmo ocorre com os estudantes de psicologia vinculados ao Projetos Recantos de Beleza e Resistência da Universidade de Londrina (Brasil) em 2016: fazer *slow science* quando a demanda acadêmica de um curso integral permite apenas frequentar a comunidade uma vez por semana por um período de quatro horas, é difícil.

Incorporamos a nossa metodologia a proposta de enraizamento-desenraizamento das técnicas de dança de ventre realizadas na Ciranda. Trabalhar enraizados no solo (*grunded*) para centrarmos-nos; mover-se desprendendo-se do solo, desenraizando-se e voltando ao próprio centro, ao eixo corporal; trabalhar em contato com os outros e consigo mesmo, permitindo que os movimentos se formem na relação com os outros, com o solo, com o sentimento, com o ar, com nossa água interior, prestar atenção nos movimentos alheios e apresentando-se e compondo o movimento coletivo.

É um deixar-se levar intervindo ao mesmo tempo. Nossa intencionalidade orienta nosso campo de ação. Cada atividade ou ação específica que vá surgindo nesse movimentar-se coletivo comporá esta grande sinfonia improvisada. Nesse campo se manifestará o que nos habita e atravessa, inclusive pesares, lamentos e dores. Os grandes temas perenes e pontuais presentes em nossa sociedade se manifestarão. Porém as formas como serão abordados ou *digeridos* nos momentos coletivos dependerá de cada situação.

O campo intencional é também um campo espacio-temporal. Ou seja, nossos momentos de criação, sejam artísticos ou intelectuais, religiosos ou terapêuticos, ocorrem num espaço delimitado, seja físico ou virtual. Seja metafísico

ou frequencial, seja emocional ou ideológico. O campo é mais amplo que o lugar, pois este está vinculado a territorialidade. Se apropriar de um território e transformá-lo é interessante, mas é importante lembrar que existem outras dimensões no aqui e agora que se mesclam com a dimensão material dos lugares nos quais vivemos.

A documentação e registro dos fatos vividos durante o processo de pesquisa é um procedimento usual nas pesquisas sociais de cunho qualitativo. Nessa proposta é um exercício de presença relacional. A formação de um banco de dados com esses materiais fazem parte do processo de pesquisa. Serão a base para análise relacional, vestígios presentes dos ocorridos. Elementos para o exercício ficcional da elaboração de representações relacionais.

A transformação desses materiais em um acervo público de informações ou aberto aos membros e apoiadores da comunidade deve ser encaminhada com cuidado. Imagens e fatos que envolvam situações constrangedoras ou privadas, nem sempre podem ser expostas sem autorização dos envolvidos. As estratégias de caráter participativo para definir que informações serão apresentadas e para quem dependerá das condições reais de cada projeto de pesquisa.

4 Autogestão e participação comunitária.

Comunidade aqui é um estado de sinergia que se estabelece num grupo de seres humanos. Nesse estado formamos uma comum-unidade que cria ou se apropria do espaço onde está situada. Esse estado de unidade pode se dar no ciberespaço, no imaginário compartilhado ou no território, tipo casa, centro cultural, rua, bairro ou região. Esse espaço de compartilhamento é também um espaço de decisões, de trocas e criações.

Uma comunidade pode ser permanente, tendo uma rotina, espaços de reunião contínuos, objetivos, ritos e linguagem comum. Mas também pode ser volátil e fugaz. Pode se formar pontualmente e se desfazer, como também pode se articular em rede com parceiros, institucionais ou informais. Por isso podemos falar de comunidades territoriais baseadas em bairros, mas também de comunidades terapêuticas, comunidades temáticas, comunidades virtuais.

Pode ter apoio de pessoas, profissionais do serviço público, universitários, amigos, simpatizantes, governo, empresas ou igrejas. Porém quando se busca a autogestão o poder de decidir de forma singular e coletiva os caminhos de sua vida repousa em seus membros. Os critérios para definir quem é membro (*insiders*) e quem é externo (*outsiders*) à comunidade, pode variar de acordo com as situações. Por exemplo, o Conselho da Comunidade São Raimundo Nonato é a instância de poder que toma as decisões sobre o Arraial dos Maranhenses no Bairro Santa Luzia em Boa Vista (Brasil), porém o coordenador do arraial convida as instituições parceiras e grupos de boi para as reuniões e o conselho dá poder voz e voto a esses representantes. Ou seja, construir a festa como rede implicou em incorporar agentes externos como membros da organização do evento.

Se sentir parte de uma comunidade produz um sentimento de pertença e responsabilidade pelo lugar e pelas ações coletivas. Responsabilidade no sentido de responder-por. O Galpão Cultural, a Ciranda e a Sala do Núcleo de Ecologia Urbana da UBV são lugares que estão sob a responsabilidade de uma ou mais pessoas que cuidam do lugar e dos equipamentos guardados nele. Essas pessoas tem a chave das salas e organizam a agenda de uso desses espaços, geralmente são líderes das organizações. Isso também ocorre nos projetos acadêmicos que tem sala própria nas universidades, o coordenador e os estudantes que têm livre acesso são os responsáveis pela gestão do espaço.

Uma característica de comunidades autogestionárias é a busca da gestão coletiva das ações e do espaço baseada em relações horizontais. O que implica na relativização das diferenças funcionais, salariais, acadêmicas, etárias, sexuais ou étnico-raciais entre os que pertencem ao estado de comum-idade. As diferenças são reconhecidas e mantidas, mas a possibilidade de participar das decisões está ao alcance de todos membros da comunidade. Delegar poderes a alguém para tomar decisões ou criar momentos de decisão consensual são estratégias viáveis, desde que haja comunhão emocional.

O poder do estado e o poder empresarial serão relativizados. Ou seja, a autogestão leva em conta as leis do mercado, o controle do estado e a opinião pública, mas como elementos que compõe o cenário do sistema de controle centralizado nas instituições de poder, não como ditames aos quais temos que nos balizar. Reconhecendo que elas estão internacilizadas em nós.

A participação massiva no campo dos direitos sociais tem se mantido presente no cenário mundial. Na Venezuela e Brasil as correntes políticas tem utilizado mobilizações de massa como forma de pressão. Ato massivos contra o governo e a favor do governo se tornaram parte do dia-a-dia dos caraquenhos na Venezuela. Assistimos no Brasil os movimentos pró-impeachment e contra o impeachment se manifestarem massivamente de fevereiro de 2015 até abril de 2016. A participação em mobilizações massivas e a participação em conselhos para definição de políticas públicas aparecem como um espaço de trabalho em rede para grupos autogestionários.

Articular práticas socioculturais em rede tem sido uma alternativa interessante para tirar os grupos de comunidades do isolamento. O Encontro de mestres de cultura popular maranhense realizado em dezembro de 2015 realizado pela Associação Cultural dos Maranhenses em Boa Vista (Brasil) teve como objetivo fortalecer essa rede e propiciar um espaço para se brincar de Boi, Lindô e Reisada. Nos interessa, enquanto pesquisadores-apoiadores, conhecer e apoiar essas redes de pequenas de pequenas experiências que buscam a construção cotidiana de sujeitos sociais autogovernantes.

A Ciranda de Londrina (Brasil) é o típico trabalho comunitário em rede, onde cada iniciativa tem autonomia, podendo se articular espontaneamente se for necessário. É o que ocorreu na luta contra o fechamento da escola municipal no bairro. Mas a Ciranda também é uma casa e uma entidade jurídica. E para enriquecer ainda mais essa salada conceitual a psicóloga social eicineira de dança do ventre Alejandra Astrid, forjou o termo *cirandinização* para se referir a metodologia de pesquisa ação participante e a gestão organizacional que estão sendo desenvolvidas no Ciranda.

5 A transformação social como meta.

Fazemos pesquisas engajadas que fomentem a emancipação social. Pesquisas sociais mescladas com apoio e atuação. Quando nos aproximarmos do campo de pesquisa essa intenção faz parte de nosso campo epistemológico. Ela será de alguma forma percebida pelos sujeitos pesquisados. Confiança, proximidade, envolvimento, compromisso fazem parte do processo.

Para Alejandra Astrid (2006), a emancipação tem haver com a ocupação de espaços de possibilidades. Como potência e resistência que é cotidiana e fractal. Sua extensão e intensidade na contraposição aos sistemas de controle baseados na força bruta e introjeções sutis são irregulares e dinâmicas. Não só exercemos poder e nos juntamos para alcançar objetivos, também nos encontramos e somos afetados pelos encontros, nos entregamos e ao fazê-lo ocupamos espaços físicos, virtuais, sociais e emocionais que haviam sido tomados.

Todos os dias surgem milhares de pequenos e grandes espaços de resistência e criação. E quando se acabam, mudam de forma ou se manifestam de outras maneiras. Lembrar disso é importante, principalmente em momentos de avanço das forças conservadoras e autoritárias na política do Brasil e Venezuela. (CEDEÑO, 2012, p 45).

Isso supõe um aprofundamento da análise crítica do cenário macrossocial. Inclusive mapeando os “muros invisíveis” introjetados pela instituições de poder e que estigmatizam as relações sociais. Compreender as estruturas políticas e econômicas geradas pelo capitalismo especulativo contemporâneo, a partir da percepção do sofrimento no cotidiano das pessoas. Bem como, perceber os padrões de distinção de idade, raça, etnia, religião, classe social, gênero, entre outros, que condicionam nossa percepção e nosso comportamento no correr de ações comunitárias.

Quando falamos em resistência estamos pensando nas ações coletivas voltadas para resistir a expansão e aprofundamento das desigualdades sociais e processos de homogeneização cultural nas sociedades capitalistas contemporâneas. Houve uma expansão das políticas públicas de inclusão na América Latina, em especial, Brasil e Venezuela nos últimas décadas, porém estamos assistindo nos últimos anos um retrocesso capitaneado pelas forças elitistas e conservadoras em várias países da Europa e América Latina.

Queremos gerar uma proposta teórico-metodológica que busque estudar e potencializar formas de resistência e criação que fortaleçam subjetividades rebeldes, que sejam sensíveis ao horror e que questionem a cotidianidade capitalista.

A transformação das relações sociais em vistas uma convivência humana onde haja bem estar e respeito ao conjunto de seres que interagem conosco, se

nos apresenta como constituído por muitas micro transformações cotidianas no pessoal e no coletivo. Em muitos lugares, simultaneamente, se vai tecendo esta rede de iniciativas transformadores com enfoque libertário e autocrítico.

6 Potenciação concientizadora.

Vamos nos remeter a filosofia aristotélica para refletir sobre as potencialidades. Segundo seu pensamento o ser se manifesta enquanto ato e potência. Os seres tem em si a capacidade de se tornarem algo, de manifestarem qualidades, de agirem. Porém essa potencialidade depende de intenções e condições que as transformem em ato.

Potencialidades se constroem nas relações socioambientais, bem como sua manifestação. Podemos assumir valores voltados a construção da emancipação social. Aliás, normalmente a visão crítica é acompanhada de indignação em relação às estruturas opressivas e seus agentes. A elaboração coletiva dessa visão crítica de mundo é em si uma ação, no âmbito da racionalidade. Mas o âmbito das ideias pode levar a ações práticas. Elas potencializam ações culturais, seja no âmbito político, econômico, religioso ou artístico. Também podem potencializar habilidades, competência e aptidões em nível pessoal e grupal.

Tomar consciência é despertar potencialidades. Nesse sentido o conceito-utopia *conscientização*, tão difundida nos anos 80 pela educação popular, ganha novo sentido quando relacionada aos pequenos atos do dia-a-dia; quando nos damos conta de como nos movemos e onde nos bloqueamos; relacionando nossas posturas com nossa vida. Dessa forma podemos ver onde se alojam nossos medos, dúvidas, dificuldades, alegrias e potencialidades. Unindo razão, afetividade, corpo e desejo (CEDEÑO, 2012, 43).

A arte e o esporte produz diversas formas de potencialização. É difícil quando está potencialização vem de atividades ilícitas como o narcotráfico ou enfrentamento com a polícia. Porém num mundo tão desigual como este não podemos negar que essas são formas relativamente rápidas e efetivas, ainda que tenebrosas, de alcançar visibilidade e sentir-se importante, ainda que implique em viver pouco. Assim diríamos com Spinoza que nada mata uma paixão, salvo uma

paixão mais forte e que por isso é necessário que sejam construídas atividades emocionantes para os jovens que possam competir com a adrenalina do crime. A ativista transexual Melissa Campus argumenta: *Graças a violência aprendi a defender-me; ao defender-me aprendi a lutar por meus direitos e lutando por meus direitos descobri qual era meu lugar no mundo.* (CEDEÑO, 2012, 16).

Potencialidades tem haver com possibilidades de ação. Nossos encontros podem nos afetar de tal forma que torne ato *mis en scène* a alegria e criatividade. Todavia há encontros que desestruturam nosso corpo e nos abalam profundamente, potencializam o sofrimento, mas que podem se mostrar como espaços de crescimento e diluição de *fantasmas* de grupos e comunidades. Enfim, apoiar iniciativas potencializadoras da beleza, alegria e justiça em lugares marcados por diversos tipos de violência faz parte de nossas intenções estratégicas.

7 Potencializando e criando beleza.

A beleza é uma projeção de nossos desejos e uma qualidade potencial dos seres. Pode ser encontrada inclusive na tristeza, na dor ou no sofrimento. Nós priorizamos a produção da beleza ligada a alegria, leveza e comunhão. Não se trata de gerar um mundo fantasioso que ignora as opressões da sociedade onde vivemos. Se trata de potencializar dimensões do bem viver que estão latentes, porém reprimidas ou esquecidas. Partamos da constatação que experimentamos a beleza na forma de sensações, emoções, ritmos pulsáteis e sentimentos.

As linguagens artísticas nos permitem produzir o belo. Seja apreciando, seja criando. Abordam e expressam de forma metaforizada a dimensão poética da vida. A arte em sua dimensão poética deve ser capaz de converter o sofrimento em valor estético e propiciar a experiência do gozo estético.

O contato com a beleza e, melhor ainda, a produção da beleza e alegria em nossas vidas, nos ajuda a dizer sim a vida e não aos horrores. Gerar beleza é gerar *bem viver*. O direito a beleza é também exercer a indignação de forma bela.

Criar espaços de conversação e de manifestações artísticas. Espaços de amizade, de ação conjunta e luta coletiva por melhores condições de vida. Espaços

de celebração das conquistas e derrotas diárias. Construir alguns recantos de beleza dentro do mundo onde vivemos. (LEON CEDEÑO, 2012, 62).

As discussões sobre a produção artística que opera com práticas interativas que acontecem no tecido social, mimetizando ações corriqueiras da vida e repercutindo no modo como as pessoas convivem e se organizam cotidianamente vem ocupando espaços significativos nos movimentos artísticos contemporâneos (SEQUEIRA, 2010, 10).

Essas práticas de arte põe em questão, entre outros temas, o potencial da arte para transformar o espaço social e as relações humanas. Gostaria de apresentar o depoimento de Alexandre Sequeira, fotógrafo e docente da Universidade do Pará, sobre essa perspectiva de arte no cotidiano comunitário:

Minhas últimas pesquisas lidam com a aproximação e interação com indivíduos ou grupos, promovendo, a partir da confiança e parceria que se estabelecem a partir desses encontros, dinâmicas espontâneas de manipulação criativa do cotidiano, como mecanismos de construção de relações de alteridade social. (SEQUEIRA, 2010, 11)

Se trata de uma produção artística fundamentada no alcance e na participação do outro. Os modos de contato e de invenção de relações, bem como os registros documentais desses processos, pensam a vida como arte. Trata-se de uma nova configuração do fazer artístico onde a hermenêutica passa a englobar a experiência estética, intitulada por Nicolas Bourriaud de estética relacional. (SEQUEIRA, 2010, 60).

Cria-se um espaços/momentos de relações orientados pela presença, troca construtiva, potencialização da criatividade e da visão crítica. Aqui o processo de encontros é o foco principal, sendo a criação artística um resultado natural do processo.

As aspirações da filosofia crítica tradicional, da Escola de Frankfurt em relação a função crítica e transformadora da arte passam a operar na condição de micro-utopias. Há uma busca por propiciar espaços nos quais cada um possa expressar seus pontos de vista e experimentar suas escolhas em um mundo cada vez menos participativo.

A relação dos grupos com os materiais ou insumos utilizados nas obras é outra questão. Avalizando a recomendação budista de respeito a todos os seres,

sentimos que os recursos que usamos têm vida social e devem ser tratadas com reverência. Estamos propondo uma visão que vá para além do conceito de recursos sustentáveis.

Por fim, pensemos um pouco sobre os critérios de definição do que seja bonito. Esses critérios, baseados em padrões culturalmente aceitos sobre beleza, estabelecem uma hierarquia que vai do bonito ao horroroso. Nos é vedado se eximir de utilizá-los. Mas é possível repensá-los e trazê-los a consciência pela experimentação de novos padrões estéticos. Nesse sentido as ações artístico-comunitárias são laboratórios. Isso vale também para trabalhos na área da saúde e qualificação técnica. O olhar externo será um dos condicionantes dessa revisão. Muitos alters serão levados em conta na construção da escala que valia os graus de beleza dos produtos artísticos criados. Por outro lado, serão as vivências emotivo-corporais coletivas a principal fonte para a consolidação dos critérios de percepção da beleza, pois o ingresso num estado de sinergia compartilhado onde o belo é experimentado sensorialmente como êxtase, sustentará as posturas, os postulados e a criatividade em relação ao belo.

Comentários conclusivos

Uma ciência compreensiva que combinar análise crítica do macrossocial com imersão no microssocial. Usamos as análises de macroestrutura sociais para ajudar a compreender o local, o cotidiano, mas longe de efetuar um enquadramento interpretativo rígido. Quando recorremos a busca de informações sobre contextos culturais com os quais estamos trabalhando, é para enriquecer nosso olhar e não para estreitá-lo. As culturas se referem a estruturas simbólicas produzidas e reproduzidas socialmente, elas existem em pessoas corporificados, materialidades e virtualidades. São estruturas dinâmicas, não pairam sobre os indivíduos como se tivessem vida própria.

Macro e micro são referenciais que nós inventamos para nos localizarmos. Inexistem em si, pois existem num todo em movimento. A relação entre o micro e o macro é de mútua constituição.

Assumimos a institucionalidade moderna da produção de saber científico, relativizando-a. O paradigma antropocêntrico, a racionalidade lógica experimental-

analítica; a utilização de um arcabouço teórico baseado em conceitos precisos e coesos; a especialização; são postulados presentes em nossas pesquisas. Trazemos também a metáfora, a poética e a metafísica. Abrimos espaços para a intuição, para o lúdico e para o emocional. . Continuamos fazendo registro de dados, sistematização e análise de dados.

As teorias críticas que nos permitem desvendar as estruturas injustas de poder em tempos de globalização são ferramentas importantes para desmascarar as ideologias camufladoras e reprodutoras dos sistemas de opressão. Cremos que a consciência crítica é potencializadora de ações transformadoras das estruturas opressivas sejam elas de gênero, étnico-raciais, econômicas ou religiosas. Porém, como já afirmamos anteriormente, as teorias devem ter seu uso mitigado na interpretação das relações cotidianas. A imersão no microsocial supõe um despojamento de conceitos prévios que possam nos impedir de encontrar as pessoas organizadas coletivamente em sua plenitude. No mínimo, temos que atenuar os efeitos de enquadramento explicativo que muitas dessas teorias trazem embutidos nas suas práticas de pesquisa.

Vislumbramos a superação da fragmentação do conhecimento científico é fundamental. As fronteiras entre psicologia social, antropologia, sociologia, ciências políticas, economia, pedagogia e filosofia social são tênues ou inexistentes. São ciências sociais. Por isso é importante compor equipes interdisciplinares e transitar por várias áreas do conhecimento.

Os paradigmas que temos utilizado para pensar as relações sociais são insuficientes para abordar essa realidade social micromacroscópica em movimento contínuo. O desenvolvimento de um paradigma ecocêntrico que de conta da complexidade das relações parece ser uma demanda premente.

.

Referências

CEDEÑO, Alejandra Astrid Leon. **Psicología Comunitaria de lo cotidiano – arte y acción Psicosocial em Londrina (Brasil)**. Searbruckin (Alemanha), Editorial Academica Española, 2012.

KELEMAN, Stanley. **Anatomia Emocional**. São Paulo, Summus, 1992.

SEQUEIRA, Alexandre Romariz. **Entre a Lapinhada Serra e o Mata Capim**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas – Escola de Belas Artes, 2010.

SPINK, Peter **O pesquisador conversador no cotidiano** (2008). Revista Psicologia e sociedade, 20 (1) Apud CEDEÑO, Alejandra Astrid Leon. Psicologia Comunitaria de lo cotidiano – arte y acción Psicosocial em Londrina (Brasil).

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O Nativo relativo**. Rio de Janeiro, Mana vol.8 Apr.2002, ISSN 16784944, <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005> acessado em 22/04/2016.

O ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR NA PÓS-GRADUAÇÃO DE SERGIPE: BALANÇO DE DISSERTAÇÕES E TESES NAS ÁREAS DE SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO (1980-2010)

Ana Carla dos Santos¹; Aline Maria Batista Machado²

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Pós-graduanda em Extensão Universitária e Desenvolvimento Sustentável pela NUPLAR/UFPB. Integrante e foi Bolsista PIBIC/CNPq do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS). E-mail: karlla_santos2011@hotmail.com; ² Assistente Social; Mestre em Serviço Social; Doutora em Educação; Docente vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba; Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS). E-mail: prof.alinemachado23@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo do nosso trabalho foi realizar um estudo acerca da produção acadêmica sobre educação popular nas pós-graduações públicas (*stricto sensu*) de Serviço Social e Educação Popular no estado de Sergipe entre os anos de 1980 e 2010, a fim de fazer o “estado da arte” dessa temática em Sergipe, num recorte temporal de 1980-2010. Metodologicamente, nossa pesquisa é do tipo exploratório e bibliográfico, cuja forma de abordagem é quali-quantitativa, fundamentada em um referencial teórico crítico, o materialismo histórico-dialético. Na fase de coleta de dados, nos detemos nos títulos e palavras-chaves em que a educação popular aparece, a fim de selecionarmos as produções que abordam essa temática. Tomamos por base a técnica análise de conteúdo. Dos resultados podemos dizer que, no que se refere à questão de gênero, a maior produção advém de mulheres; no que se refere à questão de gênero, a maior produção advém de mulheres; em toda a produção levantada, todas foram na área de Educação; entre 2008 a 2010 as produções das pós-graduações públicas (*stricto sensu*) de Sergipe se destacaram por apresentarem 20% cada um na área de educação popular; todas as produções são dissertações; e os temas que prevalecem articulados a educação popular são: Práticas Educativas, Formação, Educação de Jovens e Adultos,

Educação do Campo, Democracia e Participação Popular; os resultados demonstraram que todos seguem um referencial teórico-crítico. As categorias encontradas nas produções, num modo geral, foram: Movimentos Sociais, Prática Pedagógica, Educação Popular, Educação/ Educação de Jovens e Adultos, Democracia, Formação Popular e Participação.

Palavras-Chaves: Educação Popular. Pós-Graduação. Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva apresentar os resultados das atividades desenvolvidas referentes ao plano de trabalho “Balanço das dissertações e teses sergipanas nas áreas de Serviço Social e Educação (década de 1980-2010)”, inserido no projeto de pesquisa intitulado: “O Estado da Arte Sobre Educação Popular na Pós-Graduação Sergipana: Serviço Social e Educação (1980-2010)” e fez parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq. O referido trabalho é fruto de uma pesquisa mais ampla desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPEDUPSS, da UFPB, que está vinculado diretamente ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e, indiretamente, por meio de seus integrantes, a Pós-Graduação em Educação da mesma universidade.

Segundo Machado (2012, p. 152)

a educação popular constitui-se um paradigma educativo sistematizado por Paulo Freire que visa contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternizadas a partir de uma teoria referência da na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política volta da à transformação social. Ela aposta em metodologias dialógicas que estimulam a luta coletiva pela emancipação dos oprimidos no sistema capitalista e geralmente está presente no campo de atuação dos assistentes sociais que trabalham com comunidades, organização e mobilização popular, sobretudo em Organizações Não-Governamentais – ONGs articuladas aos movimentos sociais, onde esse tipo de educação se refugiou no período da ditadura militar, visto que naquele contexto histórico passou a ser considerada uma prática educativa subversiva.

Na perspectiva de Carrilo (2013, p.18), num aspecto histórico e atual, as direções da educação popular “não se encontram em estado puro”, e ainda

segundo o mesmo não há apenas sentidos diferentes como “também maneiras distintas de estender sua natureza, sua especificidade como realidade social e pedagógica” (p. 18-19). Desse modo, podemos afirmar que a Educação Popular se configura como uma prática em constante movimento diante das mudanças socialmente construídas da sociedade. Em concordância com o aspecto supracitado, Gadotti (2007, p.24) afirma que

A educação popular, como prática educacional e como teoria pedagógica, pode ser encontrada em todos os continentes, manifestada em concepções e práticas muito diferentes. Como concepção geral da educação, ela passou por diversos momentos epistemológico-educacionais e organizativos, desde a busca da conscientização.

Gohn (2013) salienta que o método de Paulo Freire, inicialmente, partiu da busca por uma consciência crítica, em seguida, existiu a necessidade de se discutir os temas de organização e do trabalho como determinantes para o processo de desenvolvimento para aquela consciência, do mesmo modo que, como afirma a autora, uma das inovações do método está intrínseco à categoria de diálogo.

O elemento popular não se apresenta aqui apenas para adjetivar um tipo específico de educação, mas para diferenciá-la como a que “é capaz de contribuir para a construção de direção política dos setores sociais que estão à margem do fazer político” (MELO NETO, 2004, p. 158). De acordo com esse último autor, embora a categoria popular adquira uma plasticidade conceitual, ao pensá-la de forma dialética, no contexto de sua historicidade, algo é popular se tem origem nas postulações dos setores sociais majoritários da sociedade ou de setores comprometidos com suas lutas, exigindo-se que as medidas a serem tomadas beneficiem essas maiorias.

Portanto, a Educação Popular se apresenta nas relações na qual os homens atuam sobre si mesmos, tendo um caráter transformador da realidade, basicamente político. Desse modo, promove um discurso pedagógico comprometido com as classes subalternas, sendo os próprios oprimidos os sujeitos responsáveis por sua libertação dos opressores. Assim, Both e Brutscher (2004) compreendem que a Educação Popular tem por desígnio romper com as relações de opressão.

Na concepção de Paulo Freire (2007, p. 103-105), a Educação Popular

jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes

sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição e classe e, ao mesmo tempo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. (...) É a que não considera suficiente mudar apenas as relações entre educadora e educandos, amaciando essas relações, mas, ao criticar e tentar ir além das tradições autoritárias (...) critica também a natureza autoritária e exploradora do capitalismo.

Assim, o objetivo central do projeto consistiu em realizar um estudo acerca da produção acadêmica sobre educação popular nas pós-graduações públicas (*stricto sensu*) de Serviço Social e Educação no estado de Sergipe entre os anos de 1980 a 2010, com intuito de fazer um balanço da “produção do conhecimento” ou “estado da arte” dessa temática em Sergipe. Enquanto que, a outra Bolsista PIBIC desempenhou os mesmos estudos no Estado de Alagoas e com o mesmo recorte temporal.

De acordo com Haddad (2000, p. 04), os estudos de tipo “estado da arte” permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura.

De modo geral, nossos objetivos específicos são os seguintes: conhecer as temáticas e abordagens dominantes e emergentes na área da educação popular; identificar e analisar os objetivos, o referencial teórico, a metodologia e conclusões dessas pesquisas; bem como o perfil dos discentes que assumem tal temática; analisar se nesses estudos a educação popular é o objeto de estudo ou temática secundária; e, por fim, identificar se a produção nessa área vem se reduzindo na pós-graduação em educação de Sergipe.

A proposta de estudar a temática da Pós-Graduação se justifica pela relevância que tem na construção do saber. Além disso, concordamos com Yazbek e Silva (2005) ao afirmarem que trabalhamos pela construção de uma Universidade que seja centro de produção de ciência e tecnologia, voltada à solução dos problemas sociais e uma Pós-Graduação direcionada para formação de recursos humanos de alto nível e com capacidade de atuar criticamente na realidade social.

Assim sendo, foi feito um “balanço do conhecimento” ou “estado da arte” acerca da educação popular nas pós-graduações de Serviço Social e Educação, no que refere à produção acadêmica discente dos programas de pós-graduação expressas em teses e dissertações pernambucanas dessas áreas.

METODOLOGIA

Metodologicamente nosso trabalho é do tipo exploratório e bibliográfico, se configurando como uma abordagem quali-quantitativa. No que se refere à coleta de dados procedemos da seguinte forma: inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico acerca das dissertações de mestrado e teses de doutorado das Pós-Graduações em Educação e Serviço Social de Sergipe que abordam a educação popular, inicialmente utilizamos como fontes principais de coleta de dados o banco de teses do portal da CAPES, mas devido o mesmo passar diversas manutenções durante o período desta pesquisa e ter sofrido alterações, nos utilizamos do sistema online do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) de ambas áreas de conhecimento, e desse maneira, detectamos que o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFS foi consolidado em Março de 2011, aprovado durante a 124ª Reunião do Conselho Técnico de Educação Superior (CTC/ES) da CAPES, não possibilitando obtermos produções no recorte temporal, e conseqüentemente, na temática objetivados por nossa pesquisa. Assim, todos os resultados obtidos foram na área de Educação.

Nessa fase de coleta de dados nos detemos nos títulos e palavras-chaves em que a educação popular apareceu a fim de selecionarmos as produções que abordavam essa temática. A partir daí também selecionamos os resumos dessas produções para posterior análise, bem como verificamos as referências bibliográficas utilizadas, o que facilitou a seleção das produções para realização da análise.

Os resultados foram tabulados em um quadro geral definindo o nome do(a) autor(a), o título do estudo, o tipo (dissertação ou tese), o campo (serviço social ou educação), o tema articulado a educação popular, o local e o ano, dentro das condições encontradas na pesquisa.

Para darmos conta dos objetivos específicos (conhecer as temáticas e abordagens dominantes e emergentes na área da educação popular; - identificar e analisar os objetivos, o referencial teórico, a metodologia e conclusões dessas pesquisas; - bem como o perfil dos discentes que assumem tal temática; - analisar se nesses estudos a educação popular é o objeto de estudo ou temática secundária e - identificar se a produção nessa área vem se reduzindo na pós-graduação em educação de Pernambuco), seguimos a metodologia crítica proposta no projeto de pesquisa. Em vista disso, na pré-análise dos dados nos baseamos na técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977), onde as diferentes fases dessa técnica organizam-se em torno de três pólos cronológicos: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material; 3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Assim, na fase da pré-análise fizemos uma leitura flutuante dos resumos das produções, o que facilitou formular as primeiras impressões sobre os estudos acerca da educação popular. Na fase da exploração do material fizemos a caracterização dos sujeitos da pesquisa e das dissertações, bem como a realização da categorização dos conteúdos das mensagens. E por último, o tratamento dos resultados obtidos, por meio de discussão e questionamentos é interpretado tais resultados.

Na caracterização dos sujeitos identificamos o sexo, a área onde a dissertação ou tese foi defendida bem como o ano de tais defesas. Dessa forma, pudemos saber se têm mais homens ou mulheres pesquisando a educação popular, qual década, campo (educação ou serviço social) e nível (mestrado ou doutorado) houve mais produção. Na caracterização das dissertações e teses identificamos se tem mais tese ou dissertações, analisamos também, a partir de seus resumos, os objetivos, o referencial teórico, a metodologia e as temáticas paralelas. O que nos permitiu avaliar se nesses estudos a educação popular é o objeto de estudo ou temática secundária, se a maioria está seguindo numa ótica teórico-metodológica crítica ou conservadora e que sugestões se apresenta a partir das variadas conclusões. Já a categorização dos conteúdos das mensagens foi realizada por meio da “categorização semântica” a qual consiste em agrupar os conteúdos das mensagens por categorias temáticas.

Neste sentido, no processo de categorização aplicamos o procedimento por milha, cujo “sistema de categorias não é fornecido, antes resultando da

classificação analógica e progressiva dos elementos. (...). O título conceitual de cada categoria, somente é definido no final da operação” (BARDIN p. 119). Em outras palavras, a partir desse procedimento as categorias temáticas não são pré-estabelecidas, emergem dos significados hegemônicos do contexto ou do agrupamento de conteúdos afins.

Além disso, como nossa forma de abordagem está pautada sobretudo em uma abordagem qualitativa, as categorias não surgiram por causa da frequência de aparição nas mensagens, como é o caso da abordagem apenas quantitativa, ao contrário, independem da frequência, surgiram devido à presença nas mensagens e dada à importância que possuem para o tema abordado.

Quanto à última fase da análise de conteúdo, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, além de termos baseados nas ideias de Paulo Freire (1921-1997), por pensar a educação popular crítica, problematizadora, efetivamente comprometida com o processo de conscientização voltado à luta pela emancipação das classes subalternas, o outro pensador fundamental foi Karl Marx (1818-1883), por apontar, sobretudo, que não se deve considerar somente as ideias, as representações que os indivíduos, as classes e os povos fizeram de si mesmo, mas os interesses materiais que os mobilizaram, pois é através da práxis que o ser humano transforma a si mesmo e o mundo.

Além das reuniões individuais com a orientadora, que ocorreram semanalmente no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA, para um melhor desenvolvimento da Pesquisa Bibliográfica, também participamos de reuniões semanais ou quinzenais do grupo de estudos do GEPEDUPSS, onde trocamos experiências e discussões teórico-metodológicas com outros alunos do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, o que facilitou as análises dos resultados coletados.

Segundo Haddad (2000), os estudos de tipo “estado da arte” permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura. Nessa perspectiva, entendemos que é preciso conhecer o trabalho de mobilização e de educação popular e suas intencionalidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos resultados obtidos no Sistema Online do Programa de Pós-graduação em Educação da UFS foi possível obter os resultados referentes à produção teórica da educação popular.

Todas as pesquisas realizadas no GEPEDUPSS apostam na perspectiva crítica e registraram os resultados através de tabulação em um quadro geral que define os seguintes aspectos: o nome do(a) autor(a), o título do estudo, o tipo (dissertação ou tese), a área (serviço social ou educação), o tema articulado a educação popular, o local e o ano, dentro das condições encontradas na pesquisa.

No total temos 10 produções que abordam o tema da educação popular entre 2000 e 2010, devido ao Programa de Pós-graduação em Educação da USF ter surgido em 1994, bem como o sistema online apenas disponibiliza produções a partir dos anos 2000. Não há registro de produções nos anos de 2001 e 2004 em nenhuma linha de pesquisa.

Distribuímos as produções pesquisadas que trata da temática da Educação Popular conforme nível (mestrado ou doutorado). Os resultados revelaram uma disparidade de produção em mestrado comparada às produções de doutorado. Apresentando assim, 100% das produções em mestrado e nenhuma tese de doutorado. A ausência de teses se deve ao fato do nível de doutorado da pós-graduação em Educação ter sido aprovado e implantado no início da década de 2000.

De acordo com o site da Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – UFS, o seu mestrado em educação surgiu no ano de 1994 enquanto que seu doutorado em educação só surgiu 14 (quatorze) anos depois, em 2008. Já o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS surge em 2011, em nível de mestrado e ainda não possui o nível de doutorado.

Analizamos se a Educação Popular aparece como objeto central ou como temática secundária. Assim, foi feita a distribuição das produções pesquisadas no que se refere ao tema da educação popular. Constatamos que a Educação Popular como tema central da pesquisa se apresenta em 10 % das produções, enquanto temática secundária se apresenta em 90 %. Evidenciando assim, que a grande maioria das produções que tratam da temática não a toma como foco central.

Quadro 1 - Gênero dos pesquisadores (as) das produções investigadas

SEXO	QUANT. (Nº)	PER (%)
Feminino	08	80%
Masculino	02	20%
TOTAL	10	100%

Fonte: Fonte primária, 2014.

O quadro nº 01 apresenta os dados das produções quanto ao gênero dos (as) pesquisadores (as) das produções investigadas. A partir dos dados expostos, podemos afirmar que 80% das produções advêm do sexo feminino e 20% do sexo masculino. O que nos leva a inferir que esse resultado pode estar relacionado diretamente ao histórico dos cursos de Pedagogia e Serviço Social, por serem cursos formados, na maioria das vezes, por mais mulheres do que homens.

A preocupação com a desigualdade de sexo e gênero e, especialmente com a desvalorização das representações do feminino, implica, segundo Carvalho e Pereira (2003), considerar múltiplos aspectos, por um lado, as condições de desvantagem social, econômica e política, bem como as situações de opressão específica de gênero que ainda se abatem sobre as mulheres; por outro lado, as repercussões da mudança dos papéis e das identidades femininas nas próprias relações de gênero, expressas igualmente em problemáticas masculinas e de homens. As autoras ressaltam também, que as relações de gênero são relações de poder em que o pólo feminino é subjogado e desvalorizado.

Quadro 2 - Distribuições das produções pesquisadas conforme área das pós-graduações

ÁREAS	QUANT. (Nº)	PER (%)
Educação	10	100%

Serviço Social	00	0%
TOTAL	10	100%

Fonte: Fonte primária, 2014.

O quadro nº 02 apresenta as distribuições das produções pesquisadas conforme a área das pós-graduações. Os dados revelam que 100% das produções pesquisadas são da área de Educação, devido a Pós-graduação em Serviço Social ter surgido em 2011, não beneficiando nosso recorte temporal.

Além disso, o Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da UFS, assim como a pós-graduação em educação, não possui nenhuma linha de pesquisa na área de educação popular. Conforme o site do PPGE/UFS, o Programa só possui uma área de concentração: "História, Política, Sociedade", a qual apresenta as seguintes linhas de pesquisa: História, Sociedade e Pensamento Educacional; e Formação de Educadores: Saberes e Competências.

Através da distribuição das produções pesquisadas conforme o ano, constatamos que: nos anos de 1980 ainda não havia Programa de Pós-graduação em Educação em Sergipe; como dito em outro momento o Programa de Pós-graduação em Educação da USF surge em 1994, mas o seu sistema online apenas disponibiliza produções a partir dos anos 2000; os anos de 2000, de 2005, de 2006 e de 2007 apresentam 10% das produções; nos anos de 2001 a 2004 não houve produções, principalmente, os anos de 2001 e de 2004 que não há registro no sistema online de produções em nenhuma das linhas de pesquisa do PPGE – UFS; e nos anos de 2008 a 2010 se destacam por apresentarem, cada um, 20% das produções investigadas.

O quadro nº 07 apresenta o quantitativo e percentual das temáticas articuladas à educação popular nas produções pesquisadas. Assim, nas 10 produções pesquisadas encontramos temas transversais ou temáticos secundários. Dentre eles, 40% se referem ao tema de Práticas Educativas e 20% referente ao tema de Formação. Já os temas de Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Democracia e Participação Popular apresentam 10% cada.

Quadro 3 - Cruzamento dos dados: sexo, nível e área

CRUZANDO SEXO, NÍVEL E ÁREA	QUANT. (Nº)				PER (%)			
	Mestrado em Educação	Mestrado em Serviço Social	Doutorado em Educação	Doutorado em Serviço Social	Mestrado em Educação	Mestrado em Serviço Social	Doutorado em Educação	Doutorado em Serviço Social
Feminino	08	-	-	-	80%	-	-	-
Masculino	02	-	-	-	20%	-	-	-
Total Parcial	10	-	-	-		-	-	-
Total	10	0			100%	0%		

Fonte: Fonte primária, 2014.

Conforme apresentado no quadro nº 03, aprofundando as análises das produções pesquisadas, cruzamos os dados com as variáveis: sexo, nível e área. A partir disso evidenciamos que 80% são dissertações do sexo feminino e 20% do sexo masculino na área de educação. No que se refere às teses de doutorado, as defesas começaram a partir do ano de 2012, estando fora do recorte temporal aqui analisado.

Desse modo, os dados revelam que tanto na área de educação a maioria são produções de mulheres. No Brasil, conforme site do Governo Federal (2012), as mulheres são mais da metade da população e já estudam mais que os homens, mas ainda têm menos chances de emprego, ganham menos do que o universo masculino trabalhando nas mesmas funções e ocupam os piores postos. Nos últimos anos, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a distribuição de renda melhorou, mas a desigualdade entre homens e mulheres, ainda é muito significativa.

Quadro 4 - Categorização das produções das produções encontradas quanto ao seu referencial teórico-metodológico

REFERENCIAL TEÓRICO	QUANT. (Nº)	PER (%)
Crítico (perspectiva freiriana)	08	80%

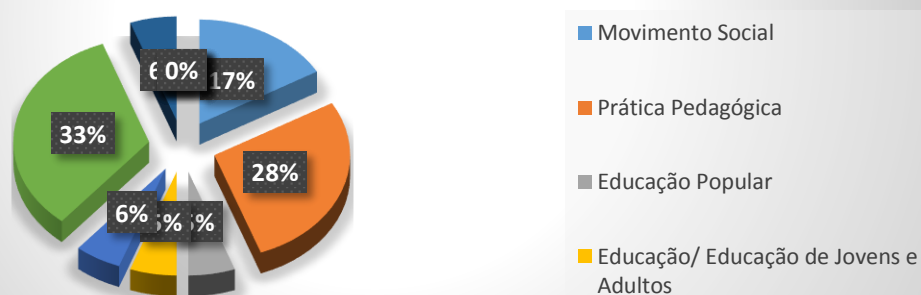
Crítico (perspectiva marxista)	02	20%
Conservador	-	-
TOTAL	10	100%

Fonte: Fonte primária, 2014.

No quadro nº 04 fizemos uma análise das produções pesquisadas quanto a seu referencial teórico-metodológico, a partir dos resumos das produções pesquisadas, a fim de verificar se as mesmas seguem uma ótica crítica ou conservadora. Os resultados demonstraram que a maioria (100%) das produções seguem uma ótica crítica, nenhuma apresenta uma visão conservadora. Vale salientar, que das 80% produções críticas seguem uma perspectiva freiriana e 20% uma perspectiva marxista. O que possibilitou essa identificação foram as categorias teóricas presentes nos resumos.

Por meio dos resultados obtidos e interpretados através da categorização dos conteúdos das mensagens, fazendo o agrupamento das categorias críticas em que foi possível identificar qual produção pertencia ao referencial marxista e qual fazia parte do referencial freiriano. Diante disso, para uma melhor visualização expomos tais categorias a partir de uma ordem hierárquica no gráfico 01 a seguir. São elas: Movimento Social; Educação Popular; Educação/ Educação de Jovens e Adultos, Formação Popular, Democracia, Prática Pedagógica, Participação.

Gráfico 01
Categorias teóricas encontradas nas produções



Fonte: Primária, 2014.

Enfim, a partir dos dados expostos neste relatório podemos sintetizar os resultados obtidos da seguinte forma:

1. No que se refere à questão de gênero, a maior produção advém de mulheres;
2. Em toda a produção (dissertações) levantada todas foram na área de Educação, devido ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social ter surgido em 2011, estando fora do recorte temporal aqui investigado;
3. Nos anos de 2008 a 2010 as produções das pós-graduações públicas (*stricto sensu*) do estado de Sergipe se destacaram por apresentarem 20% cada um na área de educação popular;
4. Quanto ao tipo de produção, todas são dissertações, ou seja, nível mestrado, visto que no recorte temporal objetivado, o nível de doutorado ainda não havia emergindo;
5. E os temas que prevalecem articuladas a educação popular são: Práticas Educativas, Formação, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Democracia e Participação Popular.
6. Quanto à ótica teórico-metodológico, os resultados demonstraram que todos seguem um referencial teórico-crítico.
7. No que se refere às categorias encontradas nas produções, num modo geral, foram: Movimentos Sociais, Prática Pedagógica, Educação Popular, Educação/ Educação de Jovens e Adultos, Democracia, Formação Popular e Participação.

A educação popular nos moldes da perspectiva freiriana é, enquanto prática eminentemente política, a que se aproxima da comunidade e dos movimentos populares com os quais aprende para a eles poder ensinar também. Conforme Machado (2012), no que diz respeito a sua articulação a área de Serviço Social, podemos dizer que surge aproximadamente no início da década de 1970. Apesar disso, atualmente a educação popular está pouco presente nos debates acadêmicos da área do serviço social. E aparece pouco nos eventos científicos dessa área, como podemos evidenciar nos anais dos principais congressos ou encontros da profissão dos últimos anos. Mas isso não significa que não haja assistentes sociais atuando com a educação popular e/ou debatendo-a em outras áreas, como saúde por exemplo.

O fato é que apesar do debate acerca desse tipo de educação ser incipiente na formação profissional do assistente social, as práticas em educação popular continuam presentes em seu campo de atuação, ocupando espaços coletivos em segmentos organizados da sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluirmos este trabalho é importante sublinhar que um estudo do tipo Estado da Arte nunca se esgota, pois sempre há novas produções surgindo ou que, simplesmente, nos escaparam na ocasião da coleta de dados. E isso nos leva a dizer que, embora tenhamos concluído nosso objetivo central, de realizar um “balanço das dissertações e teses Sergipanas nas áreas de Serviço Social e Educação (1980-2010)”, o processo de pesquisa acerca da educação popular nas produções discentes das pós-graduações não se esgota aqui, tendo em visto que o GEPEDUPSS (nosso Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais) já realizou este mesmo balanço no estado da Paraíba (recorte temporal de 1980-2010) e Rio Grande do Norte (recorte temporal de 1990-2010), e tem o propósito de pesquisar os demais estados da região Nordeste, quais sejam: Maranhão, Bahia, Piauí, e Ceará. O que implica em uma ampliação deste estudo, que teve início no estado da Paraíba por ser o *lócus* do nosso grupo de pesquisa.

Assim sendo, entendemos que os resultados deste trabalho contribuem não somente com os estudos e pesquisas do GEPEDUPSS, o qual abrange os cursos de Graduação em Serviço Social e de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, mas, também, com os debates, as pesquisas e estudos sobre a educação popular que vêm sendo desenvolvidos no Brasil como um todo.

No que diz respeito à área de Serviço Social, embora também exista um levantamento nacional sobre sua “produção do conhecimento” na pós-graduação, que vai de 1998 a 2003, deixava brechas na década de 1980, na primeira metade dos anos de 1990 e na década de 2000. Porém, vimos que em toda a produção levantada (dissertações) entre a década de 1980 e 2010, todas as outras são do campo da Educação devido as condições postas pelo Programa de Pós-graduação

em Educação e Serviço Social (consolidado em 2011, fora do nosso recorte temporal, como já expomos antes) da Universidade Federal de Sergipe. De modo geral, vimos que os anos de 2000, de 2005, de 2006 e de 2007 apresentam 10% das produções e nos anos de 2008 a 2010 as produções das pós-graduações públicas (*stricto sensu*) do estado de Sergipe se destacaram por apresentarem 20% cada um na área de educação popular, o que revela que a pós-graduação sergipana em educação ainda aposta em uma educação crítica, dialógica e que estimula o saber popular, a participação e mobilização social.

Enfim, concordamos com Haddad (2000, p. 33) ao afirmar que “o Estado da Arte é um instrumento valioso para servir como referencial para aqueles que orientam trabalhos de pesquisa na área. Tanto contribui para uma avaliação crítica do que já foi produzido, como contribui na identificação dos avanços teóricos das temáticas relacionadas”.

REFERÊNCIAS

ABESS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. **Apresentação**. Caderno ABESS, n. 02,p. 03-04, 1988.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEZERRA, Aída. **As atividades em educação popular**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.). A questão política da educação popular. 4 ed. São Paulo: brasiliense, 1984.

BOTH, Valdevir; BRUTSCHER, Volmir José. **Educação Popular e Direitos Humanos**: pautas pedagógicas para a atuação. In: CARBONARI, Paulo César; KUJAWA, Henrique Aniceto. (Orgs.) Direitos Humanos desde Passo Fundo: homenagem aos vinte anos da Comissão de Direitos Humanos do Passo Fundo. Passo Fundo: CDHPF/IFIBE, 2004, p. 89-109.

CARVALHO, M. E. P. de; PEREIRA, M. Z. da C. (Orgs.) **Gênero e educação: múltiplas faces**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003.

CARRILO, Alfonso Torres. **A Educação Popular como Prática Política e Pedagógica Emancipadora**. In: STRECK, Danilo R. ESTEBAN, Maria Tereza. (Orgs.) Educação Popular: Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 15-32.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 8 ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. **Paulo Freire e a Educação Popular**. Revista Trimestral de Debate da Fase. São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_gadotti.pdf. Acesso em: 22 de Fevereiro de 2014 às 15:55hs.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Popular e Movimentos Sociais**. In: STRECK, Danilo R. ESTEBAN, Maria Tereza. (Orgs.) Educação Popular: Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 33-48.

HADDAD, Sérgio. **O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil: A produção discente da pós-graduação em educação no período 1986 – 1998**. São Paulo, 2000. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/ejaea.pdf Acesso em: 30/03/2011.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Serviço social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica**. Serviço Social e Sociedade nº 109. São Paulo: Cortez, 2012.

MELO NETO, J. F. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira:** Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Vol.1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

YAZBEK, Maria C. e SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Das origens à atualidade da profissão:** a construção da Pós-Graduação no Brasil. In: CARVALHO, Denise Bomtempo B. de C. e SILVA, Maria Ozanira Silva e. (Orgs.) Serviço social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.

UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO COM AS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE JUIZ DE FORA (MG)

Ciro de Sousa Vale¹; Wanderlei de Oliveira Clarindo da Silva²; Américo Dantas de Oliveira³

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora; ² Professor do Instituto Federal de São Paulo – Campus Jundiaí. Pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (NEINB-USP); ³ Professor do Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo retratar a situação vivida pelas associações de catadores existentes na cidade mineira de Juiz de Fora e mostrar como a utilização da pesquisa-ação junto aos associados pode se tornar uma possibilidade para melhoria de suas condições de trabalho e contribuir para o empoderamento desses agentes ambientais.

INTRODUÇÃO

O interesse em se ter as associações de materiais recicláveis de Juiz de Fora como objeto de estudo de uma pesquisa-ação se deu a partir da disciplina “Metodologia de Pesquisa Participativa” ministrada pelo professor Michel Thiollent e desenvolvida no doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social na UFRJ e, principalmente, por envolver um assunto relacionado à temática dos resíduos sólidos. Já tendo desenvolvido uma dissertação de mestrado sobre os vários impactos advindos da utilização de um depósito de lixo irregular em Juiz de Fora, mostrou-se natural discorrer sobre o papel que os catadores desempenham na sociedade, pois evitam diretamente que mais resíduos (com possibilidade de reciclagem) sejam aterrados, ao fazê-los retornar ao seu ciclo produtivo. Outro aspecto que contribuiu para o interesse pelo tema se deu pela minha participação como presidente de uma comissão encarregada da implantação de uma coleta seletiva na instituição educacional na qual estou lotado: o Instituto

Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora, o que me possibilitou iniciar um contato com uma das duas associações de catadores de nosso município, as quais (por força de decreto-lei) são contempladas com o material reciclável de nosso estabelecimento de ensino. Aliado a isso, o interesse pelo tema foi reforçado pela contribuição e participação efetiva de dois pesquisadores no desenvolvimento desse trabalho, já envolvidos em temas de alcance social. Um deles, hoje lotado no Instituto Federal de São Paulo, há tempos estuda a condição do negro na sociedade brasileira, mais especificamente, no que se refere ao mercado de trabalho. Já o outro pesquisador, docente do Colégio Militar de Juiz de Fora, é professor do curso técnico de Reciclagem a distância do IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora. Este artigo, desenvolvido em três mãos, preocupou-se em não apresentar conceitos de forma fechado, mas que se pudesse desenvolvê-los a partir da riqueza do objeto estudado. Inicialmente faremos uma reflexão sobre o termo pesquisa-ação, a partir da conceituação de alguns dos principais autores sobre o assunto, destacando-se a questão do empoderamento, relacionada intimamente à discussão do tema. Em seguida, faremos uma abordagem de nosso estudo de caso, discorrendo sobre as condições de trabalho das três associações de Juiz de Fora, a saber: a Associação dos Catadores de Papel e Resíduos Sólidos de Juiz de Fora (APARES), a Associação Municipal dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Juiz de Fora (ASCAJUF) e a Associação Lixo Certo (ALICER), elencando algumas ações desenvolvidas com esses grupos, buscando dialogar sobre alguns problemas enfrentados pelas associações e analisar o caminho que ainda deve ser trilhado para que elas alcancem a emancipação desejada.

DESENVOLVIMENTO

Um dos maiores desafios das instituições acadêmicas é a produção de um conhecimento que seja realmente voltado para a melhoria e a transformação social. Pode-se dizer que a ideia corrente durante muito tempo foi a de uma pesquisa voltada para um conhecimento neutro, carregado de um produtivismo. Esse tipo de pesquisa pode ser definida como tradicional e não seria arriscado afirmar que ela traz pouco retorno para a sociedade. Em vários casos, as pesquisas desenvolvidas

acabam por dar retorno apenas aos pesquisadores, seja pela obrigatoriedade de se produzir um número grande de trabalhos acadêmicos, seja pelos prazos dados pelos órgãos que regulam as instituições de ensino e pesquisa.

Posto isto, se torna importante debater sobre a perspectiva de que as instituições de ensino tenham como objetivo o desenvolvimento de pesquisas que estejam implicadas com a ação e isso pode ser traduzido como um tipo de metodologia que há muito vem sendo utilizada em projetos de extensão e de pesquisa nas universidades, e, que, atualmente, vem recebendo uma visibilidade maior tanto no meio científico quanto no governamental. O termo ao qual estamos nos referindo é uma modalidade de pesquisa denominada de **pesquisa-ação**.

Um dos autores que há mais tempo vem discorrendo sobre o termo e que pode ser considerado como a principal referência sobre o tema no Brasil é Michel Thiollent. Segundo esse autor, a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica e que tem como meta a resolução de um problema coletivo, objetivando, ao mesmo tempo, a tomada e a produção de conhecimentos (2003). O que Thiollent nos convida a analisar é que, nesse processo, todos os envolvidos (pesquisadores e o grupo participante da pesquisa-ação) são sujeitos ativos. Cada qual possui seu papel, voltado para um determinado fim. O grupo envolvido na pesquisa-ação não é passivo e todos os seus membros têm algo a dizer.

Na obra *Metodologia da pesquisa-ação* (2003), Thiollent destaca alguns importantes aspectos da pesquisa-ação. Um deles é a interação existente entre os pesquisadores e as pessoas implicadas na investigação. Ora, isso sugere que não deve ocorrer uma verticalização na condução da pesquisa por algum dos atores envolvidos – deveria haver uma eleição conjunta dos principais problemas a serem enfrentados. Outro aspecto sobre o qual Thiollent nos propõe refletir é a resolução dos problemas. Para o pesquisador, o objetivo da pesquisa-ação consiste na resolução ou, pelo menos, no esclarecimento dos problemas que foram detectados. Isso quer dizer que talvez nem sempre as deficiências apresentadas pelo grupo serão sanadas e que a discussão clara sobre aquilo que aflige determinada comunidade já se torna importante para que talvez em outro momento os obstáculos possam ser resolvidos, já que, muitas vezes, não se consegue nem mesmo enxergar os entraves que atrapalham determinado grupo e isso faz com que a situação se mantenha estática. Merece também nossa atenção o aspecto

que Thiollent destaca sobre o acompanhamento do problema em todas as etapas do processo. Pesquisadores e o grupo envolvido devem se manter juntos desde a tomada de decisões, das ações propostas e de toda a execução das ações. Essa estratégia contribuiria para que os pesquisadores deixassem de ser apenas observadores e compreendessem na realidade como que se dão mais intimamente os problemas enfrentados pelo grupo.

Já, ao prefaciando o livro *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*, Thiollent destaca que, quando se afirma que a pesquisa-ação pode ser entendida como um instrumento de intervenção, isso tem que ser compreendido como uma forma de promoção de mudança para a comunidade, baseada em valores éticos e democráticos. Essa “intervenção”, acredita ele, não pode ser uma forma de imposição às comunidades ou aos grupos envolvidos no trabalho, decorrente de resquícios de um passado autoritário de governos ditatoriais.

Outro autor que merece ser mencionado em suas reflexões sobre a pesquisa-ação é o sociólogo Hugues Dionne, que, em seu livro “A pesquisa-ação para o desenvolvimento local” faz importantes reflexões sobre o assunto. O autor enfatiza que além de a pesquisa-ação poder ser entendida como um método de pesquisa é antes de tudo um modo de ação, apoiado em uma base endógena para a resolução dos problemas detectados. Isso reforça o fato de que não existem soluções prontas que podem ser impostas pelos pesquisadores. Dionne desenvolve também outra reflexão quando discute a implicação dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa-ação. Segundo ele, se houver o envolvimento de todos os atores, certamente haverá uma reeducação dos comportamentos. Essa análise é altamente compreensível. Imagine-se, por exemplo, que uma equipe de pesquisadores de uma dada universidade desenvolva um trabalho com uma comunidade que apresente alguma vulnerabilidade social e já traga pronta para aquele grupo tudo aquilo que acredita ser pertinente à transformação de sua situação, seja através de cartilhas já pré-definidas ou conceitos já consagrados. É provável que haja um hiato entre os sujeitos e que a comunidade não se sensibilize de fato. Apresentar fórmulas prontas ou desconsiderar a realidade e a fala dos que passam por certo problema social faz com que não haja a mudança esperada não só para o grupo envolvido, mas principalmente para os pesquisadores. O que adiantaria uma equipe de pesquisadores apenas palestrar para trabalhadores

rurais sobre os riscos do manuseio inadequado de agrotóxicos, por exemplo, se aqueles trabalhadores não possuísem outra alternativa para sustento de suas famílias?

Outro autor que merece atenção em relação aos estudos envolvendo a pesquisa-ação é o professor André Morin, da Universidade de Montreal, no Canadá. Em sua obra *Pesquisa-ação Integral e Sistemica: uma antropopedagogia renovada*, Morin define a pesquisa-ação como método que tem como objetivo principal o desenvolvimento de uma ação estratégica e que só faz sentido com a participação dos atores envolvidos. Para o pesquisador, teoria e prática, pesquisa e ação, são termos que não podem ser pensados dissociadamente. As teorias e estratégias não podem ser pensadas apenas nos bancos escolares, devem emergir do campo e serem ali confrontadas para que uma problemática possa ser questionada e talvez resolvida da melhor forma (MORIN, 2004, p.56) E o que se percebe na prática é que determinados estudiosos possuem posições bem ortodoxas, sentindo um grande choque de realidade quando têm que experienciar alguma situação na prática. Não é raro perceber que muitos cientistas apenas se apoiam em literaturas de grandes expoentes da área e passam a ser meros reprodutores dessas teorias. Mas como poderia, por exemplo, um professor universitário envolvido com a temática dos resíduos sólidos ensinar com propriedade, se nunca visitou um depósito para destinação final de resíduos sólidos urbanos, seja ele um lixão, uma aterro controlado ou um aterro sanitário? Como poderia ele versar sobre o assunto com poder de convencimento e desenvolver algum projeto de pesquisa que trouxesse algum retorno positivo para a sociedade?

Outro aspecto abordado por Morin na mesma obra e que nos parece bastante pertinente é o perigo de a pesquisa-ação ser associada à pesquisa militante. Como observado pelo autor, a pesquisa militante incorre no risco de doutrinação e de autolegitimação. Realmente, é óbvio que para se desenvolver um trabalho que envolva a pesquisa-ação, os pesquisados devem estar com um grau de motivação ainda maior, mas deve-se tomar cuidado para que o grupo não seja tocado pela parcialidade e deixe que o senso de retidão seja ofuscado pela paixão que possa envolver a pesquisa em questão. Imagine-se, por exemplo, um pesquisador que coordene um grupo de trabalho em um determinado projeto de pesquisa e que essa equipe esteja envolvida com famílias de determinado

movimento cujo objetivo seja o assentamento de terras. Não seria exagerado pensar que, pela complexidade do tema, poderia surgir até mesmo um ato extremo por parte do grupo que luta pelo desejo de assentamento e que os pesquisadores poderiam se envolver com os atos extremos praticados pelo grupo em questão. Isso seria um exemplo muito negativo. Nesse caso, o limite entre a paixão e engajamento no que se faz é muito tênue e deve-se policiar para que o “eu” não se deixe sobrepor ao objetivo primeiro - o de se fazer uma pesquisa-ação crítica, acima de qualquer interesse particular. Esse pensamento é também defendido por Desroche, que afirma que a pesquisa-ação não pode ser “nem uma pesquisa acima de uma militância ideológica, de uma firma econômica ou de um poder administrativo, como no tipo de pesquisa cujos destinatários são diferentes daqueles com quem se cumpre conjuntamente a ‘conscientização’”. (DESROCHE, 2006, p.39)

Na obra *Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*, esse autor (grande idealizador da pesquisa-ação e da educação permanente) faz uma análise bem objetiva sobre a pesquisa-ação. Para Desroche, a pesquisa-ação é acima de tudo uma pesquisa na ação, ou seja, uma pesquisa que recai sobre os atores sociais, suas ações, e interações existentes. (DESROCHE, 2006, p.39)

Essa análise de pesquisa voltada para um conhecimento pleno e visível é também compartilhada por El Andaloussi, que nos chama a atenção para o fato de que “a pesquisa é, então, o que poderia permitir a ligação entre saber e ação, conhecimento e prática, método e ética, para se pôr a serviço da educação em um projeto que desse sentido e coerência ao presente e ao futuro do homem”. (EL ANDALOUSSI, 2004, p.51) Certamente, o saber só acontece quando se busca, quando se descobre e quando se redescobre, quando se erra para geralmente depois se acertar. Prova disso é que muitos saberes advindos de ancestrais indígenas hoje estão sendo redescobertos, pois a ciência está mais empenhada no propósito de observar e aprender com as tradições dos povos nativos.

É imprescindível ainda observar que a pesquisa-ação está intimamente associada com a ideia de **empoderamento**, termo esse que merece uma análise mais apurada.

Dentre as várias definições do termo, uma que merece destaque é a que é dada pelo educador brasileiro Paulo Freire. Ainda que o termo já existisse em língua inglesa e expressasse a transferência de poder para que determinado grupo social conseguisse realizar determinada tarefa, ainda carecia de um sentido transformador. Para Freire, empoderar uma comunidade significava muito mais que doar ou transferir algo apenas por benevolência. A proposta de Freire ia mais além, e o empoderamento só seria conseguido se a comunidade ou grupo social conseguisse realmente superar as dificuldades e avançar nas conquistas de determinados objetivos. Na verdade, o empoderamento pensado por Freire estava atrelado à ideia de “libertação do oprimido”, defendida pelo educador. A conquista do poder, para ele, só poderia existir se o grupo responsável buscasse a liberdade necessária para acabar com a subordinação na qual estivesse envolvido, fosse ela de ordem econômica, política ou social. Freire defendia que a liberdade não poderia ser conseguida como um presente, mas através de conquista e explicava ainda que muitas vezes os próprios oprimidos internalizam tanto a imagem do opressor que passam a ter medo da sua própria liberdade. Por isso, Freire acreditava que apenas capacitar e desenvolver habilidades e competências nos grupos mais vulneráveis não iria transformá-los plenamente, apenas se reproduziria um modelo adotado pela escola formal. (VALOURA, 2013) Ainda para o autor, os oprimidos deveriam se libertar do opressor e buscar o seu próprio projeto de vida:

O grande problema está em como poderão os oprimidos que “hospedam” o opressor em si, participarem da elaboração como seres duplos, inautênticos da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descobrem “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora (FREIRE apud VALOURA, 2013)

Percebe-se, assim, que empoderamento e pesquisa-ação são termos que se completam, pois ambos buscam um desenvolvimento endógeno para um grupo ou uma comunidade.

O que não se pode esquecer é que o empoderamento deve ser direcionado ao grupo que está sofrendo a intervenção e deve-se ficar atento para que as instituições que se envolvam não se apresentem como direcionadoras no processo de diagnóstico ou de uma ação voltada para o planejamento. E isso também se aplica ao pesquisador, que, ao se envolver em determinado projeto de pesquisa-ação, pode se sentir atraído pelo desejo de tomar determinadas decisões que talvez

não sejam o pensamento do grupo envolvido, o que poderia comprometer o empoderamento buscado pela comunidade.

A partir das reflexões feitas sobre a importância do empoderamento para o desenvolvimento pleno do trabalho de pesquisa-ação, torna-se pertinente apresentar o estudo de caso realizado na cidade mineira de Juiz de Fora com as associações de catadores de materiais recicláveis.

Nosso interesse pelas associações teve início quando, no o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Juiz de Fora, objetivou-se a composição de uma comissão para se encarregar da implantação da coleta seletiva do instituto. Essa coleta seletiva está baseada no Decreto-Lei 5.940 de 2006, que obriga todas as instituições públicas federais a se organizarem e implantarem sua coleta seletiva e, segundo a qual, as associações de catadores ficariam responsáveis pela retirada do material reciclável do estabelecimento de ensino. Em contato com membro de outra instituição de ensino federal sediada na cidade e que já adotou a coleta durante um período, percebemos que um dos entraves para que esse trabalho se efetivasse era a não retirada do material reciclável por uma dessas associações. Com a comissão já composta, iniciou-se um período de reuniões entre os seus membros para que várias ações fossem realizadas, a saber: mapeamento dos locais que receberiam os coletores de lixo (espaço interno e externo do Câmpus Juiz de Fora), sensibilização do corpo do colégio (docente, discente, servidores técnico-administrativos e funcionários terceirizados), visitas a outros *campi* da região (São João Del Rei e Barbacena) que já iniciaram oficialmente sua coleta seletiva e estreitamento do relacionamento com as associações de catadores da cidade que seriam contempladas com os materiais recicláveis do nosso Campus, depois de oficializada a coleta seletiva.

Como uma das medidas de estreitamento dos laços com as três associações sediadas na cidade, pensamos em inserir a fala de seus representantes na II Semana de Meio Ambiente do Câmpus Juiz de Fora ocorrida em 2012. Naquela oportunidade, as associações teriam um tempo destinado para que apresentassem aos nossos alunos o trabalho que desempenham na cidade com a coleta dos materiais recicláveis e que dá de retorno à sociedade dois grandes benefícios: o de contribuir para que vários materiais retornem ao seu ciclo produtivo

e evitar que esses mesmos materiais sejam aterrados no Centro de Tratamento de Resíduos da cidade.

Nesse ínterim procuramos conhecer mais detidamente os espaços dos galpões das associações e percebemos que uma das cooperativas (a APARES) estava com seu veículo utilitário parado e que esse fato se tornava um impedimento para que os materiais recicláveis chegassem à associação com mais dinamicidade. O motor da kombi da associação se encontrava danificado e necessitava de uma retífica. A partir dessa informação, em uma das várias reuniões realizadas pela comissão, colocamos a questão em pauta para que os outros membros pudessem opinar sobre o fato. A ideia passada por nós foi a de que mesmo que o Instituto disponibilizasse um veículo para levar seus materiais à APARES, poderíamos intervir de alguma forma para que o veículo da associação fosse recuperado. O pensamento era de que não nos preocupássemos apenas com a implantação de nossa coleta seletiva, mas que observássemos com mais atenção esses nossos “parceiros” que prestariam um enorme serviço ao nosso estabelecimento de ensino, os quais naquele momento se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

Tornou-se, então, nosso objetivo, não apenas conhecer superficialmente os líderes das associações, mas pesquisar de forma mais profunda se uma dessas associações (a APARES) estava mesmo em condições de gerenciar seu próprio trabalho e também poder compreender como os membros da comissão enxergavam o papel desempenhado por esses trabalhadores.

Surgiu então uma proposta de desenvolvimento de uma ação que tinha como objetivo a tentativa de se colocar novamente o veículo em atividade. Um dos membros da comissão possuía um contato mais estreito com algumas oficinas mecânicas da cidade e se responsabilizou em buscar uma parceria para que o motor pudesse ser retirado do veículo e vistoriado. Posteriormente, nos foi passada pela oficina parceira a informação de que os valores para desmontagem e montagem do motor não seriam cobrados e que as peças precisariam ser compradas e que ficariam em aproximadamente três mil reais. Constatamos então que a associação não teria nenhuma reserva para contribuir na compra do material. Reunida mais uma vez a comissão, foi então levantada a possibilidade de se fazer um bingo beneficente para arrecadar recursos para aquisição das peças. Interessante perceber como divergentes foram as posições dos participantes da

comissão. Alguns membros se mostraram entusiasmados com a possibilidade de desenvolver essa ação, alguns outros se mostraram desconfiados, pois isso, segundo eles, poderia demandar um grande esforço e outros ainda relacionaram essa ação a uma prática assistencialista e defenderam que a associação deveria se envolver também financeiramente na recuperação do veículo.

Diante do último posicionamento em questão, deve-se fazer uma consideração. Em nossas idas à associação, já se percebia, pela fala dos catadores, um desânimo e certo descrédito com algumas instituições e uma descrença em buscar parcerias, resultante de várias tentativas frustradas. Foi-nos inclusive relatado por um associado que o veículo que possuíam era na verdade uma doação da prefeitura da cidade, mas que, desde o momento em que receberam o utilitário, o motor já se apresentava avariado. Outros temas surgiram nas reuniões da comissão e o objetivo de se buscarem recursos foi cada vez tendo menos espaço.

Ciente de que o problema ainda carecia de solução, detivemo-nos então na busca de parcerias que pudessem representar uma saída para o problema. Encontramos então com um dos dirigentes do Centro Industrial de Juiz de Fora e fomos questionados pelo seu representante sobre o que essa intervenção traria de retorno para as indústrias associadas. Tentamos argumentar sobre a importância do papel da associação para a sociedade e o ganho de publicidade e de *marketing* ambiental que as empresas poderiam ter, porém tais argumentos não foram suficientes para sensibilizá-lo.

Posteriormente, através de um novo contato, fomos orientados a procurar a gerência da empresa que opera o aterro sanitário da cidade e explicar a situação vivida pela associação. A reunião foi agendada e no dia marcado encontramos com o representante da empresa. Ele nos informou então que a empresa se responsabilizaria pelo valor das peças.

O que nossa pesquisa junto à APARES começou a indicar era que mesmo que tal medida relacionada ao veículo pudesse *a priori* representar para muitos uma ação paternalista, representou para nós o fortalecimento dos laços com a associação e uma possibilidade de construção de novas parcerias.

As visitas à associação se tornaram cada vez mais constantes e em uma delas pudemos verificar como os catadores manipulavam televisores e monitores

de computadores - sem nenhuma técnica e sem uso de qualquer equipamento de segurança. A partir dessas visitas à associação, firmou-se entre os pesquisadores e a referida associação uma relação de confiança e respeito. Ouvimos atentamente vários problemas que os afligiam e propomos uma reunião com a Diretoria de Ensino e Pesquisa de nosso Campus.

Na reunião, alguns problemas foram citados pela representante da associação, tais como: precariedade da instalação elétrica do galpão onde trabalham (risco de incêndio agravado pela quantidade de materiais inflamáveis), necessidade de se reformarem os carrinhos utilizados pelos associados, e aquisição de equipamentos de proteção individual, como luvas, botas, protetores solares e bonés. Pensamos também que essas parcerias poderiam ser estendidas, envolvendo outras empresas e instituições sediadas em Juiz de Fora, o que faria também que exercitassem sua responsabilidade social. Esse trabalho seria realizado com o cuidado de não se adotarem ações com o propósito de doação, mas com a intenção de a associação se sentir autônoma, passando a depender cada vez menos de seus parceiros. Com o apoio de vários setores e profissionais de nosso Campus conseguimos desenvolver algumas ações, o que gerou ainda uma maior aproximação entre as partes envolvidas.

Uma segunda associação que mais vem sentindo os efeitos dessa falta de planejamento do poder público para a coleta seletiva dos materiais recicláveis é a ASCAJUF. Vários fatores têm contribuído para a precariedade dessa cooperativa possuidora de três núcleos em Juiz de Fora. São eles: a Usina de Triagem, no bairro Santa Cruz; um galpão no bairro Vitorino Braga e um espaço sediado no bairro São Pedro. Há algum tempo a Usina de Triagem está desativada e a separação dos materiais recicláveis que chegam ao local se dá manualmente. Já no galpão do Vitorino Braga que serve de abrigo para os materiais recicláveis coletados pelos catadores, há uma série de problemas identificados naquele espaço. Parte da construção é descoberta e nos períodos de chuva o risco da proliferação do mosquito da dengue é latente, o que fez com que os associados fossem multados pela prefeitura. Vale salientar que os gastos com a manutenção do espaço são totalmente de responsabilidade dos associados. Espera-se que a situação dessa associação melhore em breve, pois a ASCAJUF ganhará nova sede para processar e triar os materiais recicláveis pela prefeitura de Juiz de Fora, a

partir do programa de coleta seletiva da cidade, ainda tímido. Esse galpão, diga-se de passagem, foi construído com financiamento do Programa Geração de Trabalho e Renda, da Fundação Banco do Brasil. (LOPES, 2016).

As ações que adotamos em nosso Campus em prol da ASCAJUF estão relacionadas à manutenção de contato permanente com a associação, sempre informando sobre os editais de chamamento público para retirada de nossos materiais recicláveis (seguindo o decreto-lei de 2006) e, inclusive, contribuindo para o transporte do material com nosso próprio veículo, além de oferecer aos seus associados cursos profissionais de rápida duração.

Já a Associação Lixo Certo (ALICER) é a terceira associação de catadores de materiais recicláveis de Juiz de Fora. Dentre as três associações, é a que mais se encontra em estado de precariedade. Desde o ano de 2011, a associação vem atuando na região com sede na Estrada da Remonta, no bairro Barbosa Lage, porém sem regularização de sua documentação, uma vez que se trata de uma ocupação. No ano de 2011, a associação deu entrada junto a um pedido de regularização da situação da documentação do local, solicitando a seção de uso, permissão de uso do local, para que pudesse regularizar sua documentação. Parte do local já tem uma cobertura e a associação está aguardando a liberação para fazer a ligação da energia, para que assim seja possível melhorar as condições de trabalho dos associados.

A associação desenvolve seu trabalho no entorno da comunidade, com carrinhos de tração humana. Atualmente são 7 catadores fixos, porém, com a pouca quantidade de oferta de material e a infraestrutura local precária, isso têm contribuído para que haja uma maior rotatividade e desistência dos catadores.

Propusemos a partir de edital em nosso campus o projeto **Visibilidade social e empoderamento da Associação Lixo Certo (ALICER) de Juiz de Fora: uma proposta de educação ambiental em escola da zona norte da cidade** ao Programa Institucional de Apoio à Extensão (PIAEX) edição 2016. Esse projeto foi recentemente aprovado pela Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias. Essa iniciativa reconhece a situação precária vivida pela ALICER e visa contribuir para o seu fortalecimento, a partir de uma proposta de sensibilização da comunidade do entorno com relação à importância desses trabalhadores bem como da própria coleta seletiva em si. Nossa ideia é mediar uma interação entre uma escola

municipal e a referida associação, com vistas a promover um estreitamento das relações entre a ALICER e a comunidade.

Nosso projeto prevê a realização de atividades voltadas para a aproximação da associação com a comunidade escolar de seu entorno, procurando estreitar vínculos comunitários e despertar nos discentes uma semente de consciência ecológica e responsabilidade ambiental solidária. Acreditamos que a iniciativa por nós proposta contribua para o “empoderamento” desses importantes atores sociais que são os catadores.

Outra ação que desenvolvemos com a ALICER foi convidá-la a participar como protagonista em nosso Campus do 1º Simpósio do Curso Técnico de Reciclagem a distância realizado em agosto deste ano. Este evento contou com a participação de alguns setores do poder público e também com a presença da ONG Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA). Segundo Maria Isabel de Oliveira, representante da INSEA advertiu que muito trabalho precisa ser feito ainda junto à categoria e que há necessidade de formação, equipamentos próprios para o desenvolvimento do trabalho e, principalmente, interação entre comunidade, poder público e catadores. Já o presidente da ALICER, palestrou sobre as dificuldades enfrentadas pelas associações e destacou que “cada um de nós tem que ter a consciência de hoje e do futuro. Temos que saber tratar o lixo e a economia solidária”, comentou. (VALLE, 2016)

CONCLUSÃO

Acreditamos que, apesar de reconhecer nossas limitações como instituição, as ações desprendidas fortalecem o relacionamento entre o Instituto Federal – Campus Juiz de Fora e as três associações e já nos dão uma dimensão sobre como os catadores têm controle sobre suas vidas, ao tentarem estabelecer mudanças para o seu cotidiano. Cabe ao Instituto e a qualquer outra instituição que queira se envolver entender que esses sujeitos que precisam ser empoderados não conseguirão em um primeiro momento obter alguns recursos sozinhos e, por isso, qualquer intervenção é benéfica, individual ou institucional e já se torna extremamente importante. Esse artigo se mostra como uma tentativa de se aplicar a pesquisa-ação e pode render frutos positivos, pois está apoiado no sentido

legítimo de educação e nos dá a possibilidade de sermos atores mais participativos no processo.

Podemos agora retirar algumas conclusões a partir desses relatos e imprimir alguns questionamentos.

Um ponto que nos chamou bastante atenção foi em relação a como a própria comissão de coleta seletiva reagiu à tentativa de se fazer um evento para buscar recursos para a associação. Essa ação, segundo alguns, na verdade representaria assistencialismo, enquanto outros membros da comissão julgaram como uma oportunidade de conhecer melhor o problema de nossa parceira. Algumas conclusões podem ser retiradas do fato. A associação pode ser vista como uma parceira sim, pois está contribuindo para que os materiais recicláveis de nosso Instituto tenham um destino ambientalmente adequado e por isso já merece toda nossa atenção. E o outro apontamento que se faz é que essa ação só poderia ser entendida como beneficente se também a associação não participasse da realização do evento. Pelos contatos realizados com sua presidente, os associados ajudariam na montagem das barracas, na venda das cartelas de bingo e durante o período em que o evento estivesse sendo realizado.

É preciso entender, no entanto, que, para esse grupo se sentir empoderado, deve-se a todo custo lutar para que a pobreza seja dele retirada (FRIEDMANN, 1996). Essa condição gera o desempoderamento dos pobres e lhes confere a possibilidade de usufruir os seus direitos de plenos cidadãos. Isso foi percebido quando nos aproximamos mais da associação e buscamos entender os motivos de o veículo da APARES não estar funcionando. Entendemos que aquele carro parado gerava nos associados uma sensação derrotista, além de uma baixa autoestima. Sozinhos não conseguiriam consertar o veículo, pois já tinham um histórico de algumas tentativas frustradas de apoio para recuperação do veículo. Além disso, como relatado pela presidente da associação, com os baixos valores pagos pelo mercado aos materiais reciclados, muitos associados estavam pensando em desistir dessa atividade, pois não vinham arrecadando nem mesmo o valor de um salário mínimo mensalmente. O que devemos entender também é que vivemos em um país onde o trabalho braçal nunca foi valorizado pela sociedade - observação feita por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra *Raízes do Brasil*. Um fato que a esse está associado é o entendimento do individualismo

que cada vez mais impera tanto individualmente quanto coletivamente no nosso país. A fala do representante do Centro Industrial de Juiz de Fora é muito reveladora: “o que os empresários dessa associação iriam ganhar com o conserto da kombi?”

Outra indagação que fazemos no final de nosso artigo é se realmente as ações realizadas com a APARES surtiram efeitos positivos naquela associação. Devemos ter em mente que a ação isolada de se recuperar o motor de um veículo não geraria sozinha a resolução do problema. Esse veículo precisa ser constantemente mantido, ainda mais porque está em pleno uso. Naturalmente terá seus pneus substituídos, algumas peças trocadas pelo desgaste natural e logicamente necessita de combustível para se deslocar, além de pagamento de taxas para circulação do veículo, etc. Como conseguirão os associados recursos para manter o funcionamento normal do veículo? Duas conclusões daí podem ser extraídas. Primeiro é que seria muito útil se a APARES recebesse de alguma instituição orientações básicas sobre como administrar os recursos resultantes do rateio dos materiais recicláveis. Esse fato inclusive foi destacado pelo gerente da empresa que se responsabilizou pela compra das peças do motor. Poderíamos em um momento oportuno nos reunir com os associados e verificar se tal ação teria para eles um efeito positivo, com o cuidado, contudo, de não direcionarmos ações que para eles talvez não sejam as mais importantes naquele momento. Outro aspecto relacionado ainda a esse fato é que várias empresas da cidade poderiam de alguma forma contribuir para a manutenção do veículo (lojas de pneus, de peças, oficinas mecânicas etc), tendo assim seu nome associado a uma ação de responsabilidade social. Certamente, essa publicidade positiva contribuiria para que outras empresas da cidade se engajassem também em outras ações do tipo.

Não devemos deixar de ter em mente, no entanto, o apontamento feito por Thiollent quando nos lembra que a pesquisa-ação não tem a obrigatoriedade de resolver na cidade o problema de um determinado grupo, mas que tem como primeira finalidade apontar quais são os problemas. De fato, o que percebemos durante nossa aproximação com a APARES é que há uma grande necessidade de se melhorar a gerência da associação e que os associados precisam de muito apoio, tanto do poder público, quanto das várias instituições particulares e públicas.

A ASCAJUF é a única das associações que possui mais de um núcleo e que há tempos vem sofrendo (assim como as demais) com a falta de uma política integrada do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. Acreditamos, que se bem conduzido, o seu novo galpão pode trazer benefícios reais para seus associados. Torna-se necessário neste momento o apoio do poder público municipal, das instituições de ensino e dos demais setores da sociedade para que este novo espaço nasça com organização e que gere um sentido de empoderamento aos associados. Torna-se urgente que, principalmente, o poder público municipal realize um profundo trabalho de educação ambiental com os bairros ao entorno onde o galpão funcionará para que a comunidade não enxergue os associados de forma estereotipada.

Já em relação à ALICER, acreditamos em seu fortalecimento a partir da reversão de seu estado de invisibilidade mostrando sua relevância à comunidade do seu entorno e no desenvolvimento de um projeto de educação ambiental que será implantado em escola da rede municipal de ensino, tendo como objetivo sensibilizar toda a comunidade acadêmica a vivenciar a coleta seletiva.

Entendemos também que a fala da liderança da ALICER no simpósio realizado recentemente nas dependências de nosso Campus joga luz sobre o problema dos catadores e dá a esse cidadão o papel de protagonista, pois isso lhe concede um lugar de destaque na sociedade e o retira da invisibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DESHOCHE, Henri. "Pesquisa-ação: dos projetos de autores aos projetos de atores e vice-versa." In: THIOLLENT, Michel. (Org.). *Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

DIONNE, Hugues. *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Líber Livro, 2007.

EL ANDALOUSSI, Khalid. *Pesquisa-ações: ciências, desenvolvimento, democracia*. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

FRIEDMANN, John. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Celta. Oeiras, 1996.

LOPES, Angeliza. Novo galpão de triagem da Ascajuf será entregue em junho no bairro Santa Tereza. Disponível em www.com/cidade/arquivo/noticias/2016/05/21. Acesso em: 10 ago 2016.

MORIN, André. *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada*. Rio de Janeiro. DP & A, 2004.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2003.
_____. (Org.) *Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

VALLE, Isabela. NEAD realiza o 1º Simpósio do Curso Técnico em Reciclagem. Notícias. Disponível em: <http://www.jf.ifsudestemg.edu.br/index.php?centro=noticias.php&area=inicial&todas=sim>. Acesso em 12 ago 2016.

VALOURA, Leila de Castro. Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador. Disponível em: <<http://www.tupi.fisica.ufmg.br>>. Acesso em: jan. 2013.

O OLHAR DOS AGRICULTORES CARIRIZEIROS SOBRE A AÇÃO DA EXTENSÃO RURAL LOCAL

Jamile Bezerra Cantalice¹; Ana Carla dos Santos²; Adriana de Fátima Meira Vital³; Walberto
Barbosa da Silva⁴; Atiliane da Silva Rafael⁵; Thamires Batista Moura⁶

¹ Graduada em Tecnologia em Agroecologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pós-graduanda em Extensão Universitária e Desenvolvimento Sustentável pela NUPLAR/UFPB; ² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pós-graduanda em Extensão Universitária e Desenvolvimento Sustentável pela NUPLAR/UFPB; ³ Professora Adjunto da Unidade Acadêmica de Tecnologia do Desenvolvimento da UFCG/CDSA – Sumé, Paraíba; ⁴ Professor Assistente da Unidade Acadêmica de Educação do Campo da UFCG/CDSA- Sumé, Paraíba; ⁵ Graduada em Tecnologia em Agroecologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); ⁶ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba. Pós-graduanda em Extensão Universitária e Desenvolvimento Sustentável pela NUPLAR/UFPB.

RESUMO

As ações da Extensão Rural pretendem aprimorar o diálogo e desenvolver o processo de comunicação e de socialização de tecnologias e possibilidades, geradas pela pesquisa agropecuária, para e no mundo rural, procurando incrementar alternativas de desenvolvimento econômico, considerando os conhecimentos empíricos dos agricultores familiares, valorizando seus saberes, valores e tradições, aliando o desenvolvimento sustentável das comunidades ao processo produtivo. O trabalho analisa a percepção dos agricultores familiares de duas comunidades rurais do município de Serra Branca, Cariri paraibano, relativo aos trabalhos desenvolvidos pela assistência técnica e extensão rural. Para obtenção dos dados foram entrevistados 42 produtores, através de aplicação de questionário semiestruturado. Os resultados informam que os agricultores reconhecem a importância da ação extensionista e ainda acreditam na ação dos técnicos e no seu comprometimento, mas percebem a carência de profissionais que promova a maior participação destes nas orientações sobre temas necessários a construção da sustentabilidade dos agroecossistemas.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar. Extensionistas. Agroecossistemas. Percepção.

INTRODUÇÃO

É indiscutível o papel que a Assistência Técnica e a Extensão Rural têm no diálogo entre os centros de pesquisa agropecuários e o mundo rural. Essas ações contribuem ativamente para o estabelecimento dos processos de desenvolvimento local, como preconiza PIRES (2003).

No Brasil, desde o final da década de 40 que as ações de extensão rural estão presentes e sempre foram movidas pela ideia de que o incremento de técnicas modernas de produção causariam melhorias nas condições de vida das pessoas envolvidas, desde que o mundo rural era, erroneamente associado ao atraso, e à época de sua criação, a extensão rural surgia com a missão civilizatória de “levar” ou “transmitir” o conhecimento, via difusão de pacotes tecnológicos, para o povo do campo, como se fossem desprovidos de quaisquer conhecimentos (PIRES, 2003).

Instituída em 11/01/2010, a Política Nacional de Assistência Técnicas e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER pela Lei nº 12.188, estabelece que a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

As políticas de ATER passaram por diferentes realidades desde sua implantação. Para RIBEIRO (2000), o extensionismo possui muitas facetas, configurando-se como um serviço público peculiar que oscilava entre a assistência técnica e a ação pedagógica.

Segundo NETO (2001), o serviço de assistência técnica e extensão rural constitui um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento rural. Para o autor, nas condições do Brasil este segmento tem relevante ação se considerarmos o imenso problema social com que hoje nos deparamos, ou seja, o elevado número de brasileiros que não têm acesso aos fatores básicos e indispensáveis da cidadania: alimentação, educação, saúde, emprego, e sustentabilidade.

Ao longo do tempo, o serviço de assistência técnica e extensão rural focalizou sua atenção na importância da adoção de novas tecnologias agropecuárias pelo produtor, procedimento que era considerado como única alternativa para o desenvolvimento do meio rural. Hoje essa ação vai mais além, buscando socializar conhecimentos gerados nas instituições de pesquisa e ensino ao mesmo tempo em que procura conhecer os saberes e fazeres das comunidades rurais. Assim, o mais recente modelo de assistência técnica e extensão rural supõem uma articulação política, capaz de organizar capital humano, recursos financeiros a partir de parcerias solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar em todo o país, respeitando-se a pluralidade, as diversidades sociais, étnicas, culturais e ambientais (BRASIL, 2006).

Embora as fragilidades apresentadas, no tocante a disseminação do conhecimento aos agricultores, esse serviço buscava aproximar-se do pequeno agricultor, sobretudo depois da década de 90, quando a sociedade como um todo passou a enxergar a importância da agricultura familiar, segmento social que passou a ser visto como a melhor, a mais ambientalmente adequada, a mais econômica opção para a geração de emprego e de ocupações produtivas para o desenvolvimento de uma sociedade em crise.

Indiscutivelmente, a agricultura familiar inova, cria, produz e também alimenta o País. Segundo pesquisa realizada pelo Banco do Brasil⁴ são mais de quatro milhões de unidades familiares distribuídos entre os vinte e seis Estados e o Distrito Federal, que alimentam a população brasileira, contribuindo com a economia brasileira em 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário.

FRANCIS e BERNARDO (2000), alertam que por fazer uso de sistemas intensivos de produção, a agricultura familiar permite a manutenção de quase sete vezes mais postos de trabalho por unidade do que a patronal, além de ser uma das principais atividades geradoras de novas fontes de trabalho na América Latina e Caribe. Na América do Sul, a participação da atividade nos empregos agrícolas é significativa, oscilando nos países analisados entre 53% (Argentina) e 77% (Brasil) (ONU, 2013).

⁴<<http://www.bb.com.br/portalbb/page100,8623,10816,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=19538&codigoMenu=11724>>. Acesso em: 30 abril. 2014.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Sustentável⁵ a agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Por sua importância econômica, ambiental, cultural e social, vem sendo alvo de discussões nas universidades em todo o País, buscando alternativas para impulsionar o desenvolvimento rural sustentável, onde o produtor poderá agregar valor à sua produção sem se descuidar da conservação ambiental, consequentemente, melhorando sua qualidade de vida e possibilitando equilíbrio ambiental às futuras gerações.

São cada vez mais presentes na Academia os eventos que dão visibilidade a relevância da agricultura familiar, suas estratégias de ação, a participação das mulheres e juventudes, e a inserção das discussões sobre a transição agroecológica, formando um elo de conhecimento entre o espaço acadêmico e a comunidade rural, onde a troca de experiências resulta na melhoria das condições de vida de todos.

Dentro desse contexto é possível perceber o papel desenvolvido pela Extensão Rural que se constitui num importante instrumento de apoio ao desenvolvimento rural. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA⁶ o principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

Hoje o foco de ação das ATER são as tecnologias sociais tais como, captação de água da chuva, aproveitamento dos recursos disponíveis nas propriedades, estímulo aos processos e práticas conservacionistas, etc, todas com o enfoque de serem acessíveis e compatíveis às possibilidades locais e às condições financeiras do agricultor, respeitando os valores socioculturais e a territorialidade.

⁵<<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-r/beneficiario/agricultura-familiar>>. Acesso em: 30 de abril de 2014.

⁶<<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/assistenciatecnicaextensaorural>>. Acesso em: 30 de abril de 2014

Nesse cenário, é relevante a reflexão sobre como os agricultores sentem sua realidade e a identificação de suas necessidades e dificuldades, o que possibilitará o entendimento das práticas de conservação ambiental e a adoção de sistemas alternativos que venham contribuir efetivamente para o fortalecimento da agricultura familiar. Para que o conhecimento da realidade dos agricultores familiares seja fortalecido, são necessário os estudos de percepção, como veículo de informações.

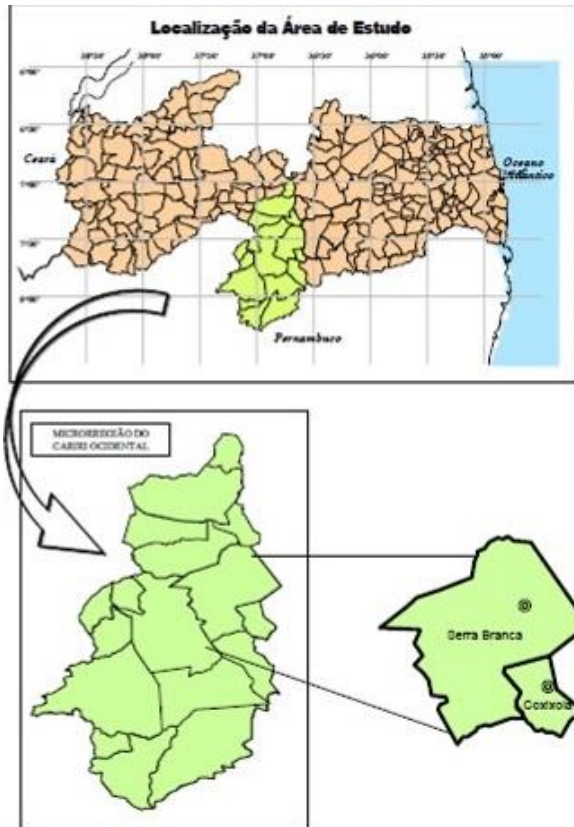
O objetivo do trabalho é verificar a percepção dos agricultores familiares de duas comunidades rurais do município de Serra Branca – PB sobre a ação extensionista dos órgãos de assistência técnica.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com agricultores familiares, nas Associações Cantinho e Feijão, no município de Serra Branca, localizado na microregião do Cariri Ocidental, que dista 226 km da capital do Estado da Paraíba, João Pessoa. A população estimada do município é de 13.101 habitantes, distribuídos em 738 km² de área (IBGE,2012).

O município está situado nas coordenadas geográficas latitude: 7° 29' 14" S e longitude: 36° 39' 51" O (Figura 01).

Figura 1 – Localização do município de Serra Branca.



Fonte: PERH-PB (2006)

Para realização da pesquisa, foi feita inicialmente uma revisão bibliográfica como forma de garantir diferentes pensamentos acerca do tema em questão. FREITAS (2013), pontua que uma boa revisão bibliográfica permite uma melhor contextualização do assunto, auxiliando na definição dos fatores que nortearam o desenvolvimento do trabalho.

Quanto aos instrumentos da pesquisa, após contato inicial com os presidentes das associações das comunidades para apresentar o objetivo da pesquisa, foi agendado o dia para visita na reunião das Associações, para explicar a proposta no coletivo e apresentar o termo de livre consentimento para aplicação dos questionários com os presentes. A pesquisa foi conduzida no período de junho a novembro de 2013.

Além das visitas *in loco*, foram feitas observações sistemática, pesquisa documental e ainda utilizado como fonte de pesquisa a consulta de atas de reunião, estatutos, concedidos pelas associações rurais. De acordo com ROCHA (1997), um questionário do para determinar o perfil socioeconômico tem como objetivo avaliar

a situação social e econômica enfrentados no meio rural, bem como a deterioração das famílias de uma região.

RESULTADOS

Perfil dos entrevistados

A descrição do perfil socioeconômico é o retrato social, econômico e cultural que permite compreender a estrutura ligada à agricultura familiar. A partir dos resultados da pesquisa realizada selecionamos alguns aspectos quanto ao perfil dos agricultores familiares das duas comunidades rurais.

A maioria dos associados é do gênero feminino com 52% e 48% masculinos. BARBOSA et al. (2010), também encontraram valores semelhantes, estudando uma comunidade rural no Brejo paraibano, onde 44% eram do gênero masculino e 54% feminino. Além de evidenciar o crescimento do papel da mulher como protagonista das atividades agrárias, esse resultado informa sobre o crescente êxodo dos jovens do trabalho do campo, em busca de novas experiências de vida em áreas urbanas.

A participação das mulheres rurais é marcante, tanto no trabalho realizado dentro de casa como também desempenham juntamente com seus esposos o trabalho no roçado. Assim, contribuindo com a renda familiar e o desenvolvimento das comunidades em diversas formas. Elas trabalham como empreendedoras, como trabalhadoras rurais, em negócios familiares, como autônomas; elas são ainda responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado. Mas, sua contribuição ainda é limitada devido a discriminação e papéis rígidos de gênero, questões essas que precisam tratadas para garantir o pleno alcance de seu potencial.

“As mulheres estão em todos os lugares e não estão em lugar nenhum. Em todos os lugares porque, para além dos dados que as ocultam, basta olhar a dinâmica cotidiana para que se constate que as mulheres, em maior ou menor medida, realizam todas as atividades produtivas e reprodutivas na unidade familiar. (GOUVEIA, 2007).”

A faixa etária estabelecida pelo IBGE (2012), é de 15 e 64 anos de idade, e é visto como um item importante na caracterização socioeconômica de uma

população, haja vista, ser esta a responsável pela força de trabalho e a produção de renda, que é condição indispensável para manter, em certa medida, a qualidade de vida desses agricultores.

Quando se trata do meio rural é preciso associar que o fenômeno de envelhecimento da população é acompanhado pelo êxodo dos jovens rurais para os centros urbanos. Estes dois fenômenos juntos trazem consigo o problema da reprodução social da agricultura familiar no campo, pois sem atrativos o jovem migra para as cidades, fazendo com que a faixa etária da população (predominante) no meio rural seja de pessoas mais velhas, entretanto, os dados revelam que essa população é economicamente ativa.

REBOUÇAS e LIMA (2013), encontraram média de idade em seus estudos com agricultores familiares em torno de 37 anos e também que a máxima idade pesquisada foi de 65 anos. Dados similares foram encontrados por GODOY et al. (2009), em seus estudos sobre a presença de idosos e a permanência de jovens no meio rural. Os autores concluíram que o envelhecimento da população é um fato que está ocorrendo no meio rural, e, está ligado diretamente ao aumento do benefício da aposentadoria como uma renda adicional aos agricultores familiares.

No que se refere à renda familiar, além da ocupação da mão-de-obra da família na propriedade, os produtores conseguem uma renda extra oriunda de aposentadoria, benefícios do Governo, alguns trabalham na zona urbana para ajudar com as necessidades básicas de consumo de alimentação, vestuário e rações animais, não havendo sobra para outros investimentos.

Autores como CAPORAL (2004), apontam que, em se tratando de Extensão Rural, a equipe extensionista, caso pretenda obter bons resultados, deve trabalhar em nível de comunidade com diagnóstico participativo rural (DRP), lembrando que cada comunidade é diferente, levando esse diagnóstico a um planejamento, para que o próprio homem rural possa atuar como ator de sua própria mudança.

FREIRE (1979), falava disso quando colocava que o processo de mudança, quando identifica a educação como elemento fundamental para o sujeito do campo ou da cidade. E considera como necessidade primordial dessa mudança, a leitura de mundo com o sujeito que aprende, mas que também ensina.

Tendo como enfoque participativo, através das problematizações da realidade e ação, com objetivo de resgatar a cidadania e tornar presente os

parâmetros políticos, sociais, econômicos e culturais dos atores, para construir novos laços e pactos sociais de solidariedade e contribuir voluntariamente, permitindo o crescimento do espírito cooperativo. Nesta perspectiva apresentamos agora o que os agricultores externaram durante o processo de coleta de dados da nossa pesquisa.

Inicialmente é preciso colocar que todos os entrevistados enfatizaram a importância da atuação dos extensionistas na formação dos grupos com forte apoio na motivação, capacitação e orientação técnica aos agricultores, bem como na elaboração e desenvolvimento de projetos que possibilitaram o acesso a recursos públicos e financiamentos para estruturar as organizações.

A presença dos técnicos também foi mencionada, embora esteja mais ligada a execução de projetos e seja muito limitado o número de técnicos para a assistência necessária às demandas das comunidades.

Os agricultores entrevistados também disseram ser imprescindível a atuação dos extensionistas na formação e evolução das organizações rurais e que entendem que não seriam capazes de desenvolver muitos dos trabalhos e projetos sem a presença de técnico que os assessorem.

Esses dados remetem à função da extensão rural, da aproximação do técnico, e a partir deste tópico, apresentam-se os resultados da percepção dos entrevistados quanto a ação extensionista nas orientações aos associados das duas comunidades rurais, relativo a diversas temáticas de uso, manejo sustentável do solo e adoção de práticas conservacionistas.

Filosofia do trabalho da ATER

Considerando a relevância da assistência técnica no meio rural, para garantir melhoria da qualidade de vida dos produtores, como também o desenvolvimento local, perguntamos sobre a necessidade da assistência técnica, na comunidade Feijão cerca de 95% concorda totalmente que é preciso expandir os serviços da ATER, para auxiliar e atender as necessidades dos agricultores rurais; apenas 5% não se posicionaram ao assunto. Já na comunidade Cantinho, 95% concorda totalmente sobre a importância do serviço para comunidade e apenas 5% concordaram parcialmente.

Nos questionários aplicados, verificou-se que todos os agricultores (100%), concorda totalmente, que o serviço da assistência técnica e extensão é de suma importância para o desenvolvimento das comunidades rurais, contudo vale ressaltar que os agricultores, normalmente encontram-se desassistidos pela ATER.

É sabido que o serviço da ATER constitui um importante instrumento de apoio para o desenvolvimento rural. Segundo SCALABRINET al. (2009), o técnico extencionista precisa ir além de simplesmente levar informações úteis ao produtor rural. É preciso que a informação seja passada, levando em consideração a realidade enfrentada pelo produtor rural, respeitando suas experiências adquiridas ao longo da vida, sua cultura e também o ambiente social no qual está inserido.

Os dados mostram que 86% dos produtores rurais das duas comunidades, concorda totalmente que é importante a fiscalização, e 14% discorda totalmente. As principais críticas feitas estão relacionadas com tarefas de burocratização; equipe de tamanho reduzido e não estável; atitude compromissada dos técnicos para com os associados.

É preciso aumentar a eficácia da comunicação, dedicação e a capacitação dos agricultores, acesso aos financiamentos bancários para obtenção de melhorias para os produtores rurais, igualdade no tratamento e conhecimento da realidade das comunidades, pois está estabelecido na Lei 12.897/13 que as políticas de assistência técnica e extensão rural, devem contribuir especialmente para a elevação da produção e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e de desenvolvimento sustentável no meio rural.

A importância das visitas dos extencionistas nas comunidades rurais é, de, sobretudo estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento sustentável junto aos agricultores, buscando levar alternativas para os problemas presentes, fazendo com que os agricultores se envolvam em atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia.

No que se refere a organização do trabalho da ATER, percebeu-se que 100% das duas comunidades concorda totalmente que há uma organização no desenvolvimento do trabalho, mas é necessário aumentar o número de

extencionistas, o que trará melhorias para as ações da assistência nas comunidades rurais. Essa situação se apresenta nas discussões com os agricultores, nas rodas de conversa mantidas informalmente, quando os mesmos se referiam às dificuldades vivenciadas para a manutenção das atividades agrícolas e da pecuária entre outras atividades, sem o apoio técnico.

Para 33% dos agricultores concordam totalmente que há uma certa lentidão quanto a resolução dos problemas da comunidade Feijão. Observa-se ainda que 29% concorda parcialmente, apenas 5% discorda totalmente, 14% discorda parcialmente e 19% não se posicionaram sobre o assunto. Enquanto na comunidade Cantinho, 48% concorda totalmente, apenas 24% discordaram parcialmente e 28% não se posicionaram.

As principais críticas foram dirigidas no encaminhamento dos problemas locais e na busca de melhorias para a comunidade, embora não seja apenas responsabilidades dos técnicos, mas como das esferas governamentais. Quando se trata de um número reduzido de técnicos disponíveis, há demora no atendimento quando solicitada a presença do mesmo, há inexistência de grupos de interesse, ao pequeno empenho no acompanhamento técnico das atividades produtivas e na divulgação de tecnologias mais adaptadas à realidade das comunidades rurais.

As principais críticas dirigidas estão relacionadas quanto à demora nos encaminhamentos dos problemas das comunidades e na conquista de melhorias, principalmente quando solicitada a presença do extencionista nas comunidades.

De acordo com os entrevistados da comunidade Feijão 43% concorda totalmente que há uma certa demora quando é feita a solicitação do extencionista da ATER, 9% concorda parcialmente, 24% não se posicionaram e apenas 24% discorda totalmente.

Constata-se que na comunidade Cantinho 48% concorda totalmente que existe demora no serviço prestado por parte do extencionista, 28% não opinaram e apenas 24% dos entrevistados discorda totalmente.

Quanto a metodologia do trabalho, cerca de 81% dos entrevistados da comunidade Feijão concorda totalmente que é de suma importância a presença dos técnicos na comunidade onde atua para o desenvolvimento, e 29% concorda parcialmente. Observa-se ainda que na comunidade Cantinho, 48% concorda totalmente, que é necessário a presença do extensionista na comunidade para levar

orientações aos agricultores sobre organizações no desenvolvimentos de sistemas de produção, que sejam sustentáveis e gerem renda e permita às famílias rurais vida digna e com qualidade. Verifica-se ainda que 9% concorda parcialmente, apenas 43% discorda totalmente sobre o presente assunto.

Dentre os moradores da comunidade Feijão, os dados apresentados demonstram que 48% discorda totalmente quando o assunto é dedicação do técnico da ATER para sanar os problemas presentes na comunidade. Verifica-se que 28% concorda parcialmente, 24% não opinaram acerca do tema abordado.

Observa-se ainda que na comunidade Cantinho 52% concorda totalmente que o técnico se dedica a solucionar os problemas da comunidade, 14% concorda parcialmente, 5% sem opinião, e apenas 10% discorda parcialmente. Segundo os agricultores entrevistados a resolução de problemas vai além da dedicação do técnico, é preciso oferecer aos extensionistas infraestrutura e aumento no quadro de técnicos.

Outro ponto de destaque da pesquisa é a visão sobre a qualificação e entendimento do profissional da ATER sobre a realidade onde 71% dos entrevistados, discordam totalmente que há o conhecimento da realidade nas comunidades rurais por parte dos extensionistas, o que demandado a necessidade de aprimoramento dos técnicos, para que fortaleça a atuação do serviço junto às famílias. Os produtores rurais foram claros ao identificar as deficiências mais sentidas na atuação da equipe nas comunidades e no que esperavam por parte da ATER: comunicação, busca de conhecimento da realidade do local e o apoio para capacitação e organização das comunidades estudadas, uma vez que entendem que o trabalho da Extensão Rural é dedicação e comprometimento dos extensionista em atender as reivindicações dos produtores rurais.

Para 43% dos entrevistados existe comprometimento pelo extensionista da ATER, em resolver os problemas. Segundo os agricultores, os técnicos buscam viabilizar a resolução dos problemas, mas, para isso é preciso que o poder público possa investir mais tanto em infraestrutura quanto no aumento do número de extensionistas. Com esse cenário exposto dificulta ainda mais a sobrevivência dos agricultores, podendo ocorrer o aumento do êxodo rural.

De acordo com os dados, observa-se que 52% dos entrevistados da comunidade Feijão, concorda parcialmente que ainda há uma certa credibilidade

para com o serviço da ATER, 48% discorda parcialmente. Observa-se ainda, que na comunidade Cantinho 71% discorda totalmente, e apenas 29% concorda parcialmente.

Os dados demonstram a falta de investimento dos órgãos públicos para que o serviço da extensão rural chegue até o produtor. Não basta apenas criar políticas públicas, mas é preciso investir no aumento do número de técnicos e garantir infraestruturas necessárias, para que o atendimento seja oferecido com qualidade, principalmente para os pequenos produtores que não têm condições financeiras de contratar empresas particulares para prestação de assistência técnica, uma vez que a EMATER não dispõe de técnicos suficientes para prestar este serviço.

Conclusões

A partir dos resultados apresentados, é possível concluir que os agricultores das Comunidades estudadas reconhecem a importância da ação extensionista, mas percebem a carência de maior participação dos técnicos nas orientações sobre temas como uso e manejo sustentável do solos, associativismo, produção sustentável de alimentos, comercialização, dentre outros.

Importante considerar a participação dos jovens ainda é pouco expressiva, o que remete a necessidade de que o poder público deve melhorar e reanalisar as políticas e incentivos à agricultura familiar, para que assim, o jovem desperte interesse em permanecer no campo e que possa ser valorizado pelo seu trabalho rural.

Ainda existe credibilidade por parte dos agricultores com relação a ação dos técnicos e ao seu comprometimento, sendo notória a percepção sobre a falta de apoio no que se refere a execução de outras atividades, além da implantação e execução de projetos. Mas, ainda é preciso investir no aumento do quadro de técnicos e disponibilizar infraestruturas necessárias, para oferecer aos agricultores um serviço de qualidade.

Dada a importância da informação para melhoria da prática em qualquer área, não vemos como diferente com relação a temáticas que permeiam a agricultura familiar. Sendo assim, fica claro após este estudo que a relevância do trabalho informativo que oriente a prática de agricultores deve ser considerado, pois o

processo educativo desenvolvido por técnicos ligados a área agrícola pode mudar radicalmente para melhor os resultados do cultivo efetuado por famílias que perseveraram em continuar na zona rural, não de forma acomodada, mas diligente.

De acordo com o que nos foi desvelado no processo de pesquisa e construção do presente trabalho, é preciso considerarmos as necessidades que os agricultores familiares têm enfrentado, e assim atentarmos para o fato de haver uma necessidade e pretensão do recebimento de assistência técnica em suas comunidades ou em sua propriedade.

Neste contexto vemos que é preciso que os acadêmicos formados na área das ciências agrárias compreendam a importância da assistência técnica e extensão rural, e mais que isso, que estejam prontos a atuar de forma a impactar as práticas de agricultores. Assim, é possível vislumbrarmos uma importância em haver uma reformulação curricular de alguns cursos de graduação na área, de forma a garantir a formação do profissional de ATER, para atender às novas exigências/necessidades dos agricultores familiares, superando suas expectativas para o desenvolvimento rural sustentável, baseando-se nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A extensão rural é, portanto, um importante aliado para estabelecer uma comunicação entre o agricultor e o governo por meio do técnico extensionista que apresentará os principais problemas relacionados à agricultura familiar às entidades governamentais e estas, por sua vez, deverão desenvolver políticas públicas voltadas para assistência técnica rural, além de projetos, infraestrutura e inserção do pequeno produtor às inovações tecnológicas rurais.

Entendemos, igualmente, que esta discussão é um processo de aprendizagem, que no dia-a-dia vai sendo recriado e reconstruído entre extensionistas e agricultores, buscando uma melhor compreensão para um manejo dos agroecossistemas que aponte para a sustentabilidade.

Portanto, este trabalho não esgota as discussões em torno do entendimento que os agricultores familiares têm sobre a atuação da Extensão Rural, mas apresenta um esforço teórico e metodológico a partir da percepção desses sujeitos sociais sobre alternativas ao desenvolvimento de comunidades rurais, levando em consideração a realidade socioeconômica local/territorial.

Referências

BARBOSA, R. S.; NEVES, A. M.; ALVES, T. L. B. A produção agrícola no município de Areia-PB. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. **Anais...** Porto Alegre, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – CONDRAF - **Plenária A agricultura familiar e desenvolvimento sustentável do Brasil rural**, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural, Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, p. 177, 2004

FRANCIS, D. G.; BERNARDO, L. T. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. In: SHIKI, S. et al. Sustentabilidade Do Sistema Agroalimentar Nos Cerrados: entorno de Iraí de Minas Uberlândia: EDUFU, 2000.

FREITAS, E. S.; MACHADO. G. Q. E.; JOÃO. J. A.; GAMA. J. B.; JUNG. W. W. Assistência técnica e extensão rural: a percepção do produtor rural do município de Juína. In: II JORNADA CIÊNCIA DO IFMT. Novembro de 2013.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 30 ed. 1979.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GODOY, C. M. T. et al. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48. **Anais**. Campo Grande, 2009.

GOUVEIA, T. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares. In: Reflexões feministas para transformação social. **Caderno de Crítica Feminista**, ano 1, n 0, dezembro de 2007.

IBGE. **Estimativas Projeções Populações**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao/Estimativas_2012/estimativa_2012_municipios.pdf> Acesso em : 18 de setembro de 2014.

PIRES, M. L. L. S. A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: LIMA, Jorge R. T. (Org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável. **Bagaço**, p. 45-70. 2003.

REBOUÇAS, M. A.; LIMA, V. L. A. **Caracterização socioeconômica dos agricultores familiares produtores e não produtores de mamão irrigado na agrovila Canudos**, Ceará Mirim (RN). **HOLOS**, Ano 29, v. 2, 2013.

RIBEIRO, J. P. **A saga da Extensão Rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume, 2000. 270 p.

ROCHA, J.S.M. da. **Manual de projetos ambientais**. Santa Maria: UFSM, 1997. 423p.

SCALABRIN, A. C et al. **A Importância do Reconhecimento dos Saberes do Agricultor Familiar para o Desenvolvimento Rural da Amazônia**. Porto Alegre, 2009. Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/13/1284.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2013.

A PERCEPÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA MEMÓRIA NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO PELA PESSOA IDOSA

Letícia Pereira Vitorino; Sônia Maria Garcia Vigeta

RESUMO

As funções cognitivas sofrem alterações no processo de envelhecimento. A memória é uma das funções cognitivas que é responsável pela habilidade de armazenar informações e conhecimento sobre nós mesmos e do mundo em que vivemos. A população idosa queixa-se da dificuldade de armazenar informações e de resgatá-las. Muitas vezes não se lembram de nomes de pessoas conhecidas, de compromissos importantes, como tomar um medicamento, por exemplo, não se lembram de onde deixaram certos objetos pessoais, esquecem o fogão aceso, o ferro ligado, entre inúmeras outras situações de risco de sua saúde e segurança. **Objetivo:** Compreender o significado para a pessoa idosa das alterações da memória no processo natural do envelhecimento. **Método:** Estratégia metodológica do Discurso do Sujeito Coletivo, que é fundamentado nos preceitos teóricos da Representação Social. **Resultados:** A principal queixa das idosas entrevistadas foi em relação ao esquecimento de nomes de pessoas, datas comemorativas, entre outros. A maioria das entrevistadas veem os pequenos esquecimentos como algo comum da idade e não atrela isso a nenhuma doença. Porém, devido alguns esquecimentos frequentes, elas se mostram preocupadas. Muitas técnicas são utilizadas pela pessoa idosa para evitar o esquecimento e até mesmo lembrar-se de algo. Alguns idosos conseguem recorrer a várias estratégias para lidar com esses eventos. **Considerações Finais:** A enfermagem pode contribuir para essa perspectiva de manter uma boa memória no idoso com estímulos da memória através de diversos aspectos, como repetição de pensamentos, recordações de experiências passadas.

INTRODUÇÃO

A capacidade de adquirir e usar uma informação são reconhecidos no ser humano como processo cognitivo. A cognição é dividida em subfunções, tais como: percepção, aprendizagem, memória, atenção, vigilância e raciocínio.

As funções cognitivas podem ser afetadas pelo avanço da idade devido a diversas alterações nas funções cerebrais e também pelas alterações fisiológicas decorrentes do processo natural do envelhecimento. ⁽¹⁾

A memória é uma das funções cognitivas que é responsável pela habilidade de armazenar informações e conhecimento sobre nós mesmos e do mundo em que vivemos. É base para o desenvolvimento da linguagem, do reconhecimento das pessoas e dos objetos que nos deparamos todos os dias dando sequência às nossas vidas. Portanto, a memória consiste em um conjunto de procedimentos que permite manipular e compreender o mundo, levando em conta o contexto atual e as experiências individuais. ⁽²⁾

Aprendemos a caminhar, pensar, amar, imaginar, criar, fazer atos-motores ou ideativos simples e complexos, portanto, nossa vida depende de que nos lembremos de tudo isso. A propriedade básica do sistema nervoso é a memória. ⁽³⁾

Considerável parte da população idosa queixa-se da dificuldade de armazenar informações e de resgatá-las. Muitas vezes não se lembram de nomes de pessoas conhecidas, de compromissos importantes, como tomar um medicamento, por exemplo, não se lembram de onde deixaram certos objetos pessoais, esquecem o fogão aceso, o ferro ligado, entre inúmeras outras situações de risco de sua saúde e segurança. Além do prejuízo ocupacional e social diante dessas alterações decorrentes da falha da memória. ⁽¹⁾

A região encarregada de processar tanto as memórias de curta como as de longa duração e sua evocação é o hipocampo e o córtex circundante do lobo temporal.

O hipocampo é uma região do córtex, que está envolvido também com o reconhecimento de coisas novas e com as relações que temos no espaço em que vivemos e também ajuda a selecionar os aspectos importantes para fatos e eventos que serão armazenados. O córtex mais próximo ao hipocampo, colocado por baixo dele no lobo temporal, denomina-se córtex entorrinal, que se liga por meio de um grande número de fibras nervosas ao resto do córtex cerebral. Este se junta por

meio de fibras nervosas ao resto do córtex cerebral, bem como a amígdala, núcleo modulador dos aspectos emocionais das memórias.

Os estímulos sensoriais vindos do meio externo como o som, cheiro, sabor, visualização e sensação de objetos, são traduzidos em sinais elétricos, e ativam o circuito da amígdala. ⁽⁴⁾

A memória se processa por meio de três operações básicas. Primeiramente pela codificação (entrada), depois o armazenamento (manutenção) e finalmente o resgate (acesso e produção), cada operação representando um estágio no processamento da memória.

O primeiro estágio de processamento de informação é a codificação que envolve a transformação de estímulos do ambiente envolvendo o sistema sensitivo como a audição, visão, tato, olfato, paladar. A construção dessas redes neurais possibilita a entrada de informações no sistema de memória.

As formas mais utilizadas de codificação são: as visuais, que são formadas por imagens, desenhos e pinturas; as auditivas, que estão relacionadas à música e sons; e as semânticas que são as associações desses estímulos visuais e auditivos.

O segundo estágio de processamento de informação é o armazenamento que envolve a consolidação e manutenção das redes neuronais construídas no processo de codificação. O armazenamento depende da relevância, repetição e conteúdo emocional destas informações codificadas na forma de circuitos de neurônios.

O terceiro e último estágio de processamento de informações no sistema de memória é o de resgate que envolve o acesso às informações já armazenadas e a reprodução destas informações na forma de fala, desenhos, gestos ou outras manifestações comportamentais.

Para que exista a evocação é preciso que ocorra a reconstrução das redes neurais desenvolvidas no processo de codificação. As pistas associadas ao processo de codificação facilitam a evocação. Imagens, pensamentos e outros estímulos desencadeiam o processo de evocação. ⁽⁵⁾

Os principais sistemas de memória reconhecidos são a memória sensorial (memória de curtíssimo prazo), a memória de curto prazo e a memória de longo prazo.

A memória sensorial corresponde à captação inicial de que fazemos com a grande quantidade de informações que absorvermos pelos nossos sentidos. Esse registro é captado por meio da percepção da realidade dos sentidos que retém por alguns segundos a imagem detalhada da informação sensorial recebida por algum dos órgãos do sentido. A memória sensorial se receber atenção ou interpretação pode se transferir para a memória de curto prazo, ou desaparecer quase que imediatamente.

A memória de curto prazo, por sua vez, é descrita como o centro da consciência humana, ela armazena as informações e pensamentos os quais estamos dando mais atenção no momento. Ela é limitada e pode ser perdida ao redor de 20 segundos. Após esse período, a informação pode ser descartada ou então se processada, por repetições ou associações, é transformada em memória de longo prazo.

As informações na memória de longo prazo são classificadas, arquivadas e indexadas de diversas formas, ela pode durar de um minuto, horas, meses ou décadas. A memória de longo prazo é tida como a biblioteca do nosso cérebro. ⁽⁶⁾

O envelhecimento saudável está associado à ideia de que o indivíduo preserva seu potencial de desenvolvimento durante a vida, mantendo um equilíbrio entre suas limitações.

A aquisição de novas aprendizagens é uma das potencialidades que tem sido destacado como uma atividade que ajuda no bom funcionamento físico, psicológico e social no período da velhice.

Dentre os pressupostos da perspectiva Life-Span existe o conceito da plasticidade, que se refere ao potencial de mudança e flexibilidade que um indivíduo tem para lidar com as novas situações. O grau de plasticidade é de acordo com a capacidade de reserva, constituída por recursos internos e externos, da pessoa, que mudam de acordo com o tempo e com a situação.

Assim, as limitações decorrentes do envelhecimento podem ser minimizadas pela ativação dessas capacidades, dependendo do grau de plasticidade individual.

Um dos pontos principais nessa perspectiva é a concepção de que o desenvolvimento das capacidades cognitivas ocorre durante toda a vida, inclusive na velhice, contrapondo-se à tradicional ideia de que somente crianças e

adolescentes poderiam se desenvolver cognitivamente. Em consonância, podemos inferir que em todo desenvolvimento existe a possibilidade de crescimento e de declínio das capacidades adaptativas. Fato esse que contribui para reverter à concepção de que a velhice estaria associada somente a perdas. ⁽⁷⁾

OBJETIVO

Compreender o significado para a pessoa idosa das perdas cognitivas no processo natural do envelhecimento.

MÉTODO

Considerando o objetivo do estudo que é compreender o significado para a pessoa idosa das perdas cognitivas no processo natural do envelhecimento, precisaríamos ouvir os idosos. A partir dessa proposta, fomos à busca de um método de investigação segundo uma abordagem qualitativa.

Optamos pela estratégia metodológica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) ⁽⁸⁾, que é fundamentado nos preceitos teóricos da Representação Social (RS). ⁽⁹⁾ O DSC é um método para organizar respostas de questões abertas, por meio de um software, o qual facilita a expressão da representação social coletiva, evidenciada por intermédio das palavras, com a formação dos discursos. ⁽⁸⁾

A representação social como processo só pode ocorrer em grupos e sociedades onde o discurso social inclui a comunicação tanto de pontos de vista compartilhados, quanto divergentes sobre muitos assuntos. Essa experiência e conhecimentos contraditórios são que habilitam o discurso coletivo que cria o que chamamos de conhecimento ordinário e de senso comum nas sociedades modernas. ⁽⁹⁾

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Identificação sócio demográfica

O estudo foi constituído por 7 mulheres idosas. Com idade de sessenta e sete a oitenta e um anos. Todas residindo atualmente no município de São Paulo, sendo 5 naturais de São Paulo/SP, 1 de Tupaciguara/MG e 1 de Pariqueira-Açu/SP.

Em relação a escolaridade, 1 não concluiu o ensino médio, 3 concluíram o ensino médio, 1 concluiu o curso técnico de secretariado, 1 concluiu o ensino superior e 1 possui pós-graduação nível de mestrado.

Nas décadas de 1930 até 1950 a educação básica não era acessível à maioria da população e poucas pessoas tinham acesso à educação superior, por isso hoje em dia tem uma quantidade de idosos com baixa escolaridade, mas em nossos sujeitos de estudo são mulheres que tiveram oportunidade de ter escolaridade ⁽¹¹⁾. O fato de serem 7 mulheres compreendemos que a presença da mulher na educação brasileira apresenta uma trajetória crescente. Até o Período Colonial, que ocorreu entre os séculos XVI e XIX em território brasileiro, a educação das mulheres era no lar, voltada especificamente para as atividades domésticas. Somente em meados do século XIX é que a participação feminina se iniciou. Atualmente, segundo dados da pesquisa [Trajetória da Mulher na Educação Brasileira](#) (1996 a 2003), "elas são maioria em quase todos os níveis de ensino, especialmente nas universidades; têm um tempo médio de estudos superior ao dos homens, tornando-se cada dia mais alfabetizadas." ⁽¹⁹⁾.

No momento atual, quanto a ocupação, encontramos 3 aposentadas, 3 se identificam como "do lar" e 1 exerce a profissão de professora voluntária.

Quanto a espiritualidade 5 das entrevistadas possuem uma crença religiosa, sendo 4 da religião católica, 1 da religião espírita e 2 não possuem religião.

Todas as entrevistadas relatam que praticam alguma atividade física, sendo desde uma simples caminhada eventual até aulas de academia.

Considerando que o exercício físico para os idosos além de manter sua saúde física, estimulam o cérebro com atividades que exigem atenção, concentração e pensamento lógico, o que contribui para o aumento da densidade sináptica cerebral, cuja rede de transmissão é responsável pela dinâmica e plasticidade do cérebro. Isso talvez explique o excelente desempenho cognitivo e intelectual apresentados por muitos idosos ativos ⁽¹⁾.

Em relação ao sono todas as entrevistadas referem possuir um sono tranquilo e dormem no mínimo 8 horas por noite. Mas, quanto ao preparo de sua refeição 5 delas referem preparar sua própria refeição enquanto 2 possuem empregadas domésticas para realizar essa tarefa, porém relataram que quando há necessidade, elas mesmas preparam suas refeições.

A crescente demanda de estudos acerca do envelhecimento faz-se necessária pelo aumento da população idosa em todo mundo. No que diz respeito a aspectos cognitivos, entende-se que no envelhecimento normal podem ocorrer mudanças cognitivas que estejam relacionadas à forma de viver e agir dos idosos (13).

Eixo temático I: Como a pessoa idosa percebe a perda de memória no processo do envelhecer

Nesse estudo não tivemos relatos sobre perdas significativas de memória pelas idosas, porém todas relataram ter algum tipo de esquecimento ou dificuldade para se lembrar de algo.

Diversidade de esquecimentos

A maioria de nós só presta atenção na própria memória quando ela falha. Essa atenção é ainda maior quando os lapsos nos deixam em situações complicadas ou nos impedem de realizar tarefas importantes. É extremamente desagradável, por exemplo, ser apresentado a uma pessoa num dia e, alguns dias depois, ao encontrá-la novamente, não se lembrar do seu nome.

Isso ocorre regularmente com a população idosa, a memória não tem a propriedade de ser uma representação fiel dos eventos vivenciados, portanto, apresenta inúmeras falhas e, dentre elas, o esquecimento (14).

Nomes, datas, encontros, recados.

Muitos dos relatos são mencionados esquecimentos de nomes, datas, consultas médicas, etc. Considerável parte da população idosa queixa-se da dificuldade de armazenar informações e de resgatá-las, não se lembra de nomes de pessoas conhecidas, de compromissos importantes, como tomar remédio; não se lembram de onde deixaram certos objetos pessoais (14).

A principal queixa das idosas entrevistadas, em sua grande maioria, foi em relação a esquecimento de nomes de pessoas, datas comemorativas, entre outros. Esquecimentos pequenos esses aqueles que ocorrem com frequência em pessoas ativas e com grande exigência de suas tarefas, que se expressam através do fenômeno de “ponta de língua” (conheço a palavra, mas o nome não vem), esquecimento de nomes de pessoas e lugares ou de algum detalhe de um relato, mas que em geral, são compensados espontaneamente pela pessoa.⁽²⁰⁾

“Tenho dificuldade para me lembrar a capital de um país, dificuldade para lembrar, rememorar um fato. Eu esqueço nomes das pessoas ou o que eu vou fazer? Eu lembro a fisionomia da pessoa, mas às vezes eu não lembro o nome. É, um livro que eu estou lendo às vezes eu quero lembrar de algum trecho e não me lembro, volto a reler aquilo lá.”

Ou

“Ah, outra coisa que eu costumo esquecer é aniversário. Tenho que anotar e lembrar que eu anotei. Porque se eu anoto e não olho, aí não faz diferença nenhuma.”

Muitos esquecem o fogo aceso, do ferro ligado, entre inúmeros outros exemplos que prejudicam seu desempenho e que podem pôr em risco sua saúde e segurança, afetando negativamente seu cotidiano, além de referirem seu prejuízo ocupacional e social diante dessas alterações decorrentes da velhice ⁽¹⁴⁾.

Em relação sobre algo prejudicial à saúde envolvendo o esquecimento, todas nossas depoentes foram unânimes, nenhuma delas passou por nenhuma situação que colocasse suas vidas em risco.

“Não, isso eu nunca esqueci não. Isso é uma coisa que a gente já é atenta. Largar o fogo ligado, ferro ligado. Isso já é, como eu vou te explicar, é uma defesa que você tem normalmente. Você presta atenção nisso porque é perigoso, você conviveu se defendendo de perigos, então isso, a gente não esquece esse tipo de coisa.”

Uma única entrevistada relatou um acontecimento um pouco grave no qual seu esquecimento causou uma repercussão de pânico momentânea.

“Me deu pânico no meio da Mooca (bairro) e eu não sabia me situar mais onde eu estava e eu queria voltar, foi coisa de segundos, mas deu. E eu fiquei assustada... Eu estava indo ver um galpão lá na Mooca e sozinha. E aí eu dei umas viradas numas ruas diferentes que normalmente não é de passagem minha e nessas viradas eu parei para voltar e me deu pane, quer dizer, no meio eu não

consegui mais. “Qual que é a rua?” “Eu viro para esquerda ou para direita? ” De repente me deu uma coisa esquisita sabe, assim no meu corpo, na minha cabeça, parece que um medo e como aquele filme que eu vi a mulher lá perdida...”

Percepção de esquecer-se de dar um recado

Nesse caso, a memória utilizada é a de evocação, ou seja, ela que nos dá acesso às informações já armazenadas em nosso cérebro em forma de fala, gestos, desenhos. A evocação consiste na reconstrução das redes neurais no processo de codificação. Imagens, pensamentos e outros estímulos desencadeiam o processo de evocação. A memória de evocação apresenta declínio, com comprovação em testes, e se relaciona com a frequente reclamação de lembrar recados ou trechos de conversa. Outras áreas da memória estão preservadas, como vocabulário, por exemplo. ⁽²¹⁾

“Agora, dar recado acho que uma vez ou duas pode ter acontecido de eu esquecer de dar recado. ”

Reações ao apresentar esquecimento

A maioria das entrevistadas veem os pequenos esquecimentos como algo comum da idade e não atrela isso a nenhuma doença. Porém, devido alguns esquecimentos frequentes, elas se mostram preocupadas. Levando-se em consideração essas queixas que os idosos frequentemente apresentam e o desconhecimento a respeito da fronteira entre a normalidade psicológica e comportamental do idoso esquecer e a patologia como a demência do tipo Alzheimer, existe a preocupação de eventos considerados fisiológicos no processo de envelhecer evoluírem para um transtorno severo de declínio cognitivo ⁽¹⁶⁾.

“Não, às vezes fico preocupada. Mas a gente se aborrece. Eu mesmo me aborreço. Falo assim: Nossa, como é que eu fui esquecer isso? Ai já fico pensando que é meu cérebro que não está funcionando. Nossa, como é que eu não lembrei. Já fico achando que eu estou começando com Alzheimer.”

Outras, dizem não se importar de esquecer-se de fatos ou coisas, mas procura sempre de alguma maneira tentar lembrar.

“Procuro fazer um retrospecto. Olha, não me sinto mal e procuro evitar a ansiedade, porque se eu fico nervosa eu não vou me lembrar. Então normalmente quando eu esqueço, eu paro e refaço o caminho e, por exemplo, os óculos, que eu uso só para perto, eu tenho um monte, então se eu não sei onde eu deixei um, para evitar de ficar nervosa eu já pego o outro. ”

O esquecimento é frequente em todas as entrevistadas, porém em alguns casos, o esquecimento é mais frequente em determinados aspectos, quando os hábitos são modificados por algo, quando saem da rotina diária.

Não há estudos conclusivos, no entanto, que afirmem categoricamente que o comprometimento da memória no idoso se trata de um acontecimento inexorável do processo de envelhecimento ou se que é resultado de um fenômeno puramente natural ou multifatorial, o qual resulta entre outras coisas do decréscimo de estímulos sociais, psicológicos e biológicos ⁽¹⁵⁾.

“No meu dia a dia? Olha, eu acho que esqueço assim vamos dizer, a cada 15/20 dias eu posso esquecer alguma coisa, mas não é uma coisa usual. Eu normalmente esqueço quando eu saio da rotina. Por exemplo, se eu vou num supermercado, encontro uma amiga que eu não via há muito tempo, já aconteceu para mim uma vez, eu esqueci o cartão de crédito porque encontrei com ela na hora que eu estava fazendo o pagamento, peguei a nota fiscal e esqueci o cartão de crédito na maquininha. Mas isso quando eu saio da rotina. ”

Algumas idosas relataram algum tipo de esquecimento, mas logo se justificam se defendendo de tal fato, dizendo que esse tipo de esquecimento não é prejudicial ou que não é corriqueiro.

“...eu deixei uma vez uma panela ligada, mas quando eu era jovem... um mingau de um filho meu, que a panelinha ficou pretinha. Mas assim, depois de velha, não. Porque eu tomo cuidado, eu faço sempre assim...”

Eixo temático II: Estratégias que a pessoa idosa realiza para manter sua memória

Muitas técnicas são utilizadas pela pessoa idosa para evitar o esquecimento e até mesmo lembrar-se de algo na rotina. Alguns idosos conseguem recorrer a várias estratégias para lidar com esses eventos de vida estressantes e com as

demandas do dia a dia, utilizando recursos físicos, como por exemplo, anotação, check-list e também recursos cerebrais, como por exemplo, lembrar fatos, buscar lembranças, para evitar o esquecimento ⁽¹⁶⁾.

Retrospectiva

A retrospectiva é um recurso utilizado para a busca de fatos, memórias, lembranças. Sua abordagem parte do princípio em que ocorre o esquecimento e partir daí é realizado um retrospecto, ou seja, uma busca ativa através ações passadas.⁽²²⁾

“Faço um retrospecto. Eu começo a pensar, vejo primeiro o último lugar que eu fui, né. E aí eu vou procurando, mas com calma.”

Anotação

A anotação é um meio muito importante realizado pelas idosas. A anotação serve para fixar algo importante e para lembrar algo que possivelmente possa vir a ser esquecido. ⁽²³⁾

“Mas se eu anotar o dia eu não vou esquecer. Ai eu não preciso nem olhar porque eu já sei. Agora se eu não anotar, é capaz que eu esqueça.”

Ou

“... eu tenho uma agenda, há anos eu faço isso. Eu tenho por hábito anotar absolutamente tudo que eu preciso fazer... então eu me acostumei a me organizar bastante, então eu marco tudo, absolutamente tudo. Anotação, anotação, anotação, anotação.”

Atenção

A atenção equivale à concentração da mente, da visão e da audição numa determinada coisa, de forma a entender aquilo que está a acontecer.⁽²⁴⁾

“Eu presto atenção, para evitar de esquecer, quando eu estou na cozinha, eu só fico na cozinha e na área de serviço, então eu não me afasto porque eu tenho certeza que se eu me afastar e for fazer uma outra atividade no resto da casa, eu vou esquecer a panela na cozinha. Eu evito situações que possam ocasionar esse lapso.”

Organização

Organização é a forma como se dispõe algo para atingir os resultados pretendidos, no caso, para evitar os possíveis esquecimentos.⁽²⁵⁾

“Porque eu deixo os óculos num preguinho e a folha de papel no lugar onde eu tenho o telefone.”

Relação mnemônica

A técnica relação mnemônica pode ser entendida como um processo artificial utilizado para tornar a memorização mais eficaz. Baseiam-se em formas simples de memorizar maiores construções, baseados no princípio de que a [mente humana](#) tem mais facilidade de memorizar [dados](#) quando estes são associados a [informação](#) pessoal relativamente importante, porém estas sequências têm que fazer algum sentido.⁽²⁶⁾

“ Fico tentando estabelecer alguma relação, com algum fato, com alguma coisa “

Ou

“Mas se tem uma coisa que para lembrar às vezes das coisas, o nome principalmente, eu uso o abecedário. Assim, começo mentalmente :”A, B, C, D, E, F, G...” Quando chega na letra, o nome volta e eu lembro.”

Repetição

A repetição é o ato ou efeito de voltar a fazer ou dizer algo já feito ou dito para tentar relembrar de algum fato esquecido.⁽²⁷⁾

“No dia eu vou guardar alguma coisa, eu fico repetindo onde eu estou pondo, aí ativa mais.”

Rotina

A rotina é o hábito de fazer uma coisa sempre do mesmo modo, ocorre uma repetição das mesmas coisas a fim de evitar o esquecimento.⁽²⁸⁾

“ Por exemplo, vem alguém para comer ou qualquer coisa assim, você naquela confusão de estar preparando isso, preparando aquilo, arrumando talher, arrumando isso, às vezes alguma coisa fica para trás, a gente na hora assim não lembra de tudo, mas não é rotina? Procuro manter uma rotina para não esquecer as coisas.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória promove a saúde dos idosos, na medida em que favorece a realização de tarefas do cotidiano tais como: uso de medicamentos (lembrar-se dos horários, doses, tipos de remédios), realização de atividades básicas da vida diária que compreendem preparação dos alimentos, gestão do dinheiro, uso do transporte público, tarefas domésticas, compras em supermercado, participação de grupos de convivência, cuidados com a saúde, dentre outras.

Da mesma forma como o processo do envelhecimento é individual, ou seja, cada pessoa reage às mudanças e estabelece meios de equilíbrio de forma específica, os estímulos necessários à memorização também parecem ser distintos a cada pessoa. Cada qual possui seus métodos e técnicas que avaliam como pertinentes para evitar o esquecimento em suas rotinas diárias.

Podemos notar nos relatos que a percepção das idosas avaliadas em questão, a perda de memória não é um fato preocupante, pois cada uma apresenta uma maneira diferente de rememorar fatos e, além disso, todas são idosas ativas e inseridas na sociedade e sempre estão em contato em um ambiente saudável e intergeracional com a atualidade dos conhecimentos, estimulando assim seu cérebro.

A enfermagem pode contribuir para essa perspectiva de manter uma boa memória no idoso com estímulos da memória através de repetição de pensamentos, recordações de experiências passadas e vividas, implementação técnicas de memorização apropriadas com recursos visuais, mnemônicos, indicadores de memória e elaboração de listas, oportunidades para o uso da memória em eventos recentes, encorajamento do idoso a participar de programas de grupo para treinamento de memória, entre outros. O contato com o idoso num ambiente fora da realidade hospitalar é de grande relevância para o processo de aprendizagem. Torna-se fundamental que a Enfermagem não esteja focada somente na assistência ao idoso portador de doenças, mas que atue também na promoção, manutenção e recuperação da saúde desse ser humano, focando em sua autonomia e independência.

REFERÊNCIAS

1. de Souza JN, Chaves EC. O efeito do exercício de estimulação da memória em idosos saudáveis. Rev Esc Enferm USP. 2005;39(1):13-9.
2. Yassuda MS. Memória e Envelhecimento Saudável. In: de Freitas EV, Py L, et al editoras. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 2nded. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 914- 919.
3. Hanna KM Antunes HKM, Santos RF, Cassilhas R, Santos RVT, Bueno OEA, de Mello MT. Exercício físico e função cognitiva: uma revisão. Rev Bras Med Esporte. 2006;12 (2): 97-103. [internet] [cited 2015 Nov 19] Available from: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-86922006000200011>
4. Izquierdo I. A arte de esquecer- cérebro e memória, 2nd rev. Ed. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.p 32-35.
5. Izquierdo I. Memórias. 1989 May/Aug; 3: 89-112. [internet] [cited 2015 Nov 19] Available from: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000200006>
6. Charchat HF, Moreira IFH. Memória e envelhecimento. Revista do Hospital Universitário Pedro Ernesto, UERJ. 2008 Jun;7(1):52-6.
7. Scoralick-Lempke NN, Barbosa AJG. Educação e envelhecimento: contribuições da perspectiva *Life-Span*. Estudos de Psicologia. 2012 Out-Dez; 29(Supl.): 647s-55s.
8. Lefevre F, Lefreve AM. O discurso do sujeito coletivo: um enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). EDUCS; 2003. 256 pg.
9. Moscovici S. Representações sociais: investigação em psicologia social. Vozes; 2003. 404pg.
10. Bauer M, Aarts B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 7nd ed. Vozes; 2008. cap.2, p. 39-63.
11. Nilsson B, Lindstrom UA, Naden D. Is loneliness a psychological dysfunction? A literary study of the phenomenon of loneliness. Scand J Caring Sci, 2006;20, 93-101.
12. Lee Poncin M. Pense melhor, viva melhor: um guia prático de ginástica cerebral. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Salamandra; 1989.

13. Clare, Woods, Moniz Cook, Orrell, & Spector, 2003.
14. Stein, L. M., & Pergher, G. K. (2001). Criando falsas memórias em adultos por meio de palavras associadas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(2), 353-366.
15. Jolles J, Verhey FR, Riedel WJ, Houx PJ. Cognitive impairment in elderly people. Predisposing factors and implications for experimental drug studies. *Drugs Aging* 1995; 7(6):459-79.
16. Yassuda, M.S., Batistoni, S.S.T., Fortes, A.G. & Neri, A.L. (2006). Treino de memória no idoso saudável: benefícios e mecanismos. *Psicol. Reflex. Crit.*, 19(3), 470-481.
17. Hanninen T, Soininen H. Age-associated memory impairment. Normal aging or warning of dementia? *Drugs Aging* 1997; 11(6):480-9.
18. Lazarus RS, Folkman S. Stress, appraisal and coping. New York: Springer; 1984.
19. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.443- 481.
20. KRAL, V. Senescent forgetfulness: benign and malignant. *Le Journal de l'Association Medicale Canadienne*, v. 86, p. 257-260, 1962
21. Albert MS, Heller HS, Milberg W. Changes in naming ability with age. *Psychol Aging* 1987;5:94-102.
22. Faro J.P, Mestrado de Neurociências Cognitivas e Neuropsicologia, Dissociação entre Memória Prospectiva e Memória Retrospectiva numa População Idosa: Contributo para a Validação do PRMQ. Set 2013.
23. Jornal Estado de São Paulo Web (BR), Cultura Estadão. Memória e anotações, in <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,memoria-e-anotacoes-imp-,775929>, busca em 19/09/2016.
24. Ballone GJ, Moura EC - Curso de Psicopatologia: Atenção e Memória, PsiqWeb in <http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=201>
25. Significados. Organização e memória. In <https://www.significados.com.br/organizacao/>, busca em 19/09/2016.
26. [Dell'Isola](#) A, Você já ouviu falar em mnemônica? In *Papo de homem*.
27. Almeida L.P, Atallah F.M.R, O conceito de repetição e sua importância para a teoria psicanalítica, *Ágora* (Rio J.) vol.11 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2008.
28. Baltazar M, Saúde: Esquecimento natural precisa de atenção, Unicamp 2013

CATEGORIA 2

METODOLOGIAS E INOVAÇÕES

NAS PRÁTICAS DE EXTENSÃO

POPULAR

PRÁTICA DA EXTENSÃO POPULAR INTEGRADA NAS ATIVIDADES DE PESQUISA E APRENDIZADO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Luis de la Mora¹; Felipe Machado de Moraes²

¹ Doutor em Sociologia, Especialista em Urbanismo, Coordenador da Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizado (CIAPA), Unidade de Produção do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e da Comissão de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: luis_de_la_mora@hotmail.com; ² Mestrando em Desenvolvimento Urbano – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Especialista em Direitos Humanos. Economista. E-mail: fmoraes@ymail.com;

RESUMO

Depois de definir o caráter específico da Extensão Popular, voltada para a emancipação política, social e cultural dos membros das coletividades que irão protagonizar processos de conquista de direitos e promoção da cidadania, traduzidos em empoderamento, afirmação da sua identidade coletiva e melhoria das condições de vida, passamos a definir os princípios e estratégias que devem nortear a concepção e implementação de projetos de Extensão Popular, onde descrevemos as inovações introduzidas na prática, terminando a comunicação com o relato de uma experiência de 10 (dez) anos segundo as diretrizes aqui apresentadas.

Palavras-Chaves: Extensão Popular. Inovações na prática. *Ecologia de Saberes*. Comunidades de aprendizagem. Redes articuladas.

INTRODUÇÃO: A UNIVERSIDADE E A EXTENSÃO POPULAR

A universidade brasileira, de acordo com as Diretrizes Básicas da Educação Nacional (1996) e as sucessivas versões de Planos Nacionais de Educação (PNE), onde destacamos a Educação Superior, coloca a extensão universitária com destaque como meio de estimular e orientar a produção do conhecimento científico, missão fundamental da universidade. A extensão

universitária deixa de ser a dimensão mais frágil do tripé ensino, pesquisa e extensão, para tornar-se fonte e finalidade da formação universitária.

A extensão, tanto pode dirigir-se qualquer uma das dimensões que configuram o nosso arcabouço sócio-político e econômico. Os projetos extensionistas voltados para o fortalecimento da relação universidade-empresa, universidade-mercado são freqüentes nos programas de estágio obrigatório dos estudantes universitários, assim como, os projetos de extensão são direcionados para colaborar com os governos municipais, estaduais ou federais na implementação das políticas públicas. Cada uma destas duas variantes de extensão tem suas peculiaridades que devem ser preservadas para uma inserção da universidade com a empresa ou com os organismos governamentais. Se por um lado, a extensão empresarial volta-se para contribuir com a rentabilidade dos investimentos e eficiência da ação empresarial, por outro, a extensão governamental prima pelo fortalecimento da eficiência das políticas públicas, buscando através do volume e qualidade dos serviços, demonstrar a eficácia e eficiência dos órgãos públicos, aumentando sua credibilidade perante os cidadãos-eleitores, facilmente transformada em vitória eleitoral.

A Extensão Popular destina-se a promover não apenas o bem-estar da população historicamente excluída ou explorada no mercado de trabalho, espoliada de serviços públicos e dominada politicamente mediante mecanismos de subordinação e alienação montados pelos setores dominantes da sociedade. A Extensão Popular não é assistencialista, mas estruturadora de mudanças sociais. Por isto, deve ser realizada de forma a promover o empoderamento dos explorados, espoliados e dominados⁷, evitando atitudes bem intencionadas, mas negativas de realização da extensão *para* e não *com* os destinatários⁸.

Se o objetivo da Extensão Popular é o de promover a emancipação dos dominados, a ruptura das condições da exploração da sua força de trabalho e como consequência disto, ter acesso a condições de vida que possibilitem o seu bem-estar com estabilidade e dignidade, a Extensão Popular deve implementar-se de forma integral, em harmonia com medidas que fortaleçam a capacidade produtiva das pessoas, sua identidade sócio-cultural, empoderamento político, equilíbrio ecológico e promoção do desenvolvimento pessoal, social e comunitário

⁷ CASTELLS, Manuel. *La cuestión Urbana*, 1972.

⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 1968

plenamente sustentável. Com isso, a universidade, e em particular, a universidade pública deve assumir as praticas extensionistas não apenas como expressão da responsabilidade social, mas principalmente como fonte, orientação e estímulo à produção e difusão do conhecimento entre docentes e discentes⁹.

DESENVOLVIMENTO - PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS E ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS PARA A EFETIVAÇÃO DA EXTENSÃO POPULAR.

Da argumentação introduzida acima, desprende-se que a prática da Extensão Popular deve ser efetivada seguindo os seguintes princípios pedagógicos:

1. Desenvolvimento dos projetos pedagógicos da Extensão Popular não apenas como efetivação da responsabilidade social da universidade, mas como origem, orientação e estímulo ao processo universitário de produção do conhecimento. Isto se concretiza mediante o reconhecimento institucional do valor da extensão como componente formativo dos universitários, conferindo as atividades de extensão os respectivos créditos acadêmicos outorgados as atividades de ensino e pesquisa, dotando-a de instalações físicas e recursos humanos e materiais equivalentes. Significa a efetivação da indisociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.
2. Estabelecimento de práticas pedagógicas emancipadoras, rompendo com atitudes paternalistas e assistencialistas de ajuda aos necessitados, substituindo-as por atitudes que valorizem a dignidade e iniciativas dos destinatários. Rompimento com as atitudes de cunho arrogante, baseados na superioridade do saber científico e técnico, sobre o saber popular. Para isto, é preciso que os membros das equipes extensionistas, cultivem a ideia da importância da “Ecologia de Saberes” ¹⁰, onde possam enriquecer-se mutuamente as diferentes modalidades de saber, dialogando entre si de forma mutuamente respeitosa. Superar as atitudes que a universidade e os universitários, docentes, discentes ou funcionários são depositários do saber e que saem dos seus muros para iluminar com sua sabedoria

⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

¹⁰ Sobre a *Ecologia de Saberes*, ver: SANTOS, 2006, p. 137-165.

os ignorantes que estão fora dela. Paulo Freire ensinava-nos que: *“não tem ninguém que saiba tudo, nem ninguém que não saiba nada... sabemos coisas diferentes, e aprendemos em diálogo”*. Isto implica na necessidade de respeitar, e mais ainda, promover o protagonismo dos destinatários do projeto de extensão. Como o direito ao emprego, à educação, à saúde, à moradia, o bem-estar é um direito das pessoas, e, como tal, os direitos se conquistam, as dívidas se agradecem, gerando a atitude paternalista a continuação da situação de subordinação dos supostos beneficiados. Se os direitos se conquistam, isto exige que sejam conquistados por sujeitos de direitos, e estes sujeitos devem agir com protagonismo. O bem-estar concedido reproduz a subordinação, o bem-estar resultado de uma luta pela conquista de direitos, robustece os sujeitos. A Extensão Popular realiza-se como resposta a uma iniciativa dos representantes da coletividade que protagonizará o seu processo de defesa ou promoção dos direitos que a Extensão Popular irá apoiar. Por este motivo, concebe-se, formula-se e desenvolve-se um projeto de Extensão Popular a pedido e com a participação dos representantes da coletividade em questão. Nunca realizar uma atividade de extensão por iniciativa externa a vontade dos sujeitos do direito que são os que irão conduzir o processo emancipatório, com o apoio organizacional e técnico dos agentes extensionistas.

3. As relações entre a universidade e os destinatários dos projetos de Extensão Popular, respeitadas e equilibradas, apontadas acima, devem refletir-se de forma coerente nas relações entre o coordenador do projeto de Extensão Popular, sua equipe pedagógica, funcionários e estudantes de todos dos níveis: graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. A frase de Paulo Freire: *“Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender”* deve fundamentar esta atitude. O projeto de Extensão Popular deve implementar-se na forma de rede, onde todos os seus componentes assumam a mesma responsabilidade, não tendo portando hierarquias internas. Montar equipes de trabalho, coordenados por alguns dos seus membros, nas quais os professores e o coordenador façam parte dessa equipe, articulada em rede. Funcionando como uma verdadeira comunidade de aprendizagem.

4. Interdisciplinaridade. Se os direitos humanos, os direitos sociais, base de uma promoção da dignidade humana das pessoas, tem como pressuposto fundamental a integralidade, as ações dos projetos de Extensão Popular devem assumir uma dimensão multidisciplinar para promover integralmente as pessoas e categorias sociais destinatárias do projeto. Os direitos humanos, a promoção do bem-estar preservam essa dimensão interdisciplinar ou não serão sustentáveis. O caráter de interdisciplinaridade leva-nos a quebrar a departamentalização que caracteriza nossas universidades. Uma forma de rompimento desta situação perniciosa consiste na criação de institutos e projetos interdepartamentais, que congreguem docentes, discentes e funcionários de diversos departamentos entorno de um projeto comum.
5. Interinstitucionalidade. A universidade tem muitos valores e um enorme potencial de atuação. Mas, ao mesmo tempo tem enormes limitações, que obrigam-nos a efetivar parcerias externas, com outras instituições, dotadas de riquezas complementares às nossas, tais como outras universidades, centros de pesquisa, ONGs, organizações populares e mesmo organismos públicos e empresas. No entanto, deve ficar sempre muito presente a ideia de que a articulação inter-institucional não deve confundir-se com assimilação que leva-nos a perda da nossa identidade. Articulação não é integração. Articulação que pode assumir diversas modalidades em virtude do grau de identidade entre as instituições participantes, a saber:
 - Articulação convergente, que ocorre quando duas organizações tem um objetivo comum e se põem de acordo em persegui-lo, mantendo cada uma dela total autonomia de procedimentos e gestão.
 - Articulação complementar, que exige uma maior sintonia processual entre as organizações, quando o produto de uma constitui insumo para atuação da outra. Isto exige, além da definição do objetivo com, um acerto preliminar entorno do tipo de produto, suas qualidades e o prazo para disponibilizá-lo para que a outra, o assuma, como insumo e continue o projeto até atingir o objetivo comum para ambas organizações.
 - Articulação conjunta ocorre, quando duas organizações, além de terem o mesmo objetivo, tem suficiente afinidade processual que permita a constituição de equipes que atuem conjuntamente e principalmente uma equipe de coordenação

colegiada, sem que nenhuma das duas organizações se sobreponha em hierarquia sobre as outras. Entendemos que esta é a forma de articulação interinstitucional mais consistente e efetiva das três apontadas aqui.

6. Integração do ensino, a pesquisa e a extensão numa única atividade que implique nas três dimensões. O que implica que utilizamos o tempo ofertado pelos programas de ensino, realizando a extensão, como prática de aprendizado, dentro da carga horária das disciplinas regulamentadas pelas pró-reitorias acadêmicas e de pós-graduação. Igualmente, não pleiteamos bolsas de extensão, uma vez que os membros do projeto são na sua maioria pesquisadores dotados com bolsas dos organismos de fomento a pesquisa. Se a extensão faz parte do processo de aprendizado, e a pesquisa é o meio de gerar conhecimento, a extensão é financiada pelas bolsas de pesquisa dos pesquisadores. É claro que na medida em que os órgãos contratantes de projetos de Extensão Popular disponham de recursos, realizamos acordos de cooperação técnica através dos quais outorgamos bolsas para os estudantes do projeto que não dispõem de financiamento para suas pesquisas. Mas de modo geral, realizamos a Extensão Popular com recursos das pesquisas dos mestrandos, doutorandos ou iniciação científica, e no tempo disponibilizado pelas cadeiras obrigatórias ou eletivas, nas quais os alunos estão matriculados. Adoção de inovações na prática da Extensão Popular no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

I. CONTEXTO:

Em Novembro de 2006 foi realizado em São Paulo um Seminário Internacional promovido pela ONG Habitat para Humanidade sobre PRODUÇÃO SOCIAL DO HABITAT. ESTRATÉGIAS ORGANIZATIVAS PARA A ELIMINAÇÃO DA MORADIA INADEQUADA NO CONTEXTO AMERICA LATINA, com apoio do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Habitat Nações Unidas, *Habitat International Coalition* – América Latina, com a participação das quatro articulações nacionais dos movimentos que lutam pelo direito à cidade e à moradia no Brasil, Prefeituras, Governos de Estados, Universidades, ONGs. Os participantes redigiram e aprovaram a Carta de São Paulo, que entre outros compromissos,

afirmou que “Fica acordado sustentar os aportes de ideias que contribuam para desestruturar os paradigmas tradicionais de formação e atuação nesta problemática, assumindo a complexidade e diversidade sócio-cultural, físico-espacial e político-econômica, que a mesma possui”. Inspirados neste compromisso, em Janeiro de 2007 apresentamos ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) a proposta da disciplina eletiva de Produção Social do Habitat que a cada ano enfoca aspectos diferentes, em função dos interesses dos pesquisadores envolvidos. Os participantes da primeira disciplina, realizada de Agosto à Novembro de 2007 elaboraram uma publicação básica sobre o conceito e fundamentos da PSH, a partir dos produtos dos 06 (seis) grupos temáticos que foram constituídos.

A Produção Social do Habitat, diferentemente da produção mercantil que visa lucro e da produção estatal que visa popularidade do governante, visa fundamentalmente o bem-estar da população e a conquista do direito à cidade e à moradia. Desde esse ano, o MDU vem oferecendo, primeiro anualmente, e agora a cada semestre, a disciplina eletiva Tópicos Especiais de Gestão Urbana que aborda as estratégias para efetivar o direito à cidade e à moradia por parte das categorias sociais historicamente excluídas, através de processos de Produção Social do Habitat, que exigem o protagonismo na decisão e na ação dos moradores, na qualidade de sujeitos do direito à Cidade, além da sua articulação com movimentos sociais, organizações da sociedade civil, empresas e órgãos públicos,

A Comissão de Direitos Humanos Dom Helder Camara, fundada na UFPE em 1998, e reconhecida pelo Conselho Universitário como órgão relevante de utilidade pública na UFPE, que conta uma linha de atuação na defesa da Inclusão Urbana, Direito a Cidade e à Cidadania que oferece apoio técnico às famílias mais pobres que ocupam os assentamentos precários que devem ser melhorados e legalizados no marco institucional do Prezeis, assim como aos militantes das organizações sem teto para discutir estratégias a serem adotadas para conquistar o direito à moradia digna e segura.

II. PRINCÍPIOS DIDÁTICOS:

Princípios, inspirados nas diretrizes promulgadas pelo MEC para o ensino superior vem a cada ano afirmando-se na prática desta iniciativa.

1. Substituição da didática centrada nos conhecimentos do professor, pela montagem de uma comunidade de aprendizagem, onde o conhecimento é o resultado da discussão do conhecimentos e experiência de que são portadores dos participantes. As sessões são organizadas na modalidade de rodas de diálogo.
2. Reconhecendo a riqueza da diversidade de saberes: científico, técnico, popular, e dentro do científico valorando os vários níveis de ensino, participação desta iniciativa baseada na ecologia de saberes, são convidados a participar dela, alunos do mestrado e doutorado, do MDU e de outros programas; alunos de graduação de cursos afins à temática, dirigentes e técnicos de órgãos públicos e de ONGs, militantes dos movimentos sociais e membros de organizações de base ou empresas de planejamento urbano e habitacional, militantes dos movimentos sem teto.
3. Multi, Inter e Transdisciplinariedade. Reconhecendo que os problemas urbanos são de grande complexidade, envolvendo aspectos culturais, institucionais, legais, econômicos, sociais, ambientais, etc. A abordagem adotada na CIAPA, a partir do perfil dos seus membros, privilegia a multi, inter e trans-disciplinariedade, encontrando nos cursos de pós-graduação promovidos pela Comissão de Direitos Humanos Dom Helder Camara e no próprio o MDU o ambiente propício para esta abordagem.
4. Produção social do conhecimento a partir da prática, oferecendo apoio e colaboração a projetos de Produção Social do Habitat que o tenham solicitado. Os participantes desta comunidade de aprendizagem, para poder construir subsídios sólidos e válidos, precisam aprofundar o conhecimento da realidade social, econômica, cultural, urbana, organizacional das comunidades e seus assentamentos, assim como as teorias que contribuem para a compreensão de tais fenômenos, e métodos e técnicas as mais apropriadas para a coleta, tratamento de informações e estratégias de intervenção.

5. Realização de pesquisas, que direta ou indiretamente respondam aos interesses dos mestrandos e doutorandos, assim como das organizações envolvidas e principalmente dos moradores das áreas e aglomerados urbanos com os que interagiremos em 2014, através de projetos de extensão: Apoio técnico para melhora das condições de habitabilidade nas casas da Vila do Vintém; Apoio Técnico para fortalecer e consolidar a qualidade do habitat socialmente produzido pelas 200 famílias do Conjunto Dom Helder, Formação continuada dos participantes do Programa de Regularização das Zonas Especiais de Interesse social.
6. Os resultados das atividades dos envolvidos são tridimensionais:
 - a.) **Extensão:** Oferta de assessoramento técnico para os sujeitos sociais envolvidos em cada um dos projetos relacionados.
 - b.) **Pesquisa:** identificação dos métodos e procedimentos de coleta, organização, tratamento e análise dos dados mais adequados para cada parcela da realidade física e social estudada, para servirem de pesquisas piloto, de pequena escala, para as dissertações e teses dos participantes.
7. Relatórios de pesquisa e textos acadêmicos para aferição do aprendizado dos alunos matriculados formalmente nas disciplinas, seja do MDU, seja do Programa de Mestrado em Direitos Humanos. Estes produtos são apresentados em forma de comunicações individuais, de grupos ou coletivas, de todos os participantes, em Seminários, Congressos e Colóquios presenciais e virtuais (a distância).
8. Vinculações internacionais. Desde a primeira edição desta Comunidade de aprendizagem, buscamos inovar a prática didática mediante o diálogo com experiências análogas desenvolvias por pesquisadores de outros países, da América Latina e Europa. A cadeira faz parte desde 2006 da Rede Latino americana de cátedras de vivenda (habiat urbano) que reúne mais de 50 cátedras coordenadas por pesquisadores argentinos, uruguaios, Chilenos, colombianos e brasileiros, que realizam encontros anuais para intercâmbio de experiências e aprendermos uns com os outros. O encontro de 2016 será realizado na Universidade Veracruzana, na cidade de Xalapa, México. Desde sua instalação, tem participado da CIAPA mestrandos, doutorandos e docentes em estágio de pós-

doutorado de México (07 mestrados e dois pós-doutores), França (03 doutorandos e 05 mestrados), Holanda (02 docentes e um mestrando), Canadá (uma mestranda), Argentina (uma doutoranda), Alemanha (01 mestrando). O atrativo internacional da iniciativa que alia ensino, pesquisa e extensão, fundamenta-se nas oportunidades que a Extensão Popular, efetiva em forma de rede de aprendizagem oferece aos pesquisadores nacionais e internacionais.

III. TEMAS PARA O SEMESTRE 2016.2:

Os projetos de extensão universitária, nos quais desenvolveremos nossas pesquisas e que fundamentarão o aprendizado de todos os participantes, propostos são:

a) Reforço a capacidade operacional do Prezeis para acelerar e consolidar os processos de legalização fundiária, elaboração de planos urbanísticos e de projetos de infra-estrutura em 13 ZEIS do Recife.

Em 1983, a administração municipal reconheceu que 27 assentamentos ocupados de forma ilegal pela população pobre, com precaríssimas condições de habitabilidade deveriam ser declaradas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, para que através de processos efetivamente participativos, a população pudesse permanecer nos seus locais, melhorando a qualidade de vida através de projetos de infra-estrutura urbana. Nasceu assim em 1987 o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – PREZEIS, que congrega atualmente 66 assentamentos dispersos por todo o território municipal.

Em cada ZEIS são eleitos dois representantes, com seus respectivos suplentes, para que junto com representantes da administração municipal, para formar a Comissão de Urbanização e Legalização – COMUL, que é responsável pela elaboração de propostas, acompanhamento e avaliação dos projetos de legalização, elaboração dos planos urbanísticos e implantação de obras de infra-estrutura. Os representantes das COMUL's reúnem-se mensalmente, na última sexta feira de cada mês, no Fórum do Prezeis, para discutir e tomar decisões sobre as questões gerais do funcionamento do PREZEIS.

O Fórum é coordenado por uma comissão de cinco membros, assim composta: três membros do segmento popular, um representante da Prefeitura e um Membro de uma ONG. Para apoiar tecnicamente as funções do Fórum, foram criadas três câmaras temáticas, compostas por técnicos da prefeitura, representantes de ONGs e membros do segmento popular das ZEIS, a saber:

- Câmara de Urbanização, responsável pela realização de diagnósticos avaliativos das condições de habitabilidade e apresentação de propostas de Planos Urbanísticos, e Projetos de infraestrutura nas ZEIS,
- Câmara de Legalização, responsável pela supervisão dos processos de regularização fundiária das ZEIS.
- Câmara de Finanças, responsável pela gestão do Fundo do Prezeis.

O PREZEIS atravessa uma fase de desgaste político institucional e consequente diminuição no ritmo das obras de infraestrutura e serviços de regularização fundiária, decorrente dos seguintes fatores:

- a) Agressividade crescente dos empresários imobiliários que pressionam o poder local para esvaziar um programa que retira do mercado grandes áreas estrategicamente localizadas para a avidez mercantil dos empreendedores;
- b) Fragilidade do poder municipal perante as investidas dos seus financiadores de campanhas;
- c) *Aburguesamento* e burocratização das lideranças populares, que devido a vínculos políticos ou funcionais diminuem sua combatividade na defesa do direito à cidade;
- d) Apoio a elaboração e implementação de planos de legalização fundiária;
- e) Apoio à elaboração e implementação dos planos urbanísticos;
- f) Mecanismos de divulgação do Prezeis nas comunidades e na sociedade.

a.1.) Procedimentos:

Formação de subgrupos para estudo e desenvolvimento teórico de temas específicos aos interesses dos membros, assim como a realização de pesquisas de campo em áreas e temas também de interesse dos participantes.

Cada grupo terá um coordenador e definirão seu próprio plano e ritmo de trabalho, apresentado para o grande grupo no intuito de partilhar conhecimento e estabelecimento de processos capilares de colaboração inter grupos.

O grande grupo reunirá-se para definição de rumos e ritmos das atividades e realização da socialização dos resultados setoriais produzidos por cada grupo.

Temas sugeridos:

- a) Mecanismos para reforço da participação da população nas atividades do Prezeis;
- b) Formação política e técnica dos membros das COMUL's e Câmaras;
- c) Reestruturação institucional do Prezeis;
- d) Representação da UFPE no Conselho da Cidade.

b.) Grupo de apoio a representação da UFPE no Conselho da Cidade.

Nos anos 2000 foi implantado um sistema de gestão participativa do desenvolvimento urbano através das Conferências e Conselhos das Cidades a nível municipal, estadual e nacional, para formulação democrática e articulada dos planos de desenvolvimento urbano e controlar distorções urbanísticas, ambientais, sociais, que comprometem a qualidade de vida para todos os habitantes das cidades.

Na última Conferência Municipal da Cidade, realizada em Junho último, os professores Danielle de Melo Rocha e Luis de la Mora, onde além de frear propostas excludentes apresentadas pelos empresários do mercado imobiliário, fomos eleitos como representantes da UFPE no Conselho Municipal da Cidade. Os dois representantes da UFPE firmaram o compromisso de atuar de forma colegiada, para exercermos legitimamente e com a maior transparência possível nossa representação. Mesmo que um dos dois apareça formalmente como titular e o outro como suplente, internamente não haverá essa distinção, podendo um ou outro exercer a titularidade.

Igualmente assumimos a estratégia de montar um grupo de estudo e pesquisas que se debruçando sobre os temas em pauta de discussão no Conselho, possam fornecer sua colaboração para levarmos ao pleno do Conselho uma posição o mais representativa do coletivo que estamos representando.

Será proposta a criação de vários grupos temáticos, compostos de pesquisadores da CIAPA, para ao longo do ano produzir análises que fundamentem a propostas que iremos apresentar e defender, junto com outras organizações dos movimentos sociais e organizações populares defendem o direito à cidade.

3.2.1. Formalização:

Os participantes que desejarem formalizar academicamente a participação nesta atividade poderão fazê-lo segundo seu próprio perfil, conforme indicado abaixo:

CATEGORIA	PROCEDIMENTO
Estudantes do MDU (Mestrado e Doutorado)	Matrícula no Sistema de Informações e Gestão Acadêmica (SIGA) em agosto e Obtenção de certificado da Pró-Reitoria de Extensão.
Estudantes de Outros Mestrados e Doutorados, inclusive do exterior Profissionais de ONGs e organismos públicos sem vínculo acadêmico com a UFPE.	Solicitação de autorização a Coordenação do MDU como alunos especiais, através da secretaria do MDU, em agosto. Obtenção de certificado da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE.
Profissionais de ONGs e organismos públicos sem vínculo acadêmico com a UFPE	Solicitação de autorização a Coordenação do MDU como alunos especiais, através da secretaria do MDU, em agosto. Obtenção de certificado da Pró-reitoria de Extensão.
Estudantes de Graduação	Obtenção de declaração da coordenação da disciplina eletiva

	Tópicos Especiais em Gestão Urbana: Produção Social do Habitat para ser encaminhada a coordenação do respectivo curso para contabilização como Atividade Suplementar. No final da disciplina obterá certificado da Pró Reitoria de Extensão da UFPE.
Militantes de movimentos sociais e organizações populares sem curso superior	Obtenção de certificado da Pró-Reitoria de Extensão.

3.2.2. Temas e áreas de pesquisa e ação (Para discussão, inclusão, exclusão de temas).

- Discussão dos fundamentos teóricos e formas de efetivação real da remoção, erradicação de favelas; urbanização, requalificação renovação urbana;
- Produção Social do Habitat, participação protagonista dos moradores - sujeitos do direito à cidade e à moradia;
- Evolução da política urbana e habitacional do Brasil;
- Fragmentação Espacial, heterogeneidade dos aspectos físicos da cidade, uso e ocupação do solo, localização dos tipos de uso e ocupação do solo;
- Segregação social, sociabilidade e territorialidade, tipos de relações sociais: econômicas, compra e venda (ou roubo) de produtos e serviços, esportivas, lúdicas, afetivas, religiosas;
- Escala de Distância Social de Bogardus, graus de formalidade ou informalidade das relações, eventualidade ou continuidade; espontaneidade ou caráter coercitivo;
- Homogeneização das condições de habitabilidade e tipos e natureza da inserção social de aglomerados familiares nos ambientes interno (famílias com características econômicas, sociais e culturais semelhantes) e externos (famílias e agentes com características diferentes);
- Durkheim: as solidariedades mecânicas e orgânicas. Alain Touraine e os Princípios de identidade de oposição e de totalidade.

c) Projeto de assistência técnica para assegurar a qualidade do habitat socialmente produzido - Conjunto Dom Helder Camara.

- Reforço dos vínculos solidários.
- Planejamento, gestão e cuidados dos espaços coletivos; Creche, quadra, parque infantil, estacionamento, áreas verdes.
- Diálogo e interações com os vizinhos do entorno.
- Conclusão dos processos de regularização fundiária e Habite-se.
- Educação Ambiental e gestão do condomínio.
- Correção do sistema de esgoto condominial.

IV. PESQUISAS:

- Aferição da participação na gestão e na ação solidária, na Comunidade Dom Helder, para manter a qualidade do habitat.
- Aferição da Origem, Grau, Nível e Matéria das interações dos membros do Conjunto Dom Helder com seus vizinhos.

V. PROGRAMAÇÃO:

Em virtude da vinculação institucional dos participantes ser diversificada, com horários disponíveis diferenciados, optou-se pela realização das sessões da atividade no horário vespertino, das 17h 30 min. às 20h 30 min.

Para dar oportunidade a realização de pesquisas bibliográficas e leituras, assim como observação direta e indagações mediante a aplicação de questionários, realização de entrevistas ou grupos focais, as sessões serão realizadas por ciclos de três dias por semana, deixando duas semanas de intervalo para a realização das atividades.

Está prevista a realização de sessões de trabalho dos grupos, nos locais de atuação para facilitar o dialogo com os parceiros e permitir a participação de um maior número de pessoas da área.

VI. AVALIAÇÃO:

A aferição do aproveitamento da iniciativa será efetuada mediante a avaliação o desempenho dos participantes em termos de assiduidade e dedicação as atividades de ensino, pesquisa e extensão, materializada na qualidade do

trabalho individual onde fiquem registrados os elementos teóricos e metodológicos a serem incorporados na respectiva pesquisa individual do participante

CONCLUSÃO

A reflexão de uma prática extensionista inovadora no campo do direito à cidade e à moradia com estudantes brasileiros e estrangeiros nos últimos dez anos levou-nos a adotar princípios e estratégias que modificaram radicalmente a forma de produzir e divulgar o conhecimento no âmbito da universidade.

Podemos elencar as inovações adotadas e testadas como adequadas para a obtenção de resultados positivos para as coletividades participantes, em termos de melhoria da qualidade de vida, auto-estima e afirmação da sua dignidade como pessoas e cidadãos sujeitos de direitos.

Resultados positivos na formação de novas gerações de pesquisadores, planejadores, gestores, executores e avaliadores de projetos e programas voltados para a promoção e defesa da cidadania das coletividades exploradas, espoliadas e dominadas.

Apontamos entre as inovações:

- a) A realização da Extensão Popular integrada de fato e formalmente nas atividades de pesquisa e de ensino na graduação e na pós-graduação.
- b) Priorizar os métodos e técnicas de pesquisa-ação ou ao menos de pesquisa participante, para integralizar a extensão com as atividades de pesquisa e o aprendizado de todos os participantes: professores, funcionários, estudantes e parceiros.
- c) Protagonismo dos membros das coletividades na formulação, gestão e avaliação dos projetos. Cabendo a eles a condução do processo. Os universitários são apenas assessores.

d) Atuação da equipe como comunidade de aprendizagem sem hierarquias definidas institucionalmente. A liderança nas atividades é mutante em função das habilidades e disponibilidade dos membros da equipe.

e) Articulação com outras instituições de natureza diferente afim de oferecer uma ação interdisciplinar que contemple diversas dimensões, capaz de assegurar a sustentabilidade econômica, social, cultural, ambiental e política do projeto.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. La cuestión urbana (1972), tr. IRENE C. OLIVAN, Siglo XXI, págs. 107-117.

FREIRE, Paulo (1975) Pedagogia do Oprimido, Porto: Afrontamento 1a ed. 1970, Nova Iorque, manuscrito em português de 1968.

SANTOS, Boaventura de Souza (2006). A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR: UMA PROPOSTA CONTRA-HEGEMÔNICA À EDUCAÇÃO JURÍDICA TRADICIONAL

Evanderson Camilo Noronha¹; Lincon Sousa Aguiar²; Juliana Maia³; Talita Ananda Corrêa⁴

¹ Bacharelado em Direito pelo Programa de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Oeste do Pará. Membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Cabano. E-mail: evandersonnoronha@gmail.com; ² Bacharelado em Direito pelo Programa de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Oeste do Pará. Membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Cabano. E-mail: linconaguiar97@gmail.com; ³ Bacharelada em Direito pelo Programa de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Oeste do Pará. Membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Cabano. E-mail: julianavasm@gmail.com; ⁴ Acadêmica do Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: talitaananda_stm@hotmail.com.

RESUMO

Neste trabalho buscou-se discutir a implementação da extensão nos cursos de Direito. Constata-se, porém, que a realização da extensão não tem sido usual, com exceção da prática jurídica, que, em verdade, é uma fase da aprendizagem forense obrigatória. Ademais, analisou-se de forma crítica a experiência do estágio curricular ou obrigatório, relacionando-a com a propalada crise do ensino e da educação jurídica. Questiona-se, por fim, se esse estágio, na sua atual conformação, cumpre os objetivos a que se propõe e sugerindo propostas de alternativas à educação jurídica hegemônica, como a assessoria jurídica universitária popular (AJUP) e a educação popular. Objetivou-se, também, com isso contribuir com a construção e a consolidação da assessoria jurídica popular enquanto marco teórico-metodológico.

Palavras-Chave: ensino jurídico; prática jurídica; assessoria jurídica popular; extensão universitária; educação popular.

1. Introdução

A complexa realidade socioeconômica brasileira (com desigualdades sociais, má distribuição das riquezas, violação de direitos humanos, injustiças, falta de políticas públicas que efetivem os direitos básicos do ser humano, entre outros fatores) gera inúmeros conflitos envolvendo grupos e coletividades marcados pelas violações aos direitos fundamentais da pessoa humana e privações do acesso à justiça.

Frente a essa realidade, questiona-se a função social da universidade e suas (in)capacidades em influir efetivamente na transformação da realidade. Entende-se, que a principal função da universidade é a produção de respostas aos problemas sociais através do ensino, da pesquisa e extensão, sendo esta última um canal direto entre a universidade e a sociedade. Por isso, sendo a universidade pública uma instituição mantida pelos impostos pagos pelo povo, deve primar pelo servir aos interesses coletivos, especialmente às demandas das comunidades pobres.

Ao se analisar o papel dos serviços de extensão universitários frente à sociedade e à própria universidade, percebe-se não apenas um distanciamento das instituições em relação às classes populares, mas também a multiplicação de projetos de cunho essencialmente assistencialista. Isto traz como consequência para a universidade o questionamento de sua legitimidade, ou seja, tal instituição vem sendo criticada e questionada quanto ao seu caráter de pública e gratuita.

O descrédito à população unido com a carente educação (não) efetivada no Brasil, em que não se formam cidadãos, mas tão somente profissionais para o mercado de trabalho (competitivo e desumano), agrava a frágil democracia brasileira. Reclamar cidadãos mais participativos, mais envolvidos e preocupados com a coisa pública, é reivindicar também o oferecimento de uma educação voltada não apenas para a formação profissional, mas, também, para o desenvolvimento da capacidade crítica dos estudantes, resultante do conhecimento dos direitos, no exercício da cidadania, plenamente considerada.

Mediante essa demanda da sociedade, a universidade, através de projetos de extensão, procura assumir esta responsabilidade social, exercendo, conjuntamente com a comunidade que a sustenta, uma função de transformação social. Assim, deve atender às necessidades da sociedade e formar profissionais cidadãos.

Porém, quanto aos cursos de Direito, a realização da extensão não tem sido usual, com exceção da prática jurídica, que, em verdade, é uma fase da

aprendizagem forense obrigatória. A partir desta assertiva, buscar-se-á analisar de forma crítica a experiência do estágio curricular, ou obrigatório. Questionando-se, por fim, se esse estágio, na sua atual conformação, cumpre os objetivos a que se propõe e sugerindo propostas de alternativas à educação jurídica hegemônica, como a assessoria jurídica popular e a educação popular. Para tanto, tomaremos como base teórica autores como Ribas (2008, 2009), Almeida (2014), Góes Junior (2014), Santos (1988, 2008, 2011), entre outros, que, além de escrever sobre outras temáticas, discutem acerca do movimento de assessorias jurídicas populares, a educação jurídica, a educação universitária e educação popular.

2. Do ensino que se tem ao ensino que se almeja

A valorização do ensino superior é inegável no Brasil: ser portador de um diploma de graduação ainda é tido como forma de distinção social. Surge, portanto, uma ampla busca por uma vaga em uma universidade, preferencialmente, pública. No entanto, tal pretensão se encontra com um fato: a escassez de vagas em universidades públicas, apesar das iniciativas de expansão universitária como o Reuni¹¹, e isso acaba por se tornar um fator que estimula a proliferação de instituições de ensino superior privadas.

Tal lógica em curso na educação superior é resultado, em parte, das escolhas por parte do governo brasileiro, que privilegia programas como o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) em detrimento da desvalorização do ensino superior público, gratuito e de qualidade, que recebe repasses de verba cada vez menores. Isto se mostra um forte indicador do projeto de privatização e mercantilização da educação pública.

Denota-se que a educação é, em si, transformada em uma mercadoria. Grandes grupos econômicos a oferecem como serviço e lucram com isso altas cifras. Ao analisar dados nacionais e globais, Santos (2011, p. 33) afirma que “a transformação da educação superior numa mercadoria educacional é um objetivo

¹¹ O Reuni foi instaurado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). De acordo com art. 1º do referido decreto, o Reuni foi instituído “com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

a longo prazo e esse horizonte é essencial para compreender a intensificação da transnacionalização desse mercado atualmente em curso”.

O Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, especialmente no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), têm incentivado a mercantilização da educação superior, de forma que, caso suas diretrizes sejam efetivadas, ocorrerá “o fim da educação como bem público” (SANTOS, 2011, p.36).

Esse processo de expansão de uma mercadoria educacional contribui também para a alienação, uma vez que estudantes passam à condição de consumidores. Consomem um produto (“conhecimento”) que deveriam construir criticamente. Ao mesmo tempo, esse consumo os coisifica, pois os torna alvo do depósito de informações e segrega a ação do homem de sua tomada de consciência, inviabilizando a conexão entre teoria e prática.

Logo, na lógica de mercado, o estudante é elemento essencial, que compra um produto perfeito e acabado, garantindo o lucro imediato, e perpetua a organização econômico social tanto com sua força de trabalho a ela adaptada quanto com a preservação da ideologia base.

Nesse entremeio, a graduação em Direito é um dos cursos mais buscados entre os postulantes ao ensino superior, por ser considerada uma das formações mais “nobres”, além da promessa de notoriedade e vultuosos salários. No aspecto da proliferação de cursos, há políticas de expansão universitária, em certo modo, desordenada (que atingiu seu ápice com o REUNI), em que cursos de Direito foram abertos em todo o país de forma descontrolada.

Em 2013, contava-se com cerca de 1.200 (mil e duzentos) cursos e aproximadamente 800.000 (oitocentas mil) matrículas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013). Entre 2001 e 2011, por exemplo, saiu-se de 505 para 1.121 cursos (TAGLIAVINI, 2013, p. 21), isto é, um aumento superior a 120%.

Segundo dados divulgados, em 2010, por Jefferson Kravchychyn, membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), havia no Brasil mais de três milhões de bacharéis não inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, que segundo Arruda Junior (1993, p. 40), parafraseando Marx, formam um “exército de bacharéis de reserva”, correspondente à força de trabalho que excede as necessidades da produção e do mercado.

Cumprе ressaltar, ainda, que os cursos de Direito foram atingidos pela mudança, apontada por Santos (1989, p. 02), na dicotomia educação-trabalho: a

educação, inicialmente voltada para a alta cultura, passa, com a modernidade e o surgimento do capitalismo, a ser também a educação voltada para o trabalho. O trabalho, por sua vez, deixa de ser apenas físico e passa a ser reconhecido como trabalho intelectual qualificado. Nesta mudança, a universidade foi desafiada a encontrar um equilíbrio entre as formações profissional e humanística.

Entretanto, a inserção do elemento profissional no currículo do curso de Direito, resultou em uma estrutura curricular fortemente dogmática, com preponderância da formação profissional, provando o insucesso da tentativa em harmonizar a oposição entre a educação para o mercado de trabalho e uma outra, de cunho humanístico.

3. A crise no ensino jurídico

A crise pela qual atravessa o Direito e o ensino jurídico, não se trata de uma crise isolada, uma vez que encontra desdobramentos nas Ciências Sociais, nos processos educativos e na própria sociedade. Deste modo, está estreitamente ligada às crises pelas quais o modelo tradicional de universidade está enfrentando.

Boaventura de Sousa Santos aponta três crises que atingem concomitantemente a universidade: a crise institucional; a crise de hegemonia; a crise da legitimidade.

A crise institucional é produto da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão cada vez maior para submetê-la a critérios de eficácia e de produtividade de empresarial ou de responsabilidade social. Deste modo, a crise institucional da universidade está intimamente relacionada à crise do modelo capital-desenvolvimentista e do chamado Estado de bem-estar social e à assunção do modelo neoliberal.

Com os cortes no orçamento social e, conseqüente esfacelamento de políticas sociais, o sistema de ensino superior perdeu grande parte do financiamento público. As áreas de ciências humanas e sociais são as mais afetadas, posto que, na escala de prioridades do Estado, tomado pelos interesses empresariais, passam a figurar em um patamar secundário (SANTOS, 2008, p. 214).

A crise de legitimidade é causada

pelo fato de a universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da

credenciação das competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidade para os filhos das classes populares, por outro (Santos, 2011, p. 10).

A crise de hegemonia resultava dos contrassensos entre as funções tradicionais da universidade e as que lhe foram sendo delegadas no decorrer do século XX. A incapacidade da universidade para desempenhar cabalmente tais funções acabou por levar o Estado e os agentes econômicos a buscarem fora da universidade meios alternativos de atingir esses objetivos. Ao perder o monopólio do ensino superior e na produção de pesquisa, a universidade adentrara numa crise de hegemonia.

Conforme Alves (2008, p. 49),

[o] fato é que desde então o ensino jurídico pouco mudou, mas a sociedade mudou muito quanto às suas necessidades. Daí surge a crise oriunda do conflito entre o que a sociedade espera do Direito e o que as faculdades oferecem para a sociedade. Mas a pergunta que intriga o mundo acadêmico e o social, diante de tantas mudanças sociais e em meio a essas crises, tanto a social, como a do ensino jurídico, é: se os cursos de Direito terão condições de responder a esses desafios de modo concreto?

Ao analisarmos a trajetória histórica do ensino jurídico no Brasil é possível observar o caráter conservador e a influência das elites durante as inúmeras mudanças da política educacional e das diversas reformas curriculares dos cursos de Direito, desde o período colonial com a Universidade de Coimbra – de onde se herdou o método expositivo das aulas-conferência predominante nos cursos jurídicos, o ensino dogmático acrítico e a mentalidade ortodoxa do corpo docente e discente, a serviço da manutenção da ordem estabelecida e transplantada da antiga metrópole, Portugal, para o Brasil – até a atualidade (COLAÇO, 2006, p. 234).

No sistema de aulas-conferências, o professor se posiciona num patamar acima dos alunos e não possibilita, na maioria das vezes, a construção dialógica de saberes em sala de aula. Além disso, quase não há nenhuma preocupação com o aprendizado dos estudantes ou com as técnicas que possam favorecê-la.

A sala de aula configura-se como o palco de um monólogo articulado pelo mestre/professor. Essa forma de “ensinar”, comum também na prática de ensino da educação básica, evidenciando que esta problemática perpassa todo o sistema

educativo - impossibilita os alunos de serem sujeitos do processo educacional, dentro de uma perspectiva dialógica (MARILLAC, 2009).

Com a criação de cursos jurídicos no Brasil, especificamente em São Paulo e Olinda, no século XIX, tomou-se como referência o modelo da Universidade de Coimbra em Portugal, com a qual compartilhavam método e conteúdo que guardam dentro de si objetivos semelhantes quais sejam: a formação de quadros para gestão do Estado Nacional Brasileiro e de guardiões dos ideais liberal-burgueses sustentados em todo o mundo (RODRIGUES, 1987, COLAÇO, 2006).

De acordo com essas raízes históricas, no ensino jurídico se consolidou a ideia de que, para seu funcionamento, bastam professores, alunos, códigos, alguns livros e uma sala de aula. Na maioria dos cursos jurídicos, observa-se que os professores não possuem formação didático-pedagógica e se restringem, em sala de aula, a tecer comentários acerca de leis e códigos, adotando manuais para consulta. Aliado a isto, estes formadores estão alheios ao debate acerca de qualquer mudança ou transformação no ensino jurídico, o que os faz reproduzir alienadamente uma metodologia que acentua, de geração em geração, a crise do ensino jurídico (RODRIGUES, 1987).

O debate acerca da reformulação do ensino é prejudicada, em parte, pelo fato de que a atividade docente nos cursos de Direito é tida como secundária, concomitante ao exercício da advocacia ou da magistratura, por exemplo, vistas como mais importantes. Além disso, a grande maioria dos docentes não dispõe de tempo para ministrar mais de uma disciplina ou para desenvolver trabalhos de pesquisa e extensão, o que muitas vezes leva à reprodução daquilo que lhe fora ensinado quando estudante, acrescido da experiência profissional.

Reproduz-se, desta forma, o senso comum teórico dos juristas, isto é, "um arsenal de pequenas condensações de saber: fragmentos de teorias vagamente identificáveis, coágulos de sentido surgidos do discurso do outros, elos rápidos que formam uma minoria do direito a serviço do poder" (WARAT, 1994, p. 15) e uma série de conceitos desatualizados, anacrônicos e um tanto quanto vazios de conteúdo e cheios de retórica.

Acerca dos discentes, é importante observar que muitos trabalham, nas mais diversas atividades econômicas, em média de 6 a 8 horas por dia, além de cumprirem a carga horária exigida pela Faculdade, assim não dispõem de tempo para atividades de pesquisa ou extensão e, principalmente, para participação em

discussões quanto à mudanças no ensino jurídico ou, de forma geral, à reforma universitária, levadas a cabo, mormente, por organizações e grupos estudantis.

Cabe acrescentar a esta análise um fenômeno contemporâneo que é o da substituição, por questões mercadológicas, de mão-de-obra profissional pela mão-de-obra estudantil em escritórios de advocacia, em setores jurídicos ou de recursos humanos de empresas e repartições públicas. Nesses casos, o que se chama de estágio é, em realidade, a submissão dos estagiários aos que se propõem a recrutá-los, numa relação de verticalidade.

Ademais, as/os aprendizes estão sujeitos a uma carga horária elevada e equivalente a de um profissional com vários anos em exercício na função e a tarefas e/ou responsabilidades que geram esforço repetitivo, sacrificante e alienante. São induzidos a este erro pela formação que possuem/recebem e pelos valores estereotipados, reafirmados pela sociedade e por seus familiares. Apresentando-se conservadores, por conseguinte, reacionários e meros reprodutores do discurso oficial, insensíveis aos problemas da maioria da população e descrentes na pluralidade jurídica existente na sociedade.

Diante do histórico do ensino jurídico no Brasil e da realidade do século XXI, infere-se que o Direito, por estar diretamente vinculado com a Justiça, deveria apresentar-se emancipatório, ao contrário de ser excludente e autoritário, por conta do modo de agir das pessoas que nele atuam, tanto como formadores (professores) quanto profissionais.

Parte da crise no ensino jurídico no Brasil também é resultado da má qualidade do ensino e da ampliação da oferta de vagas em cursos de Direito sem a necessária observância de critérios de qualidade da educação (ARRUDA JUNIOR, 1993). Imbricado a isso, observa-se reduzida quantidade de acadêmicos que obtêm aprovação nos exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e nos concursos públicos, tidos como a “sina” de todos estudantes, e o consequente crescimento de escolas preparatórias para o ingresso nas diversas profissões do Direito, que formam um verdadeiro mercado paralelo. Diante disto, é importante observar que, a maioria das faculdades não consegue repassar sequer o conhecimento técnico-instrumental aos seus alunos.

Na atualidade os cursos de Direito servem de trampolim aos membros da classe média para a ascensão socioeconômica, assim como para a manutenção do *status quo* aos membros da elite. No entanto, a maioria dos ingressantes,

independente da classe social, é relativamente “pura”, solidária e possui um senso de justiça muito acurado, que vai desaparecendo ao longo do curso.

À medida em que os alunos estão mais próximos de obter o diploma de bacharel em Direito, perdem o interesse pelos problemas sociais e pelas disciplinas sociais e/ou humanas, tornam-se técnicos, robôs que recitam códigos, adestrados para aprovação em concursos públicos, traduzido em uma palavra: desumanizados. A maioria dos cursos de graduação em Direito, e estendendo-se essa crítica às demais graduações, ao contrário de formar, “deformam” os estudantes.

4. Qual o tipo do profissional que o curso de Direito precisa objetivar formar?

Partindo do pressuposto e da concepção de que a pesquisa, o ensino e a extensão são indissociáveis e, tendo por orientações as Diretrizes dos cursos de graduação e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) necessitam ser trabalhadas de forma harmônica fazendo com que o conhecimento produzido e apreendido na universidade precisa ser socializado, e por ser o Direito uma ciência social e/ou humana, necessita-se exigir de seus profissionais e estudantes um maior comprometimento com a sociedade, atuando como sujeitos impulsionadores de transformações na realidade da população, em especial a carente, auxiliando-a “no resgate da cidadania e da auto-estima, conhecimento e manutenção de seus direitos, constantemente ameaçados em nosso país. Trabalhamos com os homens e suas relações na sociedade e não podemos ficar longe disso” (COLAÇO, 2006, p. 236).

Por meio da janela que se abre através da extensão é possível implementar uma renovação metodológica na educação jurídica e alcançar, a partir disso, mais condições de nos humanizarmos no entendimento dos problemas do e com o “outro”, excluído e oprimido da sociedade, rompendo assim com o paradigma tecnicista do Direito.

Volta e meia a assistência judiciária, realizada nos Núcleos de Prática Jurídica, se caracteriza pelo uso da comunidade como cobaia para experimento e testagem de aprendizagem de estudantes de Direito enquanto privilegia demandas individuais de busca ao Judiciário por parte da população carente. Assim, deixa de oportunizar aos alunos o contato com as problemáticas sociais coletivas,

comunitárias que perpassam o contexto em que estão inseridos, tornando-os alheios ao papel social que o curso necessita ter.

Desta forma, o NPJ passa a substituir ou confundir-se com a Defensoria Pública. Embora, conforme se apreende da Resolução CES/CNE n.º 09/2004 combinada com o art. 207 da Constituição Federal de 1988, a prática jurídica incorporada à estrutura curricular dos cursos de Direito não deve se limitar à apreensão do arcabouço procedimental forense, embora a compreenda como parte da formação técnica fundamental que se necessita dispor no âmbito da educação jurídica, ao passo que não se reduz ao aprendizado da ação advocatícia e, mesmo, da advocacia tradicional.

No caso específico do trabalho extensionista na seara do Direito há uma impropriedade na compreensão de Assessoria Jurídica com Assistência Judiciária. Em nosso entendimento, a Assessoria Jurídica é a extensão propriamente dita, uma vez que oferece serviços legais inovadores e representa uma prática jurídica com vistas à proporcionar instrumentos oficiais e não oficiais do direito para efetivação do acesso à justiça aos que dessa necessitem. Ademais pode abrigar demandas coletivas, que privilegiam a auto-organização e a participação comunitária, além de métodos extralegais e multi/inter/transdisciplinares de solução de conflitos (RIBAS, 2008, p. 253-254, COLAÇO, 2006, p. 237).

A extensão propriamente dita transcende a obrigatoriedade das práticas jurídicas nos escritórios modelo das faculdades de Direito e, uma vez que ultrapassa os muros da universidade para alcançar a coletividade, tais práticas “se enriquecem no contato com espaços comunitários e/ou movimentos sociais, aprendendo a exercitar o diálogo intercultural com as experiências jurídicas e jurídicas que estes grupos esboçam em suas práxis reivindicatórias” (GÓES JUNIOR, 2014, p. 177).

Neste sentido, concebemos a extensão como comunicação de saberes que se baseia na dialogicidade, isto é, a ação no mundo promovida em diálogo de formas de pensar que tem como resultado a produção de uma nova cultura (FREIRE, 2006). As práticas jurídicas, por conseguinte, de um Núcleo de Prática Jurídica, podem se tornar um lugar para reflexões sobre seu próprio fazer tendo como base de apoio a Assessoria Jurídica Popular (AJUP).

5. Assessoria jurídica universitária popular (AJUP): uma outra possibilidade no Direito

Com bases nos estudos de Ribas (2009), foi a partir dos anos 1960, no contexto da ditadura civil-militar, que percebemos muitos advogados populares engajados na defesa de presos políticos e outras pessoas envolvidas na resistência democrática ao governo de regime militar. Nas atividades destes profissionais encontram-se importantes precedentes das práticas e concepções da assessoria jurídica popular.

A aproximação entre os grupos de assessoria jurídica popular e movimentos sociais e organizações ligadas às classes populares, de um modo geral, se insere em um processo histórico muito mais amplo que o cenário brasileiro e da AJUP, relacionando-se com a reorganização das esquerdas a partir de meados da década de 1980 e a derrocada do socialismo no leste europeu (ALMEIDA, 2014). Entrelaçado a isto está o fortalecimento da perspectiva dos Direitos Humanos, da cidadania e da atuação dos chamados novos movimentos sociais, relacionados à *New Left* (Nova Esquerda).

Almeida (2014, p. 12) identifica “o fortalecimento da noção de *movimentos sociais* como parte dessa conjuntura de refluxo das lutas da esquerda socialista, o que engendrou uma reorientação na compreensão da luta de classes para os processos de mobilização centrados na noção de identidade.”

A partir da década de 1990, a assessoria jurídica universitária popular se fortalece enquanto prática jurídica e educativa, desenvolvida por estudantes de Direito organizados em grupos de militância política estudantil, na proposição e organização de projetos de extensão junto às comunidades de todo Brasil. Este processo de fortalecimento da AJUP aparece mais nitidamente no momento da superação da ditadura civil-militar de 1964-1985 e com o espírito efervescente da “redemocratização”.

Assim, na década de 1990, estudantes de Direito, de forma esparsa, iniciaram, em todas as regiões do Brasil, práticas que privilegiavam o atendimento de coletivos de pessoas que comumente não tem acesso a um serviço jurídico. Eles iam em busca de demandas coletivas, de movimentos populares, de problemas sociais como a reforma agrária, da “democratização”, da garantia de direitos

humanos, que não estavam nos tradicionais manuais do Direito (RIBAS, 2008, p. 248).

Neste momento, as AJUPs, se mostram como uma atividade jurídica, que busca a intervenção dos fatos sociais no conhecimento jurídico acadêmico, por meio da crítica ao modelo tradicional de extensão universitária. A noção de AJUP, nessa época, estava ligada à ideia de “ajuda jurídica popular”, porém, mesmo nesse viés, já estava atrelada, implicitamente, à educação popular e ao pluralismo jurídico (RIBAS, 2009).

Além disso, a atuação de grupos ligados a correntes jurídicas críticas, como a atuação na UnB, notadamente na Faculdade de Direito, de um grupo crítico formado em torno à Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR), sob orientação do professor Roberto Lyra Filho, que havia trabalhado, a partir da Revista Direito & Avesso, uma disposição militante para a prática jurídica pensada enquanto estratégia de legítima organização social da liberdade, tendo os Direitos Humanos como referenciais para o reconhecimento do Direito socialmente construído, influenciou as práticas de AJUPs.

Com o objetivo de melhor desenvolver os projetos de AJUPs, fundou-se a Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (RENAJU), em 1998, que se propõe a difundir as discussões sobre a atuação nos moldes de AJUP, por meio de trocas de experiências. Nessa conjuntura acadêmica, especialmente garantida pelo movimento estudantil das faculdades de Direito, se teve ambiente propício para disseminação das propostas insurgentes advindas da compreensão política que tais práticas cumpriam na conjuntura política e social que reforçava a criminalização das lutas e movimentos sociais (PEREIRA, OLIVEIRA, 2009).

Podemos estabelecer algumas nuances desta prática jurídica inovadora ou insurgente, a AJUP, tais como: a) a compreensão do Direito como um instrumento de transformação social; b) o amplo acesso à justiça, visto não apenas como o acesso ao Judiciário, mas sim abrangendo todos os meios legítimos para se alcançar a Justiça. Compreendendo, ainda, que o acesso à justiça deve significar um processo que busca a transformação do sistema de justiça acessado, e não apenas a inclusão nele, a partir do seu desenho político-institucional atual; c) o pluralismo jurídico comunitário-participativo, como projeto emancipatório dos novos sujeitos coletivos de direito, baseado nos valores de legitimidade, democracia, descentralização, participação, justiça, satisfação das necessidades, entre outros;

e d) a educação popular como abordagem pedagógica para um processo libertador de conscientização (SANTOS, 2011, LOPES; MAIA, 2009).

Conforme Furmann, 2003, p. 30:

Apesar da palavra 'Assessoria', em sentido comum, ser quase sinônima da palavra 'Assistência', foi ela escolhida para simbolizar uma metodologia inovadora de extensão. A escolha busca exprimir um significado político contrário às propostas de índole 'assistencialista'. A postura política da Assessoria, por surgir no espaço discursivo dos movimentos populares, é uma postura de contestação e não de caridade. Busca a Assessoria desconstruir o método assistencialista, contestar a sociedade da exploração do trabalho e rechaçar a Assistência como solução de problemas sociais.

Portanto, as atividades exercidas pela AJUP não podem ser confundidas com os tradicionais serviços de assistência jurídica prestados pelos Núcleos de Prática Jurídica das faculdades de direito. Ainda acerca das assessorias jurídicas universitárias populares, Santos (2007, p. 50) leciona que:

Trata-se de uma prática jurídica desenvolvida por estudantes de direito que tem hoje uma capacidade nova de passar da clínica jurídica individual, a la americana, totalmente despolitizada, para uma forma de assistência e de assessoria jurídica atenta aos conflitos estruturais e de intervenção mais solidária e mais politizada. Essa iniciativa em muito se distancia da assistência jurídica que é normalmente oferecida pelos Núcleos de Prática Jurídica das faculdades de direito brasileiras muito concentrada na preparação técnico-burocrática dos estudantes e orientada para ações individuais (despejo; pensão alimentícia; separação e divórcio etc.). Em sentido oposto, as assessorias jurídicas populares dão importância à ação de defesa de direitos coletivos em associação com movimentos sociais e organizações populares.

Além disso, os grupos que exercem esse tipo de assessoria têm como um dos pressupostos de sua práxis, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que torna a sua atuação diferenciada, dialógica, multidisciplinar e em prol da construção de uma visão crítica do direito, da justiça e do ensino jurídico hegemônicos (SANTOS, 2007, p. 51).

Assim, afirma Santos (2007, p. 51) que:

A participação dos estudantes de Direito em tais projetos favorece a aproximação a espaços muitas vezes ignorados e que servirão de "gatilhos pedagógicos" para uma formação mais sensível aos problemas sociais, o que nem mesmo a leitura de um ótimo texto descritivo de tal realidade poderia proporcionar. É o estudante como protagonista de seu processo de ensino e aprendizagem.

A AJUP encontra-se intimamente ligada à educação popular, que tem como um de seus baluartes a figura de Paulo Freire. A sua pedagogia emancipatória serve de inspiração na práxis metodológica adotada pelas AJUPs, uma vez que um dos objetivos que tem esses núcleos é democratizar o Direito às classes excluídas socialmente através de uma linguagem simples, isto é, por metodologias dialógicas, “bem como propiciar uma educação jurídica popular, que recai na ideia de uma educação para a cidadania” (PEREIRA, 2011, p. 156).

Para Freire (2006, p. 68), “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”, desta maneira o educador deve(ria) “problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, e não a de dissertar sobre ele, de dá-lo, de estendê-lo, de entregá-lo, como se se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado” (FREIRE, 2006, p. 69-70).

Considerando o direito como parte da ideologia dominante na sociedade, a educação popular, no âmbito da assessoria jurídica popular, desmascara a repressão estatal, escancara a existência do embate de classes e o uso do direito hegemônico como um mantenedor do *status quo*, para a partir destas constatações e da sua prática inovadora, conceber novas concepções de direitos, críticos, contra hegemônicos, ou seja, direitos que buscam a libertação social.

Além de transformar e melhorar o cotidiano das pessoas das comunidades envolvidas, pelo conhecimento dos seus direitos básicos, propicia aos professores e estudantes participantes conhecer o cotidiano das pessoas comuns, uma outra realidade, além da universidade, favorecendo um amadurecimento não só intelectual, mas também um amadurecimento das relações humanas para os futuros profissionais do Direito.

A educação popular ao se realizar junto com sujeitos que comumente não são reconhecidos como sujeitos capazes de participar diretamente da tomada de decisões políticas e de produzir direito, guarda, na forma como vem sendo conceituada pela pluralidade de práticas de grupos autônomos protagonizados por estudantes, majoritariamente, dos cursos jurídicos e de universidades federais, “a possibilidade de, além de repensar, (des)pensar a própria formação jurídica que é promovida nestes locais” (GÓES JUNIOR, 2014, p. 178).

Com isso, também permite compor novos fundamentos, apontar alternativas às formas conservadoras de ensinar-aprender direito, que parecem se apresentar

hegemonicamente como produtivistas, fundadas na memorização, na hierarquia de saberes, abstratas, antidialógicas, alheias às dificuldades enfrentadas pela sociedade (GÓES JUNIOR, 2014, MARILLAC, 2009).

A extensão universitária também tem outra função: a de proporcionar aos atuais e futuros profissionais do Direito uma maior sensibilidade e solidariedade com os problemas do “outro”, do diferente, do marginalizado, do excluído, levando-os a ter um maior contato com a sociedade e com a vida humana, pois (só) há vida além dos autos dos processos, manuais, livros esquematizados, *vade mecuns*, bibliotecas e salas de aula.

5. Considerações (que não são) finais

A opção pela extensão é política, mas não inoportuna, pois não há prática educacional neutra, nem prática política por si mesma. Portanto, o educador precisa se questionar a favor do que e de quem está a serviço, por conseguinte, contra o que e quem necessita lutar. As respostas a esses questionamentos podem representar uma escolha pela transformação social.

A extensão universitária popular, aqui representada pelas AJUPs, traz a dimensão transformadora na perspectiva acadêmica, dinamizando-a ao oferecer outros espaços além dos escritório-modelos, bem como possibilita o confronto do estudante com as desigualdades sociais, colocando-os a reavaliar-se constantemente como ser humano. Portanto, se mostra como um meio hábil de renovação epistemológica para o Direito e para a conquista do espaço universitário pela comunidade.

O Direito não deve ser um ente distante e inatingível para a maioria das pessoas. O direito a ter direitos deve permear o dia-a-dia dos seres humanos, ou seja, deve ser valorizado e estar presente no cotidiano dos homens e mulheres e não apenas em momentos de conflitos, de extrema necessidade, de violência exacerbada, de flagrantes injustiças, ou mostrar-se somente para uma pequena parcela privilegiada da população.

Para que o direito exista de fato para todos e o tempo todo, os estudantes e profissionais das diversas áreas jurídicas precisam agir e interferir diretamente para que isso aconteça. Não devendo apenas esperar pelo Estado, mas realizar um

trabalho de facilitação da concepção de uma sociedade verdadeiramente democrática e de outras práticas jurídicas emancipatórias.

Já está na hora de sairmos do isolamento e entrarmos em contato com o mundo real, com as/os marginalizadas/os, as/os excluídas/os, as/os diferentes, buscando a transformação da realidade social e a humanização do direito pela aquisição da sensibilidade, da solidariedade e da alteridade.

Referências bibliográficas

ALVES, Ana Geórgia Santos Donato. *A humanização do ensino jurídico no Brasil: a experiência do escritório de prática jurídica da Universidade de Fortaleza*. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, 2008. Disponível em: <http://www2.unifor.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=785261>. Acesso em: 05/01/2016.

ALMEIDA, Ana Lia. Atuação dos grupos de Assessoria Jurídica Popular Universitária junto às organizações populares. In: OLIVEIRA, Assis da Costa. MOURA, Ana Paula Medeiros de; SANTOS, Julyanne Cristine B. de Macedo dos. *Do sonho ao acontecer: 10 anos de NAJUPAK*. Belém: PROEX-UFPA, 2014.

ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de. *Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993.

BRASIL. *Resolução* 09/2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf>. Acesso em: 15/01/2016.

_____. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15/01/2016.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 05/05/2016.

_____. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 30/05/2016.

COLAÇO, Thais Luzia. Humanização do ensino do direito e extensão universitária. *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos*. Florianópolis, v. 27. n. 52, p. 233-242, dez. 2006.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FURMANN, Ivan. *Assessoria jurídica universitária popular: da utopia estudantil à ação política*. Curitiba: monografia apresentada ao curso de Direito da UFPR, 2003.

GÓES JUNIOR, José Humberto de. (Des)Pensar a prática jurídica? In: OLIVEIRA, Assis da Costa; MOURA, Ana Paula Medeiros de; SANTOS, Julyanne Cristine B. de Macedo dos. *Do sonho ao acontecer: 10 anos de NAJUPAK*. Belém: PROEX-UFPA, 2014.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; MAIA, Christianny Diógenes. *A educação popular como abordagem pedagógica para uma educação jurídica emancipatória e como pressuposto da assessoria jurídica popular*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33489-43220-1-PB.pdf>>. Acesso em: 19/01/2016.

MARILLAC, Luisa de. *O direito entre capas, togas e anéis*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC e OAB assinam acordo para aprimorar cursos de direito. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=18533:mec-e-oab-assinam-acordo-para-aprimorar-cursos-de-direito>>. Acesso em: 02/02/2016.

OAB. *Brasil, sozinho, tem mais faculdades de Direito que todos os países*. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/20734/brasil-sozinho-tem-mais-faculdades-de-direito-que-todos-os-paises>>. Acesso em: 14/01/2016.

PEREIRA, Helayne Candido. Assessoria jurídica universitária popular - AJUP: Aportes históricos e teórico-metodológicos para uma nova práxis extensionista em direito. *Revista Direito & Sensibilidade*. Vol. 1, nº. 1, p. 145-159, 2011.

PEREIRA, Sumaya Saady Morhy; OLIVEIRA, Assis da Costa. Rede Nacional das Assessorias Jurídicas universitárias: história, teoria e desafios. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*. Goiânia, v.33, n.1, p.152-166, jan./jun. 2009.

RIBAS, Luiz Otávio. Assessoria jurídica popular universitária. *Captura Crítica: direito, política e atualidade*. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 246-254, jul./dez. 2008.

_____. *Direito insurgente e pluralismo jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000)*. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria do Direito). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PDPC0930-D.pdf>>. Acesso em: 19/01/2016.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *O Ensino Jurídico de Graduação no Brasil Contemporâneo: análise e perspectivas a partir da proposta alternativa de Roberto Lyra Filho*. 1987. 193 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 1987. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75379/91697.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17/01/2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Discurso e o Poder: Ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

TAGLIAVINI, João Virgílio. *Aprender e Ensinar Direito: para além do direito que se ensina errado*. São Carlos/SP: Edição do Autor, 2013.

WARAT, Luis Alberto. *Introdução geral ao direito*. Interpretação da lei. Temas para uma reformulação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994.

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL CAPS AD III DAVID CAPISTRANO DA COSTA FILHO

Anna Luiza Castro Gomes¹; Ludmila Cerqueira Correia²; Isadora Silveira Xavier³; Murilo Gomes Franco, Olívia Maria de Almeida⁴; Ana Valeska de Figueirêdo Malheiro, Juliana Frazão Bezerra, Lhaís de França Vasconcelos, Mateus Ribeiro Silva, Pedro Alencar Cabral Ribeiro, Rayanne Vieira Santos, Tatiana Lima Silva⁵

¹ Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública e Psiquiatria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e coordenadora do Projeto de Extensão “Cidadania e Direitos Humanos: Educação Jurídica Popular no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD III David Capistrano da Costa Filho”; ² Professora Adjunta do Departamento de Ciências Jurídicas da UFPB. Coordenadora técnica do Centro Referência em Direitos Humanos da UFPB e do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília; ³ Graduada em Enfermagem pela UFPB e extensionista do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania durante o ano de 2014; ⁴ Graduada(os) em Direito pela UFPB e extensionistas do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania durante no período de 2012 a 2015; ⁵ Estudantes dos cursos de graduação em Direito, Serviço Social, Psicologia e Enfermagem da UFPB e extensionistas do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania durante o ano de 2014.

RESUMO

A Educação Popular perpassa as práticas da Assessoria Jurídica Popular, as quais se configuram como estratégias de mobilização jurídico-política e social para a garantia do direito à saúde e demais direitos sociais. Nesse percurso, possibilitam o diálogo entre áreas do conhecimento como o Direito e a Saúde para a problematização da realidade em sua complexidade. Para tanto, exige uma concepção transformadora do Direito, que pressuponha a participação popular e não esteja reduzida à produção normativa estatal. Este artigo apresenta um relato de experiência das atividades de Educação Jurídica Popular desenvolvidas no ano de 2014 pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania, vinculado ao Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, num Centro de Atenção Psicossocial do município de João Pessoa. Assim, está inserido na temática Metodologias e Inovações nas Práticas de Extensão Popular.

Introdução

O Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania, vinculado ao Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB), foi criado em 2012 e é formado por professoras e estudantes dos Cursos de Direito, Psicologia, Serviço Social e Enfermagem da UFPB. Em 2014, desenvolveu o Projeto de Extensão “Cidadania e Direitos Humanos: Educação Jurídica Popular no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD III David Capistrano da Costa Filho”.

Com o objetivo de contribuir para os debates no campo da garantia dos direitos das pessoas em sofrimento mental que fazem uso abusivo de drogas, da conquista de novos direitos e da ampliação da cidadania desse grupo social, o projeto desenvolveu atividades de formação em cidadania e direitos humanos com usuários, usuárias e profissionais do CAPS AD III David Capistrano da Costa Filho, localizado no município de João Pessoa, estado da Paraíba. O referido serviço, além de ser uma referência para a atenção à saúde dessas pessoas, constitui-se como espaço estratégico para a democratização dos instrumentos e mecanismos de garantia de direitos e para a articulação entre os órgãos que compõem os Sistemas de Saúde, Assistência Social e Justiça.

O presente artigo discorre sobre a atuação do referido Grupo, que, a partir da realização de oficinas orientadas pela Educação Jurídica Popular, pela Educação em Direitos Humanos e pela Política Nacional de Saúde Mental, promoveu debates com potencial para produzir impactos na afirmação da cidadania e dos direitos humanos das pessoas que usam drogas, bem como para identificar mecanismos de garantia desses direitos, transformando assim a realidade opressora em que se encontram.

1. O uso de drogas no contexto dos Direitos Humanos

O uso de substâncias psicoativas é um comportamento sociocultural que acompanha a história da humanidade e tem recebido diversas significações. A partir do século XX, a ciência médica reduziu esse fenômeno cultural ao *status* de doença e transformou radicalmente o modo como a sociedade lida com as pessoas

que usam drogas, relegando a grande maioria delas à marginalização social (NERY FILHO, 2009). Desde então, o internamento em instituições manicomiais foi adotado como única forma de intervenção, a partir de práticas punitivas, segregadoras e violadoras dos direitos humanos, justificadas, principalmente, pela hegemonia da cultura religiosa, moralista, e pela premissa da abstinência (NUNES, 2010).

No Brasil, o discurso jurídico-moral que predominou nos anos 60 fundamentou a legislação relativa a algumas substâncias psicoativas, trazendo a edição de leis rígidas, baseadas em documentos internacionais referentes ao tema, instituindo uma política proibicionista, autoritária e orientada para a abstinência (BOITEUX et al, 2009; ALVES, 2009; CORREIA, 2014).

O proibicionismo é um discurso amparado no modelo moral/criminal que diferencia as drogas entre lícitas e ilícitas (KARAM, 2008). No processo de atrelá-las à doença e ao crime, produz práticas tutelares, violadoras de direitos e defende o encarceramento em instituições totais como solução para a problemática. “O Brasil desenvolveu durante o século XX políticas de enfrentamento para a questão das drogas fundadas na repressão policial e/ou asilamento genocida” (SANTOS, 2009, p. 59). Nesse sentido, o discurso proibicionista fundamenta um modelo de atenção à saúde restritivo, excludente e ineficaz, visto que impõe barreiras para aqueles que não querem ou não conseguem parar de usar drogas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013a).

Tal situação pode ser evidenciada por algumas ações próprias dos órgãos que, inexoravelmente, lidam com demandas sociais, como o Poder Judiciário e a Polícia, que, por diversas vezes, agem de forma arbitrária, violando direitos humanos, criminalizando os movimentos sociais e contrariando os avanços decorrentes da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica que levaram a uma rediscussão acerca da legislação sobre o tema.

A proposta brasileira de Reforma Psiquiátrica, inspirada na experiência italiana da Psiquiatria Democrática, defende o rompimento com o modelo manicomial de exclusão, segregação e reificação da pessoa em sofrimento mental, através da desinstitucionalização da loucura e de suas instituições (GOMES, 2013). Isto implica na construção de uma nova concepção sobre loucura/doença/tratamento/cura; na adoção de práticas que promovam a reinserção social, o resgate da autonomia, a atenção integral e a acessibilidade à

rede intersetorial de serviços, assim como a criação de novos direitos para novos sujeitos (AMARANTE, 2007; GOMES, 2013).

O Estado brasileiro, com o apoio dos movimentos sociais, especialmente o Movimento da Luta Antimanicomial e o movimento de usuários(as) dos serviços de saúde mental, tem investido na criação de políticas públicas que garantam também o cuidado aos usuários e usuárias de álcool e outras drogas de forma integral e que priorizem os dispositivos de saúde inseridos na comunidade, sobretudo, após a publicação da Lei nº 10.216/2001, que instituiu a Política Nacional de Saúde Mental, e da Lei nº 11.343/2006, que trouxe avanços significativos à Política sobre Álcool e outras Drogas, na medida em que propõe medidas de prevenção ao uso indevido, atenção e reinserção social (ALVES, 2009).

O movimento pela Reforma Psiquiátrica no Brasil, ao incorporar a temática de álcool e drogas, a incluiu na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), composta por serviços e dispositivos territoriais tais como: Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS AD), Unidades de Acolhimento (UA), Consultórios na Rua (CR), entre outros. Um dos objetivos da RAPS é acompanhar as pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no sentido de resgatar a sua autonomia, garantir o acesso aos serviços de saúde e assistência social, bem como promover o exercício da cidadania e dos direitos (BRASIL, 2011; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013a).

Com a edição da Lei nº 11.343/2006, foi previsto um novo tratamento penal à pessoa que usa drogas, e tal diploma legal é considerado mais avançado do que a lei anterior (Lei nº 6.368/76), por se encontrar em consonância com as políticas de prevenção, de redução de danos¹², de reinserção social e de assistência social. Porém, passados dez anos da vigência da referida lei, o que se observa no Brasil é o ínfimo conhecimento da população acerca do teor da mesma, a pouca ou até inexistente comunicação entre os órgãos da Justiça e os serviços de saúde para os

¹² Na administração do uso das drogas, a estratégia da Redução de Danos (RD) propõe a diminuição dos fatores de vulnerabilidade e risco, a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção, através da realização de ações que valorizem o sujeito em seu contexto, favoreçam a co-responsabilização pelo uso das substâncias, articulem os setores da sociedade e os diversos serviços da Rede de Atenção e contribuam para o resgate da autonomia, para a reinserção social e o para exercício da cidadania. Desse modo, a RD recorre a alternativas esportivas, culturais, artísticas, educativas, profissionais, entre outras para promover qualidade de vida em detrimento de estratégias coercitivas e punitivas que visam apenas a abstinência.

quais tais pessoas são encaminhadas e a aplicação da legislação de forma seletiva, acarretando, muitas vezes, a criminalização da pobreza (BOITEUX, 2009).

O Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania discute o tema do uso de drogas para além dos processos de criminalização, de encarceramento e de abstinência. Por isso, desde o início de sua atuação, o referido Grupo buscou o fortalecimento do espaço de organização dos usuários e usuárias de um CAPS AD em torno de vivências cotidianas, através de reflexões sobre temas inerentes aos campos da saúde, do direito e da assistência social, assim como do estímulo ao desenvolvimento da autonomia e do empoderamento desses sujeitos, visando a transformação da realidade que os mesmos vivenciam.

2. Metodologia

O CAPS AD III integra o componente especializado da Rede de Atenção Psicossocial e foi inaugurado em 22 de fevereiro de 2010, tendo como objetivo atender as pessoas adultas (a partir de dezoito anos e de ambos os sexos) do município de João Pessoa-PB que apresentam necessidades decorrentes do uso/abuso e dependência de álcool e outras drogas, inclusive oferecendo leitos de acolhimento para os casos de desintoxicação leve ou moderada. Possui uma equipe multiprofissional formada por psicólogos(as), psiquiatras, clínico geral, assistentes sociais, enfermeiros(as) e técnicos(as), professores(as) de educação física, nutricionista, farmacêuticos(as), arte-educadores, cozinheiras e auxiliares administrativos, que adota a estratégia da Redução de Danos como norteadora de suas atividades.

Tal serviço atende à demanda espontânea e/ou referenciada e no período da pesquisa (01/04 a 30/09/2014) que fundamentou este artigo, contava com 1.408 usuários(as) cadastrados(as), sendo 576 em acompanhamento. Dentre as atividades realizadas nesse CAPS, destacam-se: oficinas de papel machê, música (BATUCAPS), bijuterias, terapia de grupo, grupos terapêuticos e psicoterapia individual. Diariamente, a unidade chega a atender cerca de 60 usuários(as)¹³.

¹³ Dados atualizados de acordo com matéria publicada pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/centros-de-atencao-psicossocial-tem-mais-de-48-mil-usuarios-cadastrados/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

Os dados empíricos foram obtidos através da observação participante de integrantes do Grupo durante a realização quinzenal de oficinas temáticas com usuários(as) e profissionais do serviço, as quais totalizaram 10 encontros. Tais oficinas foram planejadas e executadas pelo Grupo a partir de metodologias participativas, utilizando rodas de conversa, dinâmicas de grupo, exposição de documentários, produção de painéis, problematização de contextos/temas, reorganização da biblioteca e construção de um jornal. O intuito destas atividades foi provocar reflexões e discussões sobre temas identificados pelos usuários e usuárias, dentre eles: direito ao passe livre, à comunicação, à informação, direito à saúde, à cidade, à educação, à organização, à moradia, dentre outros.

O registro das experiências de cada oficina foi realizado pelos(as) extensionistas por meio de diário de campo, fotos, gravação de depoimentos e de relatos de usuários, usuárias e de profissionais e, ainda, através de relatorias. Ao final de cada oficina foram realizadas sínteses que nortearam a sistematização do saber compartilhado e construído e das relatorias. Após a leitura do material empírico, foram identificados os principais temas e significados informados pelos(as) participantes durante as oficinas, que serão analisados a seguir.

3. Atuação no CAPS AD

Enquanto grupo interdisciplinar de pesquisa e extensão, o Loucura e Cidadania se propõe a romper com o isolamento e a fragmentação das ciências dentro da universidade e com o distanciamento do conhecimento científico da realidade. A atividade de extensão que envolve estudantes de distintos cursos de graduação criou a possibilidade de construção de um espaço que considere o contexto dos sujeitos políticos sob vários aspectos – social, econômico, histórico etc. – superando a visão atomizada e desconexa com a realidade.

Com o objetivo de promover a desmistificação do Direito e compartilhar o conhecimento jurídico para além dos muros da universidade e dos órgãos do Sistema de Justiça, a Educação Jurídica Popular integra as práticas de Assessoria Jurídica Popular junto a sujeitos historicamente vulnerabilizados (LUZ, 2008). A partir dos marcos metodológicos da Educação Popular (FREIRE, 1979, 1989), observa-se a possibilidade da socialização do saber jurídico e o apoio às pessoas para assumirem o protagonismo na construção de seus próprios direitos,

favorecendo o seu empoderamento para a mudança da realidade em que vivem. Assim, as ações de Educação Jurídica Popular que orientaram as oficinas realizadas no CAPS AD permitiram a utilização de uma metodologia que questiona o saber jurídico e torna possível a socialização do mesmo entre os(as) participantes.

A escolha metodológica do Grupo Loucura e Cidadania propõe a ressignificação do Direito a partir da transformação da realidade de opressão, favorecendo o diálogo com os sujeitos essenciais a esse processo, ou seja, aqueles que não participaram da construção das ciências e/ou são por elas estudados, diagnosticados, criminalizados e oprimidos. Nesse sentido, identifica-se a extensão popular universitária na área da saúde como espaço estratégico para desenvolver as metodologias e saberes da Educação Popular, tendo em vista que as atividades por ela formuladas e realizadas são orientadas pela participação popular

O mencionado Grupo iniciou suas atividades no CAPS III David Capistrano da Costa Filho no final de 2013, a partir da atuação de estudantes extensionistas vinculados ao projeto desse ano. Foram realizadas reuniões de aproximação e de articulação junto aos(às) profissionais do serviço e posteriormente o projeto foi apresentado em uma assembleia em que a maioria dos usuários e usuárias decidiu pelo início das atividades no ano seguinte.

Já em 2014, os(as) dezoito extensionistas do grupo iniciaram as oficinas no CAPS AD no dia 01 de abril, após pactuação com a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Coordenação de Saúde Mental. A proposta do primeiro encontro foi conhecer a dinâmica do CAPS e captar possíveis demandas para serem trabalhadas nos próximos encontros e que subsidiassem o diálogo sobre dispositivos legais, mecanismos de garantias de direitos e a atuação das políticas públicas no que tange ao cuidado e atenção às pessoas que fazem uso abusivo de álcool ou outras drogas.

As oficinas eram iniciadas com dinâmicas de grupo nas quais os(as) participantes se apresentavam e interagiam mais facilmente. O objetivo das dinâmicas também era de estimular a autoestima dos sujeitos e a sua participação nas atividades. Em seguida, tendo em vista a possibilidade de divulgação das atividades em redes sociais e em trabalhos acadêmicos e para resguardar os direitos de imagem de cada participante, era solicitada a permissão para o registro de fotos. Ao término das oficinas, eram realizadas dinâmicas avaliativas para que

as experiências fossem socializadas e para que os(as) extensionistas pudessem identificar possíveis temáticas de interesse dos(as) participantes para serem discutidas nos próximos encontros. Vale destacar a interdependência entre as temáticas trabalhadas, o que permitiu a continuidade nas discussões. Passaremos, a seguir, ao relato de cada oficina.

Na primeira oficina, cujo título foi “Conhecendo o CAPS AD David Capistrano”, realizou-se a construção de um quebra-cabeça com peças que simbolizavam alguma característica importante do CAPS para cada participante. Cada peça preenchida com desenhos ou palavras objetivava apresentar o serviço aos(às) extensionistas, considerando tanto os aspectos estruturais quanto as atividades cotidianas artísticas e de acompanhamento psicossocial. Foi possível conhecer algumas das atividades ali realizadas e, sobretudo, a importância das assembleias entre profissionais e usuários(as), onde todos têm direito à voz.

A segunda oficina tratou de questões relativas ao direito à cidade, com o título “O que é cidade para você?”. No encontro anterior, alguns problemas enfrentados pelos usuários e usuárias no exercício de sua mobilidade urbana ficaram evidentes, até mesmo como empecilho para acesso ao tratamento no CAPS e para circularem em outros espaços da cidade. Para a dinamização do encontro, foi utilizada uma maquete que simbolizou as ruas de uma cidade litorânea sem construções e que precisava ser ocupada. Cada pessoa era responsável por situar alguma edificação de acordo com a paisagem urbana. Foram disponibilizadas as seguintes estruturas: CAPS, residência terapêutica, fórum, prefeitura, escola, casas, estádio, banco, comunidades, estabelecimentos comerciais, hospital, shopping, universidade, presídio, dentre outras. Justificou-se a fixação de cada estrutura de acordo com a forma que as pessoas enxergavam a realidade de uma cidade e a funcionalidade de cada uma.

Apesar da possibilidade de ter sido construída uma cidade diferente dos modelos que existem atualmente no Brasil, a finalização da “Cidade de Deus”, nome escolhido pelos(as) participantes, evidenciou os problemas urbanos presentes em cidades como João Pessoa, entre eles, a exclusão social, a segregação da pobreza nas áreas periféricas, a concentração de riquezas na orla, a gentrificação¹⁴, a especulação imobiliária etc. Destaquem-se algumas falas

¹⁴ Gentrificação é o fenômeno que afeta regiões ou bairros com a construção de grandes estruturas de edifícios e novos pontos comerciais, com o intuito de valorizar a região.

expressivas: *“Quando os gringos vêm para a cidade eles gostam de ficar na praia. Quem é pobre não mora nos prédios da praia”*; *“O fórum serve para muitas coisas, mas não sei quais são elas”*; *“Casas na beira da linha do trem são mais baratas”*; *“O CAPS vai ficar no Centro da cidade porque precisa ser acessível a todo mundo”*.

Outras questões evidenciadas pelos(as) participantes disseram respeito às problemáticas relativas aos meios de transporte urbanos e ao meio ambiente. Foram levantadas perguntas sobre o uso de bicicletas não só como lazer, na orla, mas como um meio de transporte que pudesse ser utilizado em toda a cidade. *“Andar de bicicleta é importante para o meio ambiente, mas não me sinto seguro para isso”*. Sobre os transportes coletivos, evidenciou-se o sucateamento e a insuficiência das frotas de ônibus para atender a população de João Pessoa.

Finalizado o preenchimento das estruturas da cidade, os(as) participantes foram indagados quanto ao “lugar” que os habitantes ocupavam naquela localidade, e eles(as) responderam: *“As pessoas estão acuadas em casa com medo. A violência está grande”*; *“O poder econômico diferencia as pessoas e determina os lugares que elas frequentam na cidade”*; *“Já fui discriminado no shopping por causa da roupa que estava vestindo”*. Também foi destacada na discussão a problemática do preconceito em relação aos(as) nordestinos(as) em algumas cidades do sul e sudeste do país.

Acerca do que estava faltando na cidade para torná-la completa, os(as) participantes destacaram a falta de igualdade entre os(as) moradores(as), de prefeito(a) comprometido(a) com a população e de equipamentos sociais como cemitério e creche.

A terceira oficina realizada no CAPS AD teve como título: “Passe Livre para que(m)? Discutindo a Lei municipal nº 12.069/2011”. Após a apresentação dos(as) participantes, foi feito o resgate do que foi construído na oficina anterior (“O que é a cidade para você?”), na qual os(as) usuários(as) trouxeram a demanda de debater o passe livre para pessoas que fazem uso dos serviços de saúde mental em João Pessoa.

Devido à grande quantidade de pessoas, foi feita uma divisão em subgrupos e em cada um deles foi realizado debate sobre a Lei do Passe Livre do município

Porém, esta mudança estrutural, na maioria das vezes, acarreta o aumento dos conflitos urbanos e atinge os mais pobres, que são desalojados para regiões periféricas das cidades e marginalizados (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013b).

de João Pessoa (Lei nº 12.069/2011) a partir da leitura comentada da lei e de anotações em cartolinas das sugestões dos participantes para alteração do texto. A escolha dessa metodologia foi para aproximar as pessoas daquele dispositivo legal, tendo em vista que a maioria vivencia o distanciamento e o desconhecimento do processo legislativo.

Dentre as diversas falas que surgiram na discussão, algumas demonstraram a relação dos usuários e usuárias com a garantia do direito à gratuidade do transporte público: *“Está parada (a Lei) porque os empresários não querem. Os empresários não deixam sair do papel”*. Afirmaram também que a lei não está clara e possui diversas lacunas, não condizendo com a realidade das pessoas que fazem uso dos serviços de saúde mental. Muitos(as) participantes ficaram interessados em acompanhar mais de perto o assunto e em buscar nos órgãos públicos a aplicação dessa lei.

Durante a realização da VII Semana da Luta Antimanicomial, junto a outros coletivos estudantis da UFPB, a quarta oficina do Grupo esteve inserida na programação desse evento e teve como tema: *“Eu me organizando posso desorganizar: o 18 de maio e a garantia de direitos”*. A oficina foi realizada no Centro Social Urbano (CSU), espaço localizado próximo ao serviço que também é utilizado pelos(as) profissionais, usuários e usuárias do CAPS AD, como alternativa para a realização das atividades pois garante uma melhor acomodação.

Inicialmente, foi explicado o motivo da escolha do tema, e em seguida, foi perguntado aos(às) participantes o que conheciam sobre a Luta Antimanicomial e a Marcha dos(as) Usuários(as), este último sendo um ato que ocorre nas Semanas da Luta Antimanicomial organizadas pela Secretaria de Saúde do estado da Paraíba e pelos(as) profissionais, usuários e usuárias dos serviços de saúde mental. Posteriormente, foram discutidas questões referentes aos direitos das pessoas em sofrimento mental ou que fazem uso de álcool ou outras drogas, à violação desses direitos e ao histórico da Luta Antimanicomial.

A partir da identificação com o tema foram registrados vários relatos de experiências de internação em manicômios e comunidades terapêuticas, que permitiram a aproximação entre os(as) participantes e o questionamento acerca do tratamento que receberam nessas instituições: *“Sempre que se tenta dialogar,*

reclamar sobre o que acontecia no Juliano ou na casa São Pedro¹⁵, os médicos eram quem sempre tinham razão. Diziam logo que éramos loucos e pronto!”. Os(as) participantes apontaram diferenças entre o tratamento em serviços substitutivos abertos como os CAPS e o realizado nas instituições psiquiátricas/manicomiais: “Eu estranhei o CAPS, na boa forma da palavra, porque não imaginei receber um tratamento na rede pública de saúde tão atencioso, amável e humanitário como o que recebi no CAPS Rangel e no da Torre.”; “No Juliano Moreira a medicação é na base do grito!”.

Depois da discussão, foi produzida uma espécie de varal que expôs o que, na concepção dos(as) participantes, o Movimento da Luta Antimanicomial proporcionou de mudança nos serviços de saúde e o que ainda precisava ser alcançado. As pessoas expressaram algumas conquistas da Luta Antimanicomial como o fechamento de manicômios, a humanização dos serviços, o tratamento em liberdade e a criação dos CAPS. Dentre os objetivos ainda não alcançados foram citados: a qualificação dos(as) profissionais em saúde mental, a sensibilização da sociedade em relação às pessoas em sofrimento mental, através do acesso à informação sobre os seus direitos, o cumprimento da Lei do Passe Livre e as melhorias nos meios de transporte e lazer. A oficina foi encerrada com a leitura coletiva de duas músicas que tratavam da importância da auto-organização e mobilização das pessoas (“Do Caos a Lama” e “Monólogo ao Pé do Ouvido”, de Chico Science e Nação Zumbi).

A quinta oficina teve como tema “Direito à Educação e Saúde Mental” e foi idealizada a partir do pedido de um usuário que estava envolvido numa campanha de arrecadação de livros. A proposta foi de reestruturação da biblioteca do CAPS com os livros arrecadados. Essa demanda permitiu que os(as) extensionistas compreendessem que o conteúdo da auto-organização que fora debatido em oficinas anteriores seria útil no processo de reorganização daquele espaço. Diante disso, os(as) extensionistas se organizaram para arrecadar livros em locais como a Secretaria de Cultura e divulgar a campanha na UFPB e nas redes sociais, bem como para envolver os usuários e usuárias do serviço nessa atividade. A ideia foi que o grupo estimulasse a importância de um espaço como a biblioteca e a partir

¹⁵ O Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM) e a Casa de Saúde São Pedro são hospitais psiquiátricos, público e privado, respectivamente, localizados na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba. No ano de 2014 a Casa São Pedro foi fechada.

disso estruturasse a organização das pessoas para potencializar o espaço em questão.

Além do envolvimento do grupo na referida campanha que articulou a Secretaria de Cultura e a UFPB na doação dos livros, os encaminhamentos da biblioteca se desdobraram em mais uma oficina para discutir a sua estrutura. Assim, os usuários, usuárias e profissionais se organizaram em quatro comissões responsáveis pelo desenvolvimento de ações ligadas à estrutura; ao acervo; ao controle de empréstimo dos livros; e ações para a biblioteca. O intuito dessa divisão em grupos foi estimular a autonomia das pessoas na reorganização do espaço.

Os usuários e as usuárias do serviço decidiram em assembleia que a biblioteca se chamaria BIBLIOCAPS. Além disso, elegeram o local onde a biblioteca seria instalada e pensaram sobre como colocar mais prateleiras e retirar antigas enciclopédias que se encontravam no espaço e como dar um novo destino para esse material.

Devido à realização da Copa do Mundo 2014 no Brasil, o tema da sétima oficina foi “Copa: Quais direitos estão em jogo?”. O pontapé da discussão foram as seguintes questões: “O que vocês pensam sobre a Copa Mundo? Como esse evento afetou nossas vidas?”. Posteriormente, foram distribuídas diversas imagens relacionadas à temática.

A discussão foi muito rica, uma vez que boa parte dos(as) participantes relataram situações de violações de direitos observadas e/ou vivenciadas por eles(as) devido a esse grande evento. As falas demonstraram a indignação dos(as) usuários(as) e profissionais que argumentaram que o dinheiro público poderia ter sido gasto em necessidades mais urgentes do povo, como moradia, saúde e educação. Um dos participantes trabalhou no estacionamento da “Arena Pernambuco” e afirmou que apenas a minoria rica teve acesso aos jogos no estádio e que as ruas ao redor dele estavam alagadas. Uma das profissionais presentes relatou que precisou de atendimento em um posto de saúde, mas que o mesmo se encontrava fechado porque era dia de jogo da Seleção brasileira.

Um dos pontos enfatizados pelos(as) participantes, e principalmente pelas pessoas que estavam morando na rua, foi a dificuldade ao acesso a informações qualificadas sobre diferentes notícias e, principalmente, sobre seus direitos. Dessa forma, a oitava oficina teve como tema: “Direito à comunicação e acesso à informação”.

Nessa oficina foi exibido o documentário “Boca de Rua”¹⁶, que traz a história de um jornal construído por moradores(as) de rua, seguido de debate e roda de conversa entre os(as) participantes. As falas dos(as) usuários(as) confirmaram a potência desse meio de comunicação para a amplificação das vozes das pessoas socialmente excluídas, porém ressaltaram a dificuldade da concretização de um projeto desse tipo sem apoio externo.

A forma discriminatória e sensacionalista como a mídia paraibana e nacional veiculam suas notícias também foi um ponto discutido. Segundo um usuário do serviço, a realidade das ruas não é mostrada nos grandes meios de comunicação e muitos casos de violência policial são ofuscados: *“Trabalho no Trauma [hospital de grande porte em João Pessoa] e os caras [que moram na rua] chegam todos machucados, mas dizem que foram outros colegas de rua que bateram neles. Sendo mentira, quem bate neles são os policiais. Os caras usam drogas perdem o controle, não vêem nada não. Pode fazer mal a qualquer um, estão cegos. Sou usuário de crack, mas sempre falo para meus colegas que é preciso ter o poder do não, além de ler e escrever. A pessoa sabendo ler e escrever arruma qualquer coisa.”*

Alguns usuários afirmaram a importância de divulgar mais os CAPS e suas finalidades e explicaram que muitas pessoas que são acompanhadas no serviço têm o desejo de expressarem suas opiniões. Esse contexto levou os(as) participantes a propor a criação de um jornal construído por eles, um jornal do CAPS. Em uma cartolina, foram expostos temas para comporem as seções e sugeridos nomes para o jornal. Também foi feito um convite para que as pessoas interessadas nessa construção comparecessem ao Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB (CRDH/UFPB) para sistematizar as ideias e construir o jornal.

Em continuidade ao que foi proposto na oficina anterior, a nona oficina deu prosseguimento com o tema: “Direito à comunicação e acesso à informação”. Nesse encontro foi possível aperfeiçoar a ideia do jornal do CAPS, planejando sua estrutura em cadernos temáticos que abordassem a realidade do serviço. Foram demandados pelos(as) usuários(as) quatro cadernos temáticos: 1) Artes; 2) Vida e Saúde; 3) Cotidiano e 4) Emprego e Educação.

¹⁶“Boca de Rua – Vozes de Uma Gente Invisível”, de Marcelo Andrighetti. Disponível em: <<http://m.youtube.com/watch?v=5TtoMSiRn0w>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

O caderno de Artes foi o primeiro a ser construído. Intitulado “Caldeirão CAPS: Cultura em foco”, considerou as produções artesanais resultantes das oficinas artísticas e terapêuticas ministradas pelos profissionais do serviço. Objetivou-se, ainda, a publicação das poesias dos(as) usuários(as), além de incluir a culinária dentre as produções artísticas.

Vale destacar que as questões relativas à importância do tema Vida e Saúde se sobressaíram na roda de diálogo e esse foi o caderno escolhido para ser trabalhado na décima oficina. Os usuários e usuárias sinalizaram a demanda de compreender o conceito de saúde e também debateram a respeito da Redução de Danos. De acordo com um usuário, *“saúde é um conjunto de bem-estar, é o psíquico, é o conjunto que vai dizer se você tem saúde”*. Para construir esse caderno, os usuários e usuárias foram divididos em grupos de entrevistas que buscaram as experiências de colegas e também de profissionais que atuam no serviço. Foi construída uma agenda de atividades do CAPS, que atualmente conta com vinte atividades distribuídas de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e da tarde. Importante destacar que os roteiros das entrevistas foram espontaneamente elaborados pelos(as) usuários(as). Em uma das entrevistas entre os usuários e usuárias, foi relatado: *“Cheguei aqui sob efeito de drogas e muito cabisbaixo. Após o tratamento no serviço estou me achando muito melhor”*.

Observou-se que o trabalho com esse veículo de comunicação, ainda que de forma experimental, viabilizou a discussão de uma série de temas ligados aos direitos humanos, bem como estimulou o processo criativo e organizativo das pessoas envolvidas nas atividades.

4. Desafios no percurso extensionista

Tendo em vista que a valorização da subjetividade é extremamente importante para a eficiência das intervenções no campo da saúde mental, a experiência adquirida pelos extensionistas através das atividades do Grupo Loucura e Cidadania possibilitou o exercício da criatividade, da inovação e do improviso para o manejo com as recorrentes situações que não eram previstas no planejamento das oficinas. Acredita-se que algumas dessas ocorrências foram resultados das metodologias participativas adotadas, que oportunizaram a construção coletiva das atividades. Em geral, a execução das mesmas foge ao seu

planejamento inicial e torna-se enriquecida com a participação de usuários(as) e profissionais do serviço, que expõem suas demandas e socializam experiências.

Uma vez que os princípios da Reforma Psiquiátrica fundamentam a criação dos CAPS, o diálogo a respeito da garantia dos direitos humanos dentro desses serviços, a princípio, supõe-se facilitado. No entanto, fatores como a resistência da cultura manicomial (sobretudo na temática das drogas), o desconhecimento a respeito das legislações e das políticas públicas direcionadas às pessoas em sofrimento mental e a fragilidade dos vínculos trabalhistas dos profissionais do serviço (que, em sua maioria, são contratados temporariamente) colaboram para que algumas práticas não estejam de acordo com a Política Nacional de Saúde Mental e também com a garantia de outros direitos. Ademais, a ausência de uma cultura de avaliação e monitoramento desses serviços também não colabora para a resolução desse descompasso.

Contemporaneamente, os direitos humanos são conceituados enquanto indivisíveis e interdependentes entre si (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2016). Apesar das oficinas serem temáticas, ou seja, trabalharem direitos específicos, foi possível garantir a articulação entre os conteúdos de cada uma para além da coleta de demandas que surgiam em um encontro e orientavam a organização dos demais. Uma preocupação dos(as) extensionistas foi o desafio de comunicar a produção entre os conhecimentos de cada oficina, tendo em vista a demanda flutuante e a rotatividade das pessoas que frequentavam o serviço. Para vencer essa dificuldade, o Grupo adotou a estratégia de repassar o conteúdo acumulado em oficinas anteriores junto às atividades iniciais de apresentação executadas em cada encontro.

Também foram necessárias adaptações do Grupo em relação ao espaço físico do CAPS, que não comportava a reunião de um grande número de pessoas em um só local. A metodologia utilizada para viabilizar momentos de debate com mais conforto foi a fragmentação em grupos menores. Dividiram-se os(as) extensionistas entre os sub-grupos para contemplar as tarefas de coordenação, relatoria e registro das atividades propostas.

A pretensão emancipatória das atividades realizadas pelo Grupo projetou o desafio de articulação dos usuários e usuárias em espaços exteriores ao CAPS, sobretudo a partir de uma lógica pautada na auto-organização. O compromisso dos(as) extensionistas com a garantia de maior liberdade e autonomia para as

peessoas que fazem uso de serviços de saúde mental pressupõe o questionamento às práticas de tutela e de controle. Observou-se que tais resquícios da cultura manicomial não fazem parte apenas de uma realidade exterior ao CAPS, mas estão presentes nas práticas profissionais daqueles que atuam em serviços substitutivos.

Considerações finais

A experiência extensionista no CAPS AD III David Capistrano da Costa Filho revelou a importância da aproximação da academia com esse serviço de saúde mental, pois possibilitou o debate e a reflexão de temas do cotidiano de usuários(as) e profissionais que se relacionam com os direitos humanos.

A utilização da estratégia da Educação Jurídica Popular foi fundamental para o processo de emancipação política dos sujeitos considerando seu caráter dinâmico e multiplicador que, além de estimular o exercício da cidadania, contribuiu no processo de resgate da autoestima, de empoderamento, na luta por direitos, e, sobretudo, para a transformação da realidade. A atuação do Grupo durante o ano de 2014 possibilitou a desmistificação do Direito e a construção de um conhecimento jurídico para além dos muros da universidade e dos órgãos do Sistema de Justiça.

Além da discussão sobre a garantia de direitos (direito à cidade, direito à comunicação, direito à informação, direito ao trabalho, direito à saúde, direito à educação e direito ao transporte), também foram discutidos temas como a exclusão social, a diferença entre o tratamento em hospitais psiquiátricos e serviços substitutivos, a violência social, a situação de rua, o Movimento da Luta Antimanicomial, a Redução de Danos, o evento da Copa do Mundo, as políticas públicas e as atividades de arte-cultura realizadas no CAPS AD.

Entre os destaques da atuação do Grupo que favoreceram o protagonismo dos usuários, estão a organização da biblioteca, a participação na Semana da Luta Antimanicomial e a confecção do jornal/fanzine.

Apesar dos desafios encontrados, ressalta-se a parceria dos(as) profissionais do serviço, o interesse dos(as) usuários(as) nos temas, o envolvimento deles(as) nas atividades propostas pelo Grupo, a motivação e a criatividade dos(as) extensionistas para lidar com as adversidades, as

singularidades e as situações inusitadas características da realidade comunitária e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

A vivência dos(as) extensionistas proporcionou o estudo de novas temáticas, a articulação entre teoria e prática, a interdisciplinaridade entre os campos do Direito, da Saúde/Saúde Mental, da Assistência Social, da Psicologia, da Enfermagem e das Artes, o exercício da criatividade, o conhecimento e o aprendizado através da realidade vivenciada pelos(as) usuários(as) de drogas em suas singularidades e contextos sociais, o reconhecimento de desafios das práticas profissionais e a identificação de situações de violação de direitos humanos entre usuários(as) e profissionais.

Portanto, considera-se a experiência extensionista de caráter multidisciplinar uma potente estratégia para transformar a realidade opressora vivenciada pelos sujeitos sociais – usuários(as), profissionais, familiares e acadêmicos(as) – que atuam no campo da saúde mental/álcool e drogas/direitos humanos.

Reconhece-se ainda que somente quando a Política sobre Drogas no Brasil priorizar tais questões como uma demanda de saúde pública e adotar a Redução de Danos (RD) como estratégia majoritária e potente no cuidado das pessoas que usam drogas, haverá a possibilidade da atenção integral a esse grupo social e a sua reinserção social.

Referências

ALVES, V. S. *Modelo de Atenção à Saúde de Usuários de Álcool e Outras Drogas no Contexto do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia). 365 f. Salvador, 2009.

AMARANTE, P. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

ANDRIGHETTI, M. *Boca de Rua – Vozes de Uma Gente Invisível*. Disponível em: <<http://m.youtube.com/watch?v=5TtoMSiRn0w>>. Acesso em: 12 ago. de 2014.

BOITEUX, L. (et al.) *Sumário Executivo Relatório de Pesquisa “Tráfico de Drogas e Constituição”*. Série Pensando o Direito. Rio de Janeiro/Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

BRASIL. *Lei n.º 10.216, de 06 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial [da] República do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 abr. 2001.

_____. *Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad. Diário Oficial [da] República do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 ago. 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em políticas públicas sobre álcool e outras drogas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013a.

_____. *Drogas e Cidadania - Episódio 6 Gentrificação: Cidades Segregadas*. 2013b. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/multimidia/videos/>>. Acesso em 06 out. 2014.

CORREIA, L. C. *Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB - Cidadania e Direitos Humanos: Educação Jurídica Popular no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD III David Capistrano da Costa Filho*. Projeto de extensão aprovado no edital do Programa de Extensão da Universidade Federal da Paraíba (PROBEX/UFPB), 2014.

ESCRIVÃO FILHO, A.; SOUSA JUNIOR, J. G. *Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. *Educação como prática da Liberdade*. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GOMES, A. L. C. *A Reforma Psiquiátrica no contexto do movimento de luta antimanicomial em João Pessoa – PB*. Tese (Doutorado em Saúde Pública). 270 f. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2013.

KARAM, M. L.. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, B. C. (et. al.) (Org.). *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

LUZ, V. *Assessoria Jurídica Popular no Brasil: Paradigmas, Formação Histórica e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

NERY FILHO, Antonio (Org.) (et al.). *Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas*. Salvador: EDUFBA; CETAD, 2009.

NUNES, D. C. et al. "...outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas...". In: SANTOS, L. M. B. (Org.). *Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas*. Porto Alegre: Ideograf/Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

SANTOS, J. L. G. *Política de saúde pública para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: a prática no CAPS AD em Feira de Santana, Bahia, Brasil*. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania (Universidade Católica de Salvador). 129 f. Salvador, 2009.

NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA APLICADAS A PESQUISAS E TRABALHOS ESCOLARES

Flávia Eloizy Almeida da Silva; Michelly Barbosa Aguiar; Wagner Pereira de Oliveira; Romy Guimarães Cabral¹; Caroline Barroncas de Oliveira²

¹ Coordenadora do projeto, professora efetiva do Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara (CESIT) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mestre em Educação (UFAM), especialista em Gestão em Etnodesenvolvimento (UFAM) e graduada em Pedagogia (UFAM). E-mail: romyranna@gmail.com; ² Vice-coordenadora do projeto. Professora do Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara (CESIT) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Mestre em Ensino de Ciências na Amazônia pela UEA. E-mail: carol_barroncas@yahoo.com.br

RESUMO

Projeto iniciado em 2015, este foi idealizado para ofertar à alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos a possibilidade de integração de escolares à sociedade quanto a assimilação e domínio de conteúdos na área da informática, de forma a municiá-los a executar pesquisas e elaborar trabalhos escolares usando recursos de interface computacionais, como programas e aplicativos. O espaço de realização deste conta com a estrutura física do Laboratório de Informática do Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara (CESIT) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e do laboratório de informática da escola participante, bem como do financiamento do Programa de Extensão (PROGEX) da UEA. Esta ação foi composta por: reuniões de levantamento diagnóstico junto ao público alvo, sobre o grau de dificuldade em usar e acessar recursos educativos-digitais; elaboração de material didático, em formato de apostilas, sobre os programas Word, Excel, Power Point; planejamento e execução de Jornada Pedagógica; e, realização de Mostra Pedagógica, com vias a expor o grau de apreensão de conteúdos e habilidades por parte dos participantes, tanto de bolsistas do curso de Licenciatura em Computação quanto dos escolares inscritos. Faz-se mister inferir que a oferta deste se faz urgente e necessária nas escolas da rede pública da periferia do município de Itacoatiara, no sentido de formar, de fato, comunidades escolares nativas da era da informática. A socialização deste dar-se-á nas comunicações e apreciações da temática de **Metodologias e Inovações nas Práticas de Extensão Popular do SENAPOPOP 2016**.

PALAVRAS-CHAVES: extensão universitária; formação de escolares; informática educacional

Introdução

De acordo com Kerckhove (2008), da mesma forma que existiu a geração do rádio e da televisão, existe a geração da Internet, que de certa forma, apresenta a característica da ubiquidade, já que é uma geração que está sempre conectada à Internet. (BARROS, MORAES e RODRIGUES, 2010, p. 8).

Os efeitos desta conexão “em tempo integral”, ao mesmo tempo que traz benefícios, também pode provocar riscos físicos e psicológicos aos que usam do recurso de forma desenfreada e sem cuidados.

No mundo atual, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) estão sendo introduzidas de forma bastante abrangentes no processo educacional das escolas, especificamente através de políticas públicas que veiculam o acesso às tic's. Dentre as diversas possibilidades existentes a mais utilizada no cotidiano, principalmente através do uso corrente do celular, é a internet.

Sobre este ponto se pode colocar que, a convergência digital e a Internet trouxeram modificações no cotidiano das pessoas, de acordo com as mudanças irrefutáveis do tempo histórico e do comportamento humano diante de sua interação tecnológica-virtual.

Desta forma, a dinâmica da vida se estabelece, pois além de trocar informações, aquele que se conecta a grande rede pode realizar várias e distintas atividades, como: ouvir música, “bater-papo” com amigos, fazer lançamentos e consultas bancárias, investigar dados de abordagens diversas, bem como de produzir conteúdos próprios e compartilhar de diversas maneiras na Internet. E a cada dia, mais e mais pessoas se conectam a Internet, passando grande parte do tempo na frente de um computador, navegando pelo chamado ciberespaço. De acordo com o site *Internet Usage World Stats*, o número de usuários da Internet em todo o mundo no ano de 2010, ultrapassou 1.650 milhões de usuários, imagina-se então o dobro destes números ou aproximado, na atualidade.

Este espaço plural e infinito permite o registro de informações e ideias no formato multimídia. O conceito de “teia”, gerado a partir do uso do termo Web,

transmite exatamente a noção da grandeza e do crescimento irreversível da Internet. A imagem do crescimento desta “teia” é inerente ao seu próprio conceito. Primo (2007) atribui à primeira geração da Web, a característica de isolamento, já que as interações entre usuários e os próprios sites não era frequente. Sem se conseguir traçar um “divisor de águas”, a primeira geração da Web foi sendo gradativamente substituída pela Web 2.0, que Primo (2007, p 1), define como “a segunda geração de serviços *online* que se caracteriza por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo”. (BARROS, MORAES e RODRIGUES, 2010, p. 8).

Ainda sob as ideias de Primo (2007), de relevante enfoque é a consequência social do uso da internet, que antecede a importância do conceito de Web 2.0, conforme se pode verificar:

A Web 2.0 tem repercussões sociais importantes, que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações, de construção social de conhecimento apoiada pela informática. (PRIMO, 2007, p. 1).

Nesta perspectiva, se voltarmos o olhar para o contexto escolar poderemos perceber que muitos escolares estão trocando informações, dados e registros de formas e conteúdos variados, via internet através de redes sociais, como Facebook, Watshapp, Email's, o uso de Plataforma IP.TV, dentre outras. Os conteúdos acessados são de abordagens diversas, sendo que, nas escolas do município de Itacoatiara/Am, ainda não se sabe sobre medidas de controle para segregar usos indevidos, ou o uso corrente da internet como um meio de acesso e trocas referentes a conteúdos acadêmicos.

A ponderação no uso e o aproveitamento do uso do computador, sem que crianças e jovens incidam no risco de problemas reais – como a pedofilia na rede, a violência digital, a dependência do uso do computador, entre outros – é o grande desafio destas iniciativas (TANCARA et all, 2004, p. 7).

Diante desta situação, surge a necessidade de avaliar se o uso das tic's e das novas tic's estão sendo positivas, em que ponto, ou não, para o processo de aprendizagem dos alunos. Além disso, inicia-se uma reelaboração de conceitos já predefinidos como o papel da escola; sendo assim, que medidas devem ser tomadas? E que recursos educacionais devem ser usados para propor o uso

seguro da Internet enquanto mediadora de métodos e conteúdos trabalhados na escola?

Uma Iniciativa Necessária na Era da Informática

Os espaços educacionais devem centralizar seu labor em desenvolver habilidades e competências na perspectiva da formação acadêmica, que capacita o indivíduo para transformar informação em conhecimento. Para tanto, não basta saber expor e dominar conteúdos e exercícios práticos, mas a partir de um conteúdo explanado, convertê-lo em novos e outros conhecimentos, estimulando o engajamento na produção de soluções tecnológicas no sentido das políticas de acesso às nossas necessidades sociais. E como afirma Demo (1997), este exercício intelectual não traz apenas a produção científica, mas também gera a competência humana.

Tais colocações, remete-nos a questões de praticidade e agilidade, dada a dinâmica das relações e necessidades que se estabelecem na atualidade. E esta dinamicidade nos reporta aos usuários da Internet, dentre profissionais da área, um número crescente da população de diversas áreas profissionais, além de usuários leigos e populares que, usam da web para fins específicos e fins coletivos, como o uso das redes sociais e a consulta a sites com conteúdos infinitos.

Trazendo tais preocupações para nossa proposição, o uso diário e de horas intermináveis à web virou um vício, de que jovens são os que mais se utilizam do ciberespaço em conversas informais, na visualização de sites ou navegação nas redes sociais. Sendo que, o uso exagerado e indevido da internet tem influenciado na dinâmica da sala de aula, horas no processo ensino-aprendizagem, quanto a desconcentração pessoal e coletiva de acadêmicos, horas como recurso didático.

Um dos problemas ocasionados pela carga negativa da interação junto às redes sociais é o modo de comunicação escrita, cujo exercício da língua portuguesa tem sido modificado, como a geração do uso incorreto de palavras e suas abreviações. Isto tem atrapalhado e muito os alunos, que acabam assimilando esse modo de escrita – a constituição de palavras e expressões informais, usando em atividades do meio acadêmico, o que tem ocasionado um certo grau de insatisfação por parte de professores, devido a desqualificação da língua portuguesa quanto à seu uso em espaços educacionais.

De acordo com Rask (2000), é responsabilidade da Escola, acrescentar à formação fundamental de um indivíduo, o debate sobre democracia, política e cidadania neste novo contexto educacional. O autor considera a discussão mais relevante que o oferecimento de condutas padrão aos jovens, uma vez que ainda não há consenso sobre o que é certo ou apropriado nas relações virtuais (p. 2).

[...] Leal (1996), em seus estudos sobre dilemas éticos da sociedade da informação, apresenta algumas perdas decorrentes da incorporação da tecnologia na vida das pessoas: desemprego (perdas associadas à automação); diminuição na capacidade de comunicação (perda decorrente das novas formas de interação); diminuição dos espaços individuais (perdas associadas ao excesso de controle e consequente invasão de privacidade). (p. 5).

Seguindo este raciocínio, é importante destacar e compreender, diante desta visualização real, que os jovens são rápidos em assimilar o dinamismo das inovações tecnológicas, enquanto os adultos contribuem com a reflexão da aplicabilidade prática dos instrumentos e ferramentas (TAPSCOTT, 1999). Fato que leva a considerar que, a escola precisa repensar suas ações educativas na perspectiva da inclusão das tic's, tanto em questões estruturais-administrativas, quanto e principalmente no currículo escolar, de forma crítica e ampla. E seguir adiante com a preocupação de proteção dos escolares quanto a usos indevidos da web que, muitas vezes, os levam a possíveis concepções errôneas de suas condutas ou coloquem em risco o bem estar físico e mental.

Por fim, o trabalho se justifica pelo avanço do uso da internet, trazendo consigo um número crescente de usuários, a falta do auxílio e instruções devidas aos internautas e as mudanças que esse processo gera na educação escolar.

O Lugar e a preparação

O presente trabalho traz a contribuição de docentes e discentes do curso de Licenciatura em Computação do Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara (CESIT), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), na perspectiva tecnológica-educacional de desenvolver com qualidade o tripé universitário - ensino-pesquisa-extensão -, de fato, a materializar um fazer docente e discente que inicia na sala de aula e culmina no atendimento de demanda desses saberes necessários à comunidade de entorno da instituição proponente.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, indica que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando

ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (1988, p.34).

Entende-se que as políticas públicas direcionadas para área de formação do licenciando em informática buscam a integração do aluno-graduando às práticas educacionais, permitindo terem a junção da teoria com a prática, despertando seu espírito crítico e seu desenvolvimento pessoal, permitindo que o mesmo possa intervir para a adoção de novas formas de aprender e ensinar.

No entanto esta universalização e a igualdade de oportunidades para todos ainda não é uma realidade para estes escolares, considerando ainda que a maior parte dos alunos também não possui computador de alguma espécie, o que os faz não ter conhecimentos sobre noções e estudos aplicados em informática, o que os impede de efetivarem pesquisas e elaborarem trabalhos acadêmicos sob as exigências normativas de técnico-educacionais e tecnológicas exigidas na atualidade.

Ainda sob as considerações feitas acima, a educação, Direito de Todos, deve estar atrelada a dinâmica que se apresenta hoje no centro da sociedade itacoatiarense, promovendo: o direito à pesquisa, a alimentação, emprego, conhecimentos diversos, direito à vida em boa manutenção. Sob tais colocações, é mister destacar que, a pesquisa em mídia é um dos métodos, na atualidade, de grande importância para a realização de muitas atividades escolares, como a consulta a sites educativos, ampliando as fontes de pesquisas disponíveis.

A jornada “Noções Básicas de Informática aplicadas a Pesquisas e Trabalhos Escolares” foi ofertado à alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, do 6º ao 9º anos, da Escola Municipal Maria Nira Guimarães.

A referida escola localiza-se em bairro periférico do município de Itacoatiara no Estado do Amazonas, onde predominam classes sociais cultural e economicamente desfavorecidas em relação ao acesso, assimilação e usabilidade das tecnologias da informação e da comunicação (TIC's), empregadas como recurso educativo-tecnológicos na apreensão e veiculação de conhecimentos escolares. Vale lembrar que por ser um bairro periférico há questões de violência social e precariedade urbanas tangentes.

Em razão das consequências negativas provenientes desses fatos sociais, grande parte deste alunado não tem acesso à política de inserção, inclusão e assimilação de novas tecnologias, além da aplicação desses conhecimentos em

práticas escolares relativas à todas as disciplinas do currículo. O desenvolvimento deste projeto levou a essa comunidade a possibilidade acesso, interação e assimilação de conhecimentos tecnológicos que vieram a municiar os escolares a melhorar suas condutas na elaboração de seus atividades pedagógicas, além de proporcionar-lhes inclusão tecnológica social.

Cabe enfatizar a importância do desenvolvimento deste uma vez que, uma grande parte dos alunos desta escola não tem poder aquisitivo para adquirir computadores (notebook, netbook, tabletes, etc.), ou seja, o fator econômico os impede de exercer a política inclusiva de acesso à internet para fins de pessoais a acadêmicos. O exercício possível de acesso à internet, principalmente para adentrar o universo da comunicabilidade, ainda é o celular. No entanto, o uso do celular tem servido para o convívio virtual nas redes sociais e não correntemente e especificamente para realizar pesquisas escolares.

Objetivou-se com a execução do projeto: **proporcionar** a integração de jovens e adultos à sociedade, a partir da **assimilação de conteúdos na área da informática**, possibilitando aprendizados escolares na **interface informática e educação**.

No primeiro momento, foi realizada uma palestra de abertura, no pátio central da Escola Municipal Maria Nira Guimarães, com vias a motivar os participantes a ingressar no projeto, na perspectiva do interesse e do conhecimento aplicado, além de haver levantamento diagnóstico sobre as dificuldades de acesso a computadores e dos reais conhecimentos específicos de usabilidade tecnológica-educacional. Foi definido também um período de inscrições para que os bolsistas pudessem preparar as divisões de turmas e oferta de horários. Ao final, ficaram duas turmas que tinham aula uma vez por semana, em duas horas de aula teórico-práticas.

Num segundo momento, composto por reuniões de orientação pedagógica sobre como fazer apostilas didáticas que trouxessem em seu conteúdo respostas as demandas da comunidade escolar. Assim, foram criadas três apostilas sobre Excel, Power Point e de como fazer pesquisa na Internet, no formato de manuais, para servir de guia prático para os participantes do projeto.

Após a feitura das apostilas, foram realizadas reuniões de planejamento das atividades práticas sobre os principais conteúdos de informática, na intenção de habilitar discentes - bolsistas de Licenciatura em Computação - no exercício da

práxis pedagógica inerente ao licenciando, e também de formar escolares da modalidade de educação de jovens e adultos a ingressar no mundo midiático para viabilizar a apreensão de conteúdos tecnológico-educacionais e processos de pesquisas acadêmicas.

A Ação Pedagógica

De acordo com as ideias de Lênin (1965), “o método é a alma da teoria” (*apud* MINAYO, 2004, p.16), ou seja, a metodologia é fundamental para que a teoria se estabeleça como alicerce de todo projeto que irá criando forma até a sua finalização.

O projeto em referência foi trabalhado tendo por base a abordagem qualitativa-quantitativa, a qual consiste em conjugar dados e análises de forma a encontrar sintonia na dinamicidade de suas concepções, excetuando segregações, pois em separado a perspectiva qualitativa “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2004, p. 22); e a perspectiva quantitativa centra-se em dados estatísticos, apreendendo “dos fenômenos apenas a região ‘visível, ecológica, morfológica e concreta’ ” (MINAYO, 2004, p. 22).

A técnica desenvolvida para subsidiar a atuação dos bolsistas foi Sistemática, pois houve a preocupação em atender a demanda surgida do levantamento diagnóstico realizado, o qual foi cuidadosamente anotado, estudado para a criação das apostilas didáticas e concretizado através das oficinas pedagógicas.



Fonte: bolsistas Flávia, Michelle e Wagner.

Foto: registro fotográfico de uma das oficinas pedagógicas.

Inicialmente, foram realizadas a apresentação dos bolsistas e uma pequena abordagem sobre o objetivo do projeto com intuito de incentivar os alunos a importância de compreender as noções básicas de informática hodiernamente.

Seguindo o cronograma foi realizada leitura pedagógica para aquisição de conhecimentos da Introdução do Ensino da Computação, ou seja, um breve histórico do ensino e aprendizado da computação. Em seguida, era feita uma avaliação para assimilar o grau de aprendizagem dos alunos. Por outro lado, foi fundamental a compreensão teórica dos estudos, para passarmos às etapas práticas.

Cada aula, cada atividade foi executada por módulo. Uma vez compreendido cada conteúdo ministrado, o modo como funcionam, ao final era feita uma avaliação, para verificarmos o grau de dificuldade e apreensão acerca dos assuntos e habilidades computacionais.

A parte prática, das aulas práticas do projeto, tanto para bolsistas como para os escolares participantes, ocorreu de abril a agosto do corrente ano, sob a qual afirmamos como termos obtido êxito, uma vez que houve a oferta de conteúdos que respondiam às dificuldades de usabilidade das TIC's para a proposição de interface informática e educação escolar.

Apesar dos esforços, podemos destacar alguns pequenos pontos negativos durante esse processo: a maior parte dos alunos tinham dificuldades nas digitalizações devido serem pessoas com mais idade e, é claro, por não serem nativos da era da informação e da comunicação, ou seja, por terem nascido anterior aos anos 2000 a educação familiar, social e escolar, vivenciadas anteriormente não proporcionou o acesso e portanto o aguçamento de usos de recursos tecnológico-educacionais e digitais, marcando uma falta de conexão e interesse temporal. Outro fator negativo foi a desistência de três (3) alunos por motivo trabalhista, mesmo as aulas sendo ministradas no sábado.

O projeto contribuiu no sentido de tornar possível a apreensão e desenvolvimento de assuntos que cada participante se sentia incapaz de executar por não saber, muitas vezes, sequer ligar manualmente o computador. A obtenção de tais conhecimentos sobre o uso de novas tecnologias, com ênfase no uso do computador, pode tornar cada jovem/adulto participante um propenso pesquisador,

intermediador e multiplicador dos processos apreendidos, levando as informações obtidas tanto para o meio educacional, como para o meio social.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Sérgio Francisco. Método Científico: os Caminhos da Investigação. São Paulo: HARBRA, 2011.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997a.

_____. Pedagogia da autonomia. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997b.

CRUZ, Marcus Vinicius Maia da & Ramos, Mateus Edson & Boscarior, Matheus Salgado & Aleixo, Robson Pereira & Informática e Educação & Pontos Negativos. Universidade de São Paulo Instituto Nacional de Ciências e Matemática e de Computação & USP & São Paulo & SP, 2010.

CYSNEIROS, Paulo Gileno. Novas Tecnologias na sala de aula: melhoria do ensino ou inovação conservadora? INFORMÁTICA EDUCATIVA, v. 12, n.1, 1999, 11-24.

DEMO, Pedro. Educar pela Pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

FREITAS, M. T. de A. Computador/Internet como Instrumento de Aprendizagem: Uma Reflexão a partir da abordagem Psicológica Histórico-Cultural. In: 2º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, anais eletrônicos, 2008. Disponível em www.ufpe.br/nehete/simposio/2008. Acesso em 03/01/2014.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MENDES, L. M. B. Experiências de fronteiras: Os meios digitais em sala de aula. São Paulo s.n., 2009.

PRIMO, Alex. O Aspecto Relacional das Interações na Web 2.0. Brasília: E-Compós, v. 9, p. 1-21, 2007.

RASK, S. R (2000). Ethics and the Internet. Disponível em <http://www.isoc.org/inet2000/cdproceedings/8>.

RODRIGUES, C. C. L.; Cymrot, R.; Barros, S. D. P. S.; Moraes, U. C.; et all (2008). Uma análise das questões ético-computacionais e suas consequências: como formar cidadãos conscientes e engajados na Universidade Presbiteriana Mackenzie (MackPesquisa).

SAMPAIO, Marisa Narcizo; LEITE, Lígia Silva. Alfabetização tecnológica do professor. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____, _____; _____, _____. Alfabetização tecnológica do professor. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____, _____. Educação e Tecnologia: O novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007 (Coleção: Papirus Educação).

SILVA, Camila Ceccatto da; VARGAS, Elton da Silva. Windows Vista: uma nova experiência. 1. ed. Santa Cruz do Rio Pardo, SP : Editora Viena, 2007.

TANCARA, C.; Oliveira, G. R. S.; Tancara, M.; Pombeiro, O. (2004). Filhos da Era Digital. Disponível em http://www.assespropr.org.br.uploadAdress/Filhos_da_Era_Digital.pdf. Acesso em 17 fev de 2010.

TAPSCOTT, D. Geração Digital: a crescente e irreversível ascensão da geração net. São Paulo: Makron Books, 1999.

A METODOLOGIA PROBLEMATIZADORA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO EM SAÚDE DA UFPB: UM ESTUDO PILOTO

Luana Jesus de Almeida da Costa¹; Kátia Suely Queiroz Silva Ribeiro²; Ulisses Umbelino dos Anjos³

¹ Fisioterapeuta. Especialista em Saúde da Família e Mestranda em Modelos de Decisão e Saúde pela Universidade Federal da Paraíba; ² Professora do Programa de Pós-Graduação em Modelos de Decisão e Saúde. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba; ³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Modelos de Decisão e Saúde. Doutor em Estatística e Mestre em Ciências da Computação e Matemática Computacional pela Universidade de São Paulo.

RESUMO

Os currículos da área de saúde ainda são marcados pelo uso de metodologias conservadoras, nas quais é proposto um conhecimento que é transferido verticalmente aos alunos e não construído de forma crítica e coletiva no processo de ensino-aprendizagem. O estudo busca investigar a presença da metodologia problematizadora da Educação Popular e o perfil de estudantes dos cursos de saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O presente trabalho pertence à temática Metodologias e Desafios da Pesquisa em Extensão Popular. Trata-se de um estudo exploratório, do tipo transversal e descritivo, com delineamento quanti-qualitativo, realizado com 45 estudantes dos cursos de saúde da UFPB. Foi aplicado um questionário estruturado, submetido a todas as etapas de validação e composto por 24 questões acerca dos aspectos da formação em saúde. Os dados foram tabulados no programa *Excel 2010* e analisados no *software* estatístico R. Foi realizada a estatística descritiva dos dados e o cálculo do alfa de Cronbach para validação do instrumento. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CCS/UFPB) e obedeceu aos critérios éticos. A idade da amostra variou entre 19 e 38 anos, a maioria dos estudantes avaliados eram do sexo feminino (73,3%), apresentavam renda de 1 a 2 e 3 a 4 salários mínimos (35,55%) e não participavam de projetos de pesquisa/extensão orientados pelos princípios da

Educação Popular (53,33%). Percebe-se que ainda são grandes os desafios da formação em saúde, principalmente quando se leva em consideração o tripé da formação universitária composto por ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Metodologia Problematicadora, Educação Popular, Formação em Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A formação dos profissionais de saúde tem sido pautada no uso de metodologias conservadoras ou tradicionais sob forte influência do mecanicismo de inspiração cartesiana-newtoniana, fragmentado e reducionista. Sendo assim, surgem questionamentos sobre o perfil do profissional formado, principalmente com a preocupação relativa à tendência à especialização precoce e ao ensino marcado, ao longo dos anos, por parâmetros curriculares baseados no modelo Flexneriano. Este modelo visa à formação de profissionais aptos à atuação curativa, com atenção voltada para a doença, sem direcionar importância à prevenção e promoção da saúde, assim como, ao cuidado integral. Tais aspectos acabam produzindo um ensino dissociado do serviço e das reais necessidades do sistema de saúde vigente (MITRE, et. al., 2008).

Em todo o mundo o ensino superior tem demonstrado uma necessidade de mudança, frente à inadequação do modelo tradicional em atender às necessidades da sociedade. Esse processo traz muitos obstáculos, dentre eles o rompimento de paradigmas e práticas educacionais cristalizadas ao longo dos anos e a formação de profissionais que valorizem a dimensão essencial do cuidado permeada pela relação entre humanos (CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004).

Neste sentido, um intenso movimento de reformas emergiu no cenário político educacional brasileiro a partir da década de 1990, com destaque para a Lei 9.394 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), publicada em 1996, a qual propôs a reorganização da educação em todos os seus níveis. No ensino superior, o modelo baseado em Currículos Mínimos foi substituído por Diretrizes Curriculares, no intuito de assegurar a flexibilidade e diversidade necessárias aos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior (BRASIL, 2001).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos da área de saúde pressupõem que a formação possibilite o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva dos discentes enquanto um compromisso social. Busca-se a problematização da realidade e possíveis soluções para os problemas existentes no processo saúde-doença, numa perspectiva de atenção integral à saúde.

Neste sentido, uma importante perspectiva problematizadora de educação que desponta neste cenário é a Educação Popular. Sistematizada, principalmente, por Paulo Freire, preconiza o papel da educação, não como uma prática para depósito de conteúdos cujos estudantes participariam de forma passiva do processo, mas sim, como uma ação emancipatória, que deve ser problematizada, refletida, numa relação dialógica entre educador e educando, possibilitando um aprendizado mútuo e transformador da realidade. Sendo assim, ao utilizar as metodologias problematizadoras orientadas pela Educação Popular na formação em saúde, procura-se formar perfis profissionais adequados a atender as demandas do Sistema Único de Saúde (SUS), realizando o diálogo com a população de forma crítica e

Neste sentido, sabendo-se da importância da Educação Popular para o processo de formação crítica, reflexiva e dialógica, através de uma práxis transformadora. Assim como levando em consideração que o processo formativo dos profissionais de saúde deve tomar como base o tripé: ensino, pesquisa e extensão, busca-se investigar a presença da metodologia problematizadora da Educação Popular e o perfil de uma amostra de estudantes dos cursos de saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CENÁRIO EDUCACIONAL DO ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE

A formação universitária em saúde mostra-se, ainda, muito marcada pelo modelo de ensino que se consolidou nos EUA no início do século XX, a partir dos estudos e das propostas de Flexner, que criou os padrões de organização do ensino para todos os cursos de Medicina do seu país. Esta proposta é baseada no paradigma newtoniano e cartesiano da ciência, no qual o papel do profissional de

saúde é intervir física e quimicamente nos problemas de saúde da população (VASCONCELOS, 2011).

De acordo com Lima (2010) o modelo tradicional de ensino fundamenta-se na relação professor-aluno verticalizada, onde o conhecimento é transmitido e não construído coletivamente em sala de aula. Esse tipo de educação bancária, relatada por Paulo Freire, na qual o aluno é considerado como uma caixa vazia, onde se deve depositar todo o conhecimento planejado para o bimestre, semestre ou ano, não estimula o estudante a pensar de forma crítica e reflexiva sobre o seu processo de ensino- aprendizagem.

Relativamente a este tipo de educação, baseada apenas na transmissão de conhecimentos, Paulo Freire afirma em seu livro *Pedagogia do Oprimido* que:

“A educação bancária corresponde a um instrumento de opressão que considera apenas o educador como sujeito que conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Neste sentido, na visão bancária da educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber, fazendo com que o educando seja um mero receptor de conteúdos. Neste tipo de educação não há criatividade, não há transformação, não há saber e nem a presença do diálogo” (FREIRE, 2010, p. 58).

Na área da saúde, o modelo biomédico, que visa uma formação fragmentada, altamente especializada pela busca da eficiência técnica, ainda se encontra enraizado na prática pedagógica da maioria dos professores. Esse tipo de modelo que tem como foco a doença em detrimento do indivíduo em sua totalidade fragmenta o ensino e a visão de integralidade essencial à formação de recursos humanos para a saúde (SOUZA, IGLESIAS, PAZIN-FILHO, 2014).

A necessidade de mudanças na formação dos profissionais de saúde visando sua adequação a um modelo assistencial que tem como pressupostos principais a humanização do atendimento, a integralidade do ser humano, a promoção da saúde e a necessidade da interlocução com outros saberes, inclusive o saber popular, vêm sendo objeto de muitos debates e propostas (RIBEIRO, 2005).

Com a aprovação, em 2001, das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação na Área da Saúde, de acordo com a Resolução CNE/CES n. 04/2001 (BRASIL, 2001), muito se tem discutido e pesquisado acerca de inovações já realizadas e daquelas ainda a se implantar (GOMES, 2010).

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Saúde apresentam como objetivo: levar os alunos dos cursos de graduação a aprender, aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer. Objetiva-se garantir a capacitação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado aos indivíduos, famílias e comunidades (CNE, 2001).

Estes objetivos definidos pelas Diretrizes Curriculares estão ancorados nos quatro pilares da Educação, definidos no relatório da Comissão Internacional da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura que trata da educação para o século XXI. Por meio deles, afirma-se que a educação deve objetivar o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (DELORS, 2010).

A partir da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais, as universidades conquistaram o direito de definir as estruturas curriculares de seus cursos, explicitando as competências e as habilidades que desejavam desenvolver, a partir de um Projeto Pedagógico que fosse capaz de atender às demandas da sociedade. Estas diretrizes afirmam que o ensino deve ser ministrado com base em vários princípios, dentre os quais o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (SILVA, 2003).

Algumas iniciativas, tais como o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), também procuram incentivar mudanças nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação. O intuito deste Programa é promover melhorias na formação dos profissionais de saúde no Brasil, a fim de que estivessem preparados para lidar com as demandas do Sistema Único de Saúde (CONTERNO; LOPES, 2013).

Nessa perspectiva, verifica-se que no ensino profissional em saúde brasileiro, nos últimos anos, tem-se divulgado muito a educação problematizadora. Vasconcelos (2004) afirma que esta metodologia tem ajudado a criar alternativas ao modelo de ensino em saúde tradicional, baseado em disciplinas especializadas e estanques, que fragmentam a análise dos problemas de saúde.

2.2 EDUCAÇÃO POPULAR E A METODOLOGIA PROBLEMATIZADORA

A Metodologia da Problematização surgiu dos movimentos populares educacionais no final dos anos 50 e início dos anos 60, foi interrompida pelo golpe militar de 1964 e retornou o seu desenvolvimento nos anos 70 e início dos anos 80. Esta metodologia tem demonstrado uma relevância no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que professores e alunos são mediatizados pela própria realidade que vivem, da qual apreendem e extraem o conteúdo da aprendizagem (RÊGO, 2012).

No cenário educacional brasileiro, principalmente no âmbito do ensino superior vêm se destacando as metodologias problematizadoras pautadas na Educação Popular, como um instrumento auxiliar na incorporação de novas práticas por profissionais e serviços de saúde. A concepção teórica da Educação Popular, valorizando o saber do outro, entendendo que o conhecimento é um processo de construção coletiva, tem sido utilizada pelos serviços, visando a um novo entendimento das ações de saúde como ações educativas (ALBUQUERQUE; STOTZ, 2004).

Esta aproximação entre profissionais e população aconteceu ao mesmo tempo em que se fomentava a reforma sanitária que levou a criação do SUS. Vasconcelos (2010) diz que, “pequenas experiências de saúde comunitária difundiram-se e tornaram-se referências importantes para pensar o novo modelo assistencial à saúde no SUS”.

A Educação Popular, portanto, aproxima-se da área da saúde para que o usuário em seu contexto ambiental, cultural, social, torne-se o centro do movimento por melhorias na qualidade de vida da população (VASCONCELOS, 2007). Nesse processo, profundas modificações vêm ocorrendo no campo político e, conseqüentemente, também no campo da saúde. A construção de uma Política Nacional de Educação Popular em Saúde, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2012, é uma nova perspectiva de que o diálogo, a autonomia, a promoção da saúde e o cuidado tornem-se elementos importantes dentro do contexto do SUS (PRADO, FALLEIRO, MANO, 2011).

No contexto educacional pode-se compreender que a Educação Popular se define pela e na práxis com ênfase nas questões pedagógicas e metodológicas, ela pode ser incorporada às práticas em saúde de maneira contínua e sistemática, uma vez que implica em momentos de reflexão teórica sobre a prática. Neste sentido, experiências desenvolvidas com o uso da Educação Popular em

momentos de discussão e construção coletiva, destacam à necessidade de mudanças pedagógico-metodológicas nos espaços do ensino; os desencontros entre discurso e prática como um entrave na práxis do ensino e à educação popular como uma aliada da integralidade em saúde (COSSETIN, et. al, 2012).

Para compreender o que seria esta educação pautada na práxis, é preciso definir o conceito de práxis, elaborado por Marx, o qual a compreende enquanto uma “ação transformadora” realizada pelo ser humano, pela qual ele transforma o mundo e também se transforma. Neste sentido, Marx afirma que é o trabalho, que torna o ser humano sujeito diante do objeto, e é essa capacidade de transformação (do mundo e de si mesmo) que faz a sua história. Dentro deste contexto, a Educação vinculada à práxis na perspectiva de Paulo Freire deve ser uma educação libertadora. (GROPPO; COUTINHO, 2013).

Nesta perspectiva da educação pautada na práxis, Freire (2010) afirma que esta deve ser humanizadora, libertadora e crítica. Sendo assim, esta educação não existe sem conflitos, pois é seu papel também desmitificar a opressão que há mesmo dentro do oprimido, nas relações nas quais ele se identifica como “menos”. O papel de tal práxis educativa é a realização do ser mais, da humanização dos homens e mulheres envolvidos nessa práxis. Ela permite que os sujeitos envolvidos neste processo de aprendizagem busquem uma transformação libertadora da realidade em que vivem, a partir da reflexão e ação sobre o mundo.

Pode-se dizer que a Educação Popular trabalha no sentido da integralidade de saberes e de práticas, já que possibilita o encontro com outros espaços, com outros agentes e com tecnologias que se colocam a favor da vida, da dignidade e do respeito ao outro. Entende que o conhecimento pode e deve ser construído coletivamente, juntamente com os diversos atores envolvidos no processo de aprendizagem. A Educação Popular com enfoque na saúde busca possibilidades teóricas e metodológicas para transformar as tradicionais práticas de educação em saúde em práticas pedagógicas que levem à superação das situações que limitam o viver (BRASIL, 2007).

Neste cenário, o sistema de ensino-aprendizagem e as tendências predominantes vêm sendo questionados constantemente, a fim de que sejam adotadas no processo formativo, concepções pedagógicas críticas, reflexivas e problematizadoras. Também se procura adotar metodologias que permitam a participação ativa dos estudantes e futuros profissionais em novos e diferentes

cenários de ensino, no intuito de adequar a formação à realidade da população e dos serviços de saúde. Assim, esta aproximação dos estudantes com a população e com a realidade a sua volta permite uma ação e reflexão sobre o mundo para transformá-lo.

2.3 METODOLOGIA

Foi desenvolvido um estudo exploratório, do tipo transversal e descritivo, com delineamento quanti-qualitativo. Teve como sujeitos 45 estudantes dos cursos do Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Médicas (Enfermagem, Educação Física, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional), da Universidade Federal da Paraíba, localizados na cidade de João Pessoa-PB.

Após a identificação dos acadêmicos por meio dos dados disponibilizados pelos coordenadores dos cursos, a pesquisadora foi *in locus* informar aos estudantes os objetivos da pesquisa, convidá-los a participar do estudo e aplicar o questionário. Trata-se de um estudo piloto realizado com uma amostra da população a ser investigada em uma pesquisa maior, a qual engloba todos os estudantes do penúltimo período dos cursos de graduação em saúde da UFPB. Neste piloto, utilizou-se como critério de inclusão, apenas aqueles acadêmicos que já haviam cursado 50% do curso, que não faziam parte da população a ser investigada no estudo maior, que estivessem presentes em sala de aula no momento da aplicação do questionário e aceitassem participar da pesquisa.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado com 24 questões acerca dos aspectos da formação em saúde construído de acordo com os objetivos do presente estudo. O presente questionário é composto por três partes: a primeira destina-se a avaliar o perfil sociodemográfico e estudantil da população do estudo; a segunda refere-se à avaliação dos conhecimentos e da vivência ao longo da formação acadêmica e a terceira parte objetiva analisar o conhecimento e a vivência dos discentes nos projetos de pesquisa e extensão pautados na Educação Popular.

Para avaliação estatística, os dados coletados através do instrumento de pesquisa foram tabulados em uma planilha eletrônica (*Microsoft Office Excel 2010*) e posteriormente analisados por meio do *software* estatístico R (The R Project for

Statistical Computing, versão i386 2.15.1). Neste *software* foi realizada a estatística descritiva dos dados por meio da distribuição das frequências, porcentagens, médias e desvio padrão, assim como o cálculo do alfa de Cronbach para validar o instrumento.

O presente estudo foi cadastrado na Plataforma Brasil e enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, sendo aprovado mediante o protocolo nº 0295/15 e CAAE: 45855315.1.0000.5188. O mesmo foi realizado de acordo com os aspectos éticos, onde os sujeitos concordaram em participar do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme é preconizado pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que institui as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012).

2.4 RESULTADOS

2.4.1 VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O questionário construído para o presente estudo foi submetido à validação de conteúdo, por meio da avaliação de seis especialistas com expertise na área de Educação Popular. Foi utilizado como critério de seleção destes especialistas, professores doutores na área que já trabalhavam com a Educação Popular há pelo menos cinco anos. Após a análise do instrumento por estes especialistas algumas assertivas foram reformuladas mediante sugestão dos avaliadores. Posteriormente, o questionário foi submetido à validação semântica, através da aplicação de um estudo piloto com 45 indivíduos em população similar à população pesquisada, para avaliar possíveis dificuldades de compreensão das afirmativas, assim como possíveis alterações a serem realizadas no instrumento.

Para verificação do nível de fidedignidade do instrumento, a consistência interna foi testada por meio do alfa de Cronbach, o qual fornece um índice que varia de 0 a 1 e visa testar a consistência de um grupo de variáveis. O alfa de Cronbach é uma ferramenta estatística, descrita por Cronbach em 1951 que corresponde à média das correlações entre os itens que fazem parte de um instrumento e quantifica numa escala de 0 a 1, a fidedignidade de um questionário. O valor mínimo

aceitável para se considerar um questionário confiável é 0,7; abaixo desse valor a consistência interna da escala utilizada é considerada baixa. Já o valor máximo esperado é 0,90; acima deste valor, pode-se considerar que há redundância ou duplicação, significando que vários itens do instrumento estão mensurando exatamente o mesmo elemento de um construto e neste sentido os itens redundantes devem ser eliminados. Valores de 0,60 a 0,70 são considerados o limite inferior de aceitabilidade (STREINER, 2003; HAIR et. al, 2009).

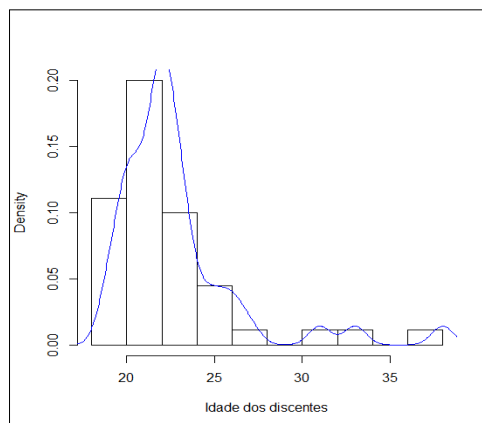
Neste sentido este coeficiente objetiva expressar, por meio de um fator, o grau de fidedignidade das respostas decorrentes de um questionário. Sendo assim, quanto mais próximo a 1, menor será o erro estatístico a que está exposto o instrumento. Através deste teste, pode-se verificar se o instrumento mensura aquilo que realmente pretende medir, de forma consistente, proporcionando medidas coerentes de um mesmo objeto ou pessoa (VIEIRA, 2009).

A consistência interna do instrumento foi avaliada mediante o cálculo do alfa de Cronbach, levando em consideração as 45 observações do estudo piloto e as assertivas presentes no questionário, 14 relativas ao conhecimento e a vivência ao longo do curso de graduação (Parte II) e 10 referentes à vivência em projetos de pesquisa e/ou extensão ao longo da formação acadêmica (Parte III). Os valores obtidos do Alfa para a parte II do questionário (n=45) foi de 0.85, já na parte III (n=21) o valor do Alfa de Cronbach foi de 0,80, o que representa alta consistência interna do questionário. Por fim, após esta etapa de validação do instrumento, este será aplicado à população do estudo maior, composta por estudantes do penúltimo ano dos nove cursos de graduação em saúde da UFPB.

2.4.2 ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva foi realizada para o levantamento do perfil sociodemográfico e estudantil dos discentes. A amostra referente ao estudo piloto foi composta por 45 estudantes, sendo 5 de cada curso avaliado. A idade da amostra geral variou entre 19 e 38 anos, com média de $22,8 \pm 3,6$ anos e mediana de 22. Ao analisar a idade através de intervalos percebeu-se que a grande maioria da amostra (77,7%) encontrava-se no intervalo de idade entre 19 e 24 anos, demonstrando assim o caráter jovem da amostra investigada, conforme observado no gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição da Idade dos discentes em função dos intervalos de idade.



Com relação à variável sexo, verificou-se predominância do sexo feminino na amostra geral, com 73,3%. Quando esta análise foi realizada pelos cursos, percebeu-se uma predominância do sexo feminino na amostra dos cursos de Enfermagem, Nutrição, Fonoaudiologia e Odontologia, todos com 100% de mulheres na amostra, seguido dos cursos de Terapia Ocupacional com 80% da amostra do sexo feminino e Educação Física e Medicina, ambos com 60% de mulheres na amostra. Entretanto, nos cursos de Fisioterapia e Farmácia a maior prevalência encontrada foi do sexo masculino, 80% e 60%, respectivamente, como apresentado na tabela 1.

No que se refere à renda familiar, a maioria da amostra do estudo concentrou-se nas faixas de 1 a 2 salários mínimos e 3 a 4 salários mínimos, ambos com os mesmos percentuais 35,55%. Ao analisar a renda dos discentes de acordo com os cursos, percebe-se que na grande maioria a renda dos discentes encontrava-se em faixas semelhantes aos valores da amostra geral; entretanto, nos cursos de Medicina (100%) e Nutrição (80%) a maioria dos discentes declarou ter renda nas faixas de 3 a 4 salários mínimos e de cinco salários mínimos ou mais.

No tocante à participação em projetos de pesquisa e/ou extensão, orientados pela Educação Popular, a maioria da amostra do estudo piloto (53,33%) afirmou não ter participado de projeto de pesquisa e/ou extensão, pautado nos princípios da Educação Popular. Quando analisada esta variável através dos cursos, percebe-se que nos cursos de Enfermagem (100%), Medicina (60%) e Odontologia (60%) a maioria dos discentes informaram que participavam de projetos de pesquisa e/ou extensão orientados pela Educação Popular. Já nos cursos de Farmácia, Fonoaudiologia e Nutrição, 40% dos estudantes afirmaram

participar de algum projeto de pesquisa e/ou extensão norteado pelos princípios da Educação Popular e nos cursos de Educação Física e Fisioterapia, apenas 20% dos discentes responderam afirmativamente a esta variável (TABELA I).

Entendendo-se o tripé da universidade como sendo composto por ensino, pesquisa e extensão, esta última deveria servir como base de orientação para as demais, na construção de uma educação transformadora. Assim, as universidades brasileiras poderiam proporcionar uma formação crítica e reflexiva, possibilitando estudos a partir da realidade concreta da nossa sociedade. Igualmente, a pesquisa

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico e estudantil da amostra. João Pessoa, 2016

VARIÁVEL	Total		Enfermagem		Educação Física		Farmácia		Fisioterapia		Fonoaudiologia		Medicina		Nutrição		Odontologia		Terapia Ocupacional	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
SEXO																				
Masculino	12	26,6	0	0	2	40,0	3	60,0	4	80,0	0	0	2	40,0	0	0	0	0	1	20,0
Feminino	33	73,3	5	100	3	60,0	2	40,0	1	20,0	5	100	3	60,0	5	100	5	100	4	80,0
RENDIA FAMILIAR																				
<1 SM	1	2,22	0	0	0	0	1	20,0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1 – 2 SM	16	35,55	2	40,0	2	40,0	1	20,0	2	40,0	2	40,0	0	0	1	20,0	2	40,0	4	80,0
3 – 4 SM	16	35,55	2	40,0	1	20,0	3	60,0	2	40,0	2	40,0	2	40,0	3	60,0	1	20,0	0	0
> 5 SM	12	26,66	1	20,0	2	40,0	0	0	1	20,0	1	20,0	3	60,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0
PROJETO PESQUISA/ EXTENSÃO																				
Sim	21	46,66	5	100	1	20,0	2	40,0	1	20,0	2	40,0	3	60,0	2	40,0	3	60,0	2	40,0
Não	24	53,33	1	0	4	80,0	3	60,0	4	80,0	3	60,0	2	40,0	3	60,0	2	40,0	3	60,0

Fonte: Dados da pesquisa. João Pessoa – PB, 2016. Legenda: SM = Salário Mínimo.

3 CONCLUSÃO

Podemos perceber através do presente estudo que ainda são grandes os desafios enfrentados no âmbito da formação em saúde, no que se refere a utilização de metodologias críticas, dialógicas, reflexivas e problematizadoras.

Outro aspecto observado é que a maioria dos estudantes avaliados não participavam de projetos de pesquisa e/ou extensão orientados pelos princípios da Educação Popular. Este dado revela que é necessária a ampliação da participação dos estudantes de graduação em saúde neste cenário, uma vez que a inserção nestes projetos auxilia na reorientação da formação em saúde.

É preciso observar também que a integração entre a assistência à saúde e a formação de recursos humanos, baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão é indispensável. Este desenho possibilita a implementação de estratégias e mecanismos de cooperação entre provedores de serviços, comunidade usuária e universidade, levando em consideração a especificidade dos papéis e responsabilidades de cada um dos atores envolvidos neste processo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. C.; STOTZ, E. N. A educação popular na atenção básica à saúde no município: em busca da integralidade. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. v. 8, n.15, p.259-74, março/agosto, 2004.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília (DF): Senado, 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES 3/2001. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição. Diário Oficial da União. Brasília (DF), 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>>. Acesso em 20 de Março de 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Resolução Nº 466 de 12 de Dezembro de 2012**. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em 15 de Junho de 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Medicina**. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES4/2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES04.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2014.

CONTERNO, S. F. R.; LOPES, R. E. Inovações do século passado: origens dos referenciais pedagógicos na formação profissional em saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 11 n. 3, p. 503-523, set./dez, 2013.

COSSETIN, A.; RESTA, D. G.; MATTIONI, F. C.; BUDÓ, M. L. D. Educação Popular em Saúde no Curso de Graduação em Enfermagem: Construção de Espaços Curriculares Participativos. **Revista de Enfermagem UFSM**. v. 2, n. 3, p. 560-568. Set/Dez, 2012.

CYRINO, E. G; TORALLES-PEREIRA, M. L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Caderno de Saúde Pública**. v. 20, n.3, p.780-788, maio/junho, 2004.

DELORS, J. (coordenador). **Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Brasília (DF): MEC, UNESCO. Julho, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GOMES, M. P. C. O uso de metodologias ativas no ensino de graduação nas ciências sociais e da saúde – avaliação dos estudantes. **Ciência & Educação**. v. 16, n. 1, p. 181-198, 2010.

GROPPO, L. A.; COUTINHO, S. C; A práxis da Educação Popular: considerações sobre sua história e seus desafios diante da consolidação do campo das práticas socioeducativas. **Rev. Ed. Popular**. Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 20-33, jul./dez, 2013.

HAIR, J. F.; JR. BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise Multivariada de Dados**. 6º ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LIMA, P. G. **Formação de professores: por uma resignificação do trabalho pedagógico na escola**. EDUFGD, 2010.

MITRE, S. M.; BATISTA, R. S.; MENDONÇA, J. M. G.; PINTO, N. M. M.; MEIRELLES, C. A. B.; PORTO, C. P. MOREIRA, T.; HOFFMANN, L. M. A. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 13, n. 2. p. 2133-2144, 2008.

PRADO, E. V. D.; FALLEIRO, L. D. M.; MANO, M. A. Cuidado, promoção de saúde e educação popular – porque um não pode viver sem os outros? **Revista APS**. v. 14, n. 4, p. 464-471, 2011.

RÊGO, H. M. C. **A Metodologia da Problematização como uma alternativa de abordagem de ensino aprendizagem na disciplina de didática aplicada ao ensino superior do Programa de Pós-Graduação em odontologia restauradora**: Arco de Maguerez. Dissertação (Mestrado em Odontologia Restauradora). Programa de Pós-Graduação em Odontologia Restauradora. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São José dos Campos, 2012.

RIBEIRO, K. S. Q. S. A contribuição da extensão comunitária para a formação acadêmica em fisioterapia. São Paulo: **Fisioterapia e Pesquisa**. v.12, n.3. Abril, 2005.

SILVA, C.C. da. **Competências na prática educativa para constituição da força de trabalho em saúde: um desafio aos educadores**. Tese [Doutorado]. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo. 164 p, 2003.

SOUZA, C. S.; IGLESIAS, A. G.; PAZIN-FILHO, A. Estratégias inovadoras para métodos de ensino tradicionais – aspectos gerais. **Revista Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**. V. 47, n. 3, p. 284-29, 2014.

STREINER, D. L. Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter. **Journal of Personality Assessment**. v. 80, p. 217-222, 2003.

VASCONCELOS, E. M.; Educação Popular e o movimento de transformação da formação universitária no campo da saúde. In: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (Org.). **Educação Popular na Formação Universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

VASCONCELOS, E. M. O significado da educação popular na realidade e na utopia da atenção primária à saúde brasileira. In: MANO, M. A. M.; PRADO, E. V. D. (Org.). **Vivências de educação popular em atenção primária à saúde: a realidade e a utopia**. São Carlos: EDUFSCAR, p.82-92, 2010.

VASCONCELOS, E. M. Educação popular: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio a Gestão Participativa. **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde. p.18-29, 2007.

VASCONCELOS, E. M. Educação Popular: de uma Prática Alternativa a uma Estratégia de Gestão Participativa das Políticas de Saúde. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*. v. 14, n. 1, p. 67- 83. Rio de Janeiro, 2004.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. Editora Atlas: São Paulo. 159p, 2009.

DEPRESSÃO, DROGADIÇÃO E COMPORTAMENTO DE RISCO ENTRE PROFISSIONAIS DO SEXO

Letícia Lacerda de Oliveira¹

¹ Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Sul da Bahia –
UFSB. E-mail: lelacerda.oliveira@hotmail.com

RESUMO

A depressão é mais comum entre mulheres do que entre homens na proporção de 2:1. Em todo o mundo, a incidência desta patologia encontra-se na faixa entre 8 a 12%. Pesquisas apontam incidência entre as trabalhadoras do sexo acima da população em geral. A drogadição também é comum entre prostitutas, sendo que parte delas se tornam dependentes após entrarem no mundo da prostituição. Por outro lado, outras tornam-se prostitutas justamente para manter o vício, que visa em especial diminuir emoções desagradáveis. Já o comportamento de risco dá-se por exigência do cliente, sendo aceitos devido à necessidade de obter mais dinheiro. **Objetivo:** Realizar um levantamento bibliográfico através de busca em base de dados Scielo, Lilacs e MedLine que correlacione depressão, drogadição e comportamento de risco entre profissionais do sexo. **Resultados:** Foram localizados no total 20 artigos nas 3 bases, sendo 6 artigos na base Scielo, 8 na base Lilacs, e 6 na PubMed. Chama a atenção o baixo número de artigos que abordem a temática da saúde mental e a inexistência de artigos que abordem depressão, drogadição e comportamento de risco entre estas mulheres. **Conclusão e considerações finais:** Sugere-se que sejam elaborados estudos que correlacionem depressão, drogadição e comportamento de risco entre estas mulheres. Sugere-se ainda estudos que avaliem a ligação entre a autoimagem prejudicada, o comportamento de risco e a ideação suicida especificamente entre as profissionais do sexo. Por ser multifatorial, a prostituição, é fundamental a avaliação do sujeito como um todo, identificando possíveis relações de causa e efeito.

Palavras-chaves: Prostituição, prostituta, profissionais do sexo, depressão, drogadição, consumo de drogas, comportamento de risco.

I. INTRODUÇÃO

A prostituição é um fenômeno social comum em diferentes civilizações. Esta atividade existe e é mantida em função da sociedade, que em contrapartida, discrimina, pune e segrega a profissional do sexo (FONAI; DELITTI, 2007).

A depressão é uma patologia recorrente entre estas mulheres, estando a incidência neste grupo acima da média da população em geral (SCHNEIDER *et al*, 2004; BOHÓRQUEZ *et al*, 2010; DELL'AGNOLO *et al*, 2012).

Segundo o DSM-V (5ª edição do manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais), a depressão não é uma doença única, mas múltiplas categorias diagnósticas que podem refletir vulnerabilidades em comum a um grupo de doenças. Segundo este mesmo manual, característica essencial de um episódio depressivo é a duração de, no mínimo duas semanas, durante as quais há um humor deprimido ou perda de interesse ou prazer por quase todas as atividades (anedonia), incluindo o desinteresse pela interação social (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

O portador pode ainda apresentar queixas como fadiga, fraqueza, sensação de peso em uma parte do corpo, tonturas, palpitações, disfunção gastrointestinal, falta de ar (dispnéia), mudanças no padrão de sono (incluindo a duração e qualidade do mesmo), alterações no apetite, cefaléia, dores físicas (em especial, dores articulares ou lombalgia), apatia, déficit no autocuidado, autoimagem prejudicada (também conhecido como sentimento de menos valia ou baixa autoestima), choros frequentes e aparentemente infundados, sentimentos de profundo desespero e desamparo, exaustão física e psíquica, além da ideação suicida (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014; KAPLAN; SADOCK; GREBB, 2007). A ideia do suicídio surge como um aparente desfecho para quadro de profundo sofrimento, presente no depressivo, sendo este um ato de desespero ou insanidade (BARBOZA; MACEDO; SILVEIRA, 2011).

Depressivos são mais propensos a ter múltiplos parceiros sexuais e ao comportamento de risco, tornando-os mais suscetíveis às doenças sexualmente

transmissíveis (PILLON; O'BRIEN; CHAVEZ, 2005). Entre as profissionais do sexo, este comportamento é ainda mais comum por diferentes fatores, o que torna estas mulheres mais vulneráveis (BARBOSA JÚNIOR *et al*, 2009).

Os transtornos depressivos precedem a instalação da dependência química em 77,3% dos pacientes em tratamento (JORGE; SILVEIRA, 2009).

Barbosa Júnior *et al* (2009), afirmam que as profissionais do sexo têm mostrado que o tempo na profissão estão associados ao comportamento de risco, que inclui o sexo sem proteção e o consumo de drogas lícitas ou ilícitas, o que aumenta o risco de infecção pelo HIV. Coradete Júnior *et al* (2004), apontam que muitas mulheres vendem seus corpos especificamente para aquisição de drogas.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Prostituição

A prostituição no Brasil não é crime. Trata-se de uma profissão reconhecida pelo Ministério do Trabalho e emprego, por meio do Código brasileiro de profissões - CBO 5198-05 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2002). A atividade tem como descrição:

Batalhar programas sexuais em locais privados, vias públicas e garimpos; atender e acompanhar clientes homens e mulheres, de orientações sexuais diversas; administrar orçamentos individuais e familiares; promover a organização da categoria. Realizar ações educativas no campo da sexualidade; propagandear os serviços prestados. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam as vulnerabilidades da profissão (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2002).

No entanto, embora seja uma profissão reconhecida, esta não é uma profissão regulamentada. Com isso, prostitutas têm seus direitos trabalhistas negados e ficam em situação de maior vulnerabilidade, o que contribui para que trabalhem em um ambiente de violência e exploração (LIMA, 2013).

A regulamentação da prostituição gera divergência entre políticos, profissionais do sexo e sociedade, em especial a grupos feministas (MARTÍN, 2016). Segundo estes grupos, a regulamentação não visa promover os direitos e a autonomia econômica das mulheres, mas suprir uma necessidade da indústria

sexual, que juntamente com as grandes corporações, pretendem legitimar a mercantilização do corpo feminino visando altos lucros, sobretudo em grandes eventos como a Copa do Mundo e Olimpíadas (FARIA, 2014; MARTÍN, 2016).

O turismo sexual gera lucros incalculáveis, sendo visível nas sociedades contemporâneas. Mesmo não sendo considerada como segmento da atividade turística, possui um mercado configurado em muitos países, em especial no Brasil. A presença desse turismo pode estar relacionada a problemas econômicos e sociais, ou ainda, ser consequência do desenvolvimento da atividade turística sem planejamento. Contudo, estes fatores não podem ser analisados isoladamente da atividade turística (SILVA; BLANCHETTE, 2007).

Moreira (2010) e Farias *et al* (2010) ressaltam que, apesar do termo “vida fácil”, estas mulheres comumente são vítimas de violência física e psicológica, sendo estes abusos, parte do cotidiano destas mulheres, uma vez que elas não escolhem seus clientes. Porém não é apenas da parte de seus clientes que partem os atos violentos, mas também de seus aliciadores (cafetão / cafetina), de seus familiares, vizinhos e da comunidade como um todo. Este mesmo autor ainda descreve em seu estudo que as formas de agressão físicas incluem roubo, abuso sexual, espancamento, tráfico de mulheres, estupros e assassinato. Já as agressões psicológicas incluem insultos, xingamentos, humilhações, ofensas verbais e morais, e toda sorte de preconceito e rejeição. Farias *et al* (2010) ressaltam que as profissionais do sexo continuam sendo vítimas, mesmo existindo associações de prostitutas em quase todo o mundo.

Mas qual o real significado da prostituição? O que leva a mulher a esta prática?

Como todo fenômeno social, o ato de prostituir-se tem seu percurso marcado por processos longos e complexos de ressignificação e transformação, pois a prostituição carrega em si uma significação marginal, e como integrantes de um grupo social de margem, estas mulheres são afastadas da categoria de trabalhadoras, sendo identificadas como desviantes do comportamento sexual socialmente aceito (MARINHO, 2007).

A sociedade estabelece um ideal de conduta sexual legitimada às mulheres, representada pela ideia do casamento. A conduta aceita socialmente segue uma

espécie de gradação, que se compõe desde as relações extraconjugais, até, no extremo, a prostituição (ESPINHEIRA, 1984).

Podemos apontar como influenciadores para o início da prática da prostituição, os fatores *socioeconômicos* (como migração para centros urbanos, a falta de emprego, a baixa escolaridade e condições de vida subumanas) e os *psicológicos* (como carências afetivas, as perdas, traumas e a falta de apoio familiar) (AQUINO *et al*, 2011).

1.2. Depressão

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que 350 milhões de pessoas em todo o mundo sofram com depressão. Em casos mais severos, esta patologia pode levar ao suicídio (OMS, 2016).

Sabe-se que fatores psicológicos e sociais (como os sofridos por estas mulheres), além de fatores biológicos (como pré-disposição hereditária, alterações hormonais, entre outros), podem contribuir para o desenvolvimento, manutenção e remissão dos sintomas depressivos (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 2007).

Segundo Fonai e Delitti (2007), entre as profissionais do sexo, padrões emocionais negativos em relação a si mesmo, tais como a vergonha, sentimento de menos valia (ou autoimagem prejudicada ou baixa auto-estima), raiva, medo, ansiedade, revolta e frustração são comumente observados. Estes mesmos autores ressaltam que tais sentimentos são fruto de um mosaico de fatores, dos quais podemos citar a violência física e emocional sofrida por estas mulheres, além do sentimento negativo em relação a si mesmo, fruto da percepção de que seu comportamento é errado. Podemos facilmente mencionar em especial, a baixa-estima e a vergonha, entre estes sentimentos negativos sobre si mesmo.

Sobre a vergonha, Skinner afirma:

“A estimulação aversiva condicionada gerada pelo mau comportamento como resultado da punição, se associa com um padrão emocional comumente denominado ‘vergonha’. O indivíduo responde a isso quando ‘sente-se envergonhado dele mesmo’. ” (Skinner, 2003. p. 354-355).

Sobre a autoimagem prejudicada, indivíduos que tem sentimento de menos valia poderão, como forma de sair da condição de aniquilamento instalada, recorrer a meios de obtenção rápida de prazer e excitação com álcool, drogas, emoções sexuais, etc. (SANTOS, 2006).

Tinoco *et al* (2001) descreve em seu estudo que pessoas com altos níveis de depressão apresentam crenças deturpadas sobre si mesmas e sobre o mundo, interpretando os eventos a sua volta de forma distorcida. Este fator influencia as emoções e os comportamentos e promove a manutenção do quadro depressivo.

Sabe-se que sofrimento psicológicos e exclusão social, além de fatores biológicos (como pré-disposição hereditária, alterações hormonais, entre outros), podem contribuir para o desenvolvimento, manutenção e remissão dos sintomas depressivos (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 2007). Na população em geral, a incidência de depressão é maior entre mulheres do que entre homens, na proporção 2:1 (BAPTISTA; MAKILIM; OLIVEIRA, 1999).

Outros estudos apontam a prevalência desta patologia na faixa de 8 a 12% da população brasileira, havendo maior associação entre ser mulher e solteira, tendo o pico de prevalência no final da meia-idade (NANHAY; VILLANO, 2011).

Em contrapartida, o estudo de Schneider *et al*, (2004), aponta a prevalência de sintomatologia depressiva em 67% da população analisada, o que está muito acima da média nacional e mundial.

O mesmo estudo vai de encontro às conclusões de Tinoco *et al* (2011), ao apontar uma associação estatisticamente significativa entre a presença de sintomas depressivos e o uso de álcool, além de história de doenças sexualmente transmissíveis; ou seja, depressão por si só pode estar relacionado ao abuso de álcool e outras drogas para aliviar o próprio mal-estar.

1.3. Drogadição

A drogadição é na atualidade um grave problema de saúde pública (PRATTA, 2009). Saide (2011), afirma em seu estudo que frequentemente o usuário de drogas justifica seu uso por problemas ocorridos ao longo da vida. Porém, conforme cita o autor, “*um olhar atento pode revelar que seu uso de drogas*

foi o principal responsável pelas desgraças de sua vida e que, portanto, é a origem principal de seus problemas”.

Na América Latina tem a substância ilícita mais consumida é a maconha seguida pela cocaína. A principal substância ilícita estimulante utilizada no Brasil é a cocaína. Devido ao seu padrão de consumo (uso repetitivo e contínuo), muitos usuários adotam comportamentos de maior risco frente ao HIV/AIDS e demais infecções sexualmente transmissíveis (MALTA, 2005).

Muitas destas mulheres iniciam sua vida na prostituição não-toxicodependentes. Entretanto, passam a fazer o uso de substâncias lícitas e ilícitas e por fim, caem nas teias das drogas. Outras, por outro lado, já tinham a toxicodependência instalada antes de recorrerem à prática. Entre estas, por necessitarem de quantidade elevada de dinheiro, e a prostituição não incomumente é uma prática adotada para evitar outros comportamentos desviantes que constituem crime, como o tráfico de drogas, o roubo ou o furto (PIMENTA; RODRIGUES, 2006).

Na prostituição, o uso de substâncias psicoativas e a violência são fenômenos que se retroalimentam. O uso destas substâncias dá-se com o incentivo de clientes, traficantes e proprietários dos estabelecimentos. O uso de substâncias psicoativas é considerado fator fundamental para a manifestação de agressões contra estas mulheres, e, conseqüentemente, agente causador de outros problemas biopsicossociais (DOURADO, 2013).

Em seu estudo, Manita e Oliveira (2002) afirmam as profissionais do sexo com dependência química instalada são mais desorganizadas economicamente, bem como em demais áreas de sua vida, quando comparadas às que não têm toxicodependência instalada.

Muitas destas mulheres não seguem qualquer tipo de tratamento, havendo a forte necessidade de estar sob efeito de drogas para a realização de suas atividades. O quadro de abstinência impele as mesmas a comportamentos nos quais o 'vale tudo' predomina (PIMENTA; RODRIGUES, 2006). Tal comportamento é uma grande porta de entrada às Infecções sexualmente transmissíveis – ISTs, devido comportamentos de risco, como o sexo sem proteção.

No entanto, abordar a questão da drogadição é discutir o processo saúde/doença, considerando-se os modelos que contribuem para a compreensão deste fenômeno, estabelecendo estratégias de intervenção (PRATTA, 2009). Para tanto, é fundamental a adoção de modelos que consideram o ser humano integral, dotado de subjetividade, de saberes e fazeres próprios, ativo no processo saúde/doença, ressaltando a necessidade de rompimento com o atual modelo exclusivamente focado na doença (PRATTA, 2009).

Se as profissionais do sexo tivessem acesso à justiça, à proteção contra discriminação e violência, às ações de prevenção, tratamento, cuidado e apoio, é possível reduzir drasticamente a sua vulnerabilidade das mesmas (DOURADO, 2013).

1.4. Comportamento de Risco

Muitas vezes as profissionais do sexo, devido às condições nas quais estão inseridas e nas quais realizam seu trabalho, não tem o poder de fazer valer seu direito de se proteger, devido a fatores externos (como o desejo do cliente em manter relações sexuais sem o uso de preservativos), o que é mais forte que sua capacidade de agir contra as e a AIDS e outras ISTs (BARBOSA JÚNIOR *et al*, 2009).

Essa maior vulnerabilidade dá-se em virtude das necessidades financeiras ou a episódios de violência contra a mulher, ou por questões relacionadas ao uso do álcool e/ou drogas pelas prostitutas ou seus clientes, ou os dois, e pelos preconceitos existentes contra essa população, tanto pela sociedade, como pelos próprios clientes, contribuindo para uma baixa autoestima (MOURA *et al*, 2010).

Não incomumente, as prostitutas recebem propostas que, para elas, são irrecusáveis, como clientes que oferecem mais dinheiro para que os programas sejam realizados sem o uso de preservativos (MOURA *et al*, 2010).

Somando-se ao fato de que o histórico sexual e de saúde destes clientes é desconhecido, fica evidente que o risco em contrair doenças transmitidas pelo sexo torne-se uma cruel realidade (BARBOSA JÚNIOR *et al*, 2009).

No estado da Bahia, foram notificados 299 novos casos de AIDS entre mulheres ano de 2014 (BRASIL, 2014). Mesmo em tempos de ampla divulgação e campanhas de conscientização, a desinformação sobre a (s) doença (s) é notável mesmo em grandes centros urbanos (BARBOSA JÚNIOR *et al*, 2009).

Outra razão que pode levar uma pessoa a se engajar neste tipo de comportamento desadaptado é o desejo de diminuir emoções desagradáveis e indesejáveis (TINOCO *et al*, 2011).

Sintomas característicos de depressão encontram-se associados a estes comportamentos, já que alguns indivíduos podem lançar mão de estratégias adaptativas para lidar com os sintomas da depressão, enquanto outros, fazem uso predominante de estratégias mal adaptadas, caracterizadas, por exemplo, pelos comportamentos de risco. Tabagismo, uso de drogas e sexo inseguro são alguns destes comportamentos (TINOCO *et al*, 2011).

Cardoso (2014) em sua tese afirma existir profunda relação entre comportamento sexual de risco, abuso de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas (incluindo sua utilização antes ou durante o sexo) e transtornos psiquiátricos, como ansiedade, bipolaridade e depressão.

Ores *et al* (2012) sugerem haver relação entre risco de suicídio e comportamentos de risco à saúde. Tais comportamentos podem estar relacionados ao risco de suicídio como consequência de atos inconscientes. Na adolescência já é esperado um comportamento de risco maior, contudo, quando há risco de auto-aniquilação, os comportamentos de risco à saúde tornam-se mais intensos.

Assim, o presente artigo tem por objetivo realizar um levantamento bibliográfico através de busca em base de dados que abordem depressão, drogadição e comportamento de risco entre profissionais do sexo.

1. JUSTIFICATIVA

As profissionais do sexo compõem um grupo que vive à margem na sociedade, e nota-se que muitas vezes a assistência prestada às mesmas nem sempre é integral.

Correlacionar depressão, drogadição e comportamento de risco é fundamental, uma vez que, mais do que avaliar os comportamentos, como o uso de drogas (lícitas ou ilícitas ou comportamento de risco, é fundamental compreender quais são os fatores desencadeantes, sendo necessária a avaliação de uma possível correlação entre estes fatores.

Vale ressaltar que sua saúde é posta em risco diariamente, e muitas vezes estas mulheres, por não se protegerem, contraem doenças como ISTs (já citadas), AIDS e Hepatites virais, transmitindo também estas doenças a seus clientes, que podem transmitir novamente às suas esposas e companheiras / parceiras.

2. METODOLOGIA

O projeto propõe uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, de nível exploratório, de caráter analítico (GIL, 2002).

Para proceder a pesquisa das dissertações e teses que abordem depressão, drogadição e comportamento de risco entre profissionais do sexo.

Foram consultadas as seguintes bases: SciELO, Lilacs e PubMed. Os cinco termos utilizados na pesquisa foram: prostituição, prostituta, profissionais do sexo, depressão, drogadição, consumo de drogas, comportamento de risco. Na base de dados PubMed foram utilizados os termos prostitution, sex workers, depression, risk-taking e dangerous behavior.

Os critérios de inclusão foram: publicações na íntegra, no período de 2004 a 2016, em português, inglês ou espanhol.

Foram consideradas na pesquisa apenas os artigos que abarquem pelo menos dois destes descritores, sendo obrigatórios os descritores prostituição ou profissional do sexo. Este critério foi adotado pois numa pesquisa inicial foi encontrado um número insipiente em apenas uma das bases que abarcasse os três termos. Assim, para um levantamento mínimo, optou-se por pesquisar artigos sobre depressão, drogadição e comportamento, porém que se referissem exclusivamente a prostitutas do sexo feminino.

Foram critérios de exclusão da pesquisa: artigos sobre prostituição infantil, de adolescentes, homens, travestis ou transexuais, tráfico de pessoas e artigos que não abordassem pelo menos dois dos termos utilizados na pesquisa.

Após seleção e identificação procedeu-se a análise dos resumos e sumários resultando na relação de trabalhos que deveriam ser lidos na íntegra.

O levantamento foi realizado em julho de 2016 abrangendo, portanto, as obras catalogadas nos referidos bancos de dados bibliográficos até essa data.

II. DESENVOLVIMENTO

1. Resultados e discussão

Foram localizados no total 22 artigos nas 3 bases, sendo 6 artigos na base Scielo, 8 na base Lilacs, e 8 na PubMed. Os arquivos em conjunto permitiram uma visão ampliada sobre todas as esferas que envolvem a prostituição.

Durante a análise, chamou a atenção o baixo número de artigos nacionais que abordem a temática da saúde mental entre profissionais do sexo. Foram no total sete artigos no período de doze anos, a saber: Schneider *et al* (2004), Risser *et al* (2006), Bohórquez *et al* (2010); Dell'Agnolo *et al* (2012), Fernandes *et al* (2012) e Sagtani *et al* (2013) Ulibarri *et al* (2015), dos quais três são brasileiros.

O estudo de Schneider *et al* (2004) e Damacena *et al* (2014), afirmam que o uso de álcool, história de doenças sexualmente transmissíveis e a ausência de prática religiosa surgiram como fatores associados à presença de sintomas depressivos. Paiva *et al* (2013) ressaltam a necessidade de estratégias que ampliem o acesso aos serviços de saúde, os direitos e deveres, proporcionando uma melhora na assistência prestada a essa categoria profissional.

Muito embora as profissionais do sexo busquem preservar hábitos que melhorem sua saúde física, social e mental (FERNANDES *et al*, 2012), a incidência e prevalência de sintomas depressivos nesta população é elevada (SCHNEIDER *et al*, 2004; BOHÓRQUEZ *et al*, 2010; DELL'AGNOLO *et al*, 2012).

Alguns fatores associados a níveis de sintomas depressivos graves: menor renda, ter filhos, ter iniciado para o trabalho sexual antes dos 18 anos e uso de

drogas (BOHÓRQUEZ *et al*, 2010). Neste sentido, Risser *et al* (2006) ressaltam a importância de intervenções que abordem a auto-estima, as práticas de assunção de riscos, depressão e ansiedade, bem como outros fatores psicossociais.

O comportamento sexual de risco deixa estas mulheres à mercê de seus parceiros e da contaminação pelo HIV. Alguns fatores aumentam a suscetibilidade deste contágio, como, trabalhar em pontos de rua, menor nível socioeconômico, baixa cobertura de exame preventivo de câncer de colo de útero, elevado consumo de crack e outras drogas, maior prevalência de cicatriz sorológica de sífilis e presença de sintomas depressivos, estando tais fatores associados à maior prevalência de infecção pelo HIV (SIQUEIRA *et al*, 2005; DAMACENA *et al*, 2014; PATTON *et al*, 2014).

A ação dos centros de aconselhamento e testagem é fundamental para promover a educação em saúde, uma vez que a desinformação sobre a (s) doença (s) é notável. O aconselhamento deve abordar não só a vulnerabilidade ao HIV/AIDS (MOURA *et al*, 2010; ROXBURGH *et al*, 2008), mas ter outros focos, como o abuso sexual, terapia de aumento da motivação, treinamento de habilidades sociais-cognitiva, bem como a melhoria do acesso e utilização dos serviços sociais, incluindo o tratamento de drogas (SEMPLE *et al*, 2011).

A abordagem sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas é fundamental, uma vez que o consumo é frequente entre estas mulheres, o que, em um processo de retroalimentação de uma cadeia, sendo este também um fator de vulnerabilidade (MOURA *et al*, 2010; ROXBURGH *et al*, 2008).

Existe a necessidade de ações, políticas e pesquisas que incluam o ambiente e contexto nos quais as profissionais do sexo trabalham, que reincorporem o arcabouço de direitos humanos e cidadania (LEITE *et al*, 2015), garantindo perspectivas de melhoria de vida, valorizando e respeitando a individualidade (SALMERON *et al*, 2012).

Os caminhos que a pobreza, o abuso do álcool, a violência interpessoal e normas culturais estigmatizam e marginalizam as mulheres, deixando-as suscetíveis sobretudo em decorrência do comportamento de risco (WITTE *et al*, 2010), depressão e consumo de drogas (SCHNEIDER *et al*, 2004; SIQUEIRA *et al*, 2005).

Na pesquisa realizada não foi encontrado nenhum artigo que abarcasse depressão, drogadição e comportamento sexual de risco em conjunto, mas todos os artigos o faziam e separado, abordando prostituição e comportamento de risco, ou depressão e prostituição, uso de drogas e prostituição, ou ainda, comportamento de risco, drogadição, HIV/AIDS e prostituição.

Despertou a atenção ainda, o fato de que nenhum dos estudos apontou razões claras para este comportamento. Questionamo-nos se apenas a exigência de clientes e a necessidade financeira é forte o suficiente para forçar uma mulher a se expor a contrair HIV/AIDS, hepatite C ou outras ISTs. Questionamos ainda se justificativas outras justificativas como a falta de informação e uso de substâncias justificam o sexo sem proteção.

Não foram identificados ainda, artigos que investigassem a existência de correlação entre a autoimagem prejudicada, comportamento de risco e ideação suicida entre as profissionais do sexo.

A baixa auto-estima pode levar a comportamentos de risco, e estes comportamentos estão relacionados ao desejo de morrer. Estudos anteriores de Santos (2007) relacionam autoimagem prejudicada tanto ao comportamento de risco, quanto ao suicídio. Ores (2012) também relacionou o suicídio ao comportamento de risco.

Entretanto, estes autores não se referiam especificamente às profissionais do sexo. Contudo, lembramos que tais sintomas e comportamentos estão diretamente relacionados ao abuso drogas e/ou à depressão, tendo ambos, elevada incidência entre mulheres que se prostituem (BOHÓRQUEZ *et al*, 2010; DELL'AGNOLO *et al*, 2012; DOURADO, 2013; PIMENTA; RODRIGUES, 2006; SCHNEIDER *et al*, 2004).

Diante dos fatos apontados, é importante que o profissional da saúde preste um atendimento pautado na abordagem holística do indivíduo (LOPES NETO; PAGLIUCA, 2002), fazendo valer os direitos dos usuários da saúde, baseando-se nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, devendo estas mulheres serem atendidas e orientadas de forma clara, eficaz, ampla e livre de quaisquer preconceitos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997).

Pittaluga (2003) em seu estudo, ressalta o quanto é importante que este grupo não seja apenas rotulado como “mais vulnerável”, o que gera um tratamento padronizado e isolando a apenas alguns aspectos a atenção recebida. Estas mulheres estão inseridas numa condição de vida e trabalho que as priva de qualquer grau de “empoderamento” sobre si mesmas, impedindo a garantia dos direitos mínimos como cidadãs e profissionais. Esta vulnerabilidade social é a fonte geradora do estigma, e este processo acarreta em isolamento social e discriminação.

Tendo como base a definição da saúde da Organização Mundial de Saúde – OMS (2010), como um “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”, levantamos a necessidade em se abordar estes três itens, averiguando a existência de correlação entre os mesmos.

Em 1984 o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), marcando, em especial, uma ruptura conceitual com os princípios norteadores da política de saúde das mulheres e os critérios para eleição de prioridades neste campo (BRASIL, 2004). O PAISM incorporou como princípios e diretrizes as propostas de descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços, além da integralidade e a equidade da atenção (BRASIL, 2004).

Partindo do pressuposto de que a integralidade na assistência é necessária, sendo ainda uma importante conquista das mulheres, bem como o atual conceito de saúde adotado pela OMS, consideramos imperativa novas abordagens nos estudos sobre prostituição, sendo importante correlacionar diferentes esferas que compõem a saúde do indivíduo.

III. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prostituição é um fenômeno multifatorial. As abordagens adotadas pelos artigos nas três bases consultadas fragmentam este fenômeno, e focam em certas características em detrimento de outras, fazendo correlações pontuais, e muitas vezes desconsiderando as questões inerentes à saúde mental destas mulheres.

Este artigo sugere que novos estudos sejam feitos, abordando a depressão, drogadição e o comportamento de risco de maneira correlacionada, bem como uma visão mais ampliada da figura da mulher-profissional do sexo, não a fragmentando ou dando maior atenção a apenas um fator (como as ISTs/AIDS, por exemplo), mas à sua saúde mental, principalmente devido à violência física e emocional sofrida por estas mulheres. Um olhar mais atento à mulher-profissional do sexo-cidadã, à mulher-profissional do sexo-mãe, àquela que muitas vezes é responsável pelo sustento da família, país, filhos ou até cônjuges.

Sugere-se ainda que sejam elaborados mais estudos em que seja abordada a temática da saúde mental, já que o número de artigos sobre é a temática ainda é insipiente no Brasil.

Por fim, seria fundamental identificar por meio de novos trabalhos a existência de correlação entre a autoimagem prejudicada, o comportamento de risco (sexo sem proteção ou abuso de drogas) e a ideação suicida especificamente entre prostitutas.

Uma abordagem mais ampla sobre a prostituição nos levaria a compreender de que forma a depressão põe em risco a vida destas mulheres, permitindo assim, que políticas de saúde especificamente voltadas a este grupo fossem implementadas.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 155-89.

AQUINO, PS; NICOLAU, AIO. Desempenho das atividades de vida de prostitutas, segundo o modelo de enfermagem de Roper, Logan e Tierney. Brasília, Rev. Brás. Enferm. v.64, n.1, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000100020&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 16 jun. 2016.

BARBOSA JÚNIOR, A; DAMACENA, GN.; SZWARCOWALD, CL. Implementation of respondent-driven sampling among female sex workers in Brazil, 2009. Rio de Janeiro, Cad. Saúde Pública. v.27, supl.1, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011001300006&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em 25 jun. 2016.

BARBOSA, FO; MACEDO, PCM; SILVEIRA, RMC. Depressão e suicídio. Rio de Janeiro, Rev. SBPH. v.14, n.1, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000100013. Acesso em 05 de set. 2016.

BAPTISTA, ASD; MAKILIM, MB; OLIVEIRA, MG. Porque as mulheres deprimem mais que os homens? Mesa-redonda: Depressão e o ciclo de vida da mulher. XXIX Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia. Campinas, 1999.

SCHNEIDER, L; PAIM, LL; RAMOS, F; CUNHA FILHO, EV; MARTINS, DM; SILVA JÚNIOR, CL *et al.* Prevalência de sintomas depressivos em uma amostra de prostitutas de Porto Alegre. Porto Alegre, Rev. psiquiatr. Porto Alegre, v.26, n.1, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082004000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da saúde. AIDS no Brasil: Dados de AIDS e Casos de Aids. Brasília (DF), 2014. Disponível em: http://www2.aids.gov.br/final/dados/dados_aids.asp. Acesso em 14 de ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde. Casos notificados e confirmados de AIDS Adulto - Bahia. Portal de Vigilância da Saúde Brasília (DF), 2016. Disponível em: <http://www3.saude.ba.gov.br/cgi/deftohtm.exe?tabnet/sinan/aidsa.def>. Acesso em 02 de agosto de 2016.

CARDOSO, LRD. Sintomas de ansiedade, depressão, nível de estresse, uso de álcool e outras drogas e repertório de habilidades sociais como fatores relacionados ao comportamento sexual de risco em pessoas infectadas pelo HIV em tratamento na cidade de São Paulo. 2014. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências, Programa de Fisiopatologia Experimental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CORADETE JÚNIOR, J; LACKS, V; NAPPO, SA; OLIVEIRA, LG; PACCA, JCB; SANCHEZ, ZVM; SANTOS, SA. Comportamento de risco de mulheres usuárias de crack em às DST/AIDS. São Paulo, Centro brasileiro de informações sobre drogas psicotrópicas - CEBRID, 2004. Disponível em: <http://www.nupes.com.br/nova/upload/Estudo%20-%20Comportamento%20de%20Risco%20de%20Mulheres%20usurias%20de%20crack.pdf>. Acesso em 27 jun. 2016.

COSTA, TNA; DAVIM, RMB; TORRES, GV. Prostituição: causas e perspectivas em um grupo de jovens. São Paulo, Rev. Latino-Am. Enfermagem. v.7 n.3, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v7n3/13471.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2016.

DOURADO, GOL; MELO, BMS; SILVA JÚNIOR, FJGS; OLIVEIRA, ALCB; MONTEIRO, CFS; ARAÚJO, OD. Prostituição e sua relação com uso de substâncias psicoativas e a violência: revisão integrativa. Recife, Rev enferm UFPE, n. 7, 2013. Disponível em:

<http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/download/3421/6308>. Acesso em 15 set. 2016.

ESPINHEIRA, G. Divergência e prostituição: uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel. Salvador: Fundação Cultural do estado da Bahia, 1984.

FARIA, N. A quem serve a regulamentação da prostituição? Sempre viva Organização feminista. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.sof.org.br/2014/05/23/a-quem-serve-a-regulamentacao-da-prostituicao/>. Acesso em 15 de mai. 2016.

FARIAS, LM; FEITOZA, AL; LIMA, GG; MOURA, AD; OLIVEIRA, RMS. O comportamento de prostitutas em tempos de AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis: como estão se prevenindo? Florianópolis, Texto-contexto – enferm. v.19, n.3, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072010000300017&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 12 jul. 2016.

FONAI, ACV; DELITTI, M. Algumas contingências mantenedoras do comportamento de prostituir-se. São Paulo, Rev. Bras. De Terap. Comp. e Cognitiva. v. IX, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/download/148/131>. Acesso em 13 jul. 2016.

GIL, AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 27-32.

JORGE, MR.; SILVEIRA, DX. Co-morbidade Psiquiátrica em dependentes de substâncias psicoativas: resultados preliminares. São Paulo, Rev. Bras. Psiquiatria. v.21, n.3, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 10 jul. 2016.

KAPLAN, HI; SADOCK, BJ; GREBB, JA. Compêndio de Psiquiatria: Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p.494.

LIMA, E. Prostituição consentida não é considerada crime no Brasil. São Paulo, Agência Universitária de Notícias da USP, a. 46, ed. 117, 2013. Disponível em: <http://www.usp.br/aun/exibir.php?id=5760>. Acesso em 27 de jul. 2016.

LOPES NETO, P; PAGLIUCA, LMF. Abordagem holística do termo pessoa em um estudo empírico: uma análise crítica. São Paulo, Rev. Latino-Am. Enfermagem. v.10, n.3, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692002000600012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 25 jun. 2016.

MALTA, SM. Uso de drogas & HIV/AIDS entre profissionais do sexo e caminhoneiros do sul do país: Implicações para a Saúde Pública e Possíveis Intervenções. 2005. 124 p. Dissertação (Mestrado) - Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

MANITA, C; OLIVEIRA, A. Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos. Porto: Cadernos condição feminina, 2002.

MARINHO, MB. A carreira da prostituta militante. 2007. 194 p. Tese (Doutorado) - Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MARTÍN, M. Regulamentação da prostituição confronta prostitutas e feministas radicais. Jornal El País, Madri, 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/28/politica/1469735633_689399.html. Acesso em 01 de agosto de 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Classificação Brasileira de Ocupações: 5198 - Profissionais do sexo. Brasília (DF), 2002. Disponível em:

<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>.

Acesso em 01 de agosto de 2016.

MOREIRA, ICC: O vivido da violência no cotidiano da prostituição feminina: invisibilidades e possibilidades. 2010. 85f. Dissertação (Mestrado) - Enfermagem – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NANHAY, ALG.; VILLANO, LAB.: Depressão e abordagem em cuidados primários de saúde. Rio de Janeiro, Rev. Hosp. Univ. Pedro Ernesto. v. 10, n. 2, 2011. Disponível em: http://revista.hupe.uerj.br/detalhe_artigo.asp?id=110. Acesso em 20 jun. 2016.

ORES, LC; QUEVEDO; LA; JANSEN, K; CARVALHO, AB; CARDOSO, TA; SOUZA, LDM *et al*. Risco de suicídio e comportamentos de risco à saúde em jovens de 18 a 24 anos: um estudo descritivo. Rio de Janeiro, Cad. Saúde Pública. v. 28, n. 2. p. 305-12, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csp/v28n2/09.pdf>. Acesso em 05 de ago. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. La depresión. Genebra, nota descritiva n°369. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs369/es/>. Acesso em 25 de julho de 2016.

PILLON, SC; O'BRIEN, B; CHAVEZ; KAP. A relação entre o uso de drogas e comportamento de risco entre universitários brasileiros. São Paulo, Rev Latino-am Enfermagem. n. 13, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13nspe2/pt_v13nspe2a11.pdf. Acesso em 07 ago. 2016.

PIMENTA, A; RODRIGUES, M. Redução de danos: prostituição e toxicodependência. Lisboa, Revista Toxicodependência. ed. IDT, v. 12, n. 1, 2006. p. 49-54. Disponível em: <http://www.sicad.min->

saude.pt/BK/RevistaToxicodependencias/Lists/SICAD_Artigos/Attachments/60/2006_01_TXT6.pdf. Acesso em 12 jul. 2016.

PITTALUGA, L.; SERAFIM, D.: Avaliação da efetividade das ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo em três regiões brasileiras. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde e Programa Nacional de DST e AIDS . Brasília, n. 7, 2003. Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/Avaliacao_da_efetividade_acoes_prevencao_profissional_do_sexo_0.pdf. Acesso em 07 jul. 2016.

PRATTA, EMM; SANTOS, MA. O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. Brasília, Psic. Teor. e Pesq. v.25, n.2, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 jul. 2016.

SAIDE, OL. Depressão e uso de drogas. Rio de Janeiro, Rev. Hosp. Univ. Pedro Ernesto. v. 10, n. 2, 2011. Disponível em: http://revista.hupe.uerj.br/detalhe_artigo.asp?id=114. Acesso em 20 jun. 2016.

SANTOS, MF. O sentimento de menos valia na constituição da neurose. 2006. 82f. Monografia- Curso de Psicologia. - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, AP; BLANCHETTE, T. Nossa Senhora da Help: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. Campinas, Cadernos Pagú. n. 25, 2007, p.249-280. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644709>. Acesso em 15 de set. 2016.

SKINNER, BF. Ciência e Comportamento humano. 11ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 354-355.

TINOCO, GAB; LOPES, RFF; LOPES, EJ. Neuroticismo, emoções e comportamentos de risco em pacientes ambulatoriais. Rio de Janeiro, Rev. bras.ter.

cogn. v.7, n.2, 2011. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872011000200003. Acesso em 20 jun. 2016.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Declaração Conjunta: Centros de Detenção Compulsória e Reabilitação de Usuários de Drogas Vienna, 2012. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//noticias/2013/03/COMPLETA_DECLARACAO_CONJUNTA_MARCO_2012_-_traducao.pdf. Acesso em 20 jul. 2016.

O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E SUA INTERLOCUÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL: CONSIDERAÇÕES À LUZ DA PRÁTICA POPULAR

Thaíres Lima da Silva¹; Flávia Santos Silva²; Maria de Fátima Leite Gomes³; Déborah de França Silva⁴

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Extensionista da Pós-Graduação "Educação Popular e Desenvolvimento Sustentável" (UFPB). E-mail: thaires_lima@hotmail.com; ² Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Servidora do Hospital Arlinda Marques. E-mail: flavinhajppb@hotmail.com; ³ Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: fatima.l.gomes2016@gmail.com; ⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: deborahfranca07@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo explanar de forma breve as práticas dos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) enquanto espaços de prática popular articulado à política de assistência social, levando em consideração o exercício profissional do assistente social nesse ambiente, como também se debruçar no plano teórico. A prática popular concebida como atividade de socialização e conscientização dos direitos da comunidade, estimulando a capacidade de análise da realidade concreta e serem sujeitos ativos politicamente e socialmente. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica pautada em livros, artigos científicos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), revistas, dentre outras fontes. Esta pesquisa permitiu a compreensão que o CRAS é uma unidade integrante do aparelho estatal criada como uma forma de responder as demandas colocadas pelos usuários, e através de suas práticas amenizar as manifestações da questão social existentes entre as classes fundamentais, contribuindo para a manutenção da ordem capitalista e a perpetuação da desigualdade social, pois essas unidades foram feitas para atender à pobreza de forma paliativa, ou seja, não tem o poder de eliminá-la por estar profundamente inerente e arraigada na cultura capitalista.

PALAVRAS-CHAVES: CRAS. Assistência Social. Prática Popular. Serviço Social

INTRODUÇÃO

O presente artigo discute, de forma sucinta, acerca dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), seu papel diante da sociedade de classes, ou seja, frente às expressões da questão social, apontando a pobreza, extrema pobreza, vulnerabilidade e risco social enquanto focos de intervenção dessas unidades de proteção social básica.

Diante disso, os CRAS são unidades públicas estatais responsáveis pela organização e oferta de serviços, benefícios e programas da Proteção Social Básica, e se situam em áreas de maior vulnerabilidade social, o que pode facilitar o acesso de um contingente de famílias à Rede de Proteção de Assistência Social.

Como mediação das relações sociais contraditórias, o assistente social, sobretudo, tem um papel imprescindível na manutenção da ordem capitalista, pois é uma estratégia estatal de atender aos interesses do capital, contribuindo para este sistema continuar comandando a riqueza socialmente produzida, ao mesmo tempo esta mesma profissão atende às demandas das classes subalternas, participando da reprodução do antagonismo de classes.

1.1- O CRAS como espaço de prática popular: a assistência social em debate

O CRAS é uma unidade pública estatal da Proteção Social Básica, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e tem por objetivo conhecer, analisar e intervir na realidade de cada família e/ou indivíduos da sua área de abrangência territorial. A mesma busca atender ao princípio da territorialidade e da matricialidade, conforme o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2009), operando de acordo com o número de profissionais, com base em sua população local, com determinação na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-SUAS/RH).

Igualmente, são trabalhadas as famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza, como público-alvo de atuação dos técnicos do CRAS para o desenvolvimento destas práticas junto à comunidade; diante disso, o assistente social utiliza-se de instrumentos e técnicas profissionais para conhecer a realidade dos usuários e orientá-los quanto aos seus direitos.

O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial, ou por meio do encaminhamento do usuário ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), (municipal, do DF ou regional) ou para o responsável pela proteção social especial do município (onde não houver CREAS).

A mesma busca atender ao princípio da territorialidade e da matricialidade, conforme o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2009), operando de acordo com o número de profissionais, com base em sua população local, com determinação na NOB-SUAS/RH.

Os CRAS são unidades públicas estatais responsáveis pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica, e se situam em áreas de maior vulnerabilidade social, o que pode facilitar o acesso de um contingente de famílias à Rede de Proteção de Assistência Social. Portanto, conforme o (MDS, 2009), os CRAS necessitam de espaço físico, organização, atividades administrativas, recursos humanos e devem manter coerência com a concepção do trabalho social com famílias. De acordo com a NOB/SUAS (2004, p.33), os CRAS devem:

[...] prevenir situações de risco por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários destina-se à população que vive na situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos- relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras).

Assim, o CRAS é considerado a “porta de entrada” para o acesso ao exercício dos direitos do cidadão nele têm programas, serviços e benefícios que são ofertados e operacionalizados pela equipe multidisciplinar. Assim, o Setor Psicossocial possui uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais e psicólogas, conta também com outros profissionais, como: o auxiliar administrativo, cozinheira, auxiliar de serviços gerais, vigilante e estagiárias de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e de outra universidade.

Essas unidades trabalham no sistema de referência e contrarreferência com os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS),

encaminhando cidadãos usuários que tiveram seus direitos violados para instituições da Rede de Proteção Social do território.

A referência acontece quando a equipe encaminha as demandas oriundas das relações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, aos serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. A contrarreferência é quando a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) para fazer a inserção do usuário na Proteção Social Básica, em serviços, benefícios e programas.

Tendo em vista que o assistente social é um profissional imprescindível para a execução das propostas da política de assistência social, pois fica claro o seu protagonismo/destaque na instituição. Fazendo-se presentes em sua atuação os instrumentais e técnicas utilizados pelos profissionais da equipe ¹⁷ do CRAS, são: abordagem de rua, busca ativa, acolhida, escuta, visitas domiciliares, reunião, trabalho socioeducativo, atendimento individual, atendimento familiar emergencial, atendimento psicossocial, orientação, palestras, liberação de documentos, preenchimento do Cadastro Único (CADunico), dos prontuários do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e das fichas de pré-inscrições dos cursos da PRONATEC, encaminhamentos as outras políticas públicas, relatórios sociais, etc.

Bueno e Silva (2014, p. 8) reforçam a importância que o profissional de Serviço Social tem no CRAS:

É um profissional imprescindível para a realização das atividades previstas no CRAS/PAIF, a qual tem a função interventiva junto às famílias e comunidade por meio de metodologias próprias e sistemáticas, tem também um papel fundamental no processo de efetivação da PNAS, a qual tem o discernimento dos objetivos propostos na política e a sua efetivação no município.

Levando em conta o cotidiano de seu exercício profissional, o assistente social se depara com muitas dificuldades devido a pouca atenção que a política recebe do governo, o que resulta em muitos obstáculos para a efetivação plena

¹⁷ Segundo o Parágrafo único da LOAS (2011, p. 10), “a formação das equipes de referência deverá considerar o número de famílias e indivíduos referenciados, os tipos e modalidades de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários, conforme deliberações do CNAS.”

dessa política. Para o Conselho Federal de Serviço Social (CEFESS), um dos problemas é o do desempenho de mais de uma função, desenvolvida pelo profissional nos CRAS, pois acaba deixando-os sobrecarregados e dispersos em várias demandas colocadas pela população usuária.

Quanto à base metodológica usada nos referidos CRAS, esta é pautada pela reflexão crítica, implicando a participação, o diálogo, a intervenção, tendo o enfoque o projeto societário e a busca por uma sociedade justa e emancipada.

Neste contexto, em conformidade com a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), as tarefas que o assistente social exerce na política envolvem diversas dimensões, que de acordo com Almeida (1996 *apud* BUENO & SILVA, 2014, p. 11-12):

[...] As competências específicas dos (as) assistentes sociais, no âmbito desta política, abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis, tais como: abordagens individuais, coletivas, de gerenciamento, de controle social, de pesquisas que visem os processos característicos da sociedade capitalista.

No que se referem aos seus instrumentais, eles irão se adequar a cada atendimento que for realizado pelo profissional, expressando assim, a particularidade de cada caso, pois o atendimento deve ser baseado na particularidade de cada realidade, contemplando as extensões trazidas pelos usuários e, assim, levando em consideração o seu projeto ético e político, que se situa enquanto um dos alicerces do exercício profissional do assistente social.

Em referência à burocracia que o assistente social se defronta diariamente no campo de trabalho, quanto ao processo de respostas às demandas, “o profissional nem sempre pode responder a todas elas, sendo necessário ir além e atender o usuário na sua totalidade, e tendo que mediar a burocracia e as demandas separando o emergencial, o pontual, indo além das estruturas”. (BUENO & SILVA, 2014, p. 12).

Pesquisas confirmam que no exercício profissional há um conflito da teoria com a prática, usando metodologias que requer participação, diálogo e intervenção, acompanhada da avaliação da realidade pelo saber aprofundado que tem do sistema capitalista, capaz de revelar os fatos em sua essência, isso é possível com a junção das três dimensões do Serviço Social, entre eles: o ético-político, o teórico-

metodológico e o técnico-operativo, proporcionando uma apreensão plena da realidade concreta.

Como alternativa de enfrentar e superar os desafios e obstáculos se faz necessário em cada instituição uma equipe profissional disciplinada, eficaz e bem capacitada para intervir nas expressões da questão social de maneira significativa, esses não são capazes de superar todos os problemas, para sua resolução deve-se incluir maior intervenção estatal nessa área para que se possa investir e gestar a política a fim de desenvolvê-la.

Verifica-se que mesmo que o assistente social seja capacitado se vê em algumas situações impossibilitado de viabilizar alguns direitos assegurados legalmente frente a conjuntura neoliberal que, o assistente social deve ter uma capacitação permanente pautada na perspectiva crítica e emancipatória, este profissional às vezes se vê impossibilitado de concretizar algumas garantias previstas legalmente, porque o Estado neoliberal exerce uma força suprema nos mais variados espaços dessa política, impedindo de atender o usuário em sua totalidade, impondo padrões e normas que muitas vezes tiram a autonomia do assistente social, deixando-os submissos às suas ordens de gestão.

Desta feita, o assistente social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, só pode ser compreendida no interior da sociedade de classes, nesta, a profissão participa do processo de reprodução das relações sociais por meio das políticas sociais, possuindo um caráter contraditório, pois em seu exercício profissional contribui para a manutenção da ordem capitalista sendo legitimada por ela, ao mesmo tempo em que defende a transformação do sistema.

Diante disso, o projeto ético-político é concebido por Bueno e Silva (2014, p. 13) como “meios para atender a seus usuários de forma efetiva, eficaz e eficiente, pautado em instrumentos adequados para atender o usuário no seu cotidiano [...], a fim de atender às necessidades do usuário, e não do neoliberalismo”.

Em relação ao Código de Ética do assistente social, ou seja, o projeto ético-político se exerce no desenvolvimento das atividades desse profissional em seu cotidiano, direcionando sua postura ética e política diante da reprodução da ordem capitalista, da sua posição a favor da classe trabalhadora e não da ordem do capital.

Como resposta da profissão, a Lei de Regulamentação da profissão nº 8.662/1993, que auxilia no exercício profissional esclarece as competências e atribuições do assistente social, tornando o profissional bem informado de suas funções dentro de quaisquer instituições. Apesar do Projeto ético-político defender as propostas do projeto da classe trabalhadora no cotidiano profissional convive-se com a contradição de amortecer conflitos sociais e orientar a busca pela concretização dos direitos sociais.

O projeto profissional do assistente social se vincula ao da classe trabalhadora no sentido de defesa de seus direitos, da equidade e da justiça social, a favor de uma nova ordem societária, sem exploração e dominação de classe, etnia, gênero, mas na concretude, acaba por reproduzir o projeto hegemônico da classe burguesa.

Assim, esse projeto profissional se configura enquanto uma direção crítica fundamental para dar base ideológica e metodológica ao assistente social, oferecendo a este um suporte de como se deve atuar diante da realidade complexa e contraditória que é posta para este profissional, orientando-o quanto às respostas das manifestações da questão social.

Frente a isso, considerando a sua inserção no CRAS e extrema importância que se faz na referida unidade, o assistente social é um profissional indispensável para a execução das propostas do SUAS.

No que diz respeito às condições de trabalho dos profissionais, indica-se que as estruturas físicas são qualificadas pela sua falta de adequação, recursos materiais insuficientes e não adequados, pela falta de transporte suficiente para mais visitas domiciliares, que possibilita a aproximação com as famílias e sua ligação com a rede.

Esses aspectos revelam os empecilhos para um exercício profissional eficiente, prejudicando a qualidade dos serviços prestados, resultando muitas vezes em usuários desprotegidos, ficando desamparados pela política e correndo o risco de não conseguirem ter seus direitos básicos atendidos.

Outra situação identificada se refere à equipe mínima de referência, evidenciada por ter um número insuficiente para atender a grande quantidade de demandas trazidas pelos usuários. Isso acarreta uma sobrecarga de tarefas aos

profissionais, deixando-os com uma responsabilidade maior, o que inviabiliza um atendimento de qualidade às demandas. Por isso, percebe-se que no CRAS não é assegurado em grande parcela de atendimentos as garantias previstas em Lei, devido a vários problemas que dificultam a execução das ações.

Com o papel de protagonista da Política de assistência social, os CRAS enfrentam por todo o país problemas de implementação e consolidação como é possível observar na análise de Couto (2010, p. 285-286):

[...] as ações desenvolvidas nessas unidades encontram-se restritas ao atendimento rotineiro e às demandas espontâneas, revelando a dificuldade de proposição e ampliação do atendimento. Ressalta-se que a trajetória de assistencialismo e filantropia ainda arraigadas nos municípios brasileiros tem se constituído num entrave à capacidade de construção de uma condizente com a implementação do SUAS, prevalece, em muitos casos, o ativismo e a improvisação históricas desta área, mas que no processo em curso se chocam e não se sustentam mais, diante das exigências postas pela efetivação de um sistema complexo de serviços, programas e benefícios que devem dar forma e conteúdo aos níveis de proteção social básica e especial integrantes do SUAS.

Diante do exposto, os CRAS baseiam-se em responsabilidades, como: mapear, organizar e coordenar a rede de serviços socioassistencial local, inserir as famílias nestes serviços, prestar informação e orientação à população, manter um serviço de vigilância, produzir, sistematizar e divulgar indicadores sociais, assumir a gestão territorial que compreende a articulação da rede socioassistencial de Proteção Social Básica, a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa, todas realizadas no território de abrangência do CRAS, mediante o estabelecido pelo MDS (2009, p.16):

Tais estudos e análises contribuem para o planejamento da descentralização da assistência social em cada município ou DF, ou seja, para a definição de quais são os territórios de vulnerabilidade social, onde estão localizados, que serviços dispõem, quantas famílias ali residem, quais suas características, necessidades e potencialidades, quantos CRAS serão necessários no município, que serviços deverão ser ofertados.

O Artigo 6º da Lei do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), nº 12.435, retrata que:

Artigo 6º-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei.

§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§ 3º Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.”

[Artigo 6º-D.](#) As instalações dos CRAS e dos CREAS devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência. (SUAS, 2011, p. 8-9)

Nesse contexto, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ainda indica como ação de Proteção Social Básica o PAIF, sendo este seu serviço principal que abrange projetos de enfrentamento à pobreza e extrema pobreza, serviços de socialização para crianças de 0 a 6 anos, serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens de 6 a 24 anos, programas de protagonismo juvenil e os centros de informação e educação para o trabalho.

Artigo 24-A. Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. (LOAS, 2011, p. 14).

Com papel essencial no SUAS, os CRAS são as instituições que devem viabilizar para os cidadãos o acesso à assistência social, no âmbito do direito, divulgando conforme Couto (2010, p. 253):

[...] O SUAS para a sociedade, [...] tornar este sistema mais um instrumento capaz de viabilizar politicamente a política, utilizando-se dos mecanismos como os CRAS é apostar na ampliação dos serviços para a sociedade e na emancipação política dos sujeitos envolvidos nas reivindicações pela garantia de direitos.

Outro fator que tem o papel de propiciar melhor qualidade nos serviços disponibilizados nos CRAS são as equipes de referência. Assim, a consolidação do SUAS se dá, primeiramente, através da expansão dos serviços prestados pelos CRAS enquanto que, as equipes de referência são responsáveis pela oferta dos serviços aos usuários, na intenção de possibilitar o reconhecimento da realidade local buscando estabelecer confiança e aproximação entre os atores sociais envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, pode-se inferir que os CRAS são unidades públicas localizadas nos territórios em que a pobreza e a extrema pobreza se fazem fortemente presentes, e esta instituição pertence à política de assistência social, que se depara e responde a reprodução do sistema capitalista, as chamadas expressões da questão social como a pobreza, vulnerabilidade social, desemprego,

desestruturação familiar, ou seja, um público-alvo precarizado lidando com profissionais que são também precarizados.

Falar em profissionais precarizados, vale ressaltar que eles não conseguem efetivar as disposições legais em sua totalidade devido à má gestão dos recursos da política, resultado da gestão do Estado neoliberal, o Estado mínimo para o social e máximo para o capital, isto é, a ofensiva neoliberal veio para desconstruir os direitos amargamente conquistados e priorizar os interesses da classe burguesa, repercutindo na dinâmica dos técnicos do CRAS na relação com os usuários, prejudicando-os em sua qualidade de vida, deixando-os desamparados e, na maioria das vezes, à margem da cidadania.

Considerando a prática popular desenvolvidas pelos profissionais que a integram, na unidade são exercidas atividades de educação dos jovens, que são encontros semanais que os reúnem para socialização dos conhecimentos passados pelo educador social, de extrema relevância para conscientizá-los, potencializá-los e inseri-los no mercado de trabalho, formando profissionais e cidadãos para serem sujeitos conscientes e ativos politicamente e socialmente.

Outra prática popular seria as orientações/conscientização que os profissionais fazem dos direitos e deveres dos usuários, em especial o assistente social é o foco desse tipo de tarefa, já que sua formação gira em torno da socialização, conscientização e informação dos serviços, programas e projetos que o órgão trabalha. Assim, essas ações com certeza fazem um diferencial na vida de cada um dos usuários referenciados pela unidade mesmo que pequena, porque o papel de cada um dos técnicos representa elementos para realização da política, embora não seja praticado como idealizado no ponto de vista da legalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social: 2011.

BRASIL. Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social. nº 8.662/1993.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social (NOB-SUAS/RH). 2004.

BRASIL. Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Lei 12.435. **Organização da assistência social**. Ed: Brasília. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 24 de ago. 2016

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS). **Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social- CRAS**, 1. ed. Brasília, 72p, 2009.

BUENO, Mônica G. C.; SILVA, Cristiani A. B. da. A atuação do Assistente Social no âmbito do CRAS. **Revista Univar**, v. 1, nº 11. 2014. Disponível em: <<http://revista.univar.edu.br/index.php/interdisciplinar/article/view/252>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

COUTO, B. R. *et al* (org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Flávia Santos. **A Política de assistência social e sua efetivação no Centro de Referência de Assistência Social de Cruz das Armas**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social). João Pessoa: CCHLA/UFPB/DSS, 2015.

SILVA, Thaíres Lima da. **A Política de assistência social e o acesso à cidadania: contradição ou realidade no CRAS do Valentina de Figueiredo?**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social). João Pessoa: CCHLA/UFPB/DSS, 2015.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA HORTA NA UNIDADE DE SAÚDE COM BASE NOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos; Bruno Oliveira de Botelho; Elina Alice Alves de Lima Pereira; Gabriel Nóbrega Vieira; Íris de Souza Abílio

RESUMO

O artigo em questão trata de uma experiência de construção participativa de uma Horta, no espaço físico da Unidade de Saúde da Família (USF), no bairro do Cristo Redentor, João Pessoa-PB. Essa iniciativa, constitui umas das ações desenvolvidas no ano de 2016 pelo programa Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica - PINAB, em parceria com os profissionais de saúde, residentes médicos e multiprofissionais da USF Vila Saúde. Denominada “Horta no Vila”, essa experiência busca a valorização da participação popular e da construção de uma visão crítica e ampliada do processo saúde-doença, potencializando o uso de fitoterápicos e alimentos orgânicos enquanto estratégia de promoção da saúde. Esse artigo objetiva contribuir trazendo novas metodologias de trabalhos sociais com iniciativas em espaços coletivos orientados pela Educação Popular na Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no âmbito comunitário. E para isso vamos dividir esse artigo em três eixos: “A Educação Popular e a Extensão Popular na Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional”; “a Horta no Vila e a arte de fazer” e “o cultivo e a cultura”,. E tentaremos responder a alguns questionamentos mobilizados durante esse período de construção da Horta no Vila. Dentre esses questionamentos, o que abordaremos com mais ênfase é: “*seria o cultivo de plantas medicinais e/ou alimentos é uma atividade potente para integrar e transformar os sujeitos no meio urbano?*”.

Palavras-chaves: Educação popular, Extensão Popular; Promoção da saúde.

Introdução

O presente artigo trata de uma experiência desenvolvida por meio da construção participativa de uma Horta, no espaço físico da Unidade de Saúde da Família (USF) Vila Saúde, no bairro do Cristo Redentor, João Pessoa - PB. Essa iniciativa, denominada “Horta no Vila”, busca a valorização da participação popular e da construção de uma visão crítica e ampliada do processo saúde-doença, defendendo que o adoecimento é apenas um aspecto da vida e que o serviço de saúde deve interagir com os diversos níveis de complexidade que envolvem esse processo, favorecendo assim nos usuários, a promoção da saúde. As atividades são orientadas por princípios teórico-metodológicos da Educação Popular como o diálogo, amorosidade e a problematização, mediante uma construção coletiva de saberes, com vistas a emancipação dos sujeitos (BRASIL, 2013). Os encontros ocorrem semanalmente, às quintas-feiras, quando novas ações são construídas e conhecimentos são compartilhados, e ainda, contando com a participação de grande parte da equipe de saúde para a manutenção diária da horta.

Nessa perspectiva, esse artigo busca refletir sobre o encontro de extensionistas do programa Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica - PINAB, dos departamentos de Nutrição e Promoção da Saúde da UFPB; moradores das comunidades Boa Esperança, Pedra Branca e Jardim Itabaiana; profissionais de saúde, residentes médicos e multiprofissionais, em torno da experiência da horta na USF Vila Saúde. Em suma, objetiva contribuir trazendo novas metodologias de trabalhos sociais com iniciativas em espaços coletivos orientados pela Educação Popular na Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no âmbito comunitário. Além disso, traz a aproximação dos estudantes com a realidade social, econômica e cultural, potencializando sua aprendizagem através da invenção e reinvenção do cotidiano popular, guiados pelo resgate de saberes, memórias e práticas coletivas.

Optamos por dividir o artigo em três eixos: “*A Educação Popular e a Extensão Popular na Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional*”, uma breve argumentação sobre as categorias que permeiam esse trabalho da extensão à luz da Educação Popular; “*a Horta no Vila e a arte de fazer*”, neste tópico iremos descrever o trabalho com mais detalhes e abordar as reflexões que temos

feito em nossos encontros; e “o cultivo e a cultura”, onde evidenciaremos as potencialidades e fragilidades observadas no processo de implementação de uma horta em uma USF.

Ao final, tentaremos responder a alguns questionamentos mobilizados durante esse período de construção da Horta no Vila. Dentre esses questionamentos, o que abordaremos com mais ênfase é: “*seria o cultivo de plantas medicinais e/ou alimentos é uma atividade potente para integrar e transformar os sujeitos no meio urbano?*”.

Desenvolvimento

A Educação Popular e a Extensão Popular na Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional

A Educação Popular (EP) é uma concepção educacional que teve seu percurso fortemente influenciado pelo pensamento de Paulo Freire. O adjetivo popular se refere à perspectiva política dessa abordagem de educação, ou seja, à construção de uma sociedade em que as classes populares deixam de ser atores subalternos e explorados e passem a ser sujeitos ativos e importantes na definição de suas diretrizes culturais, políticas e econômicas (Vasconcelos, 2004).

A EP se constituiu fortemente vinculada à vida universitária, não como uma ação oficial das políticas acadêmicas universitárias, mas como inspiração de muitas das práticas sociais que estudantes, professores e intelectuais mais inquietos, se puseram a implementar nos espaços livres de seus trabalhos.

Com isso, a Extensão Universitária tem se tornado uma valiosa ferramenta para incorporar a importância de um retorno à população que sustenta a academia. Isto não visa levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tanto científicos e tecnológicos, quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à sociedade, contribuindo para o seu processo de desenvolvimento (FORPROEX, 2007).

Neste caminho, emerge também, como possibilidade no campo da Extensão Universitária, outra maneira de se fazer a Extensão, que se diferencia das demais

por seu modo de fazer, sua fluidez em compreender a realidade e atender as necessidades, enquanto provoca uma consciência crítica pelo diálogo entre o popular e o dito erudito. A Extensão Popular, como hoje é conhecida, coloca-se conceitualmente distanciada da extensão tradicional, adotando a perspectiva da realização de um trabalho contrário ao serviço mercadológico para retorno financeiro, ou assistencialista, o compreende como um trabalho socialmente útil com a intencionalidade de gerar processos de mudança na direção da justiça social (Melo Neto, 2006).

Baseado nas concepções da extensão popular e inspirado nos princípios teórico-metodológicos da Educação Popular, foi criado o Programa de Extensão Universitária “Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB)”, que atua há desde 2007 com ações de Promoção da Saúde e da SAN no contexto da Atenção Básica em comunidades de João Pessoa.

O PINAB desenvolve ações mediante grupos operativos pensados e construídos de maneira compartilhada com a USF Vila Saúde e a comunidade, tais como os grupos: *HiperDia*, *Caminhada*, *Brincando com a mente*, *Terapia Comunitária*, *Fórum de SAN* e *Horta no Vila*. Além disso, desenvolve outras ações como apoio ao Movimento Popular de Saúde da PB, mapeamento de Conselhos distritais de saúde de JP e de equipamentos de SAN no território; e a promoção de eventos de Extensão e Educação Popular. Através dessas intervenções, se tem apoiado iniciativas de emancipação comunitária, objetivando aprimorar estratégias e caminhos participativos do cuidado em saúde, sobretudo no que tange à vida com qualidade e dignidade.

O grupo Horta no Vila, frente de ação que aprofundaremos nesse artigo, como em outros grupos do Programa, traz em sua base metodológica a promoção da SAN, que de acordo com o art. 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), foge da questão alimentar e nutricional, restrita ao sentido biológico, contemplando outras dimensões, sendo conceituada como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que

respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (LOSAN, 2006)

Com esse caráter, objetivamos promover e apresentar à comunidade um caminho para uma vida mais saudável. Incentivando-os a produzir e buscar alimentos livres de agrotóxicos, considerando que alimentos orgânicos são mais nutritivos, “possuem até 50% a mais de vitaminas, minerais, enzimas e outros micronutrientes do que os produzidos na agricultura convencional” (LEGAN, 2008).

Trabalhamos também com as plantas medicinais nos espaços ociosos da USF Vila Saúde, além de procurar famílias para parcerias na construção de hortas e jardins que promovam a saúde em suas casas a fim de diminuir o uso de medicamentos alopáticos, iniciativas que geram impactos positivos tanto no processo saúde-doença, quanto na renda familiar.

Para compreender e trabalhar com esses princípios, utilizamos o referencial da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS), a qual carrega valores e princípios fundamentais para as práticas sociais e ações que almejem a Promoção da Saúde em seu sentido integral. A PNaPS a define como:

Um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, que se caracteriza pela articulação e cooperação intra e intersetorial e pela formação da Rede de Atenção à Saúde, buscando se articular com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social. Assim, reconhece as demais políticas e tecnologias existentes visando à equidade e à qualidade de vida, com redução de vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais. [...] considera como valores fundantes no processo de sua concretização a solidariedade, a felicidade, a ética, o respeito às diversidades, a humanização, a corresponsabilidade, a justiça e a inclusão social; adota como princípios a equidade, a participação social, a autonomia, o empoderamento, a intersetorialidade, a intrassetorialidade, a sustentabilidade, a integralidade e a territorialidade [...]. (BRASIL, 2014)

Além das referências institucionais e acadêmicas para o trabalho comunitário, vale destacar as dimensões da espontaneidade e criatividade que inspiram a Horta no Vila.

A Horta no Vila e a arte de fazer

Durante o período de 2013 a 2015, dentre as ações do PINAB, aconteciam atividades em um grupo operativo denominado “Horta Popular Boa Esperança”, que tinha em sua origem a proposta de possibilitar à população um processo de discussão, aprendizagem e mobilização para construção de hortas como espaços da alimentação saudável, solidária e cooperativa. Essa ação priorizava o resgate da memória coletiva na perspectiva transformadora, partindo das experiências trazidas por essas pessoas, através de encontros e vivências para o desenvolvimento do trabalho social – uma vez que muitas destas pessoas são oriundas de áreas rurais do estado e trazem consigo uma gama de conhecimentos do cultivo.

Buscava-se com essa iniciativa uma valorização da relação direta com a natureza, potente para a saúde e o bem-estar comunitário, que traz um contraponto à depredação ambiental e a impessoalidade de cada sujeito nesse processo, buscando refletir sobre a sustentabilidade e novas formas de pensar nosso contexto político. Ainda é expressivo o número de famílias em situação de fome e vulnerabilidade social. Nesse contexto, as hortas constituem espaços de lazer, aprendizagem, trabalho e convívio social, com uma forte tendência ao fortalecimento de redes de apoio a essas famílias.

A ideia de investir em uma Horta na USF, se deu a partir da experiência anterior do programa, na construção da horta na comunidade Boa Esperança, território coberto pela USF – Vila Saúde. O PINAB propôs a equipe da USF e a apoiadora matricial da mesma, bem como médicos residentes interessados na aproximação às plantas medicinais, os quais acolheram que a iniciativa irradiasse em uma Horta nos espaços ociosos da USF. Com isso, em fevereiro de 2016, após dois anos de existência da Horta Popular Boa esperança, decidimos operacionalizar as propostas discutidas.

Nessa perspectiva, participamos de uma reunião organizativa da equipe para combinar todos os detalhes e, além disso, identificar lideranças disponíveis para assumir junto ao PINAB a responsabilidade de desenvolver a Horta no Vila. Muitos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e profissionais da equipe se mostraram interessados e se comprometeram em participar dessa construção compartilhada: universidade, serviço e comunidade. Dialogamos em roda as

perspectivas e possibilidades de utilização do espaço; propostas que objetivassem a promoção da saúde, a SAN; espaço de participação popular e engajamento inspirado nos princípios teórico-metodológicos da Educação Popular. Nossa intenção não era tomar a frente do processo, mas apoiá-lo, despertando o sentimento de protagonismo nos envolvidos acerca de iniciativas de promoção da saúde e da SAN.

A proposta direcionou-se à plantação e cultivo de fitoterápicos, para reduzir o uso excessivo de medicamentos, como uma prática alternativa ou complementar ao tratamento de doenças e a produção de alimentos livre de agrotóxicos para acesso da comunidade local. Vale considerar que embora o espaço da USF não seja extenso o suficiente para manter abastecidas as diversas famílias das comunidades, tem o objetivo de funcionar como um campo pedagógico de experimentação e partilha, oferecendo possibilidades que sirvam de inspiração a se plantar sementes diversificadas.

Outro aspecto interessante do trabalho é que, ao iniciarmos a Horta no Vila, nenhum participante tinha um acúmulo de conhecimentos prévios sobre o plantio, então partimos de uma série de experimentações, pelas quais começamos a avaliar os êxitos e contratempos, achando uma metodologia própria para o desenvolvimento dos espaços produtivos na unidade de saúde da família.

Nessa direção, podemos descrever que as atividades ocorreram em algumas etapas: reuniões de planejamento destinadas a fechar a intencionalidade e objetivos para com o espaço, o material necessário para o seu andamento, divisão de responsabilidades, encaminhamentos e a escolha do nome da horta. Já no campo das atividades práticas, houve a limpeza do terreno, coleta de materiais de baixo custo e sustentáveis, confecção de material para horta suspensa, mecanismo de gotejamento e reaproveitamento da água, plantação, reuniões de formação com pessoas que vivenciam a agricultura, cotidianamente, na lógica da permacultura. David Holmgren assinala uma definição mais atual, acerca da Permacultura:

Paisagens conscientemente planejadas que imitam os padrões e as relações encontrados na natureza, enquanto produzem uma abundância de alimento, fibra e energia para prover as necessidades locais [...] a permacultura não é em si a paisagem, nem mesmo as habilidades de cultivo orgânico, a agricultura

sustentável, as edificações energeticamente eficientes ou o desenvolvimento de ecovilas. Mas pode ser usada para planejar, estabelecer, manejar e aperfeiçoar esses e todos os demais esforços empreendidos por indivíduos, famílias e comunidades rumo a um futuro sustentável [...]. (HOLMGREN, 2013)

Algo que devemos destacar é que o grupo de pessoas que lideraram a iniciativa da Horta no Vila é constituída em sua maioria por estudantes e profissionais de saúde, os quais nenhum possuía experiências anteriores com a agricultura, cultivo de hortas ou mesmo um vasto conhecimento sobre a fitoterapia. Mas, sentindo-se desafiados pela atividade, levaram a ideia adiante e vivenciaram um longo processo de ensino-aprendizagem espontâneo com os comunitários, buscando resgatar os conhecimentos populares, elaborados em suas experiências a partir da vida. No sentido de valorização da cultura popular, Martins, propõe que:

A cultura popular deve ser pensada como cultura, como conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo, e não como cultura barbarizada, forma decaída da cultura hegemônica, mera e pobre expressão do particular. (MARTINS, 1989).

Iniciamos o plantio com duas mudas de capim-santo doadas por uma das ACS da USF. Optamos por utilizar sementeiras para germinação das sementes no intuito de transplantá-las para os canteiros, porém elas não se desenvolveram como esperávamos, talvez por nossa falta de experiência e técnica, ou por condições climáticas não favoráveis, o que nos fez buscar novos caminhos e parceiros. Articulamos a visita de um agricultor e colaborador do programa, e assim recebemos novas mudas e nos foram apresentadas outras formas de plantio usando técnicas da permacultura. Assim conseguimos dar início a uma primeira ampliação da Horta no Vila. Reaproveitando materiais descartados e em desuso, preparamos os nossos canteiros usando pneus e construímos um sistema de irrigação econômico através de gotejamento com pallets, baldes, mangueiras e cotonetes.



Figura 1. Ampliação da Horta no Vila, utilizando pneus para construção de canteiros. Ainda, uma visão geral do sistema de irrigação por gotejamento (pallet, balde e mangueira, à esquerda da foto). Além de jardineiras verticais com garrafas pet.



Figura 2. Mecanismo de funcionamento do sistema de irrigação. Na foto, a mangueira com furos onde são inseridas hastas flexíveis com pontas de algodão para direcionar o fluxo da água.

Além de nos ajudar com a ampliação da horta, o agricultor compartilhou suas vivências sobre a experiência com famílias agrícolas do interior da Paraíba: a forma como mantém sua renda familiar; os tipos de alimentação a partir de manejo consciente da terra; a ideologia do plantio orgânico, fazendo rotação de cultura, valorizando as estações do ano e suas especificidades para um plantio adequado e rentável, etc. Seu depoimento nos motivou a trabalhar um plantio mais parceiro dos sistemas naturais, que por si só são capazes de manter o solo fértil, plantas

com alto potencial germinativo, o controle de pragas e entre outros aspectos, que tendemos a esquecer e substituir pela praticidade e ideia de “imprescindibilidade” dos alimentos ultraprocessados, promovida pelas indústrias. O agricultor compartilhou ainda a dificuldade no acesso à água no interior do estado e como os programas de cisternas trouxeram qualidade de vida, aquelas populações locais. Mostrou ainda como esses homens e mulheres do brejo e sertão conseguem produzir em situações tão adversas. Assim enxergamos as possibilidades de nossas variáveis climáticas e geográficas, que poderia advir do trabalho compromissado mediante processos colaborativos, com ênfase no “aprender fazendo”.

Em parceria com a unidade de saúde e uma das disciplinas do curso de medicina da UFPB, tivemos contato com pessoas estratégicas que possuíam alguma experiência ou afinidade com plantas, para que realizássemos visitas domiciliares, no intuito de divulgar a Horta na USF e convidar para participar do grupo. Em uma dessas visitas conhecemos uma moradora que tem um amplo quintal produtivo, onde coloca em prática seus conhecimentos sobre a permacultura. Ela também é agricultora e carrega consigo bastante conhecimento sobre as técnicas de plantio, aprimoramento de solo e as finalidades terapêuticas de diversas plantas.

Na academia aprendemos o quanto é valioso o saber científico, e acostumamo-nos muitas vezes em assumir a postura de educador frente à população, mas aqui nos encontramos não só no papel de educando, mas de analfabetos na leitura do mundo. O que nos faz lembrar das palavras de Paulo Freire (2002) de que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

Essa moradora é, desde então, uma parceira inestimável para o PINAB. Temos feito uma série de atividades em conjunto, seja na USF ou em sua casa, e temos elaborado uma série de propostas para desdobrar a experiência da Horta no Vila em outros campos, como um “Cine Saúde e Comunidade”, uma feira orgânica e solidária no bairro do Cristo Redentor e entre outros. Além de adquirirmos com ela uma infinidade de novas plantas, ela nos ensina como produzir solo de qualidade ao construir um minhocário, um sistema de reciclagem de lixo orgânico,

de modo que os restos de alimentos e matérias orgânicas vão se transformando em adubo, através de minhocas. Também aprendemos a fazer composteiras orgânicas, a qual é descrita da seguinte forma:

A compostagem é um processo biológico em que os microrganismos transformam a matéria orgânica, tais como, dejetos de animais, cascas e bagaços de frutas, resíduos de culturas, folhas, ramos, serragem, restos de capim, num material semelhante ao solo, a que se chama composto, e que pode ser utilizado como adubo, ele serve para enriquecer solos pobres, melhorando a sua estrutura e permitindo uma boa fertilidade, também aumenta a capacidade das plantas na absorção de nutrientes (macro e micro), fornecendo substâncias que estimulam seu crescimento. (FERREIRA; BORBA; WIZNIEWSKY, 2015)



Figura 3. Processo de construção de uma composteira orgânica na USF. Utilizou-se folhas, areia orgânica, adubo, resíduos de culturas. O cabo da madeira é utilizado como termômetro natural, no sentido de verificar a temperatura das camadas da composteira.

Gradativamente a horta foi ganhando mais visibilidade, o que repercutiu em um maior fluxo de visita dos moradores da comunidade, que dentro de suas singularidades foram contribuindo e participando. Uns entraram apenas para ver e aprender como desenvolvemos a horta, outros ajudam no plantar ou capinar o terreno, alguns contam suas histórias e suas experiências com a agricultura, ou mesmo contribuem compartilhando conosco as espécies que cultivam em casa para somar em nossa horta, tornando-a mais diversa.

Atualmente a horta contém 17 (dezessete) diferentes espécies de plantas medicinais, dentre elas: o Guaco; Babosa; Terramicina; Saião; Saião Roxo; Arnica; Sete Dores; Hortelã da Folha Grossa; Hortelã da Folha Miúda; Tapete de oxalá; Boldo Amargo; Noni; Melissa; Arruda; Alecrim; Erva Cidreira e Capim Santo. Ainda,

2 (duas) hortaliças: Coentro; Rúcula. Também, 2 (dois) legumes: Quiabo; Xuxu. E por fim, 2 (dois) tubérculos: Macaxeira e Batata Doce.

O cultivo e a cultura

Segundo Bosi (1996), A palavras cultura deriva do verbo latino “colo”, Colo significou, na língua de Roma, “eu ocupo a terra e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo”. O que remete a vida agrária e ao cultivo. Hoje em dia após as traduções, a palavra cultura adquiriu um significado ligado a moral, costumes e hábitos.

Nesse sentido, Bossi afirma que cultura é um conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos para as novas gerações para garantir a convivência social. Mas para haver cultura é preciso antes que exista também uma consciência coletiva que, a partir da vida cotidiana, elabore os planos para o futuro da comunidade. Tal definição imprime à cultura um significado muito próximo ao ato de educar. Assim sendo, nessa perspectiva, cultura seria aquilo que um povo ensina aos seus descendentes para garantir sua sobrevivência (SILVA; SILVA 2012).

E nossa proposta então vem sendo no sentido de resgatar esses dois conceitos que um dia já estiveram intimamente ligados que é o do cultivo e da agricultura, enquanto forma de cultura e de conhecimento, que deve ser transmitida em prol de seu coletivo, fortalecendo, através da Horta no Vila, o senso e a identidade comunitária.

Considerando que a formação das regiões periféricas das capitais adveio, principalmente, de um fluxo migratório do campo para cidade, é possível observar em muitos dos moradores um expressivo conhecimento sobre técnicas de plantio. Temos como exemplo, uma moradora que nos visitou na horta e ensinou o manejo da enxada, ela relatou ter nascido na cidade de Patos, interior da Paraíba, e ter adquirido a prática durante sua infância, ajudando sua família na produção de alimentos para subsistência.

Percebendo que estávamos em uma comunidade formada por pessoas que carregam uma ancestralidade rural e que por motivos diversos, não a pratica.

Constatamos que a nossa horta tinha um papel que iria além do uso das ervas e hortaliças que plantávamos na USF, mas que poderia assumir um valor educacional no resgate dessa cultura, que no âmbito das grandes cidades tem sido cada vez mais esquecida e desvalorizada.

Foi então que, visando ter uma maior participação dos moradores que demonstraram curiosidade sobre o que fazíamos na USF, criamos um plano de interação da Horta no Vila e comunidade, que consiste em criar hortas-urbanas nas casas de famílias voluntárias. Todas as iniciativas de uso da permacultura que temos obtido mediante a reutilização de materiais descartados e aproveitamento dos espaços ociosos, viabilizando uma horta com baixo custo, reafirma o quanto é viável a realização desse plano, convergindo elementos da cultura do campo à a perspectiva da sustentabilidade utilizando como potencial a alta quantidade de lixo da produção urbana.

Buscamos mapear o território e dialogar com moradores dispostos a montarem uma horta em suas residências, recebendo a visita dos extensionistas liderados pela parceria com a moradora da comunidade Jardim Itabaiana. Não queremos com esse plano de atuação nos desvincular do espaço físico da USF. Manteremos os trabalhos na horta, experimentando novas formas de plantio que formos aprendendo, suprimindo as demandas de fitoterápicos que tivermos na unidade e, também, como suporte para nossa atuação no território. Podemos entender assim, que a horta na unidade será o ponto central de uma rede que se estende com os usuários da USF e capilarizando as experiências, no sentido de aglutinar cada vez mais pessoas a essa ação de promoção social e da qualidade vida.

No cenário do PINAB, esse grupo operativo apesar de ser relativamente recente, vem se consolidando nesses seis meses de existência como uma estratégia de promoção da saúde e da SAN do território. Pelos resultados e processos gerados, indica que é possível trabalhar com hortas em ambientes urbanos, e ressignificar o espaço institucional dos serviços de saúde no contexto da Atenção Básica. Além de se constituir como um espaço de saúde, educação, participação social e compartilhamento de saberes e da cultura popular.

Conclusão

Percebemos a contribuição deste Programa na formação de profissionais com postura crítica e humanística, comprometidos com as causas sociais populares, particularmente no que se refere à garantia da saúde e da alimentação como direito, bem como o enfrentamento sistemático da fome e da extrema pobreza. A atuação também favorece espaços de discussão e de exercício de práticas para promoção da saúde de forma integral e interdisciplinar.

Ainda, observa-se no âmbito acadêmico, o fortalecimento da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e o exercício processual de uma universidade que inclui em sua agenda a transformação social por meio de uma construção que se dá pelo encontro com o outro, de maneira compartilhada e que valoriza os diversos saberes, especialmente aqueles das práticas populares e dos sujeitos do mundo comunitário.

Quanto ao ambiente comunitário, pudemos perceber que tem havido uma crescente mudança de pessoas advindas do campo, onde cada vez mais estão se deslocando para a cidade. Concomitantemente ao incremento da urbanização, surgem os problemas ligados à mobilidade, alimentação, habitação, transportes, poluição, além de outros aspectos de sobrevivência; conseqüentemente acarretam o crescimento da pobreza, da insegurança alimentar e nutricional e a frágil qualidade de vida. No intuito de tornar essas cidades melhores de se viver, deve haver um planejamento dos recursos naturais, do uso de espaços ociosos e da terra afim de torná-los produtivos. As hortas urbanas consistem em uma potente estratégia, no sentido de alinhar a necessidade ao consumo e o aproveitamento integral do lixo orgânico. Cada pequena mudança produzirá transformações na vida dos sujeitos e contextos locais, regionais, nacionais e até mundiais. Experiências exitosas inspiram novas intervenções e dessa forma criamos uma rede sustentável e compromissada.

A implementação da horta vem sendo realizada e logramos o cultivo de uma grande diversidade de plantas medicinais, mas precisamos ampliar nossos conhecimentos sobre fitoterápicos, para que possamos, junto com os profissionais

da USF realizar o repasse das ervas para os usuários da USF, no cotidiano do processo de trabalho das equipes de saúde.

Como toda experiência, tivemos algumas situações limites e fragilidades durante o caminho, onde irei destacar duas, a primeira é participação popular, os comunitários que se fizeram presentes tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento da horta, sendo visível uma motivação genuína de estar no espaço e contribuir para com ele, porém essa participação ainda que de tamanha qualidade ainda configura-se como insuficiente para nós perante o potencial que essa iniciativa tem, e do nosso desejo de alcançar mais pessoas. Outra fragilidade esta associada à grade curricular dos cursos, que muitas vezes tem cargas horárias bem excessivas dificultando a permanência dos estudantes no programa por mais de um semestre, e essa rotatividade de estudantes compromete de certa forma o andamento das ações.

Essa iniciativa apesar de suas fragilidades, carrega consigo um grande potencial, onde vem modificando o espaço físico da USF Vila Saúde para tomar uma nova forma, sempre encharcando de intencionalidade o campo das ideias, o que nos fez pensar em utilizá-la como um exemplo de inédito-viável, naquele contexto comunitário, motivando os moradores a aproveitarem os espaços ociosos de suas casas para realizar o plantio. Além disso, também fomentou novos planos, para além do espaço da unidade de saúde, possibilitando uma atuação mais direta com a comunidade. Assim, ao invés de esperar a aproximação dos usuários, iremos em busca deles, procurando trabalhar em suas casas.

A experiência da estruturação da horta foi enriquecedora e operou mudanças nas percepções dos envolvidos, quanto a valorização do conhecimento popular e das descobertas através da prática, que permitem um aprendizado muitas vezes maior que o obtido no âmbito acadêmico. Ademais, também possibilitou o reconhecimento de uma cultura que estava presente também em nós e que, a partir do contato com essa experiência e com o programa, pudemos tomar ciência.

Referências

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. — São Paulo: Companhia das Letras, 1992, ISBN 85-7164-276-1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 2.761, de 19 de novembro de 2013. **Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPSSUS)**. Disponível em: Acesso em: 17 de ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNaPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

FERREIRA, A.G; A BORBA, S. N. S.; WIZNIEWSKY, J. G. **A Prática Da Compostagem Para A Adubação Orgânica Pelos Agricultores Familiares De Santa Rosa/Rs**. Revista eletrônica do curso de direito- UFSM. ISSN 1981-3694. 2015

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Extensão universitária: organização e sistematização**. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 21ª Edição- São Paulo. Editora Paz e Terra, 2002.

HOLMGREN, David. **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade**. / David Holmgren; tradução Luzia Araújo. – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013

LEGAN, Luciana. **Soluções sustentáveis: permacultura urbana**. Goiás: Pirenópolis, 2008

LOSAN. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional** (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006). Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>.

Acesso: 15 jun. 2016.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Marciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3.ed., 1ª impressão - São Paulo, 2012.

UMA EXPERIÊNCIA COM O PROJETO DE EXTENSÃO DO IF SUDESTE MG – CAMPUS JUIZ DE FORA EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO LIXO CERTO (ALICER): ELABORAÇÃO DOS CONTROLES FINANCEIROS

Thais Brito Dibo¹

¹ IF Sudeste MG – campus Juiz de Fora, e-mail: thais.dibo@ifsudestemg.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal relatar a experiência de um Projeto de Extensão entre o IF Sudeste MG - Campus Juiz de Fora em parceria com a Associação Lixo Certo (ALICER) e demonstrar a importância da cooperação através das ações de extensão, principalmente para as pessoas em vulnerabilidade social. Demonstra também como a Instituição contribuiu para o fortalecimento social da Associação, para a elaboração dos controles financeiros que era uma carência apresentada pelos catadores de materiais recicláveis e de que forma essa parceria trouxe benefícios para ambas as entidades envolvidas.

INTRODUÇÃO

Segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), a população do município de Juiz de Fora em 2010 era de 516.247 habitantes. Estima-se que hoje essa população seja maior, principalmente pelos indivíduos de outros municípios menores que migram para a cidade diariamente, mas que não está inserida nos censos demográficos.

Paralelamente a população, cresce também a geração de resíduos sólidos urbanos, que segundo dados do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DEMLURB) equivale a 530 toneladas/ dia. Um aspecto que parece preocupante é a geração de resíduos per capita em Juiz de Fora, superior à média nacional.

Enquanto no Brasil a média é de 700 gramas, em nosso município é de 968 gramas de resíduos per capita. (MEIRELLES; d'ORNELLAS; CASELLI, 2011).

Do montante de resíduos gerados em nosso município, mais de 50% é composto de resíduos orgânicos e aproximadamente 42% são caracterizados por resíduos inorgânicos, ou seja, com potencial de reciclagem. Entretanto, menos de 1% do material reciclável é reaproveitado e vale também destacar que dos resíduos que vão para a Central de Tratamento de Resíduos (CTR), não há separação do material que poderia ser reciclado, sendo os materiais então enterrados no local. (MEIRELLES; d'ORNELLAS; CASELLI, 2011)

Os materiais coletados pelo programa da Coleta seletiva da Prefeitura vão para dois locais específicos: a Usina de Triagem e o galpão central, ambos gerenciados pela Associação Municipal dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Juiz de Fora (ASCAJUF). Além desta, a cidade conta ainda com a Associação dos Catadores de Papel e Resíduos Sólidos de Juiz de Fora (APARES) e a Associação Lixo Certo (ALICER). O trabalho realizado por esses agentes ambientais, mais conhecidos como catadores de papéis, é de suma importância, pois se sabe que 90% dos materiais recicláveis no país são frutos das atividades realizadas por esses trabalhadores, ainda pouco valorizados em nossa sociedade. Assim como em várias cidades brasileiras, o Poder Público municipal há décadas não vem adotando uma política integrada de resíduos sólidos e um dos indicadores disso é a constatação de que possuíamos até bem pouco tempo um local inapropriado para o descarte dos resíduos sólidos urbanos e ainda hoje detemos um percentual ínfimo de coleta seletiva, o que vai de encontro à Política Nacional de Resíduos Sólidos, ou seja, a Lei nº 12.305, sancionada no ano de 2010.

Vários fatores podem ser apontados pelo enfraquecimento e desprestígio das associações de catadores da cidade, tais como: a falta de investimento do poder público e o pouco valor pago pelos proprietários dos galpões privados pela aquisição dos materiais vendidos pelos catadores. Além dessas quase 100 empresas privadas que se beneficiam a partir da exploração dos associados, destaca-se também o baixo preço da celulose como commodities, graças à entrada no país desse material oriundo do mercado chinês. (LOPES, 2011)

Uma das associações que mais vem sentindo os efeitos dessa falta de planejamento do poder público para a coleta seletiva dos materiais recicláveis é a ALICER. Desde o ano de 2011, a associação vem atuando na região com sede na Estrada da Remonta, número 430, bairro Barbosa Lage, na cidade de Juiz de Fora, porém sem regularização de sua documentação, uma vez que se trata de uma ocupação. No ano de 2011, a associação deu entrada junto a Prefeitura de Juiz de Fora em um pedido de regularização da situação da documentação do local, solicitando a seção de uso e permissão de uso do local, para que pudesse regularizar sua documentação. Parte do local já tem uma cobertura e a associação está aguardando a liberação para fazer a ligação da energia, para que assim seja possível melhorar as condições de trabalho dos associados.

Atualmente a associação tem em sua infraestrutura: uma prensa, uma balança e 4 carrinhos de tração humana. Conta também com um caminhão dos anos 80 para fazer a coleta na região, caminhão esse que devido aos anos de uso, necessita alguns consertos e troca de algumas peças.

A Associação desenvolve seu trabalho no entorno da comunidade, com carrinhos de tração humana e também coleta em indústrias, o que tem ficado difícil de realizar devido ao aumento de preço do combustível e as exigências de algumas indústrias, como a de que a associação faça a coleta 3 vezes na semana, o que tem se tornado inviável, devido a pouca quantidade do material. Atualmente são 7 catadores fixos atuando no galpão, porém a pouca quantidade de oferta de material e a infraestrutura local precária têm contribuído para que haja uma maior rotatividade e desistência dos catadores, o que inviabiliza o planejamento de um trabalho de médio e longo prazo, pois essa alta rotatividade afeta diretamente a rotina de trabalho da Associação.

Percebemos que dentre os vários problemas enfrentados pela ALICER, o da gestão financeira do galpão é um dos mais graves. Diante do cenário apresentado, vislumbrou-se uma interessante possibilidade para que o IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora pudesse realizar uma parceria sustentável com essa associação através da aprovação de um Projeto de Extensão que teria como foco principal o desenvolvimento de controles financeiros para auxiliar a melhor gestão financeira do galpão de reciclagem.

A proposta do nosso Projeto de Extensão consistiu em destinar para esse núcleo 3 (três) alunos bolsistas que pudessem atuar em dias e horários pré-determinados. A atuação desses discentes foi imensamente importante para o desenvolvimento das atividades no que tange à organização de documentos dos associados, no desenvolvimento dos controles financeiros e na sistematização da pesagem dos materiais que chegam aos galpões em horários já pré-definidos. Os discentes tiveram também a importante missão de elaborar planilhas de fluxo de caixa e escrituração no livro-caixa dos associados além de semanalmente realizarem tarefas que envolveram a preparação das ferramentas de controles financeiros.

Esperamos que este projeto seja o primeiro de muitos a serem submetidos à Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias do IF Sudeste MG – campus Juiz de Fora, tendo como objetivo o fortalecimento das associações de catadores de materiais recicláveis de Juiz de Fora. Pelo trabalho profissional desenvolvido por nossa Instituição na cidade de Juiz de Fora e região e pelo prestígio que ela detém em nossa sociedade, outros projetos fortaleceriam ainda mais os laços de solidariedade e retorno a nossa comunidade. Pretendemos investigar outras carências da Associação para que posteriormente possamos através de Projetos de Extensão e parcerias atuar de forma a minimizar ou solucionar algumas dessas carências.

Público alvo do Projeto de Extensão

Catadores de materiais recicláveis da Associação Lixo Certo (ALICER).

Local de execução

Galpão da Associação, que se localiza na região do bairro Barbosa Lage na cidade de Juiz de Fora no estado de Minas Gerais

Objetivo Geral

Contribuir para o fortalecimento social da ALICER, através da utilização de ferramentas de controle financeiro visando à melhoria da gestão da associação de materiais recicláveis e gerar um sentido de empoderamento aos associados.

Objetivos Específicos

- Estreitar os laços de cooperação entre as associações de catadores de materiais recicláveis da cidade de Juiz de Fora e o Campus Juiz de Fora;
- Contribuir para que a ALICER possa melhor administrar seus recursos financeiros através da criação de procedimentos de controle financeiro e contábil: elaboração do livro caixa, de planilhas eletrônicas de fluxo de caixa e organização e sistematização das receitas e despesas;
- Fortalecer a autoestima dos associados e envolve-los na gestão de seus próprios recursos;
- Gerar um sentimento de empoderamento aos catadores de materiais recicláveis;
- Envolver os alunos bolsistas em um projeto de relevância social;

DESENVOLVIMENTO

Uma das características mais marcantes observadas nas cidades modernas é a multiplicidade de elementos que nela podem ser encontrados, tais como a grande variedade de paisagens, os diversos usos do solo urbano e a ampla diversidade dos modos de vida de seus habitantes. A esse aspecto da multiplicidade é possível também associar o viés da desigualdade: a apropriação dos diversos elementos e equipamentos urbanos se dá de forma distinta, gerando, com isso, um embate entre as classes sociais que habitam esse espaço.

Os conflitos são comuns no espaço urbano, o que nos permite fazer uma leitura de um “campo de lutas” cada vez mais fragmentado e desarticulado, já que a cidade se revela como um mosaico complexo, composto de áreas construídas e destruídas socialmente, a partir dos embates realizados pelos agentes sociais. Veja-se, por exemplo, a modernização das cidades brasileiras ocorrida no século XX. Orientado, de forma sutil ou não, por poderes constituídos, o processo de

modernização levou ex-escravos e despossuídos a ocuparem zonas periféricas, áreas com grandes declividades ou mesmo várzeas sujeitas a inundações. As áreas mais bem estruturadas se tornaram valorizadas e observou-se então uma apropriação dos locais mais nobres pela atividade empresarial imobiliária e uma perfeita articulação desta atividade com o poder público. (MARICATO, 1997).

Com efeito, a produção do espaço urbano gera segregações, o que nos remete a uma ideia de marginalidade espacial, se pensarmos que a cidade apresenta várias áreas periféricas, estigmatizadas e rejeitadas pela sociedade em geral, por serem associadas a comportamentos sociais desviantes. No entanto, se a questão de luta por poder explica a presença, na cidade, de áreas marginalizadas, cumpre observar ainda que o espaço urbano abriga outras zonas, também rejeitadas, não como decorrência de embates de classes sociais e sim devido ao fato de serem vistas como zonas sombrias, carregadas de estigmas, de valor simbólico obscuro, negativo e inquietante. De fato, no universo urbano, vários espaços provocam sentimentos de constrangimento, repúdio e mal-estar aos habitantes da cidade, ainda que, contraditoriamente, tais espaços estejam profundamente ligados a aspectos inalienáveis da vida social. Como exemplo dessas áreas de significado “nebuloso”, podemos citar as zonas de prostituição, boates de strip-tease, casas de massagem, hospitais terminais, asilos, necrotérios, cemitérios, presídios, manicômios, albergues e depósitos de lixo. Na verdade, o espaço é “lido” de forma diferente pelos indivíduos, que a ele atribuem significações a partir tanto de diferenças sociais e de poder quanto de crenças, de valores, de memórias e de sentimentos. (CORRÊA, 2003) Analisemos, sobre esse enfoque, os lugares “malditos” das cidades. Os centros urbanos possuem áreas que são percebidas com repulsa, medo, inquietação ou até desprezo – são áreas que, devido a percepções culturais, se deseja relegar ao esquecimento e que se tornam visíveis em determinadas situações a contragosto do que deseja grande parte da população urbana. É possível perceber, por exemplo, que os hospitais terminais, os asilos, os necrotérios e os cemitérios são estigmatizados por muitas das pessoas por se relacionarem diretamente à percepção da degenerescência ou da morte do corpo físico, que tanto incomodam a sociedade moderna. Os depósitos de lixo, por sua vez, remetem indiretamente à ideia da morte e, por isso, agrada

aos habitantes da cidade que eles se localizem afastados dos centros urbanos. Interessante notar, também, em relação ao espaço do lixo, que o repúdio aos vazadouros ou mesmo aos aterros de lixo faz com que a relação homem-lixo se torne problemática, a ponto de que aqueles que tenham um convívio direto com os resíduos sejam rejeitados socialmente. No entanto, essa estigmatização não se resume só a figura do catador ou do gari, peças importantes que compõem o universo dos resíduos. Ela também se aplica a outras profissões, que se relacionam à degenerescência de corpos humanos e de animais, como a profissão de coveiro, de médico-legista, de açougueiro, dentre outros (EIGENHEER, 2003). A situação se torna mais conflituosa, a partir da expansão dos centros urbanos, pois nenhuma comunidade quer os depósitos de lixo por perto. Entretanto, a sua presença se torna imprescindível, se considerarmos o descarte cada vez maior de mercadorias realizado pelas sociedades de consumo.

A partir desta rápida discussão sobre os atores urbanos, vimos que os catadores de papéis sofrem este sentimento de repulsa, são marginalizados e vistos com desconfiança. Assim também são os galpões de materiais recicláveis. Acreditamos que este projeto trouxe visibilidade aos catadores e os ajudou na melhor organização financeira, contábil e organizacional, haja vista que essa camada social possui uma rotina cansativa e que na maioria das vezes não consegue sistematizar com exatidão a renda gerada ao longo dos dias. Essa questão é de fato uma das mais debatidas pelos catadores. A partir dos fatos expostos, vimos que esse projeto se tornou relevante na medida em que atendeu a duas premissas importantes. Primeiramente, pois nos foi dada a possibilidade de contribuir para a visibilidade social desses importantes agentes ambientais. E em segundo lugar, pois foi uma oportunidade ímpar de nossa Instituição conhecer o trabalho de uma associação de catadores e contribuir para seu crescimento social e fortalecer seu empoderamento.

Certamente os alunos bolsistas participantes do projeto, tiveram uma concepção mais amadurecida sobre a temática dos resíduos sólidos e tudo que a envolve, desde os aspectos ambientais, sociais e econômicos. Acreditamos também que dos 3 alunos selecionados, 1(um) do Curso Técnico em Secretariado na modalidade -PROEJA e 2 (dois) do Curso Superior de Bacharelado em Sistema

de Informação (BSI), contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento desta atividade. No curso de BSI existem duas disciplinas em sua grade curricular que foram diretamente importantes para esse projeto, a saber: “Introdução a contabilidade” e “Teoria geral da administração”. Já no curso de Secretariado encontramos as seguintes disciplinas: “Administração aplicada à organização empresarial”, “Técnicas de rotinas secretariais” e “Administração financeira”. Acreditamos assim, que poderíamos aplicar os conhecimentos adquiridos em sala por nossos discentes e trazer à baila temas importantes para nossa sociedade, hoje tão marcada pelo individualismo e pela prática consumista que impera de forma contagiante. Nosso colaborador externo possui nesse projeto destacada importância, pois ele será o elo entre os bolsistas e os catadores associados no que tange aos conhecimentos técnicos.

O projeto visou à implantação de procedimentos de controle financeiros, que para OLIVEIRA (2005, p.13) “tem a finalidade de gerar informações úteis e confiáveis para o empresário tomar decisões”, pois percebemos que os associados apresentavam grandes dificuldades para conseguirem executar esses processos financeiros. Partimos da idéia inicial de que os associados precisavam conhecer, entender e organizar melhor as informações financeiras, como receitas e despesas geradas pela atividade. Uma vez que, necessitavam desenvolver procedimentos de controle e averiguar o real ganho que estavam aferindo com a venda dos resíduos. Dessa forma, o desenvolvimento do Projeto se deu de forma personalizada e adequada as reais necessidades dos catadores, uma vez que procuramos inserir os próprios catadores na implantação dos controles para que as instruções transmitidas fossem realmente incorporadas no dia a dia deles.

Os bolsistas providenciaram a organização, depois o levantamento e preparação dos dados relevantes para posteriormente elaborarem os instrumentos de controles financeiros, como fluxo de caixa e a escrituração do livro-caixa. Segundo OLIVEIRA (2005, p.56) “o fluxo de caixa é um instrumento de gestão financeira, que projeta para períodos futuros todas as entradas e saídas de recursos financeiros da empresa, indicando como será o saldo de caixa para o período projetado”. Esse procedimento mostrou-se imprescindível para que os associados pudessem gerenciar de forma eficaz as finanças do galpão.

METODOLOGIA

Primeiramente, aos alunos bolsistas foram fornecidos embasamento teórico a respeito de noções de elaboração de controles financeiros e de gestão de receitas e despesas bem como do funcionamento do processo de coleta seletiva, através de levantamento bibliográfico sobre o tema e de grupos de discussão sobre a temática. Em seguida, os alunos tiveram contato com a realidade da ALICER, por meio de visita ao galpão, no que tange à organização das atividades realizadas e, mais especificamente, com relação aos documentos organizacionais da associação. Além disso, tiveram contato com a organização da pesagem dos materiais. Finalmente, os alunos bolsistas auxiliaram na orientação dos associados no gerenciamento dos documentos da Associação, na elaboração dos controles financeiros e nas anotações da pesagem dos materiais recicláveis que chegam ao galpão. Esta mediação foi desenvolvida pelo coordenador e subcoordenador do projeto e a parte técnica ficou sob a responsabilidade do colaborador externo que teve a missão de guiar o aluno na condução de suas atividades e se tornou um interlocutor com os membros da ALICER, conhecendo suas dificuldades e conquistas realizadas. A partir dessas atividades, esperamos que os associados consigam por eles próprios continuarem e até aprimorarem os controles financeiros desenvolvidos pela equipe do projeto de extensão.

CONCLUSÃO

O objetivo da execução do projeto de extensão no IF Sudeste MG em parceria com a ALICER foi propiciar que a Associação, a partir do auxílio dos bolsistas, passasse a ter mais noção de como gerenciar adequadamente à parte contábil, financeira e operacional da atividade e refletir sobre como estavam lidando com as finanças do galpão. Esperamos que com a melhoria desses processo a Associação possa tomar decisões mais acertadas baseada em informações sistematizadas e ter mais controle de suas receitas e despesas. Para que, em momento posterior, possa autonomamente conduzir melhor suas atividades.

Almejamos que com a documentação mais sistematizada e organizada possa participar de mais projetos de fomento de órgãos federais e estaduais. Esperamos também que o projeto possa contribuir para que a Associação possa estabelecer metas palpáveis de resultados financeiros e que consiga planejar ações efetivas na busca para alcançar esses objetivos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Caderno de Educação Financeira – Gestão de Fianças Pessoais. Brasília:BCB, 2013

BRASIL. **Lei nº 12.305/10** de 02 de agosto de 2010. Disponível em: <HTTP://planalto.gov.br>. Acesso em: 01/08/2016

CATADORES cobram a construção de um centro de triagem em Juiz de Fora. Acessa. Juiz de Fora, 26 de maio de 2011. Cidade. Disponível em: <HTTP://acessa.com.br>. Acesso em: 01/08/2016.

CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

EIGENHEER, E. M. **Lixo, vanitas e morte: considerações de um observador de resíduos**. Niterói: ED. UFF, 2003.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira - essencial**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

LOPES, Angeliza. Juiz de Fora não tem planejamento para coletar e separar recicláveis. **Folha Juiz de Fora**, Juiz de Fora, 28 mai. 2013.

MARTINS, J. P. Educação Financeira ao alcance de todos. 1 ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2004.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MEIRELLES, A. d' ORNELLAS, L.; CASELI, T. Coleta Seletiva ainda enfrenta problemas em Juiz de Fora. **Jornal de Estudo**. Cidade, nov.2011. Disponível em: HTTP://www.ufjf.br/facom/multimidia/jornal_de_estudo. Acesso em 30/07/2016.

OLIVEIRA, D. C. **Manual como elaborar controles financeiros**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2005.

ZENTGRAF, R. **O guia prático de finanças**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PRÁTICAS INTEGRAIS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E NUTRIÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA (PINAB): CONSTRUINDO PROCESSOS DE INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Jamilly Cristiny de Oliveira Gonzaga; Renan Soares de Araújo; Bruno Oliveira de Botelho; Pedro José Santos Carneiro Cruz; Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos

RESUMO

O Programa de Extensão Popular “Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB)” atua apoiando o desenvolvimento de ações e grupos de Educação Popular para Promoção da Saúde, da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do desenvolvimento social em âmbito comunitário, a partir de abordagens críticas, humanísticas e dialógicas, na elaboração de processos emancipatórios, seguindo os pressupostos teóricos-metodológicos da Educação Popular. Atua com as comunidades Boa Esperança, Pedra Branca e Jardim Itabaiana, localizadas no bairro do Cristo Redentor em João Pessoa-PB; tanto em espaços populares, como na Unidade de Saúde da Família Vila Saúde. Assim, o PINAB tem contribuído com iniciativas e espaços coletivos de Educação Popular e de Participação Social articulados à Promoção da Saúde, à SAN e à emancipação no âmbito comunitário. Ademais, tem envidado esforços no âmbito acadêmico para o estabelecimento de iniciativas que fortaleçam a articulação entre as dimensões do Ensino, Pesquisa e Extensão, promovendo uma formação crítica e desvelando uma perspectiva de Universidade comprometida socialmente.

Palavras-chaves: Promoção da Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional; Educação Popular; Formação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo contextualizar e socializar a experiência do Programa de Extensão “Práticas Integrals de Promoção da Saúde

e Nutrição na Atenção Básica (PINAB)”, destacando sua atual configuração organizativa, suas principais ações e as reflexões e aprendizados acumulados em sua trajetória, particularmente como uma iniciativa de Extensão orientada pela Educação Popular.

O Programa PINAB foi criado no ano de 2007. Vincula-se institucionalmente ao Departamento de Nutrição (DN) do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e ao Departamento de Promoção da Saúde (DPS) do Centro de Ciências Médicas (CCM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e vem atuando desde a sua criação com as comunidades Boa Esperança, Pedra Branca e Jardim Itabaiana, localizadas no bairro do Cristo Redentor, na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba.

Em seu início, o Programa tinha como principal motivação o desejo de realizar uma prática ampliada no âmbito da Nutrição, com o olhar voltado para a integralidade do indivíduo, associada à realidade social das comunidades. Durante a graduação de Nutrição, os estudantes indagavam como entrelaçar o saber acadêmico com essa realidade, mas tinham dificuldades para encontrar esse espaço nos conteúdos ofertados pela Universidade. Surgiu, desta forma, a ideia de construir uma iniciativa para, não só viabilizar práticas acadêmicas articuladas com a comunidade, mas fazê-lo de forma crítica, mediante experiências inovadoras e alternativas ao currículo oficial.

Em 2009 e 2011, o PINAB foi contemplado pelo edital do Programa de Apoio à Extensão Universitária (ProExt) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC), além de ser desde 2008 continuamente aprovado no Programa Bolsas de Extensão (PROBEX) da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) da UFPB. A partir de 2012, o Programa integrou-se também como atividade vinculada ao DPS da mesma Universidade.

Com essa ampliação de possibilidades de ação, o PINAB pôde envolver estudantes de diversas áreas, fomentando a construção do conhecimento de modo interdisciplinar. De acordo com Fontoura (2007), é importante valorizar a interdisciplinaridade nos locais que trabalham com a saúde, a fim de favorecer o entendimento da complexidade do sujeito e a maior resolutividade das questões ligadas ao cuidado em saúde. Além disso, a dimensão da interdisciplinaridade tem

sido bastante enfatizada no debate em torno da Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), eixos orientadores do PINAB (VASCONCELOS, 2014).

O PINAB se qualifica como uma Extensão Popular, por acreditar nesta como um trabalho social útil com a intenção de articular o Ensino e a Pesquisa para a elaboração de conhecimentos e o desenvolvimento de ações coletivas visando a transformação da realidade (MELO NETO, 2014). Neste sentido, encontra inspiração e apoio para suas ações nos pressupostos teórico-metodológicos da Educação Popular, que prioriza o reconhecimento do outro, de suas histórias, seus valores; essenciais no processo de conscientização e reflexão crítica profunda, para o exercício de uma cidadania plena e para a transformação social, através de um processo permanente de construção compartilhada de conhecimento (VASCONCELOS, 2011). Assim, tem buscado fortalecer a comunicação com a comunidade, serviços públicos de saúde e educação locais, através da criação de espaços de diálogo para gestão participativa da saúde.

Nestes termos, o PINAB iniciou suas atividades buscando construir caminhos possíveis para o trabalho social no campo da Atenção Básica em Saúde, com foco para a prática da saúde coletiva, com vistas à Promoção da Saúde e da SAN. Ademais, busca contribuir para a formação acadêmica dos estudantes envolvidos, através de ações de Ensino e Pesquisa no âmbito da Extensão Universitária.

As ações são desenvolvidas por estudantes de vários cursos da UFPB e de outras Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas e contam com a parceria de equipamentos sociais localizados no território de implementação da proposta. Entre esses equipamentos podemos citar a Unidade de Saúde da Família (USF) Vila Saúde, o qual o PINAB tem apoiado de forma sistemática. Deste modo, as ações do Programa são desenvolvidas de maneira compartilhada com a comunidade, bem como com os trabalhadores das quatro equipes de saúde que conformam a USF Vila Saúde: Equipes Pedra Branca I e II, Jardim Itabaiana I e II.

O Programa se organiza por meio de uma gestão compartilhada, a qual operacionaliza-se a partir das reuniões: a) de orientação dos estudantes; b) de

formação, incluindo temáticas relacionadas às ações; c) de planejamento quinzenal com a comunidade e as equipes de saúde.

Atualmente, o PINAB atua a partir de distintas frentes, denominadas de Grupos Operativos, sendo estes: Brincando com a mente; HiperDia; Caminhada; Terapia Comunitária; e Horta no Vila. Como também ações em apoio ao Movimento Popular de Saúde da Paraíba (MOPS-PB) e à Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde da Paraíba (ANEPS-PB); Fórum Intersetorial de Promoção da SAN; apoio a eventos técnico-científicos e encontros educacionais desenvolvidos na linha da Educação Popular e da Participação Social; organização de cursos, oficinas e rodas de conversa na linha da Educação Popular, da SAN e da Participação Social.; e na elaboração contínua de pesquisas e potencialização da prática da sistematização de suas experiências.

Cabe salientar que os Grupos Operativos compõem o eixo estruturante sobre o qual se alicerça o Programa, e destacam-se como uma estratégia que possibilita o encontro intercultural, o fortalecimento de vínculos e o estímulo a participação ativa de todas as pessoas, bem como auxilia na organização e mobilização destas em busca da reivindicação e conquista de direitos sociais (CRUZ; PEREIRA; VASCONCELOS, 2011).

Como uma iniciativa do âmbito da Extensão Popular, onde enfatiza a interação dos estudantes com a comunidade, proporcionada pelo contato com realidade social, econômica e cultural das classes populares, o PINAB pressupõe que dessa forma é possível construir uma perspectiva diferenciada e inovadora no que se refere a formação universitária. Nessa direção, todos os sujeitos envolvidos na experiência inserem-se como produtores de conhecimento, onde ao invés da mera transmissão de informações, são compartilhados saberes, e os momentos não são visualizados como atuações pontuais e sim como continuidade de lutas que visam ser conquistadas juntas (CRUZ, 2011). Ainda, acredita-se que a difusão das abordagens e processos desenvolvidos, gera reflexão em outros ambientes, contribuindo para a qualificação das ações no campo da Educação Popular, da Promoção da Saúde e da SAN.

DESENVOLVIMENTO

A coordenação do PINAB é mediada por dois docentes – sendo um deles do DN/CCS e outro vinculado ao DPS/CCM, contando com a colaboração voluntária de três nutricionistas egressas do próprio Programa e um fisioterapeuta egresso do Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF), que compõem a coordenação do Programa, no qual prestam acompanhamento pedagógico regular aos estudantes e apoio técnico às ações de Educação Popular desenvolvidas nas diversas frentes de atuação. Há também desde o ano de 2013 a coordenação comunitária do PINAB, que se dá de forma compartilhada com 3 Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) do território e uma moradora e líder comunitária, sendo realizadas reuniões quinzenais na comunidade como forma de construção e gestão coletiva dessa ação.

Entendendo o trabalho de Extensão como uma vivência constante que provoca reflexões críticas e o consequente aprimoramento de saberes (científicos e populares) (FALCÃO, 2006), prezamos também pelas ações de Ensino e Pesquisa. O PINAB, assim, se vincula à produção de conhecimentos científicos através de três grupos de pesquisa: o Grupo de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (GPSAN), o Grupo de Pesquisa Inéditos Viáveis em Educação Popular e o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR). A partir desses espaços são construídos e integrados projetos e esforços de investigação científica aos processos empreendidos pela dimensão da Extensão. Ressaltando que em dois anos consecutivos (2015 e 2016), propostas vinculadas ao PINAB foram contempladas pelo Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFPB.

Além disso, são realizadas reuniões teóricas semanais, com discussão de textos, oficinas e rodas de conversas. O Programa firma a preocupação constante com a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

GRUPOS OPERATIVOS

“Brincando com a mente”

As atividades do Grupo são construídas em reuniões com os trabalhadores da USF e a equipe multiprofissional, contando com a participação de residentes de saúde ligados à UFPB e a Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba. Dessa forma, os diversos atores atuam de forma interdisciplinar utilizando estratégias que culminem para o bem-estar e a promoção da saúde dos participantes, refletindo sobre o processo saúde-doença e observando as dificuldades que se encontram na construção do cuidado em saúde mental.

Os encontros do Grupo acontecem uma vez ao mês e contam com a participação de cerca de 30 pessoas, incluindo cuidadores e familiares. Nas atividades, são utilizadas rodas de conversa, para uma aproximação maior com os usuários; dinâmicas com foco no conhecimento próprio, da vida, da história e trajetória de cada um de modo a permitir a aproximação entre as pessoas; troca de experiências vividas, o que previne estresse e irritações no cotidiano; danças e alongamentos, como forma de interação e participação; e oficinas, como confecção de bolsas com materiais reciclados, que promovem a troca de saberes; além de atividades que visam refletir na recuperação da autoestima dos participantes.

Dentre os resultados, percebe-se a importância deste espaço para os usuários, onde os mesmos sentem-se amparados e seguros, além de tirá-los de suas rotinas. Nota-se que tais atividades proporcionaram aos integrantes mais consciência sobre o próprio corpo, construção de vínculos afetivos e desenvolvimento das potencialidades de resiliência e de superação individuais e reflexão sobre o processo de saúde e doença. Além disso, incentiva o fortalecimento da integração dessas pessoas no âmbito comunitário, garantindo sua inclusão e participação social, fortalecendo o trabalho integrado da equipe no contexto da saúde mental. Prova concreta destas reflexões foi a solicitação de alguns usuários para a redução dos psicotrópicos utilizados.

“Hiperdia”

O Grupo possui dois locais de atuação, comunidades Jardim Itabaiana I e Pedra Branca I. As atividades são realizadas quinzenalmente em cada equipe, às quintas-feiras no turno da manhã, por meio de rodas de conversa e de dinâmicas

de caráter coletivo. Onde se procura extrapolar a visão biologicista acerca do indivíduo, para uma vivência pautada na integralidade do cuidado em saúde.

As atividades são realizadas quinzenalmente, por meio de rodas de conversa e de dinâmicas de caráter coletivo, utilizando-se metodologias lúdicas, criativas, ativas e problematizadoras, no sentido de facilitar a construção compartilhada do conhecimento, estabelecendo diálogo sobre saberes e experiências dos usuários acerca dos aprendizados e desafios de sua convivência com a Hipertensão e Diabetes. Bem como da socialização e problematização de conhecimentos técnicos e científicos significativos para a qualidade de vida destes usuários, bem como para a de seus familiares.

São discutidos temas como os cuidados com a alimentação, prática de atividade física, fortalecimento do autocuidado, saúde do homem e da mulher, dentre outros. A cada reunião, os usuários são provocados a sugerir assuntos de importância para sua saúde, os quais são tratados no encontro seguinte. Deste modo, busca-se inseri-los no contexto do planejamento de estratégias de prevenção e tratamento dessas doenças, fortalecendo a importância da reflexão acerca da proatividade no processo de cuidado, a partir de uma reflexão acerca dos diversos aspectos subjetivos que permeiam a vida destes.

“Caminhada”

Esse Grupo é uma iniciativa coordenada por trabalhadores da Equipe Jardim Itabaiana I da USF, em parceria com a Residência de Medicina de Família e Comunidade da UFPB, juntamente com o apoio sistemático do PINAB. A Caminhada surgiu a partir do Grupo HiperDia, com o intuito de estimular os usuários à prática da atividade física, em consonância com a Política Nacional de Promoção da Saúde, que dentre suas diretrizes aponta a realização regular da atividade física (BRASIL, 2006).

Os encontros ocorrem semanalmente, um grupo na segunda e outro na sexta, ambos no turno da manhã, com práticas de cuidado corporal, momentos meditativos e de autocuidado, ou mesmo de ações com dança e descontração, as

quais são promovidas junto com o grupo de usuários e de trabalhadores de saúde, antes do início da caminhada propriamente dita.

É importante frisar que este Grupo vem se configurando como um espaço comunitário relevante de apoio social e de solidariedade para a inserção dos usuários, de maneira sistemática, em iniciativas de cuidado em relação à sua qualidade de vida. Além de que, mediante essa intervenção de promoção da saúde, vem sendo criada uma rede de amizade, afetos e vínculos, a partir dos quais os participantes comungam forças para o exercício físico regular, necessário à manutenção de sua saúde.

“Terapia Comunitária”

Os encontros do Grupo ocorrem semanalmente às quartas-feiras, no turno da tarde, e inclui aproximadamente 35 mulheres. Em suas atividades são utilizados recursos lúdicos como dinâmicas, piadas, músicas, danças, poesias, contação de histórias, entre outros.

A Terapia Comunitária é coordenada por uma ACS da Equipe Jardim Itabaiana II da USF Vila Saúde, também liderança comunitária e coordenadora comunitária do PINAB. A integração entre os extensionistas e a terapeuta responsável se dá com o intuito de fortalecer esse espaço na comunidade, para que a partir da promoção da saúde mental e recuperação da autoestima, estimule o compromisso social e a interlocução comunitária desses atores com os serviços públicos. Além disso, favorece a reivindicação dos direitos dos envolvidos, já que o espaço proporciona às pessoas o resgate de vínculos afetivos e sociais que funcionam como instrumento de agregação, mobilização e inclusão social.

O Grupo Terapia Comunitária foi idealizado no PINAB a partir de vivências de extensionistas no ano de 2013, que participaram das reuniões como forma de conhecer os espaços de promoção da saúde existentes na comunidade, promovendo o encantamento dos participantes e estimulando, assim, a criação do Grupo.

“Horta no Vila”

O Grupo Operativo “Horta no Vila” visa a Promoção da Saúde e da SAN, desenvolvida de forma participativa, por meio da construção de uma horta em um espaço no interior do ambiente físico da USF Vila Saúde. Os encontros do Grupo ocorrem semanalmente às quintas-feiras, no turno da tarde, e contam com a participação de moradores dos territórios e de alguns profissionais de saúde.

Dentre as atividades desenvolvidas, pode-se apontar a criação de um berçário de mudas e de uma horta suspensa, sendo realizado o plantio de ervas medicinais, com o intuito de promover a aproximação dos usuários com os fitoterápicos, que podem ser utilizados como coadjuvantes do tratamento clínico em muitos casos.

O Grupo constitui-se como um espaço para integração entre usuários, trabalhadores da saúde e comunidade acadêmica; viabilizando o encontro entre diferentes sujeitos, que podem, assim, compartilhar conhecimentos, inquietações e experiências.

Fórum Intersectorial de Promoção da SAN

O PINAB vem construindo a proposta para a implementação de Fórum Intersectorial de Promoção da SAN. A formatação de tal iniciativa vem sendo subsidiada a partir das informações obtidas por um mapeamento dos equipamentos sociais e ações voltados à SAN no território de atuação do Programa.

Portanto, o Fórum será constituído por representantes da UFPB, lideranças comunitárias, trabalhadores de entidades públicas e/ou comunitárias, dentre outros parceiros, envolvendo os equipamentos sociais do território, como USF, escolas, creches, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Cozinha Comunitária, Associação de Longa Permanência de Idosos. E terá como propósito a difusão das experiências de SAN e a qualificação da discussão relacionada a essa temática. Assim, pretende-se com esse espaço estimular o planejamento e a dinamização das ações em SAN no território, buscando contribuir para a melhoria das condições de alimentação e de vida das comunidades.

AÇÕES EM APOIO AO MOPS-PB E A ANEPS-PB

O apoio às ações de movimentos populares e práticas sociais se qualifica como um dos princípios orientadores das práticas extensionistas, com vistas a efetivar a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade. O documento desenvolvido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012, p.21), enfatiza que “[...] a Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil”.

Nessa perspectiva, o PINAB vem auxiliando o MOPS-PB e a ANEPS-PB na realização de suas ações, participando ativamente dos encontros e estreitando vínculos com os seus integrantes. Ademais, o Programa busca contribuir de outras formas, como através da elaboração de materiais audiovisuais para publicização das atividades dos coletivos, no sentido de potencializar as articulações destes com outros movimentos sociais do Estado; bem como na realização de entrevistas com seus protagonistas, incentivando a sistematização e dando visibilidade as experiências desenvolvidas.

Atualmente, o Programa vem ofertando um “Curso de Formação em Educação Popular para o Trabalho Social em Comunidades”, o qual foi elaborado juntamente com os membros do MOPS-PB e da ANEPS-PB, com vistas à formação crítica e política continua de seu quadro e à sensibilização e mobilização de novos sujeitos. Esse curso vem contando com a participação tanto de militantes destes coletivos, como de indivíduos de outros movimentos e práticas sociais e demais interessados.

APOIO A EVENTOS E ENCONTROS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDOS NA LINHA DA EDUCAÇÃO POPULAR E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Dentre as frentes de atuação do PINAB, insere-se o apoio à realização de eventos e encontros na linha da Educação Popular e da Participação Social em nível nacional e regional, a exemplo do “Seminário Nacional de Educação Popular na Formação em Saúde”, realizado em dezembro de 2014, em João Pessoa-PB.

Bem como a “4º Mostra Nacional de Experiências e Reflexões em Extensão Popular”, realizada em dezembro de 2015 em João Pessoa-PB.

Atualmente, o Programa vem trabalhando com o EXTELAR e o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR), frente a realização do “1º Encontro Paraibano de Experiências em Educação Popular”, a ser realizado nos dias 18 e 19 de agosto, em João Pessoa, com os objetivos de : a) Resgatar e reafirmar a memória e a história da Educação Popular na Paraíba; b) Socializar experiências de pesquisa em Educação Popular; c) Apresentar e debater práticas em Educação Popular na Paraíba; d) Identificar e debater os desafios da Educação Popular.

ORGANIZAÇÃO DE CURSOS, OFICINAS E RODAS DE CONVERSA NA LINHA DA EDUCAÇÃO POPULAR, DA SAN E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Além das iniciativas descritas acima, frisamos o empenho do PINAB na articulação da Extensão com a dimensão do Ensino, a partir da formulação de um Curso de Extensão – o qual teve sua realização atrelada à uma disciplina da graduação do curso de Medicina da UFPB –, intitulado: “Práticas Integrals de Educação e Promoção da Saúde em Comunidades”; que teve como aporte para sua execução experiências advindas das práticas desenvolvidas pelo PINAB no âmbito comunitário. Cabe realçar que também foi concretizado um outro Curso de Extensão, intitulado: “Educação Popular na Universidade”; construído com base nos textos que fazem parte do livro “Educação Popular na Universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular” (CRUZ et al., 2013).

Além disso, foi realizado o “Curso comunitário de Segurança Alimentar e Nutricional e Práticas Sociais de Combate à Fome e a Pobreza”, construído em parceria com ACS's da USF Vila Saúde e desenvolvido nas comunidades em que o Programa atua. O público-alvo desse curso consistiu de moradores das comunidades, trabalhadores de saúde e residentes integrantes das equipes de saúde.

Atualmente o PINAB está em processo final de elaboração de mais um Curso de Extensão, intitulado: “Educação Popular em Práticas Sociais: Desafios e

Debates”; que tem como objetivo possibilitar o aprimoramento da formação de estudantes, docentes, técnicos, profissionais da saúde e de outras áreas de ação social, bem como militantes de movimentos sociais e práticas populares. Tendo como foco o compartilhamento de reflexões e saberes acerca da Educação Popular como orientadora de práticas sociais emancipadoras, seus atuais desafios na conjuntura brasileira, particularmente no que tange a sua capacidade de contribuir nos processos de Participação Social e de promoção da SAN em contextos de pobreza e exclusão social.

Ademais, também estão em fase final de elaboração uma série de oficinas e rodas de conversas ampliadas, com o título de “Educação Popular: saberes e fazeres”, com a intenção de propiciar a organização de espaços públicos para a socialização de experiências e aprendizados no campo da Educação Popular. Esta iniciativa visa possibilitar o diálogo propositivo entre os sujeitos dessas ações, na perspectiva de sua organização e de seu fortalecimento para uma atuação ativa, combativa e crítica diante da atual realidade brasileira, particularmente no que tange à Educação Popular, à Promoção da Saúde e da SAN em comunidades.

PESQUISA E SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Tendo em vista a compreensão da prática da Extensão articulada com a do Ensino e da Pesquisa, em uma indissociabilidade formativa e pedagógica, professores, estudantes e técnicos desenvolvem trabalhos científicos, de estudo e sistematização. Desde seu início, já foram produzidos no PINAB diversos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC), resumos e artigos publicados em anais de eventos científicos e em revistas de divulgação nacional, tal como a tese de doutoramento de um de seus coordenadores (CRUZ, 2015).

Em 2011 o Programa foi contemplado com o prêmio Sérgio Arouca como uma das cinco melhores experiências do Brasil, como também conquistou o prêmio Victor Valla de Educação Popular em Saúde, da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde.

Cabe frisar que tais esforços são mantidos no decorrer das atividades do Programa dada a sua relevância para a socialização das experiências da Extensão,

na perspectiva de disponibilizar os conhecimentos produzidos para a apreensão e a análise crítica de outros grupos. E isso vem sendo realizado através da produção de uma coletânea (CRUZ; VASCONCELOS; ARAÚJO, 2016) e de um livro (CRUZ et al., 2014), ambos já publicados e acessíveis ao público de forma virtual.

Ademais, ao publicizar tais experiências, demonstra-se que a Extensão vem produzindo conhecimentos para os trabalhos sociais realizados não só pelas universidades, mas pelos serviços públicos de saúde, educação e cultura. Fortalece-se o papel social da Extensão Universitária. Nessa direção, a cada semestre letivo são confeccionados relatórios, contendo a sistematização das experiências e uma avaliação crítica das ações dos estudantes, constituindo tanto registros, como fontes do Programa como ação de pesquisa social.

CONSIDERAÇÕES

O desenho do Programa se transformou bastante desde 2007, ano de sua criação, no que diz respeito aos processos organizativos e de gestão das suas atividades. Ao longo desse período, diversos estudantes e profissionais deixaram suas contribuições, e de forma compartilhada, o PINAB vem sendo reinventado a cada dia, conforme as necessidades e desdobramentos do contexto local.

O envolvimento dos extensionistas, de forma dinâmica em integração com a comunidade, promove o enriquecimento profissional e pessoal. Apesar do sistema de ensino universitário, muitas vezes tornar curto o período de contato do extensionista com a comunidade, os alunos se dedicam, em meio à uma sobrecarga de atividades acadêmicas, com uma interação e cooperação, que viabiliza as mais diversas iniciativas, frutos do esforço de todos.

Os arranjos e estruturas ligados à alguns equipamentos sociais e instituições públicas, muitas vezes entravam os processos de coletas de dados e outras ações. Contudo, vem sendo possível realizar novas parcerias, como por exemplo com a Rede Crer Ser (uma rede voltada para a proteção dos direitos das crianças e adolescentes), com a qual esperamos ampliar as frentes de atuação do PINAB.

Ao se trabalhar com seres humanos, a sensibilização é um processo complexo, onde cada indivíduo deve ser visto como único, que requer cuidado e paciência. A partir da análise crítica das fragilidades do processo, possibilita-se o impulso às mudanças necessárias, e assim o fortalecimento do Programa.

Por meio da interação com as pessoas do território, e profissionais de saúde, podemos conhecer a história e cultura da comunidade, para que cada vez mais possamos observar melhorias nas condições de saúde dos usuários, na participação popular, com transformações sociais cada vez mais expressivas.

Este conjunto de ações desenvolvidas pelo PINAB, tem repercutido no fortalecimento das iniciativas populares locais para promoção da saúde, fomentando a percepção desta não só como resultado de práticas individuais, mas também como reflexo das condições de vida em geral, estimulando a luta pela emancipação das camadas populares, e contribuindo para que a SAN e a Promoção da Saúde sejam compartilhadas enquanto direito humano e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CRUZ, P.J.S.C. **Agir crítico em nutrição: uma construção pela educação popular**. 2015. 513f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

CRUZ, P.J.S.C. Extensão Popular: a reinvenção da Universidade. In: VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

CRUZ, P.J.S.C.; PEREIRA, I.D.F.; VASCONCELOS, A.C.C.P. Educação Popular e a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades: desafios com

base em uma experiência de Extensão. In: VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, A.C.C.P.; ARAÚJO, R.S. (Org.). **Pesquisa em Extensão Popular no Programa PINAB: produções acadêmicas em 2014**. João Pessoa: Editora do CCTA, Coleção PINAB, 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5WM6ossn5wIMJMLWY2dGhJNTg/view>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, A.C.C.P.; SOUSA, L.M.P.; TÓFOLI, A.M.M.A.; CARNEIRO, D.G.B.; ALENCAR, I.C. (Org.). **Educação Popular e Nutrição Social: reflexões e vivências com base em uma experiência**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, Coleção PINAB, 2014.

CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, M.O.D.; SARMENTO, F.I.G.; MARCOS, M.L.; VASCONCELOS, E.M. (Org.). **Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

FONTOURA, H.A. A etnografia na saúde: tecendo perspectivas interdisciplinares. **Rev Socerj**, v. 20, n. 4, p. 309-312, 2007.

FALCÃO, E.F. **Vivência em comunidades: outra forma de ensino**. 1.ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

MELO NETO, J.F. **Extensão popular**. 2.ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2014.

VASCONCELOS, A.C.C.P. Práticas educativas em saúde e nutrição e os enfoques da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde: desafios e perspectivas. In: CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, A.C.C.P.; SOUSA, L.M.P.; TÓFOLI, A.M.M.A.; CARNEIRO, D.G.B.; ALENCAR, I.C. (Org.). **Educação Popular e Nutrição Social: reflexões e vivências com base em uma experiência**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, Coleção PINAB, 2014.

VASCONCELOS, E.M. Educação popular, um jeito de conduzir o processo educativo. In: VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

EXTENSÃO NASCIDA DE PESQUISA AS DEMANDAS DE SAÚDE DO TRABALHADOR INFORMAL DA FEIRA-LIVRE EM PARIPIRANGA, BAHIA

Ernande Valentin do Prado¹; Ricardo Luís Louzada da Silva²; Glebson Moura Silva³

¹ Enfermeiro e Sanitarista; Pesquisador do Projeto de Extensão e Pesquisa VEPOP-SUS, Professora no Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ); Rede de Educação Popular e Saúde ernande.prado@gmail.com; ² Biólogo, Mestre em Imunologia, Doutor em Ciências da Saúde; Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe, Campus de Lagarto, Departamento de Educação em Saúde. gjobio@gmail.com; ³ Enfermeiro e Sanitarista, Mestre em saúde e ambiente; Professor Assistente da Universidade Federal de Sergipe, campus de Lagarto, Departamento de Enfermagem. glebsonmoura@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta as necessidades de saúde dos trabalhadores da feira de Paripiranga, na Bahia. A pesquisa é de natureza qualitativa e foi realizada entre agosto e setembro de 2010 com o objetivo principal de conhecer as demandas em saúde destes trabalhadores e, assim, propor ações de extensão realizadas pela Faculdade AGES, situada no município de Paripiranga, Bahia. Estas começaram no primeiro semestre de 2011, envolvendo estudantes do curso de Enfermagem, Educação Física, Direito, Psicologia e Pedagogia. O estudo apresenta questões objetivas, para quantificar as informações, e questões abertas, que foram interpretadas utilizando-se da análise de conteúdo das respostas, para análise qualitativa. Foram levantadas demandas e possibilidades genéricas, não possibilitando um conhecimento aprofundado da realidade vivida pelos trabalhadores feirantes de Paripiranga, no entanto não está desprovida de “verdades” importantes a serem consideradas.

Palavras-chaves: Saúde; Enfermagem; Trabalho; Atenção primária à saúde.

INTRODUÇÃO

A feira livre de Paripiranga é mais que um local de comercialização, é, antes de tudo, um mosaico onde a cultura da região acontece, com suas dificuldades e

possibilidades inigualáveis. A economia da cidade e da região é dinamizada com este centro de compras, mas isto nem sempre se reflete em ganho pessoal para a maioria dos feirantes. Entre os vendedores, há uma quantidade expressiva que não obtém renda financeira significativa com seu trabalho. Mais que ganhar dinheiro, o feirante monta sua barraca para sentir-se produtivo na comunidade, para sentir que existe. Levanta de madrugada, paga seu transporte e de sua mercadoria, que nem sempre é atrativa ao comprador. Volta para casa com um pouco mais do que a satisfação pessoal de estar sentindo-se útil (Prado e Silva, 2011).

O objetivo deste artigo é descrever e discutir estas e outras informações obtidas na pesquisa quem é o feirante, realizada em Paripiranga, Bahia, entre os meses de agosto e setembro de 2010.

Em agosto e setembro de 2010 estudantes de Enfermagem frequentaram a feira com dois questionários. Após encerrar a fase de entrevistas, foi realizado um vídeo documentário, “Quem é o feirante”, disponível na internet¹. Após essa fase, no primeiro semestre de 2011, foi iniciado o atendimento aos trabalhadores em um trailer, disponibilizado pela Faculdade AGES, semanalmente.

No segundo semestre, após o grupo de alunos e professores já ter se incorporado a paisagem, foi montado o espaço permanente de Assistência Comunitária em uma sala cedida pela prefeitura municipal de Paripiranga. Desde então foram incorporados outros projetos, tais como assistência de saúde aos compradores, orientação jurídica e outros.

Desde o início a pesquisa foi pensada como ponto fundador da extensão no espaço da feira e como obtenção de dados de apoio para futuras investigações, aceitando-a como patamar de futuros investimentos acadêmicos de outros pesquisadores². As informações obtidas foram fundamentais para subsidiar a implantação das primeiras iniciativas de intervenção na realidade da feira, abrindo espaços de vivência e abordagens inéditas para as estudantes de Enfermagem e de outros cursos.

Atualmente são oferecidas oportunidades de cuidados de Enfermagem, especialmente ligados à hipertensão e diabetes. No entanto as doenças em si mesmas são apenas uma estratégia de aproximação. O objetivo é criar vínculo entre estudantes, professores e os trabalhadores, pois muitas vezes o ser humano

fica emergido no profissional ou na doença, e isso se pretende evitar neste projeto. Prado, Falleiro e Mano (2011, p. 465), entendem que “escutar é cuidar”. A escuta atenta e generosa das versões, verdades, crenças e das histórias do outro se refere a um tempo em que o cuidador abdica da fala e presta atenção a quem fala, a quem conta e confessa. E este espaço que se criou e se recria a cada intervenção pretende ser esse espaço de escuta e cuidado.

Este artigo se deterá apenas na pesquisa que deu origem ao projeto Saúde e Cidadania, voltado para o trabalhador da feira, que antes dele não conseguiam realizar acompanhamentos significativos de sua condição de saúde/doença. Os desdobramentos presentes e futuros não é alvo desta discussão.

SOBRE PARIPIRANGA

A cidade de Paripiranga, Bahia, situa-se a seis quilômetros de Simão dias, estado de Sergipe. Essa proximidade com o estado vizinho se reflete nos hábitos culturais, mas principalmente na busca por assistência em saúde. De Paripiranga até Salvador, capital do estado da Bahia, são aproximadamente 350 quilômetros. Entre Paripiranga e Aracaju, capital de Sergipe, a distância diminui para 110 quilômetros. Além da distancia propriamente dita, ainda existe a dificuldade de transporte. Ônibus para Salvador direto de Paripiranga há apenas uma linha regular e pode levar entre sete e dez horas o trajeto, enquanto que para Aracaju há diversas formas de transporte diário.

O marco inicial do município ocorreu, segundo o IBGE, ainda no século XVII com a fundação do povoado Malhada Vermelha. Apenas em 1931 o município passou a se chamar Paripiranga. Ainda segundo o IBGE⁵, atualmente a cidade tem uma população residente de 27.778 pessoas, divididas em 8.046 domicílios, sendo que apenas 2.602 têm fornecimento de água tratada encanada, energia elétrica esta presente em 7.793 domicílios e 65,7% da população moram na área rural. No entanto, esta informação oficial é contraditória, uma vez que os povoados da cidade são considerados área rural, mesmo quando de fato, é bairro próximo ao centro da cidade. Mesmo os povoados mais distantes têm núcleos urbanos consideravelmente urbanizados.

As informações da página do IBGE mostram 32% ou 8.935 pessoas letradas. A maior participação na composição do PIB municipal é da agricultura. O fundo de participação do município (FPM) compõe mais de 50% do orçamento anual de Paripiranga, o que revela que, do ponto de vista financeiro, a cidade não é autossustentável, dependendo de repasses do estado e da união. Fato esse, que torna especialmente complexa a situação da saúde, pois, entre outros omitidos, não consta no IBGE dados sobre a morbimortalidade na cidade. Isso pode significar que os sistemas de informações não são alimentados e, sendo esta alimentação critério de repasse de recursos públicos, pode-se inferir que a desorganização percebida no sistema municipal de serviços de saúde é consequência dos poucos recursos e da falta de organização. Instalação de apenas duas equipes da Estratégia Saúde da Família, em 2010, é uma forte evidencia empírica desta afirmação.

SOBRE A FEIRA DE PARIPIRANGA

A Feira em Paripiranga acontece todas as terças e sextas-feiras no centro da cidade. Ocupa um espaço superior a dois mil metros quadrados. É um universo em que se vende uma variedade muito grande de mercadorias, desde barracas com 20 metros de extensão e diversos tipos de produtos, até quem têm como única “vitrine” um caixote virado ao contrario com apenas um produto em exposição ou ande pela feira com seus produtos no ombro.

Estimam-se aproximadamente quinhentos estabelecimentos de comercialização e/ou prestação de serviços distribuídos entre bancas, salas, carrinhos de mão, vendedores ambulantes e outros. Vendem-se roupas, verduras, legumes, frutos, artesanatos, carnes, medicações naturais, CD/DVD, móveis artesanais e diversas outras coisas. Consertam-se relógios, fogão, sapatos, pneus, cortam-se cabelos e fazem poções milagrosas e benzimentos (PRADO e SILVA, 2011).

Há quem produza suas próprias mercadorias, mas predomina o atravessador, a pessoa que compra em centros de distribuição para revender. Nas entrevistas foi possível descobrir que há pessoas que vendem vinte reais por feira

e outras que vendem mais de mil reais. O vídeo, “Quem é o feirante”, trás alguns depoimentos interessantes neste sentido.

A maioria dos feirantes são moradores da cidade de Paripiranga, totalizando 39%, Simão Dias (Sergipe) representa 25% dos negociantes e Lagarto com 17%. É possível que a porcentagem de Paripiranga esteja inflada, pois a feira ocorre em dois dias diferentes, terças e sextas, sendo que nas terças ela é menor e a maioria dos vendedores é da própria cidade.

De modo geral os vendedores levam as mercadorias para outras feiras das cidades da região, mas alguns vêm de muito longe, como por exemplo, de Barra dos Coqueiros e Ribeirópolis, que segundo estimativa do software *Google Earth* fica a mais de 150 de Paripiranga.

Não há um cadastro dos trabalhadores feirantes. O controle exercido pelo poder público limita-se a organizar o espaço e cobrar uma taxa dos vendedores, porém sem muita rigidez e critérios. Segundo informações prestadas por uma das funcionárias responsável pela cobrança, a taxa varia entre dois e quatro reais, mas, nas palavras dela, “nem todo mundo paga”. Também não há um critério de cobrança segundo o tamanho e o espaço ocupado pelos vendedores ou a quantidade de produtos á venda.

MÉTODOS

Estudo com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, realizada na feira livre do município de Paripiranga/BA. A coleta de dados, incluindo depoimentos para o vídeo, foi realizada entre os dias 24 de agosto e 24 de setembro de 2010. Foram ouvidos 185 trabalhadores envolvidos nas atividades da feira. Entre vendedores, distribuidores e carregadores, sendo que 30 formulários foram descartados por preenchimentos incompletos ou por falhas.

Como a feira livre acontece na terça-feira e na sexta-feira, o horário de coleta de dados, em ambos os dias, foi entre as sete e as onze e trinta horas. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade AGES, sob o protocolo 001/2010.

O formulário utilizado consta de questões objetivas e abertas, de forma a conhecer os dados referentes às demandas, mas também a compreensão dos trabalhadores sobre o que é saúde e sobre sua condição de saúde e vida.

A distribuição das entrevistas foi aleatória, mas respeitando a diversidade de produtos e quantidade de barracas. Foram ouvidos vendedores de carnes, brinquedos e variedades, frutas, verduras e legumes, laticínios, alimentos prontos, erva medicinais, carregadores, cuidadores populares e prestadores de serviços. Nenhum feirante foi constrangido a responder as perguntas ou permitir a observação do seu trabalho. Apenas os feirantes que concordavam com os termos de consentimento livre e esclarecido foram ouvidos. Os pesquisadores foram instruídos a não dificultar a condução das vendas e parar a entrevista quando chegassem fregueses ou conforme a conveniência do entrevistado, o que explica, em parte, a grande quantidade de formulários não preenchidos até o final, consequentemente descartados. De um modo geral as pessoas sentiram-se bem com as entrevistas.

O número de entrevistadores variou entre quatro e quinze alunos de enfermagem. Estes receberam orientações sobre como proceder na entrevista de modo a não induzir as respostas e como registrar os dados.

A questão: Para você, o que é ter saúde? foi respondida em todos os 155 formulários, mas apenas 10% deles foram analisados. A escolha dos formulários foi aleatória, sendo uma de cada dez na sequência: 2-12-22-32-42-52-62-72-82-92-102-112-122-132-142-152.

As respostas não foram identificadas. Cada ficha tinha um número, entre 1 e 155. O objetivo era aferir apenas duas categorias: saúde enquanto ausência de doenças biológica e saúde enquanto qualidade de vida biossociocultural. No entanto, na pré-análise e exploração do material, guiando-se pelas orientações de Bardin⁶, percebeu-se uma terceira categoria nas respostas, ou seja, uma variação de significados que indicava que os feirantes associavam o conceito biológico com o social. Então, optou-se por incluir esta categoria e classificar em três. Outras categorias e outras análises poderiam ser realizadas, mas para efeito deste estudo não eram necessárias, pois não se trata de analisar profundamente e detalhadamente os significados das falas, neste momento.

RESULTADOS

Na feira trabalham pessoas com idades entre 12 e 70 anos, sendo a maioria (26%), entre 29 e 38 anos. Nos dias de entrevista não foram ouvidas crianças menores de 12 anos, mas é relativamente comum observar crianças ou pessoas com aparência de crianças carregando sacolas e mercadorias. Estas crianças usam carrinhos de mão, do tipo de construção civil e levam as compras para as pessoas da feira até suas casas, o que significa andar por todo o centro e arredores da cidade. O custo deste serviço varia entre dois e três reais. Geralmente são feitos por crianças e adolescentes, mas também por pessoas de mais idade e até por idosos, como pode ser observado no vídeo realizado na mesma oportunidade. (Prado e Silva, 2011).

Os trabalhadores são 42% de sexo feminino e 56% do masculino. Houve 2% de formulários onde não se identificou o sexo. Quanto à escolaridade, 21% das pessoas são letradas, 38% de pessoas sem estudo formal, que apenas sabe ler e escrever por ter frequentado um ou dois anos de escola sem chegar a concluir um ciclo, 21% concluiu o ensino fundamental, 12% concluíram o ensino médio e 7% o terceiro grau. Apenas 1% não respondeu ou não foi possível identificar a resposta correta.

Entre os feirantes, 90% disseram não mais estudar, 9% ainda estudam e 1% não respondeu ou não foi possível identificar a resposta. Em relação a cor do feirante foi pesquisada seguindo o método do IBGE, ou seja, a pessoa tinha que informar sua cor. Os pesquisadores foram instruídos a só aceitar a cor auto referida. Entre os feirantes pesquisados, 37% se declararam brancos, 27% se declararam pardos, sendo que nesta composição entram referencias como moreno, moreno claro, moreno escuro, marrom e pardo propriamente, 12% se declararam pretos, 10% não responderam ou não foi possível identificar a resposta, 9% referiram ser indígena e 5% amarelo.

O horário em que o feirante começa a trabalhar foi uma das maiores preocupações da pesquisa desde o início. 42% dos entrevistados disseram começar a trabalhar entre as quatro e as seis horas da manhã, 41% relataram

começar a montar as barracas entre as duas e as quatro e 8% relataram que antes das duas horas já estão montando as barracas. Não foi previsto, por isso não constava do formulário, mas há feirantes que montam suas barracas no dia anterior e já começam as vendas.

Outra grande preocupação da pesquisa era estabelecer uma referencia sobre os ganhos financeiros dos feirantes. 43% dos entrevistados declararam que a renda obtida com o trabalho é inferior a um salário mínimo, 44% relataram renda entre um e dois salários, apenas 2% obtém renda entre dois e cinco salários e 1% relataram ganhar mais de cinco salários. Não responderam ou não foi possível entender a resposta em 10% dos formulários.

A pergunta, “Você tem saúde?” foi feita para ser respondida de forma subjetiva. Ou seja, interessava nesta resposta a percepção do feirante sobre seu estado de saúde, independente da presença objetiva de alguma doença ou agravo.

Mesmo com todos os problemas relatados e/ou percebidos, 71% dos entrevistados relataram ter saúde, 26% relataram não ter saúde e apenas 3% não respondeu ou não foi possível estabelecer com clareza a resposta.

39% dos entrevistados relataram já ter tido doenças relacionadas a vermes, 25% dengue, 9% hipertensão e 3% diabetes. 53% dos entrevistados relataram que é obrigação do governo cuidar da saúde da população. Na composição desta resposta entraram respostas como: o prefeito, o governador, o presidente, o Lula. Pois são claramente referencias ao Estado como o responsável pela prestação de serviços. Também foram computadas respostas duplas, tais como: O Médico e o governo. Neste caso e em outros similares, foram computadas as opiniões para os dois itens. O mesmo critério foi utilizado quando a resposta era o médico e a enfermeira.

Apenas 20% dos entrevistados relataram que a obrigação de cuidar da saúde é do próprio sujeito, 19% que a obrigação é do médico e 4% do enfermeiro. Outros 4% relataram respostas diversas ou não responderam.

Em 10% das entrevistas, os participantes relataram fumar, 88% disseram não fumar e 2% não responderam ou não foi possível identificar a resposta. 40% dos entrevistados relataram fazer uso de bebidas alcoólicas, 59% disseram não ingerir álcool e 1% não responderam ou não foi possível identificar a resposta.

A questão aberta sobre o conceito de saúde do trabalhador feirante mostrou que 44% entendem saúde como ausência de doença biológica: *“Sentir disposição, não tomar remédio, poder comer de tudo”*; *“Não sentir nada, isso é saúde”*. 25% descreveram como uma questão mais ampla, envolvendo aspectos sociais e subjetivos: *“Estar de bem com a vida”*; *“Pessoa ser cuidadosa com a vida”*; e outros 25% demonstraram entender saúde como uma interação entre questões biológicas e socioculturais: *“Ter saúde é sentir bem, não vai ao médico, fazer o que gosta”*; *“Se alimentar bem, deitar cedo, não beber, não fumar, não jogar, e o que arrumar vai dando para ir vivendo com a família”*.

DISCUSSÃO

Um desafio imediato detectado nesta pesquisa e que se apresenta para os projetos assistências da faculdade, mas também para administração pública, são os 21% de pessoas não letradas e outros 38% sem estudo formal, encontrados entre os entrevistados. Na outra ponta deste mesmo problema estão os 90% que relatam não mais estar estudando. Como oferecer oportunidade para que estes trabalhadores possam aprender a ler e a escrever ou melhorar seu nível de instrução?

Essa situação precisa ser pensada levando em conta que mais de 80% dos entrevistados começam a trabalhar entre as duas e às seis da manhã. Oferecer oportunidade de estudo é especialmente importante quando se leva em conta a necessidade de saúde do cidadão. Estudos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde mostram que os efeitos do nível de instrução se manifestam nas seguintes formas, entre outras: *“na percepção dos problemas de saúde; na capacidade de entendimento das informações sobre saúde; na adoção de estilos de vida saudáveis; no consumo e utilização dos serviços de saúde; e na adesão aos procedimentos terapêuticos”*.

Os feirantes alegaram que precisam começar a montar as barracas cedo porque após determinados horários não conseguem mais entrar com as mercadorias, além disso, citaram a escolha dos melhores lugares como importante

para as vendas. Quanto mais cedo chegam mais chance de conseguir um bom local para expor sua mercadoria.

Durante os dias da pesquisa era comum ver pessoas deitadas embaixo de bancas, em cima de encerados ou ainda nos caminhões e ônibus que lhes servem de transporte.

Considerando que melhorar o nível de instrução dos feirantes é fundamental e que é uma demanda que deve ser acolhida pelas autoridades e pelas iniciativas de extensão das Instituições de Ensino Superior, fica a questão desafiadora: em que horário oferecer a formação? Terão os trabalhadores disposição física e emocional para frequentar uma sala de aula? Qual seria a alternativa possível para levar instrução significativa aos feirantes?

Pode-se considerar que a maioria dos feirantes trabalha mais de 12 horas diárias. 43% dos entrevistados relataram ter renda inferior a um salário mínimo, mesmo com essa jornada estafante. Barata (2009) demonstra a existência de diversas associações entre renda e nível de saúde, desde percepção de saúde, acesso aos serviços, hábitos saudáveis, escolaridade, moradia segura, saneamento e outros. Isto demonstra que talvez o problema mais premente a ser enfrentado com os feirantes seja a baixa renda financeira. Com uma melhor renda, poderiam trabalhar menos horas ou menos dias na semana, liberando assim um dia para poder instruir-se, se assim desejarem. A renda também é um componente fundamental quando se pensa nas situações de saúde/doença.

Atualmente saúde é entendida como sendo qualidade de vida e dependendo dos determinantes de saúde/doença. O Art. 196 da Constituição Federal diz que a saúde é direito de todos e que cabe ao estado garantir acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde. Já a Lei Orgânica de Saúde diz no artigo 3º que saúde depende dos fatores determinantes e condicionantes, entre outros, alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda, educação, transporte, lazer, acesso aos bens e serviços essenciais. Entre esses serviços essenciais encontra-se o próprio sistema de saúde.

Foi interessante observar que 46% dos feirantes que responderam a entrevista entendem saúde como ausência de doença biológica, 27% como uma

questão mais ampla, envolvendo aspectos sociais e subjetivos e outros 27% demonstraram entender saúde como uma interação entre questões biológicas e socioculturais.

Muitos associam o “ter saúde” com a capacidade de trabalhar. Das 16 questões analisadas, três se referem ao trabalho como balizador da saúde/doença: *“Ter saúde pra trabalhar, lutar.”*; *“É a pessoa ser normal sem viver doente, ter coragem para trabalhar.”*; *“Não ficar doente, pois se esta doente não pode trabalhar.”*. Minayo (1997, p.34) aponta que “A concepção de doença é a localizada no corpo, uma concepção biomédica e que se encontra vinculada à questão da produção.” Essa concepção vem sendo construída ao menos desde a revolução industrial, quando se começou a valorizar a saúde do homem para o trabalho e não exatamente a saúde do trabalhador para que pudesse viver plenamente sua vida.

A pergunta: “Você tem saúde?”, tinha o objetivo de aferir a percepção de saúde do feirante, 71% afirmaram ter saúde. Por outro lado os dados estatísticos mostram que 43% dos feirantes vivem com menos de um salário mínimo, que há um número significativo de crianças trabalhando, que 90% não deram continuidade aos estudos e que 21% desses feirantes não são letrados.

Novos estudos são necessários para entender melhor a noção de saúde destes trabalhadores, no entanto pode-se perceber, associando as duas perguntas, “o que é saúde?” e “você tem saúde?” que a noção deles não diz respeito apenas à presença ou não da doença, seja ela biológica ou sociocultural e transcendental. Mesmo considerando que muitos relacionam saúde com ausência de doenças biológica, ainda sim os dados mostram que não associam apenas “o ter saúde” (71%) com o “não ter uma doença” (26%). O que é coerente com achados de outros pesquisadores. Por exemplo, Minayo (1997) diz que a população associa a percepção biomédica com outras mais subjetivas. Cassell, citado por Valla (1999) afirma que a população não faz distinção nítida entre sofrimento e dor física, coisa que os profissionais de saúde separam em duas dimensões distintas.

Embora seja majoritária a descrição de saúde como ausência de doença biológica, por parte da população, não se pode dizer que esta seja uma concepção orgânica, assim como a associação de ter saúde com poder trabalhar. Quando uma pessoa procura o serviço de saúde, os profissionais não querem saber de onde

estas pessoas vêm, nem suas histórias, mas apenas localizar a doença em seu corpo. Sendo essa a abordagem prevalente nos serviços, é assim que a população acaba concebendo a saúde, embora outras concepções também sejam percebidas nas respostas. Prado, Santos e Cubas (2009) descrevem situações em que os profissionais de saúde desqualificam e ridicularizam a opinião dos usuários do serviço de saúde. Essa prática muitas vezes repetida acaba modificando o modo como o sujeito exterioriza sua percepção na relação com os profissionais. Sendo assim pode-se acreditar que acabam respondendo não exatamente o que acreditam, mas o que os profissionais querem ouvir. “A grande maioria dos profissionais de saúde e, por influência negativa, muitos usuários, acreditam que saúde é apenas não estar apresentando um sintoma de mal-estar, mas saúde não é apenas não estar doente” (PRADO, SANTOS e CUBAS, 1999, p.31). Mas se tudo que lhe é oferecido no serviço é o diagnóstico e tratamento de doenças biofisiológicas e mentais, é isso que a maioria vai buscar. Essa constatação é coerente com Minayo (1997) quando diz que as concepções de saúde e doença são frutos e manifestações de condicionamentos sócio-históricos que se vinculam a acesso a serviços, tradições culturais, concepções dominantes sobre o assunto e da inter-relação de tudo isso.

Para 53% dos feirantes cabe ao estado cuidar da saúde da população. Este é um dado surpreendente, uma vez que os serviços de saúde da região são extremamente limitados, não oferecendo nem ao menos o Serviço de atenção básica de forma organizada e universal.

Este ponto é muito interessante e controverso, que demanda novas pesquisas para sua aferição em níveis mais profundos e fidedignos, de modo a determinar o grau de conhecimento destes trabalhadores com relação ao cumprimento destes direitos por parte do poder público. Os dados mostram que reconhecem esse direito, mas o que fazem para cobrar que sejam respeitados de fatos? Que ações poderiam ser desenvolvidas para potencializar essa percepção e contribuir para que se tornem ações concretas de promoção de cidadania?

Estas, entre outras, são questões que podem ser melhor abordadas em futuras pesquisas e na implantação de novos projetos de extensão para os trabalhadores feirantes.

CONCLUSÃO

Como a discussão dos dados da pesquisa mostra, não foi possível chegar a conclusões definitivas. Foram levantadas demandas e possibilidades genéricas, não possibilitando um conhecimento aprofundado da realidade vivida pelos trabalhadores feirantes de Paripiranga, no entanto não esta desprovida de “verdades” importantes a ser consideradas. Desde o início sabiase que seria uma pesquisa preliminar com objetivo principal de realizar a primeira aproximação entre a instituição de ensino e os feirantes. Esse objetivo foi atingido plenamente e ainda outros.

Alguns destes dados demandariam outras pesquisas para aprofundar, como por exemplo, o numero exato de barracas e comerciantes por produto, renda exata e demanda dos consumidores, o que poderia resultar em planos de negócios que ajudaria a aumentar a renda dos feirantes. As condições de trabalho e renda de crianças e idosos é outra pesquisa que precisaria ser mais bem desenvolvida, com objetivos e metodologias específicas. O que poderia resultar na compreensão do impacto das políticas pública de combate ao trabalho infantil, melhorar o controle e a distribuição destes benefícios de modo a cumprir com seus pressupostos. Isto é importante especialmente porque “a distribuição da saúde e da doença em uma sociedade não é aleatória, estando associada à posição social, que por sua vez define as condições de vida e de trabalho dos indivíduos e grupos” (BRASIL, 2008, p.52).

Esta pesquisa foi fundamental na implantação do Projeto de Posto de Assistência Comunitária implantado na feira no primeiro semestre de 2011. Neste posto estão sendo oferecidos cuidados de Enfermagem em dois projetos diferentes, um para população em geral e outro especialmente para os feirantes. Além deste há iniciativas nas áreas de direito, educação física, psicologia e pedagogia.

REFERÊNCIAS

- 1- BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2009.
- 2- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70; 2011.
- 3- Brasil, **Constituição Federal 1988**. Brasília: Senado Federal, 2010.
- 4- Brasil, Lei Federal N. 8.080, de 19 de setembro de 1990. **SUS é legal** – Rio Grande Do Sul. Legislação Federal e Estadual. Out.2000, p.22.
- 5- Brasil. IBGE. **Histórico de Paripiranga**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > Acessado em: 17 de setembro de 2012.
- 6- Brasil. IBGE. **Síntese das informações**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > Acessado em: 17 de setembro de 2012.
- 7- Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008.
- 8- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 12^a ed. São Paulo: HUCITEC; 2010.
- 9- MINAYO, M. C. S. **Saúde e doença como expressão cultural**. In: MINAYO, M. C. S.; AMÂNCIO FILHO, A.; Moreira, M. C. G. B.. (Org.). **Saúde, Trabalho e Formação Profissional**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1997.
- 10- PRADO, E. V.; FALLEIRO, L. M.; MANO, M. A. M.. **Cuidado, promoção de saúde e educação popular – porque um não pode viver sem os outros**. Revista de APS, Juiz de Fora, V. 14, n. 4, p. 464-71, 2011.

- 11- PRADO; E. V. ; SANTOS, A. L.; CUBAS, M. R.. **Educação em saúde utilizando rádio como estratégia**. Curitiba: CRV, 2009.
- 12- PRADO, E. V.; SILVA; R. L. L.. **Quem é o feirante**. (Vídeo). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=3NYcCggaPo&list=UUPItAHWx4zd_7GAiEHmetHQ&index=1&feature=plc>
Acessado em: 17 de setembro de 2012.
- 13- VALLA, V. V.. **Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização**. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, V. 15 (Sup. 2) p. 7-14, 1999.

CATEGORIA 3
VIVÊNCIAS EM EXTENSÃO
POPULAR

A CONSTRUÇÃO DE UMA “PEQUENA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA” EM DIFERENTES ESCOLAS E LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO, RS

Uilson Tuiuti de Vargas Gonçalves¹; Maurícius Selvero Pazinato²; Janaína Viário Carneio³;
Renata Teixeira Gomes de Freitas⁴

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza (LCN); Universidade Federal do Pampa; Dom Pedrito, RS; uilltuiti@gmail.com; ² Doutor em Educação em Ciências, docente do curso LCN na UNIPAMPA campus Dom Pedrito, RS; mauriciuspazinato@gmail.com; ³ Doutora em Física, docente do curso LCN na UNIPAMPA campus Dom Pedrito-RS; carneirojana@yahoo.com.br; ⁴ Acadêmica do Curso LCN na UNIPAMPA CAMPUS Dom Pedrito, RS; renata.tgf.tg@gmail.com

RESUMO

O trabalho em questão foi desenvolvido com 30 professores de Ciências da Natureza, dentre eles professores de escolas públicas e acadêmicos dos cursos de licenciatura em Ciências da Natureza e Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, campus Dom Pedrito, RS. Considerou-se como objetivo principal deste trabalho relatar a montagem de uma pequena Estação Meteorológica Experimental a partir da utilização de materiais de baixo custo. O desenvolvimento deste trabalho se deu em quatro etapas: 1ª etapa: aquisição dos materiais de baixo custo; 2ª etapa: montagem dos equipamentos; 3ª etapa: coleta de dados da estação meteorológica Experimental e 4ª etapa: análise e discussão dos dados com os participantes da atividade. A atividade realizada contribuiu com a qualificação dos professores, bem como com a qualidade da educação do município, visto que partiu da realidade escolar, abordou temas ambientais e favoreceu a abordagem de vários conteúdos de Ciências da Natureza.

Palavras-chaves: Estação Meteorológica, experimentação, formação de professores.

INTRODUÇÃO

O projeto *Alfabetização Científica e Cidadania: Investindo em Novos Talentos no Pampa Gaúcho* é desenvolvido na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, campus Dom Pedrito, RS. De maneira geral, o projeto busca fortalecer a interação entre a universidade e comunidade local, principalmente com escolas públicas da região.

Em suas ações de extensão, o projeto tem proporcionado aos educandos e educadores uma visão mais articulada sobre as Ciências da Natureza e suas diferentes formas de interação com o cotidiano, principalmente por meio de um processo de ensino e aprendizagem que combina teoria e prática, reflexão e ação, desafios locais e visão de mundo. Neste contexto, o projeto tem abordado, em suas atividades, vários temas de interesse da comunidade local, tendo como base as Tecnologias de Informação e Comunicação, Educação Ambiental e as relações da Ciência com a Tecnologia e a Sociedade.

A partir do descrito, uma das temáticas escolhidas para as atividades realizadas foi a “Água”, o que se justifica pela importância vital que esta substância possui para a vida humana. Apesar da grande divulgação em meios de comunicação e mídias acerca dos recursos hídricos, ainda percebe-se a falta de consciência e conhecimento científico por parte da população em geral.

Partindo da problemática da falta ou do excesso de água em diferentes estações do ano e em distintas localidades do município de Dom Pedrito, RS, que abrangem as escolas e participantes do projeto, percebeu-se a necessidade de desenvolver com os participantes do projeto uma ação sobre as “Estações Meteorológicas”. Essas estações são locais em que estão instalados vários instrumentos ou aparelhos que coletam dados para previsão do tempo e caracterização do clima.

NOÇÕES SOBRE UMA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA

As primeiras noções sobre Meteorologia são introduzidas, geralmente, no ensino fundamental, em que se fala sobre temperatura, umidade e ventos. Porém, quando se propõe fazer um estudo mais aprimorado, consideram-se questões

como previsão e mudanças de tempo. Isso pode ser considerado de difícil compreensão para os estudantes desse nível, principalmente se tratados de forma teórica, o que acontece quase sempre (BRASIL, 2002).

Como alternativa, realizamos a construção de dois instrumentos que facilitaram a percepção e a compreensão do que ocorre. O conjunto de instrumentos confeccionados foi denominado de "Pequena Estação Meteorológica".

Uma estação meteorológica é composta de vários sensores isolados, dentre eles, destacam-se o anemômetro e pluviômetro, que registram continuamente os parâmetros meteorológicos. Por meio deles consegue-se prever o horário e a quantidade de chuva, observando as imagens de satélites que mostram a posição e o deslocamento das massas de ar com elevado índice de precisão.

O anemômetro mede a velocidade e direção dos ventos sendo fundamental em meteorologia, sobretudo para prever o tempo climático. Um dos tipos mais comuns de anemômetro é os de conchas, pois obedecem ao princípio de medição, ou seja, a passagem do ar pelas conchas fazendo com que estas girem com velocidade proporcional à velocidade do vento (MAZZINI, 1982).

O pluviômetro é um aparelho meteorológico utilizado para recolher e medir, em milímetros, a quantidade de líquidos (chuva e granizo) ou sólidos (neve) durante um determinado tempo e região, sendo constituído por um recipiente de paredes verticais e colocado ao ar livre e a chuva coletada é medida pela sua altura no frasco, com auxílio de uma régua, o número obtido indica a quantidade de chuva que caiu numa determinada área (MAZZINI, 1982).

DESENVOLVIMENTO

A atividade "Pequena Estação Meteorológica" foi desenvolvida com 30 professores de escolas públicas das zonas urbana e rural do município de Dom Pedrito, RS, bem como professores em formação inicial, acadêmicos dos cursos de licenciatura em Ciências da Natureza e Educação do Campo da UNIPAMPA, campus Dom Pedrito. Essa atividade faz parte de um projeto extensão, que por

intermédio do tema Água, propõe desenvolver metodologias de ensino alternativas que visem a formação cidadã dos estudantes da rede pública da cidade.

Como os participantes da atividade abrangiam várias localidades do município, foi proposta a construção de um pluviômetro, em suas escolas e/ou casas. Para a construção do pluviômetro, foram utilizados: 1 garrafa pet, régua, tesoura, fita adesiva e bolas de gude.

Figura 1: construção do pluviômetro



Fonte: Autores.

Para melhor compreensão dos números e medidas, os participantes da atividade fizeram uma tabela para registro diário dos dados, os quais deveriam ser coletados sempre à mesma hora e acumulados durante um mês. Isso permitiu que os participantes realizassem comparações, análises e debates como, por exemplo: choveu no dia em que ventou mais, qual dia do mês mais choveu e qual foi a média de chuva para aquele mês. Por fim, a construção dos aparelhos serviu para lembrar ou introduzir conteúdos, de acordo com os objetivos que se deseja alcançar.

Para a construção do anemômetro foi entregue aos estudantes: 4 copos de plástico; 2 tiras de cartolina (8,5x30cm); 1 caneta da qual se possa retirar a carga; fita isolante; régua; parafuso grande; tesoura e fita adesiva.

Figura 2: Construção do anemômetro



Fonte: Autores.

CONCLUSÕES

A construção da “Pequena Estação Meteorológica” em diversas escolas e localidades do município de Dom Pedrito, RS oportunizou uma troca mútua de conhecimentos entre participantes da atividade, que puderam debater sobre sua realidade e conhecer um pouco mais sobre a situação de outras regiões. Ademais, a partir do tema água foram discutidas atitudes individuais e coletivas em relação ao consumo e preservação da água.

Por meio da atividade relatada neste trabalho espera-se que os professores participantes continuem desenvolvendo ações e metodologias de ensino que priorizem aspectos ambientais e sua relação com o ensino de Ciências. Por fim, salienta-se que a atividade “Pequena Estação Meteorológica” contribuiu com a qualificação dos professores, bem como com a qualidade da educação do município de Dom Pedrito, RS, visto que partiu da realidade escolar, abordou temas ambientais e favoreceu a abordagem de vários conteúdos de Ciências da Natureza da educação básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Básico. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, 2002.
- MAZZINI, M. A. V. Construa sua própria estação meteorológica. **Revista de Ensino de Ciências**, v. 06, p. 44-56, 1982.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO CONSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO INTEGRANTE: UMA EXPERIÊNCIA NO PROJETO INTEGRADO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

Ranyellen Félix de Souza¹; Jailma da Costa Batista²; Marlene de Melo Barboza Araújo³

¹ Assistente Social – Graduada Pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), monitora extensionista do projeto no ano de 2015, E-mail: rany_ae@hotmail.com; ² Assistente Social – Graduada Pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), monitora extensionista do projeto no ano de 2015. E-mail: jailmassbatista@gmail.com; ³ Professora Dr^a. Do Departamento de Serviço Social – CCHLA, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), coordenadora pedagógica do projeto e orientadora deste resumo. E-mail: marlenemdaraujo.ufpb@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho, inscrito no Eixo Temático “Vivência em Extensão Popular” se constitui como um resumo expandido, fruto da experiência extensionista no Projeto Integrado de Aprendizagem Profissional, no ano de 2015, e tem como objetivo discorrer uma síntese do projeto e a experiência vivenciada. Desta forma, teceremos inicialmente breves apontamentos sobre a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, e em seguida apresentaremos alguns aspectos históricos do projeto, finalizando com relatos da experiência vivenciada no mesmo.

I. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO UM COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO: breves apontamentos

Para falar, ainda que de forma breve, a extensão universitária como obrigatoriedade ética, importa destacar, inicialmente, o que preconize a Constituição Federal Brasileira de 1988. Nesse sentido, o dispositivo do artigo 207, declara que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e da gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Sob o ponto de vista conceitual, a extensão universitária foi definida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras de 2001, nos seguintes termos:

A extensão universitária é o processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade docentes e discentes terão um aprendizado que submetido à reflexão teórica, seria acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados /acadêmico e popular, terá como consequência a mudança de conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atenção da universidade (FORUM, 2001)

Partindo do entendimento de que a extensão universitária se constitui em um processo de uma abertura da universidade com a comunidade em geral e, como tal, da produção do conhecimento para além da sala de aula, não termos dúvidas em afirmar que, o *Grupo de Trabalho, Direitos Humanos, Crianças e Adolescentes* (GTDHCA), vinculado ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH/UFPB) ao assumir a Coordenação Geral para execução de um projeto social como o *Projeto de Aprendizagem Profissional*, que tem como público alvo, adolescentes e jovens advindos do trabalho infantil ou em cumprimentos das medidas socioeducativa de liberdade assistida (LA) do município de João Pessoa (PB), atendeu uma demanda requerida por segmentos da sociedade civil, mas, acima de tudo, ao envolver professores, alunos, funcionários da UFPB e sujeitos de instituições sociais parceiras, nessa atividade de extensão, buscou atender uma das dimensões éticas da Universidade Pública para com a sociedade: o cumprimento da função social.

Compreende-se, portanto, que a extensão universitária é a possibilidade que o estudante de graduação pode contribuir, por meio de projetos sociais, com o desenvolvimento da sociedade. Trata-se da materialização da unidade entre a teoria e a prática, ou como tão bem sinaliza Oberdan Dias da Silva (1996), a extensão universitária possibilita com que o conhecimento ultrapasse os muros das salas de aula sendo compartilhado com outros sujeitos da comunidade em

geral e, por consequência, viabilizando o aprendizado também pela aplicação do conhecimento, ou seja, fazendo e aprendendo.

Enfim, compreende-se que, tão somente por meio da extensão universitária se materializa a possibilidade de influenciar na mudança social na vida de um indivíduo, de um grupo social, da comunidade em geral ou da coletividade, socialmente falando.

II. O PROJETO INTEGRADO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL (PIAP): aspectos históricos e objetivos.

Para falar sobre o direito da escolarização e profissionalização da população infanto-juvenil, recorreremos inicialmente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art.4º que preconiza a defesa de todos os direitos inerentes à pessoa humana:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Em concordância com o art. estabelecido, o PIAP surgiu a partir de uma série de ações realizadas no Estado da Paraíba, como por exemplo, o Projeto Catavento de Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil, ocorrido entre os anos de 2004 a 2006, no qual, selecionava adolescentes e jovens advindos de trabalho precoce, ou em situações de vulnerabilidade social, e os enviava para o Programa Jovem Aprendiz no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para formação profissional. No entanto, identificou-se que estes os mesmos tinham dificuldades para conseguir aprovação no processo de seleção do SENAI, por terem baixa escolaridade, não conseguindo assim ingressar na instituição.

Em razão disso, o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba (FEPETI), problematizou, discutiu e publicizou a urgência da criação de um projeto que atendesse essa demanda e possibilitasse a aprovação dos envolvidos nos cursos de profissionalização do SENAI. A partir daí o FEPETI/PB, empreendeu uma série

de reflexões e atividades de sensibilização, articulando-se com outras instituições para promover o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), o que resultou no primeiro convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), SENAI, Superintendência do Trabalho e Emprego (SRTE), e Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ), para efetivação do PIAP.

O Projeto Integrado de Aprendizagem Profissional tem como objetivo geral integrar órgãos governamentais e não governamentais, visando implantar a educação que será trabalhada no processo de nivelamento dos conhecimentos e qualificação profissional, de adolescentes e jovens com faixa etária entre 15 e 21 anos, advindos de vivência de trabalho precoce, ou egressos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e dos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS).

A primeira versão do PIAP ocorreu no ano de 2011, na UFPB, contemplando as disciplinas de português, matemática, conhecimentos técnicos e formativos, trabalhados no processo de ensino aprendizagem, com objetivo de estimular e aprimorar o desenvolvimento de novas habilidades e competências, além de atividades de cidadania e direitos humanos. As duas versões seguintes do projeto ocorreram nos anos de 2013 e 2014, também na UFPB, com oportunidades para jovens atendidos pelo CREAS, no cumprimento de medidas socioeducativas em liberdade assistida, os advindos de trabalho precoce.

O quarto Curso de Aprendizagem Profissional ocorreu no ano de 2015, no qual estávamos envolvidas enquanto monitoras, contemplou 80 adolescentes, com os critérios mencionados anteriormente. Cabe ressaltar que todas as aulas foram ministradas por monitores estudantes da Graduação de Letras Português, Pedagogia, Engenharia Mecânica, Ambiental e Serviço Social, cujos conteúdos estavam intrinsecamente articulados entre si.

III. A EXPERIÊNCIA DOS MONITORES DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NO PIAP

Como supracitado o artigo 207 da Constituição Federal Brasileira estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constatando legalmente a importância da prática educacional de forma integrada para formação dos futuros profissionais. Articulando a vivência dentro do âmbito universitário – a teoria – com a comunidade – prática, indo além da troca de saberes e, interligando o ensino e a pesquisa com a realidade. Se tratando da extensão universitária e entendendo-a como relata Emmanuel Falcão¹⁸ “como um trabalho social útil com uma intencionalidade transformadora” mencionamos o Projeto Integrado de Aprendizagem Profissional (PIAP).

Tal vivência se deu inicialmente com a preparação das aulas com uma formação pedagógica para compreendermos o público alvo para o qual o projeto é direcionado, a política social que o engloba e o trabalho multidisciplinar desenvolvido, no tocante as disciplinas que foram ministradas e assim desenvolver a monitoria junto com os sujeitos envolvidos. Assim iniciamos as aulas construindo o acordo de convivência, definindo a partir do olhar dos alunos sobre os direitos e deveres que construiriam o convívio mútuo dentro de sala. Posteriormente identificamos os assuntos direcionados à disciplina de Cidadania e Direitos Humanos em que eles gostariam de discutir, tendo como base a escolha dos envolvidos sobre a temática e partindo dela para desenvolver a representatividade e envolvimento nas aulas, promovendo a formação profissional através dos conhecimentos em articulação com formação da cidadania dos adolescentes e jovens envolvidos.

O projeto tem a particularidade de ser desenvolvido dentro da universidade, fazendo com que estes sujeitos, ora marginalizados e em sua maioria advindos de um ambiente de vulnerabilidade social, se sintam pertencentes à mesma, construindo uma ponte entre o que eles acham que nunca poderiam chegar – a academia – e sua realidade, pois como sabemos dados estatísticos comprovam que apenas 3% dos estudantes chegam até a universidade. Destarte, promovendo a oportunidade da superação das desigualdades e injustiças sociais,

¹⁸ Para maiores informações acessar
<http://www.cenopoesiadobrasil.blogspot.com.br/2012/02/extensao-popular-reflexoes-teoricas-e.html>

conforme nos explica Ribeiro (2009, p. 236-237) “à construção de uma sociedade em que as classes populares deixem de ser atores subalternos e explorados e passem a ser sujeitos ativos e importantes na definição de suas diretrizes culturais, políticas e econômicas”.

Enquanto participantes desse projeto podemos relatar o grande aprendizado tanto no sentido profissional como humano, pois tivemos a oportunidade de construir junto com os adolescentes e os jovens, e demais envolvidos o sentido da extensão universitária. Desta forma, este Projeto contribuiu conforme direciona a extensão popular para que os participantes envolvidos se percebam como sujeitos de direitos, constituindo a sua comunidade e a sociedade em si, a partir da sua compreensão como cidadão. Além disso, o projeto tem o intuito de incluí-los numa realidade possível de ser alcançada, pautando a educação como emancipação humana, e não só aquela direcionada para uma formação profissional, direcionada para o mercado. O Projeto Integrado de Aprendizagem Profissional vêm se concretizando dia após dia, no enfrentamento de combate ao trabalho infantil e todas as formas de minimização de direitos.

IV. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Assessoria e Extensão Universitária. In: BRAVO, Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (orgs.). **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras FAPERJ, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm Acessado em: 25 de set. 2016.

BRASIL, ARTIGO 207 DA **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** SOBRE O PRINCÍPIO DE INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. DISPONÍVEL EM : <

HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/CONSTITUICAO/CONSTITUI%C3%A7AO.HTM> ACESSO EM 6 OUT 2008.

FALCÃO, EMMANUEL FERNANDES. [EXTENSÃO POPULAR: REFLEXÕES TEÓRICAS E FILOSÓFICAS SOBRE UMA CAMINHADA A TRILHAR.](#)
DISPONÍVEL EM:

HTTP://WWW.CENOPOESIA DO BRASIL.BLOGSPOT.COM.BR/2012/02/EXTENSAO-POPULAR-REFLEXOES-TEORICAS-E.HTML. ACESSADO EM: 17 SET. 2016.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.
Plano Nacional de Extensão (1999-2001). Brasília. SESU/MEC, 1999.

RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva. A Experiência na Extensão Popular e a Formação Acadêmica em Fisioterapia. **Cad. Cedes, Campinas, Vol. 29, N. 79.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n79/04.pdf>. Acessado em: 25 set. 2016.

SILVA, Oberdan Dias da. **O que é extensão universitária?** <Disponível em <http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html> > acesso em 01 set, 2008.

GRUPO DE CAMINHADA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO E EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Camila de Souza Xavier; Hiago Dantas; Pedro José Santos Carneiro Cruz

RESUMO: Na perspectiva da Educação Popular, as atividades de educação em saúde visam o desenvolvimento tanto a nível individual, como coletivo, através do estímulo da capacidade de analisar e discutir criticamente a realidade das pessoas e de seus territórios, bem como pela criação de espaços de construção e decisão de ações conjuntas para a resolução de problemas e mudanças; organização e realização de práticas sociais com espírito crítico. Buscando atuar de maneira coerente com tais princípios, no cenário da Atenção Primária em Saúde (APS), o Programa de Extensão PINAB - Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica prioriza o desenvolvimento de ações interdisciplinares de promoção à saúde e através de grupos, espaços e iniciativas educacionais, configuradas de maneira compartilhada com trabalhadores da Unidade de Saúde da Família Vila Saúde, bem como educadores populares comunitários. Dentre suas frentes de ação, destaca-se o Grupo de Caminhada, atuante no estímulo à criação de espaços de apoio social e de fomento a uma rede comunitária e solidária para cultivo da atividade física, para mudanças nos estilos de vida e nos hábitos alimentares e funcionais das pessoas, bem como para a qualificação da convivência das pessoas com condições crônicas de saúde, tais como Hipertensão e Diabetes, ainda pelo incentivo a promoção de ambientes sociais de interação e entrosamento entre os moradores de um mesmo território, os estudantes e membros da equipe de saúde da família, particularmente agentes comunitárias de saúde, que coordenam a atividade.

Palavras-chaves: Educação Popular, Qualidade de Vida, Apoio Social, Promoção da Saúde.

INTRODUÇÃO

As transições demográfica, nutricional e epidemiológica ocorridas no século passado determinaram um perfil de risco em que doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como a Hipertensão Arterial e o Diabetes Mellitus, assumiram ônus crescente e preocupante (PRATA, 1992). A alta incidência e frequência dessas doenças representam um dos principais desafios de saúde para o desenvolvimento global nas próximas décadas por influírem na qualidade de vida de milhões de pessoas e maior custo para os sistemas de saúde de todo o mundo com grande impacto econômico para os portadores, suas famílias e a sociedade em geral (BRASIL, 2011).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, as DCNT representam cerca de 60% do total de mortes ocorridas no mundo. No Brasil esse número sobe para 62,8%. A hipertensão arterial, por sua vez, é responsável por complicações cardiovasculares, encefálicas, coronarianas, renais e vasculares periféricas. O Diabetes Mellitus configura-se hoje como uma epidemia mundial, traduzindo-se em grande desafio para os sistemas de saúde de todo o mundo. O envelhecimento da população, a urbanização crescente, o sedentarismo, dietas pouco saudáveis e a obesidade são os grandes responsáveis pelo aumento da prevalência, gerando consequências humanas, sociais e econômicas. No mundo, cerca de 4 milhões de mortes são determinadas por essa doença, além de outras complicações como as doenças cardiovasculares, diálise por insuficiência renal crônica e cirurgias por amputações de membros inferiores (BRASIL, 2011).

Sendo assim, devem ser estabelecidas ações de saúde que visem o apoio e o protagonismo (na gestão de sua saúde) das pessoas que convivem com esses agravos e seus fatores de risco, visando, sobretudo sua prevenção, diagnóstico e tratamento oportuno e de qualidade. O grande desafio é traduzir os conhecimentos técnico-científicos em ações concretas na rede de saúde e no âmbito populacional, para que possam beneficiar o maior número possível de pessoas. E, muito além disso, estabelecer espaços onde as pessoas possam expor seus saberes, anseios, dúvidas, questões, experiências e aprendizados acerca da convivência com as DCNT, de maneira a explicitarem caminhos possíveis de buscar qualidade de vida com realização e dignidade, no cotidiano,

mesmo convivendo com tais situações crônicas. Com isso, a educação popular em saúde é uma das principais estratégias para o enfrentamento participativo, integral, dialógico e emancipatório desse novo perfil epidemiológico, através de processos de trabalho social em saúde e de aprendizagem coletiva pautados por princípios como amorosidade, problematização da realidade, emancipação, diálogo, escuta, compromisso com a construção do projeto democrático popular e compartilhado de conhecimento, primordiais para efetividade nas ações de educação em saúde com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças.

Na perspectiva da Educação Popular, as atividades de educação em saúde visam o desenvolvimento tanto a nível individual, como coletivo, através do estímulo da capacidade de analisar e discutir criticamente a realidade das pessoas e de seus territórios, pela criação de espaços de construção e decisão de ações conjuntas para a resolução de problemas e mudanças; organização e realização de práticas sociais com espírito crítico a fim de instituir o crescimento e a mudança na vida cotidiana da população (BVSMS, 2007). Dessa forma, entende-se que a educação e promoção da saúde devem caminhar juntas, gerando as possibilidades para que a população gerencie as informações, se conscientize e tome providências tendo em vista sua melhoria de qualidade de vida. (TORRES, 1988).

É nesse contexto que atua o Programa de Extensão Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica, PINAB, através de seus nove anos de experiência no compartilhamento de reflexões e saberes acerca da educação popular como orientadora de práticas sociais emancipadoras e contribuição nos processos de Participação Social e de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em contextos de pobreza econômica e exclusão social. O PINAB vem apoiando, desde outubro de 2015, a construção compartilhada de um Grupo de Caminhada no bairro do Cristo Redentor, João Pessoa, PB, local de atuação e participação ativa do grupo juntamente com as equipes de saúde das comunidades de Boa Esperança, Jardim Itabaiana e Pedra Branca (vinculadas à Unidade de Saúde da Família Vila Saúde).

O Grupo foi idealizado pela Equipe Jardim Itabaiana I, particularmente pela residente de medicina de família e comunidade e por uma técnica em

enfermagem, as quais coordenaram o grupo em seu início, passando depois o mesmo a ser coordenado, até os dias atuais, por duas agentes comunitárias de saúde da mesma equipe. Inicialmente, o grupo foi pensado como um desdobramento do grupo Hiperdia, voltados para o cuidado integral e contínuo de pacientes com hipertensão arterial e diabetes mellitus da comunidade, a fim de apoiar a comunidade no enfrentamento dessas doenças e estimular hábitos saudáveis de vida, por meio do desenvolvimento de atividades físicas frequentes, como a caminhada, desvelar possíveis caminhos para promover a saúde e a segurança alimentar e nutricional na Atenção Básica em Saúde, importantes no controle da pressão arterial e glicemia e a realização de visitas domiciliares para identificar os grupos de risco, estimular a participação dessas pessoas e da comunidade em geral na realização das atividades (CRUZ; *et. al.*, 2014).

Dentre as atividades físicas mais praticadas, a caminhada é uma das modalidades mais frequentes e mais indicadas, visto que não precisa de recursos e pode ser feita em qualquer lugar, como parques, calçadas, condomínios e praças. Assim por ter um acesso facilitado e não oferecer risco, a caminhada é uma das atividades mais indicada para a população da terceira idade. Essa atividade é recomendada por ser um movimento natural, de fácil realização, além de não precisar de habilidades específicas, promovendo ótimos resultados, como promoção da saúde, condicionamento físico e o lazer (MAZO; LOPES; BENEDETTI, 2009).

Para tal objetivo, o PINAB apoia sistematicamente o grupo através de uma equipe de estudantes de graduação em nutrição, enfermagem, medicina, terapia ocupacional e odontologia, em articulação cotidiana com a coordenação do grupo, por parte dos profissionais agentes comunitários em saúde. As atividades de promoção e educação em saúde no combate a doenças crônicas, por meio do Grupo, ocorrem nas segundas-feiras à tarde, e dão continuidade nas quartas-feiras, voltados para realização de caminhadas, dinâmicas e rodas de conversa que estimulem a prática de exercícios físicos e alimentação saudável e, nas sextas-feiras, voltada para a realização de visitas domiciliares, no sentido de identificar usuários que possam participar do grupo, incentivando o enfrentamento dos seus problemas de saúde e melhoria da qualidade da vida

CAMINHOS E REFLEXÕES

Para os estudantes universitários participantes, o Grupo de Caminhada proporcionou uma experiência única na vivência de práticas educativas e reflexivas sobre a realidade da saúde no nosso país, no sentido de incentivar a prática de atividade física e hábitos saudáveis com regularidade, promover atividades de descontração, interação do grupo e apoiadores, provocar análise crítico reflexiva acerca de si mesmo, cultura, e costumes e, contribuir para o crescimento biopsicossocial dos participantes.

Nas segundas, o grupo de extensionistas se reúne na Unidade Vila Saúde, às 14h00 a fim de discutir as melhores formas de abordar, gerir e estimular as atividades, bem como de identificar, de acordo com a realidade local, os principais temas a serem discutidos nas rodas de conversas, fazendo um planejamento de acordo com a demanda de participantes. Após a chegada dos usuários, o grupo, com cerca de 20 pessoas da comunidade, segue ao local onde são realizadas as caminhadas. Inicialmente, as atividades eram feitas no estacionamento do Estádio Ronaldo e, posteriormente, passaram a ser realizadas em uma praça do bairro, contando com a presença do educador físico do Programa Academia da Cidade, na qual são realizados exercícios de alongamento e aeróbicos, seguindo então, da caminhada e alongamento coletivo, ao final.

Primeiramente, os extensionistas promovem momentos com ênfase no autocuidado, bem como em atividades com dinâmicas de integração, reflexão e estímulo à funcionalidade. Juntamente com essas atividades, realizam-se rodas de conversas com ênfase em momentos educativos, os quais têm foco em questões de interesse e de demanda dos protagonistas comunitários do grupo. Em seguida a essas rodas, o coletivo se encaminha para uma praça localizada nas proximidades da Unidade, onde as pessoas preparam para realizar uma caminhada, acompanhada, orientada e na qual se desenvolvem também diálogos e conversas acerca do cotidiano de cada pessoa.

As rodas de conversa são promovidas antes do começo das atividades, no sentido de incentivar o diálogo amplo entre eles, sobre os seus problemas de

saúde e estratégias de alimentação a partir das possibilidades diante dos seus contextos de vida e dificuldades sociais e econômicas que a maioria da população enfrenta, principalmente devido à predominância de idosos no grupo. Os temas são sempre escolhidos com base em conversas e sugestão dos usuários, bem como as atividades também eram discutidas.

Dentre os principais temas trabalhados, estão: *O que é hipertensão arterial e diabetes mellitus; Caminhadas como terapia alternativa/complementar ao uso de medicamentos; A redução do consumo de sal no combate a hipertensão e substituição por outros temperos; O consumo de açúcar e massas no aumento da glicemia e a relação com o diabetes e obesidade, bem como a introdução de alimentos saudáveis e integrais; Saúde da Mulher: A importância do exame citológico e da mamografia, no sentido de ampliar o campo prático dos conhecimentos de educação popular em saúde, dos princípios do SUS de equidade, integralidade e universalidade da atenção em saúde, de promoção de ações educativas e discussão da importância de hábitos saudáveis de vida e prevenção de agravos.* Sendo assim, o grupo é o melhor campo de prática dos conhecimentos teóricos aprendidos durante o curso de educação superior em saúde na área da APS.

Além das caminhadas e rodas de conversa, outras atividades eram organizadas com os usuários. No dia das Mães (data comemorativa), por exemplo, uma tarde diferente foi planejada, com a dança Zumba e um lanche saudável, além de lembrancinhas para todas as mães do grupo. Também foi realizado o aniversário de duas participantes, com muita música e dança,

Além disso, as atividades promovem e ensinam encontros comunitários em ambientes públicos, ao ar livre e o apoio mútuo entre os membros, pela identificação com o grupo, encorajando-os uns aos outros, entretenimento e combate ao isolamento social e depressão. Diversos foram os relatos de idosas que se sentem sozinhas, pois os familiares não moram perto e não podem visitá-las frequentemente e, com o grupo, elas podem não só cuidar da saúde, como também fazer amizade e se divertir. Há relatos de usuárias que não precisam mais tomar medicamento para dormir, pois após idas frequente ao grupo o sono tornou-

se mais regular, houve diminuição do estresse e até ajuda no maior empoderamento para resolução de seus problemas.

Ademais, o grupo auxilia na promoção de espaços de apoio social, fomento ao estabelecimento de redes, interações sociais, bem-estar, busca por uma vida ativa e saudável, aumento da autoestima, como presenciamos em usuárias que tinha sua pressão arterial descompensada, glicemia elevada, mesmo com uso de medicação, ou estavam com sobrepeso antes de entrar no grupo e paulatinamente, estão conseguindo mudar seus hábitos de vida e alimentação e, com isso, melhorar a disposição e qualidade de vida.

Com o grupo, não só os usuários dos serviços de saúde, como também os profissionais e estudantes podem desenvolver o exercício e ações de corresponsabilidade em vigilância em saúde, por despertar a participação, comunicação, o desenvolvimento do pensamento crítico e caráter processual das ações de educação popular, fomentar o desenvolvimento de uma prática social importante e democrática, que rompa com o enfoque educativo tradicional do conhecimento, vertical e autoritário, ao compartilharem experiências de vida, um pouco do seu dia a dia, das dificuldades, dos relacionamentos familiares e dos problemas de saúde que estão surgindo, demonstrando a importância da confiança e do vínculo no planejamento e desenvolvimento das ações de promoção à saúde na comunidade, conhecimentos estes que não se encontram em nenhum livro didático, nos motivando e fortalecendo a vontade de continuar participando e colaborando com tal proposta.

CONCLUSÃO

O grupo Caminhada vem sendo uma estratégia singular de educação popular em saúde e promoção de espaços públicos de cuidado, no sentido de incentivar hábitos mais saudáveis de vida e alimentação. Ajuda no enfrentamento das condições e problemas de saúde atuais, bem como promove a integração social e ambiente de descontração/lazer, por meio da maior aproximação da equipe de saúde da USF e dos estudantes que participam do projeto com as reais

condições de vida das pessoas e enfrentamento dos seus problemas de saúde e sociais.

É possível perceber a importância da construção desses grupos, que vai além dos benefícios da caminhada, mas o fomento a troca de experiências e conhecimentos, a promoção do autocuidado, melhoria da qualidade de vida dessas pessoas e conhecimentos além dos muros da Universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica Coordenação Nacional de Hipertensão e Diabetes. **Hipertensão arterial e Diabetes mellitus**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011, 54p. Disponível em <<http://arquivos.sbn.org.br/pdf/vigitel.pdf>> Acesso em 10/10/16.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde**. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2007, 160p. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_educacao_popular_saude_p1.pdf>. Acesso em 16/09/2016.

CRUZ, P. J. S. C. *et al.* Educação Popular e Nutrição Social: Reflexões e vivências com base em uma experiência. UFPB, João Pessoa, p. 33-48, 2014.

MAZO, G. Z.; LOPES, M. A.; BENEDETTI, T. B.; Atividade Física e o Idoso. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2001. Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/5495/1/2012_DarlanGomesdeMelo.pdf> Acesso em 10/10/16.

PRATA, P. R. **A transição epidemiológica no Brasil**. *Cad. Saúde Pública* [online]., Rio de Janeiro, 1992, 8(2): 168-175, abr/jun. ISSN 1678-4464. Disponível em <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v8n2/v8n2a08>> Acesso em 15/09/2016.

TORRES, R. M. Discurso e Prática em Educação Popular. Ijuí: UNIJUI, p. 15-20, 1988.

ADOLESCER NA ZONA RURAL: EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

Mateus Sousa Santana¹, Renart Santos Costa¹, Elaine Virgínia Souza Silva¹, Paulo Souza Monteiro¹, Natália Farias Barbosa¹, Tainan Oliveira da Silva¹, Gislane Pereira Lima¹, Bárbara Emanuely de Brito Guimarães², Etna Kalliane Pereira da Silva², Camila Silveira Silva Teixeira³, Bárbara Cabral de Sousa⁴, Danielle Souto de Medeiros⁵

¹Graduando da Universidade Federal da Bahia, Campus Anísio Teixeira; ²Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Campus Anísio Teixeira; ³Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Ceará; ⁴Doutoranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Ceará; ⁵Docente da Universidade Federal da Bahia, Campus Anísio Teixeira

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar o Projeto Adolescer na Zona Rural: Educando os Pares que tem como propósito contribuir para a autonomia e organização interna da população de adolescentes rurais (quilombola e não quilombola) através da educação em pares. Trata-se de um relato das primeiras oficinas de educação em saúde do Projeto Adolescer na Zona Rural: Educando os Pares, com adolescentes do sexto ao nono ano do ensino fundamental II, da Escola Municipal José Rodrigues do Prado, situada no distrito do Pradoso, Zona Rural do município de Vitória da Conquista-Bahia. Durante as oficinas observou-se participação ativa dos alunos e colaboração dos responsáveis pela escola. Os temas propostos para esses encontros foram autoimagem corporal e sexualidade. As oficinas de educação em saúde na escola têm sido importante veículo para discussão sobre a saúde dos adolescentes e identificação de alunos para o segundo momento do Projeto, sendo esses importantes atores e multiplicadores em seus territórios.

Palavras-chaves: Adolescentes. Educação Popular em Saúde. Zona Rural.

INTRODUÇÃO

A adolescência caracteriza-se como uma importante etapa do desenvolvimento humano, na qual ocorrem transformações físicas, biológicas cognitivas e sociais. Estas transformações encontram-se associadas a determinantes sociais, políticos, culturais e econômicos, podendo afetar direta ou indiretamente o processo saúde-doença dos adolescentes (SAITO, 2000). No Brasil, as práticas de saúde voltadas à adolescência, têm como base a Organização Mundial de Saúde (WHO, 1986), para qual a adolescência corresponde ao período entre 10 a 19 anos (AYRES et al. 2012). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a população de adolescentes era de aproximadamente 34 milhões de pessoas, das quais mais de 6 milhões residiam no campo. Os adolescentes da zona rural são caracterizados predominantemente por tradições e culturas ligados a terra. Apesar dos avanços no âmbito da saúde coletiva e implementação contínua da Estratégia de Saúde da Família, os adolescentes da zona rural apresentam-se como população vulnerável. Segundo os preceitos da promoção de saúde, os adolescentes necessitam de ações efetivas que promovam a integralidade do cuidado e ampliação das estratégias de vinculação com os dispositivos de saúde. Apesar disto, a população de adolescentes encontra impeditivos mútuos em relação ao acesso à saúde, exemplificados pela procura restrita por parte deste público, ou resistência no acolhimento por parte dos profissionais de saúde (CARVACHO et al, 2008). Dessa forma, faz-se necessário reinventar os fazeres em saúde, adentrando nas questões indenitárias do adolescer, enaltecendo potencialidades e evocando a criatividade de acordo ao contexto social e características culturais. O processo de educação em saúde se materializa de variadas formas, as quais podem requerer uma pessoa que facilite as discussões e reflexões, mas proporcionando um ambiente de aprendizagem ativa, a partir de atividades criativas e experiências, que façam sentido e que tenham continuidade. Os adolescentes podem se manifestar através de diversos mecanismos, sobretudo o da comunicação, quando o diálogo se faz horizontalizado. Ao prezar-se pela questão dialógica e horizontal no processo formativo, as demandas pelas quais emergem ganham espaços para novas indagações, permitindo uma inquietação

permanente entre os indivíduos envolvidos no contexto. A educação entre pares visa desenvolver o conhecimento e a autonomia do próprio grupo em que os indivíduos estão inseridos, através da troca de conhecimento entre os pares, com foco na educação popular em saúde. O projeto *Adolescer na Zona Rural: Educando os Pares* surgiu com objetivo de contribuir para a autonomia e organização interna da população de adolescentes rurais (quilombola e não quilombola) através da educação em pares. Os objetivos específicos englobam: a realização de atividades de educação popular em saúde na escola; o levantamento de temas geradores e norteadores, significados pelos adolescentes como emergentes nas comunidades; a formação de multiplicadores em Educação Popular em Saúde; e a supervisão e organicidade das atividades desenvolvidas pelos multiplicadores. O projeto é dividido em dois momentos: O primeiro momento é composto por oficinas com os adolescentes na escola, tendo como facilitadores jovens estudantes de graduação e no segundo momento a formação de adolescentes multiplicadores da educação em pares.

MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de um relato das primeiras oficinas do projeto *Adolescer na Zona Rural: Educando os Pares*, com adolescentes do sexto ao nono ano do ensino fundamental II, da Escola Municipal José Rodrigues do Prado, situada no distrito do Pradoso, zona rural do município de Vitória da Conquista, BA. Inicialmente foram planejadas três oficinas em cada uma das 11 turmas da escola. Na primeira oficina foram desenvolvidos dinâmicas de grupo com temas escolhidos pelos facilitadores para socialização com os adolescentes, e levantamento das temáticas de interesse dos adolescentes para os próximos encontros, como estratégia para esse reconhecimento foi utilizada uma caixa de sugestão, onde os adolescentes poderia escolher entre as temáticas abordadas pela pesquisa *ADOLESCER* (Pesquisa realizada pelo mesmo grupo da extensão sobre a saúde dos adolescentes rurais e seus condicionantes) ou sugerir outros temas de maneira anônima. Os facilitadores são jovens estudantes da graduação e pós-graduação dos diversos cursos da área de saúde da UFBA, divididos em

equipes com três membros, antes de cada oficina a equipe discuti sobre o tema a ser abordado e planeja a atividade, que posteriormente é apresentada a todo grupo de extensão para avaliação e possíveis alterações. Os temas dos primeiros encontros foram: 6º ano – autoimagem corporal; 7º ano – respeito às diversidades; 8º ano – conceito de saúde; 9º ano – preconceito e discriminação. Já as temáticas escolhidas entre os adolescentes para os dois próximos encontros foram: 6º ano – bullying ou atividade física e amizade e família; 7º ano – sexualidade e qualidade de vida; 8º ano – sexualidade e atividade física ou uso de tabaco e outras drogas; 9º ano – sexualidade e bullying. Nessa primeira etapa também ocorre a identificação dos adolescentes que serão convidados a ser multiplicadores na segunda etapa do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro encontro com os adolescentes do 6º ano abordou uma temática emergente apontada pela pesquisa ADOLESCER: autoimagem corporal, problematizando com esses jovens a importância da afirmação social que os mesmos devem possuir em relação as suas ações, comportamentos, desejos e aparências. Os adolescentes tiveram contato com áudio e imagens, através dos quais puderam refletir sobre as questões impostas pela sociedade em relação a imagem corporal, afirmadas como padrões. Os mesmos passaram por processos reflexivos durante a dinâmica, onde alguns demonstraram entendimento de que para se afirmar enquanto pessoas não precisam submeter a padrões impostos. No sétimo ano foi realizada uma dinâmica sobre o respeito as diversidades. Os adolescentes colocavam seus nomes em crachás de papel onde era trocado entre eles pelos facilitadores e posteriormente o adolescente apresentava o colega, como resultado houve a expressão de várias rotulagens. Durante o encontro abordou-se a importância de se respeitar a diversidade encontrada, mostrando que apesar de conviverem no mesmo ambiente, haviam ali pessoas com comportamentos e aparências totalmente diversas. Como processo reflexivo, ficou explicito a necessidade de se conviver com todas as diferenças que existia entre os colegas e sociedade. Já a oficina realizada no oitavo ano, teve como

temática as concepções de saúde. À primeira vista os adolescentes mostraram-se acanhados em dialogar com os facilitadores, contudo expressaram-se na escrita, o que eles entendiam como saúde – que não se importavam tanto com a sua saúde propriamente dita, mas com o corpo, nas concepções de beleza e estética. Durante a reflexão foi abordada a importância dos adolescentes iniciarem o cuidado da própria saúde, os mesmos mostraram conhecimento de saúde em seu conceito ampliado – “a saúde é um conjunto, em sintonia do psicológico e bem-estar”. Ainda sobre o primeiro encontro, no nono ano, foi abordada a temática do preconceito e discriminação, através de dinâmica onde os adolescentes foram divididos entre “coisas” e “pessoas”, sendo que as “coisas” não teria sentimento e nem ações, apenas obedeceriam às “pessoas”. No processo de construção observou-se um certo conforto em ser “pessoa”, onde os mesmos ordenavam tarefas as “coisas”. Após a dinâmica, e durante o processo de reflexão perguntou-se a esses adolescentes quem seriam as “coisas” e as “pessoas” na sociedade, e foi possível observar discursos como – “as coisas somos nós e as pessoas são os políticos”. Perguntou-se também se algum ali presente havia sofrido algum tipo de preconceito ou discriminação, e foram ouvidos discursos de que já haviam sofrido diversos tipos de preconceitos, por causa de gosto musical, religião, raça, aparência e de prática esportiva. No decurso de reflexão, abordou-se a importância do respeito ao próximo, e do fim da perpetuação do preconceito entre os adolescentes e sociedade. Ao final de todos os encontros foi passada uma caixa de sugestões sobre os temas elencados pelos facilitadores, norteando-se na pesquisa ADOLESCER. Posteriormente foi realizado encontros no sétimo, oitavo e nono ano com o tema escolhido pelos adolescentes – sexualidade. Durante a realização do grupo objetivou-se a diferenciação de sexo e sexualidade, as turmas foram divididas em grupos de meninas e meninos, onde os mesmos deveriam escrever as vantagens e desvantagens de ser do gênero oposto. Observou-se que os adolescentes tinha conhecimentos sobre preconceito e discriminação que as mulheres sofrem no mercado de trabalho e no ambiente familiar, e a dificuldade das mesmas de se afirmar como ser participante de um espaço contido nos mesmos direitos garantidos constitucionalmente. Foram elencados alguns discursos de exaltações do que os adolescentes trazem como

virtudes do gênero oposto. Durante a realização da atividade foi aberta a questionamentos que os adolescentes teriam sobre sexo e sexualidade. Ressalta-se que os mesmos são rodeados de dúvidas quanto a realização de sexo seguro, idade que se deve praticar o ato sexual e quanto as questões anatomofisiológicas do corpo. Os questionamentos foram respondidos reafirmando-se sempre a importância do uso de preservativos e da procura pelos profissionais de saúde da unidade de saúde da família localizada no distrito. Os grupos de educação em saúde foram importantes para a discussão entre os adolescentes para aprofundar seus conceitos em saúde e na identificação dos multiplicadores. Para a próxima etapa, serão escolhidos os alunos que demonstraram maior participação na turma e iniciativa nos debates.

CONCLUSÃO

As oficinas de educação em saúde do projeto Adolescer na Zona Rural: Educando os Pares ainda estão acontecendo e estão sendo bem acolhidas e avaliadas pelos adolescentes e por toda a comunidade escolar. O adolescente carece de atenção no que tange a saúde, no entanto tem dificuldades de diálogo sobre certos assuntos em seu grupo familiar e no acesso aos serviços de saúde por não serem considerados um grupo prioritário. A escola é um espaço privilegiado e estratégico para realização de atividades que visem empoderamento e formação para o acolhimento de dúvidas desse grupo populacional, uma vez que é a instituição que alcança, de maneira regular, o maior número de adolescentes. Além disso, a escola agrupa adolescentes em uma convivência intensa, nela muitas amizades são construídas. Conversas, cochichos, manifestações de dúvidas e curiosidades são práticas constantes, com ou sem a participação de adultos. Nesse sentido, espera-se que com a formação de adolescentes educadores em pares seja possível contribuir com o empoderamento desse grupo em relação à sua saúde, interferindo até mesmo na organização e empoderamento de suas comunidades em um futuro próximo.

REFERÊNCIAS

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita et al. Caminhos da integralidade: adolescentes e jovens na Atenção Primária à Saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 67-82, mar. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 ago. 2016. E pub 26-Abr-2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832012005000021>.

BRASIL. DARIO NOLETO. (Ed.). **ADOLESCENTES E JOVENS PARA A EDUCAÇÃO ENTRE PARES: Saúde e Prevenção nas Escolas**. 2010. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/metodologias>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

CARVACHO, Ingrid Espejo et al. Fatores associados ao acesso anterior à gestação a serviços de saúde por adolescentes gestantes. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 5, p. 886-894, Oct. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000500014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Aug. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102008000500014>.

WHO, World Health Organization. Young People's Health - a Challenge for Society. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. **Technical Report Series** 731. Geneva: WHO, 1986.

SAITO, Maria Ignez. Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco. **Pediatria (São Paulo)**, v. 22, n. 3, p. 217-9, 2000.

CIÊNCIAS DA NATUREZA POR MEIO DE UMA ABORDAGEM CTSA: RELATO DE UM CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Renata Texeira Gomes de Freitas¹; Maurícus Selvero Pazinato²; Janaína Viário Carneio³; Uilson Tuiuti de Vargas Gonçalves⁴

¹Acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza (LCN); Bolsista PDA – Projeto – Tecnologia da Informação e Comunicação: Integrando a Universidade e a Educação Básica; Universidade Federal do Pampa; Dom Pedrito, RS; renata.tgf.tg@gmail.com; ² Doutor em Educação em Ciências, docente do curso LCN na UNIPAMPA campus Dom Pedrito, RS; mauriciuspazinato@gmail.com; ³ Doutora em Física, docente do curso LCN na UNIPAMPA campus Dom Pedrito-RS; carneirojana@yahoo.com.br; ⁴ Acadêmico do Curso LCN na UNIPAMPA campus Dom Pedrito, RS; uilltuiuti@gmail.com;

RESUMO

O presente trabalho relata o desenvolvimento do curso de Formação Continuada “CTSA e Cidadania: práticas curriculares contextualizadas e inovadoras” para 25 professores de Ciências da Natureza da rede pública do Ensino Fundamental e Médio de Dom Pedrito, RS. O objetivo do curso foi incentivar a abordagem CTSA na educação básica, através da fundamentação dos professores e do desenvolvimento de metodologias de ensino. Este trabalho justifica-se pela importante tarefa de buscar aperfeiçoar professores da educação básica em relação ao ensino de Ciências da Natureza com enfoque CTSA, bem como construir junto com os professores metodologias de ensino alternativas e criar um ambiente de discussões e reflexões sobre os impactos destas ações no processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos científicos. O desenvolvimento do curso fortaleceu a interação entre a Universidade Federal do Pampa e as escolas de Dom Pedrito, RS, bem como contribuiu com a qualidade da educação básica da cidade, se adequando na temática Vivências em Extensão Popular.

Palavras-chaves: Formação de professores, CTSA, curso de formação, Ciências da Natureza.

INTRODUÇÃO

É reconhecida a importância do ensino das disciplinas relacionadas às Ciências da Natureza para a formação cidadã dos estudantes da educação básica. Entretanto, percebe-se uma dificuldade dos alunos e professores desse nível de ensino em fazer relações entre os conteúdos estudados com fatos do cotidiano, meio ambiente, aparatos tecnológicos e problemas sociais, aspectos fundamentais para uma atuação consciente e embasada cientificamente na sociedade. Neste sentido, surge a necessidade de se abordar questões que relacionem a Ciência, a Tecnologia, a Sociedade e o Ambiente.

Várias ações vêm sendo realizadas na tentativa de estabelecer esta relação. Desde a década de 1970, muitas atividades e propostas envolvendo a comunidade escolar começaram a ser inseridas no ambiente escolar e associadas ao ensino de Ciências, culminando em um movimento maior, que ficou conhecido como Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), e posteriormente passou a ser denominada de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA), quando foram incluídas as implicações ambientais. A abordagem CTSA no ensino de Ciências da Natureza busca ampliar o olhar sobre o papel da Ciência e da tecnologia na sociedade e provocar o debate de questões ambientais, econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas (SANTOS, 2007).

No Brasil, percebe-se a preocupação com as questões relacionadas ao movimento CTSA nos ensinos fundamental e médio desde a década de noventa, quando os documentos oficiais (BRASIL, 1997; 2002; 2006) apontaram direcionamentos a favor desta relação. Desta forma, este trabalho se justifica pela importante tarefa de buscar aperfeiçoar professores da educação básica, em relação ao ensino de Ciências da Natureza com enfoque CTSA. Assim, foram construídas, juntamente com os professores, metodologias de ensino alternativas com o propósito de criar um ambiente de discussões e reflexões sobre os impactos destas ações no processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos científicos, incentivando a contextualização e interdisciplinaridade por meio da abordagem CTSA.

O fortalecimento da interação entre a Universidade Federal do Pampa e as escolas de Dom Pedrito, RS, se deu por meio das contribuições no aprimoramento da qualidade da educação básica da cidade, consequência do curso realizado

com os professores da rede pública de ensino, que será relatado neste trabalho. As ações que foram propostas buscaram reforçar a relação entre os eixos pesquisa, ensino e extensão, através das atividades que envolveram acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, professores universitários e professores da educação básica.

DESENVOLVIMENTO

Desenvolveu-se o curso de Formação Continuada “CTSA e Cidadania: práticas curriculares contextualizadas e inovadoras” com 25 professores de Ciências da Natureza da rede pública do Ensino Fundamental e Médio do município de Dom Pedrito, RS. Estes encontros foram elaborados a partir de experimentos que envolveram temas CTSA, os quais apresentaram situações potencialmente problemáticas. O objetivo do curso foi incentivar a abordagem CTSA na educação básica, através da fundamentação dos professores e do desenvolvimento de metodologias de ensino. O curso teve duração de 40 horas e foi organizado em cinco encontros, que são descritos a seguir:

O Primeiro Encontro “O ensino de Ciências da Natureza com foco CTSA” foi ministrado pelos professores universitários do projeto e teve por intuito apresentar os fundamentos teóricos da perspectiva CTSA, bem como abordar os seguintes itens: currículo com ênfase em CTSA, breve histórico e propostas de ensino de Ciências por meio de temas CTSA desenvolvidas no Brasil e no mundo.

Figura 1. Atividade 1



Fonte: Acervo do projeto

O Segundo Encontro “Construção de um Anemômetro e Pluviômetro” teve por objetivo abordar questões relacionadas à geração de energia das fontes eólica e hídrica, bem como a preservação ambiental.

Figura 2. Atividade 2



Fonte: Acervo do projeto

O Terceiro Encontro “Transgênicos: a atividade experimental das diferentes batatas” foi abordado o tema produção de alimentos, em que foram discutidos aspectos sobre a saúde, a economia e o ambiente, bem como o impacto da utilização de agrotóxicos, visto que a principal fonte de renda da cidade é agricultura.

Figura 3. Atividade 3



Fonte: Acervo do Projeto

No Quarto Encontro “Simulando o Efeito Estufa”, foram abordadas questões econômicas, ambientais e os impactos do tema para a sociedade.

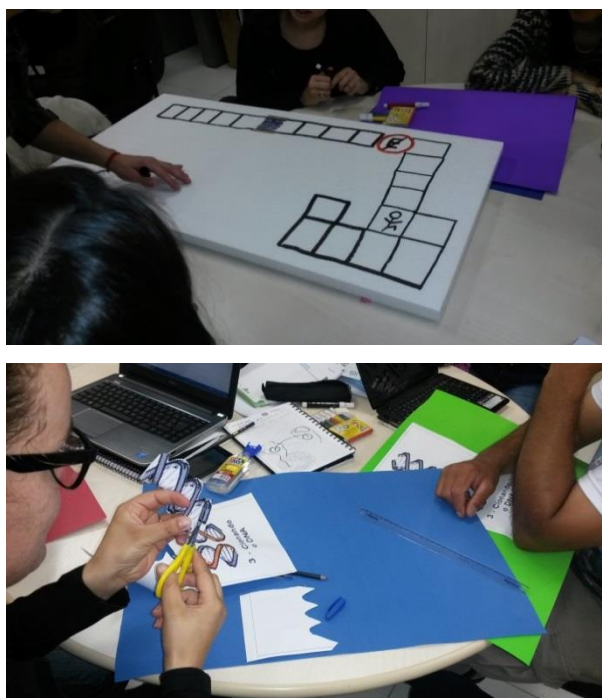
Figura 4. Atividade 4



Fonte: Acervo do Projeto

No Quinto Encontro, os participantes do curso propuseram uma atividade de encerramento, na qual produziram materiais didáticos que contemplaram a abordagem CTSA, para que posteriormente possam utiliza-los em suas aulas.

Figuras 5. Atividade 5



Fonte: Acervo do projeto

CONCLUSÕES

Pode-se afirmar pelos resultados destes encontros, que foram desenvolvidas, em conjunto com os professores, metodologias de ensino alternativas ao método tradicional, que favoreceram a abordagem CTSA na educação básica, contribuindo na qualificação dos professores do município de Dom Pedrito, RS. Além disso, ressalta-se que o curso relatado nesse trabalho proporcionará a discussão de assuntos relevantes para a comunidade das escolas dos professores participantes, principalmente no que tange a inserção de temas sobre CTSA, tais como agrotóxicos, geração de energia, efeito estufa, entre outros. As atividades desenvolvidas no curso, bem como as produções didáticas

elaboradas pelos professores tiveram por objetivo associar os conteúdos com assuntos que cercam os estudantes e suas comunidades, de maneira mais ampla e clara, proporcionando uma melhor compreensão, ampliando o espírito crítico destes sobre o olhar da Ciência.

Por fim, agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento De Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio do Programa Novos Talentos, o qual viabilizou a execução do curso relatado neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Básico. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Básico. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. v. 2. Brasília, 2006.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SANTOS, W. L. P dos. Contextualização no ensino de ciências por meio de temas CTS em uma perspectiva crítica. Revista Ciência & Ensino, Campinas, vol. 1, n. especial, nov.,2007.

EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL: ENTRE TEORIAS, PRÁTICAS E DESCOBERTAS

Kelly de Araújo Soares¹; Fernanda da Silva Cabral²; Ana Carla dos Santos³; Thaíres Lima da Silva⁴; Amanda Cristina de Souza Ferreira⁵

¹ Bacharela em Serviço Social pela UFPB. E-mail: kelly.soares01@hotmail.com; ² Bacharela em Serviço Social pela UFPB. E-mail: fernanda_jp2@hotmail.com; ³ Bacharela em Serviço Social pela UFPB. Pós-graduanda em Extensão Universitária e Desenvolvimento Sustentável. E-mail: karlla_santos2011@hotmail.com; ⁴ Bacharela em Serviço Social pela UFPB. E-mail: thaires_lima@hotmail.com; ⁵ Bacharela em Serviço Social pela UFPB. E-mail: amannnda_crys@hotmail.com;

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade refletir sobre a experiência vivenciada a partir da percepção anterior e posterior do contato com a Educação Popular. O objetivo é relatar e estabelecer uma linha de raciocínio que mostre como esta experiência vai se constituindo a partir dos conhecimentos pré-adquiridos e como possibilita a transformação do indivíduo a partir do exercício dialógico, reflexivo. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência que toma como procedimento a análise feita da vivência acadêmica no curso de Serviço Social que abrange a cadeira de Educação Popular, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS) e as experiências vivenciadas no Projeto de Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF) em conjunto com o Grupo Operativo instituído dentro do Projeto denominado: Cuidando do Trabalhador, presente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tendo suas práticas estabelecidas na comunidade Maria de Nazaré, situada nos Funcionários III. Dessa forma, o tripé da Universidade essencialmente se faz presente em diversas oportunidades e possibilidades de experiências distintas. Com isto, podemos dizer que de modo geral pré-concebíamos a Educação Popular em nível de senso comum, ou seja, um repasse de informação sem valor teórico científica que não modificava ou fortalecia qualquer tipo de conhecimento, no entanto, com base no conhecimento adquirido

e as experiências vivenciadas compreendemos que a Educação Popular pode ser concebida como uma prática informal, social e política à medida que visa estimular à criticidade e à conscientização da população.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular. Extensão Universitária. Experiência. Reflexão.

1. Breves Reflexões sobre uma prática em Educação Popular

A Educação Popular tem como componente um modelo educativo sistematizado por Paulo Freire que objetiva dar suporte à conscientização, mobilização e transformação das classes populares, contribuindo para a valorização do saber popular, uma vez que esse conhecimento não possui um rigor científico e é, muitas vezes, considerada erroneamente como senso comum.

Primeiramente, a Educação Popular constitui-se como uma educação diferenciada por considerar o saber popular como um conhecimento imprescindível na vida em sociedade e na mudança dos sujeitos tanto socialmente como economicamente e politicamente, uma vez que os tornam conscientes de sua condição de vida e conjuntura social, influenciando na tomada de consciência e na modificação da realidade que lhes é posta. Com isto, na Extensão Universitária temos a oportunidade de observar e participar desse ciclo, iniciado através das práticas em Educação Popular dentro da Comunidade.

O Projeto de Extensão Popular “Atenção à Saúde da Família” (PEPASF) da Universidade Federal da Paraíba, possibilita aos estudantes este contato primordial com a comunidade e com as pessoas que ali vivem. Provindo do Centro de Ciências da Saúde (CCS), o PEPASF atua na comunidade Maria de Nazaré, localizada no bairro Funcionários III, na cidade de João Pessoa – PB, há mais ou menos 15 anos, tendo como fundador o Professor Doutor Eymard Vasconcelos, englobando vários estudantes e professores de formação e áreas distintas, o Projeto se pauta nos princípios de Educação Popular, sistematizados por Paulo Freire, suas atividades ocorrem toda segunda-feira com reuniões que se articulam entre teóricas e organizativas e as idas à comunidade aos sábados em que duplas de estudantes de cursos diferentes se organizam e fazem as visitas (em média

duas casas por dia), a escolha das famílias é realizada de acordo com a necessidade da própria comunidade.

Por meio das visitas às famílias, os problemas sociais mais frequentes trazidos pelos moradores, eram o fato de pessoas idosas e com deficiências viverem sozinhas sem no mínimo ou até inexistência de atenção e comprometimento de seus familiares e parentes. Quanto às demandas voltadas à área de saúde, os problemas vistos com mais frequência nas famílias visitadas pelo projeto são o diabetes e a hipertensão, dentre outros. A partir desses comprometimentos firmados entre o Projeto e a comunidade ocorre um diálogo horizontalizado em que se constroem elos de confiança e o desmembramento de barreiras que poderiam existir pelo fato de que a realidade vivida dentro da comunidade muitas vezes não é a realidade vivenciada pela maior parte dos extensionistas.

Como estratégia de organização do trabalho, os extensionistas dividem-se em comissões: Articulação Política que estabelece uma parceria entre o PEPASF, a Associação Comunitária Maria de Nazaré (ACOMAN) e Unidade de Saúde da Família local; Comissão de Eventos (facilita a realização das atividades com maior público-alvo na comunidade e planeja eventos que surjam ao longo do ano); Cadastro (registra os dados das famílias acompanhadas); Científica (sistematiza atividades voltadas para trabalhos científicos e divulga os eventos que têm a mesma perspectiva da prática desenvolvida); Frequência (contabiliza a participação dos estudantes); e Teórica (norteia o aprofundamento teórico nas linhas da Educação Popular, Extensão Universitária, Promoção da Saúde e Interdisciplinaridade).

Assim, a partir das estratégias pensadas e do embasamento teórico obtido com a graduação, o projeto tem possibilitado a ampliação e percepção dos estudantes envolvidos sobre o processo saúde-doença e o cotidiano das classes populares, formando uma visão integral do indivíduo através do desenvolvimento de ações interdisciplinares, respeitando à realidade da comunidade e valorizando o saber popular. Desse modo, é proporcionado aos extensionistas uma experiência que inter-relacione os campos do ensino, da pesquisa e da extensão,

tendo como base as vivências adquiridas no decorrer das atividades promocionais e preventivas em saúde.

Além disso, tem gerado aprendizado e respeito às particularidades culturais da comunidade, e também estímulo para a organização e o avanço gradativo de grupos de lutas políticas que visam ao desenvolvimento das condições socioeconômicas. Quanto às ações de educação coletiva realizadas pelo Projeto, tem também possibilitado o desenvolvimento, tanto da autonomia individual quanto da coletiva dos diversos atores e grupos sociais da comunidade, colaborando para a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores.

Levando em consideração as concepções abordadas anteriormente e da reflexão acerca da Educação Popular, fortalecida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS)¹⁹ da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), percebemos que esta, por ser uma prática social e dialógica, também será política ao possibilitar o fortalecimento dos sujeitos sociais, modificando a realidade que os cerca. Mas, esse fortalecimento é um processo que se dará no cotidiano e em contrapartida de uma sociedade de classes, pois “evidentemente, numa sociedade de classes, quem determina as regras do jogo é a classe dominante” (COSTA, 1987, p. 9), impondo com isso a sua ideologia e garantindo a perpetuação de práticas que viabilizem essas relações hierarquizadas de poder na sociedade.

Partindo desse pressuposto, o objetivo da Educação Popular em consenso com o projeto ético-político do Serviço Social é incentivar a emancipação e o fortalecimento das classes subalternas, promovendo uma possível ruptura da dominação intelectual e cultural imposta pelo sistema capitalista. Para Freire (1987, p.18), “isto implica no reconhecimento crítico, na ‘razão’ desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, instaure-se outra, que possibilite aquela busca do ser mais”.

No debate sobre a Educação Popular sempre aparecem questionamentos acerca das ações dos membros das comunidades sejam elas

¹⁹ Grupo articulado ao Departamento de Serviço Social e o Programa de Pós-graduação em Educação (UFPB)

políticas ou sociais, pois somos dotados de uma percepção e de uma educação "bancária", assim:

Na visão "bancária" da educação, o "saber" é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (FREIRE, 1987. p. 33).

Nessa perspectiva focalizamos as ações desses membros sob uma ótica acadêmica, ou seja, sistematizada. Contudo, esquecemos que o saber popular também é dotado de grande riqueza e que as camadas populares têm estratégias de enfrentamento ao socialmente e politicamente imposto. Diante disso:

Àqueles que se comprometem autenticamente com o povo é indispensável que se revejam constantemente. Esta adesão é de tal forma radical que não permite a quem a faz comportamentos ambíguos. Fazer esta adesão e considerar-se proprietário do saber revolucionário, que deve, desta maneira, ser doado ou imposto ao povo, é manter-se como era antes (FREIRE, 1987, p. 27).

No universo acadêmico, estudamos o contexto que envolve as expressões da questão social, e diversas vezes a centralidade teórica nos resguarda da realidade como ela realmente acontece, que até então é discutida com base em comprovações bibliográficas e exemplos atuais utilizados em sala. É nessa direção que somos impactados com o real no campo de atuação após apenas conhecê-lo teoricamente. Muitas vezes, conservamos o pensamento de que por sermos estudiosos daquele contexto, temos todas as soluções cabíveis para as classes populares e compreendemos segundo os nossos próprios padrões sua organização como uma "desordem", apenas pelo fato de estar sistematizada de uma forma diferente da habitual, mas ao nos inserirmos dentro da comunidade numa perspectiva que incentiva o diálogo ao invés da imposição percebemos que "as camadas populares elaboram um conhecimento e fazem teoria por um caminho diferente das outras camadas sociais" (COSTA, 1987, p. 16).

Nossa aproximação com Educação Popular acontece através da disciplina de Educação Popular, do GEPEDUPSS e do projeto PEPASF que nos

possibilitaram uma nova percepção do real, dando abertura para o “ouvir” e não apenas o deliberar ações por nós mesmos, sendo de forma não hierarquizada e demonstrando que existem possibilidades de construirmos conjuntamente iniciativas de mudanças sociais para longo prazo.

Isso não quer dizer que pelo motivo da Educação Popular ser uma prática não impositiva de ideias, que nossa construção de mobilização enfraqueceu, pelo contrário, serve como estratégia, pois ao mesmo tempo em que adquirimos conhecimentos populares, também levamos nosso arcabouço teórico, e assim, fazemos uma troca de sabedorias particulares e unificação de conhecimentos e experiências, podemos levar em conta a “participação de todos numa obra coletiva: o desenvolvimento do conhecimento popular enquanto componente do poder político das camadas populares” (COSTA, 1987, p. 23).

Foi demonstrado durante o artigo o quanto foi de extrema importância estarmos atreladas a toda fundamentação teórica entre Serviço Social e Educação Popular, visto que ambos possibilitam o embasamento prático em campos de atuação com as comunidades, e assim, considerando tanto as camadas populares (usuários) como os profissionais a partir de uma prática dialógica, sendo esta relação de extrema relevância para realização de ações, da construção do saber e da mobilização. O Assistente Social aparecerá, portanto, como um profissional capaz de criar alternativas juntamente à população, como enfatiza Iamamoto:

Dentro da orientação analítica expressa [neste ensaio], parte-se do pressuposto de que a compreensão da profissão de Serviço Social implica o esforço de inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um significado e nas quais torna-se possível e necessária. (2011, p. 83).

Vale ressaltar que essa realidade não evidencia suas respostas, mas se mostra em forma de demandas envoltas de grandes complexidades reproduzidas pela própria sociedade, requerendo dos Assistentes Sociais a capacidade de compreensão do real de tais camadas sociais, e assim:

[...] Aqui subjaz a premissa de que a complexidade de realidade exige profissionais de Serviço Social que não pretendem apenas responder de modo tradicional e imediatista às demandas que são dirigidas, mas que entendam que respostas profissionais pressupõem [...] formar profissionais capazes de atuar na

realidade, por meio da identificação e da apropriação crítica de suas demandas e das demandas a eles dirigidas. (FORTI & GUERRA, 2011, p. 3).

Nesse caso, esses profissionais terão o auxílio da teoria para fundamentar a prática, com isso criam-se estratégias de intervenção buscando a essência das mazelas sociais. E através dessa direção, junto à Educação Popular, criam-se novas possibilidades de enfrentamento das expressões da questão social considerando, até mesmo, todas as formas de conhecimento e alternativas sugeridas pelas próprias camadas populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição trazida da Educação Popular para o Serviço social seria do ponto de vista da formação, uma maneira de capacitar profissionais para intervir na realidade social de maneira eficiente, e nessa atuação profissional conseguir fazer a interlocução de seu saber teórico com o conhecimento popular, já que não existe hierarquização porque todos são detentores de conhecimento e podem contribuir com as suas ideias, sendo isto para incentivar o protagonismo das camadas populares.

A Educação Popular enquanto prática social é comprometida e participativa, pois busca uma percepção ideológica, emancipatória e crítica, construída sem imposição ao ser elaborada coletivamente, visando uma participação ativa das camadas populares no processo de construção do conhecimento e transformação social, portanto, a teoria e a prática acadêmica têm um papel crucial unidos com o saber popular, pois são a partir da relação dialógica, partes de um mesmo todo.

Assim, a busca pela essência da questão social através da Educação Popular, fez com que encontrássemos novas formas de pensar e estudar campos de atuação, considerando outras formas de conhecimento, e com isso fundamentar a concepção de Educação Popular enquanto prática política e social, construída e fortalecida pelo diálogo, este enquanto uma reflexão que procura conscientizar através da exposição de ideias. Essa forma de interação se traduz

como a essência da liberdade, da ação e da reflexão da realidade e, é na perspectiva freiriana uma interação não hierárquica e não impositiva que considera as verdades individuais de forma que cada uma tenha sua significância, de modo que na junção de todas elas, possam-se desenvolver decisões para a transformação do meio. Diante disso, é estabelecida a possibilidade da coletividade criar e recriar, e conseqüentemente transformando, ao mesmo passo que desenvolve uma consciência crítica sobre a realidade social.

REFERÊNCIAS:

COSTA, Beatriz. **Para analisar uma prática de educação popular**. Cadernos de Educação Popular 1. Petrópolis: Vozes/Nova. 5ª ed. 1987.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. (Org.) **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 2º Ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. (Coletânea Nova de Serviço Social).

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 13.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IAMAMOTO, Maria Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórica- metodológica**. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Serviço Social e Educação popular: diálogos possíveis a partir da perspectiva crítica**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 109, p.151-178, jan./mar. 2012.

EXTENSÃO POPULAR NO RECÔNCAVO DA BAHIA: TECELENDO E O QUARTO DE DESPEJO - CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO DE EDUCADORES

Andreia Barbosa dos Santos; Ariana Rosa dos Santos Silva; Elisabete Ferreira Delfino; Íria Vannuci Barbosa da Silva; Liziane de Almeida dos Santos; Maria Passos Rosa; Vanessa Brandão de Oliveira

RESUMO

Este relato de experiência apresenta o trabalho realizado por educadoras, no ano de 2015, a partir da obra *O quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus no Programa de Extensão Tecelendo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O trabalho com a obra foi uma das ações do coletivo de educadoras com Jovens do Grupo de Estudos preparatório para o ENEM (GEPE). Buscamos contribuir com os processos de aprimoramento da leitura e escrita, bem como a ampliação da consciência histórica da constituição da população negra e marginalizada em nosso país. Os referenciais teóricos deste relato de experiência são os estudos de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão. O Programa de Extensão Tecelendo/UFRB está alicerçado na perspectiva da Educação Popular. A extensão é entendida como trabalho social voltado aos interesses das comunidades, na valorização dos diversos saberes e no aprendizado conjunto nos processos de ensino e aprendizagem. Apresentamos atividades, discussões e reflexões desenvolvidas no âmbito de um movimento coletivo de intensos questionamentos e desafios travados na extensão universitária. Entre as considerações registramos a importância do fortalecimento da Extensão Popular no Brasil, a necessidade de aprofundamento nas reflexões acerca da nossa prática docente, a busca por processos educativos alicerçados no Movimento, no Diálogo, no Cuidado com o Outro e na Alegria.

Palavras-chaves: Extensão Universitária; Formação de Educadores, Diálogo, Alteridade.

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência objetiva refletir sobre o trabalho de educadoras com o Grupo de Estudos Preparatório para o ENEM - GEPE no ano de 2015, dentro do Programa de Extensão Tecelendo. Trataremos dos desafios encontrados em nossas práticas e atuações dentro de um espaço de extensão e no que se refere a reflexão, dialogamos com Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão.

Destacamos ainda nossas expectativas presentes e futuras a respeito das nossas ações no Tecelendo, acreditando na relevância da Extensão Popular enquanto um caminho para a formação de educadores uma vez que possibilita tempos, espaços e experiências dentro de uma perspectiva de trabalho social útil aos sujeitos envolvidos e a produção de novos conhecimentos.

É dentro deste entendimento de Extensão Universitária que no ano de 2008, surge o Tecelendo, na época Projeto de Extensão e atualmente Programa de Extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. O Tecelendo acontece na cidade de Amargosa - Bahia. Tem como objetivo central, contribuir com os processos de alfabetização, letramento e formação de professores da educação de jovens adultos e idosos. Está alicerçado na Educação Popular e assume o trabalho como princípio educativo.

A prática de extensão do Tecelendo está referenciada na Educação Popular, nesse sentido, se propõe compreender a realidade em que os sujeitos estão inseridos e, dela partir, de modo a estreitar diálogos e concretizar um caminhar junto com as pessoas. Assume como um dos principais desafios o movimento de pensar com os sujeitos seus processos de exclusão e a partir disso construir um movimento de educação condizente com sua realidade. “Olhar para a história de construção da metodologia do “Tecelendo” tanto na alfabetização quanto na educação de educadores é perceber a importância da Extensão Popular nos processos de aprendizagem da alteridade e do diálogo”. (SANTOS, 2015)

O CAMINHO QUE SE FAZ CAMINHANDO: GEPE – TECELENDO

O Tecelendo ao longo de sua história vem se organizando como um espaço de formação de professores fundamentando seu trabalho no diálogo, na autonomia, no respeito, no amor, na amizade, na solidariedade, no empoderamento, na responsabilidade, na alegria, na humanidade e no cuidado.

Para tanto, caminha na direção da valorização dos sujeitos através do desenvolvimento das dimensões histórica, profissional, social, econômica, familiar, espiritual, política, emocional, corporal, cultural e artística. Dessa forma, sua proposta é mover-se na direção da emancipação dos sujeitos tomando como base sua primeira condição de dignidade “o trabalho” e a partir dele agregar os demais elementos da cidadania plena: saúde, educação, segurança, lazer etc.

O GEPE – Grupo de Estudos Preparatório para o ENEM é um dos projetos desenvolvidos pelo Programa, constituído por jovens e adultos que pretendem ingressar na universidade. Suas atividades tiveram início no ano de 2010 através da reivindicação apresentada pelo filho de uma estudante da turma de alfabetização Três Lagoas do Tecelendo.

O primeiro grupo se autodenominou “Rumo ao Futuro”, os encontros aconteciam duas vezes por semana e desde o início ficou acordado com os estudantes que não trabalharíamos no formato de cursinho. Porém, em 2012 foi que conseguimos dar um passo mais efetivo no que diz respeito ao amadurecimento da metodologia de trabalho do GEPE. Em 2013 nós rompemos definitivamente com o modelo de cursinho, trabalhando com Momentos de Aprendizagens – movimentos de discussões, estudos, realização de atividades artísticas, trabalho com literatura, visitas a campo, entres outras, e em 2015 demos início a consolidação dessa metodologia diferenciada.

No ano de 2015 após reflexões acerca do trabalho realizado no GEPE ao longo dos anos, o coletivo de educadoras foi desafiado ao trabalho integrado a partir da obra literária “O quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus.

O QUARTO DE DESPEJO E OS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO NO GEPE

No momento em que iniciamos as atividades de planejamento para o ano de 2015, fomos apresentadas à escritora Carolina Maria de Jesus e seu livro “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”. Durante a leitura do livro de Carolina, nos deparamos com a favela enquanto “quarto de despejo” da grande cidade de São Paulo: “Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres e cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”. (2012, p.38)

Essa fala de Carolina nos trouxe uma grande inquietação, se a favela é o “quarto de despejo” em meados dos anos 1950, como poderíamos chamar os presídios nos dias atuais? Esse questionamento nos levou a pensar no filme Carandiru como forma de trabalhar “o ser humano como objeto descartável” dentro da sociedade capitalista em que vivemos, juntamente com o livro Quarto de despejo.

Naquele momento, enquanto educadoras em formação, assumimos a responsabilidade de produzir “o pensar certo”, como destaca Freire. Isso demanda “uma postura exigente, difícil, às vezes penosa, que temos de assumir diante dos outros e com os outros, em face do mundo e dos fatos, ante nós mesmos” (FREIRE 1996, p. 14 - 21).

Freire destaca que o papel do educador consiste não apenas em ensinar os conteúdos programáticos, mas também em ensinar a pensar certo. O que é pensar certo? É ler criticamente e não memorizar, destaca o autor. O memorizador apenas armazena as informações na memória e, portanto, não estabelece relação entre o que leu e o que acontece a sua volta, seja no seu bairro, cidade, país ou mundo em que vive. Por outro lado, ler criticamente significa envolver-se com o mundo da leitura a ponto de “enxergar-se” sujeito de sua realidade com o poder de reivindicar, de sugerir, de criticar, de decidir e assim por diante.

Isso implica fazer parte, tomar parte, ativamente dos processos construtivos de educação. A partir deste movimento intensificamos nossos estudos e reflexões no sentido de aprofundar nossa compreensão acerca da 1) Sociedade Capitalista, do Sistema Prisional, da 2) Redução da Maioridade Penal, das 3) Desigualdades Sociais e, para além disso, da 4) Educação Popular e os

saberes importantes à nossa prática educativa crítica e reflexiva, os elementos constituintes de uma prática pedagógica que transcende a mecanização das relações educativas e da relação professora/aluno(a).

Após seis meses de trabalho com esse grupo, conseguimos deslocar sujeitos que inicialmente se colocavam a favor da pena de morte, ou a favor da redução da maioria penal para um lugar de questionamentos acerca da realidade e da construção histórica da mesma.

Os educandos reproduzem um discurso dominante e nos assustamos do quanto eles não tinham consciência disso. Segundo Paulo Freire “O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação”. (2005, p.34-35).

O grande desafio é fazer as pessoas perceberem que estão reproduzindo um discurso e que fazem parte do grupo historicamente marginalizado. Nesse sentido, Freire continua dizendo que “na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com opressor, é impossível fazê-lo”. Dessa forma, Freire diz que “a pedagogia do oprimido é considerada um instrumento para esta descoberta crítica a dos oprimidos por si mesmo e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização”. (2005, p.34-35)

Ao final do trabalho, os sujeitos se manifestaram de um lugar distinto ao que inicialmente se encontravam. Quando questionados acerca da importância do trabalho com a obra disseram de estarem “*Aprendendo a ouvir mais as outras pessoas*” e de terem tido “*Acesso a informações que muitas vezes não encontramos em outros espaços*”. Além disso, afirmaram que o trabalho “*Mudou a maneira de pensar e ver a sociedade; venci o medo de falar em público*”. Destacaram ainda, a “*Necessidade de estudar*” e o “*trabalho em grupo e objetivo de avançar em comum*” bem como “*a criatividade dos educadores*” como elementos importantes.

A Educação Popular de acordo com Paulo Freire (1996) e Carlos Brandão (1983), é uma concepção que não se resume a uma metodologia de educação

para classes populares ou a utilização de técnicas participativas. Para além disso, é um movimento de educação que tem como princípios a emancipação humana, o empoderamento, a autonomia, a transformação e a apropriação dos sujeitos da realidade em que vivem e as dimensões da vida social, política, pessoal, comunitária, ambiental, cultural, ética, entre outros. Para Freire (1996), esta concepção está atrelada as transformações no âmbito da realidade opressora, do reconhecimento, da valorização e da emancipação dos sujeitos numa perspectiva tanto coletiva quanto individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui atividades, discussões e reflexões desenvolvidas no âmbito de um coletivo de intensos questionamentos e desafios travados na extensão universitária. Entre os aprendizados podemos destacar o aprofundamento da reflexão acerca da nossa prática docente, a busca por processos educativos alicerçados no Movimento, no Diálogo, no Cuidado com o Outro e na Alegria. Consideramos que a experiência vivenciada por educandos e educadoras com o GEPE no ano de 2015 foi para além da formação acadêmica, se constituiu em um movimento de vida.

O trabalho com a obra de Carolina Maria de Jesus no GEPE nos desafiou ao aprender a trabalhar em grupo, o ouvir o outro e de conviver com as diferenças. Além disso, os problemas enfrentados em nosso dia-a-dia foram discutidos coletivamente na busca por novas formas de superação dos limites. Neste sentido, enquanto educadoras também nos deparamos com desafios por conta dos conflitos individuais e coletivos do grupo e fomos tensionadas a refletir acerca da prática educativa em que os sujeitos são ativos na construção do aprendizado.

Percebemos que o trabalho com a comunidade precisa trazer a reconstrução de uma memória histórica. Infelizmente há um apagamento da história e das formas de organização de uma sociedade capitalista. Os jovens são seduzidos por um discurso conservador que possui no pensamento eurocêntrico sua raiz.

Porém é esse mesmo pensamento que constitui a base da sociedade liberal e escravocrata que vem ao longo de séculos explorando nações em prejuízo da humanização. O ser humano se torna coisa e nos processos de coisificação se encontram até o presente. A juventude é arrastada por essa onda. Somos embalados pelo consumismo, pela baixa escolarização, pela precariedade da vida diária, ao quarto de despejo estamos todos, da classe trabalhadora, convidados...

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular?** Disponível em <http://sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/o_que_ed_popular.pdf>. Acesso em 01/03/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília, DF, 2001.

FREIRE, Paulo e HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____, **Pedagogia do oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____, **Extensão ou comunicação?** 12. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1977.

JESUS, Maria Carolina de. **Quarto de Despejo**. Diário de uma favelada. 9.ed. São Paulo: Ática, 2007.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004a. Livro eletrônico. Disponível em:

<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_l_2004_extensao_universitaria_autogestao_e_educacao_pop.pdf>.

_____. **Educação popular:** enunciados teóricos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004b. v. 1.

_____. **Extensão Universitária:** Diálogos Populares. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

_____. **Extensão Universitária:** Uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

_____. **Educação Popular e “Experiência”.** *Revista Contexto & Educação*, v. 26, n. 85, p. 31-51, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/440>>

SANTOS, Andreia Barbosa dos. **Contribuições da Extensão Popular à Educação de Educadores no Programa de Extensão “Tecelendo” da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.** Disponível em <<http://redepopsaude.com.br/biblioteca/anais-4a-mostra-nacional-de-experiencias-e-reflexoes-em-extensao-popular/>>. Acesso em 25/08/2016.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DO PROGRAMA NOVOS TALENTOS: TECLANDO SABERES, CONECTANDO GERAÇÕES

Crisna Daniela Krause Bierhalz; Loossllen Goulart dos Santos; Gabriela Mello Kieslarck; Izalina de Vargas Oliva

RESUMO

O Projeto de Extensão “Teclando saberes, conectando gerações” visa disseminar a manipulação dos computadores, câmera digital e dispositivos móveis como tablets e celulares. Os aprendizados são construídos através de oficinas que abordaram conceitos básicos sobre informática, editor de textos e utilização da internet, promovendo também o lado social da tecnologia, qual seja comunicar e aproximar as pessoas. São ofertados pelo Programa de Iniciação a Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID em parceria com o Programa Novos Talentos, no laboratório de informática da Universidade Federal do Pampa - *Campus Dom Pedrito*. Caracteriza-se como público alvo, um grupo de 23 idosas do Centro de Referência em Assistência Social, com dupla finalidade: aproximar os bolsistas de espaços educativos não formais e familiarizar os idosos com as tecnologias de comunicação e informação, desmistificando sua utilização. Conclui-se que as oficinas serviram como espaço de democratização do acesso às tecnologias da informação e comunicação, aproximaram a comunidade e a universidade, possibilitando aos licenciandos a construção de novos saberes sobre educação em espaços não formais e alfabetização científica.

Palavras-Chaves: Inclusão Digital, Terceira Idade, PIBID

INTRODUÇÃO

O Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, *Campus Dom Pedrito*, aprovou em 2014 o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa Novos Talentos, cujos

objetivos perpassam pela inserção dos licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de vivenciar e participar de experiências metodológicas, tecnológicas de caráter inovador e interdisciplinar, superando problemas no processo de ensino-aprendizagem. Sabe-se que a prioridade destes programas é a aproximação dos bolsistas de vivências pedagógicas formais, mas não podemos omitir a importância da extensão universitária, que possibilita a vivência e troca de aprendizagens em espaços não formais, como é o caso desta proposta.

É importante salientar que esta ação respeita o previsto no Estatuto do Idoso, que em seu artigo terceiro, prevê a viabilização de formas alternativas de participação e convívio do idoso com as demais gerações, tendo seus direitos assegurados. No artigo 21, está prevista a garantia de cursos para idosos, com a inclusão de conteúdos relacionados às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

Apesar da difusão tecnológica, muitos idosos não conseguem acompanhar tamanha evolução e sentem-se desconfortáveis para explorar este recursos. É comum ouvirmos que não utilizam o computador ou tablet por receio de estragar, e também preferem aparelhos celulares mais simples, pois ficam confusos com tantas possibilidades.

Diante desse panorama, o projeto de extensão Novos Talentos, intitulado alfabetização científica no Pampa Gaúcho, visa disseminar a informática entre os idosos do CRAS. Ele tem caráter social que promove, além da inclusão destes no meio digital, um estímulo a expandir seus horizontes, aprender algo novo em relação aos conceitos de Ciências. O projeto é desenvolvido por oficinas de informática ministrados por bolsistas e monitores.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os principais objetivos desse projeto são: a) realizar a interação dos idosos com as tecnologias da informação e da comunicação através do oferecimento de oficinas, explorando os princípios básicos da informática, desmistificando o computador, câmera digital e tablet; b) explorar as possibilidades da internet,

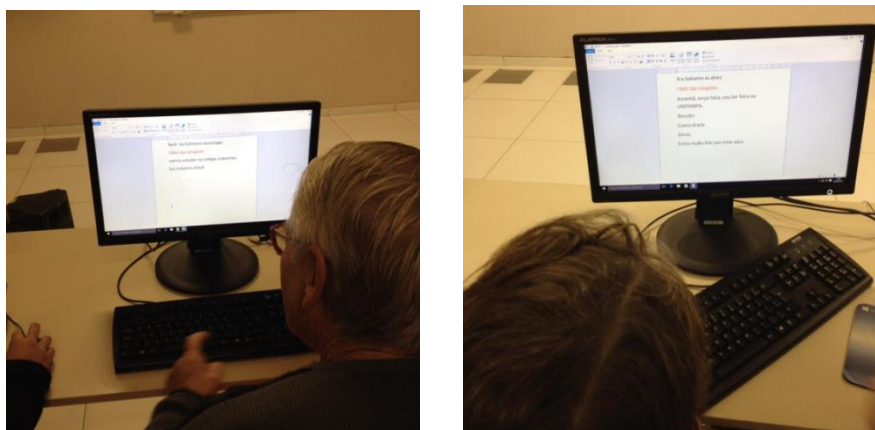
utilização de correio eletrônico e uso de redes sociais (Facebook). c) construir por meio da fotografia um elo entre a ferramenta tecnológica, o sujeito e a arte, com intuito de registrar de maneira significativa as vivências. d) desenvolver habilidades motoras, como familiarização com o mouse ou “toques” nas telas dos tablets, até atividades de memorização, como lembrar passo a passo os procedimentos para manipulação dos softwares. d) transpor conhecimentos do senso comum para o científico.

As ações do projeto foram realizadas no ano de 2016 por alunos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID , e monitores do Programa Novos Talentos, vinculados ao Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, da UNIPAMPA em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou de Assistência Social do município de Dom Pedrito - RS. O grupo é composto por 23 senhoras, com faixa etária de quarenta e cinco a oitenta anos todas são aposentadas.

No primeiro encontro estabeleceu-se um vínculo entre as senhoras participantes do grupo e a equipe diretiva da instituição. Realizou-se uma articulação de saberes relacionados a Ciências vivenciados no cotidiano. Também foram propostas atividades de coordenação motora

No segundo encontro, nas dependências da universidade, laboratório de informática, exercitaram tarefas como: ligar e desligar os computadores, utilizar as ferramentas do Word, acessar páginas de busca na internet, navegaram no youtube com a tarefa de buscar uma propaganda que demonstra a inserção do idoso no meio tecnológico.

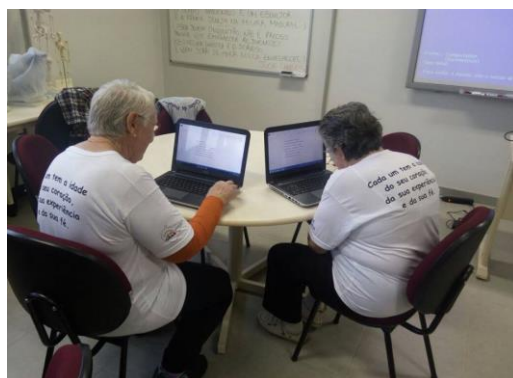
Figura 2: Oficina de Informática - editor de textos



Fonte: Novos Talentos/PIBID

No terceiro encontro, utilização do Word, trouxeram um poema para treinar a digitação. Cada uma criou um email pessoal para no próximo encontro acessarem uma rede social (facebook). Em relação a utilização das redes sociais, apresentaram interesse em conversar com os netos, se conectar com parentes que moram em outras cidades, demonstrando grande motivação pelos novos desafios.

Figura 1: Utilização de notebooks



Fonte: Novos Talentos/PIBID

No quarto encontro acessaram as redes sociais, escolheram o facebook como ferramenta, criaram a conta e o perfil. As imagens foram escolhidas por elas mesmas, a partir da utilização das câmeras digitais.

RESULTADOS

O processo de aprendizagem em qualquer idade estimula o desenvolvimento de outras áreas do cérebro, o que por sua vez retarda ou até

mesmo inibe doenças degenerativas. Constatou-se que a participação nas atividades, por si só, trouxe aos idosos uma oportunidade de interação com a sociedade, incrementando seu convívio social através da troca de experiências vividas, aumentando seu grupo de amigos e sua autoestima. Neste sentido é interessante ressaltar que na oficina de digitação de textos, duas senhoras solicitaram ajuda para produzir um cartaz, divulgando os produtos que comercializam na feira do produtor.

Ressalata-se que das 23 senhoras frequentando as oficinas, apenas uma das participantes possuía um curso básico de computação, as demais nunca tiveram contato com as ferramentas tecnológicas e manifestaram que possuem computadores e notebooks em casa mas não utilizam por receio de estragar.

Com relação aos bolsistas, nota-se uma evolução no que diz respeito à interação com grupos de diferentes níveis de aprendizagem, bem como o desenvolvimento de metodologias que respeitem o ritmo e os interesses destes grupos. Ressalta-se que estas oficinas tornam-se um momento rico para vivência do aspecto flexibilidade do planejamento, pois se tornou relevante aos bolsistas prestarem atenção na motivação do grupo, na adaptação aos interesses e principalmente nas necessidades que vão surgindo no decorrer do trabalho.

Ressalta-se como significativo a oficina que explorou a câmera fotográfica, pois a fotografia possibilita resgatar e socializar experiências já vividas, bem como desenvolve a oralidade, pois se pronunciaram a respeito de suas histórias de vida, da construção identitária e acabam reconhecendo características comuns em suas trajetórias e estabelecem vínculos. Torna-se interessante mencionar que a câmera fotográfica caracterizou-se como uma ferramenta que elas conheciam, mas ao explorar as funções: zoom, lixeira, entre outras ficaram surpresas com as possibilidades.

Diante disso, a UNIPAMPA, através do projeto de extensão Novos Talentos, vem cumprindo o seu papel de educar e compartilhar com a comunidade os conhecimentos acadêmicos, além de disponibilizar recursos pessoais e de infraestrutura. Os bolsistas, também se beneficiam da interação com os idosos, pois suas experiências nos ensinam a direcionar e a remanejar, sempre que necessário, a promoção de atividades pertinentes a este público. Assim a

interação entre a comunidade e a Universidade, faz com que a mesma cumpra o seu papel no que tange a extensão universitária, democratizando o conhecimento acadêmico e permitindo a participação da sociedade na vida universitária. Concluindo, tudo isto conduz a uma visão positiva de um processo de envelhecimento saudável, uma expectativa de vida ativa e resgate da autoestima do idoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do projeto de extensão, embora tenha como prioridade um grupo específico, indica que as TICs colaboram no processo de extensão dos saberes da academia para a sociedade. Desse modo, é possível afirmar que as TICs tendem a se tornar ferramentas indispensáveis no processo de ampliação da comunicação entre públicos distintos, como acontece na extensão universitária, na qual ocorre a aproximação e diálogo reflexivo entre a universidade e a comunidade externa, promovendo a cidadania.

Os resultados mostram que as oficinas oferecidos na UNIPAMPA proporcionaram aos idosos a oportunidade de convivência em grupo, de inclusão digital e a possibilidade destes construir conhecimentos de informática.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à CAPES - Programa Novos Talentos pelo auxílio financeiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 1074/2003. Estatuto do Idoso: DF: Outubro de 2003.

CARRILHO, D. Q. N.; ALVARES, N. O. Terceira idade e tecnologia digital: Inclusão Digital x Inclusão Social. 2012. Disponível em . Acesso em ago. 2015.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EXTENSÃO POPULAR NA EDUCAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS NAS PRISÕES: REFLEXÕES À LUZ DE UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA EMANCIPATÓRIA

Jucilene Nascimento Dias¹; Maria Lígia Isídio Alves²; Severino Bezerra da Silva³

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba/ Membro do Observatório da Educação Popular – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão – PPGE/UFPB/ Tutora do Curso de Aperfeiçoamento Educação de Jovens e Adultos no Contexto prisional, jucilenedias@hotmail.com;² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba/ Membro do Observatório da Educação Popular – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão – PPGE/UFPB/ Tutora do Curso de Aperfeiçoamento Educação de Jovens e Adultos no Contexto prisional, ligia.isidio@gmail.com;³ Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba/Departamento de Metodologia da Educação/Centro de Educação/ Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação / Coordenador do Observatório da Educação Popular – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão – PPGE/UFPB/ Orientador do Curso de Aperfeiçoamento Educação de Jovens e Adultos no Contexto prisional, severinobsilva@uol.com.br;

RESUMO

Esse texto apresenta experiências vivenciadas no âmbito do projeto de extensão “Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade” da Universidade Federal da Paraíba, trata-se de um curso de aperfeiçoamento que oferta formação para professores e agentes penitenciários que atuam na Educação de Jovens e Adultos nas unidades prisionais do Estado da Paraíba. Visa proporcionar subsídios teóricos e metodológicos que favoreçam aparatos para o desenvolvimento de práticas educativas humanísticas que valorizem os educandos suas histórias, suas perspectivas e seus saberes. A relevância social e acadêmica deste projeto de extensão consiste na possibilidade de fornecer educação para educadores numa perspectiva de aprendizagem que acontece ao longo da vida, capaz de propiciar a jovens e adultos em restrição e privação de liberdade uma educação que preze pela reconstrução da cidadania e emancipação dos sujeitos. Metodologicamente pauta-se em princípios freireanos de educação, que preza pela dialogicidade no ato de educar e reconhece o interconhecimento como caminho indispensável no processo de ensinar e aprender. A pertinência deste

projeto de extensão consiste em sua relevância enquanto mecanismo de diálogos teorizados e comunicação de saberes que reflexivamente favoreceu a construção de práticas pedagógicas alicerçadas na escuta, na problematização, na ação-reflexão-ação e na emancipação dos sujeitos jovens e adultos privados da liberdade, pois contribuiu para a reflexão dos educadores acerca do caráter ético-político-ideológico das ações educativas, bem como a (re) orientação das práticas pedagógicas a partir de um material teórico especializado que retrata a realidade do fazer educativo no contexto da Educação Jovens e Adultos em prisões.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos no Contexto Prisional. Diálogo. Educação de Educadores.

AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS EM UM PROJETO DE EXTENSÃO ALICERÇADO PELOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR

As experiências emergidas no curso de aperfeiçoamento “Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade” da Universidade Federal da Paraíba fará parte das reflexões deste texto. De maneira específica apresentaremos alguns fragmentos oriundos de nossa vivência enquanto tutoras presenciais deste projeto de extensão.

O projeto esteve em vigor durante o ano de 2015, e as experiências metodológicas que orientaram esta proposta foram ancoradas pela ação-reflexão-ação, como caminho alternativo para o conhecimento dos educadores, suas perspectivas, conhecimento acerca do processo educativo na prisão, orientação e (re) orientação de práticas educativas que não estivessem fadadas ao determinismo e ao preconceito, ao contrário, pudessem articular espaços educativos que favorecessem o diálogo das diversidades de sujeitos e culturas e o conhecimento de si e da conjuntura social, bem com, a construção de um projeto de vida junto com o aprisionado.

Fizeram parte do curso de aperfeiçoamento (projeto de extensão), cerca de 80 “educadores”²⁰ (agentes penitenciários e professores) da rede estadual de

²⁰ Adotamos a terminologia “educadores” para identificar (professores e agentes penitenciários), haja vista que a educação nas prisões deve contar com a participação de

ensino do Estado da Paraíba que trabalha com a Educação de Jovens e Adultos prioritariamente situados nas unidades prisionais. O curso foi dividido em cinco módulos, a saber: Ambientação EAD/Introdução à pesquisa; Fundamentos Teóricos da Privação de Liberdade; Histórias da Educação de Jovens e Adultos; A Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade; A prática educativa nas prisões, na interface com a Educação de Jovens e Adultos e Seminário de Pesquisa. Os quais foram baseados na necessidade de dialogicamente teorizar conhecimentos/saberes que reflexivamente favorecesse práticas pedagógicas alicerçadas na escuta, na problematização, e na emancipação dos sujeitos jovens e adultos nos espaços de privação da liberdade.

Nesse sentido, ao considerarmos o comprometimento do grupo com uma proposta educativa que vai de encontro ao “outro” através da problematização da realidade, da escuta, que percebe os sujeitos envolvidos (educadores diretamente e educandos aprisionados indiretamente) como sujeito de direito, considera-se esta atividade alicerçada na Educação Popular, como uma prática da Extensão Popular, por conceber a ação dialógica com possibilidades de construir um processo educativo emancipatório o qual se contrapõe a lógica determinista que impede os sujeitos de enxergarem a sua conjuntura social, o local que ocupa na sociedade e projetar-se, ir além.

É uma atividade extensionista numa perspectiva popular, que apreende-se na concepção de extensão como um *trabalho social útil* (MELO NETO, 2012), caminhando do lado oposto da instrumentalização, assistencialismo, ou prestação de serviço da universidade para a comunidade, ao contrário, dialogicamente constrói os conhecimentos com os sujeitos envolvidos a partir da realidade e necessidades que os orientam.

O DIÁLOGO DE SABERES COMO BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA NA EDUCAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE

todos os envolvidos no contexto para se efetivar. Sobre isso Mayer (2011, p.54) nos diz, “se todos não são professores, todos podem ser educadores: agentes penitenciários, pessoal administrativo [...]”.

Ao refletirmos sobre o processo metodológico utilizado nessa atividade de extensão e o processo de elaboração e (re) orientação, das práticas educativas dos cursistas e da equipe pedagógica que participaram do curso, reconhecemos que o modelo de educação de educadores predominante (bancário) deixa de lado saberes importantes para a prática docente, os quais são construídos no dia a dia da atividade educativa e no contexto de sua ação.

Nesse sentido, ancoramo-nos na filosofia e perspectiva freireana de educação, que valoriza os saberes culturalmente construídos, e combate a negação dos saberes populares e a sobreposição de alguns conhecimentos (científicos) como sendo o único saber importante. Reconhece que o diálogo de saberes é imprescindível para a dinâmica educativa enquanto elementos que qualifica o processo de ensino e aprendizagem desenvolvidos nos espaços educacionais formais e não formais

A base teórica-metodológica do projeto de extensão se fundamentou no processo dialógico entre ensinar e aprender, que valoriza os conhecimentos construídos ao longo das experiências dos sujeitos, que favorece a programação, redimensionamento e/ou ressignificação dos fazeres docentes, de modo que a aquisição do conhecimento contínuo extrapole os encontros de formação atingindo os espaços de atuação dos educadores.

São possibilidades de trocas de saberes e principalmente de entendimento da realidade a partir da ótica do “outro”. Uma atividade que não se trata de uma relação de imposição, mas de abertura para entendê-lo sem, contudo, curvar-se, e sim elaborar um conhecimento de confronto (político) ou de confirmação do aprendido.

É uma ação com os educandos a partir da realidade que os orientam. Nesse cenário a ação do educador não é de estender nem depositar conhecimento, mas dialogicamente aprender e ensinar junto. Não se trata de uma tarefa fácil, haja vista que envolve contradições, autocrítica e reelaboração de formas de ação consciente (educador e do educando), mas extremamente necessária.

Portanto, adotamos o diálogo de saberes como prática favorável para a

emancipação e condução das atividades de extensão. O qual nos deu margem para conduzir e analisar como se deu o processo de construção do conhecimento dos educadores/cursistas e da equipe pedagógica, e os possíveis desdobramentos dos conhecimentos nos espaços de atuação dos mesmos, observadas a partir dos relatos de experiências de alguns educadores durante os módulos do curso de extensão.

Contudo, o projeto vislumbrou criar possibilidades de desenvolvimento de uma prática educativa com vistas à mediação de conhecimentos importantes para o desenvolvimento integral dos educandos apenados, diante dos desafios que se apresentam nos espaços de privação de liberdade, através da comunicação de saberes entre a universidade e os educadores que atuam com esses educandos.

A perspectiva de “Educação/Aprendizagem ao longo da vida”²¹ evidencia diferentes tempos e espaços que a educação pode ocorrer, levam-nos a perceber um elemento plural (múltiplo) que engloba distintos contextos, especificidades educativas e sujeitos, nesse âmbito o espaço prisional e os apenados passam a usufruir desse direito.

Convergindo com a perspectiva da Educação Popular idealizada pelo educador Paulo Freire patrono da Educação Brasileira, as práticas de extensão universitária alicerçada por essa filosofia desempenha um importante trabalho na formação do povo brasileiro, destaca-se a sua relevância e contribuição no modelo de desenvolvimento, reconhecendo que a ação estatal, e seus processos educativos, podem dar-se, confluir e fortalecer-se num fértil campo de diálogo com a realidade, entre os saberes e o conhecimento acumulado do povo em seus contextos situados.

CONSTRUINDO CAMINHOS...

A dimensão teórica e metodológica da Educação Popular foi imprescindível para a o desenvolvimento do projeto, pois nos deu suporte para

²¹ Trata-se de uma problemática amplamente discutida na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) realizada em Hamburgo na Alemanha, em 1997, resultando numa efeito que ampliou a noção de educação/aprendizagem.

pensarmos (e equipe pedagógica) um conjunto de elementos que permitissem a projeção de práticas alternativas nos processos educativos no cárcere, a fim de potencializar a construção de políticas emancipatórias dentro desses contextos.

Nesse sentido, permite-nos perceber essa prática do projeto de Extensão Popular como um caminho para o processo de (re) educação de educadores. Leva-nos a perceber esse trabalho extensionista enquanto ação que propõe espaços e experiências imprescindíveis à ruptura dos determinismos, “situações-limites” que corriqueiramente assolam o contexto prisional, eliminando as possibilidades de reconhecer a prisão como instituição educativa.

A construção de caminhos alternativos no campo normativo da educação em prisões é possível, e permite-nos vislumbrar avanços conceituais e políticos importantes, os quais corroboram com a ampliação da noção sobre “educação/aprendizagem”, entendendo-a como ação processual e contínua, que se dá ao “longo da vida”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DEPEN –Departamento Penitenciário Nacional. **População Carcerária**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C840068B1624D28407509CPTBRNN.htm> Acesso em: 10 de Julho de 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MAEYER, Marc de. **Ter tempo não basta para que alguém se decida a aprender**. In: Em aberto/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, v.24, n, 86, p. 43-55, nov. 2011.

MELO NETO, José Francisco de. **Universidade Popular**. Editora Universitária da UFPB: João Pessoa-PB, 2012.

PROJETO DE EXTENSÃO: “ENVELHECER COM ARTE”

Sartori AC¹, Bento PdaS¹, Carvalho MVdeF¹, Silveira daBBR¹, VitorinoLP¹, Antonioli LMR², Vigeta SMG³.

¹ Discente ; ² Voluntária; ³ Enfermeira Dra. da Escola Paulista de Enfermagem (EPE) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

RESUMO

O projeto “Envelhecer com Arte” vem desenvolvendo atividades, desde o ano de 2013, com os graduandos de enfermagem da Escola Paulista de Enfermagem (EPE) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) com pessoas idosas, funcionalmente independentes, que vivem na comunidade ao redor da UNIFESP. Este projeto de extensão surgiu da necessidade de uma prática assistencial adequada a uma necessidade vigente de cuidar da população brasileira que passa por uma importante transição demográfica e epidemiológica. **Objetivo:** Promover no estudante a compreensão sobre a visibilidade da diversidade na velhice, a intergeracionalidade e o protagonismo da pessoa idosa fortalecendo a formação de uma sociedade inclusiva. **Método:** Para alcançarmos os objetivos propostos seguimos os preceitos da proposta metodológica fundamenta-se na abordagem pedagógica de Paulo Freire e na Educação Popular. **Resultados:** A estratégia metodológica da Arte cria condições de proporcionar espaços de sensibilização e expressão entre estudantes e pessoas idosas que semanalmente se reúnem para um "sarau literário", oportunidade de se aproximar de diversos gêneros literários da língua portuguesa, se comunicando por meio da leitura em voz alta (manutenção da voz nítida no processo do envelhecimento), estimulando a leitura como ação que desperta o imaginário e a criação sendo propostas atividades de analisar a forma do texto e levantando as suas características. **Conclusões:** A participação no projeto possibilita ao estudante atuar em comunidades e o aprendizado colaborativo. Proporcionando um melhor

relacionamento interpessoal e intergeracional, na vivência profissional e pessoal e um maior conhecimento histórico sobre a literatura da língua portuguesa.

Contextualização:

O projeto de extensão “Envelhecer com Arte” iniciou no ano de 2013 e vem sendo desenvolvido por graduandos de enfermagem da Escola Paulista de Enfermagem (EPE) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mas, destina-se a acolher estudantes da graduação e pós-graduação da UNIFESP de diferentes áreas do saber que tenham interesse em conhecer o processo de envelhecer humano por meio da Arte. E tornar esse conhecimento acessível à sociedade.

Esse projeto segue os preceitos da extensão universitária que é a atividade acadêmica que articula o ensino e a pesquisa viabilizando a relação entre universidade e sociedade.

Apresenta a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, por meio de que o conhecimento gerado na pesquisa tem necessariamente intenções de transformar a realidade social no local onde as ações ocorrem procurando intervir sob a forma educativa e gerando novos conhecimentos.

Reconhece a interdisciplinaridade, sobretudo por meio do diálogo entre as Ciências da Saúde e as Ciências Humanas e Sociais para o desenvolvimento de metodologias que respondam as ações de extensão, como as abordagens participativas que atuam junto com e a serviço da comunidade. Se importando em conhecer para formar pessoas motivadas a transformar os cenários sociais de suas próprias vidas, e não apenas para resolverem alguns problemas locais e isolados, ainda que o propósito mais imediato da ação social seja local e específico.

Esse projeto de extensão se propõe a impactar no estudante, principalmente na graduação em enfermagem, uma unidade curricular, a Enfermagem Gerontológica, que não dispõe de carga horária suficiente para desenvolver uma prática assistencial adequada a uma necessidade vigente

de assistir a população idosa brasileira que passa por uma importante transição demográfica e epidemiológica.

Pretende, portanto, promover no estudante a compreensão sobre a visibilidade da diversidade na velhice. E a importância da intergeracionalidade e do protagonismo da pessoa idosa na formação de uma sociedade inclusiva.

Como consequência desse projeto de extensão se quer gerar pesquisas interinstitucionais na área do Envelhecimento.

Relação com a sociedade:

O Projeto “Envelhecer com Arte” se desenvolve no momento no Centro de Assistência e Educação em Enfermagem (CAEnf) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), semanalmente, num período de três horas, no qual se propõe o contato do jovem universitário com um grupo social vulnerável, os idosos.

Oportuniza aos estudantes a vivência na realidade de um sério problema social brasileiro, a questão da longevidade. Possibilita a sua formação fora de sala de aula em relevantes aspectos necessários para sua atuação no mundo do trabalho.

A participação no projeto possibilita ao estudante atuar em comunidades, a imersão social e o aprendizado colaborativo. O protagonismo exercido em realidades com carência de recursos favorece o desenvolvimento da liderança, flexibilidade, trabalho em equipe, solidariedade e capacidade de lidar com incertezas. Reconhecer entre as funções das políticas de saúde à pessoa idosa como uma forma de contribuir para que mais pessoas alcancem as idades avançadas com o melhor estado de saúde possível.

O cenário é um grupo de ex-alunos da Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI) promovida pela UNIFESP desde 1999 e que em 2015, por meio de parceira com a Prefeitura de São Paulo, foi incorporada pela Universidade Aberta da Pessoa Idosa (UAPI) vinculada à Coordenação de Idosos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e Educação (SME)

contemplando o objetivo da mesma que visa a continuação da inserção do idoso na sociedade moderna, além de implementar as políticas públicas à velhice. Na perspectiva de desenvolver ações dialogadas entre a universidade e a sociedade, atuando junto aos idosos independentes que vivem na comunidade e frequentam agora a UAPI.

Fundamentação teórica:

Preconizamos em nosso projeto o “Envelhecer Ativo” que vai de encontro ao que a Organização Mundial de Saúde (OMS) vem desenvolvendo com o pensar o processo de envelhecimento humano ao longo da vida, numa perspectiva preventiva e promotora da saúde, para manter a independência e autonomia da pessoa.

No Brasil contamos com o DECRETO Nº 8.114, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013, da Presidência da República, que estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, quando foi instituído a Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito e promover a articulação de órgãos e entidades públicas envolvidas em sua implementação, com objetivo de conjugar esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, em colaboração com a sociedade civil, para valorização, promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

O termo “ativo” se refere à continuidade da participação na vida social, cultural, espiritual, cívica e não apenas ser fisicamente “ativo” para participar da força de trabalho. O Envelhecimento Ativo pode ser abordado como uma política de Direitos Humanos voltada para os idosos, e envolve independência, participação, dignidade e acesso a cuidados. Considera a responsabilidade dos idosos de exercerem suas participações no processo político, social, comunitário à medida que há manutenção da autonomia (capacidade de tomar decisões pessoais) e independência (realizar funções relativas à vida diária).¹

Mudando a concepção de que o idoso é um ser passivo e doente, ressaltando a possibilidade de que o envelhecimento saudável está associado à ideia de que o indivíduo preserva seu potencial de desenvolvimento durante todo

o curso da vida, havendo um equilíbrio entre suas limitações e potencialidades, as quais podem ser otimizadas por meio de intervenções.

A aquisição de novas aprendizagens auxilia no bom funcionamento físico, psicológico e social na velhice, e tem sido destacada por diversos estudos. Seguimos os pressupostos que conferem relevância a adoção de um enfoque de desenvolvimento ao longo de toda a vida (*lifespan*) desenvolvido na Psicologia do Desenvolvimento por Paul B. Baltes.²

A perspectiva *lifespan* é uma abordagem de orientação dialética que tem colaborado expressivamente para as mudanças de paradigma acerca da velhice. Baltes chama a inteligência fluida ou *hardware* do funcionamento intelectual, aquela que declina com a idade, porque depende de mecanismos neurológicos responsáveis pelo processamento da informação. Mas, entende a inteligência cristalizada ou *software* do funcionamento intelectual que não declina e pode apresentar progressos, desde que existam oportunidades culturais e que as capacidades fluídas não sofram declínio patológico acentuado.²

Reconhecendo que “só existe conhecimento em sociedade”, encontramos no sociólogo Boaventura de Sousa Santos³ um norteador para os desafios contemporâneos em desvelar a nova geração de idosos que vem colocando famílias, políticas públicas e sociedade em geral, diante de questões sobre as quais não estamos preparados para atender e atuar.

Objetivos

Geral:

- Incentivar o senso de responsabilidade social nos participantes do projeto para que se percebam cidadãos e membros da sociedade brasileira.

Específicos:

- Elaborar com parceiros institucionais e comunidade projetos de educação popular, visando desenvolver ações, atitudes e práticas coletivas que promovam os direitos humanos à pessoa idosa;

- Incentivar a formação gerontológica com visão multidisciplinar no estudante da UNIFESP por meio da vivência extensionista;
- Contribuir com a formação acadêmica do estudante da UNIFESP, buscando integrar a teoria à prática;
- Promover vivências artísticas entre estudantes e idosos nos cenários da prática;
- Participar e promover eventos científicos-culturais na área de Gerontologia.

Método

Para alcançarmos os objetivos propostos seguiremos a proposta metodológica do **Programa Com-Unidade: Saúde, Assistência Social, Educação e Direitos Humanos**.

Fundamenta-se na abordagem pedagógica de Paulo Freire onde “o nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele (...)”⁴, e sim adotar uma postura de respeito mútuo e de troca entre conhecimentos intelectuais e populares. Coincide com a concepção da pesquisa participante em que se aspira a participar de processos mais amplos e contínuos da construção de um saber mais partilhado, mais abrangente e mais sensível às origens do conhecimento popular.⁵

Utilizamos como estratégia metodológica a Arte uma aliada no processo de envelhecimento saudável, pois cria condições de proporcionar espaços de sensibilização e expressão para que estudantes e idosos se comuniquem por meio de linguagens artísticas. Por meio da arte somos levados a conhecer aquilo que não temos oportunidade de experienciar em nossa vida cotidiana. Assim, a criatividade, a imaginação e a emoção estética podem ser desenvolvidas por intermédio de experiências artísticas, sejam elas a dança, música, teatro, cinema, poesia, pintura, escultura, etc.

O público alvo são aproximadamente 10 pessoas idosas, funcionalmente independentes, que vivem na comunidade ao redor da UNIFESP e 10 graduandos de Enfermagem que semanalmente se reúnem para um "sarau literário".

Momento em que idosos e jovens tem a oportunidade de se aproximar de diversos gêneros literários da língua portuguesa, se comunicando por meio da

leitura em voz alta (manutenção da voz nítida no processo do envelhecimento), estimulando a leitura como ação que desperta o imaginário e a criação sendo propostas atividades de analisar a forma do texto e levantando as suas características. A proposta é experimentar o sabor de se deixar levar pelo texto, comentar, deliciar-se e escolher os que mais agradam a cada um. Essa é também uma possibilidade de se descobrir como leitor, entrando em contato com textos de diferentes épocas e estilos, de forma livre e prazerosa.

Operacionalização metodológica prevê: reuniões as terças-feiras à tarde para planejamento das ações extensionistas; no mínimo uma atividade mensal no cenário de prática; um encontro mensal entre os Projetos com a finalidade de construir metodologias participativas, possibilitar a troca de experiência para potencializar ações e a integração da equipe do Programa Com-unidade. Acrescenta-se a estas atividades, horas/estudo/pesquisa para o desenvolvimento de pesquisa-ação contando com a participação das comunidades envolvidas; bem como, horas/atividade/elaboração de material educativo, capítulos de livro e/ou artigos sobre as atividades desenvolvidas.

Referências

1. Care and independence in older age. Acesso em: 28/11/2013.
Disponível em: <http://www.who.int/hpr/ageing>
2. Baltes PB. The aging mind: potencial and limits. The Gerontologist. 33, 580-84.
3. Santos BS. (org.) Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo:Cortez,2004. Pg.17
4. Freire P. Pedagogia do Oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

5. Brandão CR, Borges MC. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v.6, p.51-62. Jan/dez 2007

QUEM É E O QUE FAZ O/A AGENTE COMUNITÁRIO/A DE SAÚDE? RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ACS DO MUNICÍPIO DE MARI-PB

Francikely da Cunha Bandeira¹

¹ Mestranda em Educação pela UFPB vinculada à linha de pesquisa Educação Popular.

RESUMO

O presente trabalho apoia-se na temática Vivências em extensão Popular e foi construído a partir da experiência de uma Agente Comunitária de Saúde (ACS) do município de Mari-PB e tem como objetivo destacar a figura dos ACS como profissionais de grande importância para os bons resultados dos serviços de atenção primária à saúde. Para tanto, recorreremos a algumas diretrizes e depoimentos de ACS e principalmente à nossa experiência pessoal adquirida no exercício da profissão. A partir disso, serão relatadas algumas percepções construídas sobre a identidade do ACS a partir das questões: quem é o Agente Comunitário de Saúde? O que faz o Agente Comunitário de Saúde? As respostas às perguntas terão como base teórica o que dizem as diretrizes e em termos práticos, se basearão no discurso das práticas cotidianas detalhando um pouco das ações específicas desse profissional.

Considerando os resultados significativos do trabalho dos/das Agentes Comunitários de Saúde (doravante ACS) desenvolvido no Brasil enquanto parte de uma política de saúde de governo através do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), em execução desde 1991, é importante destacar que os/as ACS têm se apresentado como importantes sujeitos no serviço de atenção básica a partir da atuação direta com comunidades. Entre os resultados, estão a significativa queda da desnutrição e mortalidade infantil, o aumento da

cobertura vacinal, do número de gestantes com pré-natal além do controle de algumas doenças.

Frente a isto, pode-se afirmar que o trabalho dos mais de duzentos e cinquenta mil ACS atuantes hoje no Brasil, é de fundamental importância para o funcionamento do Sistema Único de Saúde, fato que contribuiu para a criação da profissão em 2002 pela lei 10.507. Mas afinal, quem é e o que faz o/a ACS?

Até 2004, quando ingressei na função no município de Mari-PB, não conseguia responder a estas perguntas, achava que ser ACS era somente ir às casas e recolher assinaturas. A partir de então, comecei compreender, em termos práticos, o ACS. A permanência na função por pouco mais de dez anos permitiu adquirir conhecimento de causa sobre o que aqui se apresenta como temática. Foi com base nesse percurso que construímos a presente exposição.

Quem é? De acordo com o Ministério da Saúde, o ACS é um profissional *sui generis*, que reside na comunidade em que atua e conhece a realidade local. Para ser ACS é preciso ter concluído o ensino médio, ser maior de 18 anos, residir na comunidade onde trabalhará e dispor de 40 horas semanais. É o elo de ligação entre governo e comunidade através das Unidades de Saúde, ele transita por ambos os espaços e intermedia a interlocução entre eles.

Segundo Nogueira (2000, p. 7) o ACS é um trabalhador genérico porque embora situado no campo da saúde, suas funções transcendem esse campo. “O ACS foi pensado e criado inicialmente na área da saúde, mas não lhe deve ser imputado esse limite, pois “trabalha com a promoção da pessoa” que envolve educação, nutrição etc.” Trata-se de um profissional diferenciado por ser ao mesmo tempo pessoa da comunidade e membro da equipe de saúde, possui conhecimentos populares e conhecimentos técnicos. É um sujeito cujo perfil possui múltiplas facetas e para que seu trabalho seja eficaz é preciso equilibrar-se nelas.

Para elucidar a resposta, tomemos três depoimento de ACS, um encontrado num dos manuais produzidos pelo MS: “Ser Agente de Saúde é, antes de tudo, ser alguém que se identifica em todos os sentidos com a sua própria comunidade, principalmente na cultura, linguagem, costumes; precisa gostar do trabalho. Gostar principalmente de aprender e repassar as informações[...]

(BRASÍLIA, 2000, p. 35). Os outros depoimentos são de duas ACS do município de Mari:

O/A ACS é um pouco de tudo. É aquela pessoa que está na área levando e buscando informações, mostrando reeducação na saúde, é psicólogo, tira dúvidas, ajuda [...] participa da vida das famílias passando não só promoção e prevenção como também confiança[...] cada família é uma cabeça e cada cabeça um pensar e nós estamos ali diante de várias situações”. (ACS 1)

A outra ACS afirma: “É ser, atuante e levar a informação com responsabilidade e ética. É ser solidário com a comunidade e os companheiros de trabalho, é ser persistente e guerreiro, com a perspectiva de dias melhores.” (ACS 2).

O quer faz? Observemos o decreto 3.189 de 4 de outubro de 1999 que fixa as diretrizes para o exercício da atividade de ACS e dá outras providências:

Art. 1º Cabe ao Agente Comunitário de Saúde (ACS), no âmbito do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, desenvolver atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, por meio de ações educativas individuais e coletivas, nos domicílios e na comunidade, sob supervisão competente.

Todas as publicações posteriores para os ACS são referenciadas por este decreto. Observemos o que diz um dos manuais do/da ACS: “Promoção, prevenção, tratamento e reabilitação são quatro tipos de serviço que atendem aos problemas da comunidade, e você é o agente que trabalha com promoção e prevenção da saúde na atenção básica [...]” (BRASÍLIA, 2000, p. 16). Desenvolve atividade no âmbito individual e coletivo através de visitas domiciliares e outras atividade que podem envolver outros membros da equipe.

Convém destacar que “A visita domiciliar é a atividade mais importante do processo de trabalho do agente comunitário de saúde.” (BRASÍLIA, 2009, p. 46). Ainda podemos insistir na pergunta: em termos práticos, o que faz o ACS? Respondo primeiro a partir da diretrizes descritas na portaria nº 1886 de 1997 que aprovou as Normas e Diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde descrevendo as atribuições básicas dos ACS, dentre as quais destacamos:

[...] realização do cadastramento das famílias; acompanhamento das micro-áreas de risco; realização de visitas domiciliares,

elevando a sua frequência nos domicílios que apresentam situações que requeiram atenção especial; atualização das fichas de cadastramento dos componentes das famílias; acompanhamento das crianças de 0 a 5 anos; promoção da imunização de rotina, do aleitamento materno exclusivo, da reidratação oral; monitoramento das diarreias; monitoramento das infecções respiratórias agudas; orientação e prevenção de DST/AIDS, gravidez precoce e uso de drogas; identificação e encaminhamento das gestantes para o serviço de pré-natal; atenção e cuidados ao recém nascido; cuidados no puerpério; realização de ações educativas sobre métodos de planejamento familiar;

Agora, ensaiemos uma resposta baseada no discurso da prática: o ACS conversa e entrevista as pessoas, preenche fichas, recolhe assinatura ou impressão digital, verifica cartões de vacina de crianças, cartões de acompanhamento de gestantes, hipertensos e diabéticos, faz cadastro de cartão SUS, pesa crianças de 0 a 2 anos de idade, entrega consultas marcadas, faz acompanhamento das condicionalidades do programa social Bolsa Família pesando periodicamente todos os membros das famílias beneficiadas, efetua levantamento de informações solicitadas pela coordenação (por exemplo, número de crianças de 0 a 5 anos, de acamados, de gestantes etc.) e comunica/informa a população sobre campanhas, palestras, atendimentos na unidade e procedimentos diversos tais como: realização de teste do pezinho, por exemplo, alerta mulheres sobre a importância de realizar o exame ginecológico periodicamente, orienta e estimula a amamentação exclusiva até os primeiros seis meses de vida, realiza visitas com a enfermeira, com a técnica de enfermagem, e com toda equipe, participa de reuniões com a coordenação entre outras atividades. Considere-se que todas estas atividades não acontecem em todas as visitas, depende da demanda para cada dia/família. Contudo, em cada visita acontecem necessariamente as três primeiras ações listadas.

É importante registrar que a forma como se trabalhava nos primeiros anos de atuação era diferente da forma como se trabalha hoje. O desenvolvimento de atividade coletivas (palestras, reuniões) tornou-se menos frequente. Os ACS já não organizam e promovem ações desse tipo com a participação da comunidade. Um dos motivos a ser considerado é a burocratização do trabalho, exigindo mais

tempo para registro das atividades e alimentação do sistema “sobrando” assim menos tempo para planejar e realizar atividades educativas.

Como se pode perceber, o trabalho do ACS não é tão simples quanto pode parecer. Ele/ela é o profissional que está na base da estrutura da equipe, mas, infelizmente é também o mais desvalorizado. Desde sua origem no SUS, vem paulatinamente alcançado a garantia de alguns direitos, mas ainda há muitos para serem conquistados. Há inclusive que lutar pela manutenção da profissão ameaçada pela portaria 958/2016 do Ministério da Saúde que prevê a substituição desses profissionais por técnicos de enfermagem ao gosto do gestor.

Frente ao exposto, pode-se concluir que o/a ACS é um profissional complexo cujo trabalho tem apresentado resultados progressivos contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população, principalmente da parcela mais carente. As atividades desenvolvidas pelos ACS no âmbito individual ou coletivo são fundamentais para que o Programa Saúde da Família possa funcionar. Sem esse “elo” entre população e serviços de saúde, o trabalho das equipes torna-se muito difícil, se não impossível, prova disso que a estratégia Equipe Saúde da Família foi implantada como suporte para o PACS que já existia. A reunião das duas estratégias trouxe resultados significativos no âmbito da Atenção Primária à Saúde, de modo que separados, dificilmente obteriam o mesmo êxito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria 1.886/GM de 1997. Aprova as normas e diretrizes do programa de Agentes Comunitários de Saúde e Programa de Saúde da família. Brasília, 1997. Disponível em <http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/21_Portaria_1886_de_18_12_1997.pdf>. Acesso em 27 Set. 2016.

BRASIL. Decreto 3.189 de 1999. Fixa diretrizes para o exercício da atividade de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3189.htm. Acessado em 27 de setembro de 2016

BRASIL. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Brasília, Secretaria de Atenção à saúde, departamento de Atenção Básica, Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Brasília, Secretaria de Políticas de saúde. Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. Lei Nº 10.507 de 20 de julho de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10507.htm. Acessado em 26 de setembro de 2016

BRASIL. Portaria Nº 958 de 10 de Maio de 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0958_10_05_2016.html. Acessado em 26 de setembro de 2016

NOGUEIRA, Roberto Passos et al. A vinculação institucional de um trabalhador sui generis – O Agente Comunitário de Saúde. Rio de Janeiro, 2000.

GÊNERO E EDUCAÇÃO: O USO DAS VISUALIDADES COMO PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR.

Lydiane Batista de Vasconcelos¹; Robson Arruda de Araújo²; Amanda Freire Tenório Cândido³; Jackson Kenede Jorge da Silva⁴; Mikaelly Cavalcante⁵

¹ Professora do IF Sertão Pernambucano; ² Professor do IF Sertão Pernambucano; ³ Discente do curso de Química do IF Sertão Pernambucano; ⁴ Discente do curso de Química do IF Sertão Pernambucano; ⁵ Discente do curso de Química do IF Sertão Pernambucano

RESUMO

Este projeto de extensão busca investigar possibilidades metodológicas através de oficinas interventivas para a aplicação na prática dos Pcms Orientação Sexual, dando ênfase as questões de Gênero na escola pública. Dessa forma, partindo da proposta metodológica triangular de Ana Mãe Barbosa, esse projeto alia a tríade ensino, pesquisa e extensão, visto que os alunos participantes terão aulas sobre a temática de gênero, realização pesquisas sobre as temáticas e a extensão se caracteriza pela formação nas narrativas visuais que visem o enfrentamento ao machismo. A participação dos estudantes no projeto permitirá aos mesmos um alargamento sobre a temática de gênero, de como algumas práticas cotidianas de machismo e sexismo.

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1990, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais, com orientações de temáticas a serem tratadas por cada disciplina durante o ano letivo. Paralelamente as orientações presentes nos cadernos de orientação disciplinar foram gestados os Parâmetros Curriculares Transversais, com questões que não se fazem presentes como temáticas específicas das disciplinas, mas devido ao caráter de urgências das mesmas devem “atravessar” o currículo de forma interdisciplinar. Dentre as temáticas a que causa uma maior inquietação é o que foi intitulada como: Orientação Sexual. De acordo com o texto

dos Pcns, o tema foi criado a partir do aumento de casos de gravidez indesejada entre jovens em idade escolar, bem como o risco de contaminação das mesmas e dos seus parceiros por doenças sexualmente transmissíveis.

O caderno Orientação Sexual se apresenta dentro do volume que discute a Pluralidade Cultural, sendo portanto um sub tema a ser discutido dentro dessa temática transversal.

Mesmo considerando a validade da constituição de um documento que adentra enquanto currículo nas escolas brasileiras e serve como mediador a um debate considerado um “tabu” no espaço escolar, alguns pesquisadores tecem uma série de críticas sobre como a sexualidade é descrita no Pcns Orientação Sexual.

Helena Altmann ao analisar o texto percebe que este trata a orientação sexual como uma questão informativa, segundo a autora:

(...) sexualidade é concebida como um dado da natureza, como “algo inerente, necessário e fonte de prazer na vida”. Fala-se em “necessidade básica”, “em potencialidade erótica do corpo”, “em impulsos de desejo vividos no corpo”, sobre o que os sujeitos, principalmente os adolescentes, precisam ser informados (ALTMANN, 2001, p.9).

Boa parte do documento constrói a sexualidade partindo de uma narrativa biológica e ligada a funções hormonais, buscando uma naturalização dos papéis de gênero. Altmann coloca ainda que em trechos do documento há menções a história da sexualidade, no entanto, mesmo admitindo diversas manifestações da sexualidade ao longo da história, ele acaba por não contextualizar o próprio conceito de sexualidade enquanto uma categoria histórica.

No documento Orientação Sexual as temáticas estão divididas da seguinte forma: 1) Corpo: matriz da sexualidade; 2) Relações de gênero e 3) Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Dentro das três temáticas elencadas pelo caderno nos interessou pesquisar as relações de gênero. Nosso interesse foi motivado por entendermos a necessidade e o enfrentamento desta questão dentro do espaço escolar brasileiro a fim de alargar o conceito de gênero para além das questões biológicas, compreendendo este como uma categoria social e construída historicamente.

Além de se tratar de um texto curto que não abarca a complexidade do tema, no documento Orientação Sexual há uma indicação de que o conceito de Gênero seja trabalhada dentro das disciplinas de Educação Física e História.

Vicente Augusto Figueiredo, em seu estudo sobre o documento, coloca que este desconsidera as questões de gênero em detrimento a naturalização do corpo.

Para o autor:

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante, PCN), a definição de gênero nega a dualidade entre o masculino e o feminino. Porém, gênero é tratado de maneira lacunar: este conceito fica restrito e atrelado ao tema orientação sexual, não perpassa outras áreas do conhecimento, que não seja o da biologia; não contemplando seu caráter transversal. Apesar de negar o determinismo biológico, contido no conceito de gênero, privilegia os componentes biológicos da orientação sexual, tendo como principal preocupação a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a “gravidez indesejada de jovens” (FIGUEIREDO, 2009, p.12).

Luiz Paulo de Moita Lopes ao discutir a sexualidade na escola, coloca que mesmo sendo este um tema debatido fora da escola, tal questão ainda se constitui um tabu em sala de aula, sobretudo nos discursos dos professores que compreendem a temática partindo da individualidade do aluno, não levando em consideração as questões socioeconômicas e culturais inerentes a temática. O autor afirma:

Fomos educados a pensar sobre os alunos sem considerar sua raça, seu gênero e seu desejo: um ser descorporificado e, portanto, em abstração, que só existe na sala de aula, normalmente nos discursos nos quais a voz dos/as professores/as é central (LOPES, 2013,p.126).

Diante das questões expostas acima pelos autores, esse projeto de extensão objetiva, através de suportes visuais, problematizar a categoria gênero respeitando as suas construções sociais, subjetivas e históricas junto aos alunos do Sertão Pernambucano. Para a construção das categorias, partiremos das existentes na literatura disponível sobre a temática, a fim de repensar e reconstruirmos coletivamente as mesmas. Como contribuição conceitual e pedagógica, além dos trabalhos citados acima, utilizaremos as pesquisas

realizadas pela arte-educadora Ana Mãe Barbosa sobre a proposta triangular na educação.²²

A proposta de Barbosa parte de uma triangulação que perpassa: o fazer artístico, a leitura da imagem e a contextualização. Para a autora o aluno ao observar uma produção visual a partir da proposta triangular acaba por resgatar a fase da criação da obra contida no fazer e ler a obra de arte. Dessa forma partindo da proposta triangular de Barbosa esse projeto alia a tríade ensino, pesquisa e extensão, visto que os alunos participantes terão aulas sobre a temática de gênero, realização pesquisas sobre as temáticas e a extensão se caracteriza pela formação nas narrativas visuais que visem o enfrentamento ao machismo. A participação dos estudantes no projeto permitirá aos mesmos um alargamento sobre a temática de gênero, de como algumas práticas cotidianas de machismo e sexismo são frutos de produções visuais propostas pela mídia, a exemplo de propagandas de carro e cervejas onde a mulher é representada como sexualizada e objetificada para o consumo. Os estudantes ao participarem dos debates conceituais e práticas visuais serão levados a criticar os papéis de gênero e o machismo impostos pela sociedade e que por muitas vezes são reiterados no ambiente escolar. Buscamos que os alunos ao agenciarem os conceitos, possam utilizá-los na prática construindo assim uma escola mais democrática e equânime.

DESENVOLVIMENTO

²² A proposta triangular proposta por Ana Mãe Barbosa, visa agregar várias questões ligadas ao ensino e aprendizagem sendo elas principalmente: leitura da imagem, análise da obra no seu tempo histórico e prática artística. A autora discorre ainda que na contemporaneidade se faz necessário refletir sobre as imagens a que somos bombardeados cotidianamente pela mídia. Segundo a autora: “Em nossa vida diária, estamos rodeados por imagens impostas pela mídia, vendendo produtos, ideias, conceitos, comportamentos, slogans políticos etc. Como nosso resultado de nossa incapacidade de ler essas imagens, nós aprendemos por meio delas inconscientemente. A educação deveria prestar atenção ao discurso visual. Ensinar a gramática visual e sua sintaxe através da arte e tornar as crianças conscientes da produção humana de alta qualidade é uma forma de prepará-las para compreender e avaliar todo tipo de imagem, conscientizando-as de que estão aprendendo com estas imagens (BARBOSA, 1998, p.17).

Partindo da lacuna existente entre a escola e temática de gênero, buscamos discutir como as visualidades podem ser uma metodologia importante para a desconstrução cotidiana sobre a identidade de gênero presente no senso comum e que acaba por silenciar e violentar as alunas em espaços públicos e privados. A bolsista selecionada, assim como o voluntário são alunos da Licenciatura em Química do If Sertão Campus Floresta, dessa forma ao realizar as atividades do projeto tanto a bolsista como o voluntário estarão contribuindo na sua auto-formação a partir de *saberes experienciais* que serão desenvolvidos e aprimorados por eles no decorrer das leituras e oficinas. Esses **saberes**, segundo Maurice Tardif, resultam do próprio exercício da atividade profissional dos professores. Saberes esses que são produzidos pelos professores por meio da vivência de situações específicas relacionadas ao espaço da escola, a comunidade, alunos e colegas de profissão. Nesse sentido, “incorporam-se à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidades, de saber-fazer e de saber ser” (TARDIF, 2012, p. 38).

Dessa forma os alunos da Licenciatura em Química ao dialogarem com os alunos da escola pública durante as oficinas e vivenciarem as inúmeras realidades presentes no espaço escolar, poderão repensar as suas práticas como futuros professores. Tanto a bolsista como o voluntário terão a atribuição mensal de ler dois textos sobre a temática de educação e gênero e produzirão dois fichamentos dos mesmos. Essas leituras servirão para embasar a *práxis*²³ pedagógica dos mesmos e ao termino da vigência desse projeto possibilitarão aos alunos um suporte teórico e metodológico para a produção de artigos científicos nas áreas de ciências, ensino e gênero. Esse projeto possui um caráter extensonista por envolver sujeitos em diferentes graus de formação e de diferentes instituições. O mesmo impulsiona e motiva os envolvidos a desenvolverem pesquisas e produções de cunho pedagógico sobre a temática.

No que diz respeito ao público-alvo dessa pesquisa a metodologia de uso de oficinas foi escolhida como eixo metodológico por permitir aos alunos, assim

²³ A educadora Selma Garrido Pimenta conceitua a *práxis* pedagógica enquanto uma: “(...) atividade teórica por si só não leva à transformação da realidade; não se objetiva e não se materializa, não sendo, pois *práxis*. A prática também não fala por si mesma; teoria e prática são partes constituintes da *práxis*” (PIMENTA, 2001).

como afirma Vera Maria Candau, um espaço de vivência, reflexão e conceitualização sobre a temática (CANDAU, 1995). Considerando a complexidade e urgência do debate das questões de gênero na escola, acreditamos que a visualidade é uma forma de expressão possível para tratar sobre questões identitárias, que por terem sido silenciadas por décadas não encontram espaços de interlocução na escola. Dessa forma as oficinas a serem realizadas na Escola Municipal Prefeito Francisco Ferraz Novais permitirá aos alunos e aos monitores um espaço de construção coletiva do conhecimento a partir da vivência de situações concretas representadas em linguagens visuais.

A escolha das visualidades como possibilidade metodológica nas oficinas se deu a partir das ponderações práticas vivenciadas em outros contextos pela arte-educadora Ana Mãe Barbosa. Para a autora se faz necessário defender a cultura visual e a arte na escola, sobretudo, no que concerne a esse projeto de extensão, visto que consideramos a cultura visual como uma educação informal, onde boa parte dos alunos aprendem a discriminação ao feminino e a objetifica. Segundo Barbosa:

Sonegar Arte na escola é tão danoso quanto esquecer outras manifestações da Cultura Visual que exercem mais diretamente influência no comportamento social por visarem exatamente dominar comportamentos e desejos. A desconstrução crítica do poder interessa a arte e a Cultura Visual (BARBOSA, 2010, p.21).

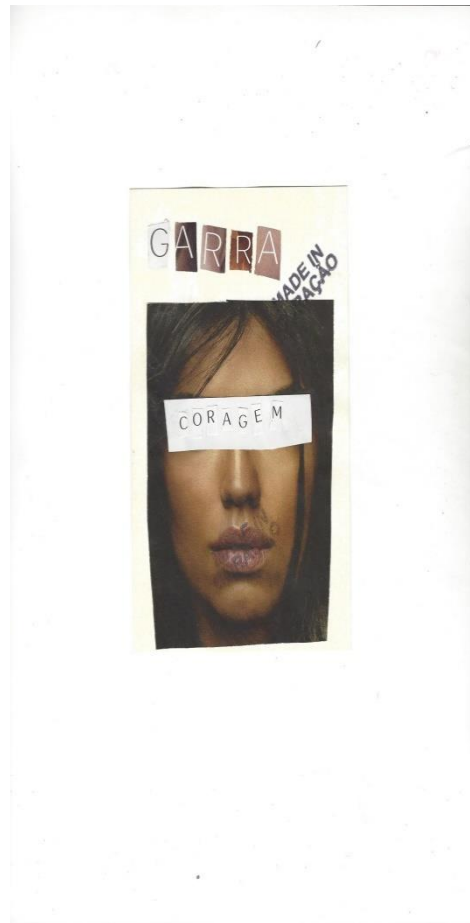
A autora acredita que a consciência histórica mediada pela Cultura Visual permite uma regeneração através da recriação das imagens. Nesse sentido seu método, partindo de uma série de visualidades produzidas sobre o gênero nos permitirá ressignificar a cultura visual e transformá-la numa arte emancipatória sobre o feminino.

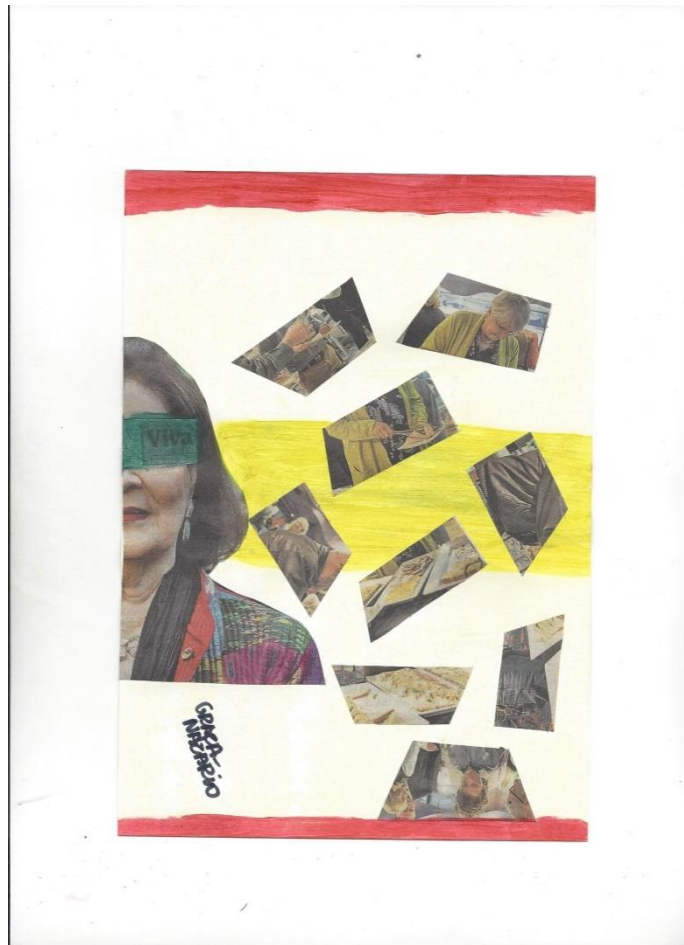
CONCLUSÃO

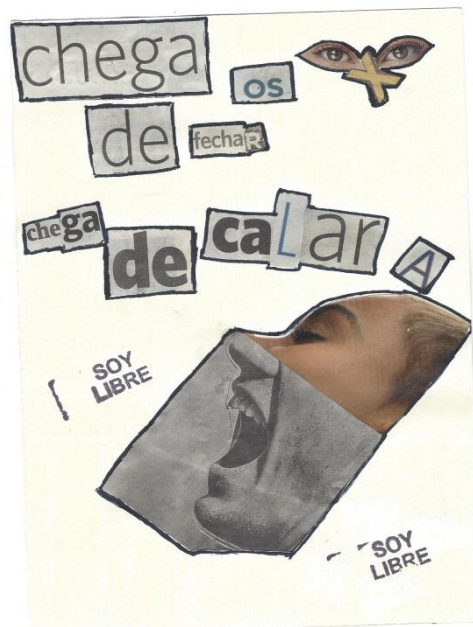
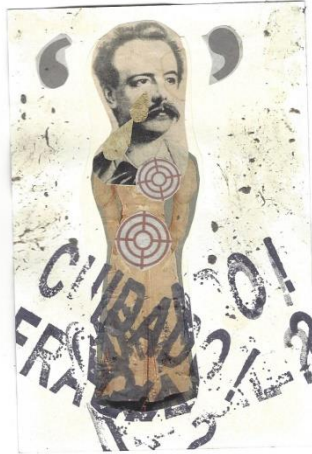
De início realizamos uma roda de dialogo sobre as preferencias estéticas dos alunos e foi apresentado um slide sobre a história da arte contemporânea. Alguns alunos apresentaram uma certa estranheza sobre a conceituação da arte, sobretudo no caso das *assemblages*. Após essa apresentação dos processos artísticos, os alunos tiveram uma aula sobre arte postal no Brasil e no mundo e iniciamos um debate sobre as comunicações enviadas via correio e via email.

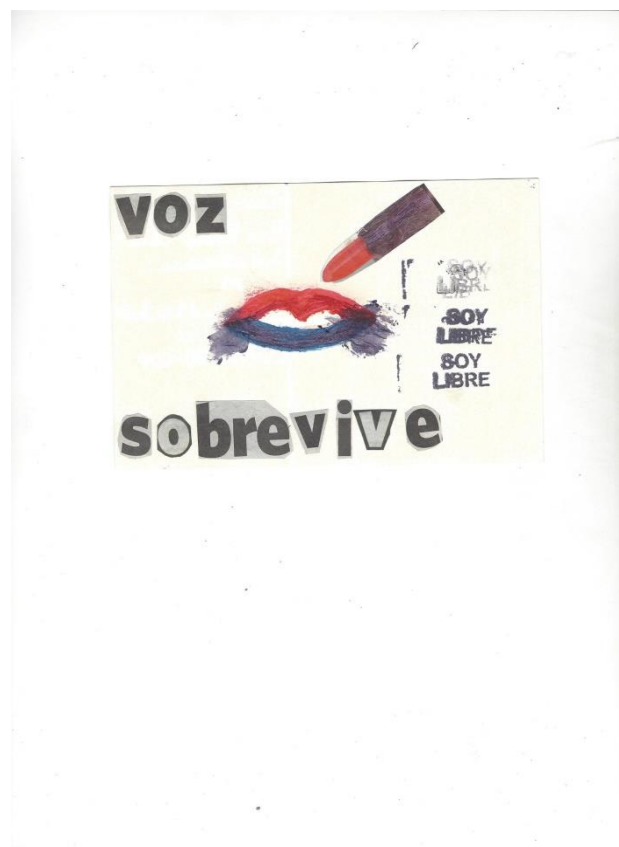
Foram disponibilizados papéis cartão, vergê, tintas, carimbos e revistas para que os alunos pudessem produzir postais sobre a violência de gênero contra as mulheres.

Abaixo apresentamos alguns postais produzidos pelas alunas:









No segundo dia os alunos tiveram aula de fotografia partindo dos seguintes eixos: enquadramento, composição, texturas, profundidade de campo, regra dos terços. Após compreenderem as “ regras” que compõem o campo fotográfico. O segundo momento da aula foi de apresentação de artistas feministas que trabalham com o corpo como estética na fotografia a exemplo de: Ana O, Luciana Urtiga, Conceição Myllena, Francesca Woodman dentre outras. A escolha dessas artistas serviu para apresentar as alunas inúmeras formas de estéticas corporais e de autorretrato. Os alunos passaram a elaborar um roteiro para criarem uma sequencia de fotos onde a questão do feminismo e as questões de gênero pudessem vir a tona. Abaixo seguem algumas das produções e experimentações fotográficas:





REFERENCIAS:

ALTMANN, Helena. *Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais*.
Revistas Estudos Feministas. 2001.

BARBOSA, Ana Mãe. *Abordagem triangular no ensino das artes e culturas
visuais*. São Paulo: Cortez, 2010.

CANDAU, Vera Maria et al. *Oficinas pedagógicas de direitos humanos*. 2ª
ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 4ª Ed. Rio de
Janeiro: Vozes, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares
Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília:
MECSEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual*. Brasília: MECSEF, 1998

FIGUEIREDO, Vicente Augusto Aquino de. *Gênero, patriarcado, educação e os parâmetros curriculares nacionais*.

Caderno Espaço Feminino, v. 21, n. 1, Jan./Jul. 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: Unidade teoria e prática*. 4º Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VIVÊNCIA EM UMA EXTENSÃO POPULAR: O JORNAL VOZ DO NICÉIA COMO INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO SOCIAL

Angelo Sottovia Aranha; Daniela Arcanjo Rodrigues; Giovana Murça Pastori

RESUMO

O jornal Voz do Nicéia é um jornal impresso e comunitário do bairro Jardim Nicéia, da cidade de Bauru. Feito em parceria com os moradores da comunidade, a publicação é um produto do projeto de extensão universitária “O Jornal Comunitário como Instrumento de Reconhecimento Social”, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista do câmpus de Bauru. Foi fundado em 2008 e é inteiramente realizado por estudantes de Comunicação Social: Jornalismo, que apuram, editam, diagramam e distribuem os exemplares, além de realizar eventos no bairro e produzir artigos científicos para divulgar e aprimorar o Voz do Nicéia. O projeto é patrocinado pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária (Proex) e conta com duas alunas bolsistas, que dividem três frentes do projeto: Jornal Impresso, Meio Online e Promoção de Eventos. A quarta frente, o Grupo de Pesquisa, é dividida entre os 35 outros alunos participantes como voluntários. A principal diferença entre o Voz do Nicéia e as mídias comerciais de Bauru é o processo de levantamento de pauta. O projeto atenta-se para o que a comunidade quer, conversando com os moradores e certificando-se que os assuntos que estarão no jornal dizem respeito ao bairro e são de interesse dos moradores. O resumo expandido apresentado está na área temática 3: “Vivências em Extensão Popular”. Para apresentar o projeto, usa-se exemplos que ocorreram durante esses oito anos que mostram a importância do jornal no bairro e na formação dos estudantes.

INTRODUÇÃO

O jornal Voz do Nicéia foi fundado em 2008 e, desde então, tem como principal objetivo a promoção do reconhecimento social dos moradores do bairro

Jardim Nicéia, em Bauru. Patrocinado pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária (Proex), esse jornal impresso é um dos produtos do projeto de extensão universitária “O jornal comunitário como instrumento de reconhecimento social”, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista. As edições são inteiramente feitas em parceria com os moradores do bairro.

O jornal impresso é o carro-chefe do projeto. Os 1000 exemplares impressos são distribuídos gratuitamente no bairro e nas repartições públicas. São jornais em formato tablóide, com oito páginas, em preto e branco. A frequência do jornal é trimestral, o que atende o bairro. Além dessa publicação, há mais três frentes de ações essenciais para a boa execução do Voz do Nicéia e que auxiliam na manutenção e na credibilidade do jornal. São elas a do Meio Online, a de Eventos e o Grupo de Pesquisa.

Com exceção das edições especiais, o jornal veicula sempre seis matérias. Todas essas matérias são pautadas com base em levantamentos de pauta diferentes dos feitos pelas mídias comerciais: a cada edição, os alunos-repórteres vão ao bairro bater de porta em porta para perguntar que tipo de assuntos os moradores gostariam de ver no jornal, o que aconteceu no bairro enquanto os repórteres não estavam ali, quais melhorias poderiam acontecer no bairro.

Após essa conversa, os participantes do projeto se reúnem para analisar as sugestões dos moradores e, então, aplicar os critérios de noticiabilidade aprendidos em sala de aula. Há uma preocupação muito grande, dos coordenadores, e muito cuidado para que quaisquer preconceitos ou pré-julgamentos não afetem os conteúdos das edições. Se a ideia é dar visibilidade ao bairro e tentar fazer com que os moradores se sintam representados em uma mídia, não se deve pautar notícias com base no que os repórteres pensam que o bairro precisa.

Valoriza-se muito a presença da equipe de reportagem no bairro. Como nenhum dos repórteres reside no bairro, há o risco de tomarem como referência realidades distantes daquela vivida pelos moradores do Jardim Nicéia: a universidade pública no Brasil ainda é muito elitizada. Por isso, é essencial que os membros do projeto vivenciem, ao máximo, os problemas do bairro, para que

possam tentar falar em nome dos seus moradores de forma mais representativa e honesta.

A matéria principal é, quase sempre, de denúncia, sobre um assunto que interesse ao bairro inteiro, como a falta de asfalto, por exemplo. Apesar de já haver duas ruas asfaltadas, a falta de pavimentação prejudica a todos por causa da poeira, da lama e da terra que se acumula nos locais mais baixos. A matéria secundária também tem caráter denunciativo, mas pode ser mais específica, sobre um setor ou uma rua.

Na quinta página, ficam a seção “Tira-dúvidas” e a matéria de cobertura. A primeira esclarece sobre um tema que esteja em voga na sociedade e interesse aos moradores, como a PEC das domésticas, por exemplo. A segunda refere-se à cobertura de um evento que tenha ocorrido no bairro, promovido pelo jornal, ou não. O jornal ainda tem a seção “Fala, Morador”, com citações de moradores acompanhadas de suas fotos, a respeito de uma questão também em voga nos espaços públicos.

O Meio Online foi criado em 2012. O crescente acesso dos moradores à internet tornou oportunas e interessantes publicações em um blogue, um *Instagram*, um canal no *Youtube* e uma conta do *Twitter*. Esses meios são atualizados com notícias, fotografias ou frases mais lúdicas e leves, em contraste com os conteúdos dos jornais impressos que, usualmente, tem como principal notícia uma denúncia.

Os eventos foram criados em 2013 e são baseados nas necessidades dos moradores, têm cunho artístico e cultural. Com a criação da frente de eventos, os alunos puderam ficar muito mais próximos dos moradores. Já foram organizados e promovidos o “Dia da Beleza”, com cortes de cabelo gratuitos, penteados afro e um “Turbantaço”; uma Oficina de Tear, com entrega de certificados aos participantes; uma Oficina da Sucata, feita pelos próprios membros do projeto, quando se ensinou às crianças do bairro formas de reaproveitar materiais que iriam para o lixo fazendo brinquedos.

O Grupo de Pesquisas foi a última frente criada pelo projeto. Foi iniciado em 2015 para aumentar a produção científica dos pesquisadores envolvidos e também para que os alunos do projeto possam entrar mais em contato com

assuntos relativos aos bairros periféricos e ao jornalismo comunitário. As reuniões são quinzenais e colaborativas. Os temas a serem estudados e discutidos são definidos no início do semestre por todos os participantes. A cada reunião, uma equipe fica responsável por levar textos, que todos devem ler, e mediar as discussões.

DESENVOLVIMENTO

Quando o jornal chegou ao bairro, em 2008, não havia asfalto em nenhuma rua, a iluminação pública e a rede elétrica eram muito precárias, bem no centro do bairro corria esgoto a céu aberto e o saneamento básico era quase inexistente. Não havia sequer um ponto de ônibus perto do bairro: os moradores tinham que caminhar muito caso quisessem ir para o centro em busca de lazer, trabalho, ou por outra necessidade.

Após oito anos de atuação do jornal, o Voz do Nicéia não tem o intuito de tomar para si as conquistas dos moradores. Esse seria um comportamento idêntico ao da grande mídia quando pauta um problema que, em seguida, é resolvido: todos os créditos vão para a empresa em uma jogada de *marketing*. O compromisso do projeto é, essencialmente, com a emancipação dos moradores e a valorização do seu sentimento de coletividade e de luta pelo bairro. Dessa forma, os alunos-repórteres comportam-se como os agentes que acreditam ser: mediadores entre o bairro e o poder público, para que o jornal seja um instrumento de visibilidade de suas demandas.

Porém, pôde-se observar algumas mudanças na forma de tratamento do poder público, em relação ao bairro, talvez porque suas ações tornam-se públicas. No processo de apuração da primeira edição de 2015, um vazamento de água em uma rua foi consertado apenas com a ligação de uma estudante-repórter para o Departamento de Água e Esgoto (DAE) da cidade de Bauru. A intenção era apenas marcar uma entrevista a respeito do que estava acontecendo, mas percebeu-se que o jornal já tem um peso que o diferencia de outros projetos de extensão: por precaução do DAE, o problema foi resolvido imediatamente.

Hoje, por exemplo, no local onde havia um esgoto a céu aberto, que atraía animais parasitas e comprometia a saúde de crianças e idosos do bairro, principalmente, há uma praça com quadra de esportes, quiosque e *play ground* para o convívio dos moradores. Essa praça foi um marco na história do Nicéia, pois desde as primeiras ocupações os moradores delimitaram aquela área para ser a praça do Nicéia.

Hoje já há um ponto de ônibus mais próximo do bairro. Os locais escuros pelos quais esses moradores tinham que passar quando voltavam às suas casas à noite já estão um pouco mais claros. Apesar disso, uma constante reclamação dos moradores é a caminhada que eles ainda devem fazer para chegar até o ponto mais próximo. A prefeitura alega que não há espaço para o ônibus entrar na rua central porque é uma via de mão única. Apesar disso, nunca ofereceu como alternativa uma sinalização, no ponto tido como crítico, para a circulação dos coletivos fosse viabilizada. Essa demanda está sendo noticiada pelo jornal.

A iluminação chegou em quase todas as ruas, mas ainda é muito precária em algumas delas, especialmente na Rua 6, a mais recentemente ocupada e com mais problemas de infraestrutura. Ali, as casas de madeira são bem mais comuns, bem como as fossas sépticas por falta de saneamento básico.

Até pouco tempo atrás, os moradores dessa rua viviam situação semelhante à vivida pelo bairro Jardim Nicéia perante a população de Bauru. Por ser a rua com menos investimentos e mais distante do ponto de ônibus, e do ponto de encontro e convivência dos moradores, que é a praça, seus moradores não se sentiam incluídos no bairro e nem no jornal. Esse sentimento ainda permanece, porém, vem diminuindo. Uma das formas que os membros do projeto acharam para fazer com que os moradores dessa rua percebam que fazem parte do bairro foi a inclusão de pautas exclusivas dessa rua em todas as edições. Houve uma aproximação dos moradores com o estudantes-repórteres e o poder público se voltou mais para as questões específicas da Rua 6.

Outra contribuição do jornal para o bairro é a veiculação de informações referentes ao Jardim Nicéia. Um exemplo disso foi a edição especial sobre a legalização dos terrenos produzida pela equipe em 2015. A área em que foi construído o bairro é alvo de uma disputa judicial muito intensa: duas famílias se

dizem donas do terreno em que o Nicéia se encontra. O resultado disso é a morosidade do processo e a constante insatisfação dos moradores, que têm medo de investir em suas casas e, em seguida, terem que sair dali.

Nessa edição especial, em uma conversa com fontes da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Obras da prefeitura, descobriu-se, entre outras informações sobre o processo de legalização, que o bairro estava no programa Cidade Legal, um programa federal que visa desburocratizar a regularização de bairros periféricos e descriminalizar o investimento de dinheiro público nesses espaços tidos como privados, o que anteriormente seria considerado corrupção. Dessa forma, não só os estudantes se instrumentalizaram para as entrevistas que fariam com as fontes oficiais que afirmavam nada poderem fazer com base nessa justificativa, como também, e principalmente, os moradores puderam saber mais sobre a área em que vivem e seus direitos sobre o que mais os preocupa.

CONCLUSÃO

O Jardim Nicéia é um bairro periférico, marginalizado pelo restante da sociedade de Bauru e está cercado por condomínios horizontais de luxo, construídos muito depois da formação do Nicéia. A especulação imobiliária ali é muito grande e o sentimento de expulsão é sentido por muitos moradores. O bairro fica na Zona Sul da cidade, região supervalorizada pelo *marketing* do setor imobiliário.

O bairro é pequeno e comparativamente a outros de Bauru, é novo, pois tem seis ruas e nasceu em 1970. Não é um grande campo eleitoral, o que o torna ainda mais vulnerável em relação ao poder público, e mais suscetível às vontades da iniciativa privada. Dessa forma, entende-se que um jornal comunitário ali, que faça resistência a essas forças contrárias ao exercício da cidadania no bairro, é de extrema importância.

Os alunos sabem que seus leitores são críticos às suas matérias, por isso todas as matérias têm fontes especializadas nos assuntos em questão. Matérias de denúncia no jornal, em sua grande maioria, têm fontes oficiais e aspas de agentes da prefeitura. Apesar disso, a voz mais valorizada, na função de ator

social e não somente como personagem, é a voz do morador. Caso haja discordâncias entre as versões oficiais e a dos moradores, busca-se sempre ficar com a segunda.

O jornal tem peso na cidade: em um debate na Câmara Municipal, onde também é distribuído, o Voz do Nicéia já foi usado para comprovar a tese de um vereador, quando discutia com seu opositor sobre a pavimentação no bairro, para citar apenas um exemplo. Os estudantes-repórteres são orientados para sempre confirmarem as informações e gravarem as entrevistas.

Sendo assim, pode-se concluir que se trata de um jornal cidadão e popular, porque contribui para a formação de jornalistas mais sensíveis a questões sociais, porque faz papel de resistência junto à comunidade e frente a uma cidade que a marginaliza, e devolve à comunidade parte do seu dinheiro investido em impostos contribuindo para uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

REFERÊNCIAS

BUENO, Wilson. **A imprensa comunitária do interior**: uma tentativa de sistematização. In: Cadernos de Jornalismo e Editoração Eletrônica da ECA/USP, número 10, 1979.

CALLADO, Ana Arruda; ESTRADA, Maria Ignez Duque. **Como se faz um jornal comunitário**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CELADEC. **Jornalismo popular**. São Paulo: Paulinas, 1984.

DORNELLES, Bestriz. **Jornalismo "comunitário" em cidades do interior**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

MARQUES DE MELO, José. **A imprensa comunitária no Brasil**. Comunicação e Libertação, Petrópolis, Vozes, 1981, p. 52-67.

MATTIA, Olivar.; LAZZAROTTO, Valentim. **Comunicação popular**: perfil, história e alternativas das falas de um povo. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

PERUZZO, Cicilia. **Mídia Local e suas interfaces com a mídia comunitária.** In:
INTERCOM, n. XXVI., 2003, Belo Horizonte.

A FEIRA LIVRE: ALÉM DO CONSUMO

Aquilino José de Brito Neto¹

¹ Graduado em História pela Universidade Gama Filho - RJ (2008), Especialista em Sociedade e Cultura Sergipana Pela Faculdade Pio Décimo – SE (2011), Mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe (2015), Professor efetivo da rede municipal de educação – Lagarto – SE, aquilinsoneto@gmail.com

Foi numa manhã de uma segunda-feira do mês de abril de 2015. O sol já demonstrava que seria rei, através da sua luminosidade e calor típico de uma cidade nordestina brasileira. O ônibus escolar já estava estacionado em frente a escola, impreterivelmente às 7:30h da manhã, aguardando apenas que os alunos dos nonos anos do ensino fundamental, das turmas A e B, se organizassem e tomassem seus assentos. Era uma euforia, permeada pela ansiedade e expectativa. Estávamos a caminho da feira.

O relato de experiência iniciado remonta a uma iniciativa pedagógica utilizada pelo professor da disciplina Cultura Sergipana, da Escola Municipal José Antônio dos Santos, na cidade de Lagarto – SE. O Objetivo deste trabalho tem por interesse ampliar os sentidos sobre a feira livre. Compreender que além do processo de compra e venda, a feira é o local do encontro, dos aromas, das sonoridades, das solidariedades, das diversidades. Mas antes de expormos a nossa visita, faz-se necessário esclarecer como foi elaborado nosso projeto, até resultar na sua culminância e os resultados esperados.

Na semana anterior, em sala de aula, debatemos uma crônica de um memorialista sergipano chamado Mário Cabral. O título do texto chama-se “Feiras e Mercados”, e o autor, de forma romântica e sensível, vai apresentando os mercados públicos e a feira de Aracaju no ano de 1948. Após sua leitura, solicitamos aos alunos que eles relatassem suas experiências em relação a feira de Lagarto. Os comentários foram diversos, mas o que prevalecia era a vergonha e o constrangimento de falar sobre a feira. O local era visto por alguns dos alunos através de uma ótica pejorativa, desqualificando-a. Para outros, a feira já era uma

velha conhecida, pois dali saia o sustento para algumas famílias do nosso alunato. Pensando em aproximarmos a escola da sociedade, acabar com estereótipos e ampliar os sentidos sobre aquela que é uma das atividades culturais mais antigas da humanidade, decidimos que iríamos fazer um estudo *in loco*, dentro da feira. Solicitamos que os alunos levassem seus aparelhos celulares ou câmeras fotográficas, para que pudessem capturar imagens do local e seriam divididos em grupos de oito a dez pessoas. A finalidade proposta era um seminário, onde haveria a possibilidade de três escolhas para o desenvolvimento da atividade fim. Na primeira opção, os alunos poderiam desenvolver um texto literário com no mínimo duas laudas. Na segunda opção, a proposta era os alunos desenvolverem *slides* legendados, autoexplicativos, expondo seus olhares através das imagens, numa narrativa imagética. Na terceira e última opção, aqueles alunos que tivessem conhecimento e traquejo em produção cinematográfica, poderiam desenvolver um pequeno vídeo, com no máximo cinco minutos de exposição. Após acordado em sala de aula as regras do seminário e aplicado o conteúdo teórico daquilo que deveríamos captar no nosso local de pesquisa, marcamos para a segunda-feira da semana seguinte a nossa excursão, dia em que a feira de Lagarto está repleta de consumidores e transeuntes.

O importante mesmo era que nossos alunos pudessem, a partir das suas experiências, compreender as diversas facetas existentes num único local. Como já afirmava FREIRE (2013:24): *“O educando se reconhece conhecendo os objetos, descobrindo que é capaz de conhecer, assistindo à imersão dos significados em cujo processo se vai tornando também significador crítico”*. A interação do aluno com o seu meio, provocando-o, incentivando-o, possibilitando-o a analisar a sua própria realidade e desta forma, fazer surgir nele, o aprendizado e a crítica.

Enfim, chegamos a feira de lagarto. O ônibus escolar nos deixou nas proximidades do local, fizemos a chamada para termos um maior controle e segurança. Marcamos o retorno no mesmo local, exatamente às onze horas da manhã. Três horas seriam mais que suficientes para explorarmos o nosso objeto de pesquisa. Deixamos os alunos a vontade, desbravando cada parte da feira, afinal de contas, não queríamos influenciar seus olhares. Ao mesmo tempo,

observávamos de longe todas as equipes, fazendo-os perceber nossa presença, como forma de controle e segurança.

Percorremos diversos pontos da feira. Das bancas de frutas e verduras, das carnes, do artesanato, dos CDs e DVDs, das bancas de roupas, lençóis, toalhas e sapatos. Espaços abertos onde homens faziam suas apostas no carteadado, no dominó e no bingo. Animais vivos e abatidos que eram expostos à venda, assim como cachorros e gatos que circulavam em busca de um simples osso deixado a esmo por um feirante. Ônibus, cavalos, motos, carroças, chegavam de diversas locais, seja da própria cidade, dos seus povoados ou mesmo de municípios vizinhos. As ervas medicinais, imagens sacras do culto católico e das religiões de matrizes africanas se faziam presentes. A literatura de cordel também estava lá, assim como as sacas de farinha, dos rolos de fumo, das redes que se embalavam pelo vento.

Nossos alunos percorreram e vasculharam inúmeros locais. Áreas abertas e fechadas. Dos banheiros fétidos aos caju e goiabas perfumadas. Ouviram os pregões dos vendedores, chamando seus fregueses e expondo suas mercadorias. Os gritos e praguejamentos dos jogadores, a diversidade dos ritmos musicais, as crianças e adolescentes no vai e vem dos seus carrinhos de mão, colocando a disposição os seus préstimos, na intenção de ganhar algum trocado. E o calor aumentava na mesma intensidade da feira. Uma água mineral, um caldo de cana ou um refrigerante, estavam todos ali para abrandar a sede e suavizar a temperatura corporal.

O material recolhido pelos nossos estudantes era farto e rico, pronto pra ser analisado, contextualizado e finalizado. Cabia agora a eles executarem aquilo que foi proposto em sala de aula. Dado o horário combinado, nos reencontramos no ônibus e depois de uma segunda chamada, retornamos à escola. A segunda parte do nosso trabalho estava concluída, agora era esperar para colhermos os resultados.

Duas semanas se passaram após a nossa pesquisa de campo. Na sala de aula montamos uma pequena estrutura para que nossos alunos pudessem expor suas produções. Um *notebook* e um projetor de imagens foram utilizados como ferramentas. Aleatoriamente fomos solicitando que cada grupo apresentasse o

resultado das suas pesquisas. Os resultados foram os mais diversos. Tivemos alguns textos em narrativas descritivas sobre a feira, slides com imagens e legendas, pequenos vídeos expondo as diversas facetas da feira, assim como inúmeras entrevistas que os alunos fizeram com os feirantes.

O resultado de tudo isso? A quebra de um estigma pejorativo e preconceituoso que alguns alunos tinham sobre a feira foi definitivamente quebrado. A valorização da mão de obra que circula na feira foi altamente positiva. As condições precárias de algumas partes estruturais do local trouxeram reflexões sobre a falta de políticas públicas. Sobre a falta de higiene em alguns pontos, fizeram nossos alunos pensarem sobre o lixo e a consciência ambiental. Conseguiram enxergar no semblante de alguns, a dura vida em trabalhar numa feira. Crianças e adolescentes fora da escola, no intuito de aumentar a renda familiar. Compreenderam que numa feira, pode-se ter aula de cultura e cidadania. Entenderam que numa feira, há uma relação muito além do simples comprar e vender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. 3. ed. Aracaju: Banese, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

VIVÊNCIA EM EXTENSÃO INCENTIVANDO E APOIANDO A CONTRACEPÇÃO SEGURA NA ADOLESCÊNCIA ATRAVÉS DOS MÉTODOS DE LONGA DURAÇÃO

Maria Emília Chaves Tenório; Amanda Souza Fernandes; Ana Carolina Fagundes; Marina de Lima Fagundes; Jória Viana Guerreiro; Danyella Barreto; Gilka Paiva Oliveira Costa

RESUMO

Introdução: A vida sexual dos adolescentes, com início precoce e sem proteção, traz consequências tanto para a saúde destes jovens, quanto para a sociedade, quando analisamos o número de gestações indesejadas. Contraceptivos Reversíveis de Longa Duração (LARCs), por sua alta eficácia e maior adesão ao uso, são um bom contraceptivo, destacando-se o Dispositivo Intrauterino (DIU), que é distribuído gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde. Contudo, os serviços de saúde não estão preparados para atender a essa demanda de adolescentes com vida sexual ativa sem o uso de contraceptivos. Isso ocorre, também, por falta de conhecimento dos profissionais quanto aos benefícios do DIU e à prática correta de inserção do dispositivo. **Desenvolvimento:** Através de incentivo à contracepção segura na adolescência, buscamos essa população de risco, pautando-nos na educação sobre o uso dos LARCs e na garantia do acesso aos mesmos. O trabalho está sendo realizado em três Unidades de Saúde da Família no município de João Pessoa, Paraíba, e, posteriormente, nos equipamentos sociais dos bairros. Esses planos envolvem a conscientização sobre o DIU, esclarecendo dúvidas das adolescentes, das mães ou dos acompanhantes, capacitação técnica dos médicos residentes e preceptores, atividades educativas com a equipe da ESF e fortalecimento de um fluxo de comunicação entre unidades e hospitais que inserem DIU. **Conclusão:** O projeto visa possibilitar o acesso ao DIU para a população em geral, priorizando as adolescentes, um método contraceptivo de alta eficácia, reversível e de longa duração. Desse modo, esperamos promover a redução da gravidez indesejada, especialmente na adolescência.

INTRODUÇÃO

Os adolescentes estão iniciando a vida sexual mais precocemente e sem proteção, o que acarreta consequências tanto para a saúde do jovem quanto para a sociedade. A maioria não possui conhecimento suficiente sobre a necessidade de relações sexuais protegidas a fim de evitar DSTs e gravidez indesejada.

É enorme a lista de infecções sexualmente transmissíveis que trazem danos à saúde física e emocional do jovem, por exemplo, AIDS, gonorreia, sífilis e herpes. O tratamento dessas doenças acarreta despesas evitáveis ao SUS.

As preocupações com a gravidez não planejada na adolescência se dão nos âmbitos da educação da jovem, na constituição e sustento de uma família e na qualidade de vida ofertada ao bebê. Além disso, há um forte componente emocional negativo trazido não só às jovens mães, mas também à sua família. Muitas adolescentes são obrigadas a fazerem abortos clandestinos, seja por imposição de parceiros ou pelo medo da reação dos pais, sujeitando-se a infecções. São frequentes, também, casos em que estas são expulsas de suas casas, desestabilizando ainda mais as relações familiares já conflituosas. A renda familiar é também afetada, fator importante, visto que a maioria já se encontrava em vulnerabilidade social.

Além desses agravantes, merece especial destaque a vida da criança que está sendo gerada. Esta, ao nascer, pode vir a ser rejeitada, trazendo transtornos para o seu desenvolvimento biopsicossocial.

Em vista do exposto, os Contraceptivos Reversíveis de Longa Duração (LARCs), por sua alta eficácia e maior adesão ao uso, são um bom método contraceptivo. Entre os LARCs destaca-se o Dispositivo Intrauterino (DIU), que é distribuído gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e incentivado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Contudo, os serviços de saúde não estão preparados para atender a essa grande demanda de adolescentes que chegam com vida sexual ativa e sem fazer uso de qualquer contraceptivo. Isso ocorre, também, pois os profissionais ainda não conhecem os benefícios do DIU e/ou os médicos não possuem

habilidade técnica para inserção do mesmo. Esses são pontos mais tocantes na atenção básica, já que esta é a porta de entrada para o sistema de saúde, onde o contato com a comunidade é maior e se propõe a prestar um cuidado mais longitudinal.

DESENVOLVIMENTO

Por meio do projeto de incentivo e apoio à contracepção segura na adolescência, buscamos alcançar essa população de risco, pautando-nos na educação sobre o uso dos LARCs e na garantia do acesso aos mesmos. Assim, foi escolhido o método do DIU, em virtude de ser um método reversível - pelo trabalho ser realizado com adolescentes, de longa duração - evitando a problemática de contratempos no uso ou abandono do método, seguro e de distribuição e implantação pelo SUS.

Como parte da estratégia de incentivo ao uso do DIU foi desenvolvido um curso de capacitação dos médicos residentes em Medicina de Família e Comunidade (MFC) da UFPB e dos preceptores, de modo que estes possam iniciar a implantação dos dispositivos nas Unidades de Saúde da Família onde atuam. A atividade ainda teve a participação dos médicos residentes em Ginecologia e Obstetrícia, das professoras coordenadoras do programa de extensão e dos alunos extensionistas.

Após capacitação prática com uso de manequins, umas das unidades iniciaram a inserção do DIU através do programa de residência em MFC, no qual os residentes são treinados pela preceptora coordenadora do programa de extensão. As demais unidades estão na fase de discussão e aquisição de instrumentais. Todos os procedimentos serão registrados em uma pasta de controle com dados das mulheres.

O trabalho está sendo realizado em três Unidades de Saúde da Família no município de João Pessoa: Integrando Vidas, no bairro do Geisel, Vila Saúde, no bairro do Cristo e Mudança de Vida II, no bairro Gervásio Maia. A escolha das unidades se fundamentou por meio do Programa de Residência em MFC da UFPB, que ocorre nessas unidades integradas e totalizam 12 equipes, e o

conhecimento dos extensionistas sobre o funcionamento das unidades e a dinâmica dos bairros, pela vivência nos Módulos Horizontais no curso de graduação em Medicina na UFPB.

Dessa forma, foram desenvolvidos planos de ação dos extensionistas em cada uma das unidades que também visam atingir os equipamentos sociais dos bairros como: escolas e grupos de pastorais em que se reúnem os adolescentes de cada comunidade. Esses planos envolvem a educação e a conscientização sobre o DIU, esclarecendo todas as dúvidas que as adolescentes possam ter a respeito, assim como as dúvidas das mães ou dos acompanhantes, visto que são de grande influência no momento da decisão sobre o método a ser utilizado.

Outra ação desenvolvida pelos extensionistas é a de realizar atividades educativas com os profissionais das unidades visitadas incluindo médicos, enfermeiros, técnicos e agentes comunitários para que possam sensibilizar as mulheres para o uso do DIU e dar os devidos encaminhamentos para aquelas que manifestarem desejo de utilizar o método.

CONCLUSÃO

Os objetivos deste projeto de extensão se baseiam em ampliar o acesso ao DIU, por meio da capacitação dos médicos residentes das Unidades de Saúde da Família, e na divulgação para a população em geral, com maior prioridade para as adolescentes, de um método contraceptivo de alta eficácia, reversível, de longa duração e de fácil acesso. Ação que envolve professores de dois Departamentos da UFPB, estudantes do curso de Medicina e preceptores da Residência em Saúde da Família da UFPB, com atuação em Unidades de Saúde da Família selecionadas.

Desse modo, esperamos promover maior divulgação sobre o uso do DIU, para as comunidades e para os profissionais que atuam na rede básica municipal, e conseqüentemente, a redução de gravidez indesejada na adolescência, permitindo que essas mulheres tenham maior controle sobre sua vida reprodutiva.

RELATO DE VIVÊNCIAS EM DIFERENTES ABORDAGENS DO ENSINO DA OBSTETRÍCIA

Murillo Barbosa; Daniele S. de Vasconcelos; Érika P. P. Gomes; Humberto E. Guedes Neto;
Marita de A. A. Brilhante; Maria de F. C. de Araújo; Camila V. D. da Costa; Janaina G.
Guilherme; Déborah S. de A. M. e Silva; Gabriela de A. Miranda; Nathali de O. Costa; Thaina C.
M. Pinto; Thuany B. Herculano; Tiago S. Lins

RESUMO

A extensão integra o aluno à rede assistencial e serve de espaço diferenciado para novas experiências voltadas à humanização, ao cuidado e à qualificação da atenção à saúde. Diante dessa conexão, nosso trabalho objetiva compartilhar a vivência e percepções experimentadas no curso de graduação em medicina referente ao conteúdo de obstetrícia e no curso de extensão em Boas Práticas Obstétricas e Neonatais. Para a realização deste relato escrevemos coletivamente uma narrativa sobre a vivência. No curso de medicina tivemos uma formação teórico-prática à visão do médico no modelo técnico-científico sobre o cuidado obstétrico, de modo entendermos que as competências eram o mais importante para um atendimento obstétrico eficiente. No curso de boas práticas obstétricas nós podemos ter contato com uma abordagem mais ampla sobre os cuidados maternos, utilizando a assistência baseada em evidências, nos apresentando a gestação não só como evento fisiológico, mas também emocional e sociocultural. Essa abordagem humanizada sobre a obstetrícia complementando o nosso ensino técnico-científico oferecido pelo curso de medicina, nos dá motivo para acreditar que estamos em uma formação que nos possibilita tornar profissionais competentes dentro do âmbito da obstetrícia, capazes de realizar uma assistência obstétrica eficaz, baseada em evidências e centrado no cuidado global materno e fetal.

Palavras-chaves: Ensino em Saúde, Assistência obstétrica, extensão universitária.

INTRODUÇÃO

A educação em saúde é um campo de práticas e de conhecimento do setor Saúde que tem se ocupado mais diretamente com a criação de vínculos entre a ação assistencial e o pensar e fazer cotidiano da população (BRASIL, 2007). Dentro desse âmbito, a extensão universitária, através da construção de saberes, se comunica com a formação acadêmica e a cresce através da aproximação e troca de conhecimentos e experiências entre alunos e população, pela possibilidade de desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem a partir de práticas cotidianas coadunadas com o ensino e pesquisa e, especialmente, pelo fato de propiciar o confronto da teoria com o mundo real de necessidades e desejos. A extensão integra o aluno à rede assistencial e serve de espaço diferenciado para novas experiências voltadas à humanização, ao cuidado e à qualificação da atenção à saúde (HENNINGTON, 2005).

Diante dessa conexão, nosso trabalho objetiva compartilhar a vivência e percepções experimentadas no curso de graduação em medicina pelo módulo Assistência Materna e Neonatal, referente ao conteúdo de obstetrícia e no curso Boas Práticas Obstétricas e Neonatais oferecido pelos projetos de extensão Vínculos e Vivências no Cuidado à Gestante e ao Bebê na Maternidade Cândida Vargas e Bebê na Maternidade Cândida Vargas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para a realização deste relato escrevemos coletivamente uma narrativa sobre a vivência, fruto de nossas experiências, percepção e observação participante. Desta forma, almejamos a partir de nossos saberes, participação ativa e forma de estar no mundo, suscitar reflexões sobre as diferentes vivências proporcionadas pelas distintas abordagens em obstetrícia.

O Curso de Medicina do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba tem seu curso baseado no currículo nuclear, com um núcleo específico onde estão os conteúdos básico-profissionais e outro complementar, constituído pelos conteúdos complementares obrigatórios, conteúdos

complementares optativos e conteúdos complementares flexíveis. O currículo se desenvolve em módulos e sua organização é semestral, obedecendo a dois eixos norteadores: 1. Eixo de formação teórico-prática e prático-construtivista; 2. Eixo de formação humanística. Dentro desse currículo, a obstetrícia é lecionada no módulo Assistência Materna e Neonatal, integrante do eixo de formação teórico-prática e prático-construtivista, voltado para a formação técnica e, na medida do possível, para a aplicação prática da técnica (COPPEM, 2007).

Componente das atividades extracurriculares dos alunos, o nosso projeto de extensão Vínculos e Vivências no Cuidado à Gestante e ao Bebê na Maternidade Cândida Vargas visa acompanhar a produção de cuidado humanizado das gestantes durante o pré-parto, o parto e o puerpério no Instituto Cândida Vargas (ICV), buscando integrar estudantes, profissionais de saúde, gestores e usuárias em processos de reflexão e ressignificação de percepções e sentidos, que possibilitem novos modos de agir na assistência obstétrica e neonatal. Diante disso, experimentar um contexto teórico-prático baseado no modelo biopsicossocial é essencial para que o estudante possa romper com estruturas fragmentadas dos cursos, tendência à especialização precoce do estudante e dissociação entre a formação e as necessidades sociais (ALVES et al., 2009).

De forma a dialogar com o conhecimento além do obstétrico tecnicista, surgiu o Curso de Boas Práticas Obstétricas e Neonatais. Entre as atividades do projeto de extensão está a discussão sobre teoria e prática com profissionais do ICV, problematizando vivências de campo e estudos da medicina baseada em evidências, sem deixar de discutir as questões de saber popular. Dentre os temas em debate: aprendizado sobre a humanização do parto e nascimento, a fisiologia do trabalho de parto, amamentação, trabalho multiprofissional na assistência parto, atividade das doulas e direitos da gestante e do bebê.

DISCUSSÃO

No módulo Assistência Materna e Neonatal, nós tivemos uma formação teórico-prática voltada para o aprendizado da fisiologia da gestação e a

propedêutica em casos de risco habitual e alto. Todas as aulas foram ministradas por profissionais médicos a uma turma composta apenas por estudantes de medicina, restringindo nosso aprendizado à visão do médico no modelo técnico-científico sobre o cuidado obstétrico e colocando esta categoria profissional como o principal agente do cuidado pré, peri e pós-natal. Desta forma, percebemos o afastamento do protagonismo e a autonomia da mulher no cenário de parto. O curso era ministrado com ênfase na competência técnico-científica de forma a entendermos que o desenvolvimento do raciocínio clínico, a identificação dos sinais e sintomas, a realização de manobras, a formulação de hipóteses diagnósticas, prognósticos e alternativas de condutas terapêuticas eram as competências mais importantes para um atendimento obstétrico eficiente. Sobre essa ótica, aprendemos a valorizar condutas e práticas, que necessitam de atualizações permanentes, pois baseiam-se nas evidências científicas recentes, em detrimento do cuidado centrado no bem-estar geral da gestante.

Durante a aula de assistência ao trabalho de parto, tivemos a oportunidade de aprender sobre uma forma de conduzir o parto a fim de garantir a segurança e o bem-estar materno e fetal. Porém, ouvimos de nosso professor, especialista na área, que o termo “humanização do parto” é redundante e não deveria ser utilizado. Segundo ele, o fato de o médico trabalhar com o cuidado de pessoas já o faz, consequentemente “humanizado”, pois toda intervenção e procedimento médico tem, por finalidade, propiciar o alívio do sofrimento humano. Essa perspectiva se torna interessante porque nos mostrou que não haveria uma abordagem explícita no conteúdo do módulo com as perspectivas da humanização do parto. O enfoque foi na especialidade médica, saber atuar com competência e ser bem-sucedido em nossos procedimentos, âmbitos de extrema importância para nossa formação, mas que, por conhecermos a necessidade de discutir as violências nas práticas obstétricas, teríamos que buscar estudar essa temática em outros cenários.

No curso de boas práticas obstétricas nós podemos ter contato com uma abordagem mais ampla sobre os cuidados maternos, utilizando a assistência baseada em evidências, e nos apresentando a gestação não só como evento fisiológico, mas também emocional e sociocultural. Como exemplos, vimos:

métodos não farmacológicos para alívio de dor, trabalho multidisciplinar na assistência ao parto e violência obstétrica. Além disso, as aulas do curso eram ministradas por médicos, enfermeiros e doulas, e o corpo estudantil é formado por alunos de vários cursos da saúde, assim como profissionais da enfermagem, técnicas de enfermagem, fisioterapeutas que atuam tanto na atenção básica quanto no ICV. Ter a oportunidade de vivenciar discussões entre os diferentes profissionais sobre os assuntos abordados em cada aula, nos garantiu uma visão ampliada dos papéis de cada categoria e da importância da integração de cada função na construção do trabalho realizado por uma equipe multiprofissional. Em contrapartida, algumas semelhanças foram observadas entre os cursos, como o estímulo e valorização do parto normal, embora com abordagens diferentes; o método de ensino moldado na comunicação professor/palestrante-aluno, apesar das aulas do curso de boas práticas obstétricas e neonatais terem sido mais dinâmicas; e a presença das divergências de opiniões dos estudantes em ambos os cursos, dividindo a turma entre aqueles que apoiam integralmente o parto humanizado e aqueles que mantêm receio em relação às mudanças das práticas no cenário de parto.

A diferença de opiniões ficou evidente na aula sobre as doulas. A aula ministrada por uma doula, teve como objetivo de apresentar atuação e os benefícios que a presença delas traz para as gestantes. Ocorreu um maior tensionamento no momento da discussão comentado que as doulas poderiam acompanhar as gestantes se elas quisessem utilizar as bolas suíças ou os cavalinhos. As fisioterapeutas que estavam assistindo a aula se mostraram contra a comentário, alegando que a o posicionamento da gestante durante o trabalho de parto é de responsabilidade da fisioterapia, já que, quando mal indicado, pode levar a complicações e distócias. Essa discussão ocorreu mesmo com a palestrante mostrando evidências de benefícios proporcionados às gestantes pela atuação das doulas, o que nos faz refletir que até mesmo os profissionais mais interessados em discutir a temática da humanização do parto podem se posicionar contrários à alguns aspectos do tema baseados naquilo que aprenderam em sua formação e atuação profissional sobre os seus papéis na assistência às gestantes. Tal reflexão nos mostra a constante necessidade de resignificar nossos conceitos

pré-estabelecidos para aprendermos um novo jeito de se fazer obstetrícia, focando naquilo que gera o melhor cuidado obstétrico e atuando enquanto equipe multiprofissional de trabalho.

CONCLUSÃO

A aprendizagem através da extensão voltada para a humanização do parto com ênfase na atuação multidisciplinar, nos proporcionaram a aproximação com a prestação do cuidado multidisciplinar, a assistência obstétrica humanizada e centrada na pessoa, que possui como maior objetivo o bem-estar materno e fetal. Essa abordagem humanizada sobre a obstetrícia complementando o nosso ensino técnico-científico oferecido pelo módulo da graduação, nos orientou sobre o papel do médico na assistência obstétrica e nos deu a oportunidade de exercitar e desenvolver conhecimentos e atitudes específicos dessa área. Além disso, nos propicia motivos para acreditar que estamos em uma formação que nos possibilita tornar profissionais competentes dentro do âmbito da obstetrícia, capazes de realizar uma assistência obstétrica eficaz, baseada em evidências e centrado no cuidado global materno e fetal. Desta forma, a interdisciplinaridade com outros profissionais e o entendimento de seus cenários de prática nos assegurou um entendimento do cuidado obstétrico para além do conhecimento médico e hospitalar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Antonia Núbia de Oliveira et al. A humanização e a formação médica na perspectiva dos estudantes de medicina da UFRN - Natal - RN - Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p.555-561, dez. 2009.

BRASIL. Antônio Alves de Souza. Secretário de Gestão Estratégica e Participativa – Sgep. **Caderno de Educação Popular em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 158 p.

COPPEM. José Givaldo Melquiades de Medeiros. Presidente da Comissão Permanente de Pesquisa em Educação Médica. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Medicina**. João Pessoa: Centro de Ciências da Saúde, 2007. 76 p.

HENNINGTON, Élida Azevedo. Acolhimento como prática interdisciplinar num programa de extensão universitária. *Caderneta de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, p.256-265, fev. 2005.

REFLEXÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO CONTEXTO DA RELIGIOSIDADE NUMA COMUNIDADE PERIFÉRICA

Maurício Caxias de Souza¹; Hudson Silva de Oliveira²; Patrícia Serpa de Souza Batista³

¹ Projeto de Educação Popular e Atenção à Saúde da Família – Universidade Federal da Paraíba (PEPASF/UFPB); ² Projeto Educação Popular e o Cuidado em Enfermagem na Comunidade - UFPB; ³ Professora Coordenadora do Projeto Educação Popular e o Cuidado em Enfermagem na Comunidade - UFPB.

RESUMO

Este trabalho aborda uma reflexão sobre a educação popular em saúde no contexto da religiosidade numa comunidade periférica, onde são desenvolvidas as atividades de projetos de extensão universitária, que trabalham baseados nos estudos de Paulo Freire. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que tem o objetivo de refletir acerca de uma experiência de educação popular em saúde, no contexto comunitário, envolvendo o luto vivenciado por uma moradora pela morte de sua genetriz e a sua busca pela religiosidade no decorrer deste processo de luto. Percebeu-se que a prática da religião pelas classes populares contribui para amenizar o sofrimento, aliviar as angustias dos sujeitos, como também é associada ao processo saúde-doença e a cura.

INTRODUÇÃO

Conforme Ibáñez e Masiglia (2000), o desenvolvimento de atividades trabalhistas em saúde sempre esteve ligado às práticas espirituais/religiosas. Mesmo com o advento da modernidade e o surgimento da medicina científica, estudos antropológicos da atualidade têm mostrado que a consideração de dimensões religiosas continua presente em todos os estratos sociais como parte importante da compreensão do processo de adoecimento e cura.

Porém, a visão dualista inerente ao paradigma cartesiano e newtoniano de ciência, que distingue o mundo da matéria do mundo do espírito, tornou não legítima a consideração das dimensões religiosas da vida humana na investigação da gênese das doenças e na busca por medidas terapêuticas.

Com o avanço das ciências da religião, possibilitou-se a criação de conceitos e análises desvinculados de uma tradição religiosa específica possibilitando a ampla discussão deste tema, de uma forma que supera parcialmente as usuais e tensas competições dentre os diversos grupos religiosos.

Ao distinguir os aspectos de espiritualidade dos da religião, percebe-se que a espiritualidade é uma dimensão de cada sujeito. Esta dimensão espiritual revela-se tanto pela busca da fé, da religião, como pela capacidade de diálogo consigo mesmo, com o próprio coração, pelo amor, pela compaixão, sensibilidade, escuta do outro, responsabilidade e pelo cuidado como atitude fundamental. Já a religião está ligada ao sagrado, a fé, ao culto de uma religião específica, seus rituais e peculiaridades (ESPIRITUALIDADE, 2007).

Este estudo parte de uma experiência de extensão universitária norteadas pela educação popular, no contexto da religiosidade numa comunidade periférica, onde são desenvolvidas atividades de projetos de extensão universitária, que trabalham baseados nos estudos de Paulo Freire, em que os estudantes têm a oportunidade de desenvolver ações de promoção do cuidado em saúde, principalmente através de visitas domiciliares, a partir de uma pedagogia dialógica, problematizadora e estimuladora do protagonismo individual e coletivo, contribuindo para melhora da saúde e da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, houve a oportunidade de estudantes, orientados pela educação popular, acompanharem a vivência do luto de uma moradora, pela morte de sua genitora e a sua procura por fortalecer-se na religião, como forma de melhor enfrentar a realidade vivenciada.

Este estudo, portanto, tem o objetivo de refletir acerca de uma experiência de educação popular em saúde, no contexto comunitário, envolvendo o luto vivenciado por uma moradora pela morte de sua genetriz e a sua busca pela religiosidade no decorrer deste processo de luto.

PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência a cerca do luto vivenciado por uma moradora da comunidade onde são realizadas as atividades da extensão universitária em educação popular em saúde no contexto multidisciplinar, na cidade de João Pessoa – PB, pela morte de sua genetriz e a busca pela religião, no decorrer deste processo de luto.

DESCRIÇÃO DA VIVÊNCIA

A vivência mostrou-se potente para a reflexão da moradora enquanto filha e dos extensionistas acerca de perdas inesperadas. Logo, o período foi norteado por sentimentos de dor e angústia, como também por fortalecimento do vínculo entre extensionistas/moradora e o surgimento do protagonismo da mesma referente às atividades pessoais de sua vida.

Os estudantes, norteados por uma pedagogia afetiva, dialogada, problematizadora, pautada nos fundamentos de Freire (2005) quando afirma que “a fé no homem é o pressuposto do diálogo” ou “sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo”, procuraram estimular a moradora a buscar formas de enfrentamento desse momento difícil de sua vida.

Conforme Vasconcelos (2006), a valorização da dimensão da espiritualidade no cuidar em saúde, permite ao profissional integrar as dimensões racional, sensitiva, afetiva e intuitiva as quais permitem uma maior proximidade com a pessoa em cuidado, ajudando-a a melhor lidar com situações de crise vivenciadas.

Nessa perspectiva, apoiada por estudantes, nesse momento de dor, a moradora buscou fortalecer a sua fé na religião, encontrando assim, forças para vivenciar com mais serenidade o processo difícil de luto de sua genitora.

A todo o momento a sua fé em Deus torneou os seus pedidos de força e continuidade aqui nesta terra diminuindo as suas angústias e sofrimento. Bem como a certeza de que a sua mãe estará em um lugar melhor.

CONCLUSÃO

Percebeu-se que a prática da espiritualidade/religião pelas classes populares contribui para amenizar o sofrimento, aliviar as angustias dos sujeitos, como também é associada ao processo saúde-doença e a cura.

O relato dessa experiência faz refletir também sobre a contribuição das atividades de extensão universitária orientadas pela educação popular em saúde, na formação universitária sem saúde, preparando futuros profissionais para atuar de forma crítica, humanizada, valorizadora da espiritualidade/religiosidade na prática do trabalho em saúde.

REFERÊNCIAS

ESPIRITUALIDADE e saúde mental. Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, v. 34, supl. 1, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2005.

IBÁÑEZ, N; MARSIGLIA, R. Medicina e saúde: um enfoque histórico. In: CANESQUI, A.M. (Org.). Ciências sociais e saúde para o ensino médico. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 49-74.

VASCONCELOS, E. M. A. A espiritualidade no cuidado e na educação em saúde. In: VASCONCELOS, E. M (Org.). Espiritualidade no trabalho em saúde. São Paulo: Hucitec, 2006.

PROJETO PARTEJAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DAS VIVÊNCIAS NO INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS E DA LUTA PELA HUMANIZAÇÃO DO PARTO

Camila Vieira Dias da Costa, Daniele Santana de Vasconcelos, Déborah Sabrina de Albuquerque Morais e Silva, Érika Patrícia Pereira Gomes, Gabriela de Araújo Miranda, Humberto Espínola Guedes Neto, Janaína Guerra Guilherme, Maria de Fátima Costa de Araújo, Marita de Almeida Assis Brilhante, Murillo Bruno Braz Barbosa, Nathali de Oliveira Costa, Thaina Cavalcanti Mendes Pinto, Thuany Bento Herculano

RESUMO

O projeto Partejar nasce da junção de dois projetos de extensão da UFPB, com campo e atuação na maternidade de referência do estado da Paraíba, o Instituto Cândida Vargas. O projeto é coordenado pelos professores e conta com 12 extensionistas, graduandos dos cursos de enfermagem e medicina. O projeto tem como objetivo o acompanhamento de gestantes e puérperas dentro do ICV durante o pré e pós-parto, através da relação e do diálogo entre os elementos que estruturam o serviço em saúde do local: estudantes, profissionais da saúde, usuários e gestores. Baseado nisso, reflete-se as potencialidades, as dificuldades e as melhorias que devem existir no sistema de saúde e no cuidado para com os usuários. As ações do grupo dentro do serviço têm caráter aditivo e buscam não ir de encontro às diretrizes já existentes, visando se integrar e promover o bem estar das parturientes a partir dos princípios da humanização do parto, garantindo assim uma assistência não violenta e com ênfase no empoderamento da mulher. Dentro da carga horária dos extensionistas 6h são reservadas semanalmente para estágio na maternidade, rodando pelos setores lá oferecidos - como O pré-parto, a UCIN, o projeto mãe-canguru, dentre outros. Além disso, parte da carga horária é destinada para a organização e efetivação do Curso de Boas Práticas Obstétricas e Neonatais, oferecido para profissionais da rede e estudantes.

Palavras-chaves: Extensão, Humanização, Parto, Relato.

INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento acadêmico - baseada no tripé universitário formado por Ensino, Pesquisa e Extensão - permite a construção ativa da promoção da saúde de forma que é possível aplicar debates e conhecimentos da sala de aula nas práticas diárias. A principal ferramenta para a construção ativa do cuidado em saúde constitui na realização de projetos de extensão e sua relação com a sociedade, estabelecendo uma via de duas mãos. A dissociação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão mostra-se inviável, uma vez que são metodologias complementares e contribuem conjuntamente na formação de profissionais capacitados e inseridos na comunidade.(MAGALHÃES, 2007)

O projeto Partejar, vinculado à UFPB, surgiu da união de dois projetos de extensão: “Observatório da produção do cuidado no SUS: Conectando saberes e práticas no cuidado a puérperas e bebês” e o “Observatório do Cuidado no SUS: Vínculos e Vivências nos Cuidados à Gestante e ao Bebê na Maternidade Cândida Vargas” ambos iniciados em 2015 no Instituto Cândida Vargas. Os dois projetos surgiram da iniciativa das estudantes do curso de Medicina visando defender a humanização do parto e do nascimento e para buscar novas formas de aprendizado da Medicina Obstétrica e Neonatal, além de promover estudos e práticas sobre o cuidado e atenção à gestante e ao recém nascido. O diálogo com o serviço e a inserção dos extensionistas nele foi essencial para a efetivação de ambos os projetos e foi o estímulo necessário para continuar os dois projetos em 2016, desta vez buscando uma maior integração entre os participantes e os setores do ICV. Como forma de garantir o acesso e a prática no espaço e também defender os princípios da humanização do parto ocupando diversos espaços políticos e acadêmicos, fundou-se o projeto Partejar, instrumento de emponderamento feminino e representatividade e também ferramenta para a propagação dos princípios da humanização do parto. A maternidade Cândida Vargas é o local de ação propício para esse processo pois é um dos centros de referência da humanização do parto da Paraíba.

O termo humanização busca retomar um cuidado pessoal e caloroso que com o avanço da ciência, e principalmente a adoção de modelos de atenção a

saúde hospitalar, impessoais e mecanizados. O cuidado humanizado tem como principal característica a problematização das medidas intervencionistas (WEI, 2007) e dentro da humanização do parto, é essencial a visão do protagonismo feminino/materno e também da fisiologia do parto como algo natural do corpo, sem necessidade da assistência hospitalar e profissional de forma excessiva. A humanização do parto busca recuperar o parto como evento familiar (TEIXEIRA, 2009) e garantir o cuidado não violento, fazendo isso a partir do estudo e da utilização de evidências científicas. Dessa forma, o projeto Partejar busca se inserir de forma ativa na humanização da assistência ao parto e ao nascimento, promovendo para a parturiente um momento de tranquilidade e de proteção.

A EXPERIÊNCIA DO PARTEJAR

O Instituto Cândida Vargas (ICV) é a maternidade de referência do estado da Paraíba, atendendo gestantes e neonatos de acordo com o nível de necessidade de atenção de cada paciente. A maternidade acompanha pré-natais de risco e recebe a livre demanda de trabalhos de parto da região metropolitana de João Pessoa e de parturientes de risco elevado do interior do estado. Esse sistema é garantido pela característica da integralidade do SUS e na participação do Instituto no projeto Rede Cegonha do governo federal, que visa acolher a gestante, implementar uma rede de cuidados humanizados e garantir os direitos da mulher durante seu parto. Dentre os principais setores estão a ala do pré-parto, os alojamentos para gestantes e puérperas, o Método Canguru, as Unidades de Cuidado Intermediários (UCIN) e o Banco de Leite Humano Zilda Arns. Além disso, o ICV possui um núcleo de estudos, ao qual o projeto Partejar está vinculado.

A nossa atuação na maternidade abrange todos os setores existentes no local e a abordagem tomada por nós varia de acordo com a situação na qual a mulher se encontra. No pré-parto, por exemplo, é realizado um acompanhamento similar ao trabalho das doulas, visando construir com as parturientes um vínculo baseado no empoderamento e confiança entre ambas as partes. Nas experiências vividas, as mulheres geralmente estão desacompanhadas, sendo receptivas

quando nos apresentamos a elas e nos disponibilizamos a apoiá-las. Já no setor do método Mãe-Canguru, as mulheres se mostram um pouco mais apreensivas com a nossa presença, visto que muitas delas estão restritas àquele local de recuperação há muito tempo e, portanto, fragilizadas emocionalmente e esgotadas. Apesar de todas as dificuldades na nossa inserção ao Mãe-Canguru, o setor se mostra muito engajado no apoio efetivo às mães e seus bebês, seguindo muitos dos princípios da humanização do parto e puerpério. Para tanto, é oferecido o apoio de psicólogos, fonoaudiólogos, enfermeiros e pediatras, além da ajuda do banco de leite.

Mesmo o ICV fazendo parte da Rede Cegonha, estratégia do Ministério da Saúde cujo objetivo principal é oferecer um apoio integral às gestantes, ainda se observam práticas de violências obstétricas por algumas equipes atuantes. Essas atitudes, são hoje, consideradas violentas, mas constituem o modelo de assistência ao parto tradicional com ênfase em procedimentos e intervenções. O modelo tradicional de assistência tem afetado negativamente a experiência do parto e nascimento, necessitando se adequar aos princípios da atenção integral às gestantes. Essas violências vão desde a falta de auxílio no pré-parto até o impedimento da entrada de acompanhantes nas salas de parto ou no bloco cirúrgico - no caso das cirurgias cesarianas. As mais frequentes, são realizadas intervenções obstétricas desnecessárias (ex; episiotomia, ruptura prematura da bolsa amniótica, uso de soro com ocitocina e cesarianas sem indicação), mostrando o quanto o processo de trabalho ainda precisa mudar.

Durante o desenvolvimento e efetivação do Projeto Partejar, construímos uma série de conceitos que abrangem desde a assistência humanizada até o funcionamento do corpo feminino durante o trabalho de parto. As vivências no ICV serviram de palco para aprendizados únicos de construção moral e desenvolvimento de empatia pelo paciente, aspectos estes que a graduação se mostra deficiente. Dessa forma, nos tornamos capazes de provocar mudanças não só na relação da mulher para com o Instituto, mas na nossa própria formação e no de nossos colegas, ao compartilhar experiências. Além disso, a formação e mudanças provocadas pelas vivências afetam também o nosso campo psicológico e de relações humanas, nos tornando mais sociáveis, abertos a diferenças e nos

estimulam a sermos, como dizia Gandhi, a mudança que queremos ver no mundo. Essa afirmação se torna coerente, tendo em vista que somos graduandos em saúde e então capazes de promover um cuidado humanizado e seguro ao paciente.

Como parte das atividades realizadas pela extensão, o projeto Partejar promove o Curso de Boas Práticas Obstétricas e Neonatais voltado para os profissionais da rede e estudantes, buscando efetivar a humanização da assistência ao cuidado. O curso dá ênfase a noções de cuidado a partir da visão humanizada do cuidado, trazendo profissionais de renome da área - inclusive, alguns fazem parte do serviço do ICV - para realizar capacitações e mediar debates. Algumas discussões tratam-se sobre a fisiologia e morfologia do parto enquanto outras se baseiam na ideologia e na produção do cuidado, debatendo projetos terapêuticos e atualidades. Os assuntos abordados nas aulas servem de embasamento teórico para nós, extensionistas, atuarmos de maneira mais efetiva na maternidade durante as visitas semanais. Além disso, estas aulas reinventam as atitudes dos profissionais participantes, o que reflete nas suas competências e habilidades.

CONCLUSÃO

As visitas ao Cândida Vargas, além de servirem de instrumento de parte da transformação no processo da assistência à mulher no pré-parto, parto e pós-parto do próprio instituto, provocam também mudanças no olhar de cada um dos integrantes do grupo acerca da emotividade e da delicadeza envolvidas no momento do parto e da dinâmica de atuação dos profissionais de saúde frente às necessidades das parturientes. Tais mudanças são possibilitadas através do testemunho de cada extensionista quando compartilhado entre os integrantes do grupo, deixando claro o valor de se disseminar estas experiências a fim de que os profissionais da área concebam as violências obstétricas como tal. Evidencia-se, portanto, a importância da continuidade da extensão e da criação de seu curso que promove o conhecimento obstétrico e neonatal de maneira que estudantes,

profissionais de saúde, gestores e usuários possam interagir, sugerir novos modelos de cuidado e indagar abertamente, proporcionando reflexões elucidativas e mudanças de comportamento. Além disso, é notável a propagação do cuidado humanizado dentro do serviço, através de relatos das pacientes, que estão mais atentas às violências que sofreram/podem sofrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAGALHÃES, H. G. D. Indisociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão: tensões e desafios. ETD- Educação Temática Digital, p.168-175, ago. 2007.
Disponível em <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-73594>>

TEIXEIRA, K. de C., BASTOS, R. Humanização do Parto. In: ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3, 2009, Curitiba, Anais p. 1472-1477

WEI, C. Y. Ações Humanizadoras na Assistência ao Parto: experiência e percepção de um grupo de mulheres em um hospital-escola. Dissertação de Mestrado, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo 2007.

Portal Rede Cegonha, Ministerio da Saúde.

Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php>

‘OS TRÊS DO ENEC’: RELATO DO ESTÁGIO NACIONAL DE EXTENSÃO EM COMUNIDADES EM COSTINHA, LUCENA, PB

Etna Kalliane Pereira da Silva¹; Joab Lucena do Nascimento Farias²; Lídia Santos Sousa³

¹ Universidade Federal da Bahia; ² Faculdade Maurício de Nassau; ³ Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo relatar as experiências vivenciadas por três estudantes de graduação na área da saúde durante o Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC) na Colônia de Pescadores de Costinha, Lucena, Paraíba, no período de 01 à 16 de julho de 2015. A experiência de imersão na comunidade proporcionou aos estudantes envolvidos o contato com a realidade social e cultural dessa comunidade, sua história de lutas e organização. Evidenciando a importância da troca de saberes popular e científico, de conhecer as relações sociais para o “fazer” saúde, e de se reconhecer como um agente transformador ‘com’ a comunidade e não ‘para’ a comunidade. Além disso, a criação de vínculos com os moradores, proporcionou aos estudantes um sentimento nunca antes experimentado, o sentimento de entrega e pertencimento, que eles reconheceram como fundamentais para um bom trabalho em saúde, a sensação de fazer parte dos contextos que trabalhamos. O ENEC foi para os mesmos uma experiência única e de muita aprendizagem, que os motivaram a multiplicar experiências semelhantes nas suas universidades de origem, tornar a extensão universitária cada vez mais uma extensão popular.

ANTES DO INÍCIO

Era junho de 2015 e foi divulgada mais uma seleção para vivência no histórico ENEC - Estágio Nacional de Extensão em Comunidades, por motivos diversos, mas com a mesma vontade de fazer algo diferente do dia-a-dia comum

da universidade, três jovens estudantes, em três diferentes cidades do país se inscreveram. No dia 25 de junho, o resultado!!! Os três foram selecionados!!! Naquele momento não tinham ideia do que viria pela frente, que seus caminhos se encontrariam.

Etna da Silva, a baiana do grupo, percorreu 1.309 km para iniciar uma experiência única em sua vida, conheceu Emmanuel Falcão (coordenador e referência do ENEC) em um congresso na capital do seu estado no ano anterior, e lá ficou encantada sobre os relatos de seu trabalho em comunidades paraibanas, e seu interesse pela educação popular foi reafirmado e cresceu a curiosidade de conhecer o trabalho de Falcão de perto. Etna tinha 22 anos e era estudante do penúltimo período do curso de Nutrição da Universidade Federal Bahia em Vitória da Conquista – BA.

Joab Lucena estava por perto, paraibano de Alhandra região metropolitana de João Pessoa, foi convidado por um amigo para fazer um curso de extensão (Práticas Integrals de Educação e Promoção da Saúde) na Universidade Federal da Paraíba, no primeiro dia do curso o convidado para ministrar a aula foi Emmanuel Falcão, que em sua fala trouxe não só reflexões relacionadas á saúde, mas temas como o modo de ensino praticado nas universidades, a ciência que vem fragmentando o homem. Aquela fala deixou-o instigado. Joab tinha 20 anos, e era estudante do quinto período do curso de Psicologia na Faculdade Maurício de Nassau em João Pessoa - PB.

Lídia Santos é uma estudante múltipla de Campina Grande - PB, durante o dia cursa Enfermagem na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e á noite Radiologia na Faculdade Maurício de Nassau, além de integrar o diretório acadêmico, grupo de extensão e ter trabalhos na igreja que congrega. Em um intervalo de sua rotina diária, visualizou em uma página de um amigo em uma rede social a abertura de inscrição para o ENEC, mesmo sem saber muito bem sobre o estágio, imaginando ser algo parecido com o VER-SUS ela e um grupo de amigos se inscreveram no ENEC. Lídia tinha 19 anos, e era estudante do quarto período do curso de Enfermagem da UEPB em Campina Grande - PB.

A VIVÊNCIA

E no dia 01 de julho de 2015, nos encontramos. Iniciou o tão esperado, ENEC. Os primeiros dois dias foram de pré-vivência na Unidade Escola da AGEMTE - Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão na Comunidade Guruji, Município do Conde - PB, lá nos reunimos com os demais estudantes e participamos de Círculo de Cultura sobre Metodologia para Mobilização Coletiva e Individual (MET MOCI) que fundamenta a vivência, ouvimos depoimentos de profissionais que participaram de edições anteriores do ENEC (o que aumentou a ansiedade e motivação) e Círculo de Cultura sobre Extensão Popular e a Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP).

Além de almoços coletivos, luau e discussões e compartilhamentos de experiências entre os universitários de cursos diversos da área da saúde de várias universidades de diferentes regiões do país. O local da pré-vivência foi uma descoberta a mais, a unidade-escola com várias tecnologias sociais agroecológicas, era um convite à exploração e aprendizagens nos intervalos das atividades.

No dia 03 de julho, o tão esperado sorteio das comunidades e grupos de vivência. Fomos sorteados para irmos para a comunidade de pescadores de Costinha, Lucena. Tivemos explicações sucintas sobre todas as comunidades (ficamos com vontade de ir para todas), mas colônia de pescadores, com certeza seria uma vivência diferente de tudo que tínhamos vivido até ali. Na tarde do mesmo dia, partimos para a comunidade com nossa facilitadora Rosângela Pimenta. A primeira visão de Costinha foi do porto de Cabedelo, com o mar entre nós, reafirmamos a certeza que aquela experiência seria única em nossas vidas, três estudantes do interior sem contato e relação com o mar, passaria a viver em uma comunidade em que as pessoas têm o mar como seu maior parceiro.

No ENEC, a vivência estudantil não se dá primordialmente pela lógica dos serviços institucionais de saúde, mas centralmente pelo olhar dos grupos populares e suas práticas, a partir do lugar de seus anseios, lutas e desafios cotidianos. E nas primeiras horas na comunidade, já podemos entender isso.

Fomos recepcionadas por Dona Detinha, nossa anfitriã na comunidade, com muito carinho e atenção, iniciou uma boa conversa regada á ostras e

mariscos cozidos ao leite de coco e para iniciar nossa integração com a comunidade nos mostrou uma rede de pesca. Antes do entardecer damos nossa primeira ‘volta’ na comunidade, com a troca de olhares curiosos entre nós e os moradores, as nossas primeiras impressões e reconhecimentos. E no final do dia, em seu diário de campo, Lídia escreveu “Aqueles ares eram tão novos e diferentes, mas à medida que aspirávamos, nossas narinas deixavam de ser paraibanas e baianas e tornavam-se Costinhenses”. E os dias se passaram em meio de muitas conversas e experiências, não éramos mais forasteiros, já éramos parte daquela comunidade, abriram suas casas e seus corações, como se fossemos amigos de infância.

Costinha é uma pequena comunidade de pescadores, pertencente ao município de Lucena, é uma comunidade marcada pelo passado, por ser o local onde ocorria a caça de baleias no Brasil, e logo nos primeiros momentos demos conta disso, pois todas as primeiras conversas giravam sobre esse tema. Além disso, Costinha é a comunidade que recebeu os primeiros viventes do ENEC, e onde iniciou os trabalhos de Falcão, e esses momentos são lembrados pela população, principalmente pelos mais velhos.

Essa diferenciação por ser uma comunidade que já participou de trabalhos extensionistas, percebemos nas características de organização da mesma, na comunidade há pessoas organizadas de diferentes formas seja na colônia de pescadores, nas diversas igrejas, no trabalho no lar dos idosos ou na ONG IMMAS, uma ong da própria comunidade com a finalidade de promover consciência ambiental e oficinas para crianças. E foi na ONG IMMAS, que iniciamos nossos vínculos, logo no segundo dia de vivência participamos contribuindo ativamente no mutirão de construção de sua sede (que terá paredes utilizando garrafas pet).

Mas também vivenciamos alguns problemas, como dificuldade de geração de renda através da pesca, pois não há uma regularidade, além do baixo preço dos pescados, vendido muitas vezes para atravessadores. Sendo que muitos moradores buscam trabalhos na cidade para ter uma renda fixa, mesmo que essa seja mínima. O abandono escolar, a falta de projeto de vida, o alcoolismo, o machismo, a violência doméstica, o distanciamento da equipe de saúde da família,

a expropriação da história e cultura da comunidade por estrangeiros também foram temas presentes no nosso dia-a-dia. No entanto, o que mais marcou foi a força daquele povo, a sinceridade ao nos mostrar suas fraquezas, mas também a satisfação de participarmos de suas alegrias, seja na felicidade de ter pescado curumuins e baiacus ou de nos proporcionar almoços com ostras e mariscos ou de nos levar a ilha da restinga ou de ensinar como conservam os peixes em alto mar ou de mostrar a história de sua comunidade através da pesca da baleia e de como venceram as adversidades quando esta foi proibida no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU DE CONTINUAÇÃO

E para encerrar esse relato, transcrevemos aqui o que esses três estudantes escreveram para finalizar seus relatórios de vivência:

Participar do Estágio Nacional de Extensão em Comunidades – ENEC foi algo único e transformador. Voltei para casa e enquanto escrevo lembro-me dos rostos que conheci em Costinha e que hoje os recordo como amigos. Amigos de um outro local, de uma outra gente, de outro modo de viver, mas acima de tudo, amigos. Me acolheram como se eu fosse daquele povo e a partir disso eu pude ver que na realidade eu sou aquele povo. Povo brasileiro. Povo batalhador. Povo que mata um leão por dia. Povo que ama. Povo que sofre. Povo que sente. Brota no meu coração o amor pelo povo, não mais na visão simplória, assistencialista que antes tinha. Mas com o desejo de empoderar esse povo. De mostrar que eles podem vencer nessa vida. (Lídia Santos)

Vivenciamos momentos únicos em Costinha, lugar simples e pacato que nos acolheu e ofereceu o que havia de melhor, o carinho, o sorriso sincero, um abraço amigo. A vivência nos sensibiliza nos faz refletir e por que não dizer que é transformadora. Sim, é uma experiência transformadora, pois nos provoca e nos levar a pensar em outras possibilidades. Particularmente falando, é uma experiência que amplia minha visão e me traz um direcionamento fazendo-me criar novas possibilidades, ao sair do tecnicismo da universidade e se aproximar da realidade, olhando com os olhos da própria comunidade, enxergando seus problemas, suas lutas, suas formas de se organizar e de buscar uma vida digna.

A vivência em si foi algo que fez-me refletir e redirecionar meus caminhos pensando de forma diferente, percebendo indivíduo e meio de forma mais complexa e em constante relação. Posso dizer que foi uma experiência única que é difícil de explicar em palavras, aliás, não consigo explicar, é algo que é preciso viver e sentir para saber como é, por isso é vivência. (Joab Lucena)

Não tenho palavras que consiga descrever tudo que vi e vivi. Mudou algo na minha maneira de ver o mundo, mas principalmente na maneira de me ver no mundo. Volto com as energias renovadas e com a cabeça fervilhando de pensamentos, ideias, dúvidas e muito mais; com a reafirmação de que vale a pena lutar e viver essa loucura transformadora, e que um dos caminhos para transformação é a extensão e a educação popular; com o compromisso de construí-la em cada ato do meu dia-a-dia, onde quer que eu esteja; e com a promessa de que um dia retornarei para as bandas de lá, rever os amigos que lá deixei, e foram tantos de coração aberto, que me acolheu tão bem, que hoje me sinto da família, e sou da comunidade de Costinha, Lucena, PB. Aprendi na prática o quanto esse pertencimento e vivência na comunidade são importantes para a formação e o trabalho em saúde, e o quanto ela tem á nos ensinar. Que é necessário trabalhar com a comunidade e não para a comunidade. Grata estou por essa oportunidade e por todos/as aqueles/las que tornou-a possível para mim. E continuarei na luta para que mais estudantes e profissionais se aproximem da extensão e da educação popular. “Há que extencionar-se a Universidade à Comunidade, há quem intencionar a Comunidade à Universidade”. (Etna da Silva)

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Maria Ferreira da Silva; Luciana Ferreira da Costa; Lusival Antônio Barcellos

RESUMO

O Programa Mais Educação é uma estratégia do Governo Federal para implantação da educação integral no país que se refere ao processo de ampliação da jornada escolar. Trata-se de um programa já presente nas escolas municipais da cidade de João Pessoa desde 2008. Desta forma, o presente relato de experiência tem como objetivo descrever as oficinas desenvolvidas no âmbito de uma escola municipal de João Pessoa participante do Programa Mais Educação, especificamente, a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Augusto dos Anjos, localizada no bairro do Cristo. Para tanto, discorre inicialmente sobre o programa. Em seguida, descreve as oficinas realizadas na escola. Conclui que o Programa Mais Educação traz uma mais valia para o aluno, para os agentes educadores e para a escola por possibilitar a estes atores, por meio das oficinas, o convívio social no tempo escolar ampliado, não só na sala de aula, mas nos espaços da comunidade que se traduzem como territórios educativos.

Palavras-chaves: Educação Integral. Programa Mais Educação. Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Augusto dos Anjos. João Pessoa – Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

O termo Educação Integral (EI), como se apresenta na portaria interministerial nº 17/2007 que cria o Programa Mais Educação, é entendida como ampliação de tempos e espaços educacionais, bem como dos compromissos sociais da escola, que se associa às demais políticas sociais e às comunidades locais para a melhoria da qualidade da educação (CAVALIERE, 2010).

Uma estratégia do Governo Federal para implantação da EI no país atende pela denominação de Programa Mais Educação (PME), realizado na cidade de João Pessoa desde 2008, portanto, uma realidade presente nas escolas municipais. As escolas participantes do PME devem cumprir sete horas mínimas diárias durante o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais (MOLL, 2012). De acordo com Moll (2012, p. 121), “as atividades podem ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele sob orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais” (MOLL, 2012, p.121).

Neste quadro, tem-se que efetivar a EI requer muito mais que apenas uma ampliação do tempo escolar diário, visto que é preciso pensar numa educação integral/integrada.

Assim, motivados a colaborar com as discussões sobre a EI, empreendeu-se a elaboração de desde relato de experiência que tem como objetivo descrever as oficinas desenvolvidas no âmbito de uma escola municipal de João Pessoa participante do PME, no caso a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Augusto dos Anjos, localizada no bairro do Cristo.

Sublinha-se que o presente relato, justificado pela atuação no âmbito da referida escola, baseia-se uma investigação maior realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Integral em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba.

2 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM JOÃO PESSOA

O PME foi implantado no município de João Pessoa em 2008, após adesão da Prefeitura Municipal de João Pessoa, via Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), ao Ministério da Educação (MEC). Os municípios contemplados, no primeiro momento de implantação nacional, foram definidos segundo o Manual de Educação Integral para obtenção de apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na escola (PDDE), no exercício de 2008, mediante o cumprimento

de alguns critérios, dentre eles: escolas estaduais e municipais localizadas nas capitais e cidades das regiões metropolitanas, baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e quantificação de mais de 99 matrículas registradas no Censo 2007 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (SILVA, 2014).

No mês de Julho de 2008 a direção geral de 59 escolas da rede municipal de ensino de João Pessoa foi convocada a comparecer à SEDEC para realizar o cadastro no PME, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). No momento da efetivação do cadastro, as escolas optaram pelos macrocampos e pelas oficinas a serem desenvolvidos quando do início do programa nas escolas. Os macrocampos e as oficinas funcionam de forma integrada aos Ministérios do Governo Federal: Ministério dos Esportes, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente, com o intuito de possibilitar melhor entendimento da participação dos programas do Governo Federal e suas interfaces com a escola e com a comunidade de maneira que, a seu modo, cada um dos macrocampos do saber e oficinas possam ser caracterizados como EI (SILVA, 2014).

Em resumo, cada escola deveria escolher no mínimo três macrocampos e seis oficinas, podendo ser duas atividades por macrocampo, contudo tendo como obrigatoriedade o macrocampo do saber acompanhamento pedagógico com no mínimo uma atividade (SILVA, 2014).

3 A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL AUGUSTO DOS ANJOS

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Augusto dos Anjos, pertencente ao Sistema de Ensino do Município de João Pessoa, localizada no bairro do Cristo, foi fundada em 1979. Atualmente, a escola funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite), com os seguintes segmentos: educação infantil; ensino fundamental I (1º ao 5º ano), ensino fundamental II (6º ao 9º ano),

educação de jovens e adultos (Ciclo de Alfabetização, I, II, III e IV). Conta com 799 alunos regularmente matriculados.

Sua estrutura física abriga 15 salas de aulas, uma Biblioteca, um ginásio poliesportivo, uma cozinha, um refeitório, sala de vídeo, sala de informática, sala dos professores, secretaria, sala da direção, sala da equipe técnica, sala da banda marcial, gabinete do dentista e sala temática do PME.

O corpo funcional da escola é composto por: Equipe Gestora (04); Professores do Ensino Fundamental I (15); Fundamental II (19); EJA: (10) Ciclo de Alfabetização (01); Filhos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (01) Ciclo I e II (02); Ciclo III e IV (06); Especialistas (05) e Funcionários (34), num total de 98 funcionários entre professores, pessoal de apoio efetivo e prestadores de serviço.

4 AS OFICINAS REALIZADAS NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL AUGUSTO DOS ANJOS

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Augusto dos Anjos quando da efetivação do seu cadastro no PME optou por quatro macrocampos do saber e por quatro oficinas. No Quadro 1 descrevem-se as oficinas realizadas na escola, as quais tiveram início em dezembro de 2008:

Quadro 1 - Oficinas realizadas na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Augusto dos Anjos

Macrocamp o do saber	Oficina	Objetivo	Atividade
Acompanha mento pedagógico	Letram ento	Conhecer a relação e a integração entre oralidade, escrita e letramento.	Produção, expressão e interpreta ção de diversos contextos e

			discursos culturais, exercitando a prática social da linguagem (escrita e leitura)
Cultura e artes	Canto Coral	Desenvolver o gosto pela música como instrumento para o desenvolvimento integral e como prática socializadora.	Familiarização com diferentes ritmos e arranjos musicais. Compreensão da construção musical, especialmente da utilização da voz como elemento de constituição do sujeito.
Esporte e lazer	Judô	Desenvolver as habilidades	Treinamento disciplinar

		e fundamento s do esporte por meio da prática com vistas ao desenvolvim ento físico, cognitivo e motor dos alunos. Incentivo à inclusão social e socialização	, ensiname nto dos fundamen tos do judô, realização de torneios e práticas de socializaç ão.
Meio ambiente	Horta escola e/ou comunit ária	Desenvolvi mento de uma educação ambiental substantiva, com abordagem a partir do meio ambiente.	Estímulo ao planejame nto interdiscip linar e à inserção de ações educador as integrada s no projeto político-pedagógic o da escola,

			ligadas à implantação da horta

Fonte: Autoria própria

É importante frisar que à cada cadastramento anual da escola ao PME, esta poderia alterar ou manter as oficinas. Isto ocorreu no âmbito da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Augusto dos Anjos. Desta forma, ao longo de oito anos de vinculação ao PME, as oficinas passaram por adequações: em 2010 realizaram-se dez oficinas. Estas funcionavam os cinco dias da semana, sendo duas por dia, Horta, Letramento, Direitos Humanos, Teatro, Tênis de mesa, Judô, matemática, Voleibol, Dança e Canto Coral; em 2011 reduziram-se as oficinas de dez para seis, porém no segundo semestre procedeu-se alteração nas oficinas. Daí, no primeiro semestre foram realizadas as oficinas de Judô, Canto Coral, Dança, Tênis de mesa, Letramento e Matemática. No segundo semestre foram realizadas oficinas de Teatro, Futsal, Jornal Escolar, Matemática, Judô e Canto coral; em 2012 foram realizadas as mesmas oficinas do segundo semestre de 2011; em 2013 houve a substituição de apenas uma oficina na área do esporte, ou seja, Futsal pela oficina Segundo Tempo; em 2014 houve a obrigatoriedade de opção pela oficina Orientação de Estudos e Leitura que tinha a finalidade de funcionar como um reforço escolar, mas além desta, realizaram-se as oficinas de Judô, Teatro, Pintura e Esporte na escola; em 2015 mantiveram-se as mesmas oficinas de 2014; em 2016 o número de oficinas foi reduzido para apenas duas oficinas, no caso, Judô e Teatro.

A redução do número de oficinas neste ano de 2016, deu-se por falta de repasse de recursos por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o que ocorreu não só com a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Augusto dos Anjos, mas com algumas outras escolas do município. As referidas oficinas apontadas no ano de 2016 tem data para o seu fim, o mês de julho deste ano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência objetivou descrever as oficinas desenvolvidas no âmbito de uma escola municipal de João Pessoa participante do Programa Mais Educação, no caso a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Augusto dos Anjos, localizada no bairro do Cristo.

É inegável que a modalidade de educação integral visa uma educação diferenciada que trabalha a realização de oficinas em várias áreas do conhecimento, de modo a trazer conteúdos do contexto de vivência do aluno, proporcionando, assim, maior relação entre a escola e a comunidade.

No caso da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Augusto dos Anjos, as oficinas realizadas trouxeram uma mais valia não só para os alunos, mas para os agentes educadores (monitores/oficineiros), alguns oriundos da própria comunidade assistida, e para a própria escola dado o convívio e as relações sociais estabelecidas no tempo escolar ampliado, não só na sala de aula, mas nos espaços da comunidade que se traduzem como territórios educativos. Considera-se, assim, que as oficinas foram de fundamental importância para o desenvolvimento bio-psico-social dos alunos, pois na prática de cada oficina percebeu-se o crescimento dos alunos nas suas relações sociais e com o meio. Em síntese, este novo modelo de ensino e aprendizagem derruba os muros de uma educação vertical e excludente, por proporcionar um protagonismo infanto-juvenil e a horizontalidade na forma de se construir o conhecimento a partir do diálogo, da percepção e da reflexão.

REFERÊNCIAS

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidea**, v. 20, n. 46, p. 249-259, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da**

educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 129-146.

SILVA, Ana Maria Ferreira da. **Interfaces entre a implantação e consolidação da educação em tempo integral em João Pessoa.** 64 f. Monografia (Especialização em Educação Integral em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, 2014.

O PAPEL DO ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO DA PALAVRA: SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO COQUE, RECIFE-PE.

Maria Amanda Martinez Elvir; Felipe Machado de Moraes

RESUMO

Um dos principais objetivos da pesquisa/relato social tem sido fruto de uma pesquisa, ainda em curso, que, a partir de algumas práticas extensionistas de escuta popular, tentam descrever uma realidade específica ou um problema particular ao analisar as questões de gênero na produção do espaço urbano, mais especificamente, a realidade do cotidiano das mulheres do Coque, Recife-PE. Para o desenvolvimento da pesquisa, o relato oral se tornou em uma das formas de acessar registros que permite proximidade e envolvimento aos grupos e aos saberes que historiadores como Benjamin Franklin chamaram de vozes silenciadas e afastadas da história oficial do mundo. Por outro lado, o registro oral do subalterno e a forma como se produz este registro, no caso crítica das teorias da colonialidade, se realiza a partir de uma língua colonizada que não necessariamente lhe pertence aquele subalterno cuja língua já está morta, ou em alguns casos, o pesquisador não tem nenhum tipo de familiaridade com estas outras formas de expressar e/ou descrever o real. A pesquisa, ora em curso, entende que, ainda hoje, muitas vozes estão sendo silenciadas para o qual as relações coloniais dos espaços, das culturas, dos saberes aludem a situações de opressão diversas, sejam elas definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais na observação do espaço urbano.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar alguns resultados parciais de campo de uma pesquisa maior e com título semelhante que atualmente se desenvolve

junto ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE sobre gênero na produção do espaço urbano que tenta descrever a mobilidade das mulheres da comunidade do Coque em Recife, Pernambuco.

Inicialmente, para este relato, foi realizado um registro sintético dos resultados das entrevistas qualificadas em profundidade, ainda que semi-estruturadas, para, posteriormente, analisar uma interpretação do discurso pela observação participante²⁴ das dinâmicas da comunidade no qual se percebeu a necessidade de aprender a escutar o *outro*, a escutar as pausas ou aqueles momentos de silêncio na narrativa dos registros das experiências. A concepção metodológica priorizou a “escuta”. No entanto, percebe-se que diante de temas delicados tanto para a entrevistada quanto para o conhecimento da vida social do território em estudo, o silêncio termina, muitas vezes por revelar aquilo que a palavra ainda não nomeia, seja porque ainda não existem palavras para descrever estas práxis ou porque existem circunstâncias que impossibilitam que estas palavras sejam ditas. Daí a percepção de que muitas entrevistas não revelavam o que se esperavam dos registros e do trabalho de, a partir e com o envolvimento da pesquisa de campo observando a realidade do Coque.

Segundo HAGUETTE²⁵, por exemplo, a história oral, que só mais recentemente adquiriu o status de técnica científica, está “apta a fornecer subsídios dentro dos limites da dimensão contemporânea, vez que se baseia em depoimentos gravados de atores sociais que recorrem à sua experiência e memória para recompor fatos acontecidos no âmbito de sua temporalidade.” Sobre esses registros orais e seus subsídios contrários aos *epistemicídios*²⁶, buscou-se entender, os resquícios de um desejo colonial ainda vigente nos

²⁴ Cicourel (citado por HAGUETTE, 2003, p.71) define a observação participante como “um processo no qual a presença do observador numa determinada situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e em participando com eles em seu ambiente (...) de vida, coleta dados. Logo, o observador é parte do contexto sendo observado no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto.”

²⁵ Vide: HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 9 ed. Petrópolis: Vozes. 2003, p.65.

²⁶ Para Boaventura de Sousa Santos: o conceito de *epistemicídio*, resulta em designar a morte de um conhecimento local. (SANTOS, 1998: p.208).

espaços urbanos, diante da complexidade e leitura da cidade, e como a partir das questões e condições em que o discurso e os debates de o gênero ainda são impostos como supressão da possibilidade de resistência e imposição de um castramento de sentido, através de uma episteme que torna a fala do subalterno, de antemão, silenciosa, vale dizer, ainda, desqualificada.

EXPERIÊNCIA DA PESQUISA DE CAMPO NO COQUE, RECIFE-PE.

As reflexões iniciais desta pesquisa foi o fato de perceber que as palavras têm uma história e que seu significado tem uma relação direta com o espaço de onde estas são pronunciadas. Na tentativa de definir conceitos como medo na mobilidade urbana das mulheres do Coque foi realizado um exercício mediante entrevistas a partir da construção uma situação específica em que as entrevistadas pudessem se ver sozinhas em uma rua escura dentro da sua comunidade e descrever todos aqueles elementos que representavam o medo. As duas respostas reveladoras do medo que foram mais registradas faziam referencia a Polícia Militar e a, quase frequente iminência de balas perdidas na comunidade. Na hora de questionar o significado de bala perdida, os relatos revelam que geralmente ocorrem tiroteios entre traficantes ou entre estes com a Polícia. Em outro exercício, foi perguntado o significado da palavra segurança modificando o contexto espacial. Nesta ocasião, foi construído um cenário em que as pessoas entrevistadas são levadas ao imaginário de uma rua escura no Bairro de Boa Viagem, Zona Sul da cidade do Recife. Neste outro contexto, algumas entrevistadas mencionaram que dentro desse espaço a Polícia representava, em alguma medida, algum tipo e sensação de segurança. Como identificado, o conceito de medo modificou completamente seu significado de acordo com o espaço em que este foi avaliado e sentido.

Conforme se registra diante das práticas das entrevistas propostas, o intento de leitura do papel do espaço na construção de significado da palavra e, mais ainda, sobre as questões de gênero na produção do espaço urbano do Coque deveria apoiar-se sempre em epistemologias populares (e das classes populares) - entendida como teoria de conhecimento situado, singular (e local) - e

suas hipóteses e saberes em que as questões de gênero levariam a uma maior percepção e compreensão de mudanças em prol de uma maior qualidade de vida. Shiv Visvanathan aponta que “a epistemologia de um povo é tão central quanto sua participação em qualquer discurso sobre democracia” (SHIV VISVANATHAN *apud* SANTOS, 2004, p. 760). Portanto, não é suficiente, apenas reconhecer e dar voz às comunidades, e sim preciso incorporar, como no caso do Coque, os diferentes tipos de conhecimentos populares e tradicionais, novas epistemologias urbanas na formulação de projetos de reinvenção do espaço público, comprometidos com a justiça cognitiva pelo direito à cidade.

Depois de gerar e perceber um grau de aceitação, intimidade, com o espaço e com os moradores da comunidade (em sua maioria com as mulheres entrevistadas) de modo a observar e acompanhar o cotidiano e os trajetos percorridos, caminhando e conversando com moradores e moradoras, muitas vezes fora do caráter formal de entrevistas, foi possível construir sentido aos relatos gerando uma leitura simbólica das palavras. A observação deu-se no espaço onde estas palavras provêm seu contexto histórico/social como uma forma de compreender o discurso. Este exercício não teria sido possível sem antes realizar, durante alguns meses de dedicação a pesquisa de campo no Coque, para constituir envolvimento, vivências na comunidade para “decodificar” e “traduzir” minimamente a estrutura de relação entre os relatos da mobilidade das mulheres que participam desta pesquisa e os espaços que habitam.

A comunidade do Coque, como muitas outras comunidades situadas em áreas de altos índices de vulnerabilidade social do Recife, é espacialmente heterogênea e contém, no interior da sua estrutura sócio-espacial, umas hierarquias reveladas a partir das características do espaço urbanos em que se desenvolve (áreas de becos, viela, etc.). Em termos da sua estrutura de vias públicas, esta se caracteriza por áreas com ruas asfaltadas e carentes de estrutura de vias, algumas destas na beira da maré e outras no interior da comunidade. Para a compreensão do objeto da pesquisa foram realizadas entrevistas com mulheres de distintas partes do bairro onde foi inicialmente identificado áreas consideradas labirínticas dentro do Coque como “favela” e outras denominavam de “comunidade” as áreas com um sistema de vias mais

estruturadas. Quem mora nos becos, no sistema hierárquico da comunidade se encontra em uma escala inferior de quem mora nas ruas próximas à estação integrada (Metrô e Ônibus) Joana Bezerra, sendo estas ruas e vias mais bem “estruturadas” da comunidade.

Outro aspecto que ganhou destaque no desenvolvimento da pesquisa foram os repetidos registros de relatos sobre a violência sexual. Estes, quase sempre, estão acompanhados, nos registros das entrevistas, de longos lapsos de silêncio onde aparentemente se filtra, por alguns segundos, se será revelado e compartilhado determinadas vivências em primeira pessoa ou através de um relato de outra pessoa. Estes relatos sempre vão acompanhados e são constantemente vigiados pelas marcas do espaço urbano, primeiramente, percebendo e buscando (re)conhecer olhares ou ouvidos externos que escutem ou ameacem a revelação do segredo que tal vez possa vir a ser revelada. Nos casos onde estes relatos foram compartilhados, as entrevistadas mencionaram que não tinham relatado esta experiência para nenhum familiar ou amizade, principalmente por sentir vergonha do acontecido. Outro elemento importante de registro foi a percepção da dimensão dos exercícios das práticas religiosas como parte das narrativas de acidentes enquanto algumas mulheres se deslocam principalmente a pé. Em relatos de entrevistas e, também sobre a percepção dos silêncios destas, ficaram registrados alguns relatos de quedas na rua ou tropeções em boca de lobos durante o período chuvoso na cidade. Porém os silêncios ou explicações ocultas e ausentes de certa racionalidade, atrelada aos registros do envolvimento de práticas religiosas, foram à incidência de quedas, expressões e registros de violências, afrontes sofridos por pessoas que se sentiram empurradas em alguns becos e vielas do Coque em relatos de atos ou gestos de como o acidente foi provocado ou sentido por algumas de suas moradoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de campo na comunidade do Coque continua sendo realizado até o momento como uma forma de encontrar sentido a uma pesquisa que se debruça sobre os fortes indícios de que, diante de altos índices de violência, a

cidade tida como “informal” não oferece condição de segurança para as mulheres. A introdução deste tema a partir do registro da fala (através das entrevistas) e mais ainda dos silêncios temeroso das mesmas indica que as subjetividades implícitas nos estudos nos estudos e pesquisas sobre o espaço urbano ainda figura como um desafio de melhor conhecer e conceber fortes espaços de ausências das ideias de padrão de cidadania na cidade. O gênero é mais um elemento para problematizar realidades particulares e localizadas na tentativa de contextualizar e criar saberes sobre grupos sociais que tem permanecido silenciados e invisibilizados o que é revelado a partir da realidade das mulheres do Coque.

REFERÊNCIAS

- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 9 ed. Petrópolis: Vozes. 2003.
- SANTOS, B. S. (1998), La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá: ILSA, Universidad Nacional de Colombia.
- VISVANATHAN, Shiv. Convite para uma guerra da ciência. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

MAPEAMENTO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE ESTUDOS E OBSERVAÇÕES EM ECONOMIA CRIATIVA - NEOCRIATIVA

Ana Carolina Moraes dos Santos¹; Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier²

¹ Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP;² Coordenador do Núcleo de Estudos e Observações em Economia Criativa – NeoCriativa, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP, jxavier@faac.unesp.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta um relato de vivência em extensão popular com o Núcleo de Estudos e Observações em Economia Criativa - NeoCriativa. O projeto discute a economia criativa e seus desdobramentos no município de Bauru desde 2011, no intuito de reconhecer a cidade como território criativo e os coletivos populares como agentes culturais, identificando-os como arranjos produtivos locais intensos de cultura - ApliCs. Os ApliCs são, pela definição do Núcleo, grupos acêntrico e movimentos sociais que valem-se da economia criativa para desenvolverem atividades e/ou projetos socioculturais e educativos em áreas de vulnerabilidade social. Dentro do território criativo de Bauru, a atuação dos ApliCs ocorrem nas áreas de produções artísticas, midiáticas, preservação do patrimônio histórico material e imaterial e produções criativas funcionais. Além de mapear quem e quais são esses arranjos, o NeoCriativa também debate a relação dos ApliCs com o território criativo de Bauru, gerando material fértil para pesquisas acadêmicas. Outra face do projeto de extensão é a articulação como mídia radical, visibilizando grupos acêntricos e informações contra hegemônicas por meio das mídias sociais (página no Facebook e site). Desta forma, Os estudos do NeoCriativa permitem reconhecer o ambiente criativo de Bauru e as contribuições

deste grupos - ApliCs - para o cenário sociocultural da cidade, construindo um espaço de produção de conhecimento coletivo entre a universidade e o município.

Palavras-chaves: Economia Criativa, Mapeamento de Arranjos Produtivos Locais Intensos de Cultura, Políticas Públicas, Extensão Popular.

INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos e Observações em Economia Criativa - NeoCriativa - atua no campo da economia criativa no que diz respeito à identificação de coletivos, movimentos sociais e grupos culturais relacionados à cultura subalterna – ApliCs por meio do mapeamento georreferenciado.

De acordo com o professor doutor e coordenador do NeoCriativa, Juarez Xavier,

“A Economia Criativa é uma das áreas de maior nível de desenvolvimento, no campo da nova economia. Ela se articula em quatro grandes áreas de produção: patrimônio histórico [cultura, tradições, oralidade], artes [plásticas e cênicas], mídias [impressas, eletrônicas e digitais] e produções criativas funcionais [publicidade, design, arquitetura]. Seu centro de gravidade é a articulação de economia, tecnologia e cultura, e a mobilização da cultura em três dimensões: cidadã, simbólica e geradora de renda e trabalh” .(XAVIER, 2016).

Para organizar os dados recolhidos sobre tais grupos, criou-se a terminologia ApliC. Os Arranjos Produtivos Locais Intensos de Cultura (ApliCs) são grupos acêntricos e movimentos sociais populares atuantes em áreas de vulnerabilidade social. Com atividades e/ou projetos socioculturais, os ApliCs fomentam o desenvolvimento de ações educativas nas localidades em que estão presentes.

Bauru é um município localizado no centro-oeste do Estado de São Paulo, há 326 km da capital, com população de 366.992 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE - de 2014. Apesar de possuir Índice de Desenvolvimento Humano elevado (0,801), o cenário urbano confronta-se com múltiplas desigualdades: o Coeficiente Gini, que mede a desigualdade social, era de 0,5596 em 2010 (sendo 0 considerado como um parâmetro positivo e 1 como o negativo); segundo dados do IBGE de 2013, a zona urbana conta com 23 favelas e, ainda conforme o Instituto, em 2010 a população era formada por

70,66% de pessoas brancas, 22,96% de pardas, 4,95% de pretas, 1,57% de amarelos e 0,13% indígenas. Todos estes dados ajudam a entender a dimensão de Bauru como território criativo. Além do “terreno fértil”, a cidade conta com 15 instituições de ensino superior, dentre elas a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

A proposta do NeoCriativa é discutir a importância destes grupos na construção de uma sociedade plural e inclusiva, compreendo os diálogos entre pessoas, espaços da cidade e os recursos para superar as desigualdades, valorizar a cultura subalterna e preservação do patrimônio material e imaterial. Desta forma,

“O NeoCriativa prospecta essas áreas dos pontos de vista técnicos, estéticos, funcionais e deontológicos. Suas ações visam articular o ensino [com a inovação de práticas e conteúdos críticos], pesquisa [levantamento de dados e informações sobre a economia da cultura na cidade], extensão [colocar à disposição dos segmentos sociais e grupos culturais subalternos informações de gestão de processos, pessoas e recursos tangíveis e intangíveis] e gestão [inovação em organização de serviços e processos culturais]” (XAVIER, 2016).

O objetivo do NeoCriativa é identificar Arranjos Produtivos Locais Intensos de Cultura – ApliCs – e os segmentos criativos da cidade, cadastrando-os no mapeamento disponível em nosso site. Assim, facilitamos a comunicação entre os arranjos criativos e os ajudamos a ter maior visibilidade, visando o desenvolvimento de políticas públicas. É possível entender os objetivos do Núcleo, então, em três níveis:

1. A identificação dos segmentos em que os arranjos criativos se aglomeram;
2. O reconhecimento e valorização da pessoa negra como agente cultural;
3. O incentivo à criação de políticas públicas para o segmento.

DESENVOLVIMENTO

As atividades do projeto de extensão do Núcleo de Estudos e Observações em Economia Criativa - NeoCriativa - dividem-se em três partes: grupos de estudos, pesquisa e extensão.

No grupo de estudos, a dinâmica freiriana do Círculo de Cultura confere fluidez e liberdade para a construção de conhecimentos sobre a economia criativa e seus desdobramentos fomentando o diálogo entre grupos acêntricos da cidade e estudantes universitários sobre o território criativo de Bauru. Dentre a bibliografia debatida pelo grupo nos últimos 5 anos, destacam-se “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire, “Cidades Rebeldes - Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil” e “História Social do Jazz”, de Eric Hobsbawn.

As pesquisas referem-se à iniciações científicas e trabalhos de conclusão de cursos que estudaram a cobertura jornalística e a representação da pessoa negra no jornal local de Bauru, os territórios e subterritórios de música independente, a transculturalidade no território criativo de Bauru e o desenvolvimento e distribuição de games independentes.

A extensão, por sua vez, dedica-se ao mapeamento de ApliCs em uma plataforma virtual georreferenciada. Como apresentado pelo coordendor do projeto,

“O Núcleo de Estudos e Observação em Economia Criativa organiza informações georreferenciadas dos ateliês criativos [unidades criativas e produtivas], em suas múltiplas linguagens [música, teatro, dança, inovações técnicas e processuais], e a formação dos seus territórios e subterritórios criativos: identificação das unidades de criação, observação das cadeias produtivas pulverizadas pelo território, e acompanhamento das políticas públicas culturais e suas implicações sociais” (XAVIER, 2016).

Cabe mencionar que o entendimento de grupo acêntrico ou movimento social popular como ApliC é realizado pelo NeoCriativa. Os desafios do Núcleo são difundir o conceito e classifica-los dentro dos subterritórios da economia criativa.

O NeoCriativa utiliza uma plataforma virtual para agrupar as informações sobre os ApliCs. O processo de mapeamento inclui identificação dos arranjos, abordagem e cadastro do ApliC em nossa plataforma, disponíveis em <http://neocriativa.wixsite.com/neocriativa>. A metodologia aplicada é composta por entrevistas, pesquisa documental, dados e levantamentos sobre a população.

Além da identificação e cadastro dos arranjos, tem-se a parte de gestão de mídia, valendo-se da mídia radical como alternativa de representação social e confronto de informações com os meios tradicionais. Pode se consultar e

acompanhar o trabalho do grupo na difusão de informações contra-hegemônicas na página do Facebook do projeto, em <https://www.facebook.com/neocriativa/?fref=ts>.

A devolutiva social do NeoCriativa acontece em três fases interdependentes: a primeira é com o mapeamento, permitindo a identificação dos ApliCs de Bauru, bem como sua localização e as contribuições para o cenário sociocultural da cidade. O segundo diz respeito ao envolvimento da comunidade na discussão de direitos humanos e economia criativa, diálogo que acontece no grupo de estudos. O terceiro, por fim, refere-se ao desenvolvimento de políticas públicas para os segmentos estudados.

O mapeamento suscita a discussão sobre exclusão social, cultura subalterna e políticas públicas no âmbito dos processos; aponta questionamento sobre as pessoas que fazem parte dos ApliCs e sobre as plataformas utilizadas para tornar a pesquisa viável, sendo elas materiais e imateriais.

CONCLUSÃO

A pesquisa está em curso, e os resultados são parciais. Pode-se compreender sua necessidade com base nos níveis de avaliação do macroambiente – o aumento de incidências e debates sobre o racismo, machismo, lgbttfobia em todo mundo – e do microambiente – o desmonte de políticas públicas.

Sendo assim, o mapeamento georreferenciado é um meio de conhecer e reconhecer as atribuições destes grupos para o cenário sociocultural da cidade, com dados, localizações, números e informações sobre seus agentes, a fim de criar alternativas a esta realidade, como o desenvolvimento de políticas públicas.

“As pesquisas do Núcleo de Observação e Estudos em Economia Criativa (XAVIER, 2014a; XAVIER, 2014b) sinalizam que o município [de Bauru] é uma cidade criativa. Nela convergem as principais características fundamentais para essa condição: existência de subterritórios criativos de diversas linguagens e manifestações culturais, articulados em um território; conexões dos diversos arranjos produtivos e criativos da cidade, em diversos estágios de organização, e a adoção de políticas públicas pontuais para esses arranjos”(XAVIER, 2016).

Em tempos de campanha contra o genocídio da população negra e de desmonte do Ministério da Cultura, por exemplo, a pesquisa é uma ferramenta de fortalecimento dos arranjos culturais, indicando um segmento que necessita de atenção do governo.

O mapeamento de ApliCs atende uma demanda social de reconhecimento público e cultural, e articulação política da comunidade negra em Bauru. Afinal,

“O reconhecimento do município como um território criativo e a criação de políticas públicas consistentes tem como pressupostos a sistematização e mensuração dos dados, sobre essa nova modelagem de organização, pouco estudada na cidade, mas que se mostra capaz de fomentar a economia e a inclusão social, e criar redes entre os arranjos produtivos locais intensos de cultura, vinculados às manifestações subalternas” (XAVIER, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. **Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais**. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro — set./out. 2014

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação V. 16 N. 47 – maio-ago 2011.

IBGE, **Mapeamento Geográfico**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_geog_int.shtm?c=6>. Acesso em 24/09/2016.

XAVIER, Juarez T. P. **Mapeamento dos Arranjos Produtivos Locais Intensos de Cultura: Tecnologias sociais para a adoção de políticas públicas inclusivas nas cidades**. In: CASADEI, Eliza Bachega (Org). A extensão universitária em comunicação para a formação da cidadania. São Paulo: Editora Unesp. 2016.

INCENTIVANDO O PROTAGONISMO DOS USUÁRIOS DO CAPS DE CUITÉ-PB ATRAVÉS DE ATIVIDADES NA VI SEMANA DA LUTA ANTIMANICOMIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Juliana Barbosa da Silva¹; Mayara Laisse de Abreu²; Ricácia de Sousa Silva³; Luciana Maria Pereira de Sousa⁴; Alynne Mendonça Saraiva⁵

¹Aluna do curso de Bacharelado em Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande/CES Cuité-PB; ^{2,3}Alunas do curso de Bacharelado em Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande/CES Cuité-PB; ⁴Coordenadora do Projeto e Professora do curso de Bacharelado em Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande/CES Cuité-PB; ⁵Orientadora do Projeto e Professora do curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande/CES Cuité-PB.

RESUMO

A Extensão Universitária constituiu historicamente um cenário capaz de favorecer a interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade em seus diversos setores, configurando-se no desenvolvimento de atividades sob diversas formas, propostas e objetivos. O projeto de extensão “Mãos que colhem e criam” visa desenvolver ações que possam envolver os usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em atividades relacionadas a agroecologia e a arte, com o intuito de possibilitar a inclusão social das pessoas em sofrimento psíquico e proporcionar um elo entre extensionistas, usuários e profissionais de saúde por meio da educação popular. O movimento da Luta Antimanicomial tem como base a defesa dos direitos humanos e de resgate da cidadania das pessoas com transtornos mentais, tendo como aliado o movimento da Reforma Psiquiátrica que propõe a construção de uma rede de serviços e estratégias territoriais e comunitárias, profundamente solidárias, inclusivas e libertárias. Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre as ações realizadas pelo projeto de extensão “Mãos que Colhem e Criam” durante a VI Semana da Luta Antimanicomial, junto aos usuários do CAPS, no município de Cuité-PB. Desta forma, as atividades de extensão reafirmaram mais uma vez a importância da

interação entre comunidade acadêmica e meio social, desenvolvendo novas expectativas para os usuários, cuidadores e comunidade em relação ao cuidado em saúde mental, bem como proporcionaram aos alunos do projeto uma vivência no campo da extensão, sendo importante para o fortalecimento das relações pessoais dentro e fora da universidade.

Palavras-Chaves: Extensão popular, CAPS, Luta antimanicomial, Saúde mental.

INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária constituiu historicamente um cenário privilegiado para as ações e interações da universidade com a sociedade em seus diversos setores, configurando-se ao longo do tempo em atividades com várias formas, propostas e objetivos (CRUZ, 2010). Nesta perspectiva, as intervenções propostas pelo projeto de extensão “Mãos que Colhem e Criam” procuram envolver os usuários do CAPS I em atividades agroecológicas e artísticas visando a criação de um elo entre extensionistas, usuários e profissionais da unidade com a comunidade na qual estão inseridos, na tentativa de incentivar a inclusão social das pessoas em sofrimento mental e proporcionar o bem-estar das mesmas. O que está em jogo, portanto, é a reapropriação do sujeito; do sentido e da motivação humana. A reapropriação da capacidade de forjar sua própria identidade, muitas vezes, amputada pelos processos de manipulação e controle dos aparatos de gestão dos sistemas complexos. Esse controle se dramatiza no quid respeito aos códigos e sentidos dominantes acerca do louco e da loucura e de sua “administração” institucional. É neste campo que entra em cena o Movimento da Luta Antimanicomial (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007).

Esse movimento social tem em seu cerne a luta pelos direitos das pessoas em sofrimento mental, combatendo assim, a ideia de isolamento, exclusão e violência relacionados ao tratamento daqueles em adoecimento psíquico. O Movimento da Luta Antimanicomial, comemorado em 18 de maio, busca resgatar o direito a cidadania, à liberdade, o direito a viver em sociedade, além do direito a receber cuidado e tratamento sem que para isto tenham que abrir mão de seu lugar de cidadãos (BARBOSA; COSTA; MORENO, 2012). Essa luta traz como

alicerce o movimento da Reforma Psiquiátrica que, mais do que denunciar os manicômios como instituições de violências, propõe a construção de uma rede de serviços e estratégias territoriais e comunitárias, profundamente solidárias, inclusivas e libertárias.

Nesse contexto, os movimentos sociais voltados para os direitos humanos de usuários com transtornos mentais e suas famílias continuam a acontecer nos micro e macros espaços políticos e em diferentes localidades. No mês de maio, os arranjos e discussões ligadas a esses movimentos têm maior visibilidade em todo país, em referencia ao Dia da Luta Antimanicomial (DLAM). Diante disso, a VI Semana de Luta Manicomial, realizada pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no município de Cuité-PB, teve como parceria as ações realizadas pela equipe de extensionistas do projeto “Mãos que Colhem e Criam: a horta e a arte como ferramentas de inclusão social”. Assim, esse trabalho tem como objetivo relatar as vivências dos discentes, envolvidos no projeto de extensão, sobre as atividades desenvolvidas no DLAM.

METODOLOGIA

Esse relato de experiência parte da descrição das atividades desenvolvidas pelos componentes do Projeto de Extensão: “Mãos que colhem e criam”, durante a VI semana de Luta Antimanicomial, no município de Cuité-PB. Esse projeto tem caráter multidisciplinar e conta com a participação de discentes dos cursos de graduação de Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Ciências Biológicas e docentes do Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande e visa possibilitar a inclusão social dos usuários do CAPS, por meio de atividades voltadas para a agroecologia e para a arte.

Entre os dias 16 a 20 de maio do corrente ano, foram realizadas diversas atividades com o intuito de promover a interação entre usuários, familiares, profissionais de saúde, comunidade acadêmica e sociedade, possibilitando o protagonismo desses usuários e suas famílias, promovendo discussões sobre diversas temáticas, trazendo visibilidade para a importância da inclusão social e direitos humanos.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

No dia 16 de Maio de 2016, a equipe do projeto iniciou as atividades com uma passeata pelas ruas da cidade, na qual os usuários do CAPS expuseram cartazes e entregaram panfletos informativos, visando dialogar com a população local acerca da temática em questão. Nesse momento, o sentimento era de euforia, todos pareciam muito determinados ao erguer os cartazes e gritar pelas ruas “Nenhum passo atrás, manicômio nunca mais!”, a expressão com a qual modulavam e envolviam emoções alheias era a de felicidade. Os usuários realmente se empolgaram e as pessoas que observavam o movimento esbanjavam surpresa e curiosidade pela causa, surtindo dessa forma um efeito positivo na divulgação da luta, já que todos estavam aptos para receber os panfletos e escutar os discursos explicativos dos usuários e extensionistas.

No dia 17 de maio houve uma roda de conversa sobre as relações afetivas construídas dentro e fora do CAPS, ministrada por discentes de enfermagem e supervisionada por uma das professoras responsáveis pelo projeto. A roda de conversa contou com a participação de usuários, familiares e profissionais do CAPS. Foi realizada uma dinâmica para que o grupo pudesse expor seus sentimentos sobre as relações construídas dentro e fora da instituição. As discentes falaram sobre os relacionamentos construídos e que tipos de sentimentos e emoções são necessários para um bom relacionamento. Todos os usuários puderam se colocar na roda e trouxeram seus entendimentos sobre o assunto.

No terceiro dia (18/05), pela manhã, foi feito um movimento de sensibilização na universidade, com a entrega de panfletos e participação dos usuários, tendo ainda um momento de interação com música e dança. A noite foi exibido o longa-metragem “Bicho de Sete Cabeças” no teatro municipal pelo cine cidadania, projeto vinculado ao Núcleo PENSO -Pesquisa e Estudos em Nutrição e Saúde coletiva- da UFCG. Houve a participação da comunidade local, usuários e profissionais do CAPS, além da equipe de extensionistas e ao final da exibição

iniciou-se uma discursão mediada pelo grupo do cine acerca do conteúdo abordado no filme.

No dia 19, houve uma tarde de beleza realizada no CAPS com a participação de alguns extensionistas e colaboradores da comunidade. Foi um momento onde pode-se valorizar a auto-estima dos usuários, por meio de corte e pintura das unhas e cabelos, sessão de maquiagem e barbearia.

No último dia da programação (20/05) foi proporcionada uma viagem a alguns pontos turísticos da capital João Pessoa, como o zoológico e a praia do Jacaré. Durante a viagem o clima foi de bastante empolgação e entusiasmo, todos estavam muito ansiosos. O primeiro ponto turístico visitado foi o Parque Zoobotânico Arruda Câmara, conhecido popularmente com “Bica”, nesse espaço foi possível conhecer diferentes espécies de animais e “sentir” a natureza mais de perto. Todos ficaram encantados com o lugar e com os animais. Após essa visita, foi feita uma parada para o almoço e em posteriormente seguiu-se para a praia do Jacaré, que é conhecida por agraciar os visitantes com o mais belo pôr do sol, acompanhado ao som de um bolero entoado por um saxofonista local. Todos aguardavam esse momento ansiosamente e quando finalmente o sol começou a se pôr ao som do Bolero de Ravel, foi um momento único, todos ficaram maravilhados, delineavam em seus rostos traços de admiração e alegria. Por fim, na volta para casa, todos estavam felizes e eufóricos com tudo que viram e viveram, foi uma experiência maravilhosa e sem dúvida inesquecível. Assim, com a viagem, finalizaram-se as atividades da VI Semana da Luta Antimanicomial. Desta forma, as intervenções realizadas pelas atividades de extensão reafirmaram mais uma vez a importância da interação entre comunidade acadêmica e meio social, na medida em que estas ações beneficiam diretamente o usuário do Centro de Atenção Psicossocial e os reintegram a comunidade da qual eles fazem parte, pois no tocante da subjetividade humana, o cuidado e a valorização dos sentimentos de afetividade e empatia proporcionam o protagonismo dessas pessoas diante de suas histórias de vida, favorecendo o empoderamento enquanto cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, essas atividades desenvolveram novas expectativas para os usuários, cuidadores e comunidade, no que diz respeito ao cuidado em saúde mental, reavivando o sentimento de autonomia e liberdade através da expressão artística em meio à comunidade. Além disso, proporcionaram aos discentes do projeto uma vivência no campo da extensão, configurando-se como uma importante ferramenta na construção do saber, na formação profissional e o mais importante, no fortalecimento das relações pessoais dentro e fora da universidade.

REFERÊNCIAS

A reforma psiquiátrica brasileira e a política de saúde mental. Disponível em: <<http://www.ccs.saude.gov.br/vpc/reforma.html>>. Acesso em: 26 de Julho de 2016.

BARBOSA, G.C.; COSTA, T.G.; MORENO, V. Movimento da Luta antimanicomial: trajetória, avanços e desafios. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. Rio de Janeiro, 2012, p.45-50.

CRUZ, P.J.S.C. **Extensão Popular: A Pedagogia da Participação Estudantil em seu Movimento Nacional**. 2010. 339 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2010.

LUCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. 2007, vol.12, n.2, pp.399-407. ISSN 1413-8123.

A AGROECOLOGIA E A PESQUISA PARTICIPANTE: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

SILVA, Luana P. C. (UFPB)¹; ARAÚJO, Maria Albertina R. de B. (UFPB)²; SILVA, Severino
Bezerra da (UFPB)³

¹ Doutoranda do Programa de pós graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba/
luana_gca@hotmail.com; ² Docente da Universidade Federal da Paraíba, CCHSA, Campus III –
Bananeiras-PB/ albertinari@hotmail.com; ³ Docente da Universidade Federal da Paraíba, CE,
Campus I – João Pessoa-PB

RESUMO

Este trabalho vem elucidar algumas facetas das discussões em torno de uma pesquisa que dialogue com os princípios da Agroecologia, apontando como caminho a pesquisa participante. Assim, dialogamos com alguns pensadores que constituem o aporte teórico. Sendo a agroecologia uma ciência que se firmou em meio a tantos modelos contraditórios dentro da agricultura moderna/convencional, baseando-se em princípios que contrapunha esses modelos, apontasse como novo paradigma integrador, que rompe com isolacionismo trabalhando de forma totalitária, interpretando os espaços por uma visão mais holística, com foco na sustentabilidade ambiental e social. Assim, buscamos elucidar formas de pesquisas mais humanas e que dialoguem com as perspectivas de tal ciência, como a pesquisa participante, que busca entender o sujeito como pesquisador e não sujeito da pesquisa, fugindo dos padrões fechados e isolados de se trabalhar a pesquisa de caráter científico.

Palavras-Chaves: Agroecologia. Pesquisa participante. Educação.

INTRODUÇÃO

Pretendemos dialogar nesta abordagem quanto a pesquisa participante para a construção do conhecimento agroecológico. Desta forma iremos enfatizar quanto ao que idealizamos ser pesquisa participante a um entendimento mais aprofundado da Agroecologia em sua essência e como essa contribuição pode vir

a acontecer, promovendo resultados harmoniosos e colaborando junto aos espaços coletivos de pesquisas mais *solidárias* como assim promovida algumas discussões pelo educador Carlos Rodrigues Brandão.

Como abordagem metodológica apontamos algumas discussões teóricas para interpretarmos a relevância deste diálogo, desta forma enviamos junto as nas perspectivas dos educadores Carlos Rodrigues Brandão, Pedro Demo, Thiollant e outros, que abordam um norte de discussão voltados para a pesquisa participante. Ainda, dentro da abordagem da Agroecologia como ciência promotora desta simbiose, contamos com os ponto de vista de Altieri, Caaporal, Costabeber, dentre outros.

O objetivo desse trabalho foi o de elucidar esse diálogo entre uma ciência em construção, que é a Agroecologia, esta que preza por princípios de sustentabilidade em esferas sociais, ambientais e culturais e cruzar essa ciência emergente com uma das formas de pesquisa que consideramos mais atenta aos saberes populares que é a pesquisa participante, essa que por sua vez, tem como base o respeito, o diálogo e a participação dos sujeitos nos espaços, na pesquisa social, com a intencionalidade de produzir pesquisas mais humanas e menos contraditórias.

ABORDAGENS TEÓRICO DISCURSIVAS

É cabível relembrar das profundas transformações ocorridas na agricultura brasileira a partir da década de 1960, estas promovidas pelo Estado por meio de um amplo e integrado conjunto de políticas indutoras e instrumentos de regulação social. Sendo papel das instituições oficiais de ensino, pesquisa e extensão rural empreenderem esse tal progresso, a que se deu o nome de modernização da agricultura, assim, foram responsáveis pela formação de profissionais para atuarem colocando em prática as várias estratégias desta modernização junto às comunidades, operando prioritariamente na difusão do modelo de agricultura industrial com base na suposição de que os camponeses precisavam ser retirados do atraso em que se encontravam. Entretanto, com o passar dos anos, se evidenciou cada vez mais os desastrosos efeitos destes modelos no meio rural, a

chamada Revolução Verde gerou impactos negativos na sociedade e no meio ambiente (PETERSEN, 2007). Caporal e Costabeber (2004), mediante esses efeitos desastrosos da Revolução Verde, enfatizam que “Em diversos países, passaram a surgir agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, entre outras, cada uma delas seguindo determinadas filosofias, princípios, tecnologias, normas e regras”.

Estas surgem para contrapor os modelos implementados pelo governo e promover respeito e autonomia para os camponeses, já que a promessa e estratégias convencionais de desenvolvimento revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais (ALTIERI e NICHOLLAS, 2000).

Neste espaço de busca e construção de novos conhecimentos que surgiu a Agroecologia, com uma nova abordagem científica capaz de suportar a transição para estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios ensinados pela Agroecologia passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de *agriculturas de base ecológica ou sustentáveis* (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). E é neste sentido que Caporal et al., (2006) exemplificaram o que se trata a Agroecologia:

“A Agroecologia como matriz disciplinar vem aportando as bases para um novo paradigma científico, que, ao contrário do paradigma convencional da ciência, procura ser integrador, rompendo com o isolacionismo das ciências e das disciplinas gerado pelo paradigma cartesiano. Na realidade, a partir do início da construção do enfoque agroecológico, nos últimos anos, vem ocorrendo uma “revolução paradigmática” que, associada a outros movimentos de mudança deste início de século, começa a modificar os núcleos organizadores da sociedade, da civilização, da cultura”.

E é rompendo esse isolacionismo que a pesquisa participante é desenvolvida junto aos movimentos sociais, ONG’S e instituições de ensino, pesquisa e extensão, sabendo-se que existem ainda vários paradigmas a serem

quebrados com relação às instituições de ensino, no que se refere ao contato com essas comunidades.

Tomando consciência que *“a participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir”* (BRANDÃO, 1981).

E assim a ciência da Agroecologia é fortalecedora do respeito de construção coletiva da pesquisa participante, sendo esta última interpretada como peça fundamental para a construção dos processos junto às comunidades. Assim, trazemos Brandão (2006) que fez algumas considerações com relação à pesquisa participante, que achamos fundamental à construção do conhecimento agroecológico:

Ora, entre suas diversas alternativas de realização, a pesquisa participante pretende ser um passo adiante em tudo isso. Um difícil, precário e frágil passo, mas um porque não mais o andar solitário de quem sabe para si, mesmo que também para ajudar a um outro, mas o andar coletivo de quem descobre que todo o saber que não se abre a ser uma vivência de partilha é um saber não confiável, porque suas motivações podem ser pouco verdadeiras em um sentido humano, mesmo que suas descobertas sejam corretas e inovadoras, desde um ponto de vista científico. Falso, porque como lembrou Jean Piaget um dia: “eu não confio na pesquisa solitária, confio na pesquisa solidária”.

Para Caporal et al., (2006) a Agroecologia se apresenta como:

“... uma matriz disciplinar integradora, totalizante, holística, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas. Como ciência integradora, reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores (as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores (as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”. No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica.

São nestas relações de respeito a estes saberes que se pautam a construção de conhecimentos que sustentam a Agroecologia enquanto ciência mais humanizadora, à medida que preza por respeito aos sujeitos e ao ambiente.

Os processos nas comunidades devem ser oriundos das demandas de cada local, a lógica da transferência não é a solução, a ideia é o combate à pobreza no meio rural, dando subsídios e objetivando a segurança alimentar, atrelando as necessidades econômicas, sociais e ambientais de cada comunidade. Desta forma, o ideal é que as ações articuladas pelas instituições de pesquisas devam vir a partir das demandas dos próprios sujeitos e não ao contrário, deve-se conhecer as necessidades de cada lugar e posteriormente construir possibilidades de forma participativa.

A agroecologia acontece em um processo gradual de transição dos agroecossistemas, por meio da conservação dos recursos naturais, garantia da segurança alimentar e conservação da biodiversidade, na promoção de agroecossistemas sustentáveis e que estejam de acordo com as necessidades dos agricultores familiares, estes que em sua grande maioria se apoiam em processos produtivos tradicionais, como os policultivos, atingindo como foco principal a subsistência, desta forma, a vasta experiência destes sujeitos não parte apenas da observação mas em todo o contexto social da comunidade, nos seus conhecimentos empíricos, nas aprendizagens passadas de geração em geração.

Nesta perspectiva, os Agroecólogos atuam na perspectiva de valorização dos conhecimentos tradicionais, dos saberes populares, da cultura de cada povo, é só a partir desta consciente percepção que será possível desenvolver a agroecologia e que essa ciência chegue ao seu foco primordial: atingir as vertentes econômicas, sociais e ambientais. De acordo com Thiollant (1992), no Brasil, a pesquisa participante ocupa um espaço crescente na área de pesquisa educacional, inclusive com apoio institucional. Ela é principalmente concebida como metodologia derivada da observação antropológica e como forma de comprometimento dos pesquisadores com causas populares relevantes. Para entender a pesquisa participante nos apegamos às palavras de Brandão e Streck (2006) quando afirmaram que:

A pesquisa participante deve ser compreendida como um repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos destinados a superar a posição sujeito/objeto no interior de processos que geram saberes e na sequência das ações que aspiram gerar transformações a partir também desses conhecimentos. Experiências que sonham substituir o antigo monótono eixo: pesquisador/pesquisado,

conhecedor/conhecido, cientista/cientificado, pela aventura perigosa, mas historicamente urgente e inevitável, da criação de redes teias e tramas formadas por diferentes categorias entre iguais/diferentes sabedores solidários do que de fato importa saber.

São nestas falas que passamos a entender que a Agroecologia se completa enquanto ciência, a partir das ações mediadas pela pesquisa participante enquanto metodologia, e como bem enfatiza Demo (1988), a participação tende a aparecer como uma utopia, no bom sentido, ou seja, como componente irrealizável da realidade. Ainda que isto pareça contraditório, na verdade é apenas uma identidade de contrários. A utopia, por definição, não se realiza, mas é componente da realidade, e, portanto, expressa a realidade infindável de superação histórica. Porque somos utópicos, não nos curvamos às misérias do presente e sonhamos sempre com algo melhor. Em nome das utopias, tudo contestamos, mesmo que tenhamos a certeza de que não conseguiremos implantá-la de todo (DEMO, 1988). E é nessa lógica, na luta pelo utópico, porém, realizável, que se firma a Agroecologia e a Pesquisa Participante, em meio às experiências concretas que se estabelecem dia-a-dia junto aos sujeitos, camponeses e camponesas, educadoras e educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroecologia deve articular sua visão nas várias áreas do conhecimento, seguindo vertentes transdisciplinares, abarcando inúmeros processos de desenvolvimento, tais como: econômicos, culturais, sociais e etc. Tal ciência parte do princípio de respeito as relações sociais, não vendo os seres humanos apenas como mero meio para lucro, a agroecologia parte de um enfoque social voltado para a sustentabilidade além dos sistemas, mas da sociedade no geral, apresentando alternativas para minimizar os danos causados ao meio ambiente, preocupando com a diversidade de cultivos, a inserção de práticas alternativas e a visibilidade de todo ecossistema como um meio de interação, entre homem e ambiente.

Assim, a pesquisa, parte de uma visão sistêmica, onde conhecimento/agricultor e conhecimento/pesquisador se entrelaçam, e assim se tornam base para a pesquisa seguir a diante com viabilidade, onde os pesquisadores agem junto, sendo desta forma, a possibilidade que em si dialoga com a promoção da Agroecologia.

É na perspectiva dos estudos da ciência da Agroecologia que dialogam com várias disciplinas e várias áreas do conhecimento, desde o estudo do ecossistema por uma abordagem holística até a dialogicidade entre as Ciências da Natureza, Ciências Sociais, Humanas e Exatas, que pautamos nosso estudo, à medida que dialogamos com teóricos das Ciências Agrárias, da Agroecologia e da Educação Popular, denominamos que o estudo possui um caráter inter e transdisciplinar, cabendo discutir a importância de interpretar e elucidar essa dialogicidade entre a Pesquisa Participante e Agroecologia, para assim construirmos pesquisas mais humanas, mais solidárias, mais participativas e mais agroecológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. **Agroecología Teoría y práctica para uma agricultura sustentable**. México. 1 ed. 2000. 250p.

BRANDÃO, C. R. Pesquisar – Participar. *In*: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**, 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p: 9-16.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. A Pesquisa participante e a partilha do saber: uma introdução. *In* BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. Aparecida, 2006. p: 7-20.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24p.

CAPORAL, R. C.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G.; **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.**

Brasília:

Universidad de la República (Uruguay) e UFSM (Brasil), Extensão e Desenvolvimento

Rural, 2006. 26p.

DEMO, P. **Participação É Conquista.** São Paulo, Cortez Editora, 1988. 176p.

PETERSEN, P. **Construção do conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas**

identidades. In Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, 2007.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Editora Cortez/Autores

Associados, 5. ed., 1992. 108p.

A COMUNIDADE INTERDISCIPLINAR DE AÇÃO, PESQUISA E APRENDIZADO – CIAPA: UM RELATO DO PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA ASSEGURAR A QUALIDADE DO HABITAT SOCIALMENTE PRODUZIDO NO CONJUNTO HABITACIONAL DOM HELDER CÂMARA, RECIFE-PE.

Diana Carolina Gómez Bautista; Felipe Machado de Moraes; Luis de la Mora

RESUMO

O presente trabalho se insere na temática de **Vivências em Extensão Popular** para relatar a experiência da Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizado – CIAPA, grupo associado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e a Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A partir do trabalho de extensão popular se desenvolveu o Projeto de Assistência Técnica para assegurar a qualidade do habitat socialmente produzido no Conjunto Habitacional Dom Helder Câmara (CHDHC), no bairro da Iputinga, Zona Oeste da cidade do Recife/Pernambuco. Com o objetivo de apresentar a dinâmica que levou ao processo de acompanhamento de assistência técnica coletiva, e com a finalidade de compreender a atual realidade sócio-espacial do Conjunto, o presente trabalho trará uma concisa apresentação dos resultados da pesquisa mediante aplicação de questionários, no intuito de identificar os principais desafios e conquistas do habitat socialmente produzido pelos moradores do Conjunto supracitado durante 2015-2016.

INTRODUÇÃO

A CIAPA funciona como um laboratório de práticas sociais, aberto e atuante na produção e troca de conhecimentos. No intuito de promover a soma de saberes e estimular a troca de conhecimentos, a CIAPA congrega pesquisadores,

professores e estudantes de graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado de vários cursos e diferentes áreas do conhecimento. Agrega um ambiente debate multi-inter-trans-disciplinar para refletir o espaço urbano e, com isso, vem atraindo pesquisadores nacionais e internacionais²⁷ para participar de forma presencial e a distância que se amplia e se renovam a cada semestre. Praticando a tríade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, a CIAPA desenvolve atividades em parceria com movimentos sociais, ambientais, de economia popular solidária, organizações da sociedade civil e diferentes escalas governamentais visando à promoção e defesa do direito à moradia digna e à cidade inclusiva e sustentável para todos.

O formato em que hoje se desenvolve a CIAPA nasce das atividades do Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares e a partir da convocação feita pela Pró-reitoria de Extensão (Proext) da UFPE para, por meio de uma assistência técnica, assessorar movimentos populares na elaboração e execução de ações, atividades e projetos sociais. Foi a partir dessa demanda no desenvolvimento de assistência técnicas aos movimentos sociais que se deu a aproximação e o envolvimento da CIAPA para o caso do CHDHC brevemente relatado a seguir.

HISTÓRICO E ORIGEM DO PROJETO

O CHDHC é diferente dos outros conjuntos habitacionais. Ele foi imaginado, promovido, coordenado e construído pelos próprios moradores “*projeto de autogestão*”. Foi a partir da mobilização e coragem dos próprios moradores, com o apoio e a organização do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que foi assumido o desafio de conquistar com suas próprias forças o direito a uma moradia segura, confortável, sadia, num ambiente de boa vizinhança, e agradável de viver. Com um alto grau de participação e articulação, conseguiram tecer toda uma rede de apoios institucionais, em conjunturas

²⁷ Atualmente a CIAPA (2016.2) é composta por professores e estudantes de diversos cursos de graduação e Pós-graduação como: Geografia, Sociologia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Arquitetura, etc. e recebendo pesquisadores de países como México, Argentina, Holanda, Grécia, França, Canadá e Moçambique.

políticas favoráveis, que viabilizaram a sua construção. Resgatando um pouco a **origem do Projeto**, o CHDHC é constituído por 200 famílias de baixa renda, organizadas pelo MLB, que lutaram pelo direito a moradia desde 2003, realizando durante esse período três ocupações nos bairros da Iputinga e de Monsenhor Fabrício (SILVA, 2012).

Desde o começo, o desenvolvimento do Projeto (meados do 2015), seja ao nível das articulações políticas, seja em relação aos procedimentos administrativos e técnicos, é fortemente marcado pela iniciativa e envolvimento da comunidade com o acompanhamento contínuo das famílias por parte das ações e atividades alinhadas as respostas desenvolvidas pelos estudantes e professores participantes da CIAPA através da Proext da UFPE. Desta maneira, a implantação do Projeto de Assistência Técnica no CHDHC, foi fruto de várias mobilizações e lutas que constitui uma conquista do movimento popular organizado com o apoio da práxis de uma extensão popular dedicada, atual e atuante.

O **terreno para a construção**²⁸ das 200 unidades habitacionais corresponde à parte dos fundos do imóvel N° 1071 da Rua São Mateus, atualmente pertencente aos Correios. Após vários entendimentos entre a Prefeitura da Cidade do Recife, a Diretora Regional de Pernambuco dos Correios e representantes do MLB, foi aprovada no Conselho de Administração dos Correios, durante a 9ª Sessão Ordinária ocorrida em 29/09/05, em Brasília-DF, a doação do terreno com finalidade de viabilizar a construção do Conjunto Habitacional para famílias de baixa renda. Hoje, o lote 1-B com uma área de 25.444,29 m² tem as 200 unidades habitacionais e o mesmo foi doada para a Prefeitura da Cidade do Recife, onde, o registro do terreno já se encontra concluído desde novembro de 2009, faltando apenas o Prefeito do Recife assinar o recebimento do imóvel, de modo a viabilizar a nova matrícula do terreno, que atualmente é formado pelo Lote 1-A e o Lote 1-B. Toda esta formalidade é necessária para dar condições aos moradores e oficializar a legalização do empreendimento social, popular e comunitário perante a 4ª Regional da DIRCON, já que é uma exigência contratual com a Caixa Economia Federal. Da parte dos

²⁸ Dados coletados arquivos CIAPA (apresentações estudantes, conversas informais com moradores)

Correios e do 4º Cartório de Imóvel, não existe mais pendências. No entanto, além da assinatura no cartório falta à Prefeitura concluir a 2ª etapa da infraestrutura que inclui os equipamentos comunitários (Creche, Centro Comunitário, Quadra Poliesportiva e estacionamento coletivo). Atualmente, esta segunda etapa se encontra com projeto e orçamento sobre responsabilidade da Secretaria de Habitação do Recife.

Os recursos financeiros: A Construção das 200 unidades se deu com o financiamento do Programa Crédito Solidário do Ministério das Cidades, administrado pela Caixa Econômica Federal. Esse programa, que tem como objetivo viabilizar o acesso a habitação para famílias com renda de 01 até 03 salários mínimos, constitui uma conquista da Central dos Movimentos Populares (CMP) e das demais organizações nacionais que lutam pela reforma urbana²⁹.

As estratégias propostas para viabilizar a condução do processo por parte dos moradores através sua organização condominial (síndico, vice-síndico e Conselho Consultivo), foram criadas, após assembleias - consultas populares - que identificaram os principais problemas e ameaças para a qualidade de vida no Conjunto. Estas comissões compostas por moradores dispostos a envolver-se diretamente no enfrentamento de cada um dos desafios para qual cada comissão foi indicado um ou vários consultores membros da CIAPA, para oferecer assistência técnica às atividades. O ritmo e direcionamento do trabalho dado pelos membros em diálogo com a equipe de consultoria técnica foram distribuídos nas seguintes áreas de atuação: 1) Esgoto Condominial; 2) Legalização do Terreno; 3) Qualidade e segurança das casas; 4) Fortalecimento da identidade e ação comunitária; 5) Fortalecimento da organização condominial; e uma 6ª comissão para enfrentar os desafios de coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos, segurança, espaços coletivos (creches, quadra esportiva), etc.

Durante os últimos cinco anos, grandes mudanças aconteceram no Conjunto, tanto do ponto de vista físico, relativas à qualidade do ambiente natural e construído, quanto na composição dos moradores e de forma muito sensível no arrefecimento do espírito de solidariedade comunitária que existiu na época do

²⁹ O valor do crédito foi de R\$ 15.487,00 por família e será pago pelas famílias em 20 anos e sem juros.

mutirão. Estes motivos justificaram a realização de uma pesquisa, que se por um lado serviu para aproximar os estudantes e professores da CIAPA ao trabalho de técnicos de ONGs³⁰ do cotidiano dos moradores, facilitando o estabelecimento de relações de colaboração e diálogo, por outro, permitiram perceber a amplitude das profundas transformações vivenciadas no Conjunto. Por isto apresentaremos os resultados em percentuais, considerando a amostra de 181³¹ casas (de um total de 200 casas) como suficientemente representativas da realidade do Conjunto como um todo, na época do levantamento dos dados, entre junho e setembro de 2015.

BREVE RELATO DOS RESULTADOS DA PESQUISA: DOS PRINCIPAIS DESAFIOS E CONQUISTAS DO CONJUNTO DOM HELDER CÂMARA

As profundas modificações experimentadas no conjunto, algumas de caráter positivo, outras negativas, que exigiam esta pesquisa, podem assim serem resumidas:

Referente ao aspecto populacional do Conjunto foi identificado o registro de novas famílias chegadas depois da sua inauguração. Dentro das debilidades se observa que as dimensões de equipamentos coletivos não respondem as necessidades das famílias do Conjunto, isto ainda pela ausência de espaços coletivos como: Creches, Quadra Poliesportiva, Centro Comunitário que por muito foi demandado pelos moradores.

Dentro dos aspectos organizacionais comunitários se identificou a extensão do processo de expansão da mentalidade individualista entre os moradores, associado à chegada de novas famílias, de níveis socioeconômicos diferentes e escassos, vivência associativa e solidária, e ao desgaste da gestão condominial. Assim, mesmo a fragilidade no grau de consciência coletiva sobre a natureza e gravidade dos problemas, ainda é possível identificar uma certa identidade

³⁰ Como a ONG InterAÇÃO – consultoria que atua nas áreas de planejamento, formação e avaliação.

³¹ Apenas pode ser aplicado em 181 casas, tendo em vista que 19 estavam fechadas ou não foi possível encontrar seus ocupantes mesmo depois de múltiplas tentativas.

coletiva bem como a disponibilidade para mobilizar-se, organizar-se e agir para enfrentá-los solidariamente as problemáticas do Conjunto.

Quanto os aspectos do ambiente natural, foram constatados fortes problemas ambientais, como: ausência de cuidados dos espaços verdes, individuais e coletivos, carência de arborização, disfunções do sistema de esgotamento condominial e drenagem de águas pluviais, proliferação de animais peçonhentos e transmissores de doenças. Referente ao aspecto do ambiente construído, a extensão e natureza do processo de reforma das casas, realizou-se de forma espontânea sem controle da autoridade condominial, afetando a qualidade do ambiente particular e coletivo colocando em risco a segurança e o conforto do habitat.

Pelo anterior, o grupo CIAPA através de estratégias para incentivar a participação baseada em diálogos de saberes e a partir dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários os trabalhos atuais de assessoria técnica está concentrado nas seguintes atividades: *i)* Reforço à identidade coletiva e a solidariedade; *ii)* Organização e funcionamento do Conjunto; *iii)* Alternativas de segurança interna; *iv)* Saneamento condominial (esgoto e lixo); *v)* Planejamento dos espaços coletivos; e *vi)* Inserção social no entorno do Conjunto Habitacional (relacionamento com a vizinhança).

CONCLUSÃO

Ao modo de conclusão de um relato de experiências que ainda é realizado na prática pelos integrantes da CIAPA, acredita-se que mesmo diante de todas as dificuldades postas em meio à *práxis* da produção social do habitat, o que provocou o sucesso inicial do Projeto do CRDHC, foi essa postura de participação nas decisões e nos compromissos assumidos de forma coletiva. De igual maneira, o que veio a comprometer a sustentabilidade dessa qualidade foi à perda do sentimento de comunidade e do exercício da participação na gestão coletiva do Conjunto Habitacional. Como reflexo da complexidade da cidade, no caso do Conjunto Dom Helder, os avanços são resultados dos processos voluntários ou forçados de participação dos cidadãos. Diante da experiência brevemente

analisada, acredita-se na qualidade da participação popular como condição primordial para luta pelo direito à moradia e pelo direito à cidade em que as pessoas possam direcionar as políticas públicas e as políticas urbanas em particular na e para a defesa de uma maior qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

SILVA, C. F. S. L. O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e a política de autogestão: análise de uma experiência no bairro da Iputinga, Recife-Pe. 2012. 151f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal de Paraíba. João Pessoa, 2012.

A EDUCAÇÃO POPULAR COMO IMPULSIONADORA DO EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO: UMA EXPERIÊNCIA EM EXTENSÃO POPULAR

Marcilane da Silva Santos; Juciara Noara Santana de Araújo Costa; Aleida Raquel Correia dos Santos; Gildeci Alves de Lira

RESUMO

O presente trabalho configura-se como uma Vivência em Extensão Popular e apresenta inicialmente uma leve explanação acerca da Educação Popular, esta como uma prática emancipatória e de promoção da autonomia dos sujeitos. Neste contexto insere-se o Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF), que atua há dois anos na comunidade Santa Bárbara, localizada em João Pessoa/PB. Dentre suas atividades incluem-se grupos operativos e visitas domiciliares, sendo este relato de experiência, um recorte das atividades realizadas em um dos grupos operativos. Os elementos aqui descritos foram coletados a partir de Diários de Campo produzidos pelos extensionistas a cada nova atividade do grupo. Notou-se que os aspectos discutidos na atividade do grupo contribuíram para que as mulheres que vivem em condições de vulnerabilidade social se sentissem como sujeitos ativos em sua própria realidade, contribuindo para a construção de sua emancipação, empoderamento e transformação coletiva. De modo geral, foi possível observar que a Educação Popular vem contribuindo para o desenvolvimento do empoderamento feminino no contexto comunitário.

INTRODUÇÃO

A Educação Popular (EP), desenvolvida por Paulo Freire, surgiu no fim dos anos 50, quando a classe média passou a se interessar pelas demandas advindas dos contextos populares. A obra de Freire, *Pedagogia do Oprimido*, foi

um dos principais marcos teóricos da Educação Popular na década de 60 (VASCONCELOS, 2004).

Esse novo campo teórico-metodológico surge como uma ferramenta potencializadora das discussões acerca das questões sociais, rompendo com as práticas verticais de ensino e de cuidado, presentes em sua grande maioria nas escolas e serviços de saúde. Freire traz a Problemática como uma proposta para alcançar uma perspectiva crítica sobre a realidade em que o sujeito está inserido, podendo a partir desse processo, transformar esse meio, buscando por melhores condições de vida (BRASIL, 2014). A partir do momento que o indivíduo modifica sua realidade, ele também modifica a si mesmo, o que constitui um movimento *práxico*, de ação-reflexão-ação (BRASIL, 2014).

Esse processo tem total relação com o empoderamento comunitário, que segundo Dreier (1996), está relacionado à organização de comunidades para resolução de problemas socioeconômicos. O empoderamento envolve trabalhos grupais (mais do que individuais), onde foco é na transformação cultural (mais do que na adaptação social) (ROSO e ROMANINI, 2014).

É nesse contexto, que a Educação Popular está inserida, valorizando a participação social, tomando por base o seu compromisso com as classes subalternas. A Educação Popular voltada especificamente para o campo da saúde é tratada como Educação Popular em Saúde (EPS) e propõe um novo modelo de gestão e de oferta de serviços da rede de assistência à saúde, possibilitando a construção de ações de saúde a partir de uma proposta integral (VASCONCELOS, 2004).

O Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF) utiliza em suas bases teórico-metodológicas a Educação Popular em Saúde, desenvolvida por Paulo Freire. Atuando numa comunidade Santa Bárbara, em João Pessoa/PB, o projeto busca promover saúde junto aos moradores da comunidade, realizando visitas domiciliares, grupos operativos (grupo de crianças e de mulheres) e trabalhando de forma interdisciplinar, com a participação de extensionistas de diversos cursos, como Psicologia, Fisioterapia, Pedagogia, Terapia Ocupacional, Gestão Pública e Enfermagem. O presente trabalho se

baseará nas atividades realizadas no grupo Pequena Semente, composto por mulheres da comunidade.

O presente estudo é um recorte de uma das atividades realizadas pelo PEPASF. O grupo Pequena Semente, constituído majoritariamente por mulheres, propõe-se a possibilitar um espaço de troca de saberes e de desenvolvimento de subjetividades, considerando que cada ser possui em si um potencial transformador. Este trabalho pretende relatar a relevância do grupo Pequena Semente para o fomento do empoderamento comunitário.

DESENVOLVIMENTO

As atividades do grupo Pequena Semente ocorreram quinzenalmente, às sextas-feiras, na própria comunidade Santa Bárbara. Um espaço cedido por uma das moradoras foi utilizado para a realização das atividades do grupo que ocorrem por meio de rodas de conversa e oficinas com temas sugeridos pelas participantes do grupo, no intuito de fomentar sua autonomia e garantir sua participação ativa nas atividades. Os dados referentes às contribuições do grupo para as moradoras da comunidade foram coletados a partir de Diários de Campo produzidos pelos extensionistas a cada nova atividade do grupo. E ao fim de cada trimestre, propõem uma avaliação do grupo, para que as participantes deem sugestões de melhorias para as atividades e assim possam relatar suas experiências, bem como os pontos positivos e negativos presentes naquele período. Deste modo, o grupo trabalha com o intuito de harmonizar suas ações.

Em uma das atividades realizadas no grupo o tema sugerido tinha como objetivo discutir as conquistas das mulheres ao longo da história. De modo a suscitar discussões acerca do tema, os extensionistas inicialmente solicitaram que as participantes relatassem quais haviam sido as conquistas mais importantes de suas vidas. No primeiro momento houve relutância de algumas participantes, pois declaravam que não haviam conquistado algo de grande importância a ponto de ser relatado naquele momento. Entretanto de modo a facilitar uma reflexão mais aprofundada, os extensionistas apontaram que toda pequena conquista é válida,

desde que tenha um significado especial para cada indivíduo. E isto se deu como um elemento problematizador acerca do tema.

A problematização gerou relatos mais variados possíveis, indo desde a conquista do primeiro emprego, até a autodescoberta como “uma pessoa importante”. Onde, por exemplo, uma das participantes relatou que quando conseguiu o primeiro emprego percebeu um potencial intrínseco, pois a partir de então se percebeu como uma pessoa útil para a sociedade.

Paralelamente aos relatos das participantes, os estudantes também apontaram elementos que foram de suma importância para a conquista da liberdade feminina, a exemplo, o voto feminino, a lei Maria da Penha e a licença maternidade; de modo a levá-las também a refletirem sobre o valor das conquistas do passado para a mulher dos dias atuais.

Os elementos discutidos nessa atividade contribuem principalmente para que aquelas mulheres em condições de vulnerabilidade social se sintam como sujeitos ativos em sua própria realidade, contribuindo para a construção de sua emancipação, empoderamento e transformação.

CONCLUSÕES

As atividades realizadas pelo PEPASF, onde se destacam as rodas de conversa realizadas no grupo Pequena Semente, buscam valorizar os saberes das classes populares possibilitando aos diversos atores deste meio a construção de uma visão crítica acerca de sua realidade. A roda de conversa constitui-se como um elemento primordial para o fomento da horizontalidade e, deste modo, contribui para que todos os sujeitos sejam vistos de modo igualitário, trazendo, além disso, o sentimento de acolhimento e pertença ao grupo.

De modo geral, foi possível identificar em atitudes de algumas participantes que o Grupo Pequena Semente tem contribuído para o empoderamento feminino no contexto comunitário, pois elas têm se mostrado cada vez mais autônomas e participativas nos processos inerentes à organização do grupo (como sugestões de temas a serem trabalhados) e à própria comunidade (por exemplo, na tentativa de incentivar outras pessoas a participarem do grupo).

Assim, faz-se necessário um processo de constante estímulo para o empoderamento dos diversos sujeitos pertencentes às camadas populares, de modo a possibilitar sua autopercepção como agentes responsáveis pela transformação de sua realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de Educação Popular em Saúde**. Departamento de apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

DREIER, P. Community Empowerment Strategies: The Limits and Potential of Community Organizing in Urban Neighborhoods. **A Journal of Policy Development and Research**, 2 (2). Publicado em maio de 1996. Acesso em 25 de junho de 2016. Disponível em <<http://www.huduser.org/periodicals/cityscpe/vol2num2/dreier.pdf>>.

ROSO, A.; ROMANINI, M. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Psicologia e Saber Social**, v. 3, n. 1, p. 83-95, 2014.

VASCONCELOS, E. M. Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. **Physis**, v. 14, n. 1, p. 67-83, 2004.

A EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: RELATANDO UMA EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS CURRICULARES

Hudson de Oliveira Silva¹; Maurício Caxias de Souza²

^{1,2} Projeto de Educação Popular e o Cuidado de Enfermagem na Comunidade – Universidade Federal da Paraíba – UFPB

RESUMO

Objetivou-se instigar os acadêmicos de enfermagem a refletirem sobre práticas pedagógicas a partir da educação popular, relatando uma experiência da construção de espaços curriculares de diálogo sobre o tema educação popular como estratégia de inserção dos acadêmicos de Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba na realidade social, fomentando possibilidades e desafios do trabalho em saúde. Descrever encontros das atividades de extensão, que fizeram parte das atividades da disciplina de Educação em Saúde. Encontros com dinâmicas de grupo e discussões sobre as competências de enfermagem, educação em saúde, Estratégia de Saúde da Família, movimentos sociais, pedagogia da autonomia, educação e educação popular. A vivência curricular apresentou-se como um instrumento potencializado de ações pautadas na solidariedade, justiça e participação social, assim como o saber popular pode ser visto como eixo estruturante na organização dos serviços e currículos de graduação.

INTRODUÇÃO

No sentido de publicizar experiências curriculares inovadoras, este relato evidencia a aproximação dos acadêmicos de vários semestres do Curso de

Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com a educação popular em saúde, campo teórico-prático dinâmico e dialético. A educação popular define-se pela e na práxis com ênfase nas questões pedagógicas e metodológicas. Para, além disso, pode ser incorporada às práticas em saúde de maneira contínua e sistemática, já que implica em momentos de reflexão teórica sobre a prática, confrontando com potencialidade essa sistematização com interpretação e informação sobre essa prática ao formular teorias a partir e não sobre a prática (HURTADO, 1993).

O presente relato descreverá as atividades realizadas nos encontros com esses acadêmicos de enfermagem na disciplina de Educação em Saúde. Essas atividades fizeram parte das atividades de extensão em educação popular em saúde e foram desenvolvidas durante o decorrer da graduação dos autores deste resumo, os quais foram convidados a realizar discussões sobre educação popular nas aulas da disciplina e encontros do projeto.

A motivação dos autores para discussões sobre o tema educação popular no ensino, foi importante para agregar estudantes, trabalhadores da área da saúde, docentes da UFPB.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, a cerca da educação popular em saúde no curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) envolvendo a disciplina de educação em saúde e a extensão universitária de enfermagem na educação popular em saúde.

A integração dos estudantes junto aos moradores onde acontecem as atividades de extensão em educação popular em saúde favoreceu a imersão no universo da práxis. Essas atividades de discussão sobre educação popular ocorreram em momentos da Extensão e as vivências na comunidade.

CONCLUSÃO

A experiência integradora possibilitou a inclusão de uma vivência curricular na realidade dos movimentos sociais organizados e contou com o apoio da coordenadora do projeto e da docente da disciplina, dos estudantes de enfermagem, dos trabalhadores da equipe da ESF.

Propiciou um aprofundamento sobre a temática educação popular na matriz curricular do Curso de Enfermagem. A educação popular é um processo que envolve compromisso social com a transformação das estratégias pedagógicas, a partir da inclusão da população enquanto educadora, levando em consideração as necessidades locais da população.

REFERÊNCIAS

HURTADO, C. N. Educar para transformar: transformar para educar. Petrópolis: Vozes; 1993.

A EXTENSÃO POPULAR E O ESTÍMULO AO PROTAGONISMO ESTUDANTIL: REFLEXÕES À LUZ DE UMA VIVÊNCIA

Danielle Brito de Andrade, Hudson Silva de Oliveira, Patrícia Serpa de Souza Batista

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência construído a partir das vivências estudantis em uma extensão popular. O ponto de partida para a experiência é o Projeto Educação Popular em Saúde no Cuidado de Enfermagem na Comunidade, que tem como referência os fundamentos da Educação Popular atrelados ao cuidado de Enfermagem. O principal objetivo deste relato é refletir sobre o estímulo ao protagonismo estudantil que ocorre nos espaços de extensão popular. Utilizou-se a metodologia da sistematização de experiências a fim de descrever as situações vividas refletindo e construindo conhecimentos a partir disto.

Palavras-chave: protagonismo estudantil; extensão popular; enfermagem

INTRODUÇÃO

A educação popular e seus princípios metodológicos são ainda temáticas pouco vivenciadas nos processos formativos em saúde, visto que a força cultural de uma formação com foco na doença e não no sujeito ainda é realidade predominante. Nesse contexto, a extensão popular vem de encontro à formação humanística e dialógica com base na coletividade e na construção compartilhada e ampliada de saúde (VASCONCELOS, 2013). Inserido na extensão e no leque de opções para atuação fora dos ambientes acadêmicos, o estudante tem a possibilidade de desenvolver sua autonomia e protagonismo, características capazes de transformar e potencializar uma formação com vistas ampliadas para a saúde e contextos político-sociais. O projeto Educação Popular e o Cuidado em Enfermagem na Comunidade insere o estudante em uma comunidade carente de João Pessoa, buscando atrelar as técnicas específicas de Enfermagem ao

contexto social norteado por pressupostos da Educação Popular, rompendo com referências biologicistas de ensino. Semanalmente os estudantes realizam atividades de visitas domiciliares e participam de reuniões interdisciplinares em conjunto ao Projeto de Extensão Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF) e Para Além da Psicologia Clínica. Além disso, é estimulada a inserção do estudante em espaços sociais, encontros, eventos e demais atividades de extensão popular, contribuindo para o desenvolvimento de seu protagonismo.

MÉTODO

Relato de experiência baseado na interpretação crítica da realidade vivida em uma extensão de cunho popular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A extensão universitária de caráter popular traz à tona a necessidade eminente do rompimento com metodologias tradicionais que não enfatizam a participação estudantil em espaços pedagógicos nem construções reflexivas. Na extensão popular o estudante é estimulado a participar ativamente de maneira consciente e crítica de seu processo formativo (CRUZ, 2013). As visitas domiciliares permitem que o aluno se aproxime de uma realidade social e política transformadora capaz de instigar sua consciência política ao identificar os determinantes sociais em que esta população está inserida e os impactos da exclusão social na saúde destas comunidades carentes. Já a participação do estudante nas reuniões e demais atividades de extensão oportunizam viver um processo de ensino aprendizagem onde ele é capaz de protagonizar, organizar, articular e planejar ações coletivamente. Assim, o estudante pode refletir sobre seu processo de aprendizagem, construir vínculos, expor dificuldades enfrentadas a fim de refletir sobre elas, dessa forma, acontece a união de esforços e construção de redes de apoio sociais, além de incentivar a pesquisa e estimular o compartilhamento de reflexões e experiências. A extensão popular, dessa forma vai contribuindo para a formação de um estudante crítico, reflexivo, atuante,

socialmente comprometido, que desenvolve sua autonomia e protagonismo durante sua vivência no projeto. É interessante ressaltar que tal protagonismo dependerá da dedicação e abertura do estudante às vivências populares.

CONCLUSÃO

Existe uma característica singular na extensão pautada na Educação Popular, a capacidade de inserir os estudantes em espaços didáticos que vão além dos muros da academia e estimulam o protagonismo estudantil colaborando para uma formação pessoal e profissional marcada por aprendizados provenientes de vivências em diferentes realidades. Dessa forma, ao ser estimulado, o estudante desenvolve um olhar crítico e político sendo um multiplicador de ações educativas e profissionais comprometidas com a coletividade.

REFERÊNCIAS

CRUZ, P.J.S.C. Extensão Popular: um jeito diferente de conduzir o trabalho social na Universidade. In: CRUZ, P. J. S. et al. **Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**. São Paulo: Hucitec, p 181-201, 2013.

VASCONCELOS, E. M. Educação Popular na Universidade. In: Vasconcelos EM, Cruz PJSC, (org). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec, p. 15-24, 2011.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FORMA DE QUALIFICAÇÃO PARA ATUAÇÃO JUNTO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Kelly de Araújo Soares¹; Thaíres Lima da Silva²

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Residente de Cuidados Paliativos pela Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail:

kelly.soares01@hotmail.com; ² Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Pesquisou no Setor de Estudos e Pesquisas em Cidadania, Trabalho e Teoria Social (SECTTS). E-mail: thaires_lima@hotmail.com;

RESUMO

O presente trabalho buscou apresentar e discutir o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-saúde) incluído na Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (Pcd) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), nele inseridos alunos de graduação dos mais diversos cursos da área da saúde como Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia ocupacional, Medicina, dentre outros, com preceptoria de profissionais que estão inseridos em serviços que são referência na rede de atenção a PcD. As reuniões ocorriam semanalmente onde eram abordadas temáticas como a Política Nacional da Pessoa com Deficiência, artigos relacionados, etc. Assim foi-se estimulado a integração teoria x prática, tão enfatizada na realidade acadêmica, como também a relação de trabalho interdisciplinar, agregando várias profissões em diferentes campos profissionais, ocasionando uma aprendizagem mais ampla e que contemplava as múltiplas interfaces de uma mesma demanda. Por fim, o referido projeto contribuiu para a potencialização de novos conhecimentos, a reorganização do processo de trabalho, tornando-o mais conhecido, estimulou o desenvolvimento de pesquisa na referida temática e qualificou futuros profissionais a intervir no Sistema Único de Saúde (SUS).

PALAVRAS-CHAVES: Pessoa com deficiência, SUS, extensão universitária, intersetorialidade.

INTRODUÇÃO

O referido trabalho apresenta o relato de experiência vivenciado a partir da inserção na proposta do PET- Saúde Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mostrando as ações do projeto nesse campo de atuação da política de saúde, destacando a importância dessa extensão universitária para os processos de formação e aperfeiçoamento dos estudantes de graduação que nele participam, levando em consideração a atividade multidisciplinar com ênfase na temática da pessoa com deficiência, estimulando a exploração das três dimensões ofertadas pela universidade para construção de um processo de ensino/ aprendizagem integral, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Diante disso, o projeto tem parcerias com a Secretaria Estadual da Paraíba (SES/PB), Secretaria Municipal de João Pessoa (SMS/JP), Secretaria Municipal de Cabedelo (SMS), expressando, sobretudo, a necessidade da interação e fortalecimento das relações entre as experiências do SUS com as práticas universitárias, havendo um diálogo entre as esferas acadêmica e institucionais do SUS.

O principal objetivo das práticas desenvolvidas no PET- Saúde Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (PET- Rede PCD) é auxiliar com a formação profissional dos graduandos, através de atividades de campo proporcionadas em diversos serviços da Rede de Atenção à Saúde do município de João Pessoa, agregando pontos de serviços nos três níveis de atenção à saúde (básica, média e de alta complexidade), além de participação em atividades regular de grupos tutoriais e registro e análise das vivências em plataforma virtual/Moodle.

Evidencia-se ainda, como um importante instrumento para potencializar a qualificação em serviço de profissionais da saúde que atendem às pessoas com deficiência, bem como viabilizar a iniciação ao trabalho de estudantes das graduações, dos diversos cursos da área da saúde, com esse público específico.

Em suma, este projeto reforça as atividades multiprofissionais com o intuito de envolver diversos cursos na realidade posta pelos usuários da saúde pública, preparando os extensionistas para serem profissionais capazes de responder às demandas trazidas em seu exercício profissional, tornando-os qualificados e humanizados para intervir nos mais variados ambientes dessa política.

DESENVOLVIMENTO

O Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET/saúde), vinculados aos Ministérios da Educação e da Saúde, tem como finalidade aperfeiçoar os estudantes de graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) inseridos no grupo para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS), considerando os diferentes cursos da área da saúde como Serviço Social, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Medicina, Nutrição, dentre outros. Assim, fica perceptível a importância da presença dos diversos cursos para que haja uma atuação completa atendendo às múltiplas dimensões dos casos vivenciados. (Holanda et al, 2014)

Sendo possível intervenções multidisciplinares no SUS, estimulando as ações intersetoriais, formando estudantes para serem profissionais cada vez mais qualificados para atuar nos mais diversos níveis de complexidade e campos da política da saúde. Esse projeto se configura enquanto uma ferramenta acadêmica capaz de fomentar o processo de capacitação dos extensionistas segundo às demandas do SUS.

Alguns importantes objetivos do PET são:

Estimular mudanças curriculares para a formação de estudantes dos cursos de graduação na área da saúde de acordo com as necessidades do SUS; Desenvolver processos de formação e educação permanente com os profissionais dos diversos serviços das Redes Atenção à Saúde (RAS), com vistas à qualificação das ações e serviços de saúde; Estimular e fortalecer iniciativas de mudança do processo de trabalho em saúde no caminho da integralidade e na perspectiva de trabalho em rede; Desenvolver pesquisas com base nas necessidades das Redes Atenção à Saúde (Comissão de Gestão e Acompanhamento *apud* Holanda et al, 2014, p. 34)

As reuniões ocorriam semanalmente onde eram abordados temáticas como a Política Nacional da Pessoa com Deficiência, O Plano Viver Sem Limites, Inclusão Social da Pessoa com Deficiência, conquistas, desafios, a inserção dos estudantes no campo de práticas etc. O campo de atuação vinculava-se aos serviços em que a preceptoria trabalhava estando a Fundação de Apoio ao Deficiente, Secretaria Estadual de Saúde, Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, Cais e de Jaguaribe, presentes nesse cenário.

A ação consistia em acompanhar de maneira dinâmica o cotidiano de um serviço de saúde, realizado por uma dupla de extensionistas, que deveriam ser orientados por um preceptor (a) que não necessariamente era da mesma área de formação. A partir da inserção foi-se elaborado um Projeto de Intervenção em cada área, que deveria visar às ineficiências do serviço de modo a poder propor ações a auxiliá-lo, durante esse processo foi-se utilizado vários artigos do SciELO - Scientific Electronic Library Online e periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES.

Na atuação junto a SES, pudemos participar da articulação junto a área técnica da pessoa com deficiência, responsável pela construção de toda a rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência no Estado da Paraíba. Nesse sentido, cada ente federativo deve construir o Plano Estadual para a Rede da Pessoa com Deficiência.

Durante esse processo frequente e dinâmico foi possível acompanhar diferentes ações da Área Técnica como a construção do modelo de plano regional, a fim de viabilizar o processo de trabalho dos gestores regionais; leitura e apreciação de planos regionais a partir de um check-list; construção de pareceres do Grupo Condutor sobre os Planos Regionais; participação em reunião ordinária do Grupo Condutor; participação nas reuniões internas organizativas e políticas; identificação dos pontos de atenção à pessoa com deficiência no Estado, a partir dos Planos Regionais e, acompanhamento dos processos e arquivamento de documentos do Setor.

Ficou explícito a necessidade de intervir nas ações dos SUS na área da pessoa com deficiência, bem como relevar a importância da relação e interação

de diversos tipos de cursos junto aos profissionais da saúde, formando uma equipe multidisciplinar com a finalidade de melhor atender esse público-alvo e considerar as mais diversas interfaces trazidas pelas demandas. Com isso, o projeto viabiliza nos campos abrangidos por este o intercâmbio dos saberes acadêmico e profissional, unindo os campos teórico-prático, fazendo um diálogo com os mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, pode-se inferir que o programa PET-Saúde/ PCD permitiu um aprofundamento teórico-prático acerca das particularidades do SUS com enfoque na temática da pessoa com deficiência. Este programa teve um papel fundamental na formação de seus participantes, pois além de ter articulado a instituição de ensino com o campo de práticas de saúde, abriram oportunidades ímpares e diferenciadas para a formação profissional.

A experiência dos integrantes pode ser considerada como uma vivência profunda, dinâmica, rica e desafiadora, porque proporcionou aos mesmos uma visão completa sobre as garantias, limites, desafios e dificuldades do cotidiano das pessoas com deficiência, que são deparadas para concretizar garantias e fazer valer seus direitos, já que vivemos em uma sociedade que até para eles se deslocarem se torna algo desafiador, infringindo seu direito de ir e vir, que se comporta como um direito básico do cidadão, ou seja, é a partir dele que é possível o exercício dos demais direitos.

Foi imprescindível durante a graduação essa experiência por ter propiciado uma abertura de oportunidades para se debruçar no assunto proposto pelo projeto, constituindo-se como uma vivência que ultrapassa os muros da universidade, ampliando o conhecimento dos estudantes e mudando a visão de mundo dos mesmos para com este público-alvo.

Enfim, o Programa PET- Saúde PCD permaneça se fazendo fortemente presente na UFPB e continue dando sua contribuição teórico-prática aos seus integrantes, influenciando nos serviços de saúde, promovendo a articulação dos estudantes com os profissionais, permitindo a interação do saber acadêmico com

o conhecimento dos funcionários do SUS, fazendo a combinação necessária para a construção de um pensamento crítico e inovador, capaz de transformar a dinâmica do exercício de suas atividades e mudar o ambiente de trabalho, produzindo uma nova maneira de intervir nas demandas postas pelos usuários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Pet-Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em:
http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=35306. Acesso em: 10 junho de 2015.

_____. Portaria Interministerial nº1802, de 26 de agosto de 2008. Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri1802_26_08_2008.html. Acesso em 8 de junho de 2014.

HOLANDA et al. O Processo de Construção da Rede da Pessoa com Deficiência no Estado da Paraíba: um Breve Relato de Experiência. Revista do Centro de Ciências da Saúde (CCS/ UFPB). 2014

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO ESTÍMULO ÀS PRÁTICAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS EM ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM ITABUNA-BA

Greyce Helen Lima Santos¹; Camila Duarte Ferreira²

¹ Graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências pela Universidade Federal do Sul da Bahia

E-mail: ghelensantos@gmail.com; ² Mestre em Ciência de Alimentos pela Universidade Federal da Bahia, e atualmente é doutoranda em Alimentos, Nutrição e saúde pela Universidade Federal da Bahia. Nutricionista da Escola de Nutrição da UFBA (ENUFBA) e Nutricionista da Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: camiladuarte2014@gmail.com

RESUMO

A adolescência é marcada intensamente por mudanças fisiológicas, psicológicas e somáticas. Essas mudanças influenciam em diversas áreas, inclusive nos hábitos alimentares. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho tem como objetivo identificar os hábitos alimentares de adolescentes de 11 a 15 anos de uma escola pública no município de Itabuna- Bahia, trazendo ações que conscientizem e incentivem uma alimentação saudável, dentro da perspectiva da educação alimentar e nutricional. Foram aplicados questionários semiestruturados às merendeiras (para identificar os alimentos predominante servidos na escola); aos 20% dos estudantes com faixa etária de 11 a 15 anos do turno matutino. Após isso, ocorreram três encontros com atividades lúdicas sobre educação nutricional e ao fim a aplicação novamente do questionário. Pode ser observado, que os adolescentes apresentaram um padrão insatisfatório no que diz respeito a hábitos alimentares, mesmo tendo acesso a informações nutricionais, e a escola oferecer uma merenda o mais saudável possível. Ao fim os alunos demonstraram que houve a absorção do conteúdo, mas não havia interesse de mudança nos hábitos alimentares. O presente trabalho, portanto, visa submeter-se a temática Vivências em Extensão Popular do III Seminário de Pesquisa em Extensão Popular (SENAPOP).

Palavras-chave: Nutrição; Alimentação saudável; Hábitos alimentares.

INTRODUÇÃO

A adolescência é marcada intensamente por mudanças fisiológicas, psicológicas e somáticas (IULIANO, FRUTUOSO e GAMBARDELLA, 2004). Essas mudanças influenciam em diversas áreas, inclusive nos hábitos alimentares. Rejeição a frutas, legumes e verduras, substituição de refeição por lanches, alimentação fora do horário ou até mesmo a omissão de refeições fazem parte da realidade da grande parte dos adolescentes (COSTA, 1998).

Esse comportamento alimentar incorreto, tem acarretado muitos males à saúde e, como consequência, tem-se observado maior prevalência de sobrepeso e a obesidade, que em adolescentes são fatores de alto risco para desenvolvimento de doenças crônicas na idade adulta (JACOBSON, 2001, apud ANDRADE et. al, 2013) e não estão relacionadas só ao volume da ingestão alimentar, mas à composição e à qualidade da dieta. (TRICHES e GIUGLIANI, 2005).

Mesmo tendo a obesidade de crianças e adolescentes como um dos principais problemas relacionados a distúrbios alimentares da atualidade, sabe-se que existem outros problemas decorrentes de uma alimentação deficiente, como a anemia que também é muito recorrente e pode afetar no crescimento, desempenho cognitivo e até mesmo no rendimento escolar dos acometidos (IULIANO, FRUTUOSO e GAMBARDELLA, 2004)

Um dos locais mais propícios para promover educação em saúde e educação nutricional, é na escola, uma vez que os adolescentes passam a maior parte do dia. Por esse motivo, programas e projetos que visam influenciar uma alimentação saudável, podem ter grande repercussão. Outro fator importante a ser levado em conta é que a merenda escolar pode ser considerada a única alimentação diária garantida que muitos alunos têm e a principal razão da frequência dos mesmos. Dessa forma, conclui-se que a alimentação saudável nas escolas é indispensável (ZANCUL e OLIVEIRA, 2007)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo

Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar BRASIL (2006). O PNAE tem como objetivo principal contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. Esse objetivo relaciona-se à lei da Alimentação Escolar (nº.11.947/2009), onde o governo além de fornecer verba destinada à merenda das escolas, deve garantir que boa parte dessa alimentação seja mais saudável possível.

Partindo desse pressuposto, o presente trabalho tem como objetivo identificar os hábitos alimentares de adolescentes de 11 a 14 anos de uma escola pública no município de Itabuna- Bahia, trazendo ações que conscientizem e incentivem uma alimentação saudável, dentro da perspectiva da educação alimentar e nutricional.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória realizada entre maio de junho de 2016. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Brasília Baraúna de Almeida, localizada no bairro São Roque em Itabuna, e foram aplicados questionários semiestruturados às merendeiras (para identificar os alimentos predominante servidos na escola); aos 20% dos estudantes com faixa etária de 11 a 15 anos do turno matutino (com o intuito de avaliar a percepção destes acerca de alimentação saudável e também avaliar o perfil nutricional destes); foram realizados três encontros com atividades lúdicas de educação nutricional, tais como palestras, jogos e vídeos. Onde, além do estímulo de práticas alimentares saudáveis, foram enfatizadas também as consequências de uma má alimentação para a vida. O primeiro encontro consistiu na apresentação do projeto e na introdução dos temas que serão trabalhados, com apresentação em Power point e vídeos educativos ilustrando. No segundo encontro, foi confeccionada uma pirâmide alimentar, onde simultaneamente foram apresentadas aos estudantes as classificações dos alimentos e as funções de cada uma. No terceiro encontro, foi realizada uma “mini gincana” separando os alunos em grupos, onde responderam

perguntas acerca de todos os temas tratados até o momento. Após essa intervenção, foi aplicado um novo questionário semiestruturado para avaliar o impacto da atividade sobre o perfil nutricional e sobre a percepção acerca de alimentação saudável dos participantes.

RELATO E DISCUSSÃO

O projeto realizado na Escola Municipal Brasília Baraúna de Almeida foi muito produtivo. Tivemos três encontros com quinze alunos de uma turma de 9º ano do turno matutino, cada encontro com atividades diferentes. Para mim foi uma experiência enorme e prazerosa, além de me trazer conhecimentos novos e revisão de assuntos já estudados, cada vez que eu preparava os materiais para levar aos alunos.

Educação nutricional na minha opinião, é um tema muito importante. Pude perceber durante os encontros, que os adolescentes não são tão carentes dessas informações, uma vez que têm noção do que vem a ser uma alimentação saudável e das consequências de uma má alimentação para a saúde. Porém, a grande maioria alega não haver mudança de práticas, seja por condições financeiras, por falta de estímulo, por outras influências externas ou apenas por não querer.

O fato da resistência dos estudantes quanto a mudança dos hábitos alimentares, foi um dos aspectos mais negativos. Mesmo interagindo nas atividades e prestando atenção no que estava sendo falado, muitos deles alegaram que iriam continuar com as mesmas práticas, pois seria difícil mudar. Além desse aspecto, houveram outras coisas que desfavoreceram nossos encontros, como a não disponibilização de mais de uma turma para a participação das oficinas e a falta de equipamentos na escola para a reprodução dos slides e vídeos. Mas conseguimos driblar esses obstáculos e correu tudo bem.

Mesmo com algumas dificuldades, pude perceber também muitos pontos positivos, que podem de certa forma, suprir os negativos. Tivemos o total apoio da diretora da escola e dos coordenadores envolvidos, além da concessão de horário de aula da parte dos professores. Os alunos mesmo tímidos, chegaram a participar da confecção da pirâmide alimentar e da mini gincana realizada no

último encontro. Pude perceber também o envolvimento dos alunos, claro que uns mais do que outros, mas para mim valeu super a pena.

Chego à conclusão de que esse tipo de projeto é muito importante, uma vez que os hábitos alimentares na infância e na adolescência influenciam diretamente à fase adulta. Há a necessidade desse trabalho nas escolas, bem como uma interação maior entre as IES e as escolas públicas através de outros projetos relevantes também. Digo interação, não querendo me referir a esses projetos de curta duração, mas de projetos perpétuos com a finalidade de trazer maior absorção dos conteúdos ao corpo discente e até mesmo docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consumo de alimentos inadequados por parte dos adolescentes é um problema recorrente, pois de acordo com ZANCUL e OLIVEIRA (2007), vários trabalhos realizados com adolescentes da mesma faixa etária, apontam uma enorme diferença entre os alimentos recomendados para o melhor funcionamento do organismo, e o que eles efetivamente consomem. Esse trabalho mostrou que tal comportamento não está ligado a falta de informação nutricional nas escolas, pelo contrário. Existem vários programas que disponibilizam conteúdos sobre esse assunto para os adolescentes. Mas infelizmente os resultados não têm sido muito significativos.

REFERÊNCIAS

IULIANO, B. A.; FRUTUOSO, M. F. P.; GAMBARDELLA, A. M. D. **Anemia em adolescentes segundo maturação sexual**. Revista Nutrição. Campinas, v. 17, n. 1, p. 37-43, Jan/mar 2004. ISSN 1415-5273.

TRICHES, R. M.; GIUGLIANI, E. R. J. **Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares**. Rev. Saúde Pública, Dois irmãos, RS, v. 39, n. 4, p. 541-547, 2005.

ZANCUL, M. D. S.; OLIVEIRA, J. E. D. D. **CONSIDERAÇÕES SOBRE AÇÕES ATUAIS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA ADOLESCENTES**. Alimentação Nutricional, Araraquara, v. 18, n. 2, p. 223-227, jan./mar. 2007. ISSN ISSN 0103-4235.

ZANCUL, M. D. Z. **Orientação nutricional e alimentar dentro da escola: formação de conceitos e mudanças de comportamento**. Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara. Araraquara, p. 132. 2008.

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DO PREZEIS AOS DEMAIS ESPAÇOS DE PLANEJAMENTO DA CIDADE DO RECIFE: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Rodrigo Callou¹; Bierramos Saraiva²

¹ Aluno do Mestrado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco e membro da Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizado; ² Aluno do Doutorado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco e membro da Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizado;

RESUMO

A Cidade do Recife, palco de batalhas históricas, possui uma relevante trajetória de lutas populares em defesa da democracia e no combate à exploração promovida pelo forte e perverso processo de colonização vivenciado em Pernambuco. Esse histórico acabou estimulando e viabilizando o surgimento de instrumentos que foram utilizados nas dinâmicas de planejamento e gestão da cidade, tendo sempre como pano de fundo a ampliação da participação popular nos processos decisórios. O surgimento do PREZEIS foi um passo importante no processo de democratização da política urbana recifense, tornando essa experiência uma referência nacional. O objetivo do trabalho é apresentar a metodologia que vem sendo utilizada no desenvolvimento de uma das linhas de ação da Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizado - UFPE, no intuito de trocar experiências de “Vivências em Extensão Popular” com demais pesquisadores brasileiros. Busca-se ressaltar o papel que universidade pode vir a cumprir, tanto no que diz respeito ao processo de fortalecimento dos três pilares (ensino-pesquisa-extensão), como também no desenvolvimento e utilização de metodologias que visem promover a ruptura do processo tradicional de ensino.

INTRODUÇÃO

A presente comunicação tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada em uma das linhas de ação desenvolvidas pela Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizado – CIAPA³², que atua em sintonia com o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano e com a Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco.

A CIAPA aglutina e congrega professores e estudantes de doutorado, mestrado e graduação de alguns cursos da Universidade Federal de Pernambuco e demais universidades brasileiras e estrangeiras³³, que mediante atividades de estudo pesquisa e extensão, desenvolvem atividades em parcerias com movimentos sociais e organizações da sociedade civil e do governo, visando à promoção do Direito à Cidade e à Moradia.

A Comunidade vem desenvolvendo ao longo dos últimos meses, em parceria com o do Fórum do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – PREZEIS³⁴, uma proposta colaborativa de reforço à capacidade técnica de atuação dos militantes do movimento popular e dos técnicos do poder público municipal envolvidos na gestão desse programa. Tal proposta prevê atividades de diagnóstico, planejamento, gestão, monitoramento e avaliação, para a consolidação do papel de cada segmento social no processo de melhoria da qualidade de vida nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Essa ação resulta da constatação, por parte dos sujeitos implicados nesse processo, de que passados 29 anos do PREZEIS está em curso um “aparente

³² A CIAPA atua sob a coordenação do Professor Doutor Luis de la Mora, integrante do quadro de professores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE e membro da Comissão de Direitos Humanos da UFPE.

³³ No primeiro semestre de 2016 participaram as atividades da CIAPA professores e pesquisadores do México, Colômbia, França, Grécia e Moçambique.

³⁴ As Zonas Especiais de Interesse Social foram instituídas em 1983, a partir da aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife. Esta iniciativa buscava garantir a permanência da população de baixa renda nas áreas ocupadas. A partir desse reconhecimento, as áreas delimitadas passaram a ser regidas por normas urbanísticas específicas, cuja ideia motivadora era coibir qualquer transferência das famílias para outras áreas. Entre 1984 e 1985, a Comissão de Justiça e Paz (CJP), a convite de Dom Hélder Câmara, promoveu uma série de encontros com líderes das 27 comunidades, a partir dos quais foram definidos, entre outros aspectos, os mecanismos institucionais necessários para a sua devida regularização, sendo concebido assim, o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS).

desmonte” das suas estruturas de funcionamento, que vem sendo acompanhada por uma visível fragilização desse instrumento na estrutura global de planejamento da cidade. É dentro deste contexto que se busca partilhar aqui a forma como tem sido configurado esse processo colaborativo.

O PROCESSO COLABORATIVO DA CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE FORTALECIMENTO DO PREZEIS

Antes de efetivamente lançar mão ao desenrolar do processo afigura-se pertinente mostrar que tal processo concretiza o papel da universidade no desenvolvimento local, entendido como um processo endógeno de mobilização de energias sociais na implementação de mudanças que contribuem para o aumento das oportunidades sociais e melhoramento das condições de vida no plano local, com base nas potencialidades e no envolvimento da sociedade nos processos decisórios (BUARQUE, 1999).

Nesse sentido, a existência de uma boa universidade muitas vezes é suficiente para modificar a vida de uma cidade devido ao conhecimento que produz e propaga. Ela colabora ativamente para o progresso material, a melhoria da qualidade de vida e o ambiente cultural em que está inserida (BOSI, 1998).

Assim, acredita-se que atividades como essa, corporizam as contribuições de caráter geral da universidade no desenvolvimento que, isoladas das contribuições de caráter específico, o papel da universidade no desenvolvimento se torna insignificante. Tais contribuições específicas assentam na consciência de que se as universidades quiserem fazer mais pelo desenvolvimento, devem buscar mais do que simplesmente educar; devem engajar-se no fortalecimento dos três pilares que a identificam como geradora do desenvolvimento: a tríade ensino-pesquisa-extensão (FLECK, 2011), e começa a emergir nos últimos tempos um quarto pilar intimamente ligado aos anteriores, a ecologia do saber (SANTOS, 2008; GLASSON, 2003).

A CIAPA desenvolve as suas atividades nesse espírito, reconhecendo o sítio simbólico de pertencimento, isto é, valorizando as visões do lugar de intervenção, suas crenças e valores na concepção e implantação de processos

de desenvolvimento e emancipação social, mobilizando para o efeito da *caixa de ferramentas do sítio*³⁵. Uma abordagem de pensamento “mestiço”, baseado numa pedagogia de monitoramento, um procedimento essencialmente participativo que consiste em monitorar e capacitar, do modo mais aberto possível, os vários atores envolvidos localmente nas questões de desenvolvimento.

A DINÂMICA DO PROCESSO COLABORATIVO

A dinâmica do processo é corporizada pela articulação de linhas de atuação com o processo efetivo de colaboração.

Relativo às linhas de atuação tem-se inicialmente a necessidade de eliminação das “barreiras burrocráticas” da universidade, estabelecendo relações saudáveis com o entorno, bem como manifestando abertura para geração de sinergias com a comunidade a seu redor. Desse modo, as comunidades irão colocar à mesa da universidade suas demandas, como foi o caso em alusão.

Daí veio a segunda linha, isto é, dentro da sua diversidade, a universidade constituiu uma equipe (força-tarefa) para se juntar ao Fórum do PREZEIS no processo de resolução de suas demandas, “despida de sua autoridade científica”. Regra geral tal equipe nasce de estudantes da pós-graduação, onde há estudantes com trajetórias e experiências diversificadas que acrescentarão valor à equipe (transdisciplinaridade e multiculturalidade). No entanto, também se incluiu estudantes do nível de graduação que estão tendo a oportunidade de iniciação à pesquisa (aprender a pesquisar pesquisando).

“Despir-se da autoridade científica” não no sentido de que se deixa de mobilizar o seu saber científico na solução da demanda, mas no sentido de que dentro das possibilidades colocadas pelo conhecimento científico as comunidades

³⁵ O sítio é uma entidade imaterial que impregna o conjunto da vida em dado meio. É feito de uma “caixa preta” que contém mitos fundadores, valores, revelações, revoluções, sofrimentos e experiências do grupo humano em questão. É o aspecto simbólico, frequentemente oculto, das práticas locais. O sítio tem também uma “caixa conceptual” que abrange seus conhecimentos comuns empíricos e/ou teóricos e, enfim, sua “caixa de ferramentas” contendo seus modos de organização, seus modelos de comportamento e de ação, seu saber-fazer, suas técnicas etc (ZAOUAL, 2006: 32-33).

tem a oportunidade de escolhas conscientes. É desse modo, uma construção em conjunto.

A terceira linha é que tal equipe deverá possuir uma base relativamente contínua, construindo uma missão, visão e objetivos. Assim, tal estabilidade passará pela existência de um docente coordenador da equipe, cuja disciplina seria o alicerce da demanda (basicamente a materialização da ideia do professor-pesquisador). Além disso, a estabilidade seria garantida pela entrada de estudantes que desenvolvem estudos nessa área (isso pressupõe a definição clara da pesquisa quando se ingressa na pós-graduação).

A linha posterior é que tal equipe precisa partilhar suas descobertas, discutindo com regularidade os avanços das pesquisas individuais em andamento para que se vá enriquecendo os trabalhos individuais e da equipe como um todo, tendo como foco os aspectos impostos pelas demandas.

A quinta linha seria a questão da cooperação, quer seja local ou internacional. Esta questão pressupõe a materialização de aspectos ligados a transferência de créditos e mobilidade de estudantes e docentes, o que enriquecerá as discussões e intervenções dentro da equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registados esses aspectos, fica-se com uma base para a construção de uma outra universidade, observados os devidos ajustamentos sob pena de se cair na transposição da experiência que no final poderá ser inconsequente. Portanto, a partir disso a universidade deverá se reinventar, formatando sua identidade e processos a medida que colabora com as demandas locais. Ela deverá fundamentar-se na investigação-ação e refletir a partir dela; deverá se “deselitizar” e “sujar as mãos” com as comunidades, reconhecendo os seus saberes e práticas.

No que se refere ao processo efetivo de colaboração, deve-se registrar que têm sido promovidos debates focados, inicialmente, na análise FOFA seguida da construção da árvore de problemas e de objetivos, para porterior constituição da matriz de intervenção.

Nessa perspectiva, o que se percebe é uma permanente tensão entre o PREZEIS e os demais instrumentos de participação, cabendo por isso a necessidade do PREZEIS estreitar laços com esses espaços uma vez que seus interesses são complementares.

Assim, serão organizados debates para a construção dessa matriz, contendo a estratégia, as atividades e os indicadores que serão trabalhados junto aos participantes do Fórum do PREZEIS, buscando, como já foi dito, aproximar a atuação dos que constroem esse espaço gestão e planejamento da cidade com demais instrumentos que hoje compõem o desenho institucional do planejamento municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, A. et al. (1998). **A presença da Universidade Pública**. Disponível em: http://www.fisica.uel.br/BSPC_LD/inipub.html. Acesso em: 31.07.2016

BUARQUE, S. (1999). **Metodologia do planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. (2 Ed.) Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura (IICA).

FLECK, C. F. (2011). A tríade ensino-pesquisa-extensão e os vetores para o desenvolvimento regional. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V.7, n.3, p.270-298, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil.

GLASSON, J. (2003). The widening local and regional development impacts of the modern university – a tale of two cities (and North-south perspectives). **Local Economy**, v.18,n1, pp. 21-37.

SANTOS, B.S. (2008). A universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: Santos, B. S. & Filho, N. A. (2008). **A universidade no século XXI: Para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina.

ZAOUAL, H. (2006). **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A.

A MATERIALIZAÇÃO DE UM SUPERMERCADO COMO RECURSO METODOLÓGICO NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM NA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO BITTENCOURT (MANAUS-AM)

Roseane Guimarães Cabral Costa¹; Romy Guimarães Cabral²

¹ Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia; Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social; e graduada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Amazonas. rgcabral3@hotmail.com; ² Mestre em Educação, Especialista em Gestão em Etnodesenvolvimento e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas. romyranna@gmail.com;

INTRODUÇÃO

A socialização desta ação dar-se-á no evento SENAPOPOP 2016, na temática **Vivências na Extensão Popular**. Este projeto aconteceu na Escola Estadual Antônio Bittencourt, situada na cidade de Manaus-AM, entre os anos de 2015 e 2016 com os alunos do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. Após verificarmos a dificuldade das crianças em compreender conteúdos matemáticos, desde a identificação de números, ordenação numérica, valores e quantificações quanto aos conteúdos de conjuntos.

O levantamento de dificuldades de aprendizagem quanto à linguagem foi a premissa pedagógica a princípio, mas detectou as várias lacunas na assimilação dos componentes curriculares básicos do Ensino Fundamental, desde os já identificados até valores fundamentais na formação do pequeno cidadão (como socialização, respeito, solidariedade, cuidado, tolerância).

Os princípios citados redundavam na compreensão sobre o lugar em que se vive, o meio ambiente e a atitude que devemos estimular e desenvolver conforme as evoluções tecnológicas e os prejuízos causados em detrimento do mau uso do saber tradicional e científico.

Como eixo norteador, a linguagem oral e escrita, dada sua importância para a formação do sujeito e sua integração com as outras pessoas, assim como, as

necessidades cognitivas e sociais de nossos alunos impulsionaram a discussão acerca da necessidade de melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem.

No ensino fundamental, apesar de se tratar de crianças a partir de doze anos de idade, observa-se a grande discussão, no que se refere ao fracasso escolar, a dificuldade da leitura e da escrita, pois o domínio da linguagem oral e escrita é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, se expressa, defende suas propostas e constrói uma visão de mundo diferente.

A criança demonstra grande interesse por situações e vivências concretas, que tenha significado e aplicação no seu cotidiano, assim, é importante que se busquem alternativas que envolvam e estimulem o aluno nesse processo. O grande desafio do professor dos anos iniciais é conseguir estimular o aluno para o mundo encantado da leitura. Ao trabalhar as informações dispostas em rótulos, propagandas, e embalagens, estamos desenvolvendo habilidades necessárias para a leitura de vários tipos de textos presentes na sociedade. Sob essas considerações, esse projeto que procura desenvolver a leitura, escrita, o raciocínio lógico de forma lúdica, aproveitando o mundo variado de rótulos, embalagens e propagandas que fascinam diariamente nossas crianças.

A pretensão deste é que os alunos sejam capazes de conhecer o sistema de escrita, identificar os símbolos gráficos, fazer uma leitura através de gravuras, conhecer e garantir o uso eficaz da linguagem, condição fundamental para que possam continuar a progredir até, pelo menos, o fim do 9º ano, acredita-se que no final do projeto as atividades didáticas possam ter como objetivo: levá-los a pensar sobre a linguagem para compreendê-la e utilizá-la adequadamente com experiências de leitura e escrita prazerosas.

É com essa perspectiva que pensamos este trabalho, por contribuir positivamente com alguns objetivos educacionais, em particular o desenvolvimento da autonomia intelectual e o exercício da cidadania. Primeiramente, objetivou-se contribuir para que os alunos adquirissem competências e habilidades necessárias à aquisição da leitura, escrita e raciocínio lógico, bem como seus usos e funções sociais por meio de atividades lúdicas, prazerosas e desafiadoras parametrizando os princípios da Educação Ambiental.

De forma específica: estabelecer correspondência entre o sistema alfabético de escrita e os vários tipos de rótulos, embalagens e propagandas de supermercado; representar graficamente os símbolos e definir quantas letras vai usar; reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as contagens orais, as noções espaciais e demais componentes matemáticos necessários ao uso desses saberes no dia-a-dia; conhecer os elementos naturais que compõem alguns alimentos (matéria-prima dos produtos encontrados no mercado), bem como o valor nutricional; estimular mudança de hábitos alimentares com base no valor nutricional dos alimentos, bem como nos prejuízos causados à saúde pelos produtos químicos presentes na composição de alguns consumos; minimizar problemas com a leitura, interpretação de textos e desenvolver competências da comunicação verbal e escrita de acordo com o grau de dificuldade e apreensão de cada fase escolar; propiciar conhecimentos curriculares, de acordo com a dificuldade de aprendizagem de cada ano do Ensino Fundamental, como: matéria-prima de alimentos pasteurizados; importação e exportação de produtos alimentícios e de limpeza - explorando as regiões brasileiras; trabalhar a socialização entre alunos(as) e comunitários(as) para estabelecer um compromisso ambiental, relativo ao descarte correto de embalagens, além de minorar o desperdício de alimentos que podem ser modificados e utilizados na alimentação de animais domésticos e como adubo orgânico.

1 ENCAMINHAMENTOS

Previu-se a utilização de textos variados, atividades envolvendo a família com a coleta de embalagens, rótulos, trabalhos artísticos, confecção de jogos com os rótulos e embalagens, representação dos personagens de um supermercado, confecção de dinheiro, construção das mascotes do supermercado. Buscou-se provocar na criança, uma identificação com as situações vivenciadas em seu cotidiano nas histórias e origem dos produtos consumidos com o objetivo de tornar a aprendizagem significativa e prazerosa.

Quanto à aplicação de uma metodologia, foi utilizada abordagem sociointeracionista, para oportunizar a construção de aprendizagem com as

intervenções pertinentes. Portanto, foi aplicada uma metodologia que favorecesse o crescimento cognitivo nas diversas fases do desenvolvimento, respeitando suas características individuais.

2 AS AÇÕES

Iniciamos fazendo um diagnóstico de nossos alunos, discutindo no planejamento formas adequadas e racionais para alcançar os objetivos desejados. Após analisar os problemas que envolviam a alfabetização, a leitura, a escrita, os problemas matemáticos e os conhecimentos de ordem geral, listamos as habilidades que seriam trabalhadas no decorrer do projeto e as atividades para desenvolvê-las, dividindo-as em três momentos: 1. Apresentação do projeto em reunião de pais ou responsáveis, informando as formas de contribuição, acordado também que cada sala criaria seu próprio supermercado com nome e atividades diversificadas no dia da culminância. 2. Confeção do material pelos alunos e professoras, sendo eles: alfabetinho; sacola dos rótulos; palavra dentro da palavra; quebra-cabeças; varal de leitura; bingo de palavras e de operações matemáticas; confecções de moedas, confecção de cartões de crédito, confecção de cestas para as compras, confecção de cartazes para a formulação de tabela de preços e produtos; produção de brinquedos com sucatas para serem doados à comunidade carente do entorno, dentre outros, para explorar a leitura, o raciocínio lógico, sistema de medidas, origem do produto, entre outros. 3. Culminância do projeto.

2.1 DIVULGAÇÃO E ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE

Os pais e responsáveis foram convocados à escola para uma reunião de explanação sobre os objetivos e metas educativos do projeto, solicitando a efetiva participação destes no processo compartilhado – família, escola e comunidade. Em seguida a direção da escola providenciou ofício para encaminhar aos comerciantes que têm seus pontos comerciais no entorno. O ofício também objetivou solicitar permissão para posterior visita, pesquisa de preços e

observância da dinâmica dos estabelecimentos, além da aplicação dos roteiros abertos e dos questionários, realizados pelos(as) alunos(as).

2.2 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

Baseados nos resultados obtidos através dos roteiros abertos e da aplicação dos questionários, das atividades e da culminância do projeto, se pode afirmar que: as condicionantes de socialização melhoraram – as crianças estão mais receptivas e mais extrovertidas; assimilação de informações; transmissão das informações (comunicação); criatividade; iniciativa; capacidade de trabalhar em equipe; e, exercício da cidadania.

O projeto trouxe aprendizagens significativas, abordando de forma interdisciplinar os conteúdos e despertando interesse nos alunos, pois são conteúdos que fazem parte de sua realidade cotidiana. A interação escola-comunidade ocorreu de forma complexa devido à dificuldade de envolver os pais. No entanto, também percebemos como harmônica, pois apesar dos pequenos conflitos de entendimentos, superamos com a objetivação do projeto. Este fato nos trouxe novos desafios, pois quando os pais entram em contato com os problemas e as atividades da escola aumentam a participação, a compreensão e a colaboração no processo. Enfim, os problemas que surgiram, as ideias e os conflitos foram resolvidos com a participação de todos e exigindo constante reflexão quanto às finalidades sociais, culturais e ambientais do projeto.

3 CONTRIBUIÇÕES SIGNIFICATIVAS NESTA EXPERIÊNCIA E RESULTADOS

Para a formação educacional e social de alunos, educadores, gestores e comunidades envolvidas. Dentre estes, a participação da comunidade foi relevante por ter estimulado ao caminho da pesquisa; quanto aos alunos, melhorou a organização pessoal; e, quanto aos materiais utilizados no trabalho e a interação escola-comunidade, esses possibilitaram ações novas pedagógicas, sendo significado extremo durante o processo, no sentido de ajudar e incentivar no processo ensino-aprendizagem, ainda como cunho sociocultural para novos

projetos e parcerias ao enfatizar as competências e as habilidades fundamentais para o engajamento salutar dos(as) alunos(as) no contexto da vida atual.

Nossos objetivos foram alcançados, ao evidenciar o interesse pela leitura, fazendo disso uma prática para exercer seus direitos de consumidor e cidadão. Avaliamos o desempenho global de forma contínua a partir de observações em sala, da participação na construção de novos conceitos, ainda, responsabilidade, cooperação e organização. Percebemos ainda, o interesse em formar textos, empregando de forma correta as palavras. A natureza prioritária dessa ação: socialização escola/família/comunidade e educação ambiental (com o reaproveitamento de embalagens e rótulos nas atividades do projeto), interdisciplinarmente trabalhamos o desenvolvimento cognitivo relacionado aos conteúdos matemáticos (raciocínio lógico), de língua portuguesa (leitura, decodificação), ciências (conservação dos alimentos), geografia (espaço geográfico e regiões de origem), história (origem dos produtos), artes (expressão corporal).

Conclui-se que o trabalho por meio de projetos, constitui-se numa ferramenta fundamental para a prática de um trabalho coerente com as atuais concepções de ensino e aprendizagem. Considerando a heterogeneidade de nossos alunos, a organização do trabalho buscou favorecer a interação visando novos saberes por parte destes. Ao mesmo tempo em que algumas capacidades se consolidaram, outras foram introduzidas garantindo o domínio das capacidades básicas para os processos de leitura e de escrita e demais conhecimentos interdisciplinares implícitos e explícitos nos trabalhos desenvolvidos pelos alunos ao longo do projeto, transversalizados pela Educação Ambiental.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília, 1997.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Lingüística**. São Paulo: Scipione, 1989.

DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental: práticas inovadoras de inovação ambiental**. 2 ed. rev. apl. e atual. São Paulo: Gaia, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. **Escrita e Alfabetização**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso (org.). **Tecendo Subjetividades em Educação e Meio Ambiente**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

MUÑOZ, César. **Pedagogia da Vida Cotidiana e Participação Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

PÁTIO, Revista Pedagógica. **O conceito de letramento e suas implicações pedagógicas**. Porto Alegre: RS. Nov. 2002/jan. 2003. Artmed.

PIRES, Maria Ribeiro. **Educação Ambiental na Escola**. Belo Horizonte: Soluções Criativas em Comunicação, 1996.

SCARPATO, Marta (org.). **Os Procedimentos de Ensino fazem a Aula Acontecer**. São Paulo: Avercamp, 2004. (Coleção Didática na Prática).

ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UMA PRÁTICA EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Thaíres Lima da Silva¹; Kelly de Araújo Soares²; Ana Carla dos Santos³

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: thaires_lima@hotmail.com; ² Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: kelly.soares01@hotmail.com; ³ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: karlla_santos2011@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito debater, refletir e estimular o pensamento crítico acerca do papel da extensão universitária na conscientização e concretização dos direitos da pessoa com deficiência e na formação universitária. Enfatizando a experiência vivenciada no projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), denominado de “Atenção integral à saúde da pessoa com deficiência” realizado no Centro de Ciências Médicas (CCM), que tinha por objetivo intervir nas Unidades de Saúde da Família (USF), em João Pessoa-PB, para acompanhar os usuários com deficiência referenciados pelas USF's vinculadas ao projeto, e identificar as problemáticas enfrentadas por eles para ter acesso aos serviços de saúde, ou seja, a acessibilidade no atendimento a seus direitos. Com isto realizamos o acompanhamento dos usuários com deficiência da USF do José Américo, referenciados pela unidade, como nosso campo de atuação, e informamos a esses usuários seus direitos enquanto cidadãos. Além de problematizar perante a população e os participantes do projeto a política e saúde e sugerir ações que transformassem a dinâmica de trabalho nesse cenário de prática no intuito de elevar a qualidade dos serviços prestados pela unidade.

PALAVRAS-CHAVES: Pessoa com deficiência, Extensão, Saúde, USF, Formação.

INTRODUÇÃO

A priori faz-se necessário conceituar o termo aqui enfatizado já que o conceito de pessoa com deficiência passou recentemente por significativas transformações, desde a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência patrocinada pela Organização das Nações Unidas – ONU, aprovada pelo Brasil por intermédio do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008 que:

[...] trata a questão da deficiência de maneira diferente. Inova, avança e torna revogada a legislação brasileira anterior. Inegável que o decreto regulamentar era mais fácil de ser aplicado. Trazia índices, referências mais precisas. No entanto, não se pode deixar de louvar a Convenção e seu novo conceito, porque exigirá melhor critério e mais discussão do que o anterior. (ARAÚJO, 2012, p.56)

Assim, a Convenção expressa a deficiência como um acontecimento derivado da relação entre pessoas e limites sociais que impedem a ampla atuação em sociedade, indo além do indivíduo, explicitando a importância central do ambiente para sua manifestação. Solicitações decorrentes dos movimentos sociais são voltados a pessoas com deficiência:

[...]o reconhecimento do meio social como fator de limitação da participação social atenua o foco colocado sobre a pessoa pelas antigas definições que se restringiam à caracterização da deficiência a partir das limitações individuais em contraponto com o ambiente ou com algo chamado “padrão normal”. (MONTANARI, 2013, p.52)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010), 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) levou em consideração quatro tipos de deficiências: auditiva, física, visual e intelectual.

Diante dessa realidade, faz-se necessário a intervenção em todos os cenários em que essa população se faz presente, dentro da saúde temos a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência 2007, que tem como objetivo reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e no seu desempenho humano, de modo a contribuir para a sua inclusão plena em

todas as esferas da vida social, bem como prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências.

A partir dessa realidade foi-se criado o projeto de extensão “Atenção Integral à saúde da pessoa com deficiência” buscando intervir na sociedade e propor práticas para elevar a qualidade dos serviços prestados ao indivíduo com deficiência de modo interdisciplinar

DISCUTINDO UM BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto de extensão “Atenção Integral à saúde da pessoa com deficiência”, pertencente ao PROBEX (Programa de Bolsa de Extensão), do departamento do curso de Medicina, tendo como objetivo auxiliar para o fortalecimento e concretização da rede de atenção básica da saúde da pessoa com deficiência, proporcionando um atendimento de qualidade e digno aos mesmos na atenção básica na cidade de João Pessoa/PB.

Era composto por 21 estudantes de graduação de diversos cursos da área da saúde como Serviço Social, Fonoaudiologia, Medicina Fisioterapia e Terapia Ocupacional, o curso que predominava em relação ao número de participantes eram os estudantes de medicina, pois o projeto pertencia ao departamento de medicina, e por isso o acesso dos mesmos foram bem maior.

A metodologia do projeto consistia nas reuniões semanais, preferencialmente nas sextas-feiras, para discutir as experiências adquiridas na USF escolhida pelo grupo, além de problematizar a política de saúde e sugerir ações que transformassem a dinâmica de trabalho nesses cenários de práticas.

A intervenção se comporta em acompanhar os usuários com deficiência das Unidades de Saúde da Família (USF), referenciados pela unidade, como campos de atuação dos extensionistas do projeto, além de conscientizar esses usuários acerca de seus direitos enquanto cidadãos que devem ter visibilidade do poder público, já que ainda é um público-alvo que demonstra ter uma atenção insuficiente do Estado e que isso os prejudica em seu cotidiano.

Estes usuários no decorrer do projeto foram acompanhados como uma forma de verificar a qualidade do atendimento desses serviços ofertados pelas

USF's, e poder de alguma maneira intervir e mudar a realidade local desse campo profissional, tornando esse espaço mais humanizado e melhorando o atendimento com esse público. Vale ressaltar que esse projeto teve parceria com o Laboratório do curso de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências da Saúde (CCS/UFPB).

Este projeto se articulou com as três dimensões propiciadas pela Universidade para uma formação plena, que é o ensino, a pesquisa e a extensão, interagindo-as para que haja um processo de ensino-aprendizagem completo aos participantes.

Participaram dessa extensão oito USF's da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) da cidade de João Pessoa/PB, dentre elas: USF Nova Conquista, Nova Esperança, USF Cidade Verde, Mudança de Vida, Vila Saúde, Verdes Mares, Nova Esperança e José Américo.

E quanto à intervenção na Unidade do José Américo, a qual foi realizada a experiência, foram desempenhadas as seguintes ações: acompanhamento das pessoas com deficiência referenciadas pela unidade para identificar quais eram as principais dificuldades para ter acesso aos serviços de saúde e foi identificado que quem tinha uma alta dificuldade de locomoção tinha atendimento domiciliar em casos que foi visualizado como de uma senhora que tinha uma das pernas amputadas ocasionado pelo diabetes, além disso não enxergava mais, então por conta disso era recebido os profissionais em sua casa para remediá-la.

Presenciou-se que a unidade não dava um atendimento integral a essas pessoas, já que não tinha um pensamento crítico e amplo para proporcionar um atendimento que considerasse as múltiplas demandas colocadas em seu cotidiano profissional, portanto, perpassavam por outras políticas sociais como a política de assistência social, saúde, previdência social, é neste último onde é feito o agendamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pessoa com deficiência, direcionados àqueles que se enquadram no perfil de família em condição de extrema pobreza, benefício esse que é no valor de um salário mínimo e é intransferível, ou seja, quando o titular do BPC falecer, ninguém ficará recebendo como pensionista. Assim, pode-se afirmar que esse foi um dos benefícios mais procurados para pedir informações aos profissionais.

Uma das experiências mais marcantes foi a primeira visita à USF (José Américo), ao adentrar o espaço alguns profissionais não se sentiram à vontade com nossa presença devido à má interpretação por parte de alguns profissionais para entender qual o papel dos estudantes que estavam situadas para além dos muros da universidade, vivenciando, assim, a prática da política de saúde na prestação de serviços às pessoas com deficiência.

Quanto aos serviços ofertados ficou perceptível que a prestação de serviços é impactada pelo escasso investimento na saúde pública expressas pela desvalorização da equipe multiprofissional, pelos baixos salários, número insuficiente de medicamentos para atender às pessoas referenciadas pela unidade, pouco número de fichas de atendimento, prejudicando uma boa parte de pessoas que precisavam serem consultadas.

Foi necessário participar desse projeto para ver de perto como é o cotidiano das pessoas com deficiência na esfera da política de saúde e quais são os impasses enfrentados pelos mesmos para conseguir pegar algum medicamento e/ou ser atendidos em outros serviços, considerando a conjuntura contemporânea do Sistema Único de Saúde (SUS) afetadas profundamente pelo Estado neoliberal, que se volta aos interesses do capital em detrimento do investimento satisfatório nas políticas sociais, prejudicando os usuários da saúde de uma maneira geral, em especial, as pessoas com deficiência, foco do discutido projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto nos proporcionou a ampliação e aprofundamento acerca da temática articulando as três dimensões ofertadas pela UFPB, o ensino, pesquisa e a extensão, o primeiro realizado na instituição de ensino, no âmbito acadêmico; o segundo desempenhado também na universidade mediante avaliação da nossa intervenção na USF do José Américo, e o terceiro foi exercido além do campo universitário, explorando através das atividades de campo os serviços de saúde prestados pela unidade, havendo também a troca de conhecimentos entre a esfera universitária com o saber dos profissionais, fazendo-se necessário a complementação dos dois para que haja uma experiência plena sobre a temática.

Pode-se concluir que o projeto de extensão “Atenção Integral à saúde da pessoa com deficiência”, abriu oportunidades fundamentais para nossa formação profissional, como a vivência da realidade enfrentadas pela população de pessoas com deficiência, que lutam para superar suas limitações que se colocam como obstáculos para o exercício de suas atividades cotidianas.

Em suma, acreditamos que nossa participação tenha contribuído de alguma forma para os avanços teórico e prático da temática, desenvolvidos não só no campo da atividade do projeto de extensão, mas também na produção de artigos, participação de eventos com temas pertinentes dirigidos aos profissionais e universitários, enfim, toda essa experiência é tida como um diferencial na nossa formação profissional e que a universidade continue estimulando seus alunos a aprenderem de maneira intensa e integral o tema trabalhado pelo projeto, assim, qualificando-os para serem profissionais fundamentados, conscientes e críticos em seu exercício profissional, atendendo às demandas trazidas pelos usuários com respostas assertivas e capazes de efetivar os direitos garantidos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seus Reflexos na Ordem Jurídica Interna do Brasil. In: FERRAZ, Carolina Valença et al. (Coord.). Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Edição Digital. São Paulo: Saraiva. 2012

IBGE. Censo Demográfico 2010: Pessoas com deficiência - Amostra. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?tema=censodemog2010_defic. Acesso em 25 de julho de 2016.

MONTANARI, Fernando. O Conceito de Deficiência na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2013. Disponível em:< <http://www.revistareacao.com.br/website/Edicoes.php?e=94&c=944&d=0>> Acesso em 25 de julho de 2016.

CAMINHOS DA EXTENSÃO: SABERES QUE SE ENCONTRAM

Nadege da Silva Dantas; Luiz Ricardo Sales; Anna Katarina da Silva Santos

RESUMO

Pensar em extensão universitária pressupõe também trabalhar o processo de formação universitária através de uma pedagogia crítica que facilite a construção de novos conhecimentos, percebendo o contexto social ao qual se está inserido. Adotando essa posição, é possível fazer a interface entre o saber acadêmico e o saber popular, construindo assim uma relação de criticidade e de intercâmbio de experiências. Este trabalho foi realizado segundo as atividades do projeto de extensão denominado “Caminhos da Extensão: saberes que se encontram”, da Pró Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), durante os meses de agosto a dezembro de 2014. Foram desenvolvidas várias atividades que retratam a vivência positiva a partir da interação de conhecimento acadêmico aos saberes da comunidade, promovendo um novo olhar sobre a realidade na qual os atores sociais, beneficiados por tais ações, estão inseridos. Para este trabalho a área temática é: Vivências em Extensão Popular.

Palavras-chaves: Extensão universitária, Intercâmbio de experiências, Saberes da comunidade.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária está fortemente calcada no modelo conceitual da pedagogia crítica, que por sua vez, está alicerçada no diálogo, que é uma relação horizontal, onde o professor e aluno são sujeitos que fazem e refazem a história. Ao se respeitar as experiências dos alunos através de um constante processo dialógico, as chances de um trabalho em contextos populares se tornam mais

reais, já que a presente ação valoriza o contexto social na abordagem pedagógica realizada.

A extensão tem como um de seus objetivos, possibilitar a passagem da “consciência ingênua” para a “consciência crítica”. Para isso, o educador tem que estabelecer uma relação de igualdade com seus educandos, suas ações e suas práticas tem que ser pautadas a partir do lugar social (contexto social), sendo indispensável ao educador/agente entrar em contato participante com a vida do povo ao qual está se trabalhando.

As práticas extensionistas nos conduzem a abordar a relação da Universidade com a sociedade, pois é por meio dessas atividades que a instituição se faz presente junto aos diversos segmentos sociais.

O objetivo do trabalho foi apresentar experiências vivenciadas por professores e alunos de todos os Centros da UFCG, envolvidas nas ações de extensão universitária, em parceria com as comunidades locais. A ação se justifica devido à necessidade de se buscar cada vez mais, modelos didáticos que evidenciem a conexão entre a transformação social que a extensão promove na vida universitária, bem como na vida profissional.

DESENVOLVIMENTO

No primeiro momento, foram realizadas abordagens e análises, com a equipe de alunos que compõem o projeto, a fim de clarificar a importância da atividade extensionista no âmbito acadêmico. Durante os encontros, foram lidos e discutidos textos relacionados à extensão, com o intuito de atualizar a equipe em relação à bibliografia referente ao tema. Para tanto, percorremos as teorias de M. Thiollent (2009) e A. Chizzotti (2013). Além disso, foi elaborado um cronograma de viagens aos *campi* da Instituição, para conhecer, *in loco*, atividades relacionadas a alguns projetos.

Assim, foram selecionados, de maneira aleatória, alguns atores beneficiados pelos projetos extensionistas da UFCG e, com eles, foram aplicadas entrevistas com perguntas de caráter semiestrutural, visando propiciar uma

melhor fluidez comunicativa entre o entrevistador e o corpo de entrevistados bem como entender a conexão entre os saberes locais e o conhecimento acadêmico.

O trabalho realizado oportunizou à equipe vivenciar modelos extensionistas de profundo impacto social na vida dos atores envolvidos nos mesmos. Dessa forma, os professores e alunos puderam desenvolver um conteúdo videográfico que incentivou o trabalho em grupo e a busca pela interdisciplinaridade de conhecimento para a produção audiovisual, uma vez que os estudantes envolvidos são oriundos de diversos cursos da Instituição.

Esta maneira de divulgar a extensão por meio das mídias digitais, buscando seus resultados nos locais onde foi trabalhada, fez com que todos os agentes envolvidos nos projetos observados, reafirmassem sua consciência como disseminadores do conhecimento para além da sala de aula e como poderosos agentes de transformação social por meio do encontro do conhecimento acadêmico com os saberes locais.

CONCLUSÃO

Participando de projetos de extensão, o aluno identifica e entende o elo de ensino, pesquisa e extensão, o que contribui para compreender sua vida profissional, visto que o envolvimento colabora para o exercício futuro da profissão. Prepara o aluno para distinguir os movimentos introspectivos de reflexão, identificando a evolução conceitual implícita nos projetos específicos de Extensão Universitária, que analisam uma situação concreta dos benefícios levados à comunidade.

O papel da extensão é extremamente necessário na composição da formação acadêmica, uma vez que permite aos professores e alunos vivenciarem de perto as realidades sociais que, muitas vezes, não são apresentadas em salas de aula. Assim, entrelaçar e divulgar saberes locais por meio de recursos didáticos tecnológicos, com o viés de transformação social, agrega ao graduando uma concepção cidadã mais espontânea, independente do grau de escolaridade que a pessoa ou grupo possa vir a ter.

REFERÊNCIAS

CHIZZONI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 5 ed.; Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Recife: Editora Universitária UFPE/PE, 2013; (1ª Impressão).

THIOLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. In: Coleção temas básicos de pesquisa-ação. 17 ed.; São Paulo: Cortez, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 4 ed; São Paulo: Atlas S.A., 1995.

CONEXÃO SAÚDE: DIÁLOGOS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ESCOLA

Gabriel dos Santos Souza¹; Maria Helena Machado Piza-Figueiredo²

¹ Graduando do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. Atualmente é bolsista do Programa de Extensão pelo Trabalho (PET-SAÚDE).

E-mail: gdss_t@outlook.com;² Professora Adjunta II do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - IHAC da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. Mestre em Educação

Especial pela UFSCar; Doutora em Educação pela UNESP. E-mail:

helenapizafigueiredo@gmail.com;

RESUMO

O atual cenário de popularização de doenças evitáveis e distorção midiática de temas da saúde no Brasil releva a necessidade e urgência de se trabalhar educação em saúde nas escolas. Colocando os alunos como protagonistas do processo saúde-doença, a partir de discussões sobre temas da saúde presentes no dia-a-dia deles. Sustentado nessa necessidade surge o projeto de extensão Conexão Saúde: diálogos para promoção da saúde na escola, orientado a partir do olhar holístico sobre a saúde. O projeto foi desenvolvido em uma escola estadual com alunos do ensino médio, com os temas: Prevenção e Controle a Dengue, Chikungunya e Zika; Promoção da Saúde Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável; Prevenção ao uso de Alcool, Tabaco e outras Drogas; Prevenção a DST/Aids; Promoção a Cultura da Paz e Promoção à Alimentação Saudável apontados pela comunidade escolar como os mais importantes e necessários para a saúde dos alunos. O projeto foi desenvolvido com olhares sobre a educação popular, utilizando práticas pedagógicas que se contrapõe as da tradicional educação bancária. Os alunos produziram materiais audiovisuais como produto para apontar a compreensão deles sobre os temas trabalhados, no entanto, o produto imaterial das discussões e das reflexões provocadas evidenciam a necessidade de elas serem abordadas na escola. O êxito desse projeto se consolida a partir de sua ampliação para que o mesmo integre as Complexo Integrado de Educação gerido pela Universidade Federal do

Sul da Bahia. O presente trabalho, visa submeter-se a temática Vivências em Extensão Popular do III Seminário de Pesquisa em Extensão Popular.

Palavras-chaves: Educação em Saúde, Promoção da Saúde, Saúde na Escola.

INTRODUÇÃO

Os primeiros relatos sobre a política de atenção à saúde na escola datam do final do século XVIII e início do século XIX, quando o médico alemão Johann Peter Frank (1745-1821) elaborou um guia de saúde que abrangia diversos setores, dentre eles a saúde escolar. Essa obra ficou conhecida como o Sistema Frank, que consagrou o alemão pai da saúde escolar.

No Brasil, os primeiros estudos sobre saúde escolar se deram a partir de 1850 dentro da lógica higienista nas escolas públicas e privadas da Corte, contudo essa prática higienista só ganhou impulso, no país, a partir do século XX. (FIGUEIREDO, MACHADO e ABREU, 2010).

Segundo Figueiredo, Machado e Abreu (2010):

no transcorrer do século XX, a saúde escolar no Brasil experimenta avanços em sintonia com a evolução técnico-científica, deslocando o discurso tradicional – de lógica biomédica –, para a concepção da estratégia Iniciativa Regional Escolas Promotoras de Saúde (IREPS), um discurso de múltiplos olhares que surge no final da década de oitenta, “como parte das mudanças conceituais e metodológicas que incorporam o conceito de promoção de saúde na saúde pública, estendendo-o ao entorno escolar” (FIGUEIREDO, MACHADO e ABREU, 2010, p. 399).

Diversas foram as iniciativas e abordagens que pretendiam trabalhar a saúde no espaço escolar, contudo a maioria delas se deu a partir de uma dinâmica biomédica-sanitária baseada no ordenamento dos corpos (BRASIL, 2009). Quando pensada nessa perspectiva, a educação em saúde tem sido pouco efetiva para provocar mudanças de atitudes que levem ao desenvolvimento de hábitos mais saudáveis. (FIGUEIREDO, MACHADO e ABREU, 2010).

A escola deve ser vista como um espaço de relações, um espaço privilegiado para o desenvolvimento integral do indivíduo no que tange ao crítico

e político, contribuindo também na construção de valores pessoais, crenças, além de conceitos e maneiras de conhecer o mundo interferindo diretamente na produção social da saúde (BRASIL, 2009). Dessa forma, só é possível pensar em promoção da saúde na escola a partir dos indivíduos que compõe esse território, ou seja, os estudantes, seus pais, os professores e demais funcionários da escola. Eles devem ser empoderados para que cada um desenvolva a capacidade de interpretar o cotidiano e atuar de modo a incorporar atitudes e/ou comportamentos adequados para a melhoria da qualidade de vida (PORTUGAL, 2006; DEMARZO; AQUILANTE, 2008 apud BRASIL, 2009).

A escola de acordo com Brasil (2009):

[...] oferece a possibilidade de educar por meio da construção de conhecimentos resultantes do confronto dos diferentes saberes: aqueles contidos nos conhecimentos científicos veiculados pelas diferentes disciplinas; aqueles trazidos pelos alunos e seus familiares e que expressam crenças e valores culturais próprios; os divulgados pelos meios de comunicação, muitas vezes fragmentados e desconexos, mas que devem ser levados em conta por exercerem forte influência sociocultural; e aqueles trazidos pelos professores, constituídos ao longo de sua experiência resultante de vivências pessoais e profissionais, envolvendo crenças e se expressando em atitudes e comportamentos. Esse encontro de saberes gera o que se convencionou chamar “cultura escolar”, que assume expressão própria e particular em cada estabelecimento, embora apresente características comuns a tudo aquilo que é típico do mundo escolar (BRASIL, 2009, p.15).

Portanto, a escola se configura como um importante aliado dentro do processo de formação dos indivíduos para a promoção da saúde. Ainda mais quando vivemos imersos nos efeitos da globalização, pois a informação chega de forma mais rápida, com destaque para os jovens que são o público recorde no acesso à internet segundo o IBGE. Contudo, a qualidade dessas informações dentro desse público alvo é questionável, mediante as diversas falácias que percorrem o mundo em segundos.

Dentro desse contexto, esse projeto de extensão surge como um cooperador das ações do Programa Saúde na Escola (PSE) e na possibilidade de (re)construir ações para a promoção da saúde de modo efetivo com a exposição de temas transversais que impactam na qualidade de vida dos indivíduos. Que teve como objetivo contribuir no processo de formação cidadã dos estudantes do

ensino médio quanto aos cuidados individuais e coletivos da saúde dentro do que propõe a Organização Mundial da Saúde (OMS), no que tange ao conceito ampliado de saúde.

METODOLOGIA

Tratou-se de um projeto de extensão que foi desenvolvido no município de Itabuna, Bahia. Em um colégio da rede estadual de ensino médio que possui aproximadamente 780 alunos, distribuídos em dez salas no matutino, vespertino e noturno. Participaram do projeto 55 alunos, de duas turmas, uma do primeiro ano e outra do terceiro ano do ensino médio, turno matutino.

Este projeto apresentou as seguintes etapas metodológicas:

1. Escolha das turmas participantes: A direção da escola indicou com a partir de discussões com o corpo docente quais as turmas participariam do projeto.
2. Identificação das necessidades de saúde no âmbito escolar: Essa etapa se deu a partir de um grupo focal com os professores e gestores da escola sobre os principais problemas de saúde observados na comunidade escolar, o estado/condição de saúde dos discentes, se existem problemas interpessoais, se os estudantes são acompanhados pela Unidade Básica de Saúde (UBS) local, se a escola participa do PSE, dentre outros.
3. Escolha dos temas a serem abordados: Nessa etapa, a escola solicitou que o projeto trabalhasse com os temas do Concurso de Vídeos Educativos do governo do Estado “Saúde na Escola – Promovendo à Educação para a Saúde” com os temas: Prevenção e Controle a Dengue, Chikungunya e Zika; Promoção da Saúde Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável; Prevenção ao uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas; Prevenção a DST/Aids; Promoção a Cultura da Paz e Promoção à Alimentação Saudável.
4. Dinâmica dos encontros: Cada tema foi abordado semanalmente com encontros geralmente às terças-feiras onde se pode explorar as mais diversas dinâmicas de trabalho, sendo que a roda de conversa surge numa perspectiva de quebra do tradicionalismo metodológico da palestra, nesse sentido diversas atividades lúdicas foram aproveitadas.

5. Encontro de fechamento do projeto: A Última etapa extensiva do projeto foi a realização de um encontro após a exposição de todos os temas para a conclusão do projeto na escola, com uma apresentação dos produtos audiovisuais produzidos pelos estudantes. Os pais/responsáveis dos estudantes foram convidados a participar dessa atividade. Nesse último encontro, o tema saúde foi abordado de modo integral em um bate-papo sobre promoção da saúde na escola, tendo como objetivo compartilhar a importância da promoção da saúde no âmbito escolar.

RELATO E DISCUSSÃO

O presente projeto fundamenta-se na proposta de difundir o conhecimento para além dos muros da academia, dentro da comunidade que a rodeia. Diante disso, a escola onde o projeto foi desenvolvido é a escola de formação secundária de um dos autores, o que evidencia o compromisso de fortalecimento da comunidade a partir do conhecimento científico.

A adesão da escola ao projeto aconteceu de modo tranquilo, no entanto mesmo com a pactuação com os professores, alguns mostraram-se resistentes para cederem suas aulas para que o projeto fosse desenvolvido. Na contramão disso, a adesão pelos alunos foi integral, sem falar na adequação por parte do extensionista nas práticas pedagógicas do diálogo, pois as turmas participantes do projeto possuíam um contraste enorme, a começar pela série, uma da primeira série do ensino médio e outra da terceira série do ensino médio.

O projeto desenvolveu-se em meio a epidemia de arboviroses no município, que ocupou o segundo lugar na Bahia em casos de Dengue, Zika e Chikungunya no ápice da epidemia. Durante o diálogo sobre essas doenças, ficou evidente a falta de informações sobre a temática, e a distorção que a mídia faz do noticiário científico. Para além disso, o conhecimento popular trazido pelos alunos apontou soluções para amenizar a epidemia.

O ciclo de diálogos se desenvolvia com base em perguntas ou imagens geradoras, no tema saúde ambiental, apareceu como elemento transversal a crise hídrica no município e as estratégias que a comunidade vem utilizando para suprir

a carência de água. Os poços artesianos aparecem como solução, mas a falta de saneamento nos bairros periféricos, onde geralmente os poços são abertos, provoca sérios problemas de saúde. Os estudantes não imaginavam que algumas doenças que hoje fazem parte da dinâmica da comunidade se dessem por causa da utilização desses poços.

O projeto ganhou visibilidade acadêmica por ser construído nas áreas educação e saúde, está sendo aprimorado para ser ampliado pela instituição e integrado ao Complexo Integrado de Educação gerido pela universidade numa parceria com o governo do Estado. Até o final do ano, ele também atuará junto as escolas de ensino infantil dentro do Programa de Extensão pelo Trabalho (PET-SAÚDE).

Os maiores desafios do projeto estão atrelados a cativação dos professores a atuarem de modo mais participativo dos diálogos, a exemplo de uma professora de matemática que além de ceder as suas aulas participa ativamente dos diálogos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição de temas da saúde no âmbito escolar, a longo prazo, se apresentará como ferramenta ímpar na saúde das pessoas, já que é possível perceber que os problemas de saúde que hoje assolam a sociedade têm raízes na falta de educação em saúde na fase de formação cidadã. De encontro a isso, trabalhar temáticas de saúde do dia-a-dia desses estudantes os instiga a discutir suas práticas em saúde, os colocando como atores desse processo.

Além disso, os temas podem ser trabalhados de forma transversal nas disciplinas da grade escolar, no entanto, a educação bancária se mantém como principal estratégia da educação no dia-a-dia da escola. Para o sucesso total desse projeto é imprescindível a participação ativa de toda comunidade escolar. O produto imaterial desse projeto, as discussões e reflexões somadas dariam diversos artigos de relato de experiência, um por tema diante a riqueza desses diálogos. Nesse sentido, o projeto cumpriu seu objetivo de divulgar o conhecimento científico e atuar na melhora da condição de saúde dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica - Saúde na Escola**. Brasília. 2009.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). **Saber Saúde - Prevenção do tabagismo e outros fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis**. 3ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **GUIA DE SUGESTÕES DE ATIVIDADES SEMANA SAÚDE NA ESCOLA 2015 - versão preliminar**. Brasília. 2015.

FIGUEIREDO, T. A. M. D.; MACHADO, V. L. T.; ABREU, M. M. S. D. A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 2, p. 397- 402, 2010.

Buss, P. M. (2000). **Promoção da saúde e qualidade de vida**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 163-177.

CONSTRUÇÃO DE ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO VALE JQUIRIÇÁ-BA

José Augusto de Souza Neto; Raimunda dos Santos de Jesus; Raquelice Jesus Cardoso dos Santos; Rozane Vieira Garcia; Rita Vieira Garcia; Veronice Santos de Souza

RESUMO

A Articulação de Mulheres do Vale Jiquiriçá surge da necessidade em ampliar o leque de ações de extensão no Território Vale Jiquiriçá-BA. A Articulação reúne pessoas interessadas em pensar soluções ou práticas que possam contribuir com o trabalho das mulheres quanto à qualificação para o setor produtivo e do mercado bem como para promover um diálogo que possa desperta-las enquanto protagonistas na luta pela equidade de gênero e reconhecimento como sujeitas de direitos. A Articulação organiza encontros entre docentes, estudantes, líderes de movimentos sociais e sindicais para compartilhar experiências com camponesas que acontecem em diferentes comunidades e municípios. As atividades do projeto envolvem reuniões de planejamento e avaliação, organização de oficinas, intercâmbios, treinamentos, participação de câmara técnica territorial. As estratégias de comunicação estão calcadas na metodologia participativa, o que inclui mística, discussão de vídeos, instalações pedagógicas, trabalhos em equipe entre outros. Os eventos promovidos têm possibilitado a discussão sobre quintais produtivos, fabricação de alimentos, valorização do alimento não convencional e equidade de gênero e emancipação feminina. Na programação de cada evento há um momento para proposições e discussão da viabilidade técnica e operativa dos novos processos e avaliação para ajustar o que pode ser melhorado. O contexto da Articulação funciona como um laboratório oferecendo inúmeras possibilidades de experimentar a extensão e definir objetivos para uma pesquisa aplicada.

INTRODUÇÃO

A construção de uma Articulação de Mulheres do Vale Jiquiriçá surge da necessidade de ampliar ações de extensão do Projeto “Chocolate – pedacinho de sabor da mata” apoiado pelo CNPq Chamada N°11/2014 para outras comunidades e associações do Vale Jiquiriçá, estado da Bahia. O Projeto Chocolate foi iniciado em março de 2015, destinado a mulheres negras associadas da Associação de Mulheres das Duas Barras do Fojo (ASMDBF), no município Mutuípe e teve como objetivo o fortalecimento do diálogo e troca de saberes sobre qualificação tecnológica em manejo agroflorestal dos cacauzeiros nos quintais, tecnologia de processo do chocolate, autogestão de cooperativa, comércio institucional e acesso a políticas públicas.

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá é composto por 20 municípios, tem 22,2 mil estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar (Censo Agropecuário 2006 do IBGE). As principais atividades agropecuárias envolvem a avicultura integrada, manicultura e o cultivo do maracujá conforme dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural (2015).

Nesse contexto, a construção de uma Articulação de Mulheres busca ampliar ações do Projeto Chocolate para outras associações e comunidades do Vale Jiquiriçá partindo do pressuposto de otimizar recursos e esforços bem como da necessidade do Território quanto a orientação técnica, qualificação e discutir questões relacionadas ao feminismo. A nova configuração do Projeto (Articulação) conta com novas parcerias, novos membros na equipe executora, maior diversificação metodológica e mais temas a ser abordados. Atualmente o Projeto ampliou suas ações para oito associações de diferentes comunidades compreendendo os municípios Lage, Jiquiriçá e Ubaíra, além de Mutuípe.

O propósito da Articulação é reunir pessoas interessadas e engajadas para pensar soluções ou práticas que possam contribuir positivamente com a lida diária do trabalho das agricultoras no sentido de promover a qualificação para o setor produtivo e do mercado bem como promover um diálogo que possa desperta-las enquanto protagonistas na luta pela equidade de gênero e reconhecimento como sujeitos de direitos.

DESENVOLVIMENTO

A Articulação tem oportunizado o diálogo entre técnicos, estudantes, líderes de movimentos sociais e sindicais e mulheres das associações do Vale Jiquiriçá durante uma série de eventos itinerantes que acontecem em diferentes comunidades e municípios. Cada evento realizado conta com cerca de 45 pessoas. Na programação sempre tem uma oficina relacionada à atividade produtiva das agricultoras e uma abordagem sobre emancipação feminina. Geralmente os eventos acontecem em período integral com almoço realizado no local, o que contribui com a integração do grupo.

A equipe de trabalho da Articulação é multidisciplinar, composta por docentes e estudantes de graduação e do ensino técnico, de diversos campi e universidades, líderes de movimentos sociais e sindicais. Nos encontros, a depender da temática, conta-se com a participação de convidados com formação específicas nas áreas de saúde, direito e serviço social que contribuem com o aprofundamento da discussão ou realizaram palestras.

A parceria com a organização não governamental Fase Bahia (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) tem sido de grande importância na mobilização das pessoas nas diferentes comunidades e na logística dos eventos bem como na indicação de líderes e associações que mais necessitam participar das atividades. Como a organização está viabilizando uma marca e rotulação dos produtos do Território do Vale Jiquiriçá, selo da Agricultura Familiar, o possibilita valores como sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e valorização da cultura local, essa oportunidade tem sido um estímulo para o envolvimento das camponesas no processo de construção da Articulação. Apesar da estruturação social e de financiamentos provenientes das políticas públicas nos últimos anos, percebe-se que a Articulação também pode contribuir dando visibilidade aos produtos e trabalhos das mulheres nas associações e cooperativas dentro do arranjo produtivo local.

O público participante nos eventos é formado por mulheres camponesas, de pouca renda, semianalfabetas, com faixa de idade de 18 a 65 anos, negras em sua maioria, e que se sentem oprimidas, marginalizadas pela sociedade e

algumas vezes pela própria família. Além das atividades domésticas e cuidados com a família, as mulheres trabalham e contribuem com a renda das famílias. Outras mulheres são arrimo de família.

A dinâmica das ações é selecionada com base na metodologia participativa, que constitui ferramenta fundamental para fomentar a discussão, integrar e envolver o grupo nos processos. As atividades envolvem reuniões para planejamento e avaliação, oficinas, intercâmbios entre grupos afins, participação em feiras alternativas (agroecológica, da agricultura familiar), treinamentos, discussão de vídeos, místicas, instalações pedagógicas entre outros.

Os eventos promovidos pela Articulação têm possibilitado a discussão de conteúdos do setor produtivo, questões de gênero e emancipação feminina. A abordagem sobre o Feminismo foi uma necessidade em função de assuntos como violência doméstica, problemas de saúde da mulher, jornada tripla de trabalho, invisibilidade, descrédito no trabalho agrícola estarem constantemente presentes nos relatos durante as rodas de diálogo, nas conversas informais bem como nos diversos pedidos de cursos e palestras para um público maior e que possa abranger mais mulheres e mais associações.

Com relação ao setor produtivo, a grande maioria das mulheres trabalha cuidando dos quintais. De uma maneira geral, o quintal é um sistema que consiste em uma combinação de árvores, arbustos, trepadeiras, herbáceas, algumas vezes em associação com animais domésticos, crescendo adjacentes à residência (CARNEIRO *et al*, 2013). Nos quintais das mulheres que participam do projeto são encontrados pequenos animais (aves e suínos), frutas com destaque para o cacau e a banana, urucum, cravo, aroeira, pequenas plantios de feijão, milho, mandioca e diversas hortaliças. De acordo com Oklay (2004) nos quintais encontram-se adaptadas espécies subutilizadas ou não-domesticadas e uma enorme variedade de espécies locais. Essa diversidade contribui para a segurança alimentar, estabilidade econômica dos agricultores familiares e equilíbrio do sistema.

Além do cuidado com os quintais, algumas mulheres trabalham nas feiras livres e nas cozinhas comunitárias. Essas atividades são consideradas tipicamente femininas e uma extensão do trabalho doméstico, sendo atividades

desvalorizadas pela sociedade e pela própria família. Melo (2002) diz que a invisibilidade na agricultura familiar, a não identidade, o não reconhecimento do trabalho da mulher na agricultura brasileira sugere a gratuidade do trabalho da mulher e que não gera valor econômico e social, ao contrário do desempenhado pelo homem.

Os produtos oriundos dos quintais das comunidades envolvidas no projeto destinam-se ao consumo das famílias ou são vendidos nas feiras livres, mercadinhos locais e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do município.

Dentre, os produtos processados destacam-se a fabricação de produtos da mandioca (beiju, tapioca e fécula), do cacau (barra de cacau, nibs, geleia e bombom) e tempero pronto. A Articulação contribui com a promoção dos produtos quando participa de feiras e enfatiza a importância da aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar camponesa.

Uma das temáticas que tem sido apresentada durante os eventos da Articulação como opção de renda no contexto dos quintais agroecológicos do Território é a araruta. O propósito é fomentar o resgate de um cultivo tradicional para preservação da cultura, diversificação nas opções de alimentos e renda. A opção pela araruta deve-se ao seu valor nutricional, adaptabilidade às condições climáticas da região, pouca exigência em nutrientes e tratamentos culturais, além do potencial de mercado (EMBRAPA, 2006). O valor nutricional tem relação com sua alta digestibilidade e por não conter glúten pode ser usada por pessoas intolerantes e alérgicas a essa proteína.

A qualificação sobre a cultura da araruta abrange manejo da cultura, produção da fécula e fabricação de produtos (mingau, sequilhos, biscoitos, pães e massa de pizza). Como a produção da fécula exige uma tecnologia simples e utilização de utensílios já existentes nas comunidades tem despertado interesse das agricultoras. Uma boa parte das mulheres comenta que utilizava a araruta como única opção de alimentos na época da infância.

Na programação de cada evento há um momento para proposições e discussão da viabilidade técnica e operativa dos novos processos e construções e para uma avaliação visando verificar se houve o atendimento dos objetivos e

principalmente ajustar o que pode ser melhorado. A prática da avaliação tem contribuído para desenvolver o sentimento de pertencimento, de participação da Articulação. Ao final dos eventos, as camponesas aproveitam da oportunidade para socializar informações sobre outros eventos, relatar participação nas câmaras técnicas, no colegiado territorial e divulgam e vendem produtos das associações a que pertencem.

Durante o percorrer dos processos (manifestação, reunião, seminário, palestra) os estudantes envolvidos são responsáveis por registrar os acontecimentos por meio de anotações, fotografias e filmagem para posterior reflexão.

A equipe de trabalho envolvida na organização da Articulação realiza reunião para reflexionar sobre a metodologia adotada e, se necessário, fazer as devidas alterações, modificando estratégias de ação.

Nos espaços de falas destacam-se informações com relação à infância, à família, ao trabalho, a luta diária, ao ser mulher, ao preconceito racial e a importância da ação que estão participando para o aprendizado e desenvolvimento pessoal.

As mulheres relatam que os eventos proporcionam momentos de aprendizado e a oportunidade de conhecer outra comunidade, encontrar pessoas para troca de experiência e discutir problemas vividos cotidianamente, o que fortalece os laços solidários e, sobretudo, estimula as pessoas a atuarem como ser político.

Como resultado, percebe-se um melhoramento na qualidade dos produtos fabricados com relação à padronização, cuidados com a embalagem e sua diversificação. Por exemplo, a massa de pizza e chips feitos com mandioca foram inseridos nas possibilidades de oferta das associações após treinamento promovido pela Articulação.

O contexto da Articulação funciona como um laboratório oferecendo inúmeras possibilidades de experimentar a extensão e pesquisa aplicada na área da tecnologia de alimentos, economia solidária e sobre questões relacionadas ao resgate cultural e políticas de afirmação de gênero.

Relatos de docentes e estudantes que participaram da equipe mostram que a vivência com as mulheres tem sido proveitosa haja vista o significado do trabalho realizado e o conhecimento da realidade das comunidades do seu Território.

CONCLUSÃO

Conclui-se que, visibilizar o trabalho das camponesas nos quintais, nas cozinhas comunitárias e fábricas é enriquecer o debate da agricultura familiar, valorizar o saber local e tentar diminuir os limites para um desenvolvimento sustentável.

O trabalho feminino nas atividades produtivas das associações nas comunidades rurais do Vale Jiquiriçá, como de outras tantas deste país, ainda encontra-se invisível e carecendo de novas perspectivas que possam ampliar a renda e autonomia das mulheres. É preciso reforçar e destacar o papel das camponesas na promoção do desenvolvimento rural e na soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, M.G.R. *et al.* Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). *Revista Brasileira de Agroecologia*. **Agroecologia**. v.8, n.2, 2013.

EMBRAPA. Araruta: Resgate de um Cultivo Tradicional. Seropédica-Rio de Janeiro. Embrapa Agrobiologia. Comunicado Técnico 79, 2006.

MELO, L. A. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, 4 a 8 de novembro de 2002.

OKLAY, E. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas**, v. 1, n.1, p. 37-39, 2004.

CONTRADITORIEDADES E SUAS SUPERAÇÕES

Graça Aretha Souza de Lira

RESUMO

O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP) do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba se propõe a utilizar os princípios da educação popular para assessorar juridicamente movimentos sociais. E dentre suas atuações se destaca a com o MST (Movimento dos Sem Terra), onde uma de suas vivências é trazida no presente resumo expandido e que está centrada na não integração das mulheres nas atividades e mobilizações do movimento e a dificuldade delas de adquirirem seus espaços.

INTRODUÇÃO

Faço parte do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP) que é uma assessoria jurídica que utiliza os princípios da educação popular em sua atuação e é uma extensão do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

O NEP trabalha com três eixos: conflitos territoriais urbanos e rurais, gênero e sexualidade e trabalhadores prejudicados pelo manuseio de agrotóxicos. No entanto, escreverei nesse resumo expandido sobre uma vivência no eixo de conflitos territoriais urbanos e rurais e, especificamente, ocorrida em um acampamento do MST (Movimento dos Sem Terra).

A atuação do NEP consiste em assessorar juridicamente também junto ao MST. Porém, não atuamos apenas dessa forma, até porque o núcleo não é composto unicamente por discentes do curso de Direito. Embora tenhamos apenas duas meninas, atualmente, que são discentes de um curso diferente,

Ciências Sociais. Também nos adequamos às demandas que o (s) movimento (s) possui (em).

DESENVOLVIMENTO

O MST é norteado por princípios da educação popular e também por princípios marxistas que os embasam teoricamente e os constrói como movimento político organizado e que luta pela terra. Eles se propõem a resistir e reivindicar o direito à terra cujo acesso por vezes é dificultado pelo Estado ou por sua ausência de ação. Lutam contra o latifúndio e contra os grandes proprietários de terra que, às vezes, reagem violentamente contra os trabalhadores do MST.

O movimento defende, principalmente, uma reforma agrária efetiva e extensiva. Eles encontram na ocupação da terra que está vazia (sem ser utilizada) uma forma de lutar pelo direito à terra e à igualdade de condições que, com a coronelização do campo no Brasil, os impede de possuí-las.

Apesar de todo esse direcionamento e busca pela igualdade, o movimento ainda é muito machista, situação que é característica muito forte do campo. Além de terem posições bastante conservadoras no que diz respeito à emancipação da mulher, legalização do aborto e aceitação das pessoas LGBTs.

No ano de 2015, o movimento nos falou que havia uma grande demanda em relação ao setor de mulheres que estava muito desmobilizado. Ao chegarmos lá, fizemos uma reunião auto-organizada de mulheres, onde apenas mulheres participam. E foi impressionante o quanto elas se abriram e se sentiram confidentes por estarem entre mulheres.

Durante horas de conversa nos surpreendemos com as questões apontadas por elas e com o próprio andamento do acampamento. Era um sábado à tarde e elas, às vezes, ficavam dispersas, preocupadas com o que as crianças (filhos/as) estavam fazendo ou onde estavam. Onde nos apareceu o primeiro incômodo, pois os maridos estavam em casa e não se mobilizaram para cuidar das crianças, o que nos levou a deslocar mulheres do núcleo para entreter as crianças, o que as deixou mais descontraídas.

Ainda durante a conversa, elas reclamaram do fato de trabalharem com os maridos na plantação o dia inteiro e quando chegam em casa (ambos cansados igualmente), os maridos sentarem no sofá ou irem dormir, enquanto elas cozinham e arrumam a casa e cuidam dos filhos. Forçando, mesmo sob o protesto delas, a terem uma dupla jornada de trabalho.

Em muitos dos relatos, as mulheres falaram que seus maridos não as deixam participar dos protestos e das mobilizações. Questão que, consequentemente, as levam a se desmobilizarem.

Também relatam que frequentemente têm infecção urinária e algumas DSTs, além de engravidarem frequentemente, pois muitos maridos se recusam a usar preservativos e há muita burocracia nos postos de saúde para o atendimento que requisitar, por exemplo, comprovante de moradia (e eles não possuem), o que também as impede de receber tratamento no SUS.

CONCLUSÃO

Diante de todos esses relatos, nos pediram para fazermos uma conversa com elas e eles para ressaltamos a importância no uso de preservativos, de preservar a saúde sexual e também de haver igualdade nas relações entre eles. A partir disso, adveio a dificuldade de como abordar esses temas sem parecer e sem ser uma imposição.

Ao realizarmos a conversa tentamos mostrar a lógica de como a preservação da saúde sexual e a divisão de trabalhos domésticos e no campo são importantes para a união e fortalecimento do movimento, bem como há economia de gastos com tratamento médico e remédios.

Não só o MST, mas muitos movimentos que se propõem a defender o campo do popular ainda são extremamente machistas, não conseguindo incluir a igualdade no âmbito da relação entre os gêneros. O acampamento do MST cuja vivência foi apresentada no presente resumo já conseguiu fazer reflexões e modificar um pouco seu andamento, mas há muito o que avançar ainda.

DE ÁGUA VERMELHA PARA BANFF: MINHA EXPERIÊNCIA COM A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DAS PRÁTICAS POPULARES DE SAÚDE.

Laura Sanches Rocha; Aline Guerra Aquilante

RESUMO

O relato abaixo sintetiza uma vivência em extensão popular e pesquisa realizada pela aluna Laura Sanches Rocha, estudante de Terapia Ocupacional na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e sua orientadora, Prof^a Dr^a Aline Guerra Aquilante. A pesquisa, que contou com o apoio do grupo Mapeamento de Práticas Populares de Educação e Saúde (MaPEPS), quantificou o uso de práticas populares de saúde (PPS) com uma amostra populacional significativa do distrito rural de Água Vermelha, localizado em São Carlos, interior do estado de São Paulo. A pesquisa foi posteriormente apresentada na Conferência Canadense de Terapia Ocupacional, em abril de 2016 e foi o único poster do evento a trazer como pauta as PPS. A experiência de traduzir e explicar o que são PPS, além de mostrar sua importância num contexto de vida brasileira para pessoas que vivem realidades distintas daquela apresentada em Água Vermelha está descrita no relato abaixo.

INTRODUÇÃO

Água Vermelha é um distrito localizado na zona rural da cidade de São Carlos, interior de São Paulo. Banff é um município localizado no Parque Nacional de Banff, na província de Alberta, Canadá. O primeiro desses locais foi meu campo de pesquisa, onde pus em prática a metodologia aprendida com o grupo Mapeamento de Práticas Populares de Educação e Saúde (MaPEPS) – UFSCar e com a Prof^a Aline Guerra Aquilante. Nossa pesquisa em Água Vermelha consistiu em aplicar um questionário baseado previamente nas ferramentas de

pesquisa do MaPEPS, com 96 indivíduos, entre homens e mulheres de diferentes faixas etárias, para compreender e quantificar o uso de práticas populares de saúde (PPS) naquela população. Em abril de 2016, vimos a concretização desse trabalho se dar na forma de poster apresentado na Conferência Canadense de Terapia Ocupacional, um ano e meio após o início da pesquisa de campo.

DESENVOLVIMENTO

Os resultados obtidos durante a pesquisa em Água Vermelha evidenciam a familiarização daquela parcela da população com as PPS, em especial com benzimento e com o uso de ervas para chás e compressas sobre a pele. Cerca de oito em cada 10 entrevistados afirmaram usar ou já ter usado o benzimento com fins de tratamento, alívio ou cura de doenças. Resultados semelhantes foram encontrados quando os participantes eram indagados sobre o uso de ervas para o mesmo fim: mais de 80% deles disseram fazer uso ou já ter feito uso de plantas para fins medicinais. Nossos resultados dialogam com estudo de Tomeleri e Marcon, que entrevistaram mães adolescentes no interior do Paraná para investigar as práticas populares de saúde que elas aplicavam em seus recém-nascidos. Todas apontaram realizar práticas não convencionais no cuidado dos filhos, estando em destaque o benzimento, “eficaz na prevenção de problemas de saúde em geral e na proteção da criança.” (TOMERELI, MARCON, 2009, p. 278).

Em contraste a esses resultados, PPS como homeopatia e acupuntura estão entre as menos utilizadas pelos participantes em Água Vermelha. Cerca de 20% dos entrevistados afirmaram buscar ajuda na homeopatia para fins medicinais, e aproximadamente 13% busca a acupuntura como forma de tratamento, alívio e cura de doenças. Comparando esses dados com outras pesquisas já realizadas, concluímos que as práticas citadas acima ainda estão restritas a um menor número de pessoas já que elas exigem especializações profissionais. Quando analisamos os altos índices de oração a Deus (independente da religião) com intenção terapêutica, o uso dos remédios populares, incluindo as ervas medicinais, e as benzedeiras podemos supor que os altos índices de uso estão

relacionados ao fato destas serem práticas baratas e mais acessíveis, não exigindo o acompanhamento de um profissional especializado.

A ideia de apresentar essa iniciação científica no Canadá surgiu primeiramente pelo fato de eu ter sido contemplada com uma bolsa do CNPq pelo programa Ciência Sem Fronteiras para estudar por um ano na University of British Columbia, em Vancouver. Já estando no país, minha ida à Conferência era bastante facilitada. Prof^a Aline apoiou incondicionalmente todo o processo de inscrição e submissão de trabalho, e 3 meses após nosso resumo ter sido aceito, fui para Banff com a mochila nas costas e o tubo de poster em uma das mãos.

Minha apresentação aconteceu no último dia de evento, sendo que tive a chance de observar a dinâmica de apresentação de colegas afim de ficar mais à vontade quando chegasse a minha vez, já que esta foi minha primeira apresentação em um Congresso, tanto em nível nacional quanto em nível internacional. Quando chegou minha vez, falei para cerca de sete pessoas sobre Água Vermelha e MaPEPS, o intuito da pesquisa, sua metodologia e o que obtivemos como resultado. Meu tópico, as práticas populares de saúde, causou espanto e interesse nos ouvintes, além de uma curiosidade genuína. Não havia, como já esperávamos, nenhum outro poster que abordasse um tema como esse no evento, o que exigiu de mim uma clareza na fala em relação ao tópico e à sua relevância para aquela conferência.

Um dos ouvintes foi um rapaz canadense formado em Terapia Ocupacional e que realiza um projeto social no Rio de Janeiro. Ele contou que teve a chance de ir conhecer o médium João de Deus em Abadiania (GO) e que o que ele viveu lá foi uma experiência única, sendo que em suas próprias palavras ele “nunca havia sentido nada parecido”. João de Deus comanda, junto de sua equipe, um centro espírita internacionalmente conhecido onde trabalhos de cura são realizados semanalmente. São milhares os depoimentos de pessoas que se curaram após realizarem os tratamentos em Abadiania, que incluem “cirurgias” espirituais não visíveis a olho-nu. Além das sensações que meu ouvinte teve, muito lhe surpreendeu a devoção das pessoas que lá estavam. De acordo com ele, os pacientes que frequentam Abadiania se entregam para aquele fenômeno de corpo e alma. Com essa brecha, eu fiz questão de ressaltar que dentro da

terapia ocupacional existe um discurso sobre os profissionais enxergarem os indivíduos de maneira ampla e holística, contemplando diversos aspectos de sua vida para a produção de um cuidado mais efetivo. Entretanto, se desejamos mesmo atingir esse objetivo, o uso que as pessoas fazem de PPS precisam ser incluídas e melhor compreendidas, pois para muitos pacientes, as práticas são parte essencial de sua maneira de estar no mundo. Como afirma Vasconcelos (1989), ao valorizar esse saber popular em saúde, o profissional ajuda a ampliar o espírito de investigação sobre a natureza que muitas pessoas do povo tem além de ajudar a valorizar a constante troca de informações e experiências na comunidade.

Houve também interesse em entender melhor como funcionavam práticas como a de benzimento, Centros Espíritas e terreiros de Umbanda/Candomblé, pois por razões culturais a maioria dos ouvintes não sabia do que se tratavam. Inclusive realizar a tradução dessas expressões foi desafiador, pois não há palavras específicas para denominar práticas como a de benzimento ou terreiros de Umbanda/Candomblé.

CONCLUSÃO

Levar minha pesquisa de extensão para ser apresentada fora do Brasil foi um grande orgulho para mim e sei que para meus ouvintes foi uma oportunidade de entrar em contato com uma temática pouco difundida no Canadá. Existe uma riqueza no conhecimento que é produzido através das PPS que encanta e fascina quem nunca teve contato com ela antes. É uma temática que incita mistério e curiosidade, mas também pode transformar no sentido que permite uma abertura para novas (ou antigas) formas de cuidado que não substituem a medicina ocidental, e sim, a complementam.

REFERENCIAS

Tomeleri, K.R, Marcon, S.S. Práticas populares de mães adolescentes no cuidado aos filhos. Acta Paul Enferm.v.22, n 3. P. 272-80. 2009.

Vasconcelos EM. Educação Popular nos Serviços de Saúde. São Paulo: Editora Hucitec; 1989.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE INTEGRAL FRENTE ÀS PROFISSIONAIS DO SEXO DOS BARES DE MACEIÓ: RELATO DE VIVÊNCIA.

Mikaele da Costa Gomes¹; Thalís Augusto Monteiro Silva²; Kelly Cristina Nascimento³

¹ Graduanda em Psicologia pela Faculdade Estácio de Alagoas; mikaele-gomes@hotmail.com;² Graduando em Psicologia pelo Cesmac, ca.al.thalis.monteiro@gmail.com;³ docente pela Faculdade Mauricio de Nassau; Kcn.auditora@gmail.com

RESUMO

As IST/AIDS atingem milhares de pessoas em todo o mundo, e por isso é considerado um problema de saúde pública mundial. As profissionais do sexo, pela vulnerabilidade do trabalho estão mais susceptíveis a infectar-se pôr patógenos sexualmente transmissíveis do que a população geral. No entanto, se forem instruídas a fazerem uso constante de preservativos esta susceptibilidade se reduz. Objetiva-se com esta vivência investigar na área do trabalho sexual o conhecimento e a relevância das doenças sexualmente transmissíveis para as profissionais do sexo, tinha ainda como finalidade proporcionar a estas profissionais uma educação em saúde integral, incluindo higiene íntima cuidados preventivos no ato sexual e no uso de substâncias psicoativas e saúde mental, promovendo assim melhores condições de vida e saúde, diminuição efetiva das doenças e dos índices de suicídio. Utilizou-se o eixo temático Vivências em Extensão Popular, visando contribuir para a discussão da necessidade de atenção integral à saúde das profissionais do sexo. A metodologia utilizada foi apresentação de cartazes com informações ilustrativas, relatos interpretados pelos alunos a fim de conduzi-las a compartilhar suas experiências e levando-as a refletir sobre elas e rodas de conversas. O baixo índice de escolaridade entre a maioria das profissionais e o precário acompanhamento de uma equipe de saúde, aponta a importância de leva-las a um esclarecimento e conscientização da importância de autocuidar. A roda de conversa estabeleceu práticas de saúde integral, mas ainda lhes falta assistência.

PALAVRAS-CHAVES: Profissionais do sexo. Educação em Saúde. Saúde Integral.

INTRODUÇÃO

A educação em saúde é um recurso por meio do qual o conhecimento atinge a vida e o cotidiano das pessoas favorecendo a compreensão de questões relacionadas à saúde, doença e prevenção. Vista desta forma, a educação em saúde favorece a aquisição de conhecimentos que colaboram com o bem estar físico, social e ambiental dos cidadãos (MORAES et al., 2008). O autor em sua fala pontua a educação na saúde como um recurso preponderante para a promoção de saúde integral. Dada à importância, percebemos na prática que a falta dessa ferramenta no âmbito das profissionais do sexo têm provocado disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, abuso de álcool e outras drogas, alto índice de tentativas de suicídio e outros transtornos psicológicos. Diante do contexto social e político no qual as mulheres estão inseridas, elas são mais vulneráveis, e sofrem estigmatização social para o acesso aos serviços de saúde e educação. Por isso, a importância de levar a educação integral até seus locais de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

A experiência iniciou-se com a apresentação do nosso objetivo em cada bar, e teve duração de três meses durante quartas-feiras sucessivas, no turno da tarde. Esta Iniciativa de promover atividades de educação em saúde integral às profissionais do sexo iniciou-se com a sensibilização de graduandos à situação em que essas mulheres são submetidas, sem acesso à educação e muito menos condições para desenvolver equilíbrio entre o corpo, a mente e o espírito. Após essa ação, as trabalhadoras estavam orientadas a tomar atitudes coerentes com os desafios do cotidiano, agora, no entanto com habilidades pessoais para isso. A questão mais desafiadora desta pesquisa foi sem dúvida desenvolver com essas profissionais uma relação de confiança, devido a tanta subjugação muitas mulheres não aceitaram nos conhecer e nem dividir suas experiências conosco. Percebemos então, que para tratarmos de assuntos como saúde emocional e

física, antes de tudo, seria necessário repensarmos a melhor forma de entrarmos em contato com estas mulheres que ao perceberem esta reavaliação, passaram a dividir até suas verdadeiras identidades, algo que a maioria deixa fora dali.

Para potencialmente democratizar a educação em saúde a esta população foi necessário ultrapassar muitos obstáculos, entre eles a resistência de algumas em participar das rodas de conversas, e para essas desenvolvemos a estratégia de primeiro assegurar-las de que não publicaríamos fotos ou falas com suas identidades e depois presentear ao fim de cada encontro todas com utensílios e cosméticos; a exposição e falta de segurança dos bares; a interrupção das construções de saberes sempre que alguma profissional precisava se retirar para acertar um programa com algum cliente; Além de tudo isso, essas mulheres não tinham uma boa aprendizagem devida principalmente à precariedade na saúde e os traumas emocionais sofridos. Então elaboramos cartazes e panfletos ilustrativos para melhor assimilação dos conteúdos sobre práticas em saúde integral.

Foi de grande importância trabalhar assuntos correlacionados a esta temática, ampliando ou inserindo totalmente conhecimentos sobre uso de substâncias psicoativas, tentativa de suicídio, sexo sem proteção, IST/AIDS, cooperação, autoestima e a responsabilidade do papel de cada uma com a própria saúde.

Através desta iniciativa propomos que políticas públicas sejam desenvolvidas em populações ainda não assistidas em educação e em saúde, como é o caso das profissionais do sexo, pois esses são pilares essencialmente básicos para o resgate de valores, mudanças no comportamento, e para preservação e qualidade de vida.

CONCLUSÃO

Levar as práticas em educação de saúde integral até os lócus das profissionais do sexo poderia contribuir para diversos avanços a elas mesmas e a sociedade, tendo assim como intervir com este público, exercendo ações de

prevenção de doenças, principalmente as sexualmente transmissíveis e a promoção de saúde mental.

Sendo assim, este trabalho desempenhado por universitários apresenta diversos benefícios, pois através da educação ressignifica acontecimentos da vida dessas mulheres lhes permitindo uma nova visão de mundo. Torna-se evidente, a relevância da criação e desenvolvimento de projetos como este, pois garante a aplicação dos direitos civis de educação e saúde a todos. É ainda possível obter mais resultados positivos com a inserção de órgãos governamentais preocupados com a causa e a capacitação de profissionais.

REFERÊNCIAS

MORAES, Maria Leonor Costa et al. Educação em saúde com prostitutas de Fortaleza: relato de experiência. Revista Eletrônica de Enfermagem, 10(4), 1144-1151, 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações, 2010. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em: 20. out. 2015.

FREITAS, Renan S. Bordel, bordéis: negociando identidades. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAMARGO, Brígido Vizeu & OLTRAMARI, Leandro Castro. Representações sociais de mulheres profissionais do sexo sobre AIDS. Estudos de Psicologia, 2004. Disponível em www.scielo.br/pdf/epsic/v9n2/a13v9n2.pdf. Acesso em Out 2015.

MOURA, A.D.A et al. O comportamento de prostitutas em tempos de Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis: como estão se prevenindo? Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2010; 19(3): 545-53.

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE COMO UM CAMINHO DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS EQUIPES DE SAÚDE, GRADUANDOS E COMUNIDADE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO “PINAB”

Karoline Linhares Mota Rodrigues; Talissa Moraes de Figueiredo; Raissa Paloma de Freitas; Mariane da Silva Almeida; Daniela Gomes de Brito Carneiro; Ana Claudia Cavalcanti Peixoto Vasconcelos

RESUMO

Busca-se descrever a experiência do Programa Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB) da Universidade Federal da Paraíba, com ênfase na integração entre os atores envolvidos. No campo da extensão universitária o PINAB atua desde 2007 no bairro do Cristo Redentor, João Pessoa-PB, por meio de Grupos Operativos da Unidade de Saúde da Família (USF) Vila Saúde e outras atividades. As ações são realizadas em equipe, a partir do referencial teórico e metodológico da Educação Popular visando a Promoção da Saúde, da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e do exercício da cidadania. A Educação Popular pressupõe a troca de saberes com a valorização da construção do conhecimento mediante a problematização e o desenvolvimento da análise crítica sobre os contextos locais. Desse modo, enfatiza a interlocução direta entre os grupos sociais por meio das práticas educativas realizadas entre as equipes de saúde, comunidade e extensionistas, ocasionando a integração entre eles, com o propósito de fortalecimento comunitário. Contudo, durante as práticas educativas, vivenciamos fragilidades ligadas à mobilização e participação efetiva dos sujeitos em torno das atividades do PINAB. Tais limitações expressam os desafios que ainda envolvem os processos educativos de cunho participativo.

Palavras-Chaves: Promoção da Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Educação Popular em Saúde, Integração Ensino e Serviço.

INTRODUÇÃO

O Programa Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB) é uma iniciativa de extensão universitária de caráter popular que se originou no ano de 2007. Vinculado aos departamentos de Promoção da Saúde e de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vem atuando em diversos territórios, em parceria com as comunidades do Jardim Itabaiana, Pedra Branca e Boa Esperança, além dos trabalhadores da Unidade Saúde da Família (USF) Vila Saúde, no Bairro do Cristo Redentor em João Pessoa-PB. As ações do PINAB visam a Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir do referencial teórico-metodológico da educação popular sistematizado por Paulo Freire.

A educação popular configura no eixo teórico-metodológico, o que significa privilegiar aspectos como o diálogo e a construção conjunta dos saberes como meio essencial, além do que vislumbra a emancipação social, a autonomia do popular e a promoção da saúde como objetivos- fins (ARAÚJO, 2015).

O presente trabalho tem o intuito de descrever uma vivência de graduandos dentro do campo da extensão universitária, pautada através do pensamento de Paulo Freire. Nessa perspectiva, emprega o referencial da educação popular em saúde como ferramenta de integração do ensino e serviço em comunidades, buscando articular o saber científico aos saberes das classes populares.

Dentre outros objetivos, o Programa almeja que a comunidade torne-se ativa diante dos seus direitos a saúde, fomentando para tanto a sua interlocução direta com o serviço de saúde local. Portanto, ressalta-se que há um esforço na integração entre residentes multiprofissionais de saúde, estagiários em saúde da Universidade Federal da Paraíba e extensionistas envolvidos no cenário da USF Vila Saúde.

DESENVOLVIMENTO

“A Extensão como trabalho realiza-se como processo constituído através das relações sociais- trabalho social útil como uma determinada intencionalidade.” (MELO NETO, 2014, pág.45). Assim, a extensão universitária tem a

potencialidade de integrar a universidade na comunidade através da educação popular, transformando o espaço em que está inserida.

Nessa perspectiva, o trabalho em conjunto do PINAB com a USF Vila Saúde e comunidades acontece por meio dos Grupos Operativos (GO): *Caminhada*, *Brincando com a Mente*, *Horta na Vila Saúde*, *Terapia Comunitária*, *Hiperdia* e *Fórum de SAN*, que desenvolvem suas atividades por meio de rodas de diálogos, dinâmicas reflexivas e problematizadoras sobre a realidade, conforme a demanda dos usuários da USF. (CRUZ et al, 2014)

Vale ressaltar as principais características dos integrantes de cada GO: O grupo *brincando com a Mente* envolve adultos e idosos, homens e mulheres usuários de medicamentos psicotrópicos ativos ou pessoas acometidas de algum tipo de adoecimento psíquico; *Hiperdia*- inclui pessoas portadoras de Hipertensão e Diabéticos (adultos e idosos em sua maioria), além das equipes multiprofissionais de medicina da família e residentes, as equipes de saúde e extensionistas atuam em parceria com atividades de metodologias ativas, abordando temas diversificados; *Terapia Comunitária*- conta com mulheres adultas ou idosas, que estão com problemas pessoais, afetivos ou emocionais. Suas atividades acontecem uma vez ao mês, onde os participantes constroem as atividades de modo dinâmico em roda de conversa, tendo como eixo um tema organizado previamente; *Horta na Vila Saúde*- antes localizada na comunidade Boa Esperança, a horta foi redirecionada para o espaço da USF- Vila Saúde, as equipes de saúde, residentes e extensionistas apoiam e trabalham em conjunto no desenvolvimento da horta comunitária, direcionado para toda a comunidade, com o objetivo de estimular o uso da fitoterapia e agroecologia. *Fórum de SAN* tem a proposta de construir articulações entre os equipamentos que promovem a SAN no território de atuação do PINAB, no sentido de imprimir maior visibilidade as atividades e projetos das entidades participantes, potencializando a promoção da SAN no contexto local.

Além das atividades de cada GO, semanalmente são realizadas reuniões de cunho teórico e/ou de planejamento e gestão do Programa. Na formação teórica, os estudantes debatem textos relacionados com as temáticas envolvidas pelo PINAB, e as reflexões são construídas a partir das vivências de cada

extensionista. Essas reuniões são desenvolvidas da seguinte forma: quinzenalmente, conforme cronograma pactuado de forma coletiva, ocorrem reuniões teóricas, tendo como facilitadores coordenadores dos GO, as quais alternam-se com as reuniões administrativas, onde todas as pautas organizativas do Programa são discutidas e deliberadas coletivamente.

O trabalho na AB requer comprometimento para o desenvolvimento de uma prática dinâmica, através do planejamento, organização e execução de ações para a comunidade. Os residentes multiprofissionais, estudantes, estagiários da UFPB e a equipe de saúde da USF Vila Saúde se fazem presentes no planejamento das dinâmicas e rodas de conversa desenvolvidas em cada GO. A participação, o envolvimento e o empenho é uma das características observadas em cada grupo, colaborando para a integração entre equipes de saúde, graduandos e comunidade.

CONCLUSÃO

A extensão universitária popular proporciona o desenvolvimento crítico, humanista e generalista no âmbito da formação do estudante, possibilitando novos desafios diante das dificuldades encontradas ao longo das vivências na USF. Mediante as ações de educação popular em saúde são promovidos esses atributos relacionados ao desenvolvimento humano dos extensionistas, trabalhadores de saúde e comunidade. No PINAB estimula-se a expressão de posicionamentos e ideias para a construção integrada das atividades de cada grupo. É necessário extrapolar os aprendizados obtidos para além das salas de aula, no sentido de articulá-los aos contextos e realidades sociais. Desse modo, fomenta-se o arbítrio de comunicar, promover, pensar e avaliar os acontecimentos, levando em consideração a conjuntura atual do país.

E por meio da articulação das dimensões da Promoção da Saúde e da SAN com os aportes da Educação Popular, busca-se abrir caminhos para a autonomia e o empoderamento da população. Entende-se que a educação popular pode favorecer o empoderamento da comunidade, no sentido de torná-la ativa e consciente diante dos seus direitos de cidadania. Ademais, rompe as barreiras

existentes entre a universidade e a comunidade, estimulando a integração entre os sujeitos, com o propósito de lutar por melhores condições de vida e saúde.

Os Grupos Operativos constituem espaços que reúnem diversos profissionais de áreas distintas, estudantes de diversos cursos de graduação e moradores de diferentes territórios com propósito de construir e aprender independente da idade, etnia, religião e classe social. Cada um com o intuito de contribuir com um pouquinho do seu saber, respeitando e aceitando a diversidade de perspectivas, com acolhimento e amorosidade.

A educação popular conduz o processo educativo de forma distinta das abordagens tradicionais, visto que rompe com a verticalização das relações mediante a construção do conhecimento, viabilizando uma relação dialógica e integrativa entre os saberes científicos e populares nos Grupos Operativos.

Conforme a nossa inserção na condição de estudantes e extensionistas em comunidades populares, nos propusemos a nos despir de qualquer conceito pré-formado e vivenciar cada momento de transformação, aprendizagem e sensibilidade, respeitando e aceitando os sujeitos da maneira como eles são.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. P. S. et al. Educação popular no processo de integração ensino-serviço e comunidade: reflexões com base em experiências na extensão. **Revista de APS**, v.18. n.4 p.449, 2015. Disponível: <<https://aps.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/view/2482/908>> acesso 21 de jul, 2016.

CRUZ, P. J. S. C. et al. **Educação Popular e Nutrição Social**: reflexões e vivências com base em uma experiência. 1º Ed. João Pessoa. Editora: UFPB, 2014. Disponível: <<https://drive.google.com/file/d/0B5WM6ossn5wIWFFqRExkWUIRWEE/view?usp=sharin>> Acesso 14 de Agosto, 2016.

MELO NETO, J. F. **Extensão Popular**. 2 ed. João Pessoa. Editora: UFPB, 2014.

EXTENSÃO POPULAR E ALEITAMENTO MATERNO – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria de Fátima Costa de Araújo¹, Érika Patrícia Pereira Gomes¹, Marita de Almeida Assis Brilhante¹, Thuany Bento Herculano¹, Déborah Sabrina de Albuquerque Moraes e Silva¹, Thaina Calvacante Mendes Pinto¹, Janaina Guerra Guilherme¹, Murilo Bruno Braz Barbosa¹, Humberto Espínola Guedes Neto¹, Gabriela de Araújo Miranda¹, Camila Vieira Dias da Costa², Nathali de Oliveira Costa³, Tiago Salessi⁴, Juliana Sampaio⁴

¹ Estudante de Medicina (UFPB) e extensionista do projeto Partejar; ² Estudante de Enfermagem (UFPB) e extensionista do projeto Partejar; ³ Técnica administrativa da UFPB e extensionistas do projeto Partejar; ⁴ Professor(a) do Departamento de Promoção da Saúde – CCM (UFPB) e coordenadores do projeto Partejar.

RESUMO

Apesar da comprovação científica dos benefícios do aleitamento materno exclusivo para a saúde dos bebês e das mulheres, o processo de amamentar nem sempre obtém sucesso, pois sofre influência de aspectos culturais que permeiam a amamentação, muitas vezes associados a crença de que o leite materno é fraco e insuficiente. Nesse contexto, o projeto "Conectando saberes e práticas no cuidado a puérperas e bebês", convencido da importância do aleitamento materno, promoveu ações, juntamente ao Banco de Leite Humano (BLH) na Maternidade Cândida Vargas, incentivando a amamentação e doação de leite. Nesse sentido, o objetivo desse relato de experiência é apresentar como essas ações foram construídas e quais foram os desfechos observados. Nossa atuação se deu através de visitas às puérperas nos alojamentos conjuntos, sondando possíveis dificuldades enfrentadas e sensibilizando-as para a doação de leite. Também realizamos oficinas para os trabalhadores nos espaços coletivos da maternidade. No decorrer das ações, percebemos que muitas usuárias se demonstravam mais preparadas para lidar com essa nova fase da vida. Adicionalmente, os trabalhadores participantes reconheceram a importância de estarem ali, compartilhando e multiplicando saberes. Posteriormente, observamos um aumento expressivo nos estoques de leite do BLH, de modo que os profissionais cogitaram a aquisição de novos refrigeradores. Assim, vivenciamos uma partilha de experiências, saberes, medos e anseios, que repercutiram para

além do ato de amamentar, nos propiciando um olhar mais humanístico sobre a construção do cuidado.

Introdução

“ Para aumentar o leite
Minha amiga pode crer
Coloque no peito mais vezes
Logo você vai ver
Quanto mais o bebê suga
Mais leite vai aparecer”

(Poeta regional desconhecido)

Muito embora tenhamos experimentado enormes avanços no conhecimento sobre os benefícios do aleitamento materno exclusivo para mulheres e bebês até os seis meses de idade e propagado esse conhecimento entre as pessoas, de modo geral, isso não tem se configurado como efetivo para que mulheres e seus familiares obtenham sucesso na amamentação. O conhecimento prático sobre a amamentação, construído e compartilhado pela sociedade é um dos responsáveis pela crença de que o leite é fraco, de que a mãe se ocupa demasiadamente com a criança enquanto amamenta, de que sua mama vai ficar caída devido ao ato de amamentar (ALMEIDA, 2004). Tudo isso, somado à fragilidade experimentada pela mulher no puerpério, acabam interferindo no sucesso do aleitamento materno.

Por isso, sensibilizados pela incontestável importância desse alimento físico e emocional para os mamíferos, de modo geral, e seduzidos pelos aspectos relacionados à gestação, parto e puerpério foi que criamos em 2015 o projeto de extensão “Conectando saberes e práticas no cuidado a puérperas e bebês” o qual, juntamente com o projeto “Vínculos e vivências no cuidado às gestantes e bebês na maternidade Cândida Vargas” compõem, atualmente, o “Partejar”. Desde então, esse projeto atua no Instituto Cândida Vargas (ICV), João Pessoa (PB), proporcionando encontros entre estudantes, usuários e trabalhadores,

ressignificando o cuidado materno-infantil, com vistas à humanização do parto e nascimento. Dentre as inúmeras experiências vividas pelos sujeitos nesse fecundo campo de prática, elegemos trazer um pouco das vivências com relação às ações mobilizadas para o incentivo ao aleitamento materno no ano de 2015, em que o projeto estava em sua primeira edição. Nesse sentido, o objetivo desse relato de experiência é apresentar como essas ações foram construídas e quais foram os desfechos observados, a partir de uma ação compartilhada entre estudantes da UFPB e serviço de saúde.

Caminhos da construção do cuidado

Convencidos de que o melhor ponto de partida para conhecer o serviço de saúde e apoiar trabalhadores e usuários seria nos inserir nessa realidade em que estávamos nos inserindo, resolvemos não pensar previamente em planos de ação (ABRAHÃO, 2014). Do contrário, buscamos elaborá-los em ato, no cotidiano do trabalho, a partir de demandas apontadas por trabalhadores e usuárias. Em nós só havia claro o desejo de nos integrar ao serviço, mas o “como isso seria possível?”, só foi se elucidando a cada encontro. Foi assim que, a partir de nossa aproximação ao Banco de Leite (BLH) Zilda Arns e ao seu Núcleo de Educação Permanente em Aleitamento Materno (Nepam), que conhecemos as dificuldades dos trabalhadores em promover o manejo clínico do aleitamento junto a um grande número de puérperas e de captar doações de leite humano para obtenção de um estoque adequado para atender as demandas da maternidade.

A partir desses diálogos, os trabalhadores do BLH nos demandaram integrar com eles ações de incentivo ao aleitamento materno e, para isso, eles nos ofereceram uma capacitação sobre o manejo clínico da amamentação. Enquanto isso, estruturamos conjuntamente que esses trabalhos contemplariam as visitas de leito, sondando possíveis dificuldades enfrentadas pelas puérperas, solucionando dúvidas, encorajando-as a acreditarem no próprio leite e a continuarem amamentando quando retornassem ao trabalho. Nessas conversas, procuramos enfatizar também o “Programa Mãe Trabalhadora”, cujo objetivo é incentivar e garantir o direito ao aleitamento materno durante os seis primeiros

meses de vida - Lei 8112/90 (SAÚDE, 2010). Além disso, pedíamos a elas que doassem um pouco do leite ao BLH, caso produzissem mais do que o seu bebê pudesse consumir e, assim, estariam ajudando outros recém-nascidos que dependiam desse alimento para sobreviver (UNICEF, 2008). Ao fim das conversas sempre deixávamos o contato do BLH (24h) e que poderiam contar com esse suporte, mesmo após a alta.

Adicionalmente, essas ações compreenderam oficinas junto com os trabalhadores do ICV, as quais foram realizadas nos corredores, quando tínhamos menor número de participantes e no auditório, quando o número de participantes era mais expressivo. Assim, foram realizadas 8 oficinas, as quais alcançaram diretamente 82 pessoas, dentre elas, usuárias e profissionais de variadas categorias (enfermeiros, farmacêuticos, fonoaudiólogos, fisioterapeuta, nutricionistas, técnicos de enfermagem, de farmácia e de laboratório; manutenção, higienização, maqueiro, recepção, setor financeiro). Como recurso didático utilizamos Datashow, para exibição de vídeos, dramatizações e diálogos sobre situações do puerpério e do ato de amamentar com os próprios participantes da oficina, em roda de conversa. Durante as oficinas buscamos conversar sobre os benefícios da amamentação, condutas que prejudicam a mama puerperal, manejo clínico do aleitamento materno, os dez passos para o sucesso da amamentação, os quais são prerrogativas de um Hospital Amigo da Criança (IHAC) e sobre a Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Protetores de Mamilo (NBCAL) (SAÚDE, 2011).

Reflexões e considerações finais

As experiências de integração aos trabalhadores e apoio às usuárias nessas ações envolvendo o aleitamento materno foram muito gratificantes, pois nos propiciaram uma identificação ainda maior com o cuidado materno-infantil e isso também levou à recíproca: o serviço reconheceu a importância do projeto para agenciar novos encontros, auxiliar numa formação profissional mais humanística, contribuir para as ações de educação permanente na Instituição.

Esse trabalho cotidiano e coletivo conduziu-nos à criação vínculos com trabalhadores e usuárias, bem como ao empoderamento e fortalecimento mútuos, incentivando-nos a permanecer firmes nas nossas lutas diárias na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) que queremos.

Além disso, vale enfatizar o quanto foi significativo para nós cada diálogo, seja ele com a usuária ou com o profissional. Nas histórias de vida das mulheres que conhecemos e no dia-a-dia dos trabalhadores pudemos mergulhar e partilhar saberes, experiências e anseios, que cremos, repercutiram para além do ato de amamentar. Essa percepção pairou, por exemplo, nos momentos em que uma puérpera nos falava sobre seu medo de sair do ICV sem saber amamentar o filho e daí procuramos demonstrar como posicionar o bebê e como fazer a pega correta da boca com a aréola mamilar. E essa mãe adolescente, ficou muito satisfeita, pois essa conversa a confortou em suas dificuldades como “mãe de primeira viagem”.

Durante essas conversas com as puérperas percebemos que nenhuma delas sabia da existência da Lei 8112/90, a qual ampara o direito da mulher em amamentar a criança até o sexto mês, mesmo finalizada a sua licença maternidade (120 dias). Assim sendo, o uso de ambientes apropriados dentro da empresa, poderiam, portanto, serem usados para a extração manual do leite em seu horário de trabalho, subtraindo até uma hora do seu expediente para esse fim. Esse prazo pode se estender, a depender do estado de saúde do filho, mediante comprovação médica (SAÚDE, 2010). Geralmente demonstravam surpresa em relação a essa informação e algumas até descrédito, por saberem essa conquista ainda não se faz na prática.

Quanto à realização das oficinas, encontramos dificuldades em obter a participação dos trabalhadores, especialmente quando as ações eram realizadas no turno da manhã. Isso fez com que buscássemos inserir a atividade no turno da tarde. Também reforçamos nos setores de trabalho o convite para participarem, além do trabalho de divulgação feito previamente pelo ICV. Com isso, uma gama de respostas foram emitidas, formando um mosaico subjetivo que nos instigou a pensar sobre como sensibilizar esses trabalhadores para o acolhimento das

dificuldades, sentimentos e dúvidas das usuárias, para além do aleitamento materno...

Nesse contexto, percebemos que muitos trabalhadores mais resistentes à participação se “desarmavam” no decorrer das oficinas e esboçavam o reconhecimento da importância de estarem ali e dessas ações estarem acontecendo, justamente pelo fato de que eles compreenderam a partir desse encontro que é preciso a mobilização coletiva e permanente em prol da amamentação. Tudo isso remeteu de modo muito contundente ao que disse Paulo Freire (1981, p.39): "Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo."

Interessantemente, nas semanas que se seguiram a essas ações fomos informados pelo BLH que seus estoques de leite haviam aumentado significativamente e que estavam cogitando a aquisição de novos refrigeradores. Ficamos muito felizes pelo trabalho desenvolvido, especialmente por não termos sido nós da extensão a mobilizar tudo isso. Naqueles dias fomos apoiadores deles, enfatizando suas potencialidades na construção de um cuidado do qual se orgulham em fazer parte. Para nós enquanto estudantes, essas experiências nos deram bases atuar numa equipe multiprofissional, bem como elementos para motivar profissionais e a nós mesmos, diante das realidades inerentes ao mundo do trabalho. Adicionalmente, essas ações nos propiciaram um olhar mais humanístico sobre a construção do cuidado, ensinando-nos o quanto gestos simples são potentes em acolher e em apoiar a vida.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, A. L. et al. O pesquisador IN-MUNDO e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. In: GOMES, M. P. C. e MERHY, E. E. (Ed.). Pesquisador IN-MUNDO: um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

ALMEIDA, J. A. G. Amamentação: um híbrido natureza-cultura. Editora Fiocruz, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 9 ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981, p.79

SAÚDE, Ministério da. Iniciativa Hospital Amigo da Criança. Brasília: Secretaria de Atenção A Saúde, 2011. 19 p.

SAÚDE, Ministério da Cartilha para Mãe Trabalhadora que amamenta. Brasília: Secretaria de Atenção A Saúde, 2010. 24 p.

UNICEF. Manual de Aleitamento Materno. Lisboa: Comitê Português Para Unicef, 2008. 45 p.

FISIOTERAPIA NA COMUNIDADE: OS IMPACTOS DA EXTENSÃO POPULAR NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DE ESTUDANTES DE FISIOTERAPIA

Jeressica Mayra Augustinho da SILVA; Aleida Raquel dos SANTOS; Junio Alves de LIMA; Mayra Kelly Santana HENRIQUE; Kátia Suely Queiroz Silva RIBEIRO.

Graduandos da Universidade Federal da Paraíba- (UFPB)

RESUMO

INTRODUÇÃO: O projeto Fisioterapia na Comunidade é uma iniciativa de extensão universitária vinculada a Universidade Federal da Paraíba. Suas atividades são desenvolvidas desde o ano de 1993 pautadas pelos princípios da Educação Popular, no âmbito da Atenção Primária em Saúde (APS) em João Pessoa, Paraíba, no bairro Grotão. **OBJETIVO:** O objetivo deste trabalho é relatar os impactos da extensão popular na formação acadêmica de extensionistas e ex-extensionistas. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência realizado por quatro estudantes que atuaram como extensionistas do projeto de extensão na APS, ao longo de 18 meses. **RESULTADOS:** Durante o período de participação, as atividades foram desenvolvidas atividades de promoção e prevenção à saúde, como visitas domiciliares e participação em grupos operativos junto aos moradores da região. Essa experiência possibilitou a promoção de um compromisso social, fomentando a reflexão sobre a importância da inserção de estudantes da área da saúde na comunidade, conforme relataram de forma escrita os extensionistas: "...pude perceber o quanto o ser humano necessita das simplicidades da vida..."; "...um sorriso, um abraço, tudo era como uma medida de saúde..."; "...conhecimentos que levarei para a vida profissional e pessoal com perspectiva mais humanizada". **CONCLUSÃO:** A extensão popular trás uma ampliação dos conceitos sobre o cuidado integral em saúde e tem ajudado a enxergar o ser humano de forma mais completa, fugindo assim do modelo tradicional de assistência. O que enriquece as práticas desenvolvidas ao longo da graduação, gerando profissionais mais humanizados e comprometidos com as lutas sociais.

Palavras-Chaves: Extensão Popular, Fisioterapia, Subjetividade.

Introdução

O projeto Fisioterapia na Comunidade é uma iniciativa de extensão universitária vinculada a Universidade Federal da Paraíba. Suas atividades são desenvolvidas desde o ano de 1993 pautadas pelos princípios da Educação Popular, no âmbito da Atenção Primária em Saúde (APS) em João Pessoa, Paraíba, no bairro Grotão.

A fisioterapia começou sua participação na atenção básica na década de 90, com a constituição de 1988, seus objetivos iniciais eram acompanhar a tendência das novas políticas públicas de investimento e assegurar um espaço nesse nível de atenção, além de propiciar a adaptação curricular às Diretrizes Curriculares e à participação em residências multiprofissionais, mais a fisioterapia na atenção básica começou a se esboçar após a regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS) (FREITAS, 2006).

Atualmente, mesmo com o amplo reconhecimento do Fisioterapeuta, precisa se firmar mais, assegurar um espaço nesse nível de atenção. Desse modo, a extensão proporciona para os alunos uma visão diferenciada, tendo em meta o intuito de aprendizado mais humanizado com a população das comunidades visitadas pelo os mesmos no qual a fundamentação teórica do projeto se baseava nos livros de Paulo Freire

Ao deparamos com os com os avanços do reconhecimento por nosso grupo ficamos abismados e despercebidos que fazemos parte de uma construção muito antiga que envolveu a participação de muitas outras pessoas. Abandonamos esta experiência acumulada, correndo o risco de estarmos perdendo tempo na busca de "inventar novamente a roda". Nesta perspectiva os profissionais de saúde que estão chegando agora no desafio do trabalho comunitário é importantes lembrar que tivemos um grande mestre: Paulo Freire, (MS, 2007).

O objetivo deste trabalho é relatar os impactos da extensão popular na formação acadêmica de extensionistas e ex-extensionistas do projeto Fisioterapia na comunidade.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência realizado por quatro estudantes regularmente matriculados no curso de Fisioterapia da Universidade Federal da Paraíba que atuaram como extensionistas do projeto de extensão na APS, ao longo de 18 meses, em João Pessoa, Paraíba, no bairro Grotão.

Resultados

Durante o período de participação, as atividades foram desenvolvidas atividades de promoção e prevenção à saúde, como visitas domiciliares e participação em grupos operativos junto aos moradores da região. Essa experiência possibilitou a promoção de um compromisso social, bem como a ampliação do aprendizado referente às ações executadas, fomentando a reflexão sobre a importância da inserção de estudantes da área da saúde na comunidade, conforme relataram de forma escrita os extensionistas; "...pude perceber o quanto o ser humano necessita das simplicidades da vida..."; "...um sorriso, um abraço, tudo era como uma medida de saúde..."; "...projetos como esse trás a oportunidade de se ver de perto as coisas ... conhecimentos que levarei para a vida profissional e pessoal com perspectiva mais humanizada, sendo este o diferencial que a educação popular nos proporciona...", "... No âmbito da educação popular obtivemos expectativas além do esperado ao depararmos com as dificuldades do saneamento básico e da saúde, mesmo assim o carisma e a força de vontade de mudar superam. No decorrer das visitas domiciliares obtivemos experiências e motivações por perceber as dificuldades na realidade do dia a dia daqueles moradores. A cada visita domiciliar nos deparamos com a esperança de melhorar, aprendemos escutar o próximo de um modo mais humano..."

Conclusão

A extensão popular trás uma ampliação dos conceitos sobre o cuidado integral em saúde e tem ajudado a enxergar o ser humano de forma mais

completa, fugindo assim do modelo tradicional de assistência. O que enriquece as práticas desenvolvidas ao longo da graduação, gerando profissionais mais humanizados e comprometidos com as lutas sociais.

Referências

MINISTÉRIO DA SAÚDE (DF). Caderno de educação popular. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Departamento de Apoio à Gestão Participativa, 2007.

FREITAS, M. S. **A atenção básica como campo de atuação da Fisioterapia no Brasil: as diretrizes curriculares ressignificando a prática profissional.** 2006. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Saúde Coletiva. Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Estado Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FÓRUM DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ESTRATÉGIA PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR E PROMOÇÃO DA SAÚDE EM COMUNIDADES DE JOÃO PESSOA- PB

Talissa Moraes de Figueiredo; Karoline Linhares Mota Rodrigues; Marianna Celeste Cordeiro de Figueiredo; Mariane da Silva Almeida; Raissa Paloma de Freitas; Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos

RESUMO

Dentre as iniciativas do programa de extensão Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica-PINAB, insere-se a articulação dos equipamentos sociais que promovem a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas comunidades Jardim Itabaiana, Pedra Branca e Boa Esperança, de João Pessoa, mediante a implementação de um *Fórum*. Nessa perspectiva, o presente trabalho visa apresentar a experiência de construção do *Fórum de SAN* que tem como base a intersetorialidade, explicitando as potencialidades e desafios encontrados, sobretudo no contexto da participação popular e da promoção da saúde. Os equipamentos sociais acolheram a ideia do Fórum e o processo de implementação do mesmo tem possibilitado contribuições significativas para a formação dos estudantes.

Palavras-Chaves: Promoção da Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Extensão, Educação Popular.

INTRODUÇÃO

Entende-se a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (LOSAN, 2006). Nos últimos treze anos houve muitos avanços no país no âmbito da implementação de ações e políticas públicas no campo da SAN. Nesse contexto, diversas iniciativas merecem ser destacadas: o

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), insere-se como um espaço estratégico de articulação entre governo e sociedade, e controle social, a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que estabelece a composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), além da formulação do Plano Nacional de SAN (PLANSAN), que objetiva fomentar a integração dos esforços entre governo e sociedade civil no sentido da promoção, acompanhamento, monitoramento e avaliação das iniciativas em SAN no país. Ressaltando que nesse contexto da PNSAN a intersectorialidade consiste em um princípio-chave.

Nesse cenário, o programa de extensão Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB), vinculado aos departamentos de Nutrição e de Promoção da Saúde da UFPB, vem atuando desde 2007 nas comunidades de Pedra Branca, Jardim Itabaiana e Boa Esperança, no bairro do Cristo Redentor em João Pessoa-PB. Com ações apoiadas no referencial teórico-metodológico da Educação Popular, o PINAB busca promover a saúde e a SAN nessas comunidades (CRUZ et al, 2014). Dentre essas ações, insere-se o *Fórum de SAN*, concebido como *lócus* de integração entre os equipamentos sociais do território de atuação do PINAB.

Diante das considerações anteriores, o presente trabalho tem como objetivo central a apresentação da experiência de construção do *Fórum de SAN* no âmbito do PINAB, evidenciando as potencialidades e desafios encontrados, sobretudo no contexto da participação popular e promoção da saúde.

DESENVOLVIMENTO

A atuação do PINAB se dá a partir da colaboração de graduandos de diversas áreas do conhecimento, vinculados à UFPB e/ ou faculdades privadas, trabalhadores da Unidade Saúde da Família (USF) Vila Saúde, docentes, profissionais egressos de projetos de extensão popular e comunidade, mediante ações intersectoriais e interdisciplinares, por meio de Grupos Operativos (GO).

Atualmente dispõe dos seguintes GO: *Terapia Comunitária, Hiperdia, Caminhada, Horta na Vila Saúde, Brincando com a Mente e Fórum de SAN*. Privilegia-se o estímulo a dimensões como a reflexão crítica, a autonomia, a horizontalidade nas relações, o vínculo e o protagonismo dos extensionistas. Nessa direção, a gestão do programa ocorre de forma colegiada, com reuniões semanais para o planejamento e organização das ações.

O território de atuação do PINAB dispõe de um conjunto de equipamentos sociais, dentre esses destacam-se: USF Vila Saúde, Cozinha Comunitária Bela Vista, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência em Educação Infantil (CREI), Escola Municipal de Ensino Fundamental Augusto dos Anjos (EMEFAA), Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (EMPASA) e Associação Promocional Ancião (ASPAN).

A comunidade Jardim Itabaiana possui em torno de 1.768 famílias, a de Pedra Branca conta com 525 famílias e a de Boa Esperança está composta por 584 famílias, totalizando 14. 385 pessoas. Seus moradores organizam-se através de associações, presentes nas comunidades de Boa Esperança e Pedra Branca, as quais mantêm atividades sociais, como grupos de mulheres, coletivos de arte e artesanato, além de iniciativas de economia solidária. Participam da organização dos serviços de saúde locais, a partir do 'Espaço de Diálogo', formado por representantes dos trabalhadores, dos gestores e da comunidade com o fim de promover o exercício do controle social na saúde.

No que se refere aos aspectos envolvidos na implementação do *Fórum de SAN*, importa destacar os principais elementos que configuram a sua criação. Considerando a diversidade dos equipamentos sociais inseridos no território, além da precariedade das condições de SAN da comunidade, percebemos a necessidade de se identificar e articular os equipamentos sociais ligados direta ou indiretamente ao campo da SAN. Propomos a realização de um mapeamento dos equipamentos que promovem ações relacionadas a SAN, para assim, subsidiar a criação e implementação do Fórum de SAN. A seguir descreveremos esses processos.

Mapeamento dos equipamentos sociais: conhecendo a realidade local

Partindo do debate em torno da SAN e do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), buscou-se conhecer a realidade do contexto local, do ponto de vista da disponibilidade dos equipamentos sociais. Dessa maneira foi realizado um estudo exploratório, visando coletar dados e informações relacionados aos equipamentos. O processo de criação do *Fórum de SAN* teve como base esse mapeamento dos equipamentos sociais. O mapeamento consistiu de visitas realizadas por graduandas vinculadas ao PINAB, aos equipamentos sociais (USF Vila Saúde, Cozinha Comunitária, EMPASA, CRAS, EMEFAA, CREI e ASPAN).

A construção do Fórum de SAN: sensibilizando os atores envolvidos

Para facilitar a viabilização da construção da proposta do Fórum, no semestre letivo passado foi instituído no PINAB um GO denominado *Fórum de SAN*. O GO foi estruturado com extensionistas graduandos dos cursos de: Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Tecnologia de Alimentos e Geografia, apoiados por uma docente. O funcionamento do GO se deu mediante reuniões semanais, que envolviam tanto abordagens teóricas com estudos de temas relacionados aos propósitos do grupo, como também o horário era aproveitado para a realização da sensibilização e contatos com as entidades. Assim, foram realizadas visitas aos equipamentos com entrega de um documento no intuito de sensibilizar e dar visibilidade a ideia do Fórum, convidando-os para compor esse espaço, convergindo propostas e ações na promoção da SAN no território.

Potencialidades, desafios e perspectivas

Grande parte dos equipamentos visitados demonstrou uma boa acolhida e receptividade à proposta do Fórum, sinalizando a existência de um espaço promissor para a realização de atividades voltadas para essa esfera.

A articulação entre esses equipamentos poderá desempenhar um papel estratégico para a promoção da autonomia, protagonismo e criação de espaços

de diálogos articulados aos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos, no âmbito do território. Por outro lado, na medida que estimula a proatividade e aproximação dos graduandos com a temática da SAN e com a realidade social de comunidades e contextos vulneráveis, essa experiência de construção do Fórum de SAN tem qualificado a formação dos extensionistas.

Entretanto, importa destacar alguns desafios observados nessa experiência. Assim, evidenciou-se a sobrecarga dos estudantes com outras atividades acadêmicas em detrimento da extensão, acarretando dificuldades para conciliar as agendas dos integrantes do GO à disponibilidade dos horários dos representantes dos equipamentos. Tal limitação indica que a dimensão da extensão ainda precisa ser fortalecida no contexto da academia.

No que se refere às perspectivas, vale mencionar a retomada das atividades do PINAB do semestre letivo 2016.1 a partir do mês de julho do corrente ano, no qual será realizado a primeira reunião do Fórum de SAN, prevista para ocorrer em meados de agosto. Nessa direção o GO já deu início às providências para a viabilização da referida reunião.

CONCLUSÃO

É inegável a importância das atividades do grupo *Fórum de SAN* na vida de todos os seus integrantes, pois além de ter agregado movimento, energia e dinamismo, ampliou os aprendizados a partir das questões trazidas pelas comunidades onde o PINAB tem atuado.

Por todos esses aspectos, a implementação do *Fórum de SAN* possibilitou para os extensionistas o contato com o debate acerca da SAN a partir das vivências com esse processo, nos respectivos territórios. A criticidade e amorosidade ligadas ao enfoque da educação popular contribuem para a produção de mudanças e repercussões positivas no âmbito dos problemas enfrentados pela comunidade. Sendo assim, é imperativo que as realizações e experiências sejam compartilhadas e difundidas, no sentido de imprimir visibilidade aos esforços que podem fazer a diferença nas condições concretas de

existência dos grupos sociais que vivem em condições de pobreza e insegurança alimentar.

REFERÊNCIA

LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. LOSAN. Presidência da República, Casa Civil para Assuntos Jurídicos, 2006.

CRUZ, P. J. S. C; et al. **Educação Popular e Nutrição Social: reflexões e vivências com base em uma experiência**. 1º Ed. João Pessoa. Editora: UFPB, 2014. Disponível: <<http://projetopinab.blogspot.com.br/p/livros.html>> Acesso 21 de julho, 2016.

GRUPO CAMINHADA NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA VILA SAÚDE: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

Gabriela Medeiros Formiga Moreira¹; Abel Barbosa Araújo Gomes¹; Pedro José Santos Carneiro Cruz²

¹ Acadêmicos do Curso de Medicina, da FAMENE/PB e estudantes voluntários vinculados ao Programa de Extensão PINAB – Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica; ² Docente do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba, coordenador do PINAB

RESUMO

Desde 2007, o Programa de Extensão Universitária “Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB)” constrói iniciativas educacionais coletiva de maneira compartilhada com trabalhadores da Unidade de Saúde da Família Vila Saúde, particularmente voltadas à promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional. Nesse contexto, destaca-se, desde outubro de 2015, o Grupo de Caminhada, coordenado por agentes comunitários de saúde da Equipe Jardim Itabaiana I, no bairro do Cristo Redentor (João Pessoa-PB). Por meio do presente trabalho, relataremos alguns passos e vivências nessa iniciativa de Educação Popular e Promoção da Qualidade de Vida, por meio da Extensão.

Palavras-chaves: Educação Popular, Qualidade de Vida, Promoção da Saúde, Saúde do Idoso, Atenção Primária à Saúde, Grupos

INTRODUÇÃO

Desde 2007, o Programa de Extensão Universitária “Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB)” constrói iniciativas educacionais coletiva de maneira compartilhada com trabalhadores da Unidade de Saúde da Família Vila Saúde, particularmente voltadas à promoção da Saúde

e da Segurança Alimentar e Nutricional. Nesse contexto, destaca-se, desde outubro de 2015, o Grupo de Caminhada, coordenado por agentes comunitários de saúde da Equipe Jardim Itabaiana I, no bairro do Cristo Redentor (João Pessoa-PB). Por meio do presente trabalho, relataremos alguns passos e vivências nessa iniciativa de Educação Popular e Promoção da Qualidade de Vida, por meio da Extensão.

CAMINHOS

O grupo funciona todas as segundas, quartas e sextas-feiras, no período da tarde, e conta com o apoio sistemático de extensionistas do PINAB, bem como de trabalhadores da Unidade, residentes médicos e multiprofissionais em saúde da família, além de moradoras das comunidades.

As contribuições do PINAB ao Grupo se dão especificamente nas segundas-feiras. Nesses dias, inicialmente, os extensionistas promovem momentos com ênfase no autocuidado, bem como em atividades com dinâmicas de integração, reflexão e estímulo à funcionalidade, incluindo-se também rodas de conversas e espaços educativos, as quais têm seus temas geradores sobre assuntos de interesse dos usuários da Unidade. Posteriormente, o grupo se encaminha para uma praça localizada nas proximidades da Unidade, onde as pessoas preparam para realizar uma caminhada coletiva. Alongamentos são realizados antes da caminhada com a ajuda do professor de educação física vinculado à Unidade e também com a ajuda de um extensionistas fisioterapeuta.

A caminhada dura cerca de quarenta e cinco minutos, em volta da praça, e tem se revelado um momento ideal para que os estudantes universitários e os moradores possam trocar experiências, impressões sobre o cotidiano, dilemas, dúvidas, anseios e questões significativas sobre saúde e qualidade de vida, ajudando a formar um processo de vínculo afetivo entre os mesmos. Nas quartas-feiras seguem os alongamentos e caminhadas sobre comando das Agentes Comunitários, porém sem a companhia dos extensionistas. Todas as sextas-feiras, outros extensionistas do PINAB apoiam o grupo, mas frisando a realização de visitas domiciliares, guiadas por profissionais de saúde da área nas

residências, principalmente, daqueles que não comparecem às atividades ou daqueles que estão passando por momentos difíceis como uma depressão ou a perda de algum familiar.

As visitas objetivam o acompanhamento dos usuários e tenta conscientizá-los da importância das caminhadas, rodas de conversa e convívio social para uma melhora na qualidade de vida. Nos momentos realizados, sempre buscamos destacar a importância das atividades físicas para ter uma vida saudável, além de abordarmos também sobre as necessidades de uma alimentação adequada e do convívio social. As grandes conquistas do grupo são pessoas que podem se recuperar de situações como a depressão ou daquelas que vencem o sedentarismo e passam a ter práticas saudáveis que fazem a diferença em seu dia-a-dia. Como a maioria dos usuários são idosos, essas práticas ajudam na diminuição da velocidade de envelhecimento e promove um bem estar biológico, psíquico e social.

CONCLUSÕES

Com as rodas de conversas, os usuários/moradores podem expressar-se sobre assuntos diversos, sendo um espaço de troca de experiência e aprendizado, onde os acadêmicos podem conhecer mais sobre a vida fora do muro da faculdade. As caminhadas servem para os moradores poderem ter um momento voltado a saúde, visto que muitos dos usuários são idosos e necessitam ter uma boa qualidade de vida na faixa etária que estão incluídos.

COMPARTILHANDO SABERES NA CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS NA EDUCAÇÃO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NA MARÉ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E EDUCACIONAIS

Ailza de Freitas Oliveira

RESUMO

Aprender por intermédio da interação é uma antiga prática humana. Em equipe, com encontros mensais, um grupo de educadores(as) protagonizam oficinas para compartilharem saberes e construírem processos emancipatórios, possíveis de (re)aplicabilidade em seus respectivos locais de atuação além grupo. Submetemos este trabalho à temática: vivências em extensão popular, por percebermos o compartilhamento de saberes como uma prática de educação popular que culmina em processos emancipatórios a partir da vivência em economia solidária.

INTRODUÇÃO

As mudanças ocasionadas nos e por meio de processos emancipatórios, ocorrem numa via de mão dupla. Refletimos sobre nossa forma de pensar o coletivo, modificando-o, ao tempo em que nosso agir também se move ao encontro de transformações. Iniciativas atitudinais e comportamentais refletem novas mutações em busca do bem estar coletivo.

Na educação popular, essas mudanças conscientes no fazer e agir, respaldadas na forma de pensar de Paulo Freire (2013), têm como uma das trilhas a seguir o comportamento coletivo que deseja compartilhar saberes. Dividir o saber, refletir sobre as práticas educacionais, aplicar e reaplicar modificando o compartilhado são formas de mudanças positivas na construção de processos emancipatórios. Descreveremos a seguir, experiências baseadas nessas práticas.

A Maré Produções Artísticas e Educacionais (MARÉ) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, atuante há 14 anos, sediada em João Pessoa,

e realiza atualmente doze projetos autofinanciados por seus 30 integrantes, em sua maioria, professores(as).

A experiência que relataremos ocorre no Projeto Compartilhando Saberes, que tem como objetivo a formação docente, ao promover a troca de saberes educacionais entre seus integrantes. Tal projeto existe desde 2011, e promoveu, até então, 61 diferentes oficinas, beneficiando aproximadamente 200 opinandos, numa troca de saberes entre os membros da Maré.

Mensalmente, com duração de 4h/a, acontece uma oficina, ministrada por um dos integrantes da Maré, com tema de escolha do mesmo, num rodízio entre oficineiros e opinandos obedecendo a uma “[...] escala de atuação individual entre os membros, a diretoria e convidados que ministram oficinas de uma experiência positiva, planejada e aplicada em sala de aula” (OLIVEIRA, 2012, p. 14-15). Seguindo um cronograma anual, os integrantes pautam suas oficinas na tríade teoria, prática e debate, possibilitando uma vivência ampla em áreas distintas da aprendizagem.

Conforme pontuamos, “As oficinas acontecem em três momentos: momento teórico sobre o tema abordado; momento de experimentação prática e debate sobre a vivência oportunizada” (OLIVEIRA, 2012, p.15).

DESENVOLVIMENTO

Esta troca de saberes, além de fortalecer os laços de aprendizagens entre os integrantes, qualifica e diversifica os saberes que são reaplicados nos locais de atuação pedagógica dos membros. Assim, cada vivência carrega consigo a possibilidade de se renovar e reutilizar, a partir do compartilhamento de saberes.

Geralmente, as temáticas das oficinas versam sobre inovações já aplicadas e testadas em sala de aula pelos ministrantes, o que torna viável a realização das mesmas em outros ambientes educacionais, resguardadas as diferenças entre eles.

Como exemplo, podemos citar algumas oficinas realizadas em 2015: *Audiobook*, *Self Performática*, *Escrita Científica*, *Coordenação Motora*, *Scrapbook*,

Artesanato Indígena, Ginástica Rítmica, Primeiro Socorros, Leis de Acesso à Informação, entre outras.

Nosso relato se baseará na oficina “Economia Solidária”, ministrada pelo Doutorando Francisco Xavier, realizada em março de 2014, e reaplicada pelos membros, nos encontros mensais da Maré, e na Escola Municipal (cidade de João Pessoa) em que trabalho como professora de Artes Cênicas.

A oficina gerou expectativa prévia, quando foi solicitado aos participantes que trouxessem algum objeto usado que estivesse em bom estado de conservação e pudesse ser trocado entre os membros. A organização espacial da oficina disponibilizou os membros em círculo, tendo ao centro, todos os objetos trazidos para serem trocados.

Após aula expositiva sobre a temática, o ministrante promoveu debate e oportunizou a troca dos objetos, intermediando o processo ao tempo em que fundamentava a ação na teoria da economia solidária. De forma contínua, esta prática se faz presente desde então.

De maneira espontânea, objetos são trazidos e ofertados ou mesmo, solicitados, entre os integrantes. Livros, fraldas, mudas de plantas, utensílios domésticos, peças de vestimenta, alimentos, entre outros itens, são itens que integram a lista de experiências na Maré com a economia solidária.

CONCLUSÃO

Os princípios de cooperação, solidariedade, “Valorização social do trabalho humano e satisfação plena das necessidades humanas com criatividade tecnológica e atividade econômica” (XAVIER, 2014, p. 01) bem como da construção de processos de autogestão, estão presentes entre os membros após contato com esta experiência.

Refletir sobre consumo ético, nos fez pensar e agir de forma diferenciada nos corriqueiros bazares realizados nas escolas, assim como, nossa prática nos eventos escolares. Podemos ilustrar esta afirmativa descrevendo uma prática comum de iniciativa coletiva, educativa e solidária.

Membros da Maré planejam juntos a elaboração de cenários e figurinos, por exemplo, se cotizam igualitariamente, produzem as peças necessárias, e num calendário traçado coletivamente, todos utilizam os objetos em seus espaços de trabalho, que são guardados para novos empréstimos e novas utilizações.

Com o exemplo supracitado percebemos a operacionalização da “gestão coletiva do empreendimento ou do grupo de produção e a compreensão da essencialidade de cada membro do grupo” (XAVIER, 2014, p. 02), conforme apregoa a metodologia de ação da economia solidária.

Percebemos, que nas categorias de estudo da educação popular, economia solidária, saberes compartilhados e processos emancipatórios, há conceitos em comum. Tendo como fundante, o pensamento de pensar/agir/repensar baseado em/com/para o outro, a melhoria coletiva, o grupo, o plural, qualificando assim, o nós.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 15. ed. ver. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

OLIVEIRA, Ailza de Freitas. **Projeto Compartilhando Saberes**. In: CANANÉA, Fernando Abath. (Org.). *Embarca(ações) sobre Arte e Educação*. João Pessoa: Imprell, 2012.

XAVIER, Francisco. **Empreendimentos Solidários Populares**: uma prática enquanto movimento social. Apostila. Oficina ministrada na Maré Produções Artísticas e Educacionais. Material impresso, p. 1-6, 2014.

BUSCANDO SAÚDE: O LÚDICO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZADO DAS DOENÇAS ENTEROPARASITÁRIAS E BACTERIANAS

Clélia de Alencar Xavier Mota¹; Abel Barbosa de Araújo Gomes²; Gabriela Batista Vieira de Sousa²; Thamara Leite Lopes Carneiro²; Zilmar Leandro da Silva Ney²

¹ Docente da Faculdade de Medicina Nova Esperança – FAMENE e orientadora do Projeto de Extensão - Buscando Saúde: Um Enfoque Lúdico na Educação e Profilaxia das Enteroparasitoses e Doenças Bacterianas. João Pessoa, Paraíba, Brasil; ² Graduandos em Medicina pela Faculdade de Medicina Nova Esperança – FAMENE.

RESUMO

Esse trabalho descreve um relato de experiência, vivenciada por acadêmicos de graduação, da Faculdade de Medicina Nova Esperança (FAMENE) e participantes do projeto de extensão popular intitulado “III Buscando Saúde: Um enfoque Lúdico na Educação e Profilaxia das Enteroparasitoses e Doenças Bacterianas”. O projeto teve como objetivo transmitir e trocar, por meio da educação popular, os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de parasitologia e microbiologia para os alunos do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Seráfico da Nóbrega, por meio de uma abordagem lúdica. Participaram também como público alvo, os pais dos alunos e funcionários da escola. As atividades desenvolvidas incluíram peças de teatro, teatro de fantoches, paródia de hits musicais, e jogos educativos como: dominó, basquete, sete erros, quebra cabeças, memorização e tabuleiro, entre outros. E foram construídas baseadas no ciclo biológico, enfocando a transmissão, aspectos clínicos, prevenção das enteroparasitoses e doenças bacterianas e tratamento. Essas atividades foram apresentadas na Escola de Ensino Fundamental Luiz Seráfico da Nóbrega. Para o processo avaliativo foram utilizados pré-testes e pós-testes. A partir das experiências vivenciadas no nosso Projeto, utilizando o lúdico nas atividades desenvolvidas com as crianças, e através das atividades desenvolvidas com os profissionais da escola pudemos concluir que o uso da educação popular por meio do lúdico mostrou-se muito eficaz para a construção do conhecimento. E despertou os professores e funcionários da escola para o uso da ludicidade no dia a dia da

escola.

Palavras-chaves: Enteroparasitose; Doenças Bacterianas; Enfoque Lúdico.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem ocorrido uma transformação político, social, biológico, sanitário, epidemiológico e demográfico na sociedade brasileira. Essa transformação impôs a busca de novos conhecimentos e novas intervenções por parte dos profissionais de saúde, além da necessidade de ir ao território promover uma mudança e uma melhora na qualidade de vida. Expandir os conhecimentos para fora dos muros das universidades e faculdades tem se tornado imprescindível.

Visto isso, o Plano Nacional de Extensão (PNE) aponta a percepção de extensão universitária como prática acadêmica que congrega a universidade, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da comunidade. É um exercício que permite a formação do profissional do acadêmico e se habilita, junto à população, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes (Brasil, 2001).

A educação popular (EP) traz na prática o que a extensão popular teoriza. A EP convida toda a comunidade à compartilhar suas experiências, a buscar no território a real necessidade do planejamento e a chegar a um consenso em qual seria/será a melhor estratégia para solucionar tal problematização. A incorporação dos pressupostos da EP nas práticas de extensão vem transformando essas práticas, possibilitando parcerias que envolvem estudantes, movimentos sociais, docentes, trabalhadores de saúde e educação, criando um jeito de fazer extensão numa lógica freireana e libertadora e contribuindo com a formação de profissionais mais humanos e conscientes de seu papel na história (II Seminário de Educação Popular e Saúde, 2005).

Analizando essas diretrizes da educação popular, que se chegou ao contexto de que as crianças escolares mereciam um olhar mais humanizado e julgou-se ser necessária a prevenção de doenças que mais os acometem em na infância. Logo, grande parte das doenças que acometem crianças em países subdesenvolvidos tem como causa básica as infecções helmínticas, somando com o fato de que as parasitoses intestinais ainda representam um complexo problema de Saúde Pública. (FERRAZ et al., 2014).

Segundo dados da OMS, as doenças parasitárias continuam a figurar entre as principais causas de morte, sendo responsáveis por 2 a 3 milhões de óbitos por ano, em todo o mundo. A região do Nordeste do Brasil, apesar de alguns avanços nas últimas décadas, continua a apresentar elevados índices de mortalidade causados por doenças diarreicas, sobretudo entre indivíduos menores de cinco anos (SANTOS et al., 2006).

Diversos estudos têm citado a associação positiva entre as doenças enteropositárias e as condições sanitárias e socioeconômicas em comunidades menos favorecidas (ANDREAZZI, 2007). Alterações ambientais, elevada concentração populacional e falta de higiene são condições propícias para a disseminação do parasito junto a uma população susceptível (FERREIRA et al., 2006).

Inúmeros trabalhos têm evidenciado o alto grau de contaminação por parasitas em pessoas das mais variadas idades, mas as crianças continuam sendo as mais atingidas por esses patógenos, principalmente pelo fato de ainda não apresentarem noções de higiene formada, aumentando consideravelmente os riscos de infecção (FERREIRA et al., 2006).

Infelizmente é nessa faixa etária, especialmente na idade escolar, em que a ocorrência desses parasitos consiste em um fator agravante da subnutrição, podendo levar à morbidade nutricional, acompanhada de diarreia crônica e desnutrição, comprometendo o desenvolvimento físico e intelectual da população infantil (VASCONCELOS et al., 2011).

A ludicidade na educação infantil tem sido uma das estratégias mais bem sucedidas no que concerne à estimulação do desenvolvimento cognitivo e de

aprendizagem de uma criança. Essa atividade é significativa por que desenvolve a capacidade de atenção, memória, percepção, sensação e todos os aspectos básicos referentes à aprendizagem (VASCONCELOS et al., 2011).

O lúdico é um facilitador para a interação com o meio, sendo assim, é necessário que o educador adote recursos pedagógicos que proporcionem a apropriação do conhecimento científico a fim de que os educandos, no decorrer do processo, apropriem-se de um conhecimento significativo para as suas vidas (SANTOS, 2011).

Tendo em vista os aspectos observados, o projeto de extensão teve como objetivo o desenvolvimento de atividades lúdicas com caráter educativo para crianças do ensino fundamental de escolas públicas do município de João Pessoa-PB, como também, professores, funcionários e pais dessas crianças, visando à redução da prevalência das doenças infecciosas e parasitárias.

METODOLOGIA

Esse relato teve caráter exploratório e descritivo e foi desenvolvido pelos estudantes de graduação da Faculdade de Medicina Nova Esperança (FAMENE), participantes do projeto de extensão intitulado “III Buscando Saúde: Um enfoque Lúdico na Educação e Profilaxia das Enteroparasitoses e Doenças Bacterianas”. Cujas fases exploratória e descritiva foram constituídas pela aquisição de informações acerca de metodologias de ensino de caráter lúdico, e da análise da produção científica que aborda a temática, para um melhor conhecimento desse novo tema pelos alunos. A fase descritiva da pesquisa justifica-se pela necessidade de detalhar as formas de aprendizagens construídas e quais os componentes formativos dessa aprendizagem adquiridos a partir da experiência lúdica.

As atividades desenvolvidas tiveram como público alvo, os alunos do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Seráfico da Nóbrega, através de uma abordagem lúdica. Participaram também como público alvo, os pais dos alunos, e funcionários da escola. Foram utilizadas como ferramentas desse processo de ensino infantil, peças de teatro, fantoches, paródia de hits musicais, e jogos educativos como: dominó, basquete, sete erros, quebra cabeças,

memorização e tabuleiro. As ações foram construídas baseadas no ciclo biológico, enfocando a transmissão, aspectos clínicos, prevenção e tratamento das enteroparasitoses e doenças bacteriana. Para os adultos, foram abordados os mesmos temas através de palestras, tendo como processo avaliativo a utilizados de pré-testes e pós-testes.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A pesquisa foi desenvolvida através da experiência vivenciada por estudantes de graduação da Faculdade Medicina Nova Esperança (FAMENE), participantes do projeto de extensão intitulado “ III Buscando Saúde: Um Enfoque Lúdico na Educação e Profilaxia das Enteroparasitoses e Doenças Bacterianas”. E teve como objetivo transmitir os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de parasitologia e microbiologia, através de uma abordagem lúdica, para os alunos do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Seráfico da Nóbrega, como também para os seus pais e funcionários da escola.

Primeiramente foram realizados encontros semanais com a coordenadora do projeto e os acadêmicos participantes do projeto, para delinear os temas que seriam abordados nas palestras e como seriam apresentam para o público alvo. Foram planejadas as atividades e a disposição de datas a serem executadas. Posteriormente foi apresentado o cronograma das atividades aos diretores, professores, psicóloga, assistente social e coordenadores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Seráfico da Nóbrega.

Antes do encontro com os alunos, foi realizado um levantamento de dados como: número de alunos, série, idade, desempenho escolar, sexo, com a intenção de direcionar e adequar a metodologia que seria empregada.

Após a realização desse levantamento, os extensionistas foram treinados quanto às dinâmicas de integração com as crianças, a elaboração das atividades lúdicas, a elaboração e apresentação de palestras destinadas aos professores, funcionários, pais dos alunos e alunos, para que os mesmos pudessem participar desse processo de ensino aprendizagem. O treinamento foi realizado pela professora coordenadora e pela professora colaboradora do projeto, abordando as

características dos enteroparasitos e das bactérias, quanto à morfologia, ciclo biológico, transmissão, aspectos clínicos, dados epidemiológicos e prevenção.

Os encontros ocorreram durante os semestres letivos de 2016.1. Foram realizadas inicialmente palestras sobre as principais doenças infecciosas e parasitárias que acometem os seres humanos para os pais dos alunos e funcionários da escola. Em seguida, foram realizadas para cerca de 100 alunos atividades de aspecto lúdico. As palestras e atividades lúdicas foram desenvolvidas na Faculdade de Medicina Nova Esperança, no centro de vivência. Iniciou-se com atividades pré-testes, com perguntas e respostas para quantificar o conhecimento prévio dos estudantes em relação às doenças estudadas e para avaliar quais as condições sanitárias nas quais as crianças e suas famílias residiam. No pós-teste foi retirado questões sobre condições sanitárias e incrementados questões para quantificar o aprendizado e a compreensão das atividades lúdicas.

As atividades lúdicas consistiam em: peças teatrais, fantoches e bonecos, paródias musicais com hits de sucesso, jogos educativos como dominó, jogos dos sete erros, quebra cabeças, roletas de perguntas, tabuleiros, jogos de memorização, jogo da pescaria com perguntas.

Todas as peças teatrais, o uso de fantoches e as paródias foram embasadas no ciclo biológico, morfologia do parasita estudado, forma de transmissão, aspectos clínicos, prevenção e tratamento das enteroparasitoses e doenças bacterianas. Após a explicação, os alunos participavam dos jogos, onde podiam colocar em prática o conhecimento que acabará de receber, pois todos os jogos continham perguntas e respostas a cerca do conteúdo programado para o dia. Por fim, os alunos eram indagados a respeito do tema através de um QUIZ, onde cada um, individualmente, respondia as perguntas realizadas sobre o tema em questão, que eram anotadas pelos graduandos, tornando assim um prova documental do aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante desenvolver, nas escolas, uma abordagem sobre as doenças adquiridas por meio do convívio com o ambiente, bem como, patologias humanas

causadas por microorganismos. A educação popular vem com o intuito de juntar os conhecimentos previamente adquiridos, repassar para comunidade e aprender e trocar experiência. E por isso, após a execução do Projeto de Extensão foi consenso entre os profissionais da escola onde ele foi desenvolvido, que é preciso modificar o modelo escolar atual, no qual os educadores se restringem a repassar informações adquiridas, não estimulando a interação estudante-educador.

A partir das nossas experiências vivenciadas utilizando-se o lúdico nas atividades desenvolvidas com as crianças e com os profissionais, pudemos concluir que o uso dessa metodologia mostrou-se muito eficaz para a construção do conhecimento. A apresentação dos temas para as crianças através de ferramentas como o teatro, hits musicais, e jogos, tornou o ambiente mais motivador, e prazeroso para o aprendizado dos mesmos, possibilitando o desenvolvimento de novas habilidades.

As ações desenvolvidas na escola, abordando as variáveis acima, e mostrando a relação das mesmas com o aparecimento das doenças, foram nitidamente absorvidas pelos alunos, pais e funcionários, sendo evidenciado esse aprendizado através dos pré-testes e pós-testes.

Considerando-se que as experiências vivenciadas utilizando metodologias lúdicas no ensino sobre as enteroparasitose e doenças bacterianas, e que existem várias evidências na literatura sobre os avanços no processo ensino-aprendizagem alcançados com o uso do lúdico, é necessário estimular cada vez mais o uso desses recursos não só pelos professores, mas por todos aqueles que desejam transmitir conhecimentos.

REFERÊNCIAS

1. ANDREAZZI, M. A. R.; BARCELLOS, C.; HACON, S. Old indicators for new problems: the relationship between sanitation and health. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 22, n. 3, p. 211-217, 2007.

2. BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília, DF, 2001.
3. FERRAZ, R. R. N. et al. Parasitoses intestinais e baixos índices de Gini em Macapá (AP) e Timon (MA), Brasil. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 173-176, 2014.
4. FERREIRA, H.; LALA, E. R. P.; MONTEIRO, M. C.; et al. Estudo Epidemiológico Localizado da Frequência e Fatores de Risco Para Enteroparasitoses e sua Correlação com o Estado Nutricional de Crianças em Idade Pré-escolar. **Rev. UEPG Ci. Biol. Saúde**, Ponta Grossa, v. 12, n. 4, p. 33-40, dez. 2006.
5. MACEDO, M. F. M. et al. Helminthíases em pré- escolares de uma escola pública no município de Manaus, Amazonas, Brasil. **Boletim da Saúde**, Porto Alegre, v.22, n.1, p.39-47,2008.Maranhão, Brasil. **Rev Inst Adolfo Lutz** 68: 309-313, 2009.
6. SANTOS, J. N. Ensinar Ciências: Reflexões sobre a prática pedagógica no contexto educacional. Blumenau: **Nova Letra**, 2011.
7. SANTOS, M.E.S. et al. Ocorrência de enteroparasitos em crianças atendidas no programa de saúde da família de uma área de abrangência do município de Vespasiano, Minas Gerais. **Rev. Eletr. Enf.**, v.8, n.1, p.25-29, 2006.
8. SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE, 2., 2005, Brasília, DF. Carta aberta do movimento extensionista presente ao evento. Brasília, DF, 2005.
9. VASCONCELOS et al. Prevalência de parasitoses intestinais entre crianças de 4-12 anos no Crato, Estado do Ceará: um problema recorrente de saúde pública. **Acta Scientiarum. Health Sciences**, Maringá,v. 33,n. 1, 2011, p.35-4.

ACOMPANHAMENTO DO ESTADO NUTRICIONAL DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CUITÉ-PB: ATENTOS AO ABUSO DA LACTOSE

Laura Beatriz dos Santos Domingos¹; MariannaLourrany Justino Gomes²; Nilcimelly Rodrigues Donato³

^{1,2} Acadêmicas do Curso de Bacharelado em Nutrição. UFCG/ CES/ UAS; ³Orientadora Docente do Curso de Nutrição. UFCG/ CES/ UAS

RESUMO

A intolerância a lactose é a dificuldade que o organismo encontra de digerir, as moléculas do leite, devido à ausência de enzimas digestivas específicas, a lactase. Devido a isso, a lactose acaba indo, nas mesmas quantidades que foram ingeridas para o intestino grosso causando diversos desconfortos intestinais. O índice alto do consumo de lactose na terceira idade é preocupante, visto que nesse ciclo há uma redução da enzima hidrolisadora da lactose e sua atuação, podendo influenciar no aparecimento de intolerância e outras complicações. Observou-se que os idosos residentes do Asilar em Cuité- PB apresentam uma dieta com alto consumo de lactose, sendo assim, sentiu-se a necessidade de intervir para que o consumo de alimentos lácteos seja reduzido, a fim de diminuir ou anular o risco da intolerância a lactose. Por meio da capacitação os funcionários responsáveis, desenvolve-se um trabalho de conscientização a respeito da importância da diminuição do consumo de lactose, uma vez que muitos demonstraram não ter conhecimento sobre a doença. Com os idosos utiliza-se de atividades lúdicas e outras apresentações, com o objetivo de trazer-lhes a compreensão da importância do projeto e redução do consumo de leites e seus derivados, por meio do consumo de preparações que contenham o mesmo valor nutricional. Almeja - se que ao fim do projeto, tenha ocorrido à prevenção e promoção da saúde e do bem estar dos idosos e que tanto os cuidadores quanto os cozinheiros aprimorem seus conhecimentos sobre a patologia para que saibam interpretar qualquer alteração no estado dos idosos.

Palavras-chaves: Intolerância a Lactose; Lactase; Promoção de Saúde; Saúde do Idoso.

INTRODUÇÃO

A intolerância a lactose, é a intolerância a carboidratos mais comum e afeta pessoas de todos os grupos etários. A má digestão da lactose e intolerância a lactose são causadas por uma deficiência da lactase, a enzima que digere o açúcar do leite. A lactose, que não é hidrolisada em galactose, e a glicose, na parte superior do intestino delgado, passa para o cólon onde as bactérias fermentam a lactose em SCFA (Short-chainfattyacid) e gases, dióxido de carbono e gás hidrogênio. (KRAUSE, 2005)

O diagnostico da intolerância a lactose deve ser feito com cautela, uma vez que seu tratamento se baseia na exclusão do leite, que é importante fonte de nutrientes. O leite é rico em proteínas de alto valor nutricional, gorduras com destaque para o ácido linoleico conjugado, lactose, vitaminas especialmente as do complexo B, com destaque para a B2 e B12 e minerais como o cálcio e fósforo e, no leite integral, vitaminas A e D (MATTANNA, 2011)

Por isso, estudos comprovam que a sua eliminação da dieta, sem adequada substituição pode prejudicar a qualidade nutricional da dieta, diminuir a ingestão de energia, levar a desnutrição energético-protéica, prejudicar a mineralização óssea, causar raquitismo e impactar negativamente nos índices peso-idade, estatura-idade e peso-estatura (CHRISTIE et al., 2002) (MEDEIROS et al., 2004) e (VILLARES et al., 2006)

Dado a vulnerabilidade entre os idosos, que aponta para a necessidade de cuidados especiais e orientações sobre alimentação adequada, a Campanha Nacional de Vacinação do Idoso consiste em uma maneira para se desenvolver atividades de promoção da alimentação saudável e saúde, que sejam coerentes às características desta população (PESSANHA et al., 2011)

Neste sentido, esta experiência apresenta como objetivo desenvolver ações para prevenir e promover a saúde e o bem estar dos idosos, residentes do Asilar, a fim de diminuir ou anular o risco da intolerância a lactose. Capacitando os

funcionários envolvidos a respeito da importância de diminuir o consumo de lactose; utilizando de atividades lúdicas e outros tipos de apresentações, para com os idosos, a fim de fazê-los compreender sobre a importância do projeto; diminuindo o consumo de leites e derivados, através de preparações que contenham o mesmo valor nutricional.

METODOLOGIA

Após a coleta de dados a respeito dos alimentos que são consumidos e do consumo diário de lactose no Asilar, com auxílio de uma entrevista, foi feita uma reunião com a equipe deste projeto para saber como agir de maneira adequada com relação aos métodos. Também foi possível observar que o consumo de alimentos lácteos é exacerbado e indiscriminado, por parte dos idosos. Como resultado, foram detectados dois problemas principais em relação à oferta de leite no Asilar. O primeiro foi a não capacitação dos funcionários, observou-se que, embora os cuidados alimentares sejam constantes, os funcionários não apresentam conhecimento sobre a patologia, o que é um fator importante, já que certos sintomas podem passar despercebidos e o diagnóstico acaba não sendo feito. E o segundo foi a alta ingestão de produtos lácteos, observou-se que no Asilar a ingestão de produtos lácteos é diária e em grandes quantidades, cerca de três a quatro vezes por dia. Analisou-se também que o leite utilizado é o leite de vaca *in natura* e que há a ocorrência, mesmo que rara, de diarreia aquosa por parte dos idosos.

Compreendeu-se então que a não capacitação dos funcionários do local pode levar a prejuízos futuros para os idosos que se beneficiam dos alimentos ofertados. Portanto, são feitas as conscientizações dos funcionários do Asilar, sobre a importância do conhecimento da intolerância a lactose, de como introduzir alimentos sem a presença de lactose, dos prejuízos que o consumo aguçado de leite pode trazer.

Também são realizados minicursos com os funcionários, com o auxílio dos alunos e dos professores envolvidos, a fim de apresentar a doença, sua patologia, prevenção e tratamento. Ensinando novas receitas sem a adição de lactose, a fim de diminuir o consumo exacerbado deste.

Particularmente com os idosos, são realizadas atividades lúdicas com alguns alimentos, jogos, apresentações de música e arte todas utilizando alimentos que eles têm contato diariamente e possivelmente das receitas que serão produzidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A casa de idosos de cuité- PB é um local de interação, propício para a adoção de projetos que viabilizem melhorar a qualidade de vida de todos, os idosos que residem no asilar são acessíveis e acolhem todos os que buscam interagir com eles, quanto aos funcionários, eles disponibilizam todas as informações necessárias para o desenvolvimento do projeto e estão dispostos a colaborar com as intervenções que estão sendo realizadas, espera-se que ao fim do projeto, todas as práticas de saúde coletiva melhorem significativamente bem estar dos idosos e que todos os funcionários estejam mais qualificados para continuar o cuidado com todos.

Naturalmente com o avançar da idade, há um declínio na produção da enzima lactase pelo organismo humano, essa enzima é responsável pela quebra da lactose. Isso também pode ocorrer em função de eventuais lesões no intestino, principalmente, na terceira idade. Como afirma (PESSANHA et.al, 2011), o idoso está exposto as modificações em seu equilíbrio nutricional devido a fatores fisiológicos e socioeconômicos, o uso de fármacos, doenças e ou dificuldades na obtenção de alimentos, bem como sua forma de preparo. Isso pode tornar a ingestão alimentar inadequada, levando ao consumo insatisfatório de vários alimentos, inclusive o leite.

Tipicamente, devido à atividade da lactase busca-se aporte em Frye (2002) que deixa claro que, os carboidratos constituem as principais fontes calóricas, para os seres humanos, sendo responsável por cerca de 50% do total de calorias ingeridas em uma dieta regular. A intolerância a esses alimentos, considerados importantes no metabolismo, repercute em alterações nutricionais decisivas, trazendo consequentemente, alterações no desenvolvimento dos indivíduos. As desordens funcionais gastrintestinais podem ser definidas como uma combinação variável de sintomas não bem explicados por anormalidades estruturais ou bioquímicas.

CONCLUSÕES

Apesar dos estudos de âmbito mundial ser diversos à cerca da intolerância à lactose, existem poucos estudos e dados publicados em relação à doença no Brasil, esse número é menor ainda sendo voltados aos idosos levando em consideração que essa é uma fase muito sensível ao desenvolvimento da intolerância, devido ao seu metabolismo mais lento. O aprendizado de novas técnicas na área da culinária e através de minicursos e trabalhos lúdicos é um dos meios mais eficazes especialmente quando se trata da prevenção da intolerância. Desta forma, é imprescindível a realização de trabalhos como esses vinculados à nutrição. Sendo de total relevância a ampliação e continuação destas atividades para a promoção e prevenção de saúde dos residentes do asilar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHRISTIE, L.; HINE, J. R.; PARKER, J. G.; BURKS, W. Food allergies in children affect nutrient intake and growth. *Journal of the American Dietetic Association*, v. 102, n. 11, p. 1648-1651, 2002. Disponível em: <[http://www.journals.elsevierhealth.com/periodicals/yjada/article/S0002-8223\(02\)90351-2/fulltext](http://www.journals.elsevierhealth.com/periodicals/yjada/article/S0002-8223(02)90351-2/fulltext)> . Acessado em 22 de fevereiro 2016.

FRYE, R. E. Lactose Intolerante. Clínica Fellow, Departamento de Neurologia, Hospital de Crianças de Boston, Escola Médica de Harvard, 2002.

KRAUSE, M. V.; MAHAN, L. K. Alimentos nutrição e dietoterapia. Ciência da nutrição. 11. Ed. São Paulo: Roca, 2005.

PESSANHA A. et al., Caracterização do consumo de leite em idosos. *Ver BrasCresc e Desenv Hum* 2011; 21(2):319-326.

MEDEIROS, L. C. et al. Nutrient intake and nutritional status of childrens following a diet free from cow's milk and cow's milk by-products. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 80, n. 5, p. 363-370, 2004.

MATTANNA, P. Desenvolvimento de requeijão cremoso com baixo teor de lactose produzido por acidificação direta e coagulação enzimática. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Universidade Federal de Santa Maria , RS, 2011. Disponível em: <http://jararaca.ufsm.br/websites/ppgcta/download/Dissertaco/PMattanna.pdf>. Acesso em: 24 de fevereiro 2016.

PESSANHA A. et.al ., Caracterização do consumo de leite em idosos. Ver BrasCresc e DesenvHum, 2011; 21 (2): 319-326.

VILLARES, M. J. M.; LEAL, O. L.; PERAL, T. R.; PAREDES, L. C.; MARTINEZ-GIMENO, A.; GARCIA-HERNANDEZ, G. Cómo crecen los lactantes diagnosticados de alergia a proteína de leche de vaca? Journal Anales de Pediatría, v. 64, n. 3, p. 244-247, 2006.

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

16 de novembro de 2016

Das 8h às 12h

Das 14h às 17h

- Credenciamento

- Oficinas, Vivências e Minicursos

Educação Popular e Segurança Alimentar e Nutricional: aproximações na perspectiva de um agir crítico e emancipatório na agenda da promoção da alimentação saudável e do combate à fome e à pobreza

Memórias e Práticas Culturais

Fotografia e Semiário: uma leitura visual

Ensino de Ciências e Meio Ambiente: o uso da música como recurso didático

A contribuição pedagógica das experiências de extensão popular em saúde da UFPB para a formação universitária

Dr. Peteleco

A química da energia: uso, produção e descarte de pilhas e baterias

Locais: Tendas do III SENAPOPOP

Às 17h:

ABERTURA (Com breve saudações e Roda de Conversa Inaugural)

Mediador: Fernando Abath (Membro do EXTELAR/UFPB)

Debatedores: Islany Alencar (Coordenadora da ANEPOP / Coordenadora do III SENAPOPOP pela

ANEPOP)

Severino Silva (PPGE/CE/UFPB)

Pedro Cruz (Coordenador do EXTELAR e do PINAB/Coordenador do III SENAPOPOP)

Wilson Aragão (Diretor do CE)

Margareth Diniz (Reitora da UFPB)

Orlando Vilar (Pró-Reitor da PRAC/UFPB)

Palmira Lopes (MOPS-ANEPS-PB)

Severino Felipe (EXTELAR/UFPB)

Bruno Botelho (EXTELAR?UFPB)

Local: Tenda Paulo Freire

INTERVENÇÃO CULTURAL: Seu Pereira

Local: Tenda Paulo Freire

17 de novembro de 2016

Às 08h30:

CIRCULO DE CULTURA 1: A realidade brasileira e o desafio de fazer pesquisa em extensão popular: quais os caminhos?

Debatedor: Danilo Streck (UNISINOS)

Mediadora: Jocineide Cajueiro (MOPS-PB)

Local: Tenda Paulo Freire

Às 11h30:

LANÇAMENTO DE LIVROS COM INTERVENÇÃO CULTURAL: Jéssica Spinellis

Local: Tenda Elizabeth Teixeira

Às 14h:

RODAS DE CONVERSAS (Apresentação de trabalhos)

Locais: Tendas do III SENAPOP

Às 17h:

MESA REDONDA 1: Os desafios da integração entre pesquisa e extensão na mobilização de conhecimentos emancipadores.

Mediador: Severino Silva (UFPB)

Debatedoras: Helena Leal David (UERJ)

Janaína Cristine (Movimento Estudantil/Fórum Paraibano em Defesa do SUS)

Paula Oliveira Adissi (Movimento Frente Brasil Popular)

Local: Tenda Elizabeth Teixeira

MESA REDONDA 2: É possível desenvolver metodologias ativas de pesquisa na extensão?

Mediador: Roberto Mendonza (UFPB)

Debatedores: Sônia Acioli (UERJ)

Eulina Pereira (educadora popular do Projeto Sal da Terra e Agente Comunitária de Saúde/SMS-JP)

Local: Tenda Paulo Freire

18 de novembro de 2016

Às 08h30:

RODAS DE CONVERSAS (Apresentação de trabalhos)

Locais: Tendas do III SENAPOPOP

Às 11h:

MESA REDONDA 3: construção Pesquisa em Extensão Popular como encontro de saberes: Quais protagonistas?

Mediador: Bruno Botelho (ANEPOP)

Debatedores: Palmira Lopes (MOPS-PB)

Jocineide Cajueiro (MOPS-PB)

Ana Lia Almeida (Cordel - Frente Povo Sem Medo)

Local: Tenda Paulo Freire

Às 14h:

CÍRCULO DE CULTURA 2: Extensão popular e Pesquisa nas diferentes formas de construção do conhecimento: pelo método empírico-analítico, pelo método fenomenológico (histórico – hermenêutico) e pelo método dialético.

Mediadora: Aline Machado (UFPB)

Debatedores: Marisia Oliveira (UFPB)

Fernando Abath (UFPB)

Local: Tenda Margarida Maria Alves

CÍRCULO DE CULTURA 3: Vivências de Extensão em Educação Popular no SUS

Mediador: Eymard Vasconcelos (UFPB)

Debatedores: Emmanuel Falcão (UFPB)

Claudete Ribeiro (liderança comunitária da Santa Bárbara - PB)

Local: Tenda Paulo Freire

CÍRCULO DE CULTURA 4: Por quê uma Extensão POPULAR?

Mediador: Ernande Prado (REDEPOP)

Debatedores: Helena Leal David (UERJ)

José Francisco de Melo Neto (UFPB)

Local: Tenda Elizabeth Teixeira

Às 17h:

MESA REDONDA 4: Obstáculos e caminhos da Educação Popular como reorientadora da Universidade

Mediador: Aldenildo Costeira (UFPB)

Debatedoras: Reinaldo Fleuri (UFSC)

Agostinho Rosas (UPE)

Socorro Borges (RECID)

Local: Tenda Elizabeth Teixeira

MESA REDONDA 5: Os movimentos e práticas sociais emancipadoras na América Latina na construção de outros horizontes para a pesquisa e a extensão

Mediador: Carlos Cartaxo (UFPB)

Debatedoras: Roseni Pinheiro (UERJ)

Danilo Streck (UNISINOS)

Luzinalda Bezerra (Agricultora familiar)

Local: Tenda Paulo Freire

19 de novembro de 2016

Às 08h30:

INTERVENÇÃO CULTURAL

Local: Tenda Paulo Freire

Às 09h:

CÍRCULO DE CULTURA 5: Coletivos nacionais de Educação Popular – Articulando as experiências de extensão popular

Mediadora: Islany Alencar (ANEPOP)

Local: Tenda Paulo Freire

Às 11h:

CÍRCULO DE CULTURA 6: Extensão Popular: o conhecimento como mobilizador.

Mediadora: Andrea Alice (UFRPE)

Debatedor: Alder Júlio Calado (Consulta Popular)

Local: Tenda Paulo Freire

Das 14h30 às 16h:

RODA DE CONVERSA (Final)

(Avaliação, encaminhamentos, intervenção cultural)

Local: Tenda Paulo Freire